



## CADERNOS DO CHDD

ANO 12 • NÚMERO 22 • PRIMEIRO SEMESTRE 2013

Neste número:

Carta do editor

Santa Sé:  
A primeira missão brasileira (1824-1826)

A Alemanha:  
Correspondência de Berlim (1936-1938)

Um documento, um Comentário:  
Relatório da exposição brasileira  
em São Petersburgo

N. 22



Quando conveniente restabelecer na correspondência desta Repartição e dos serviços que  
 das de cortezia usadas no estylo de chanceryria de todos os povos cultos, e nomeadamente  
 publicas, declaro revogada a circular de 7 de julho de 1893 e peço a V. Ex. que de ord  
 que dirigir a funcionarios publicos brasileiros e a particulares dizendo que tem a  
 hes reiterar, conforme o caso, os protestos mencionados no apontamento annexo a esta cir  
 Quando forem dadas ou transmittidas ordens e instruccões, não será necessario orden  
 a sua execução: bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as tenha  
 devendo este entender que o pedido de seu superior hierarchico ou de qualquer autoridade

# CADERNOS DO CHDD

ANO 12 • NÚMERO 22 • PRIMEIRO SEMESTRE 2013



desta Repartição e dos serviços que  
ia de todos os povos cultos, e nomeadam  
lho de 1893 e peço a V. Ex. que de  
vros e a particulares dizendo que tem  
ados no apontamento annexo a esta  
e instrucções, não será necessario orde  
pos, pedir ao subordinado que as tent  
ier hierarchico ou de qualquer autori

# CADERNOS DO CHDD

---

ANO 12 • NÚMERO 22 • PRIMEIRO SEMESTRE 2013



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Ministro de Estado*      Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado  
*Secretário-Geral*      Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*      Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Diretor*      Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor*      Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da  
Fundação Alexandre de Gusmão*

*Presidente:*      Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Membros:*      Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg  
Embaixador Jorio Dauster Magalhães  
Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão  
Embaixador José Humberto de Brito Cruz  
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna  
Professor Clodoaldo Bueno  
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto  
Professor José Flávio Sombra Saraiva

A *Fundação Alexandre de Gusmão* (FUNAG), instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

O *Centro de História e Documentação Diplomática* (CHDD) órgão da Fundação Alexandre de Gusmão / MRE, fica no Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, prédio onde está depositado um dos mais ricos acervos sobre o tema, e tem por objetivo estimular os estudos sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil.  
[www.funag.gov.br/chdd](http://www.funag.gov.br/chdd)

# CADERNOS DO CHDD



# SUMÁRIO

VII	Carta do Editor	_____
11	Santa Sé: A primeira missão brasileira (1824-1826)	_____
103	A Alemanha: Correspondência de Berlim (1936-1938)	_____
621	Um documento, um comentário: Relatório da exposição brasileira em São Petersburgo	_____





## CARTA DO EDITOR

---

Neste número dos *Cadernos do CHDD* inaugura-se uma série documental voltada aos esforços brasileiros para obter, da Santa Sé, o reconhecimento da independência do Brasil. O tradicionalismo da Cúria romana, aliado à resistência oposta por Portugal às tratativas, fizeram com que os representantes do Império do Brasil ficassem em Roma, por muitos meses, trabalhando à margem do corpo diplomático junto à Santa Sé. Com a publicação destes ofícios, o CHDD espera contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o tema.

Em sua segunda parte, traz a presente edição os ofícios da legação do Brasil em Berlim, no período coberto pelos anos 1936 a 1938, dando sequência à série começada no número anterior. Se, no período então coberto, foram três os chefes de missão a corresponder-se com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, neste conjunto de documentos o remetente é sempre o mesmo: José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão. Testemunha da transformação da Alemanha no pós-Grande Guerra, seus relatos descrevem a espiral do aparelhamento do Estado pelo nazismo. O pano de fundo é a repulsa ao comunismo bolchevique, que ronda o mundo e as mentes de seus líderes, e a Guerra Civil Espanhola é o tabuleiro, onde todos são jogadores.

E uma terceira seção – “Um documento, um comentário” –

completa esta edição dos *Cadernos*. O documento em questão é um relatório, que José Maria da Silva Paranhos Jr., futuro barão do Rio Branco, na qualidade de comissário do pavilhão brasileiro, envia ao ministro da Agricultura, ao final da exposição dos cafés brasileiros em São Petersburgo, em 1884. E o comentário é do embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira, que, durante suas pesquisas como coordenador das festividades em torno do centenário da morte do Barão, encontrou, dentro de um exemplar do catálogo da exposição, um manuscrito que terá sido um resumo do que a imprensa russa publicara sobre a mostra brasileira.

A transcrição da documentação da Santa Sé, sob a supervisão do CHDD, foi efetuada pelos seguintes estagiários de História: Aline Rizzo e Ana dos Anjos Santos (UFRJ), Ana Luíza Fialho (UNIRIO) e Evelyn Gondim (UFF); a documentação de Berlim, também sob supervisão, foi efetuada por Aline Coutinho e Luiz Fernando (UNIRIO) e Jéssica Teixeira (UFF).

Seguindo a prática adotada pelo Centro de História e Documentação Diplomática, foi atualizada a ortografia e, apenas quando necessário à melhor compreensão do texto, alterada a pontuação.

Maria do Carmo Strozzi Coutinho





# SANTA SÉ

---

A primeira missão brasileira

1824 -1826



## APRESENTAÇÃO

---

**P**roclamada a independência do Brasil, passa a ser essencial que o mundo civilizado reconheça o novo império. O imperador Pedro I envia representantes diplomáticos à Europa para iniciar os trâmites de reconhecimento da independência junto às casas reais europeias. Para Roma, segue monsenhor Francisco Correa Vidigal, na qualidade de encarregado destes negócios; com monsenhor, vai um secretário, que já prestara bons serviços e tinha conhecimentos na Cúria. A presença de ambos causa desconforto à Santa Sé e à comunidade diplomática de Roma, principalmente entre os representantes da Santa Aliança, compreensivelmente abalados pelos movimentos separatistas nas colônias americanas. O conde de Funchal, embaixador da coroa portuguesa, dedica-se a obstruir o acesso dos emissários do Império do Brasil ao Papa.

Nesse ínterim, o secretário da missão desincumbe-se de outra tarefa, qual seja guarnecer a frota imperial brasileira de marinheiros experientes, assunto delicado, estando os italianos impedidos de aceitar empregar-se em marinhas estrangeiras. As marchas e contramarchas dos negócios se mostram difíceis e levam o secretário Vicente Antônio da Costa a justificar minuciosamente suas ações.

Esses são os temas que sobressaem da correspondência que ora vem à luz. A documentação foi dividida em duas partes, tendo sido o

corde posicionado na efetivação do reconhecimento da independência brasileira pelo Papa. Esperamos que os documentos colaborem para o esclarecimento de pontos que, porventura, quedem obscuros na história do Brasil.







1824



OFÍCIO • 11 NOV. 1824 • AHI 209/03/05

---

Falmouth, 11 de novembro de 1824.

Ilmo. Exmo. Sr.,

Chegamos a Falmouth no dia 10 do corrente pelas cinco horas da tarde. Soube que o paquete saído desse porto em setembro havia já chegado, havia quatro dias, com 49 dias de viagem: a nossa foi de 74. Não pretendo demorar-me mais que o tempo necessário para tirar o fato da alfândega, o que, feito, seguirei para Londres a entregar os ofícios, que me foram confiados, aos encarregados e deles saber o estado dos negócios do Brasil com Portugal. Seguirei a meu destino sem perda de tempo, apesar de ser a estação assaz invernososa.

É o que tenho de participar a V. Exa., a quem Deus g[uard]e por m[uitos] an[os]

Mons. Vidigal

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 18 NOV. 1824 • AHI 209/03/05

---

Cópia / N. 1

Londres, 18 de novembro de 1824.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Sendo portador de um ofício do nosso exmo. ministro dos Negócios Estrangeiros para Antonio Moro, negociante da praça de Gênova, no qual s. exa., informado dos bons desejos que dominam este negociante de se prestar à causa do Brasil, o convida a engajar e promover a remessa de um número de marinheiros italianos que voluntariamente queiram alistar-se na Armada Imperial; e, tendo eu sido encarregado pelo mesmo exmo. sr. de cooperar e tratar com o dito negociante o bom êxito desta diligência e ajustamento da expedição dos indivíduos engajados, no diminuto tempo q[ue] decorreu – da decisão desta encomenda, ao da minha partida – e pelos outros afazeres, não lembrou [s. exa. de] autorizar e garantir o suprimento das despesas de transportes

que, para semelhante fim, se fazem indispensáveis. Sendo, pois, este assunto digno de contemplação, rogo a VV. Exas. que, por bem do serviço de S. M. Imperial, queiram instruir-me de como devo proceder a semelhante respeito para que, por falta de garantia das despesas e maneira de embolso, não deixe de ter efeito uma requisição tão conveniente ao progresso da independência e integridade do Império.

Deus guarde a VV. Exas.

Vicente Antônio da Costa

Aos Ilmos. Exmos. Srs.

Felisberto Caldeira Brant Pontes e Manoel Rodrigues Garneiro Pessoa



OFÍCIO • 20 NOV. 1824 • AHI 209/03/05

---

Londres, 20 de novembro de 1824.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

De Falmouth escrevi a V. Exa. dando-lhe parte de que havia chegado à Inglaterra; agora o faço de Londres, onde cheguei a 15 do corrente. No mesmo dia, entreguei os ofícios, que me foram confiados, aos nossos plenipotenciários, pelos quais tenho sido tratado com toda bizarria e cordialidade; soube deles o estado em que estão os negócios com Portugal: não são satisfatórios, como V. Exa. já saberá. Com este desengano, pretendo sair para Paris no dia 22 do corrente, tendo aqui a demora de oito dias. Não me pretendo demorar e seguirei, sem perda de tempo, a dar cumprimento aos objetos do meu destino e comissão.

Deus guarde V. Exa.

Mons. Vidigal

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 23 NOV. 1824 • AHI 209/03/05

N. 2

Londres, 23 de novembro de 1824.

Ilmo. Sr.,

Não tendo nós recebido até hoje comunicação alguma do nosso governo acerca da comissão de que V. Sa. nos deu conhecimento por seu ofício em data de 18 do corrente mês, não deveríamos [tomar] sobre nós a responsabilidade de provermos sobre o pagamento das despesas de uma tal comissão: porém, acontecendo estarmos nós também incumbidos da remessa de um certo número de marinheiros para o serviço da Marinha Imperial, e podendo nós considerarmos a sua comissão como parte da nossa, estamos prontos a fornecer a V. Sa. os fundos necessários, uma vez que o transporte dos 300 marinheiros, de que trata o seu ofício, possa ser ajustado até o preço de 40 piastras por cada um deles, e com a condição expressa de ser metade deste preço paga por V. Sa. no porto do embarque, e a outra metade no Rio de Janeiro, onde se deverá regular definitivamente a importância total deste frete sobre o número de marinheiros que o capitão do navio entregar no Arsenal da Marinha daquela capital. E é quanto, na falta de ordens do nosso governo, podemos fazer a bem da comissão de que V. Sa. se acha encarregado.

Deus guarde a V. Sa.

Felisberto Caldeira Brant  
Manoel Rodrigues Garneiro Pessoa

Ilmo. Sr. Vicente Antônio da Costa

OFÍCIO • 25 DEZ. 1824 • AHI 209/03/05

N. 3

Gênova, 25 de dezembro de 1824.

Em aditamento ao ofício que entreguei a V. Sa. do meu exmo. ministro dos Negócios Estrangeiros – no qual s. exa., certo dos dese-

jos que dominam V. Sa. de se prestar à justa causa que o meu augusto soberano o Imperador do Brasil mantém, o convida a ajustar e promover a remessa de 300 marinheiros genoveses para a Marinha Imperial – tenho de participar a V. Sa. que s. exa. me recomendou mui expressamente: primo, que nas diligências que se houvessem de fazer nesta expedição não mencionasse por forma alguma o sagrado nome de S. M. o Imperador, nem o do seu ministério; e que este negócio fosse solicitado como assunto puramente mercantil. Secundo: que se fosse possível ajustar os 300 marinheiros de uma vez e expedi-los a título de colonos em um navio fretado por V. Sa. até ao fim de fevereiro futuro, ajustasse eu com V. Sa. o preço de 40 pesos espanhóis por indivíduo que se entregasse no Rio de Janeiro, pagando eu, na ocasião de embarque, metade do frete, e a outra metade no Rio de Janeiro ou em moeda ou em letras sobre os agentes do Banco do Brasil em Londres, a fim de se poder regular a definitiva importância total deste frete à vista do número de marinheiros que se entregar no Arsenal da Marinha; mas que, se se não pudesse efetuar esta expedição da maneira e no tempo indicado, a fizesse em diversos períodos, aproveitando-se as ocasiões que ocorrerem de embarcações deste porto e saindo, ainda mesmo, de outros do Mediterrâneo se dirigirem diretamente ou por escala ao Rio de Janeiro, que poderão transportar de 30 a 50 marinheiros cada uma, o que julgo será fácil a V. Sa. executar, pela grande correspondência que tem nos diferentes portos do Mediterrâneo. Previno, porém, a V. Sa. que, sendo a expedição feita por esta maneira, não tem lugar o preço arbitrado dos 40 pesos por indivíduo, e é necessário que V. Sa., pondo em execução o interesse que me mostra ter pelo bem do Império, ajuste com os capitães até ao preço de 25 pesos, pouco mais ou menos, por cada indivíduo que entregar no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, recebendo os capitães, no porto do embarque, metade do frete e outra metade ali, depois de verificada a entrega com a relação da gente que receber. De uma ou outra maneira que V. Sa. fizer este ajustamento, me avisará com tempo para dar-lhe as instruções necessárias para o pagamento do meio frete, e direção que deve ter a expedição, e também para eu participar a s. exa. desta remessa.

Lembro-me que semelhantemente se poderia aproveitar as ocasiões que se oferecessem das embarcações que se dirigem a Pernambuco e Bahia, mandando-se entregar ali os marinheiros ao presidente do governo para os remeter ao Rio; e eu representarei isto mesmo a S. exa. para dar as disposições que lhe aprouverem a semelhante respeito.



Será muito do agrado de S. M. o Imperador que a escolha que V. Sa. fizer da marinhagem para a sua armada seja de gente nova, sem defeitos e hábeis na marinha e governo, e que entre ela haja alguns que sejam artilheiros e calafates, do que me lisonjeio V. Sa. desempenhará perfeitamente pelo particular interesse que tem na prosperidade do Império, cujos sentimentos S. M. o Imperador não deixará de ter em consideração, logo que V. Sa. comprove com fatos os seus desejos, como costuma usar com seus bons e fiéis servidores.

É quanto se me oferece comunicar a V. Sa. para se regular no negócio que lhe é cometido pelo exmo. ministro dos Negócios Estrangeiros, órgão da vontade de S. M. o Imperador e sobre o que V. Sa. responderá imediatamente a s. exa., comunicando-me igualmente para minha instrução.

E quanto à proposição de compra de vasos de guerra para o Brasil, e correspondências comerciais de que V. Sa. me falou ontem que resultaria grandes vantagens ao Império, queira apresentar-me por escrito o seu plano, independente do presente negócio, que farei presente a s. exa., visto não estar autorizado para tratar semelhantes negócios.

Deus guarde a V. Sa.

Estão conformes:  
Vicente Antônio da Costa





1825



CARTA • 09 JAN. 1825 • AHI 209/03/05

---

Gênova, 9 de janeiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Por mão de S. Exa. monsenhor Vidigal, que passou desta para Roma, fui entregue do despacho de V. Exa. datado de 24 de agosto de 1824. Penetrado dos sentimentos de gratidão e respeito pelo decoroso encargo que S. M. Imperial se dignou confiar-me, rogo [a] V. Exa. submeter ao mesmo Augusto Senhor os sentimentos de que sou animado para a prosperidade do seu Império e dos sinceros desejos que tenho de me prestar para tão justo e feliz conseguimento.

Relativamente ao objeto que forma parte principal do mesmo respeitável despacho de V. Exa., vou observar-lhe:

- 1º Que uma falta absoluta neste mês de embarcações para o Brasil em direitura me impossibilita fazer a expedição do relevante número de marinheiros pedida.
- 2º Que os fretes que atualmente se têm praticado para os indivíduos que daqui se têm embarcado como colonos para os portos da América tem sido de 100 a 120 patacas espanholas.
- 3º Que conhecendo seria mais conveniente neste caso afretar uma embarcação de grosso lote, e mesmo das que têm que regressar para América o [tentei?], me foram pedidos 18 mil pesos-duros para uma hábil a levar 200 marinheiros.
- 4º Que refletindo a tão grave despesa seria mais conveniente ao Império comprar uma embarcação de grande lote, capaz a levar o inteiro número – neste caso somente haveria a fazer a despesa dos [m]antimentos necessários para a viagem e ficaria a S. M. Imperial uma embarcação de muita capacidade para a Real Marinha –, a este respeito tenho incumbido um hábil capitão para, no caso de aparecer algum bom navio em conta, ser prevenido e, do que houver, as minhas sucessivas avisarão a V. Exa.
- 5º Que atendendo à falta de poderes e compatível com os meios que me foram prescritos no ofício datado de Gênova, 27 de dezembro 1824, pelo ilmo. senhor Vicente Antônio da Costa, secretário de monsenhor Vidigal e, por outro lado, desejo sempre de levar a um fim este melindroso encargo que S. M. Imperial me confiou, fico ocupando-me da remessa daquele número de marinheiros que possível for pelos primeiros

navios que se oferecem para as escalas ao Brasil e esse em preferência.

6º Refletindo que também da praça de Gibraltar se poderia conseguir parte do intento, escrevi a um negociante a 9 do corrente, encarregando-o de expedir aquele número que [puder], dando publicação ao decreto imperial de 11 de junho 1824 na maneira que V. Exa. me ordena fazer, e que por falta de um caráter não me é permitido pelas nossas leis.

A *Gazeta de Lisboa* e outras mais dizem que foi avistada, nas alturas do cabo S. Vicente, uma fragata argelina cruzando, e que tinha tomado uma embarcação portuguesa; também de Gibraltar o escreveram-no, é de esperar que se não realize; para saber o positivo, escrevi a Argel, perguntando se há súditos brasileiros escravos e notícias de quanto pagam as nações àquelas potências barbarescas. Do que se obt[iv]er V. Exa. será informado para, no caso de S. M. Imperial querer fazer um tratado a fim de navegar as suas bandeiras no Mediterrâneo, servir-lhe de governo e, neste caso, ofereço o meu pouco préstimo, somente atribuído a ser tão perto e àquela frequência de ocasiões que temos para aquela praça, que conheço de muito tempo.

S. Exa. monsenhor Vidigal assim como o ilmo. sr. Vicente Antônio da Costa me pediram que escrevesse alguns artigos relativos aos inconvenientes [que] há pela falta de um cônsul do Brasil nesta praça, e daquelas vantagens que resultariam ao Estado havendo-o, também do custo da última corveta de guerra que aqui se fabricou por conta do paxá do Egito, o que vou fazer pelo primeiro correio.

Deus guarde V. Exa. m[uitos] a[nos].

Antonio Moro

Ao Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello  
Ministro dos Negócios Estrangeiros



OFÍCIO • 15 JAN. 1825 • AHI 209/03/05

N. 1

Roma, 15 de janeiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Particpei a V. Exa. de Londres que, apesar de não serem satisfatórias as notícias que me haviam dado os nossos agentes da negociação entabulada em Londres, seguia viagem para Roma, lugar do meu destino. Pus em efeito esta resolução, e cheguei a Roma no dia cinco do corrente janeiro: no dia sete escrevi ao cardeal secretário de Estado, não tive resposta por escrito; mas no dia 11 veio buscar-me um padre de seu mandado, o qual me disse que s. exa. me esperava no dia 13 pelas 11 horas da manhã. Compareci no dia aprazado, recebeu-me o cardeal com toda civilidade; mas não quis receber o ofício de V. Exa., minha primeira credencial, nem por maneira alguma que figurasse como encarregado de negócios do Brasil, acrescentando que o Santo Padre prezava muito a pessoa de Sua Majestade o Imperador e a sua missão, mas não podia convir publicamente nela, pelas circunstâncias atuais em que estava o Brasil com Portugal e as outras potências de Europa. Deu-me a entender que tudo eram medos, que lhe tinha incutido o conde do Funchal, ministro de Portugal, e ao repetir o que acabo de referir, parecia ao pobre cardeal, velho de 82 anos, que já o cercavam os exércitos de toda Europa. Contou-me então um fato que, apesar de referido por ele, o não acreditei, nem acredito ainda. <Vem a ser que, em setembro passado, pedira a senhora Imperatriz certa graça ao Papa e que a súplica viera assinada – Leopoldina “Arquiduquesa d’Áustria”. Sei que a senhora Imperatriz renunciou os direitos de arquiduquesa, e que assumiu os de Princesa do Brasil, hoje Soberana Imperial do mesmo.><sup>1</sup>

A minha aparição em Roma foi repentina, porque apesar da má estação, do gelo e neve dos Alpes superei estes inconvenientes com diligência e celeridade; do contrário, o conde do Funchal faria o mesmo que fez o ministro espanhol, que embarçou a entrada em Roma dos emissários mandados de Columbia. O meu primeiro intento foi deixar Roma imediatamente e esperar em outra parte de Itália as ordens de Sua Majestade o Imperador; mas refleti que este passo daria vantagens ao conde do Funchal, e aos seus apaniguados aqui. Fico, pois, em Roma, como simples particular, resolvido a não admitir comunicação

1 N.E. – A partir deste ponto, texto cifrado no documento original; decifração anexada ao final.

alguma com a Cúria, uma vez que se não reconheça o caráter com que Sua Majestade o Imperador me tem investido, para tratar como tal dos negócios do Império do Brasil.

Devo aqui acrescentar que Sua Majestade Imperial tem em Roma pessoas que lhe são muito afeitas: entre elas, o cardeal Pacca, que fala com muita vantagem dos negócios do Brasil e mostra uma particular adesão a sua imperial pessoa, falando em toda ocasião com sumo respeito dela, dos passos acertados que tem dado para o seu estabelecimento e engrandecimento num país nascente que tantas vantagens promete.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 16 JAN. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 1

Roma, 16 de janeiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tendo em consideração a suma bondade de V. Exa., me proponho a fazer esta mais extensa do que devera, para referir a V. Exa. os passos que tenho dado desde a minha vizinhança a esta capital do mundo cristão, chegada e estada nela.

Tendo ido a Gênova, como terei a honra de participar a V. Exa. na minha carta n. 2, escrevi dali ao meu amigo e sócio dos mal-aventurados quadros, marquês Curti-Lepri, que eu me dirigia a Roma em companhia de um monsenhor da capela imperial do Rio de Janeiro, sem lhe falar do objeto que ali nos levava; mas o marquês, que estava informado de tudo por via do cardeal Pacca – que o soube pela participação que fez à Cúria o monsenhor Macchi, núncio em Paris, que havia tido sua conferência com monsenhor Vidigal instada pelo Borges –, imediatamente procurou o cardeal secretário de Estado, pediu e obteve um *lascia passare* a nosso favor para todas as alfândegas do Estado pontifício e mo remeteu a Gênova. Chegamos a Roma na tarde do dia



5 do corrente, e no dia 7 fui eu mesmo levar ao cardeal secretário de Estado a carta de monsenhor em que lhe dava parte da sua chegada e lhe pedia uma audiência particular. A bondade e franqueza deste cardeal – que me demorou mais de uma hora *preguntando-me* pelo fim da nossa missão, louvando-a, mas mostrando-se tímido das potências da Europa – deu lugar a que eu falasse alguma coisa sobre as determinações de Sua Majestade Imperial e, cingindo-me às instruções que V. Exa. deu a monsenhor, disse-lhe os verdadeiros motivos por que Sua Majestade Imperial julgou a bem aceitar a soberania independente do Brasil, acrescentando que o mesmo augusto senhor a defendia de coração porque, do contrário, teria feito o que lhe parecesse com a força de terra e mar que tem à sua disposição, assim como o fez na dissolução da Assembleia que laborava contra os seus pios e paternais sentimentos; que sendo a causa que Sua Majestade Imperial defende tão justa, não temia afirmar a S. Ema. o bom êxito dela, porquanto em Londres já se tratava desta negociação entre o ministro português e os do Brasil que ali estão, com intervenção dos gabinetes inglês e austríaco; que Sua Majestade Imperial tem em França e em Áustria um representante que, ainda que não tenham nem gozem de caráter público, por ora, visitam-se e tratam em particular com o ministro e com o corpo diplomático, os interesses do Império; e que, lisonjeando-se o meu augusto soberano de ver brevemente reconhecida a sua independência e soberania imperial, e desejando elevar e manter no seu nascente império, com os maiores esforços, o esplendor da Igreja e cega obediência ao chefe universal dela – que principiava a decair e esquecer por doutrinas espalhadas pelos maçons de Portugal e *carbonari* italianos que ali instituíram clubes, e que Sua Majestade Imperial os dissolveu, exterminando uns e fazendo fugir outros amedrontados –, se lembrou mandar adiantadamente monsenhor Vidigal, na ocasião da elevação do Santo Padre Leão XII à Cátedra de São Pedro, clamar da Santa Sé socorros espirituais para coadjuvar as suas sábias providências, a fim de não ver o seu império contaminado de cismas em desdouro da religião que herdou de seus augustos avós.

O cardeal ficou muito satisfeito do que lhe disse e, pondo-me a mão sobre o ombro, me disse que faria ciente de tudo ao Santo Padre, e que com seu consenso daria a audiência a monsenhor. Disse-me que Sua Santidade estaria pronto a socorrer todos os negócios de religião que Sua Majestade Imperial pedisse para o Brasil; mas que não pode-

ria, nem devia entrar em política, por isso que já me prevenia que não aceitaria as credenciais que eu lhe disse monsenhor estava munido; que estes socorros se dariam com uma certa capa que ainda seria estudada, a fim de não ter publicidade; que S. Santidade não se subtrairia a ser medianeiro, no cas[o] que fosse necessário, com as cortes de Portugal e de outras potências; e que não nos desanimássemos, porque havia muitos exemplos na história antiga e moderna a nosso favor. Pediu-me, então, que não usasse de laço algum: mostrei-lhe o meu chapéu, que não levava nenhum. Pediu-me que não fizesse parecer que vínhamos encarregados de missão pública e que, quando se nos perguntasse o que nos trazia a Roma, responde[sse] que negócios de religião para o Brasil: eu respondi-lhe que até ali tinha dito aos meus amigos que vinha ao Ano Santo.

Despedi-me do cardeal muito obrigado do seu bom agasalho e doces maneiras; e como a casa do meu marquês ficava em caminho, entrei para vê-lo. Depois de muitas festas e cumprimentos, me disse que o cardeal Pacca lhe pedira que, logo que me falasse, me desse memórias suas e dos seus desejos de ver-me: julguei que seria para algum particular, disse que imediatamente iria procurar S. Ema.. O marquês ofereceu-se para me acompanhar e, metendo-se na minha carruagem, fomos ambos ver o cardeal Pacca. Este príncipe da Igreja, que sempre me tratou com amizade, não tinha outro motivo senão o de ver-me. Sindicou de mim o fim da nossa vinda, ao que fui obrigado a dizer que negócios de religião para o Brasil me faziam acompanhar monsenhor Vidigal, mas que não sabia o segredo deles: perguntou-me quem era este monsenhor; respondi-lhe que um prelado virtuoso, de máximas e doutrinas muito sãs, que servira no Rio de Janeiro de provisor do bispado, tendo servido também na legacia com Calleppi e Marefaschi, os quais não se descuidaram de informar a Cúria do seu talento e da sua doutrina, como se poderia verificar dos registros da Secretaria de Estado.

Não me demorei com Pacca para levar a resposta a monsenhor. No dia seguinte, pela manhã, o marquês veio visitar monsenhor e nos deu os parabéns, dizendo que o cavalheiro del Cinque, íntimo amigo do Papa e que o entretém todas as noites, acabava de estar em sua casa e de lhe dizer que, na noite antecedente, S. Santidade e o cardeal secretário de Estado lhe contaram da minha entrevista e de tudo quanto eu tinha referido, e que S. Santidade e o cardeal secretário de Estado fica-

ram muito satisfeitos da resolução de Sua Majestade Imperial, dando a entender que se faria alguma coisa a bem da missão.

Neste mesmo dia era noite de partida do marquês, e a seus rogos fui a ela: ali encontrei os cardeais Pacca e Dandini, e diversas autoridades. Toda a conversação versou sobre a grande extensão e riqueza do Brasil, suas belezas e produções, forças de mar e terra, atividade de nosso Imperador, e tive a satisfação de ouvir (todas as vezes que se falava em Sua Majestade Imperial) pronunciar-se com entusiasmo “o Imperador do Brasil”, e o cardeal Pacca, referindo a amizade que consagra a Sua Majestade Imperial, que o carregara em seus braços quando menino e o interesse que tinha na prosperidade do seu governo, me fez lisonjear o meu amor próprio.

Soube, depois, que Pacca – que também é amigo particular do Papa – informara a S. Santidade das qualidades de monsenhor e que se buscou e se achou na Secretaria de Estado informações dos núncios Calleppi e Marefaschi a favor de monsenhor; e quando monsenhor foi ao cardeal secretário de Estado, e que eu também o acompanhei, este lhe fez muitos cumprimentos da parte do Papa, mas lhe fez as considerações que já me havia feito relativas a não poder recebê-lo com caráter público, porém que lhe concedia a residência em Roma e lhe enviaria um eclesiástico da confiança do Santo Padre para o ouvir e tratar dos negócios da Igreja brasileira.

Busquei novamente Pacca para saber alguma coisa, o qual me disse que se faria sua congregação particular de três, ou cinco cardeais para se consultar da nossa missão: que ele Pacca entrava nela como pró-datário, e que o seu voto seria que se socorresse o Brasil em tudo. Perguntou-me se monsenhor tinha ordem para satisfazer as despesas das expedições: disse-lhe que sim; mas que Sua Majestade Imperial não admitiria no seu Império letra alguma apostólica em a qual não fosse mencionado a sua nomeação, apresentação, ou súplica, conforme a qualidade do assunto.

Se o Papa concede sua graça para o Brasil e menciona nela que é pedida por Sua Majestade o Imperador, no meu fraco entendimento, parece que reconhece a soberania: espero ver como será este negócio.

O conde do Funchal tem intrigado muito e, no primeiro dia que eu fui ao cardeal secretário de Estado, o secretário da sua embaixada saía quando eu entrava: o mesmo cardeal me disse que aquele acabava de grulhar contra a nossa vinda a Roma da parte de seu amo; não é menos grulha, nem menos perigoso o Camilo Luís de Rossi, que deve tanto ao Brasil.

Quando estive em Paris, lembrei a Borges, que tem ali grandes amizades, que seria proveitoso a monsenhor uma carta de introdução para as embaixadas austríaca e francesa: Borges obteve uma do marquês de Rivière para o embaixador de França, e outra do embaixador de Áustria ali para o cavalheiro Gennotti, encarregado de negócios da Áustria aqui pela ausência do conde d'Aponi. Eu fui levar a estes dois srs. as cartas com recado de monsenhor: trataram-me muito bem; mas me desenganaram que não entrariam em negócios políticos, que se os seus serviços particulares pudessem ser úteis a monsenhor, teriam muita satisfação de o obsequiar.

O emissário de Columbia que se dirigia a Roma foi retido em Bolonha pelas representações do Vargas, ministro d'Espanha aqui, e foi obrigado a retirar-se para Florença. Vargas faleceu depois disto e o enteado, que era secretário da legação, ficou encarregado dos negócios, e dizem que não tarda novo ministro.

Pelos papéis públicos será constante a V. Exa. da morte d'El Rei de Nápoles e da elevação do duque de Calábria ao trono com o título de Francisco I.

Há poucos dias chegou de Lisboa o guarda nobre que foi levar a ata consistorial ao cardeal Silva, arcebispo d'Évora e ministro dos Negócios da Justiça. Consta-me que o núncio ali tem representado para que o cardeal deixe a Secretaria de Estado, alegando que só Roma tem esta privativa; mas também consta-me que Sua Majestade Fidelíssima não destruirá esta opinião, porque não está muito contente com o indivíduo no ministério. Será felicidade para Pedro de Mello que está em Lisboa por chamado particular do soberano.

O Ano Santo tem afugentado de Roma os estrangeiros que vinham a ela para se divertirem, e se contentavam de santificar-se somente com os exercícios espirituais da quaresma.

Peço a V. Exa. o especial favor que, quando tiver ocasião, ponha aos pés do Trono os meus respeitosos votos da mais humilde vassalagem, e de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade Imperial, cuja preciosa vida e saúde, bem como a de toda a imperial família, Deus nos prospere como havemos mister.

Também peço o favor de pôr aos pés da exma. sra. d. Anna e dos exmos. filhos de V. Exa. os meus respeitosos cumprimentos e saudosas

memórias, e que V. Exa. me conserve na sua alta proteção e me conceda a vaidade de poder contemplar-me, com o mais profundo respeito e veneração,

De V. Exa.

O mais humilde súdito obrigadíssimo e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO<sup>2</sup> • 20 JAN. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 2

Roma, 20 de janeiro de 1825.

Ilmo. Exmo. Sr.

Tenho a honra de participar a V. Exa. que para poder desempenhar com acerto a comissão que V. Exa. houve por bem encarregar-me para Antonio Moro em Gênova, sobre a remessa e ajustamento de 300 marinheiros italianos para a Marinha Imperial, me foi necessário fazer aos nossos diplomáticos em Londres o ofício, cópia n. 1, para animar a diligência, garantindo o suprimento das despesas que se devem fazer, e ao que eles me responderam o que consta na cópia n. 2.

Fazia eu tenção de deixar monsenhor Vidigal em Paris e seguir para Gênova, esperando um de nós pelo outro em Florença para entrarmos em Roma; mas monsenhor, conhecendo o quanto este negócio é interessante ao Império, me disse que retrogradaria a viagem por Gênova para dar mais força e crédito a esta incumbência e conhecer o indivíduo que eu abonei a V. Exa.

Logo que chegamos a Gênova fui à casa de Moro com o ofício que V. Exa. lhe dirigiu, e o mesmo Moro saiu imediatamente comigo a visitar monsenhor, que não se descuidou também de lhe fazer muitas instâncias para o cumprimento da remessa dos marinheiros, ao que Moro prometeu fazer o quanto lhe fosse possível.

2 N.E. – As cópias número 1, 2 e 3, mencionadas no texto, correspondem aos ofícios de 18 e 23 de novembro e 25 de dezembro de 1824, respectivamente, transcritos a p. 19 e 21.

O negócio é muito melindroso nas circunstâncias atuais, e por isso necessário algumas diligências; e como a nossa demora ali devia ser muito curta, e eu não podia nem devia abandonar a companhia de monsenhor, deixei a Moro as instruções que tenho a honra de levar à presença de V. Exa. na cópia n. 3.

Depois da minha chegada a Roma tenho tido as cartas de Moro, que remeto inclusas, em que me diz trabalha e que não me manda ainda a resposta ao ofício de V. Exa. porque espera certas decisões, que por dias lhas dariam, para saber responder. Logo que eu seja instruído do estado deste negócio, participarei a V. Exa. e me aproveitarei da autorização de V. Exa. para dar uma chegada ali, a fim de fazer os respectivos pagamentos e encaminhar a remessa. E porque, ainda que os nossos diplomáticos autorizando-me a sacar sobre Londres para estas despesas, não me mandaram ali acreditar, escrevo nesta ocasião pedindo-lhes um crédito condicional na praça de Gênova, para me utilizar dele quando for necessário.

Nada mais desejo do que a aprovação de V. Exa. nos passos que tenho dado neste negócio e ter a honra de contemplar-me, com o maior respeito,

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



CARTA • 26 JAN. 1825 • AHI 209/03/05

Gênova, 26 de janeiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em aditamento a quanto escrevi a V. Exa. em data de 9 do corrente, tenho hoje a satisfação de participar-lhe que estou afretando uma embarcação da capacidade de levar 120 marinheiros para com brevidade meter-se de vela para essa.

O sr. Vicente Antônio da Costa, com seu ofício de 27 de dezem-

bro de 1824, tendo se oferecido a fornecer-me todos os meios para esta expedição, participei em data de 24 do corrente ao mesmo senhor:

- 1º Q[ue] se tinha oferecido uma *ocasión* de um bom navio para essa, da capacidade de levar 120 a 130 indivíduos, pedindo [4]80 duros cada mês, do que lhe remeti cópia das condições do afretamento.
- 2º Q[ue] na incerteza se fizesse algum obstáculo nesta a embarque deste número de marinheiros, me autorizasse a mandar a Gibraltar, aonde tive notícias haver abundância de marinheiros italianos, pessoa hábil e desembaraçada para sem demora dar execução à expedição pedida; pois pouco se pode contar com as ordens dadas mercantilmente num objeto de tanta consideração, e inteiramente limitadas ao mesmo respeitável despacho.
- 3º Q[ue] sendo ele sr. Costa autorizado pelos agentes de S. M. Imperial em Londres a sacar os fundos necessários para esta expedição, e sendo preciso adiantar metade do frete ao capitão do navio sardo, e meter os mantimentos para tamanha tripulação, houve-se de fornecer-me os meios de o fazer.

Tenho muito pesar pela demora que tem tido este negócio que contribuiu somente a falta de navios para essa e jamais a minha atividade e bons desejos que tenho de me prestar no serviço de S. M. Imperial, a q[uem] suas mãos beijo.

Deus guarde a V. Exa.

Antonio Moro

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello  
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil



OFÍCIO • 07 FEV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 3

Roma, 7 de fevereiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Confundido nos sentimentos da minha pequenez, mas arrebatado dos transportes de um excessivo prazer, me animo pedir a V. Exa. o especial favor de pôr aos pés de Sua Majestade Imperial os meus humildes e reverentes votos de felicitação pelo fausto motivo do reconhecimento da sua imperial soberania no Brasil que Sua Majestade Britânica acaba de declarar. E lisonjeando-me que V. Exa., como meu protetor e benfeitor, fará por comprazer-me nesta súplica, rogo também que nessa mesma ocasião queira fazer-me a graça de beijar por mim a augusta mão do mesmo imperial senhor, cuja preciosa vida e saúde bem como as de toda a imperial família Deus nos prospere como havemos mister para felicidade geral de todo o Império; e por cuja graça adianto desde já a V. Exa. os meus devidos e respeitosos agradecimentos.

Permita-me V. Exa. que, reconhecendo que tão alto assunto foi tratado e concluído com a observância das sábias instruções de V. Exa., eu me congratule e ponha também a seus pés os meus sinceros e cordiais parabéns, significando a V. Exa. que tomo grande parte em tudo que concorra a levar o nome de V. Exa. à posteridade.

Devendo eu ir a Gênova para acudir ao negócio que fará o assunto da minha carta n. 4 e não havendo nesta corte um representante da minha nação acreditado junto à Santa Sé que me fornecesse o devido passaporte, julguei pedi-lo diretamente ao cardeal secretário de Estado, que teve a bondade de me mandar a casa na tarde do mesmo dia em que o pedi (4 do corrente).

Por esta ocasião, tive lugar de participar a Sua Exa. a notícia oficial, que monsenhor Vidigal teve de Londres, do reconhecimento da soberania independente de Sua Majestade Imperial do Brasil por parte da Inglaterra, e mostrando-se o cardeal mui satisfeito, se congratulou comigo dizendo-me que já o sabia e que este reconhecimento era tão justo e necessário que o esperava de há muito. A esta resposta repliquei com as seguintes expressões – *Dunque Emña, si lei crede che questo riconoscimento sia un atto giusto, perche ci vuol togliere la gloria di essere anche noi uno dei primi essendo riconosciuti dalla Santa Sede che non ha ad entrare in rapporti politici?* – O cardeal mostrou-se risonho desta proposição e me disse que não podia deixar de esperar certas respostas, as quais não dependiam senão de dias; tanto assim que, refletindo que em pouco tempo monsenhor Vidigal estaria nas circunstâncias de ser acreditado, assentou de não mandar o eclesiástico para o ouvir, como havia prometido, e que eu tive a honra de participar a V. Exa. na minha carta n. 1: encarregou-



-me de muitos cumprimentos para monsenhor, mandando-o esperar-car do seu recebimento etc., etc..

Desejo já chegado este feliz dia para ver pisadas as intrigas de Camilo Luís de Rossi e do conde do Funchal, que até passou ordem aos seus criados para não falarem com os nossos; e creia V. Exa. que o nosso comportamento e a adesão da Santa Sé à comissão de Sua Majestade Imperial é que nos têm sustido aqui, senão nos aconteceria o mesmo que sucedeu ao emissário de Colômbia, que pelas suas impertinências foi mandado retirar de Roma e depois de Bolonha. Monsenhor não sai de casa senão para ouvir missa, e nessas ocasiões faz alguma visita: isto é, ao duque Torlonia e marquês Curti-Lepri, que o acompanha muito; eu sempre ando por fora e até vou a diversas partidas mui decentes e melhores para saber alguma novidade e dar as que me parecem; mas sempre com a expressão do Ano Santo que me trouxe a Roma, ainda que todos sabem [*sic*] o contrário: muitas vezes encontro o secretário de embaixada portuguesa e o tal Rossi, que deve toda a fortuna à ida do Brasil.

Desejo a V. Exa. e a toda a sua exma. família, a quem envio meus respeitosos cumprimentos, gratas e saudosas memórias, a mais perfeita saúde a par de permanentes venturas; e peço a V. Exa. que queira aceitar os meus sinceros e cordiais protestos como de quem tem a honra de ser, com o maior respeito e consideração,

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 08 FEV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 2

Roma, 8 de fevereiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Por ofício de 14 do passado, me fizeram saber os nossos plenipotenciários de Londres, que o governo inglês havia reconhecido a eman-

cipação do Brasil, e a soberania imperial do nosso augusto amo: por uma tão fausta notícia, tomo a liberdade de rogar a V. Exa. queira por mim beijar a augusta mão de Sua Majestade Imperial, certificando-o do meu excessivo prazer, por ver quase completo o seu triunfo e coroadas as suas fadigas pelo bem da nação brasileira. Sinto não dar a V. Exa. uma semelhante notícia por parte deste governo, mas o farei em breve, segundo me mandou esperar o cardeal secretário de Estado, pelo secretário desta legação na ocasião que lhe foi pedir passaporte para ir à Gênova, mandando-me saudar *di cuore* (expressões suas). Estando, pois, em termos de ser aqui reconhecido o Império do Brasil, desejo que V. Exa. se não esqueça de me habilitar competentemente para o representar com decência. No Rio de Janeiro tive ocasião de significar pessoalmente a V. Exa. que, tendo passado a maior parte da minha vida em uma certa mediocridade, que aliás me era agradável, não seria o mesmo quando se tratava de representar em uma corte estrangeira e na capital do mundo cristão ao nosso augusto Imperador. Os ministros da Áustria, França e mesmo o de Portugal ostentam aqui uma certa magnificência impostora. Não desejo fazer em tais termos uma figura inferior, já o disse, não por mim, mas por decoro de quem represento. A ajuda de custo e os três quartéis que aí recebi adiantados consumiu-se em viagens de Londres, e de Londres para aqui, achando-me em circunstâncias de não poder mobilhar uma casa decente, a qual deve passar aos meus sucessores.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 08 FEV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 4

Roma, 8 de fevereiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tendo sido avisado por Antonio Moro que em Gênova se propunha o afretamento de um brigue no qual se poderia exportar 120

marinheiros, dizendo-me que se ali fosse proibida a saída deles, como pensava, poderia ir o mesmo brigue buscá-los em Gibraltar, para o que me chamava apressadamente, a fim de ir contratar e concluir este negócio que ele ali ficava apalavrando, tenho a honra de participar a V. Exa. que, em consequência, pretendo partir de Roma depois de amanhã, 10 do corrente, com o correio que para ali se dirige.

Faria eu triste figura se aparecesse em Gênova para tratar o negócio da expedição dos marinheiros sem ter uma pessoa que me fornecesse os fundos necessários, ainda mesmo que eu dissesse que esperava o crédito que para este fim havia mandado pedir aos nossos plenipotenciários em Londres em 26 do próximo passado, o qual não o poderia receber senão depois de 40 dias. Monsenhor Vidigal, porém, conhecendo a urgência da minha ida a Gênova para desempatar as propostas de Moro respeito à expedição, me aconselhou – e protegeu – que pedisse ao duque Torlonia um crédito para aquela praça, a fim de me utilizar dele no caso que se verifique a remessa: Torlonia mo concedeu, dirigindo-me e recomendando-me com muita eficácia à maior casa de Gênova. Nestas circunstâncias aparecerei ali, e creia V. Exa. que farei o possível por proceder, em todas as diligências que fizer, de maneira que não desagrade a V. Exa.

Da cópia junta, que tenho a honra de levar à presença de V. Exa., verá V. Exa. as minhas últimas réplicas para Moro, e permita-me V. Exa. que o previna que se desta feita não se faz a expedição na forma que ali digo, então a sustarei, ordenando a Moro que não dê pressa em tais diligências, mas que se alguma embarcação dali se dirigir ao Rio de Janeiro e queira levar passageiros, podendo ele mandar em todas alguns marujos, que os mande dirigidos a V. Exa. até 30 pesos de passagem por cabeça, a qual será paga no Rio ao capitão que os receber e entregar.

É quanto tenho por ora de levar à respeitável presença de V. Exa. sobre este negócio, desejando merecer em tudo a aprovação de V. Exa. de quem, com o mais profundo respeito e consideração, tenho a honra de ser

De V. Exa.

O mais obediente e agradecido súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 27 FEV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 5

Gênova, 27 de fevereiro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em 8 do corrente tive a honra de participar de Roma a V. Exa. que partia a 10 para Gênova a entender-me com Antonio Moro nas proposições que me fazia para a expedição dos marinheiros; agora tenho de participar a V. Exa. que cheguei a esta no dia 17 por ser obrigado a esperar dois dias em Florença pela partida do correio.

Das cartas originais aqui juntas, que Antonio Moro me dirigiu a Roma, terá V. Exa. a bondade de ver que ele me projetava afretar aqui, por conta da Imperial Fazenda, uma embarcação por tempo de seis meses, meter-lhe mantimentos e ir a Gibraltar engajar os marinheiros que a embarcação pudesse conduzir, cujo projeto, se tivesse bom efeito, na forma que ele diz, se haveriam os marinheiros pelo diminuto preço de 31 pesos duros por indivíduo.

Considerando eu o risco a que se expunha a Fazenda Imperial no afretamento por sua conta, ou por falta de marinheiros em Gibraltar ou por malícia do capitão em demorar-se ali com pretextos, fazer arribadas e muitas outras coisas que podia cogitar para prolongar a viagem e fazer crescer as despesas, abandonei tal projeto e teimei com Moro que preferia antes pagar 40 pesos de passagem por indivíduo que se entregasse no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, sem me embarçar com as despesas das diligências ou economias que fossem necessárias fazer para o bom êxito da viagem, do que carregar com o risco dela, ainda que julgasse que a passagem de cada marinheiro me custasse 20 pesos; porque esperava sair mal na negociação, considerando os muitos perigos que havia contra a expedição sendo feita por conta da Imperial Fazenda, o que não aconteceria por conta de particulares. Moro convenceu-se, e como ele se escusava de encarregar-se dela, tratamos de cometê-la a uma terceira pessoa que estava pronta a mandar os marinheiros pelos 40 pesos duros por indivíduo que chegasse ao Rio de Janeiro.

Considerando a oposição que encontraria se solicitasse este ne-

gócio como recomendado pelo meu governo, e não querendo por maneira alguma que figurasse nele o nome de V. Exa., ocorreu-me uma *risorsa* que afastava todo o susto e animava a vontade dos marinheiros. Disse a Moro que fizéssemos crer ao capitão que queria encarregar-se da expedição que a maruja era pedida por negociantes proprietários de dois navios estacionados no Rio de Janeiro por falta de tripulação, que se desejavam fazer conduzir a Gibraltar com bandeira sarda, e que com este pretexto devia ele engajar os marinheiros, podendo acrescentar e prometer-lhes que, se quando chegassem ali já não achassem os tais navios, seriam acomodados na Marinha Imperial com as avultadas soldadas prescritas no decreto de 5 de fevereiro 1824, enquanto quisessem servir como voluntários, cujos vencimentos seriam contados desde o dia da partida deste porto, pagando eu aqui, a cada indivíduo que se alistasse, um mês adiantado do dia da sua respectiva soldada, conforme a lotação que o capitão fizesse das diferentes graduações, à vista do merecimento de cada um.

Com este engodo, tínhamos nós a gente que quiséssemos; mas era necessário tapar-se os olhos do Almirantado para deixar escoltar e facilitar a saída do grande número de marinheiros em contravenção de suas leis, que proibem à Marinha sarda de servir em vasos de guerra de nações estrangeiras. Não havia outro meio mais airoso do que figurar a verdade da necessidade da gente para tripulação dos dois navios mercantes que desejavam sair do Rio com bandeira sarda, e pedir ao Almirantado os competentes *passavanti*. Fez-se esta diligência em que Moro figurou como correspondente, mas o Almirantado trouxe a dúvida que eu já esperava e que era a causa principal da minha repugnância ao afretamento do navio por conta do Estado: disse que não teria dúvida de dar os *passavanti* para os navios e até facilitar a saída da maruja, se se prestasse uma fiança pela propriedade dos navios a súditos sardos e pela volta dos marinheiros à sua pátria. Estas condições impossibilitam absolutamente o progresso da expedição, por faltar-me um testa de ferro; e como isto foi tratado vocalmente com o governador por um letrado que Moro me procurou para canal, e a quem prometi ser grato às suas diligências, Moro disse-me que se contentava com levar à presença de V. Exa. um documento do qual comprovasse os obstáculos que haviam, e ia pedir esta declaração (não sei para que) por escrito.

Com este triste desengano e persuadido já que nada se fazia por ter procurado quantas voltas se poderiam dar; pretendo partir daqui no dia 1º de março para Roma, onde talvez tenha feito falta a monsenhor

Vidigal, e que a vontade de fazer maiores serviços e o medo em que estava de algum arbítrio que Moro tomasse – como V. Exa. verá das cartas dele – me fizeram vir a Gênova apressadamente, sujeitando-me a viajar com o correio de dia e de noite, curtindo frios e fazendo despesas sem proveito, a que Moro me poderia poupar se diligenciasse com acerto e me desenganasse – e que eu não lamentaria se tivesse sido mais feliz.

Permita-me V. Exa. que a este respeito o previna que nesta diligência eu não comprometi o nome de V. Exa. senão com Moro, a quem ela foi cometida, e que a despesa que foi necessária fazer-se com o letrado foi paga por mim.

Diz-se que em Lisboa se espera com impaciência a chegada de *sir* Carlos Stuart para se proceder ao reconhecimento da independência do Brasil, e que Silvestre Pinheiro está nomeado para o acompanhar ao Rio de Janeiro e negociar o tratado que se deve fazer entre Brasil e Portugal.

Ainda que o conde de Suberra saiu [*sic*] do ministério, não perdeu contudo a influência nos negócios públicos, e afirmam que não se vai para Inglaterra: fala-se ali que irá em seu lugar Pedro de Melo, que tem estado de reserva.

V. Exa. já terá sabido que, logo que Carlos Mathias Pereira apareceu em Lisboa, foi encarregado de uma comissão para Argel, sendo portador de 38 mil pesos duros.

Continuo a pedir a V. Exa. o especial favor de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade Imperial, cuja preciosa vida e saúde, bem como a de toda a imperial família, Deus nos conserve como havemos mister; e pedindo a V. Exa. que me conserve na sua proteção, tenho a honra de repetir-me, com o maior respeito e consideração,

De V. Exa.

O mais obediente e agradecido súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 08 ABR. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 3

Roma, 8 de abril de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No meu ofício n. 2, de 8 de fevereiro, roguei a V. Exa. a graça de por mim beijar a augusta mão de Sua Majestade o Imperador pela fausta notícia do reconhecimento do Império por parte da Inglaterra, fato de grande monta e que, persuado-me, trará atrás de si grandes vantagens. Esperava eu fosse uma delas o pronto reconhecimento por parte da Santa Sé, mas enganei-me, porque nenhum útil à nossa causa produziu aquela notícia em Roma. Sua Santidade tem medo, não se quer comprometer com Portugal: sabe que o conde do Funchal, ministro de Sua Majestade Fidelíssima, tem instado com a sua corte e por via do nuncio o ser eu daqui despedido. Nesta incerteza ou flutuação de sim e de não, se têm passado três meses sem dizer ao que vim, porque não tenho ação; outro meio, além da prudência, destruiria, sem algum proveito.

Com este vai um mapa<sup>3</sup> e requerimento de Antonio Moro, de Gênova, que por seu pedido dirijo a V. Exa. e, sem interpor o meu parecer, fará o uso que convier.

Deus guarde a V. Exa.

Mons. Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello

[Anexo]

Senhor,

Representa a V. M. Imperial Antonio Moro, negociante e proprietário estabelecido na praça de Gênova, porto principal da Itália, o de mais comércio no Mediterrâneo e aonde se faz muito tráfico, principalmente com os portos todos do Brasil, que esta praça se acha sem um cônsul que represente a nação brasileira para socorrer os marinheiros nacionais que muitas vezes se acham desembarcados e *privos* de meios para regressar à pátria, como tem acontecido, que têm sido socorridos

3 N.E. – Trata-se de tabela, intitulada “Relação Exata da Importação, Exportação, Consumo e Depósito dos Efeitos Coloniais no porto de Gênova em todo o ano de 1824”.

pelos cônsules estrangeiros; que obrigue os capitães que se destinam para os portos do Brasil a levar os papéis com as competentes declarações das cargas para que não haja contrabando a sua chegada; que proteja os súditos que por esta transitam, abonando-os na polícia durante a sua demora; e que evite, por fim, o grande extravio que há dos imperiais direitos de V. M. na forma e estilo dos mais cônsules.

Os conhecimentos e prática de comércio, que o suplicante tem adquirido no espaço de 17 anos consecutivos que esteve estabelecido em Lisboa, e do giro de negócios do Brasil e desta praça lhe proporcionam os meios de procurar ao governo do Brasil aquelas vantagens que outro indivíduo falto destas qualidades jamais poderia conseguir.

É debaixo destes títulos que o suplicante, certo de poder desempenhar, pela sua qualidade, com decência, o caráter de uma tão benemérita nação, se atreve a oferecer-lhe o tributo de seu ministério e humildemente recorre e

Pede a V. M. Imperial para que lhe faça a graça de o nomear a cônsul-geral do Brasil nesta praça, com aqueles atributos e honras que os mais cônsules têm.

Antonio Moro

E[spera] R[eceber] M[ercê]



OFÍCIO • 28 ABR. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 8

Roma, 28 de abril de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Quando em dezembro do ano passado passei por Gênova, ouvi que se fabricara naquele arsenal uma galera a título de mercante, que ia servir de corveta de guerra para o paxá do Egito, e que o seu custo pouco excedera a oito mil libras esterlinas. Um tão diminuto preço instigou o amor que tenho pelo aumento e prosperidade do meu país, a cometer a pessoa inteligente a averiguação das despesas que se fizeram com o fabricamento [sic] da corveta. Em janeiro do corrente ano recebi já em Roma a informação que pedira; e porque tencionava tornar ali, não propus logo a V. Exa. uma semelhante tentativa, desejando averi-



guar por mim mesmo com mais particularidade à vista da informação que recebera. A cópia inclusa que tenho a honra de levar à presença de V. Exa. mostra em detalhe as despesas do fabricamento da corveta pronta à vela, e das observações que faço no fim dela se vê a despesa que se faria em cada mês com as soldadas e comedorias da tripulação que a conduzisse para qualquer porto da América.

Se V. Exa. julgar bom empreender em Gênova o fabricamento de uma igual corveta para a Marinha Imperial, queira dar-me positivas ordens, que eu a mandarei pôr no estaleiro e a expedirei em 10 meses depois da recepção delas, e talvez em menos tempo, pois que aquela foi feita em 8 meses. Não necessita acreditar-me em Gênova para o suprimento das despesas, e como elas devem ser feitas periodicamente, bastaria que V. Exa. me mandasse acreditar em Londres, sobre os agentes do Banco do Brasil, para aceitarem e pagarem as minhas letras. Se, porém, esta especulação não merecer a aprovação de V. Exa., espero contudo que me fará a honra de atribuí-la excitada pelo zelo que me anima pelo engrandecimento das forças navais de Sua Majestade Imperial, a cujos pés rogo a V. Exa. queira humilhar os votos da minha mais obediente vassalagem.

Por esta ocasião tenho a honra de participar a V. Exa. que sou instado por diversas pessoas de consideração para propor a V. Exa. o escoltamento [sic] de uma colonização de famílias italianas agrícolas para o Brasil. O ducado de Lucca é pequeníssimo e a gente é tanta que se vê obrigada a evacuar para não morrer a fome: semelhantemente acontece a outros estados da Itália e províncias de Piemonte; mas, pelas informações que tenho, preferiria os luquezes por serem mui ativos, interpretores e amigos de fazerem fortuna permanente. O encarregado de negócios de Wurtemberg, que conhece Lucca a palmos, me segura que somente dali se poderia tirar oito a 10 mil pessoas, sem fazer parecer a mais pequena mudança na fola da população e até contempla humanidade o devastar-se aquela chusma.

Se, pois, V. Exa. julgar conveniente uma colonização desta gente, dê-me as suas respeitáveis ordens, que as executarei como desejo, mandando-me fornecer de competentes instruções para o engajamento. Neste caso se poderia aproveitar a ocasião dos transportes destes para se transportarem também alguns artistas, engenheiros para pontes e estradas, e outros indivíduos que fossem necessários para a civilização, de que muito abunda a Itália, e se poderia alcançá-los com pequenos ordenados: muitos talvez se contentariam de achar quem lhes facilitasse a passagem para melhorarem sua sorte.

Não tendo outro assunto que comunique a V. Exa., aproveito

esta ocasião para renovar os protestos da veneração e respeito com que tenho a honra de ser,

De V. Exa.

O mais obediente e agradecido súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 08 MAIO 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 4

Roma, 8 de maio de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o despacho n. 1, que V. Exa. teve a bondade de dirigir-me com data de 30 de janeiro último, no qual fazendo-me saber que fora entregue do meu officio dirigido de Falmouth e que do seu conteúdo ficara inteirado Sua Majestade o Imperador, passa a determinar-me, por ordem do mesmo augusto senhor, que solicite eu da Propaganda seis missionários que devem passar ao Brasil para ali exercitarem seu ministério como as circunstâncias exigirem.

Em cumprimento ao referido, notarei de passagem que o Santo Padre não tem querido reconhecer Sua Majestade o Imperador como Soberano do Brasil; ao mesmo tempo deseja em tudo prestar-se, como cabeça da Igreja Católica Apostólica Romana. Este não reconhecimento é devido ao conde do Funchal, ministro de Sua Majestade Fidelíssima, o qual não cessa de instar, e mesmo de ameaçar ao Ministério Pontifício, não me podendo ver aqui. O que, não obstante, pedi os missionários, foram-me concedidos, trato de os mandar, e irão na primeira ocasião, no que ponho toda diligência.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 12 JUN. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 9

Roma, 12 de junho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

A fausta notícia que aqui é geral, por cartas particulares de Lisboa e pelas folhas públicas estrangeiras, do reconhecimento que Sua Majestade Fidelíssima acaba de decretar da soberania independente de Sua Majestade o nosso augusto Imperador no Brasil, me oferece um grande motivo para pedir humildemente a V. Exa. a especial graça de fazer chegar aos pés do mesmo augusto senhor a minha respeitosa congratulação pela gloriosa vitória que conseguiu, da qual dependia a tranquilidade de suas imperiais e paternais fadigas, tanto mais que, sendo este o ato único que os soberanos da Europa contemplavam como de direito necessário, com ele cessam todas as questões, ficando destruídas as opiniões contrárias.

Esta feliz notícia chegou a Roma no dia 2 do corrente: neste mesmo dia o cônsul de Sua Majestade Fidelíssima, Camilo Luís de Rossi, que sempre foi adverso à causa do Brasil, mas deseja agora encobrir a sua ingratidão, veio dar os parabéns a monsenhor Vidigal e a mim.

No dia 3, o embaixador em França mandou cumprimentar monsenhor pelo segundo secretário do embaixador, o qual disse que s. exa. tinha recebido de Paris novas recomendações do marquês de Rivière a favor de monsenhor e que ele mesmo viria comunicá-las: mandou dar muitas desculpas pela falta em que caíra de não visitar monsenhor; e nessa mesma ocasião me mandava convidar a mim para comparecer em gala na sua festa, no dia 5 do corrente, pela coroação de Sua Majestade Carlos X.

Em semelhantes festas costumam aqui assistir os empregados na diplomacia, no civil e no militar, com as suas competentes fardas; e os não empregados, com casaca direita, basalhao [*siz*] e espadim. Mas não desejando eu dar gostos aos inimigos da causa do Brasil que lá havia [e nem] abaixar-me a aparecer em público incompetentemente, considereei ao segundo secretário da embaixada que não podia aceitar o obséquio de S. Exa. sem desgostar o cardeal secretário de Estado, que no primeiro dia em que me falou me pediu pelo amor de Deus que não usasse do laço do Brasil – sem o qual eu não podia usar a farda que me

competia como oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro mandado pelo meu augusto Imperador junto a uma sua missão – e no dia seguinte (4 do corrente) fui eu mesmo pedir ao embaixador que me dispensasse por esta vez, adiantando nesta ocasião, em nome de monsenhor Vidigal, os devidos parabéns pelo feliz assunto da coroação de Sua Majestade Carlos X.

No dia 7 do corrente recebeu monsenhor Vidigal um officio de nosso ministro em Londres, no qual lhe comunicava a notícia do reconhecimento tão desejado: no dia 8, monsenhor mandou-me comunicá-la ao sr. secretário de Estado; e Sua Ema., logo que me viu, avançou-se para mim com semblante muito alegre, dizendo-me que sabia qual era o assunto da minha visita: que me dava os parabéns; e que tanto ele quanto o Santo Padre os aceitavam também, de muito bom gosto, pelo interesse e zelo que tem pela reconciliação dos augustos pai e filho.

Depois que S. Ema. concluiu o seu discurso congratulatório disse-lhe eu que ia certificar da parte de monsenhor esta mesma notícia, causa do tanto prazer de S. Ema., a qual acabava de receber oficialmente d'Inglaterra e que monsenhor me mandava receber as ordens de S. Ema.

O cardeal respondeu-me que não podia decidir-se sem receber diretamente participação official ou por via do seu navio em Lisboa, ou do Funchal: valeu-se de expressões obrigante[s] e protestos para me persuadir bem que o governo portuguez até 14 de maio (últimas notícias de Lisboa) não havia participado ainda este reconhecimento, assegurando-me que o seu desejo de entrar em tratativa dos negócios do Brasil eram tão grandes que, logo que soube desta notícia, mandara chamar Funchal para se certificar, o qual lhe significara que a notícia era verdadeira, mas que ainda não a tinha official: que o mesmo Funchal estranhara o descuido do 1º conde do Porto Santo, envergonhado de que em Roma se espalhe um ato tão público do seu governo sem que dele tivesse participação official. Protestou-me que, no mesmo momento que recebesse a comunicação desejada, mandaria procurar monsenhor.

Lembrei a S. Ema. que esta participação poderia ser demorada, porque talvez dependesse da sua publicação no Rio de Janeiro, que no entanto decorreriam cinco a seis meses; que os negócios do Brasil de que monsenhor estava encarregado de solicitar da Cúria dependiam também da sua informação para o ministério do Rio de Janeiro, da qual conheça Sua Majestade Imperial que a Santa Sé não contrasta os direitos que lhe pertencem como soberano do Império e padroeiro da Igreja brasileira, para com este conhecimento propor, nomear e mandar so-

licitar os assuntos que ocorressem, a bem da mesma Igreja, fazendo confirmar em si os mesmos direitos e regalias que tinha ali, até a época da proclamação da independência, o seu augusto pai; cuja demora desta tratativa, e na ida e volta da informação, passaria todo o ano futuro 1826 sem se fazer coisa alguma, e no entanto o Brasil só tem três bispos vivos, velhos e que talvez não vivam tanto tempo para sagrarem os que então se confirmarem. O cardeal me respondeu que dissesse eu a monsenhor que escrevesse positivamente a V. Exa., mandando-lhe significar da sua parte os bons desejos da Cúria em condescender com a vontade de Sua Majestade Imperial; que Sua Majestade Imperial proponha os bispos para os bispados vagos, erija os bispados que lhe parecer, ou mande solicitar os assuntos que ocorrerem a bem da Igreja e seu esplendor, porque a Cúria Romana não se subtrai às imperiais proposições; recomendando-me por duas ou três vezes que mandasse este recado da sua parte a V. Exa.

Nesta ocasião, disse-me o cardeal que estava pronto a confirmar já frei José Maria de Maceratta bispo *in partibus*,<sup>4</sup> nomeado por sua Majestade Imperial para prelado de Cuiabá e Mato Grosso. Respondi que bispo *in partibus*, não, porque, depois daquela nomeação, tinha Sua Majestade Imperial julgado erigir a prelazia em bispado regular; que, em consequência, era necessário confirmar primeiramente a ereção do bispado e, depois, o bispo, que Sua Majestade Imperial deseja seja o mesmo indivíduo, declarando-se nas bulas de confirmação ser ele nomeado e apresentado, por Sua Majestade Imperial, bispo daquele bispado novamente ereto; mas que, como a Santa Sé não reconhecia a soberania de Sua Majestade Imperial enquanto não recebesse a participação oficial do governo português, também este negócio não podia ser tratado antes, porque dependia do reconhecimento da Santa Sé a indispensável declaração nas bulas do imperial padr[o]eiro.

Quanto à ereção de bispados, será necessária uma carta imperial para o Papa, em que a peça: isto é, uma para cada bispado. Lembra-me de encontrar no arquivo da legação portuguesa diversas cartas régias, nas quais se propunham e se suplicavam ereções de bispados, declarando-se nelas os limites, léguas de extensão, etc., e parece-me que até se estabeleciam as côngruas para os bispos.

Dizendo-me o cardeal que Sua Santidade estava pronto a confirmar os bispos que Sua Majestade Imperial nomeasse – e já, se quisesse,

4 N.E. – Em terras de infieis.

o Maceratta –, não me falou no processo deles: também eu não me quis intrrometer a lembrar um costume de que os núncios se têm apossado.

Em um *index* geral que tenho de todos os assuntos que existiam na legação portuguesa ao tempo que me recolhi ao Rio de Janeiro, acho um aviso dirigido ao patriarca Saldanha em 13 de março de 1770 e que foi comunicado à legação em 5 de maio do mesmo ano, que o Papa Clemente XII, por um breve expedido a 6 de novembro 1738, tinha facultado ao patriarca d. Thomaz d'Almeida formar os processos, na falta do núncio, a 14 bispos que então foram nomeados, que na interrupção (pela ruptura de 1722 por causa do capelo do núncio Bicchi) tinham vagado: à imitação do que, o sr. rei d. José I mandara que o patriarca Saldanha fizesse os processos a nove bispos que ele então havia nomeado e que não existia ali núncio pela ruptura jesuítica.

Não me lembra que achasse oposição alguma da parte da Cúria: os bispos foram confirmados, entre os quais, o arcebispo da Bahia, frei Manoel de Sta. Inês, por bula de 8 de agosto [de] 1770.

Não admire V. Exa. a demora da expedição dos missionários: tem dado lugar a ela a escassez de sujeitos capazes, pois que o cardeal deseja mandar gente escolhida. S. Ema. espera poder aprontá-la até ao fim do corrente; e então se aproveitará a ocasião de uma embarcação que de Gênova deve partir para o Rio, segundo notícias que tive.

Desejo a V. Exa. e a toda a sua exma. família uma perfeita saúde, pedindo a V. Exa. que não se esqueça de quem se confessa ser

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 13 JUN. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 5

Roma, 13 de junho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Logo que cheguei a Roma, participei a V. Exa. o resultado da conferência que tivera com o cardeal secretário de Estado, o qual por

nenhuma forma quis receber o ofício de V. Exa. que me acreditava encarregado de negócios do Brasil, tolerando-se-me simplesmente a minha residência em Roma. Conheci que havia mão estranha influente. Não me enganei, porque o ministro de Portugal, conde do Funchal, jamais deixou de representar contra a minha estada aqui e de solicitar por todos os meios a seu alcance o ser mandado sair, o que não obteve.

Nesta precária situação, foi-me participado de Londres e Paris que Sua Majestade o Imperador, nosso augusto amo, acabava de ser reconhecido por Sua Majestade Fidelíssima. Dirigi-me ao cardeal secretário de Estado, por via do secretário desta legação, o qual lhe fez saber o mesmo que se me havia participado, acrescentando que nenhum obstáculo havia para não ser aqui reconhecida Sua Majestade Imperial, pois eu considerava e atendia esta questão mais de família, que política. Ao que respondeu felicitando-me, que sabia estar o Brasil reconhecido Império e por seu imperador o senhor dom Pedro I, mas que o sabia não de ofício; logo que, diretamente ou por via do ministro português, oficialmente lhe fosse comunicado, me faria saber. No entanto podia participar à minha corte que Sua Santidade tinha todo interesse neste acomodamento e o mostraria por obra, prestando-se francamente a conceder tudo quanto por parte de Sua Majestade o Imperador lhe fosse requerido.

Permita-me V. Exa. que lhe rogue a mercê de por mim beijar a augusta mão de Sua Majestade Imperial, certificando-o de que por dias será aqui reconhecido; então começarei a dar execução ao que me foi encarregado.

Cuido na remessa dos missionários e incessantemente insisto para que partam o mais breve possível.

Deus guarde a V. Exa.

Mons[enh]or Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 26 JUN. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 10

Roma, 26 de junho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em aditamento à minha carta n. 9, cuja 2ª via remeto nesta ocasião, tenho a honra de participar a V. Exa. que, com o devido consentimento de monsenhor Vidigal, fui ontem, 25 do corrente, ao cardeal secretário de Estado. A minha visita foi antecipada para procurar adiantar os negócios do Brasil, fingindo ter monsenhor recebido novas recomendações de V. Exa.. O cardeal repetiu o mesmo que me havia dito anteriormente, como disse a V. Exa. naquela minha carta, acrescentando que, suposto que as notícias de reconhecimento fossem quase públicas, não podia reconhecer por ora o caráter de monsenhor Vidigal como enviado de Sua Majestade Imperial sem ter certeza que este reconhecimento fora publicado no Brasil e anuído pelo mesmo Augusto Senhor, visto que o Imperador da Áustria, que deve ter grande interesse por Sua Majestade o nosso augusto imperador, ainda não recebeu com caráter o seu enviado ali.

Procurei o quanto me foi possível destruir este propósito com o perigo que ameaça a decadência da religião no Brasil pela falta de bispos, e a necessidade em que Sua Majestade Imperial, bem contra o seu filial respeito à Santa Sé, se veria de lançar mão a meios talvez desagradáveis ao sistema que a Cúria Romana deseja manter; e mostrando-me muito zeloso pela sua conservação, propus a S. Ema. que, assim como estava pronto para confirmar Maceratta prelado de Mato Grosso, o confirmasse já bispo ordinário, erigindo a prelazia em bispado regular sem que fosse necessário esperar novas apresentações de Sua Majestade Imperial. O cardeal pôs-me muitas dúvidas, mas depois de ter combatido alguma coisa, disse-me que lhe apresentasse uma memória por escrito, na qual lhe referisse a necessidade que tem o Brasil de apressados socorros da Santa Sé, para apresentar a Sua Santidade e ver se o Santo Padre se resolvia a fazer esta confirmação e ereção e ainda mesmo a admitir em tratativas monsenhor Vidigal.

Ensinou-me a fórmula por que devo fazer a memória, e me recomendou que a assinasse eu sem forma nenhuma diplomática.

Tendo firmado esta parte, perguntei a S. Ema. quem deveria formar os processos dos bispos que Sua Majestade Imperial propusesse segundo a insinuação que S. Ema. me havia feito? O cardeal ficou sem saber o que me respondesse. Trouxe-lhe então o exemplo de Clemente XII com Portugal, e lembrei-lhe que um breve semelhante para o bispo do Rio de Janeiro seria muito do agrado de Sua Majestade Imperial, para o livrar de contestações de autoridades: S. Ema. ficou muito satisfeito desta lembrança e me disse que lho pedisse eu por um requerimento.

Vou agora tratar de uma e outra coisa com aprovação de mon-



senhor Vidigal, e com a prontidão e fidelidade devida terei a honra de informar a V. Exa., desejando fazê-lo com a remessa do tal breve.

Não tratei nesta ocasião dos missionários, porque já sabia que não estavam prontos pela ausência do geral, e seria affigir o cardeal, que por seu descuido não estava este negócio concluído, e só fez o pedido com empenho no dia 15 do corrente, estando já o geral ausente de Roma, segundo me informou pessoa de dentro: espera-se pela resposta.

Lembrando-me que no Rio de Janeiro, nos dias santos dispensados se observa contudo a obrigação da missa, quando em Roma não acontece assim, procurei o decreto pelo qual o Santo Padre Pio VI havia reduzido os dias de preceito para os Estados pontifícios.

Junto tenho a honra de remeter a V. Exa. cópia do mesmo decreto com a sua competente tradução: V. Exa. o examinará e determinará se será bom fazer estender esta dispensa para o Brasil.

Sendo constante que o ano de 1826 deve ser santo em todas as partes do mundo católico, tenho igualmente a honra de remeter a V. Exa. as bulas do jubileu pelas quais o Santo Padre abriu o Ano Santo em Roma, para dar com antecedência uma ideia da formalidade, antes que por lá cheguem as que o Papa dirigir aos bispos cometendo semelhante abertura.

Incluso irá também um papel com as novidades mais notáveis de Roma, que eu não junto nesta carta temendo enjoar a V. Exa.

Peço novamente a V. Exa., que, como meu protetor, me faça a graça de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade Imperial pela ocasião do dia 29 do corrente, desejando que o Brasil desfrute tantos dias 29 de junho com a posse do mesmo agosto senhor em perfeita saúde, com quantos dias forem necessários para esta carta chegar às mãos de V. Exa.

Tenho a honra de considerar-me, com o maior respeito e veneração,

De V. Exa.

O mais humilde e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 04 JUL. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 6

Roma, 4 de julho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Participei já a V. Exa. que, em virtude da ordem de 30 de janeiro passado, tinha pedido os missionários; tendo-se-me prometido, escrevi a Garneiro o que V. Exa. verá da cópia junta n. 1 e dele tive a resposta constante do n. 2. Tenho solicitado a confirmação de frei José Maria de Maceratta, criando-se primeiro sede episcopal à prelazia de sua nomeação. Também solicito um breve para o diocesano do Rio de Janeiro fazer os processos aos nomeados por Sua Majestade Imperial para as igrejas episcopais vagas e vir, assim, tudo de uma vez aviado, evitando-se delongas. Tudo isto se me tem prometido, mas desconfio da realidade. Como pode acontecer que tenham efeito, previno a V. Exa. para que antecipe as ordens necessárias que me habilitem de meios pecuniários para as despesas.

A Santa Sé deseja prestar-se a Sua Majestade o Imperador, mas teme comprometer-se com Portugal pelas excessivas e constantes representações do conde do Funchal, o qual neste particular tem excedido os limites da decência, com que deve tratar a Sua Majestade o Imperador, nosso Augusto Amo, e tem apoio na opinião geral das pessoas influentes. Sem o ajuste definitivo com Portugal, nada se fará em regra.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello

[*Anexo 1*]

Cópia / N. 7

Roma, 8 de maio de 1825.

Para Garneiro e Brant:

Por ofício de 30 de janeiro último, do ministro e secretário de Estado da competente repartição, foi-me determinado, por ordem de Sua Majestade o Imperador, que solicitasse eu e pedisse à Propaganda seis missionários, que devem passar ao Brasil, para serem empregados como as circunstâncias exigirem. Fiz o pedido, foram-me concedidos os seis missionários e trato de os remeter por via de Gênova ao primeiro porto para onde se ofereça navio, a saber, Rio, Bahia, ou Pernambuco, fazendo saber aos presidentes das duas últimas províncias a ordem de Sua Majestade o Imperador, a fim de darem as providências precisas e

fazerem chegar os referidos missionários ao Rio. Quando tais missionários são pedidos, o governo que os pede paga as despesas. Nesta inteligência, previno a VV. Exas. que quanto me for preciso, pedirei aqui ao duque Torlonia e avisarei a VV. Exas., para o mandarem aí embolsar.  
Deus guarde a VV. Exas.

Monsenhor Vidigal

Ilmos. e Exmos. Srs. Felisberto Caldeira Brant e  
Manuel Rodrigues Garneiro Pessoa

[*Anexo 2*]

Cópia / N. 7

Londres, 27 de maio de 1825.

Tive a honra de receber o ofício que V. Exa. nos dirigiu sob n. 7, remetendo-me um despacho para a nossa corte e prevenindo-nos de que tem de fazer certa despesa com o transporte dos seis missionários que vai expedir para o Brasil. E quanto me cumpre dizer a V. Exa. a este respeito é que, apesar de não havermos recebido ordem para pagarmos essa despesa, estou pronto a fazê-lo, logo que V. Exa. me dê conhecimento da importância dela.

[*Felisberto Caldeira Brant & Manuel Rodrigues Garneiro Pessoa*]

Está conforme:  
Vicente Antônio da Costa



OFÍCIO • 18 JUL. 1825B • AHI 209/03/05

---

N. 11

Roma, 18 de julho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Recebo neste momento aviso de Antonio Moro, de Gênova, que a embarcação que se dirigia ao Rio de Janeiro havia demorado a partida

para o fim do corrente; e suposto que em 26 do p.p. e em 4 do corrente remeti a Moro cartas para dirigir a V. Exa. pela mesma embarcação, que me foi anunciada nos princípios de junho, vou aproveitar esta mesma ocasião para dizer a V. Exa. que no dia 10 do corrente chegaram a esta missão dois maços de gazetas dessa corte, de fevereiro e março até 17, e com elas dois officios de V. Exa. para monsenhor Vidigal em 1ª e 2ª vias, datados em 2 de março, com os quais tive eu a honra de receber, pela primeira vez, uma carta de S. Exa., de 3 do mesmo, que agradeço infinitamente.

Sinto não poder ainda dizer coisa alguma sobre o resultado da memória que apresentei ao cardeal como participei na minha de 4 de corrente; mas V. Exa. que tem conhecimento da delicadeza das deliberações de governo, para as quais é necessário tempo para discutir e pensar no negócio a deliberar-se, desculpará a demora de 16 dias que tem havido, cuja demora é por ora desculpável, porque não era de esperar que o Papa quisesse decidir por si só um negócio de tanta consideração, como é o que se trata, e por isso é necessário sofrer e não desanimar.

Ainda que na minha carta n. 10 eu dissesse que talvez se confirmasse Maceratta e se erigisse a prelazia em bispado sem as cartas de proposição e apresentação de Sua Majestade Imperial, não posso contudo capacitar-me que assim se faça, visto que nas bulas se deve referir absolutamente à proposição e apresentação do mesmo augusto senhor. Queira V. Exa. mandá-las quanto antes, porque, se forem necessárias, serão apresentadas; e se o não forem, não o serão e nenhum prejuízo pode resultar, o que resultará no primeiro caso pela demora de ida e vinda.

O Papa Pio VII, por breve de 21 de abril 1801, concedeu a Sua Majestade El Rei de Portugal, então também do Brasil, por um decênio, as rendas dos benefícios no ano de morte a favor do Tesouro; e parecendo este tempo assaz diminuto, o mesmo Papa, por outro breve de 21 de fevereiro de 1806, ampliou o breve antecedente, concedendo a mencionada graça por tempo de 25 anos, que deviam principiar no dia em que se expediu o primeiro breve, isto é, em 21 d'abril 1801. Deve, pois, acabar esta ampliação em igual dia de 1826, e eu tomo a liberdade de lembra[r] isto a V. Exa. para com antecipação ordenar que se solicite a continuação desta concessão a favor do imperial Tesouro Público.

Semelhantemente, tenho a honra de lembrar a V. Exa. que há vários privilégios de isenções de jejuns, cerimoniais, etc., que se concedem a vários príncipes católicos, suas casas e suas tropas: por exemplo,

indulto de ler e mandar ler na sua presença livros proibidos *quoscumque*; indulto para si e sua família comer carne na quaresma em todos os dias proibidos; indulto para mandar celebrar missa em altar portátil na sua própria câmara ou em alguma mais próxima; indulto para mandar dizer missa na sua capela, igreja, ou capela pública uma hora depois da meia noite e três depois do meio dia; e outros privilégios semelhantes que me parece que Sua Majestade Imperial não deve ser isento deles.

Incluso tenho a honra de remeter a *Notizia del Giorno* n. 28, que traz um art[igo] do Rio de Janeiro mandado inserir por mim. Encontrei aquelas portarias nos diários desta corte, e julguei mandá-las publicar aqui com dois princípios: o primeiro, com o de animar os missionários a irem sem receios pela proteção que encontram em Sua Majestade Imperial; o segundo, com o de ocupar os espíritos dos órgãos do Espírito Santo com as providências que Sua Majestade Imperial dá para ser informado do estado eclesiástico de diferentes bispados do Brasil.

Incluso remeto igualmente uma carta que o cavaleiro Luís Doria, residente nesta corte, me dirigiu pedindo a minha mediação para Sua Majestade Imperial aceitar a dedicação que ele deseja fazer ao mesmo augusto senhor de uma obra sua em poesia, intitulada *As Estações*. Indaguei qual era o costume que os soberanos da Europa praticavam quando se lhes faziam semelhantes dedicações: informaram-me que os soberano[s] faziam grande honra em aceitá-las somente; mas que, por um ato de generosidade e grandeza, e segundo as circunstâncias do oferente, muitas vezes mandavam fazer a impressão à sua custa.

Esta obra deve ser impressa em quatro volumes, e me asseguraram que a despesa andarà por 400 escudos: de uma ou d'outra maneira, queira V. Exa. fazer-me a honra de comunicar a augusta vontade de Sua Majestade Imperial a tal respeito, que eu a porei em prática, assegurando a V. Exa. que farei da minha par[te] todo o possível para fazer circular neste hemisfério os louvores devidos à proteção e auxílio que as belas letras encontram em um soberano de outro hemisfério.

O Hospício da Santíssima Trindade dos Peregrinos alojou no mês de junho o número de 33.648 peregrinos de ambos os sexos. O número que ali se alojaram de janeiro a junho foi de 97.901 peregrinos, a saber:

– peregrinos.....	60.591
– peregrinas .....	32.221
– irmãos agregados.....	3.731
– irmãs [ <i>agregadas</i> ].....	<u>1.358</u>
	97.901

Além destes, muitos outros milhares de peregrinos e [com]panhias vieram a Roma que se alojaram em outras arquiconfrarias, casas particulares, estalagens, adros d'igrejas, etc., cujo número ainda não está apurado.

Esta concorrência não fica aqui, pois que todos os dias chegam peregrinos e chegarão enquanto durar o jubileu. O comércio desespera de tal jubileu, que afugentou de Roma os estrangeiros que traziam e deixavam dinheiro e atraiu *peregrinagens* que trazem e deixam misérias.

Tendo-se deliberado a evacuação de 12 mil homens da tropa austríaca estacionada em Nápoles, no dia 8 do corrente (julho), chegou a Roma a primeira expedição: compunha-se ela do 2º Batalhão do Regimento n. 12 d'Infantaria Príncipe Lichtenstein. Tinha à testa o coronel Reisinger e o seu efetivo comandante, o major barão de Linden. Foi encontrado fora da porta de S. João Laterano pelo cavaleiro Zamboni, residente em Roma, para o comando das tropas austríacas que transitam, e por ele acompanhado aos alojamentos preparados fora da porta flamínia.

À súplica do barão de Frimont, príncipe de Antrodoco e comandante em chefe das tropas austríacas no Reino das duas Sicílias (que veio a Roma assistir a esta entrada), S. Santidade concedeu a todas aquelas tropas que transitassem por Roma a graça de adquirir o jubileu, visitando uma só vez a basílica do Vaticano, deixando a cada militar a faculdade de comungar em outra ocasião que lhes for possível. Em consequência, na manhã do dia 9, o dito batalhão se apresentou em corpo à referida visita; e passando depois à praça vizinha, denominada *il cortile di Belvedere*, o Sto. Padre de uma varanda lhe lançou a sua apostólica benção.

No dia 11 chegou a segunda expedição: compunha-se essa do 1º Batalhão do Regimento acima referido, comandado pelo major Haradanir. N[o] di[a] 12 foi também à visita e recebeu da mesma forma a benção de S. Santidade.

No dia 14 chegou a terceira expedição, isto é, o Regimento d'Artilharia n. 4, comandado pelo capitão Schumman, com 12 peças. No dia 15 foi à competente visita e benção. Cada uma destas divisões seguiram [*sic*] viagem no dia imediato ao da chegada a esta capital. Ontem, 17, chegou um corpo d'infantaria pela quarta expedição, mas não sei por ora qual seja.

Concluo pedindo a V. Exa. que me conserve na sua proteção e que

não se esqueça de mim. Izidoro da Costa e Oliveira, em iguais circunstâncias a mim, teve 2:600\$ rs de ordenado, e eu tive somente 1.600\$ rs. Não pretendo alegar o grande trabalho que tenho para merecer esta maioria de ordenado: eu não vendo fadigas, e de uma ou d'outra sorte não me pouparei a elas; mas somente peço a V. Exa. que me remeta à beneficência de Sua Majestade Imperial, porque o ord[e]nado que me deu não chega para ocorrer às minhas despesas, não só para as que dizem respeito ao meu particular, como às que são indispensáveis fazer em assuntos extraordinários para lustro da minha corte.

Tenho a honra de contemplar-me, com o maior respeito e consideração,

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 19 JUL. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 7

Roma, 19 de julho de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o ofício de n. 3, com data de 2 de março passado, no qual me faz saber que Sua Majestade o Imperador foi servido nomear o comendador Luís de Souza Dias para seu encarregado de negócios na corte de São Petersburgo, recomendando-me, ao mesmo tempo, preste ao sobredito comendador todos os auxílios ao meu alcance, para efetuar sua viagem [a]té o lugar do seu destino, e continuar a comunicar-me com ele em tudo que convier a bem do imperial serviço. Inteirado das imperiais ordens, porque o comendador Dias não fará trânsito por esta capital, me dirigi a ele por via de Paris, e tendo-lhe comunicado as ordens recebidas, ofereci-me sem reserva a prestar-lhe em tudo que dependesse de mim.

Na mesma ocasião recebi o ofício n. 2 da mesma data, no qual se me ordena o pedido de seis missionários, ordem que já havia recebido

no ofício n. 1 e à qual dei satisfação, como convinha e consta do ofício em resposta, de n. 4. Informei, pois, a V. Exa. que havia pedido os missionários, e que foram-me prometidos, e tratava de os remeter.

Em outro ofício, de n. 6, participei a V. Exa. que, tendo pedido os missionários, e sendo-me prometidos, duvidava da realidade da promessa: o mesmo repito agora. Sua Santidade está pronto a conceder tudo a S. Majestade o Imperador, mas nada concederá enquanto se não ultimarem as tratativas com Portugal, porque a isto se opõem o conde do Funchal, ministro português, de mãos dadas com os ministros d'Esanha e França.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 20 JUL. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 8

Roma, 20 de julho 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tendo escrito ontem a V. Exa. por via de Gênova, recebo neste momento os dois ofícios n. 4 e 5, aos quais vou responder.

No primeiro, de n. 4, ordena-me V. Exa. que promova com eficácia a remessa dos missionários capuchinhos, pedidos pelo prefeito do Hospício da Bahia ao seu geral aqui em Roma. Em execução, promoverei quanto estiver da minha parte para que vão com a possível brevidade tanto estes missionários pedidos pelo sobredito prefeito, como os seis requisitados por Sua Majestade o Imperador para terem exercício em outras províncias do Império.

Sobre este particular, informei já a V. Exa. o que cumpria e repito o mesmo: que sem estarem os negócios do Brasil terminados com Portugal e sua independência sancionada por Sua Majestade Fidelíssima, tudo são promessas sem realidade e se quer ganhar tempo. Porque o ministro português, conde do Funchal, se opõe à mínima concessão



feita ao Brasil e não tem cessado instância para ser eu daqui despedido, mas tem superado a minha paciência.

No segundo, em resposta à conta que dei a V. Exa. do resultado da conferência que tive com o cardeal secretário de Estado quando cheguei a esta capital, sou contente que Sua Majestade o Imperador aprovasse a minha permanência aqui. Posso afirmar a V. Exa. que a minha estada em Roma não tem sido inútil e que dela resultarão vantagens ao serviço de Sua Majestade o Imperador.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 06 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 12

Roma, 6 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Hoje tive a honra de receber os despachos de V. Exa. de 12 d'abril e de 19 de maio do corrente ano, que por tratarem ambos de um só objeto, vou ter a honra de responder em uma só carta.

Comprazendo-se V. Exa. de prevenir-me, no primeiro, da ordem que dera aos nossos plenipotenciários em Londres para suprirem as somas que fossem necessárias para o desempenho da expedição dos marinheiros; no segundo, há por bem mandar-me desistir da empresa deste ajustamento, estranhando o arbítrio que tomei de pedir ao duque Torlonia crédito para Gênova para encarregar-me de despesas a que não estava autorizado, ingerindo no crédito a monsenhor Vidigal.

Com a maior submissão e respeito, tenho a honra de p[ro]testar a V. Exa., que, assim como concebo grande prazer quando por algum serviço mereço a aprovação do meu superior, assim também me é assaz sensível quando, pelo contrário, desejando acertar, sou estranhado. Eu m'inclino, com a devida humildade, à advertência de V. Exa. e, como desejo merecer um benigno perdão pelo excesso que cometi, peço a V. Exa. que queira dar atenção às razões que vou expor.

Pelo ofício de 23 de novembro [de] 1824 que os referidos plenipotenciários me dirigiram, cuja cópia eu remeti a V. Exa. na minha carta n. 2, que já V. Exa. recebeu, me foi por eles assegurado que, tomando parte na comissão em questão, estavam prontos a fornecer-me os fundos necessários, uma vez que o transporte dos 300 marinheiros pudesse ser ajustado até ao preço de 40 piastas por cada um deles, e com a condição de ser metade paga por mim no porto do embarque e a outra metade, no Rio de Janeiro. Com esta esperança, fui a Gênova cometer o n[e]gócio a Antonio Moro com a carta que V. Exa. lhe dirigia e, como o negócio não podia ser dividido repentinamente e nem eu podia demorar-me ali, por dever entrar em Roma, deixei a Moro as instruções, [de] que remeti cópia a V. Exa. na mesma carta n. 2, nas quais não me afastei das condições que os plenipotenciários me arbitraram.

Depois de estar em Roma, recebi de Moro repetidas cartas, nas quais me persuadia que a remessa dos marinheiros se faria por alguma forma, mas que era necessário dinheiro para ela e me chamava que fosse aprontá-lo. Contemplando eu que a minha aparição em Gênova sem fundos seria irrisória, em 20 de janeiro representei aos plenipotenciários que para eu ir a Gênova concluir aquele negócio, não bastava a segurança que eles me tinham feito de fornecer os fundos necessários; era mister que me mandassem acreditar em alguma casa ali, ainda que fosse condicionalmente, para aceitar as minhas letras, como V. Exa. verá do artigo junto por cópia n. 1. Continuou Moro a apertar-me para ir a Gênova sem perda de tempo; e como não era possível receber a resposta de Londres tão depressa e, por outra parte, os muitos projetos de Moro me faziam temer algum arbítrio que tivesse mais sucesso – como participei a V. Exa. na minha carta n. 4, remetendo não só as cartas que Moro me escrevia, mas cópias das minhas respostas –, foi então que, por conselho de monsenhor Vidigal, pedi ao duque Torlonia um crédito para aquela praça, a fim de aparecer ali para dizer ao que ia.

Confesso, Exmo. Sr., que não me passou pela ideia que esta providência, que me pareceu prudente, alterasse ou diminuísse as condições que os plenipotenciários me impuseram. *Primo*: porque se os plenipotenciários estavam prontos a fornecer-me fundos para o pagamento à vista do meio de transporte no caso da verificação da remessa, tanto importava que semelhante soma me fosse suprida por abonação de Torlonia para fazê-lo, como se fosse suprida por outra qualquer pessoa, [a]inda mesmo por Moro, que se quisesse fiar na minha palavra, como se fiava Torlonia, pelo pagamento em Londres. A abonação de

Torlonia não teve outro princípio senão o de ir eu certo que, no caso de necessidade, achava em Gênova quem me desse dinheiro para o pagamento do meio frete: não se comprometeu neste pedido o nome da corte; não se disse claramente para que fim era; e nem se lh'a pediu por nota ou bilhete de garantia. Foi concedida por amizade; e monsenhor Vidigal não se ingeriu neste negócio, senão no dizer simplesmente a Torlonia que eu tinha urgência de abonação em Gênova, e isto depois d'eu já a ter pedido e obtido (é verdade que por seu conselho, pela aflição em que me via). Neste momento em que escrevo, combatido da mais cruel agitação, não posso ajuizar quais fossem as frases com que se comunicou este fato a V. Exa.

*Secundo:* porque nas diligências em que me ingeri com a abonação de Torlonia em Gênova, para ver se verificava a remessa dos marinheiros, não prometi mais de 40 piastas por indivíduo e nem mais do pagamento à vista de meia passagem. A minha carta n. 5 – que vai igualmente agora junta por cópia n. 2 e que acompanhou então diversas cartas que Moro m'escrevera e que eu remeti a V. Exa. para comprovar que a minha ingerência fora absolutamente necessária – mostra o zelo do serviço com que me prestei em semelhante negócio, sem me afastar das condições que os plenipotenciários m'impuseram.

*Tertio:* porque além da segurança que os plenipotenciários me fizeram por escrito, de fornecer-me os fundos para a remessa dos marinheiros, me recomendaram vocalmente, na presença de monsenhor Vidigal, e muito positivamente, que não fiasse eu este negócio somente de Moro, porque, sendo estrangeiro, olharia mais para os seus interesses; que influísse eu nele e que ficasse advertido que eles só pagariam tais despesas sendo feitas por minha mão e por letras que eu sacasse sobre eles, pois que não conheciam responsabilidade em Moro. Em que, pois, me acusaram eles de arbitrário?... Em levar a Gênova uma segurança que achava dinheiro se me fosse necessário!... Se a produção que eles me asseguraram de palavra e por escrito não era ilusória, qual deveria ser o meio que eu devesse tomar para fazer o pagamento do meio frete, se Moro pudesse expedir então no momento os marinheiros? Confesso (segunda vez) que não posso atinar com o comprometimento ou prejuízo que semelhante abonação pudesse contribuir.

Se todo este aranzel que se fez a V. Exa. causa em mim a maior aflição, por não desejar de forma alguma dar o mais pequeno motivo que altere a tranquilidade d'espírito de V. Exa. e porque ofende d'alguma maneira o meu crédito, fica-me contudo uma esperança li-

sonjeira que depois que V. Exa. recebesse a dita minha carta n. 5, que vai agora por cópia n. 2, e a de n. 6, que vai também por cópia n. 3, nas quais eu referia todos os passos que dei a tal respeito e a inutilidade deles, carregando sobre mim as despesas da viagem e das diligências, por ter somente em coração o zelo pelo serviço, terá V. Exa. conhecido que, sem que recebesse ordem para desistir da negociação, em nada me aproveitei da abonação de Torlonia; e que o único ponto a que se limitava a minha glória era o fazer conhecer a V. Exa. que a ninguém cedo no desejo de me prestar ao serviço de Sua Majestade Imperial e da pátria com mais desinteresse, e [a]inda mesmo com sacrifícios físicos e da minha algibeira.

Esperançado na retidão de justiça que sempre admirei nas deliberações de V. Exa., espero que V. Exa. benignamente me absolva desta culpa; e que se este fato, por fatalidade minha, foi afeto a Sua Majestade Imperial, a cujos pés me curvo para beijar a sua sagrada mão, V. Exa., como meu protetor e benfeitor, me faça a esmola de desvanecer qualquer efeito que ele tenha produzido contra mim, a fim de me restituir à sua imperial graça, assegurando ao mesmo augusto senhor que tal excesso foi cometido pelo zelo que tenho pelo seu imperial serviço.

Tenho a honra de protestar-me, com o maior respeito e consideração,

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello

[*Anexo*]

Cópias

N. 1

Cópia de um artigo da carta de 20 de janeiro de 1825, que dirigi aos nossos plenipotenciários em Londres.

[...] Da carta a selo volante que dirijo nesta ocasião para o nosso exmo. ministro, verão VV. Exas. os passos que tenho dado para se efetuar este negócio (o dos marinheiros); e ainda que das respostas até

agora recebidas de Moro não se possa concluir qual será o meio que se seguirá na remessa dos marinheiros, monsenhor Vidigal me lembra, e muito bem, que peça eu a VV. Exas. um crédito condicional para Gênova, visto não me terem dado senão a autorização de sacar, a fim de que, quando Moro tenha contratado alguma coisa, possa eu estar seguro que tenho em Gênova pessoa que aceite a minha letra, e não seja necessário pedir no momento a VV. Exas. e que a demora de ida e vinda transtorne a negociação e padeça o meu crédito, que me obriguei pagar à vista metade do frete, como VV. Exas. me insinuaram [...]

## N. 2

Cópias dos artigos da minha carta n. 5, de 27 de fevereiro de 1825, dirigida a V. Exa., que diz respeito ao negócio dos marinheiros.<sup>5</sup>

## N. 3

Cópia de um artigo da minha carta n. 6, dirigida a V. Exa. em 15 de março de 1825.

[...] Aproveito esta ocasião para remeter a V. Exa. a 2ª via da carta que tive a honra de escrever a V. Exa. em Gênova, dando solução do negócio dos marinheiros que ali me levou; e permita-me V. Exa. que acrescente agora, que tendo tomado aquela resolução voluntária pelo grande desejo que tenho de fazer algum serviço a Sua Majestade Imperial, não pretendo exigir o embolso das despesas que fiz na viagem de ida e volta, e diligências que se fizeram – que monsenhor Vidigal estava pronto a ressarcir-me, contemplando a pequenez do meu ordenado e serem elas feitas em serviço do Estado. Tudo carreguei sobre mim, e até mesmo as despesas do correio que Antonio Moro havia feito com os portes e importações de cartas para V. Exa. e para mim em consequência de tal recomendação, dizendo-lhe que não queria nem que ele tivesse prejuízos, nem que aparecesse na minha corte despesas de um negócio que não teve efeito; e por este modo o desliguei de alguma obrigação que ele se julgasse credor ao meu governo.

Estão conformes:

Vicente Antônio da Costa

<sup>5</sup> N.E. – Trata-se do ofício de 27/02/1825, transcrito a p. 42-44.



OFÍCIO • 12 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 9

Roma, 12 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar recepção do ofício n. 6, com data de 12 d'abril passado, no qual se me participa que Sua Majestade o Imperador foi servido nomear para agente político do Império junto à corte do grão-duque de Mecklemburgo ao capitão d'engenheiros Eustáquio Adolfo de Mello e Mattos, recomendando-se-me de comunicar-me com ele e coadjuvá-lo, em tudo quanto estiver da minha parte, para o bom desempenho da sua comissão. Inteligenciado de quanto se me ordenara, em tempo hábil satisfarei as imperiais ordens.

No mesmo ofício se me participou ter Sua Majestade Imperial anuído às representações do major Schaefer, que pedia ser revestido de algum caráter político na Baixa Saxônia e Cidades Livres Hanseáticas, que fora atendido e deferido. Igualmente farei desta participação o uso que convier a bem do imperial serviço.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 12 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 10

Roma, 12 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho presente o ofício de V. Exa. de data de 18 maio passado, em resposta à participação que dirigi a V. Exa. de estar a independência do Brasil reconhecida pela Inglaterra, segundo me tinham comunicado

os nossos plenipotenciários de Londres. Não fui só eu que cri neste reconhecimento; o cardeal secretário d'Estado também se persuadiu disso: motivo por que nessa ocasião me dirigi a ele, por via do secretário desta legação, para ver se tinha uma aberta de entrar em alguma tratativa de vantagem, mas sem efeito. Espero todos os dias que V. Exa. me participe o resultado da missão de lorde Stuart, porque só do seu resultado poderá este governo tirar consequências vantajosas ao Império: então terá lugar a marcha dos negócios segundo as instruções recebidas.

Pelo que pertence ao melhoramento do meu ordenado, muito confio na magnanimidade de Sua Majestade o Imperador e na proteção de V. Exa., podendo-o certificar que o meu atual vencimento é absolutamente insuficiente para viver com alguma decência, quanto mais tratar negócios em Roma, país como este que, apenas se faz uma visita de cumprimento, ao voltar a casa se acha à porta todos os criados da casa visitada, a exigir o que eles chamam *mancia* – sem excetuar os criados do cardeal secretário d'Estado e do mesmo Santo Padre –, diligências que impreterivelmente repetem duas vezes no ano.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 12 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 11

Roma, 12 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Respeitosamente acuso a recepção do ofício de V. Exa. n. 8, de data de 19 de maio passado, no qual me observa que constava nessa Secretaria de Estado que o oficial da mesma, empregado nesta legação, solicitara e eu protegera uma abonação do duque Torlonia para Gênova, a fim de prevalecer-se dela para expedição de uns marinheiros, solicitada pelo negociante Antonio Moro; e que o sobredito oficial não estava autorizado para tais arbítrios. Em abono da verdade sói a dizer a V. Exa. que o oficial dessa Secretaria de Estado que serve de secre-

tário desta legação não excedeu os limites da sua autorização, porque estava autorizado, ainda mesmo pelos plenipotenciários de Londres, para pagar metade da passagem. Foi a Gênova chamado por Antonio Moro: não havia tempo de recorrer a Londres. Foi então que solicitou a sobredita abonação, e eu a apoiei; e disto deu imediatamente conta a V. Exa. e para Londres. Não teve efeito tal remessa de marinheiros, desvaneceu-se a abonação. A isto, se deve acrescentar que o secretário desta legação portou-se neste negócio com todo zelo e boa-fé, não lhe sendo aplicável qualquer sinistra interpretação, nem de outra maneira teria de mim apoio.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 12 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 13

Roma, 12 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em resposta ao que V. Exa. me fez a honra de recomendar no fim do seu venerável despacho de 12 d'abril último – para que eu ajude, quanto me for possível, os passos de monsenhor Vidigal –, tenho de agradecer a V. Exa. esta recomendação como prevenção em que me põem de que o meu comportamento a tal respeito tem merecido a aprovação de V. Exa., pois que não me tenho descuidado de o participar a V. Exa. ainda as mais pequenas coisas.

Em uma carta sem número que escrevi a V. Exa. em 12 de maio último, lhe dava uma informação do desgraçado sistema e administração dos negócios de Roma, que presentemente se maneij[am] por subornos.

Também informei a V. Exa. que mandou-se um eclesiástico para ouvir a monsenhor e que, três ou quatro vezes que tem vindo a título de conferências, não tem excedido nem tratado senão de cumprimentos e notícias da saúde: é este um certo abade Galanti, secretário da Tesouraria Geral, que tem a habilidade de ser de ambos os partidos a



quem se deseja favorecer, porque é pobre – há pouco tempo era praticante de uma repartição e inda hoje tem dois tios carregando fardos na alfândega.

Este mesmo abade foi encarregado de se corresponder com o enviado de Colômbia (que continua a residir em Florença) sobre os assuntos daquela Igreja, e agora acabou de obter uma graça – cuja natureza não me tem sido possível saber, pelo segredo com que fora tratada e expedida –, pela qual teve de levar 500 escudos, dados por mão de Torlonia, que me disse e a monsenhor, com muito segredo, para aprendermos.

Não tem servido de menos obstáculo a sermos ouvidos e atendidos, vendo-se que Camilo Luís de Rossi, agente dos negócios eclesiásticos de Portugal, agencia também os negócios eclesiásticos do Brasil: é constante a todos, por fatos, que a sua maior ocupação é solicitar da Cúria expedições de diferentes objetos para o Brasil, que lhe são recomendados por diversas pessoas, e em particular pelo padre Francisco dos Santos, secretário do bispo dessa corte, de quem todos os meses tem novas encomendas. Monsenhor Vidigal foi mandado do Brasil como seu ministro, eu como secretário e agente dos negócios eclesiásticos, a quem deviam dirigir-se-nos de [*sic*] particulares; ambos nós nenhuma encomenda temos tido dos nossos patrícios; e os cardeais, chefes de repartições e o mesmo público, que sabem disto, filosofeiam [*sic*] sobre o fim da nossa missão, contemplando que os negócios do eclesiástico do Brasil são dirigidos ao agente da nação de quem se quer desligar; e por isso se diz que a nossa residência em Roma é pueril.

Tendo apresentado, no 1º do passado, ao cardeal secretário de Estado uma memória sobre as circunstâncias e negócios do Brasil e um requerimento para Sua Santidade autorizar o bispo do Rio de Janeiro a tirar os processos dos bispos que Sua Majestade Imperial houver por bem nomear – em resultado da insinuação que o mesmo cardeal me havia mandado fazer a V. Exa., como tudo participei miudamente nas minhas cartas n. 10, de 26 de junho; de 4 de julho, sem número; e n. 11, de 18 do mesmo, remetendo cópia de tudo, as quais dirigi por via de Gênova para aproveitar uma embarcação que a esta hora já terá partido para esse porto – e não tendo até ao dia 8 do corrente o cardeal dado solução de coisa alguma, pedi a monsenhor Vidigal uma licença para ir beijar a sagrada púrpura do Exmo. secretário de Estado.

É escusado tomar eu o tempo a V. Exa. com a narração que fiz ao cardeal do perigo em que estava o culto religioso no Brasil; do perigo

em que está Roma de perder a sua influência naquele continente; da crítica que já pelos cafés e botecos do Rio de Janeiro, e mesmo aqui em Roma, se fazia da indiferença com que o Papa olha para aquela parte da cristandade, importando-se mais com a condescendência de negócios políticos do que com a dos da Igreja que rec[eb]eu de Deus para reger com imparcialidade; e de outras muitas coisas que a controvérsia dava lugar; e que eu, por encontrar nele uma fraqueza extraordinariamente grande e pelo aborrecimento em que já estou de tanta relaxação, disse e representei.

Exmo. Sr., apertei quanto é possível imaginar a consciência do cardeal, que tanto tremia eu, como ele. Disse que Sua Majestade Imperial, como filho da Igreja, tinha feito e fazia o seu dever: que de tão longe mandou um enviado a Roma, com grandes despesas e sacrifícios, para buscar o Padre Comum, e que este ainda não fora ouvido nem recebido, em contravenção dos direitos públicos que nos regem; que somente por esta repugnância tinha a Santa Sé feito uma ruptura com o Brasil; e que se Sua Majestade Imperial, vendo-se escandalosamente desprezado pelo chefe da Igreja romana, se resolver a mandar retirar de Roma o seu enviado, não manda segundo! Que todo o dano que daí resultar à cristandade caía sobre os ombros do Santo Padre e de S. Ema., como seu secretário de Estado; e Sua Majestade Imperial chamava à razão a Sé, dando uma satisfação ao mundo inteiro.

O cardeal, com o maior compungimento [sic], levando os olhos ao céu, confessou-me<sup>6</sup> <que neste negócio havia intrigantes que, por trás dele, iam despersuadir o Papa dos seus conselhos; que, da sua parte, tinha feito quantos esforços lhe eram possíveis para ouvir e receber a missão de S. M. I., mas que, como este era o seu conselho, por isso mesmo era desprezado e até escarnecido. Aconselhou-me que me dirigisse eu mesmo ao Papa com o pretexto de lhe beijar o pé e que, nessa ocasião, representasse tudo quanto lhe havia dito como coisa insinuada pelos parentes no Brasil>. Eu disse ao cardeal que já o teria feito se não receasse que ofendia a delicadeza e respeito com que o devo tratar, pois que tudo quanto S. Ema. me acabava de dizer eu já o sabia por muita gente.

Disse-me nesta ocasião, muito em particular, que hoje, quinta-feira, 11 de agosto, devia haver congregação de bispos e regulares para decidir a pretensão da autorização para o bispo do Rio de Janeiro: se eu souber do resultado em tempo, comunicarei em seguimento desta,

6 N.E. – A partir deste ponto, texto cifrado no original.

pois só será fechada amanhã para aproveitar o correio a tempo de ir no pacote de setembro; e se não o souber em tempo, o farei em outra carta à ventura.

A respeito dos missionários, disse-me o cardeal com franqueza que o geral dos capuchinhos não os aprontará enquanto estiver ausente, pois que, tendo-lhe escrito três cartas, a todas tem respondido que só com a sua chegada a Roma poderá escolher os sujeitos.

É quase meio-dia, e vou fechar o correio sem saber do resultado da congregação; mas escreverei no de domingo, se com efeito se decidiu alguma coisa.

Tenho a honra de continuar a protestar-me, com o maior respeito e consideração,

De V. Exa.

O mais obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 16 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 14

Roma, 16 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No momento em que expedi o correio de 12 do corrente, apareceu a monsenhor Vidigal o abade Galanti para dizer-lhe, como grande novidade, que no dia antecedente (quinta-feira), pela manhã, o cardeal secretário de Estado o havia mandado chamar para lhe pedir a memória e requerimento que eu havia feito, a fim de serem apresentados na congregação que se reunia naquela noite para discutir sobre tais assuntos; e pretendendo o nosso Galanti revestir-se de direito a algumas luvas, pretendeu fazer crer a monsenhor que a lembrança da convocação de tal congregação fora sua (quando eu já participei a V. Exa., no p.s. da minha carta n. 11, de 18 do passado, que o Papa pretendia propor a discussão do negócio à sua congregação) e que ele havia apaziguado certo cardeal que era contrário à missão do Brasil. Mas monsenhor, que não engole pílulas com tanta facilidade, foi-o ouvindo e pergun-

tando qual havia sido a deliberação: respondeu que só segunda-feira (ontem) é que o podia saber, porque nesse dia pretendia ir ao secretário de Estado. Estamos na terça-feira e o nosso protetor não aparece, tendo dado causa a que eu deixasse de escrever a V. Exa. no domingo, como prometi.

Pelo cardeal Pacca, que foi um dos convocados e que eu, com antecedência, o havia instruído da desgraçada situação em que se acha a Igreja brasileira, me foi dito que este negócio foi discutido na presença do pontífice e que a decisão ficara adiada a outra congregação. Asseverou-me que as disposições eram boas e que na congregação estavam alguns cardeais mui bem dispostos a favor do Brasil. Recomendou-me que tranquilizasse o meu espírito e que 12, ou 15 dias depois, saberia dele notícia favorável do negócio, ao qual podia augurar boa decisão.

Ainda que sou [*sic*] alguma coisa pecável na credulidade, contudo custa-me crer que a decisão seja totalmente como desejo. Fundo minha desconfiança pelas vozes que, depois do meu último aranzel com o secretário de Estado, me têm soado pelos ouvidos, entoadas por algumas pessoas que cercam o Papa: são elas, que Sua Majestade Imperial não tem razão de ofender-se da repugnância da Cúria Romana, porquanto também o senhor duque de Bragança, tirando a Coroa de Portugal da dominação espanhola em 1640, não pôde obter do Papa com tanta facilidade socorros para a Igreja portuguesa, que só em 1671, com muitas diligências e com a proteção d'el rei de França, é que foram confirmados diversos bispos para as igrejas vagas, omitindo-se ainda a declaração do nome d'el rei como padroeiro. Em resposta a isto, tenho dito que as circunstâncias de Sua Majestade Imperial e do Brasil são mui diferentes das do então senhor duque de Bragança e do Reino de Portugal e que nem o poder eclesiástico no temporal do século XVII existe com a mesma influência no XIX, em que a Santa Sé reconheceu o padroado da Igreja de França na pessoa do usurpador Napoleão.

Não obstante, porém, esta minha suspeita, é necessário não desanimar: ontem, ou esta manhã, afixou-se convite para uma congregação de cardeais, bispos e regulares no dia 19. Veremos se ela nos diz respeito e se posso dar vivas completos ao cardeal Pacca. Este purpurado mostrou-se-me muito amante de Sua Majestade Imperial e, por isso, muito interessado pelo Brasil. Leão XII o ouve com atenção e a ele deve o papado, pois que entrou no conclave com 11 votos à sua disposição.

Se o meu parecer pudesse merecer contemplação, eu lembraria a V. Exa. que cometesse a Pacca a protetoria da Igreja brasileira, dirigindo a monsenhor, como enviado do Brasil, a carta de convite para

o cardeal e ordem para o ir procurar em pessoa: por dados que tenho, afianço a V. Exa. que o cardeal aceita.

A corte de Portugal, no tempo da luta d'Espanha, teve o cardeal Orsini por seu protetor e dava a este 30 mil cruzados anuais. Continuou a ter protetor até ao tempo do cardeal Conti, que foi Papa Inocência XIII: depois deste, não consta que tivesse outro. As mais potências sempre os tiveram e inda hoje muitas os conservam; mas nunca lhes deram a extraordinária pensão que dava Portugal. Nápoles há pouco tomou por seu protetor o cardeal Ruffu, mas não sei quanto lhe dá; também não sei quanto dá a Áustria ao seu, que é Albani. Sardenha deu ao seu uma comenda com tença de dois mil escudos cada ano. Que muito seria que Sua Majestade Imperial, fazendo Pacca protetor da Igreja brasileira, o fizesse dignatário do Cruzeiro, com uma tença de quatro mil escudos, já que o Brasil é império? Desculpe V. Exa. esta proposição, que certamente a não fizera se não tivesse em peito o desejo de não ver o Brasil figurar em Roma somenos a outra potência e se não julgasse que a protetoria é conveniente ao bom êxito dos negócios.

Sábado, 13 do corrente, fizeram-se na Igreja do Espírito Santo as exéquias pelo rei de Nápoles, a que assistiram os corpos cardinalício, diplomático e nobreza romana. No melhor da função, por casualidade, pegou fogo em uma tribuna: os convidados quiseram fugir no momento, mas as circunstâncias não lhes prometeu, e só o cardeal Guerreiro o fez, por ter aberto com arrojo caminho para escapar. O fogo cessou imediatamente, não ofendeu a pessoa alguma e nem causou prejuízo notável. No dia 20, aniversário do rei presente, haverá uma grande festa com jantar diplomático, recebimento à noite com música, canto e fogo artificial.

Em uma das minhas cartas antecedentes, participei a V. Exa. que se esperava em Roma um embaixador extraordinário, que vinha, da parte de Sua Majestade o Imperador d'Áustria, agradecer ao Papa o cumprimento que lhe havia mandado fazer em Milão pelo cardeal Albani, por cuja missão ganhou o cardeal uma caixa d'ouro, circulado de brilhantes, no valor de 5 mil escudos. O embaixador esperado é o conde Gilberto Borromeo: chegou no dia 29 do passado e teve a competente audiência de Sua Santidade no dia 6 do corrente. Daqui passará a Nápoles em outra igual missão. No dia imediato ao da chegada, aceitou um jantar do encarregado de negócios d'Áustria, apesar de ter recusado o seu alojamento no palácio que a corte d'Áustria tem nesta corte, que presentemente está vazio, e por cujo fato o encarregado se tem queixado, sem que eu saiba o fundamento.

Todos os dias se espalham em Roma profecias de novas promoções de cardeais, mas o Papa a todas desfaz, pela oposição em que está de inteiro o número do Sacro Colégio. Por uma parte tem razão, porque a maior parte dos aspirantes ao purpurado são do mesmo calibre do maior número dos existentes; porém, as más línguas e interessados dizem que é porque o Papa deseja viver só e o seu tesoureiro, que lhe atulha os cofres à custa de impostos ao público, a quem deve tocar o capelo na primeira promoção [*sic*].

O ano continua a ser santo e o pontífice não só faz diligências de sê-lo, mas até concorre para outros, beatificando e canonizando novos. Continuam igualmente as procissões de jubileus, com o pontífice no centro entoando a ladainha; e não obstante estas obras pias, o sistema governativo não desmente a crítica de Dante:

*Conviene che mal vada  
Il pastorale unito alla spada*

Não admire, pois, V. Exa. que Roma seja mais turca do que grega: as notícias em favor desta são abafadas; e em favor daquela são espalhadas com certo entusiasmo incrível a todo o bom senso. O Papa reside em São Pedro, onde goza perfeita saúde: tem feito bem a seus parentes; perdoou 20 mil escudos que o barão Ancaiana, seu parente, governador do Forte de Santo Ângelo, devia ao Estado; e propôs-se a pagar do seu bolsinho à praça, em consignações mensais, outro tanto ou mais que o tal barão devia.

Eis as novidades mais frescas, que não andam em gazetas, e que eu as dou a V. Exa., cuja mão beijo muitas vezes, pela honra que me faz em solicitá-las; e aproveito esta ocasião para renovar os meus respeitossos protestos de veneração e obediência, contemplando-me,

De V. Exa.

O mais obediente e agradecido súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 28 AGO. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 15

Roma, 28 de agosto 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em aditamento à minha carta n. 14, de 16 do corrente, tenho a honra de participar a V. Exa. que na segunda-feira, 22, o cardeal Pacca<sup>7</sup> me mandou prevenir que naquela noite se fazia congregação sobre os negócios do Brasil e que esperava por mim às 8 horas da noite do dia seguinte, terça-feira, para me instruir do resultado. À hora dada me apresentei a S. Ema., a qual, depois de me persuadir d[os] esforços que fizera na congregação para fazer convencer certos companheiros da necessidade que tinha o Papa de entrar nos seus deveres como cabeça da cristandade, e depois de protestar-me que nem monsenhor Vidigal, nem eu tomaríamos mais parte, nem diríamos tanto como ele tomou e disse, me comunicou que a decisão fora:

que o Santo Padre, como chefe da Igreja Universal e criado para sustentar a Igreja de Deus e não para [imolá-la], tinha poder e devia prestar-se às requisições espirituais do chefe temporal da cristandade espalhada pelo Brasil; e que nesta qualidade, que não devia condescender nem ingerir-se em opiniões ou matérias políticas, era obrigado a ouvir, e ouvisse quanto antes a missão do imperante do Brasil, de que monsenhor Vidigal viera encarregado de expor à Santa Sé.

Acrescentou que na congregação se tratou como feitos de velhice a ensinação que tive do cardeal secretário de Estado para mandar dizer a V. Exa. que Sua Majestade Imperial nomeasse com antecipação os bispos que necessitasse, pois que tal nomeação não podia ter vigor senão depois de fazer-se uma concordata com a Santa Sé, a qual só pode ter lugar em resultado das conferências que se fizerem com monsenhor Vidigal, e por isso que não se deferira naquela ocasião a autorização que eu pedi para o bispo do Rio de Janeiro formar os processos, e só em tempo competente seria deferida, cujo exemplo tem sido comum, em diferentes épocas, a diversos Estados em falta de núncio.

Acrescentou, mais, que no fim da congregação se assentara que, sendo necessário fazer-se uma concordata com o Brasil pela qual se

---

7 N.E. – Todas as menções ao cardeal Pacca estão cifradas no original.

confirme ou se fixe os direitos que devem pertencer a Sua Majestade Imperial como soberano do Império, e sendo constante que [Carlo Stuard] fora ao Rio de Janeiro levar proposições de Sua Majestade Fidelíssima (que se julgam vantajosas a uma e outra potência) e contratar o reconhecimento da independência, parecia prudente demorar a chamada de monsenhor Vidigal até que chegasse notícia do resultado das tratativas, a fim de se poder trabalhar definitivamente nos assuntos da nova concordata; assegurando-me o cardeal Pacca que Sua Santidade estava na firme resolução de prestar-se à missão de Sua Majestade Imperial, quer se verifique o reconhecimento, quer não, e que esta demora não tinha outro princípio senão o de ver (no caso que o reconhecimento se realize) se se evitam ofensas que a corte de Portugal possa alegar contra a Cúria Romana em menoscabo da consideração que ela tem por Sua Majestade Fidelíssima.

Eu repliquei que não podia crer na firmeza de tal resolução, porque já me constava que o Papa pretendia aplicar a Sua Majestade Imperial o exemplo do senhor rei d. João IV, que não pôde obter em sua vida a consideração da Santa Sé sobre a Igreja portuguesa: respondeu-me (com expectação de que eu o tivesse sabido) que não fizesse caso deste dito, porque Sua Santidade tinha muito em coração a cristandade do Brasil; que era verdade que este exemplo fora oferecido e discutido, mas que mui depressa fora desprezado, porque as circunstâncias e os tempos são mui diferentes. E por esta ocasião acrescentou ele que se estas considerações não bastassem para desfazer a minha incredulidade, soubesse eu que Sua Majestade o Imperador da Áustria se declarou ultimamente ao Papa, por via do núncio, em favor de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Em seguimento de assuntos que ele trazia na conversação para desculpar o Papa na demora até chegar novas notícias do Brasil, me disse que constou ao Papa que no correio de segunda-feira, 22, viera carta de Lisboa, em a qual se dizia que o Brasil estava agitado com uma revolução a favor do absolutismo e da reunião a Portugal, em cuja fonte representava Sua Majestade Imperial: eu destruí esta calúnia com razões bem fundadas e lhe asseverei que tinha cartas e documentos que provavam o contrário. À despedida, me recomendou que o informasse sucessivamente de todas as notícias que tivesse do Brasil, para ele o poder fazer ao Papa.

Parece-me que já em uma das minhas antecedentes disse a V. Exa. que, para evitar a continuação de se publicar nas gazetas de Roma algu-



mas notícias mentirosas sobre o Brasil, que aqui se forjavam, me fizera amigo do redator, procurando obrigá-lo a fim de me prevenir dos artigos que lhe mandam publicar sobre o Brasil, antes de inseri-los. Em consequência, na quarta-feira, 24 do corrente, o redator me comunicou que Camilo Luís de Rossi lhe levara um artigo para inserir, sobre uma revolução no Brasil, em que Sua Majestade Imperial representava, tirado de sua carta de Lisboa. Eu disse ao redator que não o inserisse porque era falso, e que em poucas horas lhe daria a notícia verdadeira da tal sonhada revolução com documentos oficiais. Arranjei imediatamente um artigo de carta, instruindo-o com duas portarias que por felicidade me vieram à mão pelas gazetas portuguesas, e o fiz publicar como V. Exa. verá na gazeta inclusa, ficando, assim, anulado e sem publicidade o artigo do curioso.

A novidade mais particular que temos do governo pontifício é a excomunhão que Sua Santidade, por breve de 19 do corrente, condenou a Guilherme Vet, bispo de Deventer, do estado de Utrecht, o qual, tendo sido proclamado bispo, apressou a sua sagração sem procurar a confirmação da Santa Sé, e escreveu ao Papa, em 13 de junho, dando conta do seu procedimento, corando-o com razões que lhe pareciam atendíveis.

Pessoas prudentes não louvam tão decidida condenação antes de se ter procurado meios de conciliação. O breve irá com a 2ª via desta, por via de Gênova.

Também se diz que a missão do México terá melhor acolhimento do que teve a de Colômbia. O enviado desta, que é Inácio Texada, ainda reside em Florença, mas creio que tornará breve a Roma, pois que ele assim o mandou dizer ao duque Torlonia, em consequência de cartas lisonjeiras que recebera do cardeal secretário d'Estado.

À exma. sra. d. Anna e exmos. filhos de V. Exa. beijo a mão muitas vezes, desejando-lhes feliz saúde; não menos a V. Exa., de quem me confesso, com o maior respeito e consideração, ser

De V. Exa.

O mais obediente e agradecido súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 10 SET. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 12

Roma, 10 de setembro 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Vou nesta ocasião à presença de V. Exa. para pedir esclarecimentos de um fato, que aqui se classifica como atentado, perpetrado por Sua Majestade o Imperador.

No 1º do corrente mês, veio ter comigo um eclesiástico, demandado do cardeal secretário de Estado, dizendo-me, da parte deste, que vinha saber se eu lhe podia dar a razão pela qual Sua Majestade o Imperador se tinha arrogado o direito de nomear vigário capitular de Pernambuco ao bispo de Cochim e consentido que este tomasse posse do bispado, como era constante a Sua Santidade por carta recebida de Lisboa (creio do núncio ali residente), o que o Santo Padre e a sua Cúria reputavam um enorme atentado contra os sagrados cânones e direitos da Santa Sé.

Como sobre este particular não tive alguma instrução, tomei sobre mim a resposta e lhe disse que o bispado de Pernambuco estava sem próprio bispo há 15 para 16 anos, porque dois nomeados e sagrados haviam falecido antes da posse; que o cabido de Pernambuco, sabendo estar no Rio de Janeiro o bispo de Cochim, com intento de renunciar, ou tendo renunciado àquele bispado, o elegera seu vigário capitular, e nesta conformidade Sua Majestade o Imperador para ali o havia mandado, *ex vi* da grande necessidade e falta que ali fazia a assistência de um prelado, tendo sido aquela província a mais turbulenta do Império. Replicou-me, que o cabido não podia nomear aquele prelado, por não ser do próprio grêmio; mandei-lhe que visse o Concílio de Trento, que mandando aos cabidos nomear vigário capitular na falta do próprio bispo não lhes impunha o ônus de ser do próprio grêmio, e que a necessidade e utilidade da Igreja era[m] a suprema lei dela; demais, que Sua Majestade o Imperador queria no seu Império a ordem, que promovia o interesse e cômodo de seus súditos por todos os meios a seu alcance, por cujo motivo me havia aqui mandado, com toda pressura e diligência, representar ao Santo Padre as necessidades espirituais da Igreja brasileira e suplicar-lhe o competente remédio: o fato era que

eu estava aqui há oito meses para nove, sem se me atender, nem ouvir, como se fora um vitando.

Lembrei-lhe, nessa mesma conferência, o pedido dos missionários, que se me tendo prometido – e ele mesmo, mensageiro desta arguição, tendo-me segurado, da parte do cardeal secretário de Estado, que estavam prontos e que iriam –, eram passados mais de quatro meses sem algum resultado.

Despediu-se, por fim, pedindo-me mandasse pedir à minha corte oficiais explicações sobre o fato em questão, e é o que peço a V. Exa., a quem Deus guarde.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 18 OUT. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 13

Roma, 18 de outubro 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. para comunicar que, depois da entrevista que tive com um emissário do cardeal secretário d'Estado por motivo da nomeação do bispo de Cochim para governador do bispado de Pernambuco, que aqui se reputou atentado, como disse a V. Exa., o Santo Padre chamou uma congregação de cardeais, para propor se devia ou não atender as súplicas do Brasil e dos governos da outra América.

Pela maior parte decidiu-se que sem perda de tempo se devia atender àquela cristandade, principalmente do Brasil, de donde constava que Sua Majestade o Imperador havia mandado um prelado a esse fim. Nesta congregação interveio o cardeal Pacca, que tem sempre sustentado a nossa causa, e foi ele quem comunicou em segredo, ao secretário desta legação, o que levo dito. Acrescentou que o Santo Padre esperava o resultado da missão de lorde Stuard; mas que, no caso de não ser favorável, como se esperava, então trataria comigo a maneira de providenciar as necessidades espirituais do Brasil, sem alguma outra consideração ou respeito.

Pode V. Exa. estar certo que se fizer alguma coisa, será em regra e com dignidade.

Sua Santidade há dias tem passado incomodado, mas parece que seus incômodos não são tão graves como as folhas francesas o referem.

Peço a V. Exa. a especial mercê de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade Imperial, cuja preciosa vida e saúde, bem como a de toda a imperial família, Deus nos conserve como havemos mister.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 14 NOV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 14

Roma, 14 de novembro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar recepção do despacho de V. Exa. n. 9, o qual me dá a certeza de ter sido Sua Majestade o Imperador inteirado do pedido e promessa dos missionários para servirem no Brasil. Sobre este objeto participei a V. Exa. que sim, se me tinham permitido os missionários, mas que a realidade da promessa era reservada para outro tempo, segundo a política adotada pelo Santo Padre.

Nesta mesma ocasião recebi o despacho n. 10: fico certo do seu conteúdo.

A 12 do mês passado, faleceu Sua Majestade el rei de Baviera.

Rogo a V. Exa. a especial mercê de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade o Imperador, cuja preciosa vida e saúde, bem como a de toda a imperial família, Deus nos conserve como havemos mister.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 19 NOV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 15

Roma, 19 de novembro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

No dia 17 do corrente novembro, soube pelas folhas de Gênova e França que um bergantim chegado a Londres trouxera o tratado concluído entre Sua Majestade o Imperador e El Rei Fidelíssimo de Portugal, pelo qual era reconhecida a independência do Brasil. Todas as antecedentes notícias me induziram a crer [n]a realidade do fato e que sobre este objeto nenhuma dúvida há em contrário. É, pois, do meu dever, primeiro que tudo, rogar a V. Exa. queira por mim beijar a augusta mão de Sua Majestade o Imperador e de toda imperial família por tão fausta e plausível notícia. Não tenho expressões com as quais exagere a alegria que me causou esta notícia, não só pelas vantagens que dela resultam em geral, como pelo estado de opressão em que aqui tenho vivido por espaço de 11 meses. Posso afirmar a V. Exa. que tenho sido um prisioneiro d'Estado, servindo-me de cárcere a casa em que habito, sem comunicação, ou relação alguma, à exceção de duas famílias que se não têm desdenhado de comunicar-me. Tal a situação a que me reduziu a miserável e mesquinha política desta corte: ela deve mudar, logo que oficialmente receba participação de V. Exa.. Então mostrarei que não sou um revolucionário, que não vim intrigar, mas pedir em nome de meu augusto amo o que de justiça se lhe devia conceder em pronto, sem tergiversações ou rodeios.

Toda a legação portuguesa – sem exclusão do cônsul, que V. Exa. aí conheceu muito bem, secretário do núncio Calepi – teve grande parte no mau acolhimento e nenhum resultado da minha missão até o presente: espero que o tempo remunerará o seu zelo farisaico.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 19 NOV. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 18

Roma, 19 de novembro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Permita-me V. Exa. que, confundido nos sentimentos de minha pequenez, lhe peça a especial mercê de beijar por mim a augusta mão de Sua Majestade Imperial pelo fausto assunto do reconhecimento da independência do Império. O prazer que esta grande notícia causou em mim é tão grande, que por mais que procure, não descubro expressões para congratular-me com V. Exa.. Sei que V. Exa. fora o primeiro plenipotenciário por parte de Sua Majestade Imperial, e basta para V. Exa. ajuizar o quanto esta vitória lisonjeia o meu amor próprio. Deus Nosso Senhor conserve por muitos e dilatados anos, no Trono que resgatou para nossa felicidade, Sua Majestade o Imperador e toda a imperial família, e a V. Exa. para o ajudar e socorrer a quem se confessa, com toda a veneração e respeito,

De V. Exa.

O mais agradecido e obediente súdito, e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 13 DEZ. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 16

Roma, 13 de dezembro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar recepção do despacho n. 11, em que V. Exa. me participa ter-se concluído um tratado de paz e aliança entre os plenipotenciários de Sua Majestade o Imperador e o de Sua Majestade Fidelíssima, pelo qual é reconhecida a plena independência do Brasil,

na categoria de Império, e da dignidade de Imperador na pessoa de Sua Majestade Imperial e seus descendentes. A certeza de tudo aqui referido causou-me a mais viva sensação de prazer, por certificar e confirmar o que sobre tal objeto diziam as folhas e, referindo-me a elas no meu antecedente ofício, pedi a V. Exa. beijasse a imperial mão de Sua Majestade o Imperador, o que repito ainda nesta ocasião. Acrescento, demais, congratulando-me mui particularmente com V. Exa. pela parte ativa que teve como plenipotenciário em um negócio de tanta importância.

No dia 8 do corrente chegou aqui a lei pela qual Sua Majestade Fidelíssima ratificou em Lisboa, a 15 do passado novembro, o referido tratado, concluído no Rio de Janeiro. Levei tudo à presença do cardeal secretário de Estado, o qual disse-me que não tinha notícia alguma oficial do que eu lhe acabava de propor e que, consultando o ministro português, este lhe respondera que nada oficial tinha chegado à sua notícia. Deu-me a entender o mesmo cardeal que tão depressa recebesse ele, diretamente ou por via do ministro português, notícia da existência do tratado e ratificação, que a Santa Sé reconheceria Sua Majestade o Imperador e o Império do Brasil. Pode muito bem ser que no paquete seguinte participe a V. Exa. estar verificado o que agora só anuncio como provável.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 22 DEZ. 1825 • AHI 209/03/05

---

N. 17 / 2ª via

Roma, 22 de dezembro de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Em execução à ordem que me foi dirigida em [despacho] de n. 11, datado a 7 de setembro passado, tendo Sua [Majestade] Imperial e Real ratificado o tratado concluído nessa [corte] a 29 de agosto, me dirigi por um ofício ao cardeal sec[retário de] Estado, pedindo-lhe uma

audiência para apresentar-lhe a minha credencial: não me respondeu por escrito, como tem feito a outros que lhe tenho dirigido; mas, no dia 21 do corrente, por via de um eclesiástico seu confidente, me mandou a [seguin]te resposta vocal: que podia passear livremente em Roma; [devia soli]citar, no entanto, nova credencial, pois a que tinha era [assinada] antes de ser o Brasil reconhecido por parte de [Portugal].

Respondi imediatamente ao portador de tal embaix[ada] que ela era injuriosa ao meu soberano, pois julgava ela uma ação de sua soberania, no que decerto não [ti]nha ingerência a Santa Sé; que não mandava pedir [n]ova credencial, porque em resposta seria chamado do meu [go]verno, e por ele asperamente repreendido, pela co[ni]vência a uma arbitrariedade do governo de Sua [Sa]ntidade, assim escandalosa como contrária ao Direi[to d]as Gentes; que em tal caso, em lugar de pedir nova credencial, desde já pedia o meu passaporte. Esta a situação em que fico, resolvido a pô-la em execução, uma vez que o governo de Sua Santidade não mude de linguagem.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo Sr. Luís José de Carvalho e Mello





1826



OFÍCIO • 12 JAN. 1826 • AHI 209/03/05

---

Roma, 12 de janeiro de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa. para expor o que tem ocorrido depois que comuniquei a participação que me fez o cardeal secretário d'Estado de mandar eu pedir nova credencial, pois a que tinha era assinada antes do reconhecimento do Império por parte de Portugal, e da resposta dada a tal proposição, como tudo será presente pela 2ª via que vai nesta ocasião.

O cardeal Pacca se tem sempre mostrado afeiçoado à pessoa de Sua Majestade o Imperador e à causa do Brasil: a ele me dirigi e mostrei-lhe a cópia da credencial. Fiz ver que o ministro de Sua Santidade me havia iludido há um ano, dando-me segurança de que tudo se faria a benefício do Brasil, uma vez ajustada a diferença que existia com Portugal; que estando agora tudo terminado, se me pedia nova credencial, de que resultaria uma demora ao menos de seis meses: com um ano passado, completar-se-ia ano e meio para mais, quando as necessidades espirituais do Brasil eram urgentíssimas. O cardeal ouviu-me com muita bondade e prometeu-me expor tudo a Sua Santidade e esperava um bom resultado. Estou persuadido dos bons officios do medianoiro, pois que por parte de Sua Santidade me foi destinado o dia 13 do corrente (amanhã) para lhe falar pela primeira vez: a resulta comunicarei incessantemente.

Devo participar a V. Exa. que soube, por via a que dou algum crédito, que o procedimento do cardeal secretário d'Estado teve origem de uma representação que lhe fizera[m] o embaixador da França e o ministro de Prússia, os quais representaram que as suas respectivas cortes não haviam reconhecido o Brasil Império, nem o seu Imperador; que reconhecendo-me Sua Santidade ministro de Sua Majestade o Imperador do Brasil, eles me não tratarão como tal.

Remeto a bula do Jubileu do Ano Santo e a outra de extensão para todo o orbe católico, e de mercê peço a V. Exa. queira por mim beijar a imperial mão de Sua Majestade o Imperador e de toda a imperial família, cuja preciosa vida e saúde Deus nos conserve como havemos mister.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO<sup>8</sup> • 12 JAN. 1826 • AHI 209/03/05

N. 19

Roma, 12 de janeiro de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Não tendo ocorrido coisa alguma que comunique a V. Exa., porque só amanhã, 13 do corrente, aparecerei perante Sua Santidade, mas como devo aproveitar o correio, remeto a conta da despesa da secretaria desta legação em todo o ano passado de 1825, reservando-me mandar, com outro igual exemplar, os documentos que a autorizam, por via do mar.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Luís José de Carvalho e Mello



OFÍCIO • 25 JAN. 1826 • AHI 209/03/05

N. 20

Roma, 25 de janeiro de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de participar a V. Exa. que, depois de mais de um ano de contradições e incoerências, que por fim tomaram um aspecto

---

8 N.E. – A segunda via deste documento esclarece: “P.S. Em 24 de janeiro de 1826. Como não haverá tão cedo embarcação de Gênova para essa corte, aproveito o oferecimento do embaixador de França aqui para mandar, com esta 2ª via, os documentos que este ofício mencionava”.

desagradável, como participei a V. Exa. no meu ofício n. 17, foi a Divina Providência servida a tornar a coisa favorável. Por meio do cardeal Pacca, obtive de Sua Santidade uma audiência privada no dia 13 do corrente janeiro: nela expus com toda franqueza o objeto de minha missão. Disse-me que ignorava quanto lhe acabava de referir: respondi-lhe que a culpa não a tinha eu, mas quem me não tinha querido ouvir por mais de um ano (o mesmo Santo Padre); conclui[*n*]-se o diálogo pedindo-me que lhe fizesse ver a cópia de minha credencial por meio do cardeal Pacca. Na mesma manhã do dia 13 me dirigi ao cardeal e lhe entreguei não só a cópia da credencial, como a outra de poderes para negociar; acrescentei-lhe duas cartas oficiais escritas depois da conclusão do tratado nessa [*corte*] e uma terceira, do visconde de Rezende, escrita de Viena, na qual me participou ter sido ali recebido e acreditado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador. Soube que o cardeal tivera ordem de traduzir tudo no idioma italiano, como fez, e apresentou tudo acompanhado de uma procuração enérgica a favor da causa do Império. Resultou que Sua Santidade convenceu-se da justiça dela e ordenou que no dia 23 receberia *in forma* a minha credencial, o que teve efeito. Ao apresentar a cópia ao cardeal secretário d'Estado segundo o estilo, fui por ele muito bem acolhido; e quando apresentei o original a Sua Santidade, se mostrou assaz terno e sensível: fez muitos elogios a Sua Majestade o Imperador e recomendou-me muito que assim o fizesse saber, que ele da sua parte o ajudaria em tudo que estivesse a seu alcance, o que cumpro.

Ao amanhecer do dia 24 foram alçadas as armas do Império na frente da casa de minha residência, e pela primeira vez as viram e saudaram os romanos.

Por um acontecimento de tanta transcendência, que põe a corte de Roma em contato com a do Brasil, peço a V. Exa. queira por mim beijar a imperial mão de Sua Majestade o Imperador, significando-lhe que a minha alma sente inexplicável prazer quando exprimo ter em parte cumprido a delicada e intrincada missão de que foi servido encarregar-me.

Os partidários e inimigos da causa do Império, que não são poucos aqui, não se podem dar paz.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Paranaguá



OFÍCIO • 25 JAN. 1826 • AHI 209/03/05

---

N. 21

Roma, em 25 de janeiro de 1826.

Tenho a honra de acusar recepção dos ofícios de V. Exa. datados a 4, 20 e 26 de outubro do ano próximo passado: no primeiro se me participa ter pedido sua demissão do lugar de secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros o conselheiro d'Estado Luís José de Carvalho e Mello, e estar V. Exa. encarregado interinamente da pasta desta repartição. O segundo, de ter sido presente a Sua Majestade o Imperador o meu ofício em resposta aos despachos de n. 4 e 5, por mim aqui recebidos. O terceiro participando-me o ter-se concluído um tratado de comércio com a Inglaterra, incluída a abolição do tráfico da escravatura, do qual fora portador para Londres o oficial dessa Secretaria d'Estado Bento da Silva Lisboa: de tudo ciente, farei em tempo o uso que convier a bem do imperial serviço.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Paranaguá



OFÍCIO • 28 JAN. 1826 • AHI 209/03/05

---

N. 22

Roma, 28 de janeiro de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Já tive a honra de participar a V. Exa. que no dia 23 do corrente apresentei a minha credencial e fui recebido por Sua Santidade minis-

tro plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador: por este fato ficou reconhecida a independência do Império, a soberania do mesmo Augusto Senhor e as duas cortes em relações diretas entre si.

Em conformidade das imperiais ordens, nomeei as pessoas que devem servir nesta legação de Roma, e são as seguintes: guarda-portão, Victorio Brunner, suíço, com vencimento de 12 escudos por mês, moeda romana, além da libré; porteiro da secretaria, Salvador Palmieri, com vencimento de 15 escudos; gentil-homem, Miguel [Bartocchini], com vencimento de 20 escudos; mestre de câmara, ou de cerimônias, o reverendo Joaquim Bassignana Vernante, sacerdote secular, com vencimento de 25 escudos, na forma acima: a todos mandei passar provimentos provisórios, que devem ser confirmados por Sua Majestade o Imperador.

Tenho de representar a V. Exa. que trouxe em minha companhia um José Bernardo Francisco Rangel, o qual tem ajudado ao secretário desta legação: escreve muito bem, tem talento, sabe seu latim, a língua francesa, italiana e alguma coisa de inglês. Espero que V. Exa. o apresentará a Sua Majestade o Imperador como digno de ser empregado adido a esta legação, com o vencimento que for servido arbitrar-lhe.

Como não estive ocioso, servi-me de algumas pessoas, as quais continuam a prestar-me bons ofícios: desejaria que fossem por alguma maneira gratificadas e, por isso, aqui refiro os seus nomes para V. Exa. os levar à presença de Sua Majestade o Imperador. Seja o primeiro o cardeal Bartolomeu Pacca, de quem tenho falado outras vezes. O segundo, o duque João Torlonia, um dos mais estabelecidos deste Estado, exclusivamente o mais pecunioso, não só de Roma, mas como de toda Itália: é quem, por via de Londres, supre com dinheiros esta legação. [*ilegível*] ter lugar e ser nomeado banqueiro da corte e Impé[rio], assim como Portugal tem o seu, João Geraldo de Rossi. [Ele] é comendador da Ordem de São Januário de Nápoles e gentil-homem honorário de Sua Majestade Siciliana, do que se vangloria muito. Se Sua Majestade o Imperador o nomear seu banqueiro em Roma e o fizer oficial da Ordem do Cruzeiro, terá a sua disposição todo o dinheiro da Itália. Seus dois filhos, Alexandre e Carlos Torlonia, que o ajudam, os recomendo a V. Exa. como dignos da Ordem do Cruzeiro.

Seja o terceiro o marquês Alexandre Curti-Lepri, para cujo filho, Carlos Curti-Lepri, estimaria lhe desse a Cruz da Ordem de Cristo. Seja o quarto o abade Jerônimo Galante, eclesiástico confidente do cardeal secretário d'Estado e que tem muita ascendência no ânimo deste pur-

purado: fez já alguns serviços, ainda que sem efeito; para o futuro que principia, poderá ser utilíssimo.

V. Exa. sabe que vim muito desprovido de meios para negociar em uma corte que, de muitos anos, respeitava Portugal pelo ouro do Brasil.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Paranaguá



OFÍCIO • 05 MAR. 1826 • AHI 209/03/05

---

N. 23

Roma, 5 de março de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Tenho a honra de acusar recepção dos despachos n. 16, 17, 18 e 19; certo do conteúdo dos de n. 16 e 18, em tempo lhes darei o devido cumprimento. O de n. 17 contém a grata notícia do nascimento de um príncipe, a qual excitou em mim e em toda esta legação o mais vivo e extraordinário prazer. Pessoalmente o comuniquei a Sua Santidade, tendo-o feito por escrito ao cardeal secretário de Estado, desculpando-me com o primeiro de que não o fazia com carta direta de Sua Majestade Imperial a Sua Santidade, como é costume, pela brevidade com que deu à vela o navio portador de tal notícia. O Santo Padre foi sensível a tão fausto acontecimento e pediu-me muito que de sua parte fizesse subir à imperial presença a sua satisfação e contentamento, tanto pelo bom sucesso de Sua Majestade a Imperatriz, quanto por ter dado à luz um príncipe, que será um dia digno sucessor das virtudes de seus augustos progenitores; que Sua Santidade conta com a religião e piedade de Sua Majestade o Imperador, como um firme apoio contra as ideias revolucionárias do tempo, para que não tenham voga no seu nascente Império.

Por um objeto de tanta monta, segui a prática aqui em regra: fiz iluminar por três dias a fren[te] da casa de minha residência, fiz cantar em ação de graças um solene *Te Deum* na minha matriz – por não ter a



nação brasileira igreja própria –, tendo antecedentemente participado e prevenido aos corpos diplomático, cardinalício e nobre. Aqui tem lugar o que passo a [re]ferir: fiz, como disse, participação em geral ao corpo diplomático, mas positivamente convidei para assistirem ao *Te Deum* os embaixadores de Portugal e Fra[nça] e os ministros d'Áustria, Espanha e Nápoles, como a[pa]rentados com a Casa imperante do Brasil: o embaixador da França não só não assistiu ao *Te Deum* e deixou [de] iluminar a sua casa, mas induziu aos ministros da Espanha e Nápoles a fazerem outro tanto. Destes dois últimos nada tenho a dizer; mas do embaixador da Fra[nça], sim, porque sei existirem entre as duas na[ções] – brasil[eira] e francesa – relações de comércio, estar nessa corte acreditado o conde de Gestas; apesar de tudo isto ser de notoriedade pública, me tem sempre contrariado o príncipe de Laval-Montmorency e por intrigas suas não foi o Império reconhecido e a soberania de Sua Majestade o Imperador pela Santa Sé, logo que aqui chegou a notícia do tratado concluído no Rio de Janeiro.

Termino este ofício participando a V. Exa. que nesta ocasião vão dois missionários capuchinhos dos seis mandados pedir à Propaganda, não sendo possível irem juntos todos seis, por falta de sujeitos, como pessoalmente me informou Sua Santidade e ofereceu-me missionários sacerdotes seculares, ao que respondi que não tinha ordem para os pedir, menos aceitar.

Deus guarde a V. Exa.

Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Santo Amaro



OFÍCIO • 06 MAR. 1826 • AHI 209/03/05

---

N. 24

Roma, 6 de março de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

Camilo Luís de Rossi, cônsul-geral e agente de negócios eclesiásticos de Portugal em Roma, me dirigiu o requerimento incluso para transmiti-lo às mãos de V. Exa.; e porque a pretensão que ele tem (ain-

da que me pareça inadmissível, segundo o disposto na Constituição do Império) envolve o secretário desta legação, no que diz respeito ao encargo de agente dos negócios eclesiásticos do Brasil, mandei-o ouvir sobre este assunto e me respondeu o que V. Exa. terá a bondade de ver na cópia também junta.

Deus guarde a V. Exa.

Monsenhor Vidigal

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Santo Amaro

[*Anexo 1*]

Senhor,

Diz Camillo Luiz de Rossi que ele torna a suplicar a Vossa Majestade Imperial para que seja servido conceder-lhe o lugar de agente de negócios de sua imperial corte e de cônsul-geral junto à Santa Sé. Não ignora o suplicante que o cav[alhei]ro Costa, secretário desta legação, foi encarregado interinamente da agência dos negócios eclesiásticos no tempo da dissen[são] com Portugal, mas, além de que as circunstâncias políticas mudaram, o dito secretário protestou solenemente ao suplicante a sua disposição de desistir de boa vontade do dito encargo, se V.M.I. houver por bem atender a estas súplicas. E, quanto ao lugar de cônsul-geral, o mesmo ministro plenipotenciário de V.M.I. junto à Santa Sé insinuou ao suplicante que podia require-lo a V.M.I.. Na ocasião, pois, do alvoroço geral pelo nascimento do príncipe imperial, não há de querer Sua Clemência (do [que] teve o suplicante tantas provas durante a sua permanência nesta corte), que ele fique desconsolado com a privação a respeito desse Império dos mencionados lugares, que lhe foram concedidos em o ano de 1810, mesmo nessa imperial corte. E, portanto,

P[ede] a V.M.I. seja servido deferir-lhe como supplica

E[spera] R[eceber] M[ercê]

[*Anexo 2*]

Exmo. Ilmo. Sr.

Respondendo ao que V. Exa. me manda ouvir sobre a pretensão de Camillo Luiz de Rossi do lugar de agente de negócios eclesiásticos por parte do Brasil em Roma, que é ocupado presentemente por mim, tenho a honra de dizer a V. Exa. que, tendo eu sido despachado, no Rio de Janeiro, secretário para esta legação e, sabendo que era necessário que a corte nomeasse também um agente de negócios eclesiásticos para Roma – tendo em vistas que Camillo de Rossi, que o é de Portugal não deveria continuar neste emprego por parte do Brasil, por ser contra o disposto na Constituição do Império – representei, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que, seguindo a Áustria, Espanha, Rússia, Baviera e outras cortes a prática de unirem às respectivas legações a inspeção de semelhantes negócios, dando uma gratificação ao oficial encarregado dela – que sempre é o secretário, ou algum agregado, ou como a Áustria, que o conselheiro é também agente – pedi, a exemplo desta corte, que se me anexasse tal emprego, sem contudo vencer por ele ordenado ou gratificação alguma. E, parecendo justa minha representação, por despacho da mesma Secretaria de Estado de 23 de agosto de 1824, direto a V. Exa., se me deferiu o exercício deste emprego interinamente.

Quanto ao que diz de Rossi, que eu lhe protestei solenemente de desistir deste emprego, há aqui não pequena equivocação: nem eu desistiria tão depressa de um emprego que pedi, nem o poderia fazer senão diretamente pela Secretaria de Estado que mo conferiu.

O que se passou entre mim e ele foi que, tendo-me ele dito (depois que Sua Santidade reconheceu a independência do Brasil) que havia mandado requerer a Sua Majestade Imperial a graça de o confirmar em Roma, por parte do Brasil, nos empregos de cônsul e agente – que ele serve por parte de Portugal e que deseja conservá-los –, eu lhe respondi que teria muita satisfação que a sua súplica fosse ouvida e que estivesse certo que nem poria embaraço ao seu bom êxito e nem sofreria o mais pequeno desprazer se Sua Majestade Imperial julgasse tirar de mim este emprego para lho dar.

É o que se me oferece responder a V. Ex.<sup>a</sup> sobre tal assunto.

Deus Guarde a V. Exa.

Roma, 4 de março 1826.

Vicente Antônio da Costa

Ilmo. Exmo. Sr. Monsenhor Vidigal

Esta conforme:  
Vicente Antônio da Costa



OFÍCIO • 11 MAR. 1826 • AHI 209/03/05

---

Roma, 11 de março de 1826.

Ilmo. e Exmo. Sr.,

O motivo que me faz ter a honra de ir à presença de V. Exa. me é muito sensível e também o será a V. Exa.; mas as circunstâncias exigem que eu o comunique.

Monsenhor Vidigal, no dia 26 de fevereiro, às duas horas da manhã, foi atacado de uma forte e perigosa cólica, que o fez sofrer terrivelmente até ao meio dia: os remédios foram prontos e as dores cessaram. No dia 27, desenvolveu-se-lhe uma pequena febre gástrica, que fez o curso de cinco dias. No fim deles, os remédios subministrados produziram o desejado efeito. Achando-se já bom no dia 4 do corrente, no 5 foi à missa em São Pedro: quando tornou à casa, queixou-se que não estava bem. O médico aplicou-lhe um purgante na manhã do dia 6, o qual pouca obra produziu: o mal continuou e, na madrugada do dia 7, a febre tornou e desenvolveu o caráter de febre gástrica nervosa, moléstia por si mesma perigosa e muito mais na pessoa de monsenhor Vidigal, pela vida sedentária que levava e pela bile produzida dos desgostos que sofreu com a luta do reconhecimento da Independência. Às 4 horas da tarde do mesmo dia 7, presenciei que tresvariava; e suposto que o médico assistente é um dos melhores desta cidade, contudo chamei imediatamente uma consulta: esta teve lugar pelas 7 horas da tarde, e os médicos, não desanimando, tranquilizaram a inquietação que em excesso me perturbava. Não obstante esta consolação, ordenei que se juntassem no dia seguinte, 8 do corrente, pelas 8 horas da manhã: depois desta segunda consulta, tomou monsenhor um vomitório, com o qual fez uma extraordinária descarga. O dia cresceu, os tresvarios, a febre e a língua presa e entabulada continuaram no mesmo pé. [Às] 6 horas da tarde, fez-se a terceira consulta, em resultado

da qual se lhe puseram dois cáusticos nas coxas: o médico assistente ficou nessa noite em casa, para subministrar em regra os remédios que devia tomar de hora em hora, e tem continuado a ficar. Na manhã do dia seguinte, 9 do corrente, e na tarde do mesmo dia, tiveram lugar a quarta e quinta consultas, nas quais, não obstante uma grande obra que havia produzido um purgante que monsenhor tomara, os médicos o declararam em grande perigo. Todo esse dia e noite o mal cresceu, e [o] médico assistente, eu e outros da família não tivemos uma hora de descanso. Ontem, 10 do corrente, depois da sexta consulta, monsenhor confessou-se e sacramentou-se no ato em que se dizia uma missa na sua câmara, que com licença do Papa (a quem é muito sensível este funesto acontecimento) se armou um altar. Nessa mesma manhã, fui em pessoa participar ao embaixador de Portugal e encarregado d'Áustria o estado perigoso de monsenhor e pedi a suas exas. que, como representantes dos augustos pais de Suas Majestades o Imperador e Imperatriz, me fizessem a graça de assistirem às conferências dos médicos (as quais se fariam, enquanto houvesse perigo, todos os dias, às 8 horas da manhã e 6 da tarde), a fim de suas exas. presenciarem e testemunharem, se a desgraça o permitisse, o tratamento e assistência que se fazia ao ministro do Brasil: suas exas. anuíram ontem mesmo ao meu pedido com suas assistências.

Depois de toda esta triste narração, tenho o gosto de participar a V. Exa. que os tresvários de monsenhor cessaram ontem, pelas duas horas da tarde, passando o resto da tarde e noite muito sossegado, interrogando e respondendo com muito tino a pequenos discursos que eu, o médico e um seu pupilo lhe movíamos para o distrair. Tem continuado com o mesmo sossego e tino toda esta manhã; e os médicos, na consulta que fizeram hoje pelas 8 horas da manhã, não obstante olharem a língua da mesma sorte e a febre renitente, descobriram sinais de melhoramento; mas disseram que não se podiam fiar deste pequeno indício, porque o caráter da moléstia é muito mau: mandaram-lhe lançar seis bichas nas fontes e sanapismos nos pés.

Sucessivamente, terei a honra de informar a V. Exa. as alterações que fizeram a moléstia de monsenhor.

Os r[everen]dos Florido e Norberto, missionários capuchinhos, portadores desta carta, de que faz menção o officio de monsenhor n. 23, de 5 do corrente, que os acompanha, fazem a sua viagem para essa corte à custa do Estado. Além da passagem do p[adr]e Florido daqui para Gênova, que custa 16 pesos-duros, e das passagens de ambos de

Gênova para o Rio de Janeiro, cuja importância ainda não sei, porque só depois que ali chegarem será ajustada, monsenhor Vidigal, sabendo que o padre Florido estava em extrema indigência, lhe mandou dar, pelas despesas da secretaria, no dia 4 do corrente, 50 pesos-duros para se aprontar.

Com o mais profundo respeito e consideração, tenho a honra de ser,

De V. Exa.

O mais obediente súdito e reverente criado,  
Vicente Antônio da Costa

Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Santo Amaro









# A A L E M A N H A

---

Correspondência de Berlim  
(1936-1938)



## APRESENTAÇÃO

---

**D**ando seguimento à publicação da correspondência da embaixada do Brasil em Berlim nos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, iniciada no número anterior dos *Cadernos*, a transcrição trazida a público neste número cobre os anos de 1936 a 1938. Como na anterior, a seleção dos ofícios recaiu, principalmente, sobre os documentos de natureza política, a que o chefe de missão costuma dedicar mais tempo, para dar a profundidade e a contextualização necessárias à correspondência diária – os telegramas – a que o autor dos documentos se refere com relativa frequência.

O embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão chegou a Berlim em fins de 1935 e foi responsável por apenas três meses da correspondência publicada na edição anterior dos *Cadernos*. A tônica daqueles seus primeiros ofícios seguiu a trajetória das suas primeiras impressões ao assumir o posto e assim, de início, transparece sua admiração pelo trabalho de reconstrução do país que saíra devastado da Grande Guerra, pela recuperação do pleno emprego da população, pela restauração da autoestima do povo alemão e, naturalmente, pela vitória sobre a inflação que destruíra a economia alemã.

À medida, entretanto, que o foco da recuperação econômica passa a ser percebido como inteiramente voltado para a indústria bélica, surgem preocupações legítimas ao observador imparcial. Em paralelo,

os produtos básicos começam a ser substituídos por sucedâneos de baixa qualidade – os famosos *ersatz* – e são divulgados interessantes achados da indústria química, em busca de alternativas para combustíveis, borracha e mais matérias-primas de que não dispunha o país.

O repúdio generalizado ao socialismo soviético e ao sistema adotado pela URSS para a expansão de sua ideologia passa a ser utilizado pela propaganda nazista para alavancar um problema social subjacente, ou que se avizinha, e que vem à tona sob a forma do antissemitismo.

Nada escapa à observação do signatário dos ofícios: a máquina de guerra que vai saindo dos altos-fornos alemães, a denúncia paulatina do Tratado de Versalhes, as sucessivas instâncias da legislação racista e a pressão imposta aos judeus, as injunções do Partido Nacional Socialista sobre o Estado, a desfiguração das instituições legais e a progressiva usurpação de seus objetivos, somados ao rasgar de estradas, construção de fortalezas e aeroportos, produção de navios, submarinos, aviões e um sem-número de veículos terrestres, de todos os tamanhos e para todos os fins, em sua maioria bélicos.

O advento do Estado Novo e a ingerência do embaixador alemão no Rio de Janeiro em temas de estrita competência nacional, o colocam em atrito com o governo brasileiro. Para evitar qualquer constrangimento ao embaixador Moniz de Aragão, ele é retirado de Berlim, dias antes da Noite dos Cristais, data escolhida para o corte temporal aplicado a esta documentação.





1936





OFÍCIO • 27 MAR. 1936 • AHI 04/03/04

---

[Índice:] Novas eleições para o Reichstag.

N. 113 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de março de 1936.

Senhor Ministro,

No próximo dia 29 do corrente, deverão ser realizadas em toda a Alemanha as consultas ao eleitorado para o que aqui convencionaram denominar de eleições para o Reichstag. Efetivamente, o nacional-socialismo apenas conseguiu definir por essa forma esse ato, que melhor se parece a um plebiscito, pois nada tem de comum com o que se conhece nos países democráticos em matéria de eleições legislativas.

2. A expressão do voto de domingo próximo não visa constituir, como aqui querem simular, uma nova Câmara Legislativa e eleger novos deputados e senadores, representantes do povo alemão, mas unicamente aprovar por aclamação a política exterior do *führer* e, especialmente, o recente ato de força que determinou a reocupação militar da zona desmilitarizada do Reno.

3. Não resta dúvida que, em 29 de março, o povo alemão estará unanimemente reunido em torno de Adolf Hitler, pois também devo dizer a Vossa Excelência que a referida militarização da Renânia pelas tropas germânicas, não [está] sendo considerada pela maioria dos alemães como uma empresa puramente nacional-socialista, mas como um ato nacional com o qual todo o Reich concordou, sem discrepância, depois de realizado. Assim, não creio que existam alemães que pensem de outra forma.

4. Eis o que se refere ao caso da violação do Pacto de Locarno, que aqui consideram como definitivamente enterrado, e para o método escolhido pelo chanceler e que consistiu em colocar o mundo em face do fato consumado, como referi no meu ofício n. 98, de 9 do corrente, depois de ter deixado até o último momento as potências signatárias daquele acordo na ilusão que assim não agiria sem uma perfeita combinação entre todos. Esse processo também hoje está plenamente aprovado pela nação alemã.

5. O povo deste país, trabalhado desde três anos pelas ideias e concepções do nacional-socialismo, aceitava com repugnância e espanto – ao princípio, mais facilmente em seguida – a reforma básica do regime, até mesmo na sua ordem jurídica. Foi ensinado ao povo germânico a

desprezar sem nenhum escrúpulo os parágrafos e artigos dos pactos que consideravam como *diktat*<sup>1</sup> e a lei – foi, desde então, dito em discursos solenes e instruções reservadas – não é o que se acha codificado nas legislações antiquadas, mas unicamente o que representa o interesse da nação alemã e do Partido Nacional-Socialista. Por essa razão, e toda a orientação política seguida pelos atuais dirigentes do Reich, o povo acredita sinceramente estar dentro do exercício do seu direito incontestável.

6. Segundo um comunicado oficial distribuído desde o início do que denominam de [*sic*] campanha eleitoral, o boletim de voto para a organização do próximo Reichstag não oferece ao eleitor a possibilidade de votar contra a lista oficial organizada pelo próprio governo.

7. O eleitor poderá, no máximo, se abster ou depositar na urna um boletim nulo. Efetivamente, o boletim está baseado nos princípios adotados pelo antigo sistema da representação proporcional, com a diferença que, em vez de 20 partidos, que então existiam, hoje apenas é permitido um único.

8. O boletim de voto está dividido em três partes. A primeira traz impressa, em grandes caracteres, a legenda “Reichstag da liberdade e da paz” e na parte inferior figura a indicação do distrito eleitoral. A segunda, à esquerda, traz a inscrição seguinte: Partido Nacional-socialista Operário Alemão. Embaixo, em letras maiores, os seguintes nomes: Adolf Hitler e, em impressões mais reduzidas, em uma linha abaixo, Hess, Frick, Goering, Goebbels, Wagner. À direita, na terceira parte, figura um círculo. Para votar, o eleitor deve traçar uma cruz nesse círculo. Toda e qualquer outra inscrição ou declaração torna o boletim de voto nulo. Antigamente, existiam no boletim círculos ao lado das legendas de cada um dos partidos, para que o eleitor pudesse escolher a sua legenda; mas, com a dissolução obrigatória de todos os outros partidos, apenas figura presentemente, como disse, a legenda do nacional-socialismo.

9. Um assunto que diretamente está ligado às mencionadas eleições é a consulta ao voto popular, que estava fixada para 4 de abril próximo, para as eleições dos conselhos de confiança das empresas agrícolas e industriais. Essas eleições, sem motivo justificado, foram adiadas para o ano próximo. O motivo invocado – eleições do Reichstag – não esclarece, pois não se compreende a ligação que possa existir entre essas

1 O conceito, ligado ao Tratado de Versalhes, passou à história com o significado de ‘vontade imposta pela força, imposição’.

eleições de caráter político com as das empresas, que são de natureza absolutamente local e interna e em nada afetariam o plebiscito de 29 do corrente.

10. Deve ser suposto que os meios governamentais não devem estar satisfeitos com o estado de espírito que reina nas classes operárias e assim aproveitam do mínimo pretexto para impedir a manifestação livre da opinião popular.

11. Nas eleições do ano passado dos conselhos mencionados, em numerosas usinas os trabalhadores tinham exprimido o maior desgosto por meio de abstenções numerosas e deveras sugestivas. Ora, desde então, a situação não melhorou e, ao contrário, o aumento constante do custo da vida, que não foi seguida paralelamente de um aumento de salários, fazia sem dúvida prever péssimos resultados eleitorais dos conselhos de confiança.

12. É preferível obrigar o operário a votar sobre a questão da Renânia, onde, conjuntamente com outras classes de eleitores e levado por questões de sentimentalismo e patriotismo, não negará certamente o seu voto ao *führer* e ao governo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 ABR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] O governo de Berlim e os acordos de Roma.

N. 131 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de abril de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que as recentes conversas diplomáticas havidas em Roma entre chanceleres e chefes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros da Itália, Áustria e Hungria

têm despertado vivo interesse nos meios políticos e diplomáticos deste país, e isso se reflete nos longos comentários que a imprensa oficiosa, da Wilhelmstrasse<sup>2</sup>, tem dedicado a esse assunto.

2. Posso mesmo assegurar que o embaixador alemão em Roma teve ordem de acompanhar atentamente aquelas entrevistas e de trazer o governo do Reich minuciosamente informado.

3. A opinião dominante aqui – e que pude perceber da conversa que tive, há dias, com um alto funcionário da Wilhelmstrasse – é que não deve haver dúvida sobre a situação da região danubiana, a qual não pode, segundo pensam os alemães, ser regulada por um único grupo determinado de interessados e, assim, nesse sentido, parece que, em Roma, prestaram um grande serviço enfraquecendo as tendências manifestadas abertamente, nestes últimos tempos, principalmente pela França e Inglaterra.

4. O meu informante prosseguiu declarando que o chanceler austríaco esclareceu suficientemente que os novos protocolos não constituem uma aliança exclusiva, pois são apenas um começo de entendimento, que ficará aberto à colaboração de todas as potências interessadas. Ele, assim, indicou o único caminho que pode levar ao êxito, na defesa dos interesses dos países danubianos e, indiretamente, garanta a paz. A solução, porém, não será satisfatória, nem durável, senão se todos os fatores que devam intervir no problema possam colaborar em perfeita igualdade de condições.

5. Aqui julgam que não é, de fato, admissível algumas nações quere-rem gozar de privilégios especiais em detrimento de outras. A situação viria a se complicar ainda mais, se as partes que não estão diretamente interessadas quisessem agir de forma preponderante para alcançar apenas objetivos de ordem particular.

6. A Itália, quando faz observar que qualquer solução não poderá ser encontrada sem a sua participação, não deve esquecer de acrescentar, no que diz respeito à Alemanha, que nenhum Estado deverá ser prejudicado nas suas necessidades vitais e naturais pelos acordos que possam finalmente ser concluídos, em relação à política danubiana.

7. Isso parece ser logicamente justo, dizem os alemães em geral, pois a Alemanha, pela sua situação geográfica e econômica, faz de fato parte daquela região e seria um grave erro crer que possam ser afastados das discussões, em tal emergência, interesses de tamanha importância, como são os do Reich, que está – incontestavelmente, como pensa

2 Rua da sede do Ministério de Relações Exteriores, em Berlim.

a Wilhelmstrasse – em perfeita igualdade de direitos com os demais países, reunidos em Roma, e com os outros que procuram, injustificadamente, intervir nas questões danubianas.

8. Assim como falhou o plano que, em tempo, a França e a Inglaterra tentavam realizar visando afastar a Itália daquelas questões, substituindo essa potência pela Rússia para garantir a independência da Áustria, não me parece que agora nenhum [*sic*] acordo possa ser obtido sem a participação da Alemanha.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 06 ABR. 1936 • AHI 04/03/04

[*Índice:*] Desvalorização do marco.

N. 132

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de abril de 1936.

Senhor Ministro,

Desde algum tempo vem circulando com insistência o boato de uma possível demissão do dr. Schacht, que assim abandonaria o cargo de ministro das Finanças, para que o seu substituto levasse a efeito um já antigo plano de desvalorização do marco livre.

2. Apesar das declarações formais em contrário, o problema continua em foco, embora se tenham relativamente acalmado os centros financeiros, que estavam deveras agitados, tendo mesmo o assunto produzido uma certa comoção nas bolsas e mercados de câmbio de diversos países, principalmente da França, Inglaterra e Estados Unidos.

3. A situação atual, como disse, pode ser considerada aparentemente calma, mas a propaganda que se vem desenvolvendo, há bastante tempo e por diversos meios, visando à desvalorização do marco, não diminuiu, encontrando, entretanto, o grande obstáculo constituído

pela viva oposição que faz a uma tal medida o atual ministro e ditador financeiro do Reich. Devo, porém, dizer que o debate está longe de ficar encerrado e o único fato de ser discutido o valor de uma moeda prejudica o crédito, gera desconfiança no público, diminuindo as operações comerciais, e os juros sobre empréstimos aumentam.

4. O caso do valor presente do marco é digno de ser examinado e tudo indica que realmente a sua situação é deveras precária, em face das demais moedas de real valor-ouro. Sou dos que pensam que a moeda não deve sofrer modificações no seu valor, senão em casos de absoluta necessidade.

5. A moeda, além de desempenhar o papel de instrumento para as trocas e de comum medida dos valores, representa realmente a base dos contratos. Além disso, ela é o meio, por excelência, de conservar a riqueza de um país, isto é, representa o veículo da sua economia. Os governos e parlamentos que decretarem medidas atingindo o valor de suas moedas, sem que uma força maior os obrigue, não fomentariam a riqueza e criariam, somente com um fim preconcebido, a desordem e o descrédito, e romperiam voluntariamente todos os compromissos e convenções, inclusive as que envolvem a própria responsabilidade do Estado. Expropriariam a economia do povo e, em geral, dos credores. Assumindo a responsabilidade da mais grave violação da fé pública que se possa imaginar, esses governos, ou congressos, praticariam propriamente uma política que comercialmente pode ser denominada de falência fraudulenta.

6. Abstração feita das hipóteses extremas de uma guerra externa, ou de uma revolução ou guerra civil, as causas que, a meu ver, podem obrigar os governos a desvalorizar a sua moeda podem ficar reduzidas a três: 1ª – esgotamento das reservas metálicas que garantam a moeda no seu valor-ouro; 2ª – excesso de compromissos e de dívidas por gastos sem contravalor produtivo, produzindo déficits orçamentários sem meios de cobri-los e representando resultados de uma política financeira imprudente; 3ª – excesso de compromissos de caráter privado, significando uma gestão bancária incompetente.

7. Excetuosos esses três casos, nada seriamente parece ameaçar a moeda no seu valor, que os poderes públicos desejam sinceramente manter e, se necessário, defender contra os especuladores. Não me atrevo a julgar que os preços internos muito elevados, comparativamente aos preços internacionais, imponham por si – unicamente – a depreciação da moeda nacional de um país.

8. No caso especial do marco, o problema deve ser encarado da seguinte forma: o mundo financeiro aborda a semana de Páscoa com mais calma e a atmosfera internacional inspira uma relativa confiança, com a perspectiva de uma próxima conferência internacional de paz e a própria ideia de negociações, embora difíceis e laboriosas, como exponho em outro ofício, progride sem discussão, com o apoio principalmente do gabinete de Londres.

9. Nessas condições, o dr. Schacht ainda desta vez não se demitirá e, conseqüentemente, pelo menos por enquanto, o marco não sofrerá modificação no seu valor, embora desde cerca de seis anos tenha cessado de ser uma moeda internacional de real valor e, presentemente, se encontre em um estado extremamente crítico. Assim, vemos – ao lado do marco livre, oficial, ao par, que não tem nem mesmo um valor simbólico – 18 outros tipos de marco, depreciado de 35% até quase 80%, por meio dos quais são efetuadas a quase totalidade das transações comerciais deste país. Em consequência de uma tal situação de desvalorização real da moeda, o intercâmbio exterior da Alemanha voltou, praticamente – como Vossa Excelência sabe –, ao regime primitivo das trocas.

10. Parece, porém, que – apesar de tudo – o governo do Reich tem em estudo um projeto visando [a] remediar uma tal situação e proceder a um reajustamento da sua situação econômica e financeira com o valor da sua moeda. Essa medida teria forçosamente que ser baseada na forma de uma desvalorização do marco, mais ou menos disfarçada, que deverá alcançar de 30 a 50% sobre o seu valor atual.

11. Não creio, porém, que a aplicação de uma tal medida seja conciliável com a permanência do dr. Schacht nas suas funções atuais e me parece certo que esse projeto, que somente consagraria oficialmente um estado de cousas já existente, seria atualmente prematuro e não poderia produzir resultados apreciáveis.

12. O reajustamento econômico-comercial-financeiro da Alemanha, devo repetir, se imporá – tarde ou cedo –, como em todos os países que não puderam, ou não quiseram manter a sua moeda, ou nos que a defenderam por meios artificiais, permitindo isolá-la do mercado monetário mundial, como parece ser o caso do marco. Essa medida, porém, parece desprovida de qualquer utilidade, se não tiver por objetivo permitir a circulação dos capitais e a reparação da moeda no mercado internacional, com seu valor definido e real.

13. Não sei como seria possível conceder uma liberdade, mesmo re-

lativa, ao comércio dos câmbios e aos pagamentos externos, quando a cobertura do marco moeda é praticamente inexistente, não alcançando presentemente 2%, e a economia alemã está submetida a um regime de restrição total – verdadeiro regime de guerra – que excluirá, enquanto assim durar, todo restabelecimento do crédito do Reich no exterior.

14. Assim, pois, devemos encarar duas hipóteses: ou a desvalorização do marco em época ainda não definida não seria seguida de qualquer modificação dos regulamentos e ordens em vigor e, nesse caso, nada significaria praticamente; ou então – o que me parece quase absurdo, atendendo às circunstâncias – seria acompanhada de um abandono, ou relaxamento, de qualquer sistema de fiscalização e de restrição e, então, o câmbio não tardaria a cair abaixo do nível fixado pela desvalorização, produzindo pânico, podendo obrigar o governo a perder a ação para qualquer defesa de sua moeda. O único recurso seria, então, a verdadeira inflação e, assim, voltaríamos ao período crítico em que o marco chegou a ser cotado por cifras inconcebíveis.

15. Essas razões parecem ser suficientes para induzir [a] crer que a política de defesa – aliás, quase impraticável – que está sendo adotada pelo dr. Schacht continuará a ser mantida como meio de evitar consequências mais graves, atendendo à gravíssima crise econômica que presentemente afeta a Alemanha.

16. O próprio dr. Schacht, em recente reunião, em Genebra, do Conselho de Administração do Banco de Pagamentos Internacionais, fez uma exposição detalhada e franca dessa precária situação econômica do Reich, manifestando-se francamente contra uma possível desvalorização do marco. Tudo leva a crer que o dr. Schacht quis, além do mais, obter informações seguras sobre as atitudes no campo econômico e financeiro que poderão eventualmente assumir os países locarnianos, em face da recente ocupação militar alemã da Renânia, e demonstrar perante os mesmos que, contrariamente aos boatos que, como disse, têm circulado insistentemente, principalmente em Londres, a sua posição não está abalada e continua a merecer confiança do *führer*. Também há quem afirme que o dr. Schacht, pelas suas declarações em Genebra, quis, para consolidar a sua posição interna, fazer impressão sobre o chanceler Hitler pelas suas relações com os meios financeiros internacionais e demonstrar que esses centros contam unicamente com ele para exercer uma influência na Alemanha, em estreita colaboração com a alta finança internacional.

17. As declarações do dr. Schacht, segundo publica o órgão oficioso



*Deutsche Volkswirt*, visam [a] estabelecer um programa que a Alemanha proporá à futura conferência econômica mundial e que se resume no seguinte: repartição de matérias-primas; redistribuição do ouro; aplicação, sobre novas bases, do crédito internacional. Isso, a meu ver, significa, mais ou menos, que a Inglaterra é demasiadamente rica de matérias-primas; a França e a América possuem ouro em demasia e, se os credores da Alemanha desejarem receber pagamentos dos seus débitos, devem começar por lhe abrir novos créditos, para que ela possa ativar sua exportação e, assim, ter recursos para saldar suas dívidas.

18. O processo não é novo, pois foi sempre usado pelos diversos governos do Reich desde a paz de Versalhes e tem sido empregado em larga escala pelos soviets. Conhecemos, porém, as dificuldades fundamentais da economia alemã, cada vez mais complicadas, e, assim, devemos encarar com pessimismo o resultado final, mesmo no caso de ser adotado o plano de reorganização econômica mundial, tal como o concebe o ministro das Finanças do Reich.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 ABR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] O movimento comunista no Brasil.

N. 136 / CONFIDENCIAL

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de abril de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que o serviço secreto alemão acaba de me fornecer cópia de um artigo publicado no jornal comunista clandestino, que se edita em Praga, *Der Gegen-Angriff* (*A Contraofensiva*), e intitulado “A mão de Hitler no Brasil – um ex-

deputado alemão do Reichstag ameaçado de morte”. Esse artigo foi publicado no dia 29 de fevereiro último.

2. O jornal referido procura defender o agente comunista Arthur Ewert – aliás, Harry Berger – apontando-o como perseguido, no Brasil, pelo Partido Nacional-socialista alemão e se revolta contra as prisões dos militares e civis, que aí têm sido feitas, para reprimir a propaganda da III Internacional no nosso país. Por essa publicação, Vossa Excelência poderá avaliar o papel importante que aquele agente alemão devia representar na revolução comunista do Brasil: aqui me informaram que, se tivesse sido vitoriosa, Berger deveria ocupar o cargo que corresponde, no governo soviético, ao de ministro das Relações Exteriores.

3. Junto, Vossa Excelência encontrará cópias, em duplicata, do mencionado artigo.

4. Também tive, da mesma fonte, uma informação – que me apresso em transmitir a Vossa Excelência – sobre a ação que o Comintern de Moscou pretende desenvolver no mundo em geral, visando principalmente [a] adaptar, aos problemas dos diferentes países, a teoria de Lênin, por meio de uma intensa propaganda e uma larga distribuição de publicações ilustradas, gráficos e artigos de jornais russos, enaltecendo os progressos e os resultados obtidos até hoje pela política e governo dos soviets.

5. Essa propaganda ficará a cargo de uma organização que se intitulará o “comitê secreto dos amigos da União Soviética”.<sup>3</sup>

6. Aproveitando o apoio de intelectuais e artistas conhecidos, que espontaneamente são pelo menos simpatizantes com as doutrinas moscovitas, o referido comitê ajudará eficazmente a preparar a projetada revolução comunista mundial. A classe dos intelectuais, principalmente visada para auxiliar o referido fim, parece que, no fundo, não deveria ser acessível ao comunismo, isto é, à teoria da expropriação; mas, a decadência pessoal e a falta de recursos de muitos deles favorecem, de um modo geral, a aceitação de doutrinas subversivas e, em muitos casos, especialmente, o recebimento de auxílios pecuniários, na maioria das vezes, de valor bastante apreciável. Devemos, porém, registrar os casos em que os intelectuais agem de perfeita boa-fé, com a surpresa que nos causa ver pessoas de cultura e de educação aprimorada deixarem-se enganar e ficarem comprometidas pelas hábeis manobras dos dirigentes russos.

7. A referida associação terá sua sede em Moscou e constituirá mais

3 Organização conhecida como a “Sociedade (ou Liga) dos Amigos da União Soviética”.

uma dependência da seção de propaganda da III Internacional. Em 1926, houve um ensaio desse processo: a ação principal era então exercida em Berlim pelo comunista Willi Münzenberger e, posteriormente, esse centro foi transferido para Zurique e Paris. É precisamente esse trabalho que acaba de ser reorganizado para ser aplicado em forma mais eficaz e intensa.

8. Como disse, o material que deverá ser distribuído no mundo será preparado em Moscou em todas as línguas, conforme os países a que sejam destinados, e visarão principalmente [a] ilustrar, por meio da fotografia, tudo que pretendem ter sido executado pelos soviets russos em benefício do povo, tais como escolas, usinas, fábricas, estabelecimentos agrícolas, organizações militares, políticas etc. e, assim, uma vez mais afastar a atenção dos operários sobre a realidade dos fatos e, especialmente, que cerca de 95% da população da União Soviética não participou de forma alguma em qualquer trabalho executado na Rússia e, ao contrário, pelos sacrifícios que lhe foram impostos, caminha lentamente para a ruína moral e material. O jornal *Rússia Atual*, que se publica em Estrasburgo, não fala, naturalmente, da situação crítica em que se encontram os habitantes da União Soviética, que – mesmo fora dos tempos da crise e de fome – estão presentemente, em grande parte, em situação pior do que a dos *coolies* chineses.

9. Mais grave ainda se torna a responsabilidade – aceita por cada um dos homens que põem a sua fama e o seu prestígio ao serviço do mencionado comitê e que ajudam a política criminoso – dos que querem conduzir ao sacrifício e à perda os seus próprios países e compatriotas, não somente os operários, mas o próprio Estado, que poderá ter as suas instituições mais liberais completamente abolidas e substituídas pela mais atroz das tiranias.

10. A lista já organizada dos membros estrangeiros do referido comitê indica os seguintes nomes, que me foram comunicados na forma acima mencionada e em caráter confidencial:

– França:	André Malraux, André Gide (literatos)
– EUA:	Upton Sinclair (jornalista), Waldo Frank (literato)
– Alemanha:	Lion Feuchtwanger <sup>4</sup> (físico e cientista)
– Suíça:	Jakob Bührer (escritor),

4 Lion Feuchtwanger foi escritor.

	Léon Nicole (líder socialista e jornalista de Genebra)
– Holanda:	E. v. Brügger, Van Heerdt Tot Eversberg (jornalistas); dr. J. L. Snethlage [...], senhora H. Brok-Troelstra (literatos); Corn. de Boer (presidente da Associação Modelo de Padeiros de Amersfoort); J. E. Matthies (presidente do comitê holandês Amigos dos Sovietes); W. Kalf (romancista)
– Inglaterra:	professor H. Levy (Imperial College of Science de Londres), lorde Marley, lorde Listowel, Alex Gossip (secretário da União de Fabricantes de Móveis), John Bromley (secretário da União do Pessoal das Estradas de Ferro, seção de engenharia)
– Brasil:	professor Castro Rabello (advogado e jurista), prof. Anísio Teixeira (jurista e diretor da Universidade do Rio de Janeiro), Juracy Camargo (romancista e literato), Paulo de Lacerda (advogado)
– Noruega:	Nordhall Grieg (jornalista)
– Tchecoslováquia:	dr. Verbenay, professor dr. Zdenek Nejedlý, Antonín Novotný (presidente da União dos Sindicatos Tchechos).

11. O meu informante encarou os fatos que precedem da seguinte forma:

Esses nomes significam, ao mesmo tempo, um programa. Os governos devem reter o que significa a ação desses elementos, que – em parte, sem ter uma consciência exata e, na maioria dos casos, por interesses pessoais, mas sempre sob a capa da civilização, da arte e até mesmo de filantropia – nada fazem senão o que foi executado na Rússia antes

de 1917 pelos burgueses amigos dos bolchevistas e que constituiu o prelúdio do grande drama que depois se desenrolou, conduzindo à escravatura todo o povo russo, aproveitando os sentimentos instáveis, que poderão agora levar o comunismo pela força aos demais países.

12. O serviço secreto informou-me também que vários vapores soviéticos, aparentemente transportando carga, atravessaram os mares do Norte e Báltico, dirigindo-se para Algeciras, Ceuta, Barcelona e Málaga, e levam realmente uma grande cópia de armamento, principalmente pistolas-metralhadoras, destinado aos grupos de pistoleiros comunistas espanhóis, portugueses e sul-americanos, que devem ser constituídos sem demora.

13. Francisco Galán e Bela Kuhn, que se acham na Espanha, foram encarregados pela III Internacional de organizar a bolchevização completa da Espanha, em contato com elementos revolucionários do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, do México, da Colômbia e da Venezuela, e de preparar o estabelecimento da “União das Repúblicas Soviéticas Ibéricas Europeias e Americanas”.

14. A III Internacional, para não causar pânico, ordenou a todos os partidos comunistas que se aproximem o mais possível dos governos atuais, democráticos ou não, obtendo para seus membros posições de mando para melhor trabalharem e, outrossim, não devem provocar revoluções ou levantes parciais, porém agir paulatinamente para, assim, obterem uma sublevação geral, que deve ser feita com extrema violência, para mais fortemente impressionar as massas e atemorizar os governantes.

15. Devo ainda informar [a] Vossa Excelência que acaba de ser resolvida a criação de clubes de marinheiros e de soldados, os quais servirão de centros de recrutamento para os futuros soldados e marinheiros vermelhos, bem como para a formação de destacamentos armados, que servirão de base para a milícia operária de choque.

16. A experiência russa incita a confiar nessas organizações, cuja constituição o Comintern de Moscou pretende incentivar o mais rapidamente possível.

17. Um número considerável de jovens forma atualmente a MOPR<sup>5</sup> (Socorro Vermelho Internacional) e, para que a ligação de todas as forças internacionais seja perfeita, uma delegação do seu centro, em

5 Acrônimo em russo para a organização.

Moscou, deverá se estabelecer na Espanha, de onde partirão delegados para os países sul-americanos e Portugal.

18. A comissão que agirá na Espanha – e que passou recentemente por Berlim – está composta da seguinte forma: Ortega, Inskips, Fischer, Adami e Maggeri.<sup>6</sup>

19. Esses indivíduos deverão permanecer alguns dias em Paris, para assistirem a uma sessão secreta do centro do Comintern da França e do “Comitê Parisiense do Socorro Vermelho”, que deve se realizar naquela capital, na Rue d’Hautpoul, n. 63.

20. Nesta forma, os camaradas franceses terão a oportunidade de conhecer exatamente as últimas ordens de Moscou e aproveitarão da experiência russa espanhola e, assim, melhor poderão aplicar os meios revolucionários de conquista do poder, se o Front Populaire vencer as próximas eleições francesas, imitando o que acaba de ocorrer na Espanha.

21. A informação que precede e que transmiti a Vossa Excelência resumidamente pelo meu telegrama n. 38, deve ser completada com o aviso de que, por princípio, presentemente, todo o passaporte de proveniência francesa ou espanhola deve ser escrupulosamente examinado, pois naqueles dois países estão instalados centros de falsificação de peças de identidade, para melhor facilitar a viagem de agentes secretos – de Moscou, principalmente – para os países da América do Sul, mais visados pelos adeptos do regime comunista, tendo em vista os seus recursos econômicos e suas possibilidades de produção de matérias-primas, de que tanto carecem alguns países, tais como a Alemanha e a Itália.

22. Rogo a Vossa Excelência levar as presentes comunicações ao conhecimento de nossas autoridades competentes, sempre com o pedido de não ser divulgada a origem, para que possamos continuar a obter outras informações, sem risco para os nossos informantes.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

<sup>6</sup> O nomes Inskips, Fischer e Maggeri foram sublinhados, a lápis.

[Anexo]  
Tradução

*Der Gegen-Angriff*  
 (A Contraofensiva)

Praga, n. 9, de 29 de fevereiro de 1936.

### A MÃO DE HITLER NO BRASIL

Um ex-deputado do Reichstag alemão ameaçado de morte.

O antifascismo europeu não pode mais ignorar os acontecimentos que estão surgindo desde a repressão do movimento popular antifascista e anti-imperialista no Brasil, em novembro do ano passado.

A campanha de vingança do governo reacionário de Vargas prendeu, até agora, mais de 1.700 pessoas, entre as quais mais de 300 soldados, 654 oficiais e suboficiais, mais de 200 dos mais importantes cientistas, advogados e publicistas.

Entre os presos encontra-se um que não tem nada a ver com os acontecimentos no país e que, por motivos pessoais, emigrou para o Brasil quando Hitler subiu ao poder: o ex-deputado alemão do Reichstag, Artur Ewert.

Conhecidas as estreitas relações existentes entre os chefes reacionários no poder no Brasil e em outros países da América do Sul e na Alemanha de Hitler, não é necessário investigar muito para descobrir quem está agindo no “caso” Ewert. O que a Gestapo não conseguiu, a prisão de Ewert, o governo ditatorial brasileiro encarregou-se de fazer, “na execução” de sua política sangrenta de vingança. Este auxílio a Hitler apareceu-lhe justamente oportuno, pois ligou a isso uma campanha tremenda antissoviética, que, por sua vez, conforme combinação, foi estampada pela imprensa de Goebbels como “sensação europeia”.

Segundo notícias de jornais brasileiros, Ewert está ameaçado da pena de morte, o que é acreditável, porque a justiça marcial ali não admite provas de testemunhas: é arbitrária.

Também é possível que Ewert seja entregue à Alemanha hitleriana, por extradição, o que equivale a uma sentença de morte.

Nenhuma das duas cousas deve ser efetuada! Protegei Ewert, o antifascista alemão e ex-deputado, abrigando-o! Levantai vossa voz para o protesto. Lutai pela liberdade dos 1.700 lutadores heroicos brasileiros e daquele que provém do nosso meio, procurando um asilo para escapar a Hitler e encontrando a cadeia: Artur Ewert.

As legações e consulados do Brasil devem receber milhares de telegramas e cartas de protesto, nas quais se exija a liberdade de 1.700 lutadores pela liberdade e o impedimento do assassinato de Ewert.



OFÍCIO • 20 ABR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] As eleições alemãs.

N. 139

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de abril de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício confidencial n. 113, de 27 do mês passado, tenho a honra de informar Vossa Excelência sobre os resultados definitivos das eleições realizadas no dia 29 de março último, neste país, para a nova composição do Reichstag.

2. O êxito eleitoral do chanceler Hitler estava amplamente previsto e a ninguém surpreendeu. A oposição não pôde se manifestar, pela força do regime, e se isso fosse tentado seria demasiado perigoso para os autores de tais manifestações, visto só ter permissão oficial de funcionamento o Partido Nacional-Socialista.

3. A ocasião foi, porém, otimamente escolhida para o voto popular que acaba de ser realizado. Está claro que todos os alemães não podiam vacilar na resposta à pergunta formulada, mais ou menos, na forma seguinte: “A Alemanha deve ser dona em sua própria casa? Deve manter no seu território o sigma da derrota e a escravidão imposta pelo *diktat* de Versalhes?” Nesse ponto, a oposição se fundiu naturalmente com os nazistas.

4. Os que queiram ver no plebiscito, que acaba de ser levado a efeito, outra cousa além da vontade nacional da Alemanha, seguem uma má orientação. As presentes eleições não podem servir de índice sobre a popularidade do *führer*. No máximo, pode ser dito que o chanceler Hitler, levantando, pela terceira vez, a questão sobre a política exterior e interior, tratou de iludir o problema nacional. Todos os que afirmam que o ditador escapou, por um subterfúgio, à cólera que suscita, na Alemanha, a crise atual, têm um campo vasto para dar expansão a tais declarações, que reputo bem fundadas. É incontestável que o *führer*



cuidadosamente eliminou toda e qualquer prova de uma tal afirmação, para que não possa ser demonstrada facilmente.

5. O resultado do plebiscito, de 29 de março, aparece incontestavelmente, aos olhos do estrangeiro, como uma demonstração de que o chanceler Hitler tem atrás de si toda a nação alemã.

6. O *führer* – tendo organizado essa prova impressionante para o regime nazista e no seu próprio benefício político –, assim devidamente autorizado e prestigiado, poderá formular as propostas positivas de conciliação, para consolidar a paz europeia, tão abalada desde a guerra ítalo-africana e desde a recente reocupação militar da Renânia.

7. O chanceler alemão intervém fortemente na política europeia, sob uma série de favoráveis condições e de possibilidade de êxito, para o desenvolvimento de sua ação ousada e enérgica, pois não somente o *führer* está forte no seu próprio país, cercado pelo prestígio popular, amparado pelas suas forças armadas, mas ainda conta com a divisão e fraqueza de ação dos antigos ex-aliados, principalmente decorrente da dificuldade de um acordo entre a Inglaterra e a França.

8. Pelos resultados oficialmente publicados, ficou verificado que os votos alcançaram a cerca de 45 milhões, sendo que 44.300.000, mais ou menos, foram favoráveis<sup>7</sup> à política do *führer*, contra pouco mais de 500 mil cédulas nulas, que praticamente significam votos contrários, visto, como disse antes, não ser permitido votar contra o governo.

9. O novo Reichstag agora eleito será formado por 740 deputados, dos quais 723 eleitos pelas listas de distritos e 17 pela lista pessoalmente organizada pelo chefe de governo. O *führer* foi eleito como primeiro da lista na circunscrição da alta Baviera-Suábia e o ministro Rudolf Hess encabeça a chapa dos eleitos pelo Reich. Entre os novos deputados figuram os nomes do embaixador Joachim von Ribbentrop; do príncipe Augusto Guilherme da Prússia; do general Lietzmann; do dr. Schnee, antigo governador da África Oriental Alemã; do duque de Coburgo-Gotha; do dr. Hugenberg; do ministro alemão em Viena, von Papan; do grande industrial Thyssen; do conde de Reventlow, diretor da campanha pela fé alemã; do conselheiro de Estado Strauss, etc.

10. Na lista dos eleitos figuram também os nomes de dois agitadores nacionais-socialistas, Rudolf Jung e Hans Krebs, antigos chefes do Partido Nacional-socialista da Tchecoslováquia; e dos austríacos Alfred Frauenfeld, chefe nacional-socialista de Viena; Hermann Reschny,

---

7 Mais de 99% dos votos.

comandante da legião nacional-socialista austríaca, na Alemanha; e Alfred Proksch, chefe regional do Partido Nacional-socialista austríaco.

11. Esse fato provocou uma intervenção do ministro da Tchecoslováquia em Berlim, junto ao governo do Reich. Depois de uma entrevista com o subsecretário dos Negócios Estrangeiros, dr. von Bülow, o referido ministro protestou contra a eleição para o Reichstag dos antigos deputados tchecos acima mencionados. Esses deputados já exerceram, há anos, idênticas funções no Parlamento da Tchecoslováquia e quando, em Praga, se entregavam a uma intensa agitação nacional-socialista, foram presos pela polícia tchecoslovaca. Foram, depois, postos em liberdade sob palavra de honra, a qual violaram, fugindo para a Alemanha e agora aparecem como candidatos eleitos nas recentes eleições. Existe um tratado entre a Alemanha e a Tchecoslováquia pelo qual nenhum nacional, de um e outro país, pode mudar a sua nacionalidade antes de ter perdido oficialmente a sua de origem. Sucede que, até hoje, os deputados Jung e Krebs são considerados como cidadãos tchecos e, assim, pelo tratado mencionado, não podem fazer parte do Reichstag alemão. A Wilhelmstrasse está examinando o assunto, mas ainda nada foi resolvido.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 ABR. 1936 • AHI 04/03/04

[Índice:] A política europeia.

N. 147 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de abril de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos meus ofícios anteriores, tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que a situação europeia, embora permitindo toda sorte de apreensões, tem-se mantido em relativa calma,

devido a que as principais potências interessadas aguardam, principalmente, o resultado das eleições francesas e uma solução do conflito ítalo-abissínio.

2. De qualquer modo, como disse anteriormente, o Tratado de Locarno continua praticamente denunciado pela Alemanha, unilateralmente e sem prévia consulta aos demais signatários, e a zona da Renânia, que o Tratado de Versalhes tinha determinado ficasse sem ocupação militar, está fortemente guarnecida por contingentes do exército alemão, desde o dia 7 de março, e já se anunciam os preparativos de ser a mesma zona fortificada tão eficazmente quanto fizeram os franceses quando construíram a linha geralmente chamada “Maginot”.

3. Assim, o Reich, livre de qualquer compromisso e isento de qualquer sanção, digere tranquilamente a sua última vitória política e diplomática, obtida de acordo com o plano metodicamente organizado de, paulatinamente, abolir todas as obrigações decorrentes do Tratado de Versalhes.

4. A perspectiva de uma conciliação permanece, no entretanto, aberta e a Grã-Bretanha obteve que lhe fosse confirmado o mandato do qual ela se tinha apossado, de *motu proprio*, para agir como intermediária entre Paris e Berlim.

5. De outra parte, o plano francês – apresentado muito sumariamente, e tardiamente, como uma réplica ao plano de paz do chanceler Hitler – inflamou a opinião pública e, naturalmente, em Genebra, na S.D.N., foram respeitadas certas formalidades, decorrentes da grande consideração à França, mas logo ficou enterrado, poderemos dizer, com grande acompanhamento e lindas flores... Aqui, porém, ninguém se engana a respeito do malogro de chegar mesmo a ser considerado assunto de deliberação o referido projeto, e isso ficou bem patente pelas longas informações prestadas ao público pelos jornais de toda a Alemanha.

6. Nessas condições – tanto pela pena dos mais autorizados redatores das seções políticas e diplomáticas dos diversos órgãos de publicidade, como pelas diversas informações da imprensa em geral –, para o grande público deste país, como para o seu próprio governo, existe apenas uma opinião, uma única certeza: o ato audacioso de 7 de março, o golpe de força contra Locarno, teve o mais completo êxito. Se alguns políticos e militares tiveram certos fundados temores de uma rápida reação francesa, com graves repercussões no país – quero dizer, um contra-ataque do exército francês para impedir a ocupação militar

alemã da Renânia – devem estar vendo como se iludiam sobre as possibilidades de ação da França, em face do nenhum apoio que lhe presta a Inglaterra, quando o assunto não lhe diz diretamente respeito.

7. Essa recrudescência de confiança se traduz visivelmente no quase desinteresse que a imprensa do Reich dedica desde alguns dias ao assunto de Locarno; e esse indício, de cada vez mais considerar o fato como consumado, é bastante significativo.

8. Um outro sintoma que devo mencionar é que os caricaturistas alemães, em relação aos franceses e à sua política, estão parecendo cada vez menos severos no seu modo de criticar pelo “humor” os recentes atos da política internacional. O traço satírico se abranda e já abandona o aspecto quase trágico com o qual os alemães procuram ordinariamente comentar, pelo espírito, os gestos e as atitudes dos franceses em geral. Menos correntes pesadas, menos figuras de ferozes militares com calças vermelhas dos *poilus* franceses, menos figuras de Germanias sacudindo as imposições de Versalhes; mas, um número maior de francesinhas, representadas como meninas teimosas e caprichosas, que rapazes elegantes, representando as demais nações, vêm calmar; velhos patriotas franceses, desprezando as flores da paz que buscavam oferecer à França – são os temas que mais se veem presentemente na parte humorística dos jornais, mas sem aspecto irritante nem agressivo. Não se dá, porém, o mesmo em relação aos comentários em relação aos soviéticos, para cujo governo a imprensa unânime não concede uma trégua e ataca sempre de forma violenta, apresentando sempre os dirigentes de Moscou como assassinos e incendiários de igrejas, destruidores da ordem social do mundo.

9. A alma alemã é, porém, complexa e, assim, podem ainda ser notadas na imprensa oficiosa algumas notícias revelando o prazer do triunfo, para ainda mais aumentar no meio da massa popular o valor do êxito alcançado pelos nacionais-socialistas.

10. O *Lokal-Anzeiger* de há poucos dias ainda, dizia que, apesar da força e do terror moscovita, foi possível dar um golpe formidável na psicose de guerra, que sobrevivia de conferência em conferência entre as nações. A distinção entre vencidos e vencedores, que envenenava o ambiente europeu, não poderá ser mais sentida. Era necessária essa liberação, para romper a opressão econômica que domina o mundo e, assim, romper a crise que deverá se atenuar com uma reorganização justa e firme da política europeia. O chanceler Hitler pôde demonstrar

que a contribuição do Reich para a paz mundial é demasiadamente grande para que possam desprezá-la.

11. Subsiste, porém, uma questão. A crise diplomática visivelmente aberta pela violação do Tratado de Locarno tinha sido, como tive ensejo de informar Vossa Excelência, precedida de uma campanha, generalizada e muito ardente, feita pelos órgãos mais autorizados da opinião deste país, em favor de uma aproximação com a França. Sucede que esses mesmos órgãos, embora celebrando a vitória de 7 de março, não dissimulam – com sentimento aparente, ou real – que isso produziu uma ruptura, ou, pelo menos, um adiamento para o prosseguimento daquela política franco-germânica. Isso é – sem dúvida e posso afirmar – uma séria preocupação dos dirigentes da Wilhelmstrasse. No que diz respeito à Inglaterra, há uma perfeita tranquilidade e, mesmo, confiança.

A política britânica – escrevia há dias o *Frankfurter Zeitung*, jornal dos mais conceituados – quer um entendimento com Hitler. A Inglaterra não renunciará, certamente, à discussão de certas teses ou métodos do III Reich. Não devemos supor que a desconfiança possa se transformar em confiança em 24 horas, mas, praticamente, a Grã-Bretanha quer garantir e prender os compromissos constantes das palavras do *führer*.

12. Quanto à Itália, as consequências do conflito etiópico permitem ao Reich [...] utilizar com serenidade as complexidades das relações de Roma com Londres e Paris. Resta, porém, a França, principal vítima da anulação prática de Locarno e cuja resistência poderá vir a comprometer as probabilidades de uma negociação de grande envergadura, e que já se anuncia, com o apoio da Inglaterra. Parece-me, pois, lógico concluir que seja devido a isso que a propaganda por um entendimento franco e leal entre a França e a Alemanha, que já se esboça novamente, deverá proximamente ser intensificada, com aprovação do governo do Reich. Devo dizer que esse novo esforço já foi mesmo iniciado, inclusive pela *Correspondência Política e Diplomática* do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Berlim.

13. O *Lokal-Anzeiger* – para não citar senão jornais de grande importância – anteontem dizia, mais ou menos, que na França jamais existiu uma tão grande distância entre a voz do povo e a política que eles consideram como tradicional. Acredita aquele jornal que ali existe um verdadeiro propósito e desejo de uma aproximação com a Alemanha,

sinceramente compartilhado pelo *führer*. O *Rheinisch-Westfälische Zeitung* também assevera que o povo francês deseja ardentemente a paz e um bom entendimento com a Alemanha, e esse é o mais vivo desejo dos trabalhadores e da nação alemã.

14. Segundo a opinião alemã, assim manifestada quase oficiosamente, poderá ser ultrapassado o grave obstáculo que precisamente existe para uma tal política de aproximação entre Paris e Berlim e que reside, por parte dos franceses, na fidelidade que desejam manter e defender do que esteja estipulado nos tratados. Acredito, porém, que tudo isso poderá ser aplainado, desde que um outro ponto – a meu ver, mais grave – possa ser resolvido. Refiro-me às fortificações da linha “Maginot”, pois o exército francês se julga prisioneiro se uma linha de defesa alemã, nas mesmas condições, vier a ser construída pelo governo do Reich. A possibilidade de uma marcha militar dos exércitos franceses através da Alemanha pela região leste desapareceria e, assim, todo o sistema de segurança coletiva, idealizado pelo Quay d’Orsay, ficaria inutilizado. Nesse ponto é que devem ser localizadas as mais importantes negociações.

15. Deve ser notado, como bem diz o *Völkischer Beobachter*, que, além da retórica francesa, deve ser observada a política e a ação de Moscou. Efetivamente, a União Soviética está intimamente imiscuída e age tão diretamente no funcionamento do mecanismo da diplomacia europeia, disfarçando-se atrás dos princípios tradicionais da política francesa, que a todos não mais engana e enche de intranquilidade os países europeus.

16. Parece que, nessas condições, será difícil aos alemães deixar de se defender no caso d[e] a França querer futuramente invadir o Reich para socorrer a Rússia ou a Tchecoslováquia, que dia a dia mais se vai deixando dominar pelas ordens e orientação de Moscou.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 MAIO 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A Alemanha e o problema austríaco.

N. 166 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de maio de 1936.

Senhor Ministro,

Desde alguns dias vem circulando, insistentemente, em meios geralmente bem informados, a notícia de deslocamento de contingente de tropas das guarnições de Viena e da Áustria oriental em direção à fronteira alemã.

2. A legação da Áustria em Berlim fez, no dia 8 do corrente, publicar uma nota declarando que, segundo as informações oficiais recebidas de Viena, os referidos movimentos de tropas são unicamente devidos a manobras do exército austríaco, que habitualmente são efetuadas nesta época do ano. O degelo nas montanhas fornece ao exército a ocasião de fazer exercícios em regiões mais altas e, assim, os movimentos de tropas assinalados pela imprensa internacional, principalmente de Paris e Londres, não têm nenhuma relação com as pretendidas concentrações militares, que teriam sido efetuadas pelo exército alemão, nas fronteiras austríacas.

3. Devo, porém, informar [a] Vossa Excelência que o Partido Nacional-Socialista está bastante irritado com a preocupação que diversos países estão demonstrando pelo problema germano-austríaco<sup>8</sup>, considerando que se trata de um assunto interessando unicamente os gabinetes de Berlim e de Viena.

4. As informações publicadas, nestes últimos dias, por uma parte da imprensa inglesa e francesa, anunciando a concentração de tropas alemãs na fronteira austríaca, são aqui geralmente declaradas "mentiras grosseiras" e sem nenhum fundamento.

5. A *Correspondência Diplomática e Política* do Ministério dos Negócios Estrangeiros acusa a França de querer se servir da Áustria como um meio de afastar a atenção mundial da má-fé com que age, presentemente, a política internacional francesa.

A França – diz o referido órgão oficioso da Wilhelmstrasse – que não quer se harmonizar com o Reich sobre uma base que teria na devida conta os interesses vitais da Alemanha, busca de qualquer forma in-

<sup>8</sup> As três últimas palavras foram sublinhadas, a lápis.

tensificar e divulgar a mentira da existência de um perigo alemão para a Áustria.

6. O mesmo órgão chega a se referir a sabotagem por parte da França contra os esforços positivos empreendidos, principalmente, pela Alemanha, visando organizar sobre bases sólidas a paz europeia e do mundo.

7. Consideram em geral, aqui, que presentemente a situação política interna austríaca é bastante complicada, mas, no que se refere à sua ação diplomática, todos sentem que faz objeto de tentativas de intervenção por parte de diversos países, principalmente da Itália, da França e da Grã-Bretanha. Creio, porém, que a ação mais eficaz – embora bem oculta – é a dos elementos do nacional-socialismo hitleriano que, segundo parece, dia a dia ganha terreno no país vizinho.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 MAIO 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A desvalorização do marco e a nova ditadura econômica do general Goering.

N. 167 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de maio de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício número 132, de 6 de abril último, devo informar que o *führer* acaba de encarregar o general Goering, ministro da Aviação e presidente do Conselho da Prússia, de dirigir o serviço de fiscalização de todas as questões relativas à administração de comércio de matérias-primas, circulação de moedas estrangeiras e cam-



biais de valor ouro, autorizando-o, por assim dizer, a agir em forma ditatorial, podendo tomar toda e qualquer medida que julgar necessária.

2. O comunicado oficial publicado pelos diversos órgãos oficiais diz mais ou menos o seguinte:

Considerando que numerosas autoridades do Estado e Partido Nacional-socialista devem colaborar por ocasião de ser regulada a questão relativa às matérias-primas e divisas, o *führer*, chanceler do Reich, encarregou o ministro-presidente da Prússia de examinar e ordenar que sejam executadas todas as medidas que julgar de utilidade nacional. O ministro-presidente e general Goering poderá, para o dito fim, ouvir toda e qualquer autoridade do Estado, ou do partido, obtendo dos ministérios competentes toda a colaboração e apoio de que carecer, e outrossim os mesmos deverão ficar sob sua direta administração.

3. A notícia dessa decisão não surpreendeu os meios bem informados de Berlim, que conheciam, desde várias semanas, que os Conselhos de Gabinete tinham-se ocupado seriamente de assuntos de ordem financeira e econômica, e que os mesmos, de acordo com o dr. Schacht, tinham sido presididos pelo general Goering e não pelo chanceler Hitler, o que tinha motivado a circulação de certos boatos, que chegaram a propalar que o general Goering seria encarregado de dirigir a chancelaria do Reich, ficando o *führer* com a direção suprema do Estado.

4. As cousas não chegaram até esse ponto, mas não resta dúvida [de] que os plenos poderes, que acabam de ser conferidos ao ministro da Aviação, um dos maiores chefes do regime, constitui uma etapa importante para a sua ascensão até aquele alto posto da administração, vago desde a demissão de von Papen, atual ministro da Alemanha em Viena.

5. A opinião pública, porém, está vivamente impressionada, vendo a ditadura econômica passar, embora aparentemente, das mãos do dr. Schacht para as do general Goering ou, em outras palavras, ver um militar fiscalizar e administrar, em tempo de paz, a economia nacional e administrar a distribuição e importação das matérias-primas, tão necessárias à vida do país.

6. Além disso, a massa popular conhece, pelos numerosos discursos que ele pronunciou, em diferentes oportunidades, que o general Goering resume a sua política na seguinte frase: "Primeiramente devemos construir armamentos e canhões, e depois, então, poderemos comprar manteiga e ovos..." Isso significa que o general Goering julga

mais importante empregar todos os valores, cheques e moedas de valor real, e das quais possa dispor o Tesouro alemão, na aquisição de matérias-primas indispensáveis ao rearmamento, deixando para o segundo plano o grave problema de abastecimento alimentar da população, que – como Vossa Excelência sabe – luta presentemente com sérias dificuldades, devido à escassez de certos produtos que podem ser considerados de primeira necessidade. Assim, tenho conhecimento [*de*] que uma grande fábrica de tecidos, de Leipzig, declarou recentemente, em um relatório secreto, que prevê sérias dificuldades para a importação de lãs no decurso do ano próximo. O mesmo sucede para o comércio importador de metais, minerais e ferro, níquel, manganês etc. A indústria do calçado está também atravessando uma grave crise e, segundo avisos recentemente publicados, o ministério da Propaganda proibiu aos jornais de chamar a atenção do público sobre as dificuldades do governo em importar peles e couros, e daí as consequências que podem ser previstas para a fabricação e venda de calçados no comércio a varejo. A situação das divisas piorou paralelamente e, nos meios bancários, verifica-se, desde alguns meses, que as entradas de moedas-ouro não correspondem mais aos excedentes estritamente necessários às necessidades do comércio exterior. Esse fenômeno anormal pode ser explicado como uma consequência das exorbitantes despesas suplementares decorrentes de gastos para os armamentos e das subvenções de estilo *dumping*, concedidas aos exportadores alemães, e também pela demora com que os comerciantes germânicos, desde algum tempo, devolvem do estrangeiro o produto de suas vendas em moedas valorizadas.

7. Acredita-se que os poderes extraordinários conferidos ao general Goering são destinados a reforçar a posição do dr. Schacht, ministro da Economia, e assim ele e o presidente do Conselho da Prússia estariam, presentemente, perfeitamente de acordo em agir com uma perfeita harmonia de vistas.

8. Não concordo com a opinião geralmente aqui aceita de que a crise do Schacht, de que se fala há vários meses, venha a agravar-se com as novas funções atribuídas ao general Goering.

9. O dr. Schacht necessitava desse apoio para melhor desenvolver a sua política, pois ele não é membro militante do Partido Nacional-Socialista. Trouxe, porém ao regime a sua preciosa colaboração, como técnico habilíssimo e a sua grande experiência de financeiro e economista. É de toda justiça mencionar que foi graças ao dr. Schacht que

o III Reich pôde realizar o seu gigantesco programa de criação do trabalho obrigatório, intensificação da produção industrial, construção de autoestradas, diversas e importantes obras de utilidade pública e principalmente permitiu que o governo dispusesse de meios para obter o seu rearmamento rápido e intensivo, como foi e está sendo feito.

10. O chanceler Hitler aprecia devidamente o valor de tão inteligente e hábil colaborador e não cessa de lhe manifestar toda a sua confiança. Isso, porém, não impede que o dr. Schacht seja alvo de violentos ataques, por parte dos elementos mais extremistas do partido, que não compreendem a importância e influência que goza o referido ministro, não sendo ele, como disse, membro da facção nacional-socialista.

11. O desacordo existente entre o dr. Schacht, que conhece melhor do que ninguém as necessidades para a Alemanha de aumentar as suas exportações, e o senhor Walther Darré, ministro da Agricultura, que experimentou sem êxito o abastecimento da Alemanha sobre uma base autárquica, é demasiadamente conhecido. No curso das últimas semanas, esse conflito – por assim dizer, crônico – tomou um aspecto bastante agudo.

12. Nos meios econômicos bem informados, asseguram que o dr. Schacht, atormentado pelas constantes intervenções e pedidos de obtenção de cambiais e dinheiro valorizado para compras no estrangeiro de matérias-primas de caráter alimentar – principalmente carnes, ovos, manteiga e queijos – escreveu àquele seu colega uma carta enérgica, na qual declara que "não tem o poder de um mágico ou de um alquimista e assim não pode fabricar ducados nem ouro sintético. O problema mais urgente da agricultura alemã é o de restabelecer a produção agrícola, na base do que existia no ano de 1933".

13. Por esse documento, e por muitos outros indícios, a crise Schacht deve ser considerada, antes de tudo, como a expressão da situação crítica da economia alemã, mormente do que se refere às divisas e matérias-primas.

14. Esse fato é tanto mais verdadeiro quanto todos sabem que é intensa a luta que se travou desde algumas semanas em torno da personalidade do dr. Schacht e que, na realidade não se trata de um caso pessoal, mas sim de uma ofensiva violenta do que preconizam a desvalorização do marco contra os que são partidários do ministro da Economia, que se esforça em defender a moeda alemã. Não resta dúvida que a questão da desvalorização do marco voltou a ser atual como consequência das

negociações em curso, e que se referem ao prolongamento de um ano das operações das caixas de apoio aos exportadores.

15. Assim a Comissão de Economia Pública do Reich tem tido quase contínuas sessões, sob a direção do novo comissário supremo, general Goering, assistido pelos ministros drs. Schacht, Darré e Schwerin von Krosigk. O assunto que tem dominado em tais reuniões tem sido o exame completo do sistema atual, denominado *Exportförderungs-system*<sup>9</sup> e que significa assistência para favorecer e forçar a exportação industrial.

16. Os industriais alemães – diante da disparidade dos preços internos e externos, que é para eles desvantajosa – não pensam senão em recorrer à desvalorização do marco, supondo que poderá constituir a única medida que possa ser aplicada em favor dessa situação. O ministro Schacht resiste, tanto quanto pode, e preconiza a extensão do sistema, que é de sua autoria, para poder pedir à economia alemã uma contribuição de cerca de 1.000.000.000 de marcos, por ano, destinados à caixa dos exportadores, para que assim ajudados possam suportar a concorrência estrangeira. Essa contribuição seria assim distribuída: 600 a 700 milhões fornecidos pelos industriais; 200 milhões pelo comércio e pelos bancos; e 200 milhões mais ou menos pelos agricultores.

17. Esse sistema, bastante interessante, do ditador financeiro, tem sofrido uma grande resistência, principalmente por parte dos agricultores, mas já pode ser considerado como vitorioso, podendo o dr. Schacht continuar a impô-lo, da mesma forma em que tem podido desenvolver, para o comércio externo, o extenso e complicado plano de marcos bloqueados. As autoridades alemãs temem, com razão, que uma desvalorização provoque o desabamento de toda a construção que estão executando e que abrange os vários problemas de restrições, em geral, ao abrigo da qual podem dirigir manu militari a economia interna da nação.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



---

9 Sistema de fomento à exportação.

OFÍCIO • 11 JUN 1936 • AHI 04/03/05

---

[Índice:] A política germano-italiana.

N. 194 / RESERVADO

Legação dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de junho de 1936.

Senhor Ministro,

O grave perigo que constitui, para o equilíbrio europeu, o conjunto dos problemas que deverão ser debatidos em Genebra, perante a Liga das Nações, decorrentes do conflito ítalo-etíópico, vai aos poucos se esclarecendo.

2. A situação atingiu, por assim dizer, uma posição culminante, principalmente devido à entrevista que presentemente se está realizando em Roma, entre o senhor Mussolini e o chanceler austríaco, Schuschnigg.
3. O principal assunto discutido entre os chefes das chancelarias de Roma e de Viena foi o que se refere às relações ítalo-alemãs, tendo sido examinada a presente situação a fundo e os resultados obtidos pelas negociações confidenciais que se desenvolveram desde algum tempo, como já tive ensejo de informar Vossa Excelência, entre Roma e Berlim.
4. O *duce*, segundo informações que pude colher em fonte autorizada, teria afirmado ao seu colega austríaco que as mencionadas sondagens e trocas de ideias tinham servido para a preparação de uma política comum, a ser aplicada no caso em que os acontecimentos de Genebra obrigassem a Itália a se afastar da ação política que atualmente exercem na Europa as chamadas grandes potências.
5. Em relação às principais características dessa política comum, parece que se trata de estabelecer entre a Alemanha e a Itália as bases para a conclusão de um pacto de não agressão de duração ilimitada e prevendo uma perfeita solidariedade entre ambas essas nações para uma defesa mútua dos seus principais interesses, no desenvolvimento de suas respectivas políticas internacionais.
6. Devo, porém, informar que essa orientação está presentemente condicionada às decisões que Genebra deverá tomar proximamente em relação à Itália e, assim, se as sanções tomadas contra esse país devido à recente guerra contra a Abissínia forem mantidas, a Itália estará disposta a concluir com a Alemanha o aludido pacto de defesa mútua

e de não agressão. No caso de serem mantidas as sanções, é sabido que foi fixada a data de 30 de junho para ser adotada a referida deliberação.

7. Todas as disposições já foram tomadas pelas chancelarias de Berlim e de Roma, e as principais instruções já foram dadas sob o maior sigilo aos representantes diplomáticos alemães e italianos, no sentido mencionado.

8. Sobre o acordo que eventualmente será assinado, pode ser dito que ele terá como base principal uma perfeita igualdade no que será dado como apoio e contribuição para a defesa mútua dos países contratantes, respectivamente, por cada uma das duas nações.

9. A contribuição italiana pode ser resumida nos seguintes pontos: 1º – A Itália apoiará, por todos os meios de que dispõe – de ordem política, diplomática e econômica – as reivindicações coloniais do III Reich; 2º – A Itália não se oporá aos esforços que serão feitos pelo serviço de propaganda do Partido Nacional-socialista alemão nos Bálcãs. Uma zona de influência alemã será claramente traçada nessa direção na carta da Europa.

10. A contribuição da Alemanha seria a seguinte: 1º – O Reich tomaria parte no acordo, assumindo formalmente o compromisso de respeitar a integridade física e moral da Áustria; 2º – O Reich se comprometeria a não solicitar a sua volta à Sociedade das Nações, visando [a] anular, assim, a manobra diplomática, que vários países têm em vista, de compensar a saída da Itália com a entrada da Alemanha para o instituto de Genebra.

11. Existem ainda, segundo tenho conhecimento, um certo número de cláusulas suplementares e de ordem técnica, cujos detalhes somente ficarão perfeitamente combinados se o acordo for realmente concluído.

12. O assunto, pela sua importância, não necessita de comentários, pois, pode bem ser avaliado quanto poderá ficar alterada por essa forma, dentro de algumas semanas, a política externa da Itália e da Alemanha, modificando completamente todo o atual sistema, que visa [a] um equilíbrio de forças entre as nações europeias.

13. O pacto de não agressão projetado, que propriamente deve ser considerado de importância primordial, seria também interpretado como um símbolo, e inspirará todas as relações da Itália com o exterior.

14. Tudo indica que momentaneamente a situação ficará estacionária, mas a obra de defesa e de contra-ataque está sabiamente preparada pelo chanceler Mussolini. De qualquer forma, porém, deve ser considerado que o princípio fundamental de um acordo teuto-italiano,

esboçado desde vários meses, existe de fato e a sua realização prática será efetivada se as decisões de Genebra se encaminharem em sentido contrário aos interesses italianos. Nesse caso, veremos novamente restabelecida a velha coligação ítalo-germano-austriaca, para fazer frente ao bloco franco-russo-tchecoslovaco.

15. Em íntima colaboração com a política internacional alemã, também devem ser contados a Polônia e o Japão, principalmente, para intervir em favor deste país, se eventualmente se produzir um ataque por parte dos soviets, diretamente, ou através da Tchecoslováquia.

16. Tais posições, tomadas assim claramente, obrigam as demais potências a decisões rápidas, se houver um sincero desejo de restabelecer o equilíbrio europeu, bastante comprometido, e trabalhar para a paz ser assegurada. Parece que existe nesse sentido um tempo muito limitado e, se assim não for feito, nada pode ser previsto e entraremos em plena aventura, com todos os riscos que pode comportar.

17. A iniciativa da Argentina, convocando urgentemente a assembleia de Genebra, é aqui julgada como precipitada, deixando pouca liberdade de ação às potências interessadas no problema ítalo-africano. Consideram que o governo de Buenos Aires, pouco conhecedor da política europeia, entende que deva ser feita, desde logo, uma afirmação da liga de Genebra, sob o ponto de vista propriamente jurídico, e a dificuldade de ser obtido um compromisso dessa ordem reside, principalmente, em não poder ser resolvido o caso juridicamente de forma que possa satisfazer aos princípios e às situações criadas e já consagradas como fato consumado: refiro-me à ocupação militar da Renânia pela Alemanha e à anexação da Abissínia pela Itália.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 JUN. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice.] As reivindicações coloniais da Alemanha.

N. 201 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil <sup>10</sup>  
Berlim, 16 de junho de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício reservado n. 17, de 14 de janeiro deste ano, devo informar que, no momento atual – depois do rearmamento terrestre, naval e aéreo da Alemanha, depois de reocupação da zona do Reno – é fácil de se concluir que a questão relativa às reivindicações coloniais por parte deste país deverá ser proximamente agitada, em forma clara e precisa.

2. Os indícios de uma tal ação por parte dos dirigentes do III Reich são evidentes e, assim, já estamos assistindo a um intenso trabalho de preparação da opinião pública neste país.

3. A literatura colonial é cada dia mais abundante e até os correios alemães já puseram em circulação selos com a efígie dos mais notáveis pioneiros da colonização germânica. Cartazes vistosos e variados são vistos, cada vez mais numerosos, nas vitrines dos comerciantes visando a propaganda de consumo na Alemanha dos produtos originários da "África Alemã".

4. Os elementos e as forças que se organizam de maneira considerável para ativar a ação germânica de reivindicação das antigas colônias podem ser resumidos da seguinte forma:

O primeiro posto deve desde logo caber às numerosas associações coloniais denominadas *Deutsche Kolonial-Gesellschaft*, cuja fundação data do período colonial instituído por Bismarck em 1887. Extremamente ativa, ela divulga livros, brochuras e organiza conferências, congressos, exposições, festas populares etc., fomentando intensivamente o ensino colonial, que, aliás, figura em primeiro plano em todas as escolas superiores da Alemanha. A D.K.G., como é conhecida a referida organização, publica por sua conta um jornal, além dos dez outros que a imprensa da propaganda colonial alemã já conta em todo o país e de outras publicações, tais como boletins de associações, folhas destinadas ao público

<sup>10</sup> Com a elevação da missão brasileira em Berlim à categoria de embaixada, em 19/05/1936, o papel timbrado passou a ostentar o cabeçalho correspondente a partir deste documento.



feminino, à juventude, e revistas de caráter científico, que também se ocupam do assunto.

5. Uma segunda associação – o *Kolonialwirtschaftliches Komitee*, que existe há mais de 40 anos – trata principalmente dos interesses econômicos ligados ao problema colonial.
6. Os principais grupos de uma fundação mais recente são o *Kolonial-Kriegerbund*, associação de antigos combatentes, fundada em 1922; e, no domínio cultural, a *Akademischer Kolonialbund*. Essas associações, que recrutam elementos bastante heterogêneos e diferem também nos seus objetivos, estão agrupados em uma vasta federação nacional, que se denomina a *Reichskolonialbund*, onde a principal direção cabe a D.K.G..
7. O atual presidente é o dr. Schnee, antigo governador da África Oriental Alemã.
8. Embora a D.K.G. seja muito importante pela sua antiguidade e pela sua múltipla e intensa atividade, não é – assim como o seu presidente – um elemento ortodoxo. As associações reunidas na *Reichskolonialbund* não são originárias do movimento nazista. A D.K.G., principalmente, se afasta em substância pelo seu espírito, que é tradicionalista e de uma colonização de caráter francamente imperialista e romântico, tal como a expansão demográfica. Toda a ação do *Kolonialbund* se desenvolve, às vezes, em desacordo – mais ou menos evidente – com as ideias do Partido Nacional-Socialista.
9. A doutrina política do III Reich determina que o "partido comanda o Estado". No quadro do partido, as questões de política e de economia colonial são da competência de um departamento central, o *Kolonialpolitisches Amt* da direção do partido, o qual exerce – por sua vez – uma intensa propaganda, mais direta, porém, que a da D.K.G. Esse departamento, criado em 1935, tem como chefe o general von Epp, um veterano das antigas colônias alemãs e homem de confiança do *führer*, que o nomeou governador da Baviera. A palavra de ordem por ele lançada ao país foi "pão e honra", fórmula que resume as vistas coloniais do nazismo. Os nacionais-socialistas não querem colônias para exportar população, mas centros de exploração intensiva, onde uma elite de dirigentes brancos, em número reduzido, obterá os recursos econômicos, as matérias-primas, que tanto faltam à Alemanha.
10. Nesse ponto existe um perfeito acordo, que em outras ocasiões

é tão difícil de estabelecer entre as teorias nazistas, proclamadas principalmente pelo ministro Darré, campeão da autarquia agrária e que inscreveu no seu programa político a celebre fórmula *Blut und Boden*<sup>11</sup>, e as professadas pelo dr. Schacht, o grande diretor das finanças alemãs.

11. Este último, desde 1926, vem propondo a execução de um programa colonial, visando essencialmente à exploração das matérias-primas. Dentro desse plano, organizado no quadro e na época já afastada do plano Dawes, foi cogitado de serem organizadas *chartered companies*, de caráter privado e de serviços a serem computados nas contas das reparações da Grande Guerra.

12. A situação, sem dúvida, é bem diferente hoje e a ideia dominante que se manteve foi a do abastecimento da Alemanha, por assim dizer, faminta de matérias-primas. O especialista de geografia colonial da Universidade de Berlim, professor Troll, concorda por motivos de ordem técnica com essa exceção não expansionista da economia colonial. Politicamente, a ideia de colônias administradas sob a forma de mandato é geralmente repelida, pois consideram que a Alemanha necessita de uma completa soberania em matéria colonial e não poderia desenvolver o seu programa econômico-comercial se ficasse submetida às obrigações resultantes das operações em moedas estrangeiras. Esse argumento, muito apreciado pelo dr. Schacht, foi recentemente agitado pelo ministro das Finanças do Reich, o senhor Schwerin von Krosigk, em discurso proferido em 15 de maio último e no qual fez diretas alusões às reivindicações coloniais da Alemanha.

13. No que se refere à fórmula do general von Epp – pão e honra – a honra é a *gleichberechtigung*<sup>12</sup> colonial e a desaprovação e prescrição definitiva da dívida colonial de guerra.

14. As colônias foram desanexadas da Alemanha com a declaração, por parte dos aliados, de não ter este país capacidade moral de fazer uma obra perfeita de colonização. Essa ofensa à honra do povo alemão e, mais ainda, aos seus dirigentes, julgam aqui deve ser apagada e reparada. As declarações pró-alemãs – feitas, a esse propósito, por certos homens políticos ingleses e sul-africanos – foram aqui otimamente recebidas, mas julgam que não bastam e necessitam de uma reparação. É necessário devolver à Alemanha as suas antigas colônias e assim ter-

---

11 Sangue e solo.

12 Igualdade.

minará a discriminação colonial, e este país será reabilitado perante o mundo como potência colonial, como julga ter direito.

15. O argumento de honra é poderoso e provoca uma unanimidade de todos os patriotas. Ninguém ousará pensar de outro modo, principalmente neste momento, em que o povo está inflamado pela política internacional de reivindicações que vitoriosamente vem sendo seguida pelo *führer*.

16. Devo dizer muito justamente que, em matéria colonial, quem aparece mais prudente pela sua ação é o próprio *führer*. As suas afirmações a esse propósito são raras e se limitam a fórmulas vagas. Essa reserva é sem dúvida premeditada, pois não devemos esquecer que, no terreno colonial, a Alemanha está na impossibilidade material de colocar o mundo em qualquer momento diante de mais um fato consumado, tal como na questão do rearmamento, ou da ocupação militar da Renânia. Trata-se de um problema que exige uma solução essencialmente diplomática, e para uma ação de uma tal importância é necessário que o *führer* não esteja preso, ou ligado, a qualquer compromisso, por nenhuma promessa, tanto no interior como no exterior. Necessita de uma inteira liberdade de movimentos para escolher os objetivos que deve visar no momento preciso e imediato, e, assim, dispor de rápidos meios para uma fulminante ação diplomática.

17. Enquanto isso não sobrevém, o *führer* deixa que todos os problemas da propaganda colonial sejam agitados e, destarte, a opinião alemã vai se preparando conscienciosamente. No momento desejado e oportuno ele, com a sua habitual habilidade, com uma perfeita harmonia entre todos os seus nacionais e apoiado por uma onda de entusiasmo, empenhará o bastão de comando para esse novo movimento, o qual, unânime em toda a Alemanha, não poderá deixar de ser gravemente considerado pelas nações que hoje dominam as antigas colônias alemãs.

18. Quanto ao momento em que se produzirá essa nova reivindicação, ninguém o pode prever; mas, depois da ação de 7 de março último [e] das negociações iminentes que devem firmar a liquidação internacional da empresa italiana da África, as circunstâncias parecem particularmente indicadas para serem abertas, desde logo, as discussões sobre toda uma série de problemas europeus – envolvendo interesses coloniais – e nos quais, naturalmente, a Alemanha está particularmente interessada.

19. Enquanto isso, como é natural, países como a Bélgica, Holanda e Portugal, que seguem atentamente o desenvolvimento dessas ques-

tões, receiam que – em último caso – sejam eles os prejudicados, se for adotada a política de revisão da divisão das soberanias e mandatos coloniais.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 JUN. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] Novo chefe de polícia do Reich.

N. 204 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de junho de 1936.

Senhor Ministro,

Inesperadamente, no dia 17 do corrente, foi divulgada pela imprensa a notícia da nomeação do senhor Himmler, chefe das S.S. (*Schutz-Staffel*)<sup>13</sup> e da polícia política (Gestapo), para chefe supremo da polícia do Reich. Ele terá, assim, sob suas ordens a *Schutzpolizei* (polícia militar), a polícia administrativa, a polícia civil, a polícia criminal e a polícia secreta de todo o Reich. O novo chefe supremo da polícia ficará diretamente subordinado ao ministro do Interior e será seu substituto em todos os seus impedimentos. Tomará parte nas reuniões ministeriais, sempre que o assunto a ser discutido interessar [a]o seu departamento. Usará o título oficial de *Reichsführer* S.S. e chefe da polícia alemã no Ministério do Interior do Reich. Sempre que tenha de se ausentar de Berlim, delegará poderes ao general da polícia Daluge, que, até agora, era de fato o chefe de polícia.

2. O senhor Himmler, cujos poderes já eram consideráveis como chefe das tropas S.S., acaba de ver a sua ação e o seu prestígio aumentados de maneira extraordinária. Ele formou ao lado do chanceler Hitler em 1923 durante a revolta de Munique e, desde 1929, comanda as guardas de corpo do *führer*, que, contando então apenas com 270 homens, depois de junho de 1934 teve o seu efetivo aumentado para

13 Schutzstaffel = “escolta, guarda pessoal”.

cerca de 1.000 homens, beneficiando da redução das seções das tropas de assalto denominadas geralmente ‘camisas pardas’.

3. Conta apenas 36 anos de idade e fez o curso de altos estudos técnicos na Universidade de Munique.

4. Essa nomeação tem sido objeto de comentários, pois o senhor Heinrich Himmler, concentrando toda a polícia da Alemanha sob sua direção, completa por assim dizer a obra de unificação administrativa da polícia, que estava prevista no plano da reforma do Reich estabelecido pelo chanceler Hitler.

5. Até o presente momento, os diferentes estados alemães possuíam as suas polícias que, embora submetida ao Ministério do Interior do Reich, tinham, porém um grande poder de autonomia local. Os uniformes adotados pelas polícias regionais nos diferentes estados e países do Reich serão substituídos por um único: o usado pela polícia de Berlim.

6. Assim, sem ter tal título, o senhor Himmler tornou-se, de fato, o ministro da polícia do Reich.

7. Esse acontecimento é, por assim dizer, de grande importância e, segundo pude averiguar, está ligado a certos fatos que ultimamente têm ocorrido e que, naturalmente, são mantidos no mais absoluto sigilo e impedidos pela censura de serem divulgados pela imprensa.

8. Refiro-me a que, desde algum tempo, as autoridades do Partido Nacional-Socialista estão deveras inquietas pelo desenvolvimento que tem tido a famosa sociedade secreta R.R. (abreviação de *Roehm Racher*<sup>14</sup>). Ouve-se falar, em surdina, por toda a parte – mas nada transpira para fora do país – sobre essa nova agremiação secreta, que lança o temor neste momento entre as hostes hitlerianas.

9. Em todo o corpo das ‘camisas pardas’, o capitão Roehm, que foi o chefe dessas tropas de assalto, só conta amigos dedicados, podendo mesmo chegar ao fanatismo a fidelidade desses elementos pelo seu chefe acima mencionado.

10. Depois da carnificina de 30 de junho de 1934, quando também foi fuzilado o capitão Roehm, cerca de 20.000 de seus subordinados fizeram um pacto de sangue para vingarem a morte do chefe. Desde então foi instituída uma espécie de Santa Vehme<sup>15</sup> e não são mais contados os cadáveres de membros das S.S encontrados, de tempos

---

14 Vingadores de Roehm.

15 Instituição justiceira que teria existido em território germânico durante o Sacro Império Romano-Germânico.

a tempos, em lugares desertos, ou vitimados por atentados de toda sorte, mas sempre marcados com as iniciais R.R., inscritas no peito das vítimas. Devido ao rigor que existe de não ser divulgada qualquer informação a respeito de tais fatos, não é possível conhecer exatamente o número de tais vítimas, avaliadas, entretanto, em mais de mil. O departamento de imprensa tem ordens severíssimas para jamais fazer menção desses crimes misteriosos.

11. As execuções feitas pelos R.R. tomaram, porém, nestes últimos dias – segundo estou informado – um desenvolvimento impressionante, não se limitando mais aos crimes por arma de fogo, mas também utilizando o recurso de envenenamento.

12. Os chefes do governo, a começar pelo *führer*, estão sendo severamente guardados. Há quem diga que o chofer do chanceler, há dias falecido em condições imprevistas, teria sido vítima dos R.R., que visam principalmente os que, direta ou indiretamente, participaram dos fuzilamentos e assassinatos de 30 de junho de 1934.

13. O governo está tomando grandes precauções, principalmente devido a se aproximar a data de 30 de junho – segundo aniversário daqueles tristes acontecimentos, quando foram abatidos vários centenas de elementos das ‘camisas pardas’ – e os R.R. teriam feito saber que, para comemorar tal fato, estariam dispostos este ano a se vingar em forma excepcional.

14. Nessas condições pode ser compreendido o motivo real que obrigou o governo a reformar o serviço da polícia, concedendo – por assim dizer – poderes ditatoriais ao senhor Himmler, homem de rara energia e cuja dedicação e lealdade ao chanceler e aos nacional-socialistas não pode ser discutida. Poderá ele, sem dúvida, assim agir com mais autoridade e reprimir quaisquer atentados, que porventura estejam sendo planejados, como é lícito supor.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência aos protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 JUL. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] O acordo germano-austriaco.

N. 220 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 14 de julho de 1936.

Senhor Ministro,

O acordo, concluído no dia 11 do corrente mês entre a Alemanha e a Áustria, constitui um acontecimento diplomático da maior importância e pode ser considerado como sendo a criação de uma nova Mitteleuropa. Constitui uma vitória diplomática do chanceler Hitler e do *duce* Mussolini na questão da Áustria e uma relativa vitória da Áustria sobre a Alemanha.

2. Não se trata de um protocolo pomposo, obrigando ao governo austríaco levá-lo ao conhecimento de todas as chancelarias europeias, mas, simplesmente implicando trocas de comunicados entre os dois governos.

3. O que empresta ao dia 11 de julho uma importância excepcional, que o coloca entre as datas decisivas que a Europa atualmente conhece, é o fato de que a entente entre Berlim e Viena não pôde ser obtida sem o apoio de Roma, para poder ficar concluído o arranjo político e diplomático germano-italiano. Efetivamente, a tensão entre os gabinetes de Berlim e Viena constituía o único obstáculo para um perfeito acordo entre o Reich e a Itália.

4. Desde agora, esse impedimento foi suprimido e a aproximação de Berlim e Viena consagra um grande êxito diplomático. Tudo, porém, consiste em saber exatamente o que a Itália pôde oferecer ao *führer* para fazê-lo renunciar às suas antigas aspirações, relativas à *anschluss*.<sup>16</sup> e parece que a Alemanha recebeu plena garantia de que a Itália não favorecerá e, mesmo, impedirá tanto quanto possível a volta de um Habsburgo ao trono da Áustria.

5. Berlim reconhece plenamente a soberania do Estado austríaco e se compromete a não intervir nos seus assuntos internos e não pretende exercer nenhuma influência sobre a política externa da Áustria baseada nos Protocolos de Roma, assinados em 1934 e 1936.

6. Como compensação, a Alemanha se satisfaz com a declaração de que a Áustria é um Estado alemão e considera que o acordo, agora

<sup>16</sup> O conceito passou à história com o significado de anexação.

celebrado, constitui uma resposta implícita ao questionário britânico, no que diz respeito às suas intenções pacifistas.

7. É incontestável que, antes das próximas negociações internacionais – que estão sendo ansiosamente esperadas – o Reich buscou obter uma vantagem imediata do lado da Áustria e de pleno acordo com Roma.

8. Também deve ser considerado como coisa certa que a Wilhelmstrasse quis dar à Europa uma demonstração de sua política construtiva, tantas vezes referida nos diversos discursos políticos do chanceler Hitler.

9. Estou informado de que a atual iniciativa partiu do chanceler austríaco, Schuschnigg, o qual, durante a sua recente visita oficial à Itália, teria obtido do *duce* a sua aprovação e apoio à ideia de uma normalização das relações políticas e diplomáticas entre a Alemanha e a Áustria.

10. Em todo o caso, para a Itália o acordo representa uma segurança imediata, pois ela afasta a ameaça da anexação da Áustria, pelo Reich, que era tão justamente temida. Assim, o gabinete de Roma seguiu, com uma vista bem atenta, as conversações entre Viena e Berlim, e, como consequência imediata, o governo italiano se recusou a comparecer à conferência locarniana de Bruxelas se a Alemanha ali não estiver representada. Não é possível deixar de ver nessa atitude o resultado de uma entente austro-italo-alemã.

11. Pelo acordo concluído, as chancelarias de Roma e Berlim já trocaram telegramas efusivos de congratulações e o chanceler Schuschnigg foi oficialmente convidado, pelo *führer*, a visitar Berlim e, em Viena, a satisfação é muito grande. Ali, já cogitam de uma modificação do governo para o qual seria chamado a participar o senhor Guido Schmidt que, embora não sendo nacional-socialista é, contudo, um grande amigo da cultura germânica e tem grandes ligações nos meios políticos do Reich. Além disso, o dr. Schmidt é um pangermanista e a sua inclusão no gabinete austríaco representa a reconciliação e, não, uma capitulação.

12. Apesar d[e] a imprensa estrangeira e, principalmente, a francesa julgar que o acordo representa somente vantagens para a Áustria, por pressão da Itália, não tenho essa opinião. O chanceler Hitler, se renunciou ao projeto de uma união confederada da Áustria e Alemanha, admitiu, em um princípio habilmente orientado, a reunião em um só Estado de todos os germânicos, embora separados politicamente e com outras nacionalidades. Os hitleristas já têm explicado que reconhecem e admitem a separação total entre a Suíça alemã e o Reich,



porque a Suíça goza de uma independência absoluta. Eles pretendiam, porém, poder intervir na Áustria, porque esse país estaria praticamente sob a influências e dependência de terceiras potências. Os *nazis* admitem, hoje, que a Áustria é livre e não se ocuparão mais dos seus assuntos internos, mas a nacionalidade germânica ficou unificada. A influência moral da Alemanha ficou aumentada e a sua ação política extremamente engrandecida.

13. O Reich renunciando a fazer qualquer objeção à amizade austro-italiana obteve outras vantagens apreciáveis. Os Protocolos de Roma foram expressamente mencionados no texto do acordo e, assim, Berlim se junta à Pequena Tríplice, isto é, ao agrupamento Roma, Viena e Budapeste, e pode, mesmo, ser dito que esse bloco se estende até Varsóvia, pois as relações entre a Polônia e a Alemanha estão reguladas por um acordo similar ao que acaba de ser concluído entre o Reich e a Áustria. É incontestável que, de agora em diante, a Áustria se afastou do bloco dos países ex-aliados e passa a fazer parte integrante da nova Mitteleuropa, constituída pela Alemanha, Áustria, Hungria, Polônia e Itália.

14. Assistimos, pois, à formação, na Europa Central, de uma poderosa liga de Estados autoritários – ou semiautoritários – do continente, capaz de contrabalançar qualquer oposição.

15. O acordo recente é, como disse antes, interpretado pelos alemães como uma parte da resposta ao questionário Eden, resposta favorável e satisfatória no que se refere à Áustria. É, também, uma resposta firme e ativa no que diz respeito à Locarno e, desde já, Berlim e Roma estão ligados na sua ação política. O *duce* exercerá, além do mais, um[a] influência decisiva para a volta do Reich à S.D.N.. Haverá, sem dúvida, a tentativa da reforma do pacto da liga de Genebra – tão discutida – que, em setembro próximo, buscará a conciliação da Itália e da Alemanha com o instituto de Genebra e, se não for obtida, veremos então o afastamento definitivo dessas potências.

16. A Alemanha vai, desde já, dispor de elementos importantes para desenvolver a sua política externa e com mais autoridade e força poderá seguir o caminho de suas reivindicações. Entre essas, avulta – em primeiro plano – o problema colonial que, agora, a Inglaterra terá, talvez, dificuldade em afastar do programa geral de reconstrução da paz europeia. A Itália, pelo seu lado, não se sente mais isolada e, assim, poderá prosseguir explorando a fundo os seus êxitos diplomáticos, dilatando as suas pretensões no Mediterrâneo.

17. A amizade ítalo-austriaca-germânica, que se estende até Varsóvia e Budapeste, coloca, sem dúvida, a Europa em face de uma nova situação, com possibilidades imprevisíveis, podendo acarretar graves complicações, se a atitude da França e da Rússia se mostrar intransigente, principalmente se a propaganda maléfica e dissolvente dos comunistas continuar a querer contaminar os povos laboriosos e ordeiros.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 JUL. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A repercussão na Alemanha da revolução na Espanha.

N. 227 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 31 de julho de 1936.

Senhor Ministro,

As notícias aqui divulgadas sobre a recente revolução que irrompeu na Espanha, de caráter anticomunista, têm sido objeto dos maiores comentários e o desenvolvimento da ação revolucionária está sendo seguido com o mais vivo interesse.

2. A imprensa alemã continua a atacar severamente a intervenção flagrante dos elementos da III Internacional, de Moscou, nos assuntos internos daquele país e, em geral, a opinião dominante é que a Internacional Comunista considera o momento propício para descobrir a sua ação, que consiste em procurar subjugar, um após outro, todos os países e todos os povos, para o completo estabelecimento da revolução mundial, base da política russa soviética.

3. Isso, aliás, está evidenciado no apelo lançado, pelo rádio de Moscou, ao povo espanhol e pelo qual a III Internacional proclamou que a Espanha não devia fraquear na sua luta contra os elementos anticom-

munistas, pois, praticamente, deveria constituir, em futuro próximo, a primeira etapa a ser vencida naquela direção.

4. Parece, pois, que o Comintern se sente suficientemente forte para proclamar abertamente o seu direito de ingerência na política interna de outros países e supõe o mundo civilizado demasiadamente fraco para aceitar – sem oposição e, mesmo, sem protesto – tais iniciativas da política dissolvente dos soviets.

5. Não há dúvida [de] que Moscou se sente apoiado, quando assim age, pelo fato de que os símbolos rubros – que, cada vez mais, vão dominando (...) certas regiões do mundo e que tanto alarmam os centros ordeiros e laboriosos, desde alguns meses, principalmente – não parecem, contudo, ter perturbado a calma de certos governos, que se supõem garantidos contra a onda vermelha.

6. No caso presente vemos, de um lado, um navio petroleiro soviético, em frente de Ceuta, levantando canhões – até então desconhecidos – no seu bordo, para bombardear os grupos revoltados contra os elementos extremistas que detêm o governo marxista e anarquista espanhol; e, de outro lado, vemos que, na França, já vão sendo trabalhados os elementos simpatizantes com Moscou para ajudar, materialmente, os seus correligionários espanhóis. Já circulam boatos, que parecem fundados, de uma formação de batalhões de choque de comunistas franceses a serem enviados em socorro dos governamentais espanhóis. Evidentemente, para Moscou, a aparição na península ibérica de um corpo franco de comunistas franceses é extremamente desejável e não fará senão completar a série de atos pelos quais o governo russo busca representar a França como uma auxiliar dócil da política do Comintern.

7. Parece, segundo estou informado, que o lado técnico e financeiro dessa operação foi confiado à organização MOPR (Socorro Vermelho Internacional) o qual já lançou nesse sentido um apelo no jornal comunista francês *La Humanité*, em termos extremamente belicosos. O plano concebido foi o de estabelecer a concentração próxima à fronteira hispano-francesa a qual seria atravessada de surpresa pelo destacamento, devidamente armado, e as munições lhe seriam fornecidas por um dos depósitos clandestinos constituídos, pelos comunistas, nas vizinhanças de Bordeaux. Esses depósitos também estão encarregados de fornecer armamento aos comunistas portugueses e, possivelmente, aos da América do Sul.

8. Essas informações, que reputo otimamente fundadas, provam, mais uma vez, como continuam os dirigentes de Moscou a desenvol-

ver a sua ação no resto do mundo e com uma passividade incrível, que julgo até criminosa, por parte do resto do mundo.

9. Nessa propaganda, continuam eles a pregar a necessidade de alcançar, por qualquer forma, o controle absoluto das classes laboriosas para lançá-las, em seguida, no combate à continuidade histórica para a destruição absoluta de todo organismo sadio, quer seja político, religioso, econômico ou social. Na família, já é o filho a quem impõem a desconhecer a autoridade do pai ou do mestre; ao indivíduo, ordenam que não reconheçam senão o amor livre, para a destruição do matrimônio; ao cidadão, prescrevem como norma de vida a negação do conceito sagrado de respeito e amor à pátria e, conseqüentemente, o incitam a não tomar armas para defender a nação e dever atacar toda associação científica religiosa – ou de qualquer natureza – se não estiver, passivamente, ao serviço da propaganda de suas doutrinas doentias. Finalmente, se opõe[m] ao direito de propriedade que sustenta, por assim dizer, toda a vida econômica dos povos.

10. Os partidários de Moscou – que, presentemente, defendem o regime da desordem e da revolução na Espanha – são os mesmos partidários das ideias e princípios que intitulam de avançados, pelos quais a vida e as propriedades dos homens devem ficar incondicionalmente sob o domínio da ditadura rubra. É doloroso lembrar que, quando no país de origem de tão nefastas doutrinas, milhões de criaturas sofrem os horrores da miséria, da fome e do fogo, o Partido Central, que governa pelo terror a essa pobre gente, envia às demais nações quantidades consideráveis de dinheiro para semear o ódio e comprar indivíduos sem consciência, sem pátria e sem lei, e que se prestam a divulgar tais práticas, levando a desgraça a povos laboriosos, que só desejam o trabalho para poder progredir. A opinião pública alemã se interessa também, vivamente, pelo que se anuncia como certo sobre fornecimento de material de guerra pela França.

11. Na previsão de acontecimentos mais graves, o governo do Reich fez partir, em marcha acelerada, para as águas espanholas, as duas unidades mais possantes da sua Marinha de Guerra, os coirazados *Deutschland* e *Graf Spee*, dois cruzadores e oito destroieres; ao total, doze navios para assegurar a proteção dos interesses alemães na Espanha.

12. Os governos da Suécia, da Suíça e da Áustria pediram à Alemanha tomar o encargo da defesa dos interesses daqueles países na Espanha.

13. O embaixador da Espanha junto ao governo do Reich, senhor Agramonte y Cortijo, assim como o adido militar, coronel Martinez e o

secretário da mesma embaixada, senhor de Vargas, informaram ontem à imprensa de Berlim terem apresentado ao seu governo renúncia dos respectivos cargos, acima referidos.

14. A impressão que pude colher, nos meios bem informados, é de que a luta poderá ser extremamente sangrenta e longa, pois os revolucionários e os elementos rubros governamentais dispõem de forças que podem ser consideradas como equilibradas, a menos que não se produza uma intervenção mais acentuada por parte dos comunistas franceses e da própria Rússia, o que poderia então determinar acontecimentos graves de ordem internacional.

15. Pelo meu telegrama número 125, Vossa Excelência foi informado resumidamente do que precede.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A atitude da Alemanha em relação à projetada conferência das cinco potências em Londres.

N. 229 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, barão von Neurath informou aos embaixadores da França e da Inglaterra e ao ministro da Bélgica, nesta capital, que o governo alemão aceita o convite que lhe foi há dias transmitido, por aqueles mesmos diplomatas, em nome dos seus respectivos governos, para tomar parte em uma conferência internacional de paz – principalmente para ser concluído um pacto defensivo das

fronteiras germano-franco-belga – a realizar-se em Londres e da qual deverão participar a França, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e Bélgica.

2. O governo alemão nessa ocasião fez sentir [a]os representantes diplomáticos acima referidos que a projetada reunião necessita, tanto no que se refere à organização do programa, como em relação a todos os assuntos a serem debatidos, de um metucioso exame e de uma preparação diplomática tão perfeita quanto possível.

3. A Alemanha – que tinha declarado, desde o princípio, que acolhia com um interesse simpático o convite que lhe foi endereçado a 24 de julho último, por ocasião da reunião das três potências em Londres – se declara, assim, pronta a negociar com os signatários do Pacto de Locarno um novo arranjo para o oeste da Europa e não apresentou, por enquanto, nenhuma condição, nem fez nenhuma exigência para as referidas negociações.

4. Insiste simplesmente sobre a necessidade de serem precedidas de negociações diplomáticas minuciosas. Acredito que será no correr desses contatos preliminares, de ordem diplomática, que a Alemanha formulará as suas reivindicações e fará suas objeções, entre as quais algumas já são mais ou menos previstas e já tive ensejo de me referir em ofícios anteriores.

5. Tudo faz crer que a Alemanha pedirá que a conferência fique limitada às potências imediatamente interessadas; isso, aliás, seria contrário ao previsto no artigo 5º da recente resolução de Londres, que previa a possibilidade de ser ampliado o campo da discussão. Essa atitude da Alemanha pode ser interpretada como sendo seu desejo – que é, em realidade – de não admitir a participação da Rússia dos soviets nas conversações de Londres.

6. Também devemos considerar que a Alemanha tem repetido constantemente, por meio da sua imprensa oficiosa, que lhe seria de veras difícil de negociar com uma França ligada a pactos e alianças militares, secretos e ostensivos; e, assim, devemos prever com muito fundamento que o Reich não deixará de aproveitar das conversações preliminares para renovar a discussão sobre as graves consequências que já tem trazido e poderá ainda ocasionar à paz da Europa o Pacto Franco-Soviético que, depois dos acontecimentos da Espanha, poderá ser de graves efeitos para a política internacional da França, mormente se o atual governo comunista espanhol conseguir dominar o movimento nacionalista, que ali está presentemente lutando.

7. Deve ser ainda notado que a participação da Alemanha à referida

Conferência de Londres está intimamente ligada à ação da Itália – cujas diplomacias, cada dia mais, trabalham unidas e em perfeita identidade de vistas, no que se refere à política internacional europeia – havendo um perfeito acordo entre as chancelarias de Berlim e Roma para a defesa dos interesses respectivos da Alemanha e da Itália, em ação conjunta.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência aos protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A nomeação do novo embaixador alemão em Londres.

N. 245 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o *führer* e chanceler do Reich, por ato de 11 do corrente, nomeou o senhor Joachim von Ribbentrop, embaixador extraordinário e plenipotenciário da Alemanha em Londres, para substituir o senhor von Hoesch, falecido naquela capital, no mês de março último.

2. Apesar de ter sido sempre indicado o nome do senhor von Ribbentrop como uns dos candidatos mais prováveis para ocupar o elevado cargo de embaixador alemão na corte de St. James, a presente nomeação causou, contudo, uma grande impressão nos círculos diplomáticos de Berlim. O recente ato do governo do Reich deveria, porém, ser previsto, considerando que o senhor von Ribbentrop esteve sempre presente a todas as conversações de caráter político realizadas ultimamente nesta capital, principalmente na semana passada, entre o chanceler Hitler e o senhor Vansittart, secretário permanente do Fo-

reign Office, que veio a Berlim aparentemente para assistir às cerimônias dos Jogos Olímpicos.

3. O nome do novo embaixador, conselheiro íntimo do *führer* e especialista em assuntos da política britânica, sempre esteve ligado à ideia de uma aproximação germano-britânica. Efetivamente, quando mais se falou de uma tensão entre o Reich e a Inglaterra foi que mais se firmaram as probabilidades da nomeação, que agora se confirmou, com o principal objetivo de uma mais íntima aproximação política e diplomática, entre os gabinetes de Berlim e de Londres.

4. Tudo faz prever que, de futuro, a colaboração entre aqueles dois países – que, aliás, já se manifestara por ocasião da reocupação militar alemã da Renânia – ainda mais se intensificará, acrescentando que parece já ter havido um entendimento nesse sentido, entre o *führer* e o secretário-geral permanente do Foreign Office, que – conforme já tive ensejo de referir, em ofícios anteriores – acaba de passar uma larga temporada em Berlim, mantendo íntimo contato com a chancelaria da Wilhelmstrasse.

5. O embaixador Ribbentrop assumirá o seu novo posto em um momento em que graves decisões se preparam para a política externa do Reich – decisões nas quais a Inglaterra terá que desempenhar um papel de extrema importância – e que, de todas as maneiras, deverão influenciar profundamente [...] o desenvolvimento da política europeia. Acredito que a situação espanhola seja presentemente o ponto nevrálgico dessa política, pois, pela primeira vez, vemos claramente aberta a luta entre os elementos conservadores e defensores de nossa civilização e os representantes do comunismo, da anarquia e da desordem sob a direção direta do Comintern, de Moscou.

6. O início das negociações, em outubro, sobre os problemas que interessam às potências locarnianas, já começa a preocupar a diplomacia alemã e, assim, Berlim se prepara para agir ativamente no sentido de separar os problemas ocidentais dos que interessam essencialmente o leste europeu. A nomeação do senhor von Ribbentrop toma, sob esse aspecto, uma enorme significação.

7. Creio poder assegurar a Vossa Excelência que o *führer* encarregou, especialmente, o seu novo embaixador em Londres de consagrar, principalmente, todos os seus esforços no sentido de obter a conclusão de um acordo político entre a Alemanha, França e Inglaterra – única forma, a meu ver, suscetível de poder ser garantida a paz, que tem es-



tado tão ameaçada nestes últimos tempos e que, ainda agora, devido à situação espanhola, pode ser perturbada a cada momento.

8. No que se refere à situação interna alemã, a partida do embaixador von Ribbentrop de Berlim também poderá concorrer para a supressão de um certo dualismo, que se manifestava na política exterior deste país, pois geralmente era aqui qualificado de mais poderoso do que o ministro dos Negócios Estrangeiros e ficará, de agora em diante, colocado sob as ordens de Wilhelmstrasse.

9. Não foi sempre de acordo com os meios tradicionalistas da diplomacia germânica que a influência direta do senhor von Ribbentrop se fez por várias vezes sentir, ostensivamente, sobre as decisões do chanceler Hitler, devido à amizade que une a ambos, sendo – sem dúvida – o novo embaixador em Londres o conselheiro mais ouvido pelo *führer*.

10. A amizade entre o senhor von Ribbentrop e o chanceler Hitler, a que fiz alusão, é cousa bastante antiga e não devemos esquecer a parte preponderante que o embaixador teve na ocasião da constituição do primeiro ministério Hitler. Foi o senhor von Ribbentrop, antigo oficial, hoje deputado ao Reichstag e oficial das seções do corpo de guarda pessoal hitleriana, mais conhecidos pelos S.S., quem estabeleceu a aproximação, em dezembro de 1932, entre o atual embaixador von Papen e o então chefe do Partido Nacional-Socialista alemão. Foi o senhor von Ribbentrop quem, igualmente, organizou o encontro histórico entre o chanceler Hitler e o senhor von Papen na residência do banqueiro Schroeder em Colônia, reunião durante a qual foi preparada a ascensão ao poder de Adolf Hitler, com o apoio dos grandes industriais alemães.

11. Durante os primeiros tempos do regime nazista, o senhor von Ribbentrop tinha desempenhado uma ação sem destaque, ocupando-se quase que exclusivamente dos seus interesses particulares – de champanhe, sendo sua esposa filha de um dos mais importantes produtores desse artigo, na Alemanha, o senhor Henckel. Em abril de 1934, durante a presidência do marechal Hindenburg, ele foi designado para tratar dos assuntos relativos ao desarmamento da Alemanha e, em maio de 1935, foi nomeado embaixador extraordinário e plenipotenciário, em missão especial em Londres, para negociar o acordo naval germano-britânico que foi assinado em junho daquele ano. Durante a crise política, decorrente da reocupação da zona desmilitarizada do Reno, e durante a conferência de Londres, de 16 de março do corrente ano, ele foi quem defendeu, naquele mesmo

caráter, os interesses do Reich perante os Estados ligados pelo Pacto de Locarno e, finalmente, a 1 de abril último, entregou ao governo de Londres o famoso projeto de paz, elaborado pelo *fiihrer*, que tanta repercussão teve naquela ocasião.

12. Além do que precede, o senhor von Ribbentrop, dispendo de uma grande fortuna pessoal e tendo uma posição de grande evidência nos meios sociais alemães e ingleses, certamente poderá desenvolver na corte de St. James uma benéfica atividade política, que muito contribuirá para uma mais íntima aproximação entre a Inglaterra e a Alemanha, como parece ser o grande desejo do atual governo do Reich.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência aos protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:]. A revolução da Espanha e a política europeia.

N. 246 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

Conforme tive ensejo de referir no meu telegrama n. 137, de 12 do corrente, a situação europeia apresentou nestes últimos dias um aspecto de grande atividade, podendo dar lugar a sérias complicações, decorrentes da revolução na Espanha e onde estão em jogo grandes interesses de ordem internacional.

2. O embaixador da França, senhor François Poncet, esteve na Wilhelmstrasse no dia 2 do corrente, para fazer entrega ao barão von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros, da nota do governo francês propondo a abertura de negociações para conclusão de um acordo internacional de não intervenção nos assuntos de Espanha. Nessa ocasião, o ministro Neurath aproveitou a oportunidade para

chamar a atenção do embaixador de França sobre a necessidade de ter o governo francês a certeza, antes de prosseguir nas negociações para o referido acordo, de que a Rússia também preste o seu concurso, conjuntamente com as demais potências interessadas; mas, em forma segura, a fim de evitar que de Moscou continuem a ser enviados auxílios materiais e recursos aos comunistas espanhóis, que presentemente apoiam o governo de Madri. Acrescentou o ministro Neurath que a Alemanha é – em princípio – neutra, mas que o governo do Reich defenderá por todas as formas os interesses dos alemães na Espanha contra as violências que, contra eles, possam ser praticadas pelos elementos vermelhos espanhóis.

3. A visita do embaixador de França combina com idênticas entrevistas que, na mesma ocasião, tiveram lugar em Londres e Roma para o mesmo fim. De acordo com o desejo do ministro von Neurath, não foi fornecido nenhum comunicado à imprensa sobre a entrevista acima referida.

4. Devo, porém, informar [a] Vossa Excelência que a iniciativa francesa foi acolhida na Wilhelmstrasse com a mesma reserva com que foi recebida pelo governo de Roma. Devo salientar que foi exatamente em Roma que, desde o início, foi feito sentir ao governo francês que nenhuma negociação relativa ao assunto poderia contar com a colaboração italiana sem que Alemanha dela participasse. Assim, pois, é evidente que o *führer*, a quem o barão von Neurath transmitiu imediatamente a comunicação francesa, entrou logo em entendimento com o governo italiano, antes de fixar a sua atitude.

5. Embora a proposta francesa tenha sido acolhida pelo governo alemão com um "interesse simpático", ela levanta certas dificuldades, às quais deve ser adicionado o pouco interesse da Itália e as incertezas que todos sentem em relação às atitudes da Alemanha e de Portugal. Mesmo [qu]e todas as potências, inclusive a Rússia, se associem – deliberadamente, como é de esperar – a uma negociação de tamanha importância, restaria a fixação das modalidades de aplicação do acordo, o que considero coisa extremamente difícil e delicada.

6. Não sofre discussão que o consentimento da Alemanha, da Itália, da Rússia e de Portugal – principalmente, como país diretamente interessado na questão – não pode ser evitado para que o acordo possa ser realizável. Desde logo, porém, tenho a impressão de que, como consequência das recentes conversas entre Berlim e Roma, nem a Alemanha nem a Itália permitirão que se forme na Europa um novo go-

verno soviético dependente de Moscou. Está claro que se um governo moscovita se estabelecesse em Madri, ele seria imediatamente seguido da formação de outro, do mesmo gênero, em Paris, o que seria extremamente grave para a manutenção da paz.

7. Tenho seguras informações de que tais considerações formam a base de todas as negociações diplomáticas presentemente em curso. Acredito que a Alemanha e a Itália recorrerão, em um último recurso, a medidas extremas para evitar a formação de um novo Estado comunista na Europa.

8. Os jornais desta manhã anunciam que o Reich, depois de quinze dias de atento exame, revolveu responder à nota francesa aderindo, em princípio, ao projeto de Paris de não intervenção; mas, com severas reservas em relação à atitude dos governos de Paris e de Moscou. Na sua resposta, o governo alemão dará sua adesão ao projeto de ser negociado um acordo de não intervenção na Espanha, mas sob várias reservas, como acima me referi. Entre elas, está mencionado que o governo de Madri deverá, imediatamente, entregar o avião da Lufthansa, que há dias foi apreendido na Espanha pelas tropas governamentais. Além disso, essas reservas são bem precisas para que não possa haver nenhuma participação, em qualquer dos países signatários, direta ou indireta, na política espanhola, ficando vedado aos governos, como aos particulares e aos partidos políticos, remeter auxílios, sob qualquer forma, fazer remessa de material bélico ou de aparelhos de aviação, enviar recursos a qualquer dos partidos em luta, ou permitir o alistamento de voluntários para combaterem na Espanha. A Alemanha exige, ainda, que a França e a Rússia façam declarações bem claras sobre esses pontos, considerados essenciais pelo governo alemão para poder participar de tais negociações, às quais, como Vossa Excelência sabe, o governo inglês, também, somente se associará se for estabelecido um completo acordo entre França, Itália, Rússia, Alemanha e Portugal.

9. Isso significa que tanto a parte referente à remessa de dinheiro em favor de qualquer dos partidos beligerantes, como a questão do recrutamento de voluntários estrangeiros para a Guerra Espanhola deverão ser devidamente esclarecidas.

10. Naturalmente, o embargo de armas e munições tem que ser considerado como o primeiro passo, e de capital importância, pois o princípio da neutralidade ficaria praticamente anulado com a ida de voluntários estrangeiros para a Espanha e pelas remessas de fundos de mesma procedência. A estes auxílios concretos deve ser adicionado o

apoio moral que, a juízo da Alemanha, está também em contradição com o próprio princípio de uma estrita neutralidade. A propósito dessa parte, a imprensa alemã destes últimos dias, tem-se referido com severos comentários ao discurso pronunciado pelo ministro do Interior da França, o qual, na sua qualidade de francês e de membro do gabinete daquele país, manifestou publicamente o desejo de ver triunfante o governo de Madri, por ser a expressão da Frente Popular que, assim, dominaria o movimento militar de caráter fascista. A impressão aqui produzida por tal discurso ainda foi maior devido a ter o ministro Salengro salientado, na sua declaração, que fazia igualmente votos para que, em futuro próximo, os trabalhadores alemães e austríacos possam “recobrar a sua liberdade”.

11. Vossa Excelência poderá, assim, avaliar quanto a presente situação está ainda cheia de incertezas, permitindo as mais sérias apreensões.
12. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento que for tendo este importante assunto

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A paz europeia e a reforma da S.D.N.

N. 247 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que me foram prestadas informações, que reputo de boa fonte, com relação à próxima reunião dos membros do Comitê Britânico dos Negócios Estrangeiros, a qual se deve efetuar no fim do corrente mês, em Downing Street, em Londres.

2. Essa reunião é destinada principalmente a examinar e organizar o programa das próximas conferências dos Estados locarnianos, que se devem realizar naquela capital no princípio de outubro próximo, para a preparação de um novo plano de paz europeia.
3. Durante as próximas reuniões em Downing Street, será também examinado um projeto – cuja preparação está adiantada e que tem sido mantido em segredo, até o presente momento – referente à reforma da organização da Liga das Nações.
4. O meu informante me assegurou que, de acordo com esse projeto, o emprego das sanções econômicas ou militares será severamente limitado e elas só serão aplicadas em condições muito especiais, que devem ficar claramente estabelecidas. A unanimidade de votos será exigida para que possam ser postas em prática, além de outras condições que serão adotadas para tais casos.
5. A liga de Genebra será dividida em grupos de países, de acordo com as regiões do mundo a que pertençam, para melhor serem atendidas as necessidades da organização da defesa da paz internacional. As nações assim agrupadas serão responsáveis pela manutenção da paz dentro das zonas que lhes dizem respeito, informando oportunamente à Assembleia Geral, sempre que for necessário. Haverá, assim, a zona das chamadas grandes potências, a Europa Central, a dos países balcânicos, a das nações escandinavas, a dos Estados asiáticos, a dos africanos, a das repúblicas americanas, a dos domínios britânicos etc.
6. Esse arranjo determinará a conclusão de uma série de tratados separados, garantidores da paz e de um geral, ligando todos os países ao organismo central de Genebra, isto é, à nova S.D.N., cujo pacto atual será separado do Tratado de Versalhes e isso com o fim principal de atrair para Genebra a Alemanha e os Estados Unidos, e possivelmente os demais países que presentemente não fazem parte daquele instituto.
7. O meu informante acrescentou que a Argentina já teve conhecimento desse projeto e, assim, o ministro Saavedra Lamas deve vir proximamente a Londres, sob pretexto de negociações de caráter comercial, mas realmente para conferenciar com os que pretendem reformar a Sociedade das Nações, os quais estão esperançosos de que ele assuma a direção do movimento reformista, acima referido, na América do Sul "em cujo prestígio continental muito confia o governo inglês".
8. Nesse caso, o ministro Lamas aproveitaria a oportunidade para assistir à próxima Assembleia da Sociedade das Nações, em setembro próximo, como chefe da delegação argentina e possivelmente seria

escolhido, com o apoio da Grã-Bretanha, para presidir aquela assembleia sendo que, segundo me consta, já está se candidatando no sentido indicado.

9. Depois das conferências de Londres e da reunião da assembleia de Genebra, o assunto seria levado pelo ministro Saavedra Lamas à deliberação da Conferência Pan-Americana, que deve reunir em Buenos Aires em dezembro próximo, com o fim de aproveitar a União Pan-Americana como organismo do grupo das nações americanas, a ser integrado na Sociedade das Nações como acima aludi.

10. As informações, que se me afiguram deveras interessantes, me foram prestadas, como antes referi, por pessoa digna de todo crédito e, assim, dei-me pressa em levá-las ao conhecimento de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A recente viagem do ministro dr. Schacht à França.

N. 255 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 30 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

A visita que o senhor dr. Hjalmar Schacht, ministro da Economia Nacional do Reich e governador da Reichsbank, acaba de fazer ao seu colega, senhor de Labeyrie, presidente do Banco de França, em Paris, assume, nas atuais circunstâncias, uma importância considerável.

2. Todos sabem que o motivo aparente de tal visita foi retribuir a que lhe fez há poucos meses aquele seu colega francês, mas é incontestável que essa viagem não pode ser considerada somente sob esse aspecto, isto é, de uma simples viagem de caráter protocolar, mas deve ser interpretada, a meu ver, como o vivo desejo do governo alemão de

fazer um novo esforço para normalizar as suas relações com a França, procurando justificar, por um tão autorizado embaixador, a sua atual política de armamento e, bem assim, os sacrifícios de ordem financeira que isso impõe ao Reich, considerando as dificuldades econômicas que a Alemanha atravessa presentemente.

3. Esta crise é aqui sentida em forma aguda e afeta ao mesmo tempo a economia e a moeda alemã. O ministro Schacht fez, há poucos meses, numerosas viagens ao estrangeiro, principalmente aos países balcânicos, para buscar novos mercados para os produtos da indústria alemã, em troca de matérias-primas.

4. A grande e prestigiosa personalidade do governador da Reichsbank, os seus esforços pessoais em bem servir seu país, a sua rara habilidade e a sua competência a toda prova em assuntos bancários, econômicos e financeiros autorizam a julgar as conferências, que foram realizadas em Paris, como da máxima importância. Por mais importantes, porém, que possam ser as conversações dos dois diretores de bancos da França e do Reich, sobre assuntos unicamente de suas respectivas atribuições, a ida do dr. Schacht a Paris, neste momento de grave agitação da política europeia, deverá ter ultrapassado o campo limitado da finança e da economia, para interessar vivamente o conjunto das relações franco-alemãs.

5. Para melhor avaliar essa possibilidade, deve ser recordado que o ministro dr. Schacht é um dos únicos homens eminentes do Reich que vêm servindo ao seu governo, ininterruptamente, desde o início da República, tendo sido conservado pelo III Reich nacional-socialista como diretor da Reichsbank.

6. Essa presença prolongada, de quase dezoito anos no governo financeiro da Alemanha, através das mais graves crises, deu ao dr. Schacht, além das suas qualidades natas de financeiro dos mais competentes no mundo, uma perfeita compreensão de tudo que se relaciona com o interesse nacional e uma autoridade que ninguém na Alemanha ousa discutir.

7. Não quero dizer que o atual ministro da Economia e o chanceler Hitler estivessem sempre de pleno acordo. Já tem havido graves divergências entre ambos, como aliás tive ensejo de informar em ofícios anteriores, causadas quase sempre pela resistência do dr. Schacht em se submeter a todas as exigências do Partido Nacional-Socialista, e às suas repercussões financeiras sociais, ou mesmo diplomáticas.

8. O ministro Schacht se interessa particularmente no crédito e na



exportação da Alemanha, para ficar indiferente às suas questões de política externa. Essas divergências entre o *führer* e o seu ministro têm a particularidade de que jamais o chefe do governo alemão aceitou os pedidos de demissão que, por várias vezes, lhe fez o ministro Schacht, sempre que encontrava oposição, ou divergência, da política do Partido Nacional-Socialista e, isso, porque o *führer* considera que, sem a colaboração do dr. Schacht, não pode existir no momento atual qualquer economia alemã.

9. Nessas condições, precisamente porque o dr. Schacht merece essa ilimitada confiança do seu chefe e porque ele conhece perfeitamente os problemas internacionais do momento, avaliando devidamente todos os graves perigos que os mesmos oferecem à manutenção da paz mundial, ele deve ser considerado uma das personalidades deste país mais indicadas para as negociações que, segundo parece, foram iniciadas durante a sua viagem à França.

10. Acredito que o prolongamento do serviço militar alemão, ultimamente decretado, é uma das medidas sobre as quais ele deve ter meditado longamente, avaliando bem as repercussões inevitáveis que tal ato produziu no terreno financeiro da Alemanha e, sob o ponto de vista militar-econômico e monetário, em toda a Europa.

11. Não resta dúvida que a recente entrevista de Berchtesgaden, realizada entre o chanceler Hitler e o regente Horthy, teve por principal objeto a possível reorganização do serviço militar obrigatório da Hungria e para ficar bem ajustado o apoio alemão contra as reações que tal ato poderá produzir entre as nações que compõem a Petite Entente.

12. Isso quer me parecer que seja apenas o primeiro contragolpe das prolongações de serviços militares, estabelecidas ultimamente pelos governos russo e alemão. Colocados em face de uma situação política internacional da Europa – que muito se assemelha à que existia em 1913 – é necessário, antes de tudo, saber se é possível, ainda neste momento deveras crítico, obter um acordo que permita impedir, ou pelo menos atenuar, a competição entre as várias potências de aumentarem intensivamente os seus armamentos em geral, [a] cujo início estamos assistindo, em condições verdadeiramente alarmantes. Creio que ninguém na Alemanha tem melhores credenciais do que o dr. Schacht para tratar de um tão grave problema, considerada a sua incontestável autoridade moral e o seu prestígio pessoal junto aos centros da alta finança mundial. Perfeitamente conhecedor da situação do seu país e dos graves perigos que para ele representa uma guerra, consciente da

solidariedade econômica entre as nações, do perigo comunista, do excesso de poder das ditaduras, o dr. Schacht poderá servir otimamente à causa da paz, como excelente intermediário e dos mais autorizados, para o início de conversações úteis e práticas entre os governos de Berlim e de Paris.

13. Esse é o desejo do povo alemão e será lamentável se a França não aproveitar esse novo ensejo, que lhe é oferecido por este governo para um possível entendimento, sobre bases sólidas, que permitam uma franca colaboração entre os dois países. Acredito, com muita segurança, que essa é a última oportunidade que é oferecida à França para o início de uma política de confiança e perfeita colaboração com a Alemanha e que, se for recusada pelo governo de Paris, poderá então ocasionar a formação de blocos definitivos de nações, com séria ameaça para a paz.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 AGO. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] O exército alemão e a prolongação do serviço militar obrigatório.

N. 256 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 31 de agosto de 1936.

Senhor Ministro,

A fixação de dois anos para o serviço militar ativo, nas três armas do exército alemão, foi recebida aqui sem surpresa e não tem provocado nenhum comentário, no estrangeiro, principalmente na França e na Inglaterra.

2. Essa medida era, porém, julgada inevitável, em face do desenvolvimento que vai tendo a política europeia e, também, tendo em conta que – de fato, para a Marinha e para certa tropa especializada – já existia neste país um serviço militar mais prolongado. Devemos também

considerar que, nos outros exércitos europeus, o serviço militar obrigatório é, em geral, de dezoito meses e, em alguns, já alcança os dois anos agora adotados pela Alemanha; e isso devido a que, no curto espaço de um ano, não pode ser formado um soldado com perfeito conhecimento dos segredos da técnica da guerra moderna, da sua tática militar e das suas respectivas armas ofensivas e defensivas.

3. Isso, aliás, foi reconhecido pelos franceses logo depois da Grande Guerra: já tinham restabelecido o serviço militar de dois anos muito antes de ter a Alemanha desprezado o texto proibitivo do Tratado de Versalhes, para readquirir a sua plena soberania militar.

4. Como é sabido, até primeiro de outubro próximo, não será chamada a quinta classe de conscritos e se for, desde já, licenciada a primeira classe, que iniciou a sua preparação há apenas um ano – a princípio, deficientemente – isso acarretaria um forte enfraquecimento das praças militares, que o governo alemão julga prudente evitar neste momento, em que a Europa atravessa um período de crises com ameaças graves para a paz.

5. A elevação de um a dois anos do serviço militar acima referido terá como consequência elevar a cerca de um milhão de homens os efetivos do exército alemão permanente. Neste momento, esse exército está constituído de cerca de 600.000 homens, do qual metade se compõe de soldados voluntários, engajados a longo prazo, sendo a outra metade fornecida pelos jovens recrutados das diversas classes.

6. Os efetivos das classes dos soldados nascidos durante os anos da guerra europeia são relativamente importantes. Assim, a classe de 1914 forneceu 598.000 soldados; a classe de 1915, 467.000; a classe de 1916, 354.000; a de 1917, que é a mais fraca, é de 317.000; a classe de 1918 é de 331.000 e, já em 1919, vemos sua classe atingir 492.000 homens e a de 1920 alcançar a cifra importante de 647.000 recrutados.

7. O excelente aspecto físico dos jovens alemães reduz ao mínimo o número de reformados, no momento do alistamento. A percentagem da última classe inscrita não alcançou a 10%.

8. A Alemanha pode, mesmo nos piores anos, contar sempre com um contingente anual de 300 a 400.000 soldados jovens e sadios.

9. Nessas condições, um exército ativo de um milhão de homens, instruídos otimamente durante dois anos, enquadrado por elementos de primeira ordem, abastecido por uma poderosa e excelente indústria de guerra, a mais forte do continente, está se organizando rapidamente no centro da Europa. Toda organização econômica, agrícola, de trans-

porte e industrial do país já se integrou em um plano perfeito de economia da guerra.

10. É, pois, evidente que a recente medida dos dirigentes do III Reich tornou a Alemanha apta a possuir, dentro em pouco, o exército mais forte e melhor organizado da Europa.

11. A União Soviética continua, por enquanto, a possuir o exército mais armado do mundo e o decreto militar de Moscou, de 11 do mês findo, reduzindo de dois anos a idade dos recrutas para servir no Exército Vermelho, aumentou consideravelmente o número dos seus soldados, que já era anteriormente de 1.300.000 homens.

12. Essa medida foi, sem dúvida, o que determinou principalmente a adoção do serviço militar de dois anos na Alemanha.

13. Precisamente porque a política germânica deseja evitar a todo transe a impressão de estar dominada por uma psicose guerreira, não foi adotado o critério francês e italiano de reter, excepcional e indeterminadamente, no serviço militar, os atuais recrutas.

14. Da ligação lógica que existe entre o decreto do *führer*, de 24 de agosto último, com o do governo soviético, de 11 mesmo mês, se depreende claramente que uma profunda desilusão sobre a presente situação internacional impeliu os homens responsáveis na Alemanha, principalmente ao próprio chanceler Hitler, a tomar uma atitude decisiva contra o bolchevismo, o perigo capital, que na sua opinião "ameaça a nossa civilização, a nossa pátria e a nossa família". O chefe do governo alemão não cessa de, ostensivamente, falar com franqueza sobre o imperialismo comunista e de sua permanente ameaça militar, diante da qual a Alemanha não pode ficar indiferente, necessitando prover-se de todos os meios para a sua eventual defesa e garantir a paz interna e externa do país.

15. Aqui tem causado a mais viva sensação a frase do marechal soviético Tuchatschewski, proferida recentemente em Moscou, por ocasião de uma reunião secreta do grande conselho militar da defesa nacional e referente às medidas adotadas pelo governo russo para intensificar seus armamentos. O referido marechal teria declarado que "o natural direito dos que lutam pela implantação do regime soviético é o de estar sempre armados para seguir instalando o comunismo em todo o mundo e assim poderem, cada vez mais, influir sobre o destino de todos os povos vizinhos".

16. Os acontecimentos de Espanha, como já tive ensejo de referir, alarmaram profundamente a opinião pública alemã, sob o ponto de

vista de princípios e não para justificar, a meu ver, propósitos intervencionistas, como demonstra a recente adesão do governo do Reich, como previ em comunicações anteriores, ao acordo sobre o embargo de armas e munições destinadas àquele país. Está claro que uma tal atitude está subordinada a uma perfeita neutralidade por parte de outras potências, principalmente da França, onde infelizmente os partidos que formam o Front Populaire – que praticamente dominam o governo – não cessam de, por todas as formas, favorecer o governo comunista de Madri.

17. Não poderia ser bem compreendida a política militar do chanceler Hitler se não tivémos sempre presente o que representa para a Alemanha, como grave perigo, a aliança franco-russa-tchecoslovaca. Em vez de um perfeito entendimento franco-germânico, em lugar do acordo tão desejado pela Alemanha, desde tantos anos, para uma limitação geral de armamentos, encontra-se presentemente o Reich em frente a um bloco de países com tendências pouco amistosas, representando mais de 3 milhões de soldados, e muito mais em caso de guerra contra a Alemanha. Em frente a esse agrupamento forte e aguerrido, afirma terminantemente Berlim, de pleno acordo com Roma, que de fato não há blocos de nações contrárias, e apenas boas relações, impelidas pelo sentimento de defesa, entre a Itália e a Alemanha.

18. Não posso subscrever integralmente essa declaração, acreditando que já existe um perfeito entendimento de caráter defensivo entre a Alemanha, Itália, Áustria, Polônia, Hungria, possivelmente Japão e, tudo indica, que a Iugoslávia e talvez mesmo a Romênia, em futuro próximo, passem a formar parte dessa combinação, principalmente de caráter anticomunista.

19. Esses fatos parecem justificar a política defensiva da Alemanha, que prefere atender por seus próprios meios à sua defesa em vez de confiar ser garantida por auxílios ou apoio, sem valor prático, de organismos internacionais cuja ação tem-se manifestado impotente para defender os seus próprios membros, quanto mais os que deles não fazem parte. Assim, pois, parece justificada a orientação do governo do Reich de resolutamente impedir toda e qualquer ação da Internacional de Moscou, tomando medidas necessárias e adequadas para evitar, em qualquer momento, um ataque às suas fronteiras e impedir a propaganda subversiva da III Internacional no país.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 SET. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A situação internacional. A viagem do dr. Schacht e a não intervenção nos assuntos de Espanha.

N. 257 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício desta série n. 255, de 30 de agosto, devo dizer a Vossa Excelência, confirmando o meu telegrama número 143, que os centros políticos continuam a acompanhar atentamente o desenvolvimento da atual situação referente à política internacional. As repercussões da entrevista de Berchtesgaden entre o *führer* e o regente da Hungria despertaram a mais viva atenção, interessando de modo especial à opinião pública, como também pelos comentários da imprensa, sobre a recente crise ministerial da Romênia, cuja consequência poderá ser a de transformar a orientação da política externa daquele país. A exclusão do ministro Titulescu do novo gabinete foi aqui interpretada como uma tendência, do governo de Bucarest de estabelecer, doravante, uma maior intimidade nas suas relações com o Reich e um visível desejo de se aliar à política defensiva contra a ação de Moscou, o que lhe era em grande parte impedido por aquele ministro.

2. Os comentários da imprensa de hoje se referem, principalmente, à impressão que se nota de uma relativa melhora na situação geral da política europeia, provocada pelas declarações tranquilizadoras do ministro Schacht, em Paris, em conversa com as personalidades mais eminentes do governo francês.

3. Deve ser notado que, segundo informações colhidas em fontes autorizadas, as entrevistas de ordem técnica do ministro Schacht, em Paris, com os representantes do Banco de França, com o minis-

tro Blum e outros membros do governo francês, deixam felizmente prever, quase com segurança, um próximo acordo para as relações comerciais franco-alemãs. Devo também salientar a tendência favorável, que visivelmente se observa, depois do regresso do dr. Schacht, visando ao início de uma negociação direta entre a França e a Alemanha, para uma normalização das suas relações de ordem política e comercial, suscetível de esclarecer a presente situação e calmar a agitação verificada aqui na Europa, nestes últimos tempos, e que tantos sobressaltos tem causado.

4. Infelizmente, porém, não desapareceram completamente os motivos de intranquilidade devidos à guerra hispano-soviética – como é aqui considerada a Revolução Espanhola – que mantém uma perigosa agitação, capaz de produzir, a cada momento, uma grave crise internacional, e de praticamente anular o projetado acordo de não intervenção estrangeira naquele país.

5. Os jornais examinam detalhadamente, em longas correspondências de Paris, Londres e Roma, a questão de ser instituída praticamente uma fiscalização para o perfeito funcionamento do acordo, ao qual quase todas as potências, em princípio, já deram sua adesão. Nada de positivo foi ainda resolvido e reputo o assunto como extremamente difícil e delicado, mormente se considerarmos a posição da França, como país vizinho da Espanha, onde os partidos dominantes são francamente favoráveis aos extremistas espanhóis.

6. Sei que as chancelarias de Paris, Berlim, Londres e Roma têm mantido um contínuo contato e todos procuram com o mais vivo interesse obter uma solução satisfatória.

7. De um modo geral, considero, porém, que a situação deve ser encarada com mais otimismo do que em dias anteriores e todos alimentam a esperança de que, mesmo considerando as atuais complicações de ordem internacional, poderá, se persistirem os esforços iniciados pela Alemanha junto ao governo francês, ser obtido clarear a atmosfera e estabelecer uma situação de relativa tranquilidade.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 04 SET. 1936 • AHI 04/03/05

---

[Índice:] Estradas de rodagem na Alemanha.

N. 267 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 4 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

O governo nacional-socialista tem dedicado o mais vivo interesse à construção de estradas de rodagem.

2. O esforço realizado desde dez anos pelos dirigentes do Reich tem visado principalmente intensificar, paralelamente, a fabricação de automóveis e a construção da rede rodoviária.

3. O *führer*, enquanto animava as sociedades alemãs de construção de material motorizado pesado a não fabricar senão caminhões de 15 a 20 toneladas, incentivava os industriais, por meio de subvenções, a substituir os caminhões de grande tonelagem pelos de carga média, [e] elaborava, simultaneamente, o admirável plano que vem sendo seguido rapidamente, de construção de uma rede de autoestradas a mais perfeita possível.

4. O programa referido consta de 10.000 quilômetros de rodovias duplas, de 7 a 12 metros de largura, constituindo um sistema de transportes de extrema importância, capaz de assegurar uma rápida mobilização de tropas com carros motorizados e com a máxima rapidez.

5. Para poder ser feita uma pequena ideia sobre as vantagens práticas das novas estradas acima referidas, basta indicar que caminhões automóveis, contendo cada um trinta homens, caminhando [*siz*] dois a dois, com uma velocidade média de sessenta quilômetros por hora e separados apenas por um espaço de quinze metros, na linha da marcha, podem assegurar facilmente um transporte de mais ou menos 72.000 homens, por hora, para qualquer ponto da fronteira alemã. Nessas condições e com toda facilidade, logo que fique concluído todo o traçado rodoviário em construção, a Alemanha poderá fazer o seu exército avançar até 500 quilômetros, durante uma noite, com imensa superioridade sobre todos os países vizinhos, inclusive a França.

6. Todas essas autoestradas, cuja construção está sendo feita em for-



ma impecável, com um gasto incrível, sem a menor preocupação de economias, convergem para Berlim e as que se dirigem para as fronteiras francesa e belga partem de Düsseldorf, de Aix-la-Chapelle, de Colônia, de Coblenz, de Mayença, de Treves e de Ludwigshafen, as quais se ligam sempre à capital do Reich.

7. Não preciso insistir dizendo que a orientação seguida na construção dessas estradas visa, principalmente, fins militares, sob pretexto de estimular o desporto e facilitar o turismo, não obedecendo, de nenhuma forma, a necessidades econômicas e comerciais. Isso se confirma também pelo fato de somente ser recomendada pelo governo a construção de poderosos e rápidos caminhões de 200 ou 300 cavalos de força, os quais, como Vossa Excelência sabe, não correspondem às necessidades normais do transporte comercial e industrial pela estrada de rodagem.

8. Também devo salientar, em favor da indicação acima mencionada, que o traçado das autoestradas não corresponde igualmente a nenhuma vantagem prática visando melhorar realmente o trânsito, para encurtar distâncias ou qualquer outro fim, e somente houve a preocupação de estabelecer uma segura e rápida comunicação, por meio de veículos motorizados, com as diversas fronteiras do país.

9. Toda e qualquer outra interpretação desaparece em face do fato de que essas magníficas e luxuosas estradas, sobre base de mosaico de granito e coberta de espessa camada de cimento e asfalto, vão ter, em pontos determinados, considerados de extrema importância estratégica, praças largas e dispostas em forma de plataformas; presentemente já existem em número de 20, e que atingirão a mais de 200, quando a construção de todas as estradas ficar concluída. Essas plataformas parecem, visivelmente, destinadas à colocação de artilharia pesada anti-aérea ou mesmo de canhões de longo alcance.

10. As estradas, pela sua perfeita execução, serão de longa duração – independente de conservação – e poderão, também, servir pela sua largura como parques de aterrissagem para aviões militares em caso de necessidade, dispondo à noite de uma perfeita visibilidade desde o alto, devido a sua inteira cor branca e iluminação apropriada.

11. Assim, pois, a vontade firme do governo do Reich é, sem dúvida, a de poder a cada momento mobilizar rapidamente as suas tropas e de transportá-las, dentro do mais curto espaço de tempo, para qualquer ponto de suas fronteiras.

12. Junto remeto a Vossa Excelência um exemplar de um excelente

trabalho, que acaba de ser publicado, intitulado DREI JAHRE ARBEIT AN DEN STRASSEN ADOLF HITLERS (“Três anos de trabalho nas estradas de Adolf Hitler”). Essa publicação contém todas as explicações de ordem técnica sobre a construção dessas autoestradas e, bem assim, fotografias que certamente Vossa Excelência terá interesse em examinar. Também remeto um exemplar do trabalho relativo às estradas de rodagem nas altas montanhas intitulado DIE DEUSTCHE ALPENSTRASSE.

13. No caso em que outros ministérios tenham interesse em possuir esses trabalhos, poderão adquiri-los aqui em Berlim ao preço de RM. 4,50 cada exemplar, convindo porém, nesse caso, ser isso feito rapidamente, pois a edição foi tirada com um número muito limitado de exemplares.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 SET. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A revolução espanhola e a política europeia.

N. 272 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

A imprensa alemã, que estava acompanhando – com particular interesse, mas discretamente – a luta em torno de Irun, manifestou uma visível satisfação pela ocupação dessa cidade pelas tropas nacionalistas do general Mola.

2. Apesar das simpatias ostensivas que a opinião pública alemã sempre manifestou pelos exércitos espanhóis que combatem o comunismo, não tinham os jornais tão claramente manifestado essa tendência como neste momento.

3. Devo salientar que, ao lado dos comentários dos diversos jor-

nais, fazendo sobressair o valor militar e a coragem dos soldados que compõem o partido dos generais, também foram lidos os mais vivos ataques contra a França.

4. Assim, o *Börsen Zeitung*, órgão financeiro da Wilhelmstrasse, não hesitou em declarar que, se dos dois lados as tropas se bateram com uma igual bravura, não pode ser esquecido que as milícias vermelhas, que ocupavam Irun e a fronteira francesa, contavam com um auxílio ilimitado dos partidos que hoje governam a França.

5. É incontestável que representa uma grande vitória para os nacionalistas a tomada de Irun, principalmente sob o ponto de vista estratégico, cortando todas as possíveis ligações dos comunistas espanhóis com os seus camaradas franceses, naquele ponto; mas, os técnicos militares acreditam que o general Mola terá dificuldades em retirar, do norte de Espanha, alguns dos seus efetivos militares, para auxiliar o ataque definitivo a Madri. Efetivamente, os nacionalistas não ignoram que os grandes protetores dos extremistas espanhóis – a União Soviética e a Frente Popular francesa – continuarão a remeter, aos seus amigos e correligionários em desgraça, subvenções e auxílios de toda sorte, em proporção sempre maior. É sabido, aqui, que Moscou remete continuamente para o governo de Madri dinheiro, técnicos terroristas e profissionais de guerra civil, enquanto a França fornece armas, dinheiro e até soldados.

6. Estão, presentemente, na França, grupos numerosos de comunistas que se refugiaram em território francês, mas que – segundo declararam os próprios jornais parisienses – serão transportados, por aquele governo, para a fronteira da Catalunha, para dali seguirem em direção a Barcelona e continuar a luta. Isso, aqui, é interpretado como uma visível quebra de neutralidade, pois o governo francês estava na obrigação de internar, depois de devidamente desarmados, todos os milicianos vermelhos espanhóis que, fugindo da luta, foram se refugiar em França, depois da vitória nacionalista de Irun.

7. O *Börsen Zeitung*, fazendo referência a esse fato, diz que

o papel representado pelas autoridades francesas, que auxiliaram – demonstrando parcialidade e aliança – os carrascos e assassinos comunistas espanhóis, que ainda têm as mãos sujas de sangue, não poderá ser esquecido pelos povos cultos e ficará gravado na História do gênero humano.

O mesmo jornal termina o seu artigo dizendo que os acontecimentos da Espanha permitiram à humanidade ver pelos seus próprios olhos não somente a face real do comunismo, como também a facilidade e pressa com que os marxistas de todas as cores, os pseudopacifistas, os sindicalistas, os anarquistas e os aderentes da Frente Popular, facilitaram o trabalho criminoso e destruidor do bolchevismo.

8. Continuam aqui a supor, como já me referi em anteriores comunicações, que a luta será ainda longa e os perigos de um conflito europeu, embora mais atenuados neste momento, continuam a ser encaradas com sérias apreensões.

9. Os trabalhos para a conclusão do acordo de não intervenção nos assuntos espanhóis prosseguem muito lentamente e, somente hoje, o governo do Reich fez oficialmente saber que tinha resolvido participar do Comitê de Coordenação e de Fiscalização, para verificar o funcionamento do embargo de armas e munições destinadas à Espanha. Nesse sentido, o encarregado de negócios da Alemanha em Londres teria recebido instruções para tomar parte nas referidas negociações.

10. Tenho porém informações seguras que a atitude da Alemanha será de grande prudência e de manter uma extrema vigilância sobre a ação da França e da Rússia, impedindo toda e qualquer intromissão dos partidos dominantes naquele país e do governo de Moscou na política espanhola e, se isso não for obtido, não participará do projetado acordo e retomará a sua liberdade de ação. Essa será também a atitude da Itália e de Portugal.

11. Essa negociação poderá prejudicar a projetada para os primeiros dias de outubro, também em Londres, e referente aos países locarnianos.

12. Já se sabe em forma oficial que são absolutamente falsos os boatos, que vinham circulando, de que a Itália seria favorável a que fosse enviado um convite à Rússia para também participar dessa reunião e conforme tanto deseja a França, com o apoio benevolente da Inglaterra.

13. Para que a situação fique bem clara, antes das negociações relativas ao caso espanhol, a Itália fez distribuir ontem uma nota oficial, desmentindo essa [...] atitude e acrescentando que a conferência ainda não foi convocada e, assim, o problema de aumentar o número dos seus membros não pode ser debatido neste momento, quando estão na ordem do dia problemas de maior gravidade. Deve, porém, ser desde logo observado – acrescenta o governo italiano – que, conforme o

projeto inicial sobre o qual concordaram as potências locarnianas, a referida conferência deveria ser limitada a cinco países, isto é, França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Bélgica.

14. Nessas condições, fica uma vez mais confirmada a perfeita identidade de vistas que presentemente existe entre a ação política internacional alemã com a italiana, pois sem dúvida um convite dirigido ao governo de Moscou provocaria a mais viva reação nos meios oficiais de Berlim.

15. Tudo indica que, também no que se refere ao conflito espanhol, essas duas nações também agirão sempre de acordo, como, aliás, tem sido feito até agora.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO<sup>17</sup> • 16 SET. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] O congresso do Partido Nacional-Socialista em Nuremberg.

N. 276 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

Conforme tive a honra de informar Vossa Excelência, pelo meu telegrama número 157, de 8 do corrente mês, compareci às solenidades oficiais realizadas, em Nuremberg, de 8 a 15 do corrente, por motivo da reunião anual do Congresso do Partido Nacional-Socialista do Reich.

2. Recebi para essa solenidade – como os meus colegas do corpo diplomático – um convite especial e pessoal do chanceler Hitler, sendo considerado como hóspede oficial do governo alemão naquela cidade, durante as referidas solenidades, [e] tendo, além disso, sido organizado

<sup>17</sup> Anexo ao documento, cópia em francês do discurso do chefe de governo, de 09 set. 1936, no 8º Congresso Nacional do Partido Nacional-Socialista.

– pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros – para nós um programa especial de excursões aos pontos mais pitorescos e históricos daquela região, inclusive uma visita à autoestrada, recentemente inaugurada e que conduz às proximidades da fronteira austríaca, que constitui a mais perfeita obra do seu gênero, conforme faço referência detalhada em outro ofício.

3. Além do embaixador do Brasil, compareceram ao congresso de Nuremberg os embaixadores da Turquia, Polônia, Japão, Itália, Chile e China; os ministros plenipotenciários da Suécia, Bolívia, Egito, Peru, Romênia, Argentina, Grécia, Irlanda, Finlândia, Portugal, Colômbia, Uruguai, União Sul-Africana, Iugoslávia, Cuba, Irã, Iraque, Letônia, Afeganistão, Hungria, Nicarágua, República Dominicana, Venezuela, Dinamarca e Tchecoslováquia e encarregados de negócios de Guatemala, Panamá, Equador, Bulgária, Estônia, Lituânia, México, Suíça e Áustria, formando um total de 41 chefes de missão acreditados em Berlim.

4. Fomos recebidos, em Nuremberg, com honras militares, prestadas por um batalhão com bandeira e música. Fomos recebidos e saudados na estação, à chegada, pelo senhor Hess, lugar-tenente do *führer* e presidente do Partido Nacional-Socialista, o qual nos apresentou as boas vindas do chanceler Hitler. O chefe de Estado, posteriormente, pessoalmente visitou os embaixadores e recebeu os demais chefes de missão, seus hóspedes, em círculo.

5. Fomos sempre alvo de especiais deferências e tivemos à nossa disposição um automóvel [e] um ajudante de ordens, além de nos ter sido dispensada uma perfeita hospedagem.

6. Durante esse congresso, ao qual participaram diariamente mais de duzentas mil pessoas e se realizou perante cem mil chefes nazistas, o chanceler Hitler exaltou principalmente a unidade do Reich.

7. O congresso foi aberto sob uma atmosfera de força e de unidade nacional, sendo pregada a cruzada contra o bolchevismo e contra os seus chefes judeus.

8. O congresso anual do partido do Reich que acaba de se realizar em Nuremberg foi o quarto desde a instituição do regime nazista na Alemanha. Os três primeiros receberam cada um uma denominação que definia o seu próprio fim.

9. Assim o de 1933, o primeiro reunido depois da vitória hitleriana, foi denominado de "vitória e fé"; o de 1934, que sucedeu de poucas semanas os trágicos acontecimentos que culminaram com o assassina-

to do capitão Roehm, teve o título de "triunfo da vontade"; o do ano findo, depois da restauração da força militar alemã, a assembleia mencionada teve o título de "congresso da liberdade"; e o deste ano será chamado de "congresso da paz e da força".

10. Como no ano findo, os cortejos e as concentrações foram coroados por um grande desfile e parada militar demonstrativa da importância do exército como força defensiva da nova Alemanha. Cerca de 50.000 homens de todas as armas executaram, em presença do *führer* e dos 200.000 espectadores na Zeppelinwiese<sup>18</sup>, simulacros de combates terrestres e aéreos e dos quais participaram 400 aparelhos de aviação de guerra incluindo a aeronave "Hindenburg". O exército apareceu assim como o fim da obra política do partido do Reich, cujas formações completas, formando um quadro magnífico e imponente, já tinham sido apresentadas ao *führer* no imenso campo de manobras especialmente preparado para tal fim.

11. Posso assegurar a Vossa Excelência que assistimos, em Nuremberg, a uma verdadeira mobilização de todos os elementos ativos do partido e do Estado nacional-socialista. Durante a semana do congresso, tivemos ensejo de apreciar, em diferentes ocasiões, massas de diferentes tropas formando, no seu total, mais de 2 milhões de homens perfeitamente instruídos e preparados para a defesa do país e inflamados pelo entusiasmo que sempre lhes causa a palavra convincente do *führer*.

12. A proclamação do *führer*, lida na sessão inaugural do congresso e da qual junto remeto a Vossa Excelência uma cópia, orientou as numerosas declarações que foram feitas durante a reunião do congresso pelos chefes mais proeminentes do partido, tais como, os senhores Hess, Goebbels, Rosenberg, Ley etc.

13. A Alemanha, pela boca do seu chefe supremo, desde logo colocou claramente o problema da restituição das colônias alemãs, desanexadas deste país pelo Tratado de Versalhes. A Alemanha entende dever assegurar, por todos os meios, a sua segurança interna e sua independência, completando intensivamente os seus preparativos militares com um vasto e audacioso programa econômico, a ser executado durante quatro anos. A Alemanha, baluarte no coração da Europa contra o comunismo e a revolução mundial da III Internacional, tomará como ponto de partida para toda a sua política exterior, militar e econômica

18 "Campo do Zeppelin", onde, em 1909, pousara o dirigível do conde Ferdinand von Zeppelin.

a iminência do perigo comunista na Europa e no mundo. A palavra de ordem é Berlim contra Moscou.

14. A proclamação aludida, que causou a mais viva impressão e tem sido acolhida dentro do país com o maior entusiasmo, encerra principalmente quatro pontos principais, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) autarquia para as matérias-primas;
- b) reivindicações coloniais;
- c) luta de morte contra o bolchevismo mundial e principalmente contra os judeus comunistas do governo de Moscou;
- d) vontade firme de paz geral para prosperidade do Reich.

15. Discursos de Nuremberg reclamam de todos a mais severa atenção, não somente pela forma violenta com que foram proferidos, mas principalmente pelas tendências que eles marcam, nitidamente, no que se refere à política geral da Alemanha.

16. As palavras ouvidas em Nuremberg na última semana não permitem a menor ilusão sobre as disposições do *Führer*, o qual demonstrou claramente ver no desenvolvimento da influência comunista na Europa e no mundo – cuja responsabilidade ele faz recair integralmente sobre o governo de Moscou – uma grave ameaça para a vida dos demais povos e para a segurança do Reich.

17. As declarações feitas durante a reunião do congresso de Nuremberg demonstram que a Alemanha não deseja, de forma alguma, negociar de qualquer forma com a participação da União Soviética. Acredito que os discursos, que ouvimos naquela cidade, podem indicar uma preparação da opinião pública para mudança das posições políticas até agora tomadas pelos diferentes governos. Assim, não me parece impossível – como, aliás, também supõem pessoas de responsabilidade nos círculos oficiais e políticos alemães – que as inflamadas peças oratórias de Nuremberg podem igualmente significar a intenção do governo do Reich de provocar uma ruptura de relações com os comunistas de Moscou ou, pelo menos, tornar impossível a reunião da conferência locarniana de Londres para a qual a França, principalmente, e também a Inglaterra, desejariam que a Rússia fosse convidada, julgando indispensável a sua colaboração.

18. Se o congresso do partido do Reich não tivesse tido realmente, até agora, senão uma só significação, a de demonstrar ao povo alemão a união de uma grande nacionalidade unida à vontade soberana de um



chefe único, a manifestação que assistimos em Nuremberg teve, sem dúvida, uma importância que ultrapassou as fronteiras do Reich.

19. Há, precisamente, quinze dias que a Alemanha estabeleceu o serviço militar obrigatório de dois anos, com a justificativa oficial que essa medida fora adotada para se antepor ao perigo comunista da Rússia contra a Alemanha; e, desde então, a propaganda de Moscou, em favor da revolução mundial, ficou sendo aqui considerada como inimigo número um da nossa civilização e de nossas instituições políticas.

20. Foi assim que ouvimos as francas declarações proferidas em Nuremberg de que a Alemanha está pronta para todas as eventualidades e pode enfrentar sem temor o bolchevismo, considerado pelo senhor Rosenberg como sendo "a doutrina do mundo dos criminosos" e, segundo o senhor Goebbels, como "a política do terror, do crime, da bestialidade, características dominantes da revolução bolchevista que ameaça o mundo inteiro".

21. Nessa forma foi feito o processo [sic] do comunismo soviético em Nuremberg.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 SET. 1936 • AHI 04/03/05

[Índice:] A desvalorização do franco e sua repercussão na Alemanha.

N. 286 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 30 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

O anúncio oficial das recentes medidas tomadas pelo governo francês, em matéria de ordem monetária, não causou aqui surpresa pois os centros econômicos e financeiros do Reich esperavam, desde bastante tempo, que o franco sofresse uma desvalorização.

2. A imprensa em geral se limita a noticiar a decisão da França, sem fazer comentários apaixonados, e a impressão é de ceticismo, pois não se pode prever o que lucrará a França com uma desvalorização de sua moeda, efetuada quando a alta dos preços ultrapassou a dos salários. De qualquer forma, os centros financeiros e bancários ligam uma grande importância ao fato de ter sido possível firmar um acordo monetário entre Paris, Londres e Washington. Consideram que esse acordo, concluído entre os defensores de dois sistemas monetários até agora opostos, tanto sob o ponto de vista teórico como prático, deverá ter uma influência determinante sobre a evolução da futura economia mundial.

3. A impressão é, também, que o projeto francês de nivelamento de sua moeda se assemelha bastante às medidas tomadas, em tempo, pelo governo norte-americano. Não parece provável que os capitais franceses colocados nos Estados Unidos voltem à França. Segundo opinam os técnicos, somas mais importantes deixarão a Inglaterra, em caminho do Banco de França, e isso devido a que a situação da política europeia, bastante perturbada, impede uma repatriação substancial de capitais franceses existentes neste momento na América do Norte.

4. Há quem acredite que a libra esterlina venha a sofrer uma ligeira baixa em relação ao dólar.

5. O senhor Donald Woodward, eminente economista americano considera que o reajustamento do franco prepara o caminho para a restauração mundial e que não afetará desfavoravelmente os negócios comerciais dos Estados Unidos, conquanto deva ser prevista uma certa inquietação e nervosismo temporário nos mercados monetários e de títulos. Lamenta, contudo, que o governo de Paris não tenha tomado a presente medida há alguns anos antes [*sic*], quando a situação política do país inspirava, sem dúvida, mais confiança do que agora, quando o mundo olha com certo temor o desenvolvimento da ação da Frente Popular muito dominada pelos elementos da III Internacional.

6. No que se refere à Alemanha, o Reichsbank considera que a economia alemã não será afetada e que uma desvalorização do marco não apresenta, atualmente, nenhum interesse, pois a presente legislação sobre as moedas estrangeiras permite àquele banco manter a moeda alemã eficazmente. Isso não quer dizer que o governo do Reich recuse um arranjo do caráter internacional sobre a questão monetária que eventualmente lhe seja proposto, como parece ulteriormente será feito. Acredito mesmo que tudo isso ficou perfeitamente combinado por

ocasião das recentes visitas do ministro Schacht a Paris e do presidente do Banco de França a Berlim.

7. Um comunicado oficial de hoje informa que a "Comissão Central da Reichsbank" foi convocada, para depois de amanhã, a fim de tomar conhecimento de uma declaração do ministro dr. Schacht, presidente do Instituto de Emissão do Reich. Essa notícia está despertando comentários os mais diversos nos meios econômicos e financeiros de Berlim.

8. Isso é compreensível, pois, em face da situação monetária internacional, a Alemanha não podia deixar de manifestar qualquer reação.

9. A situação presente pode ser resumida da seguinte forma: os chefes do III Reich não têm, pelo menos por enquanto, a intenção de abandonar as grandes linhas da política que adotaram, no que se refere ao marco e à economia nacional. É, porém, compreensível que, devido às recentes decisões tomadas por diversos países, concorrentes da Alemanha no mercado mundial, o governo alemão tenha que adotar novas medidas que protejam mais eficazmente a sua exportação. É incontestável que as declarações do dr. Schacht, já anunciadas, versarão principalmente sobre o problema das exportações alemãs. Ouvi de pessoas autorizadas ser provável que o governo alemão aumente a taxa especial de auxílio à exportação para intensificar as suas vendas para o estrangeiro. Também creio que esse imposto – ou melhor, *dumping* – com que o governo de Berlim auxilia a sua indústria e que, até agora, era suportado pelos industriais alemães, será tornado obrigatório aos comerciantes e à agricultura. Essa situação seria sempre de caráter provisório, isto é, até que o governo possa, com calma, resolver a supressão desse auxílio indireto e desvalorizar concomitantemente a sua moeda sem maior risco, criando assim uma situação definitiva.

10. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento de tão importante assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 SET. 1936 • AHI 04/03/05

---

[Índice:] O rearmamento alemão.

N. 287 / RESERVADO / CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 30 de setembro de 1936.

Senhor Ministro,

O problema do rearmamento continua a ser assunto dominante neste país, e a celeridade e discrição são os fatores primordiais do programa alemão de armamento.

2. Os operários das usinas de guerra, ao contratarem os seus serviços, prestam juramento de guardar o mais rigoroso segredo sobre tudo o que possam ver e aprender, e sofrem espionagem até na sua própria residência, de forma que o fim verdadeiro da atividade industrial de certas cidades tais como Hamburgo, Stettin, Bremen, Kiel e Königsberg pode ser facilmente disfarçado.

3. Hamburgo e Bremen constituem, presentemente, o centro essencial dessa grande corrida armamentista e a rapidez é um dos requisitos mais exigidos para a execução do programa do governo do Reich, em face da atual situação europeia.

4. Os aviões e os submarinos são objeto de uma construção maciça e os pilotos e tripulantes especiais são exercitados, diariamente, em grupos de várias centenas, em toda a Alemanha.

5. Os exercícios de transporte e de desembarque são executados regularmente entre Stettin e Königsberg, na Prússia Oriental, e assim posso indicar a Vossa Excelência o seguinte fato. Em Fuhlsbüttel, cerca de Hamburgo, um novo aeródromo militar está sendo ativamente construído. Esse aeródromo compreende 20 hangares de uma extensão de 80 metros, de 35 metros de largura e 8 metros de altura cada um. Haverá ali uma estação de duzentos aviões, com um pessoal que deverá ser calculado em mais de 400 pilotos. Também existirão hangares subterrâneos. Nesse distrito, pequenas aldeias, depois de evacuadas pelos seus habitantes, que foram encaminhados para a Prússia Oriental, foram completamente destruídas por ataques aéreos, em exercícios simulados da aviação alemã.

6. Em Hamburgo, a construção de aviões obedece ao ritmo de nove

aparelhos por semana. Duzentos aparelhos do tipo Junkers 52 foram terminados até agora pelas manufaturas hamburguesas. Em Buchholz, ao norte do canal de Kiel, já estão terminados vários aeródromos subterrâneos e idênticos trabalhos foram executados em Wielk, ilha de Rügen, com capacidade de abrigar 250 aviões de grande tipo.

7. Em Holtenau, canal de Kiel, foi destruída uma velha igreja, sendo no seu lugar construído um aeródromo com cinco grandes hangares, e igual trabalho está sendo feito em Itzehoe e em Stadt Bremenhaven.

8. Deve ser notado que Hamburgo se tornou a sede de uma grande e numerosa guarnição e que um tráfego anormal está sendo notado desde dois anos no porto de Königsberg, onde os altos fornos da casa Krupp trabalham incessantemente para o exército alemão.

9. Na região de Rhonenberg, perto de Hamburgo, existem alguns aeródromos subterrâneos considerados, pela engenharia militar, como uma maravilha de construção. Para sair do hangar, como para nele ingressar, os aviões penetram em um compartimento hermeticamente fechado. Três aparelhos podem entrar ao mesmo tempo nessa espécie de antecâmara estanque. Quando essa peça se fecha, os motores começam a funcionar e um sistema de ventilação assegura a eliminação dos gases nocivos à respiração humana. Assim que as máquinas estão prontas para partir, as portas exteriores são automaticamente abertas e os aviões montados sobre dois trilhos já possuem, ao chegar ao nível do solo, a velocidade necessária para levantar voo imediatamente.

10. No que se refere à marinha de guerra, vimos, por ocasião dos acontecimentos de Espanha, a esquadra deste país fazer uma entrada solene para a proteção dos interesses alemães naquele país convulsionado. Assim como já tive ensejo de me referir em ofício anterior, uma grande parte da nova marinha germânica se encontra reunida em águas espanholas, onde vemos os coiraçados *Deutschland*, *Admiral Scheer* e *Admiral von Spee*, os cruzadores de 6.000 toneladas *Köln* e *Leipzig*, quatro contratorpedeiros tipo *Leopard*, seis torpedeiros tipo *Albatroz* e oito navios auxiliares postos à disposição do almirante Karl, comandante em chefe dessa esquadra.

11. A frota de guerra alemã pode, presentemente, ser considerada como de primeira ordem e com um poder ofensivo excelente, considerando a idade dos seus navios e a perfeição de sua construção.

12. Essa esquadra está composta de três coiraçados, ditos "de bolso", do tipo *Deutschland*. Esses navios são melhor protegidos e, principalmente, melhor armados do que todos os cruzadores coiraçados de

qualquer outra marinha de guerra. Assim, para uma tonelagem igual de 10.000 toneladas, os *Deutschlands* estão armados de seis canhões de 280mm, enquanto que o calibre máximo autorizado pelo Tratado de Washington não alcança senão a 203mm. O peso de projétil alemão é de 303,9kg, sua velocidade inicial de 970m. O que lhe empresta uma vantagem de peso de 1.818kg, enquanto que os *Kent* ingleses não alcançam senão 1000kg e uma velocidade inicial de 930 metros.

13. Deve ser notado que, enquanto os *Deutschlands* não desenvolvem senão 28 milhas, os cruzadores americanos tipo *Washington* excedem 32 milhas, mas nenhum desses navios arriscaria as suas peças de 203mm contra a coiraza de 127mm dos alemães e contra a bordada de seis canhões de 280mm. Em compensação, os *Deutschlands*, com as suas 28 milhas horárias, podem escapar facilmente à perseguição dos coirazados franceses *Provence*, *Bretagne* ou *Lorraine* embora modernizados e do próprio *Nelson* inglês, de 26 milhas de marcha.

14. A divisão coirazada germânica, apoiada nos seis cruzadores de 6.000 toneladas do tipo *Leipzig*, que desenvolvem mais de 32 milhas, armados de nove canhões de 150mm, oferece uma grave ameaça, em caso de conflito europeu, às comunicações entre a França e a África do Norte e pode dominar, alternativamente, o mar Báltico, graças à incomparável situação criada pelo canal de Kiel e pela ilha de Heligoland, cujas fortificações estão sendo rapidamente ultimadas. Nessas circunstâncias, o Reich está fortificando poderosamente não somente Heligoland mas, como já tive ensejo de informar, todas as ilhas suscetíveis de apoiar uma ação da esquadra alemã no mar do Norte (Borkum, Norderney, Langeoog e Spiekeroog), perto de Schleswig (Sylt, List e Wyk) e finalmente no Báltico (Hiddense, Sellin, Wiek, Bug e Rossitten).

15. Essas obras, assim como as grandes manobras que se realizaram ultimamente no golfo de Kiel, nas costas dinamarquesas e da Jutlândia, indicam suficientemente que o governo nazista julga cada vez mais reafirmar sua presença e seu predomínio nessas paragens alemãs.

16. Entretanto, é a aparição de uma frota de submarinos e as construções em curso que indicam, especialmente, o renascimento totalitário alemão. Trinta e seis submarinos já estão em serviço e mais vinte e dois devem ser incorporados à esquadra até o fim do ano. O almirantado alemão escolheu propositalmente unidades de pequena tonelagem de 750, 500 e mesmo de 250 toneladas, o que é um deslocamento pouco empregado pelas demais marinhas de guerra.

17. O objetivo visado é o de utilizar até o máximo de eficiência a

percentagem de 33%, que pode representar até 45% da frota inglesa. Com a sua grande experiência da guerra submarina, os estados maiores do Reich compreenderam que não devem procurar nem o conforto, nem a potência isolada dos submersíveis, mas que possam evoluir e agir pelo número, em forma de abelhas.

18. É necessário de [*sic*] dar, a cada um, um raio de ação que permita patrulhar as costas das ilhas Britânicas e a Mancha.

19. O essencial, segundo o ponto de vista técnico alemão, é de poder dispor do maior número possível, nas rotas dos navios mercantes. Um pequeno submarino escapa mais facilmente ao ataque dos seus adversários e manobra mais agilmente do que um de grande tonelagem e, além do mais, o que aqui consideram importantíssimo, podem se aproximar mais de terra.

20. Foi por esse motivo que, enquanto todas as marinhas de guerra adotaram o deslocamento mínimo de 600 toneladas, os alemães já construíram 20 submarinos de 250 toneladas e se preparam para incorporar, proximamente, à sua frota mais 15 dos 28, que estão sendo construídos pelos diversos estaleiros do país, e se reservam a faculdade de estender o raio de ação dos seus futuros submarinos conforme as necessidades estratégicas.

21. O meu informante pôs especialmente em destaque, que um golpe de surpresa de uma esquadra submarina tão importante numericamente revolucionou o almirantado britânico, fazendo pairar sobre o abastecimento da Grã-Bretanha o espectro de uma grave ameaça, mais angustiada do que em 1914.

22. Quanto às construções em curso e a que já acima me referi, elas atestam de uma forma eloquente o desejo do governo do Reich de operar o mais rapidamente possível a reconstrução do poder naval germânico, destruído pela guerra europeia que terminou em 1918. Posso informar ainda Vossa Excelência de que já estão sendo construídos dois coirazados de 26.000 toneladas cada um, que se denominam por enquanto D. e E. e que futuramente serão batizados com os nomes de *Gneisenau* e *Scharnhorst*, cujos nomes recordam episódios gloriosos para a marinha alemã. Esses coirazados deverão ser armados de nove canhões de 280mm colocados em três torres tríplexes.

23. Essas unidades se destinam a responder à construção dos dois coirazados franceses *Dunkerque* e *Strasburgo*, dessa mesma tonelagem.

24. Dois cruzadores, de 10.000 toneladas cada um, estão no estaleiro de Stettin em adiantada construção, como réplica ao *Algérie* francês.

Essas unidades serão armadas com canhões de 203mm, em número de oito, dispostos em quatro torres duplas.

25. Além desses navios, devo ainda citar a construção, já iniciada, de dezesseis destroieres de 1.625 toneladas cada um e de dois navios porta-aviões de 15.000 toneladas, podendo transportar cada um de 50 a 60 aparelhos; e, isso, sem contar as pequenas unidades ultravelozes, armadas de pequenos canhões para proteção dos portos e alarme contra submarinos, cujo número ainda não é conhecido, mas que deve exceder de trinta para entrar em serviço até o mês de dezembro próximo, tendo sido fixado em cem unidades o número total dos mesmos, de acordo com o programa estabelecido.

26. Assim, Vossa Excelência facilmente poderá avaliar do esforço até agora feito pelo governo alemão e dos resultados já obtidos, que permitem desde já colocar a marinha de guerra deste país em plano bastante elevado em relação às das demais grandes potências.

27. Agradeceria a Vossa Excelência informar do que precede às nossas autoridades militares, especialmente o senhor ministro da Marinha, com a segurança de que as informações referidas foram colhidas em fonte digna de todo crédito.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 OUT. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Legalização de vistos de turistas e declarações de polícia.

N. 290 / CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de outubro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento a ofícios anteriores, tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que a imigração judaica para o Brasil tem sido, nestes



últimos meses, objeto de maior cuidado por parte do departamento consular desta embaixada, em face dos regulamentos em vigor.

2. Embora não tenha esta embaixada, nenhuma comunicação oficial das últimas providências tomadas pelas diversas chefaturas de polícia do nosso país para a defesa contra a multidão de judeus turistas que – ultimamente, principalmente – procura viajar para o Brasil, o reflexo dessas medidas tem tido enorme repercussão no departamento consular desta missão, criando problemas complexos a resolver e medidas a tomar dentro de uma orientação prudente, que acautele os nossos interesses imigratórios.

3. Os jornais semitas desta capital, que circulam exclusivamente nos meios israelitas, informam à colônia judaica daqui tudo o que se passa no Brasil, no que diz respeito a essa raça e sobre as possibilidades de imigração e, sobretudo, sobre a maneira mais fácil de burlar as exigências contidas nas nossas leis e regulamentos em vigor.

4. Era de esperar que as nossas autoridades marítimas e de polícia – a quem cabe examinar minuciosamente a documentação apresentada – percebesse[m] a burla e tomassem uma providência para pôr um paradeiro a abusos, principalmente por parte dos turistas procedentes da Alemanha, na sua maioria composta de judeus. É justamente o que acaba de acontecer, segundo as informações que presta o próprio jornal semita a que acima me refiro.

5. A campanha dos israelitas neste país – ou melhor, o antissemitismo – não esmoreceu e, pelo contrário, parece que vai entrar em fase de maior atividade; e isso se depreende dos discursos proferidos por elementos de responsabilidade do governo do Reich e do Partido Nacional-Socialista durante a recente reunião do congresso de Nuremberg.

6. O semita que ainda se encontra dentro das fronteiras do Reich está seriamente alarmado. O seu único sonho é partir para o Brasil, considerado como sendo o único país que ainda se dispõe a receber elementos dessa raça.

7. As dificuldades a vencer pelos judeus em outros consulados são tão grandes, em face dos respectivos regulamentos, que é ainda o Brasil, pelas suas facilidades imigratórias, o país mais fácil para dar entrada a essa gente, na sua quase totalidade sem maior interesse para nós. Aqueles que mais nos podiam interessar, com seus capitais avultados, já se acham instalados nos países vizinhos da Alemanha, à espera de melhores dias.

8. Em certo jornal israelita publicado na semana passada, lê-se um

artigo com o título “Dificuldades no Brasil”, no qual o autor informa a colônia judaica sobre as medidas tomadas pelo governo do estado de São Paulo contra a massa de judeus que viajam com visto de turista, mas em verdade, como já tive ensejo de me referir anteriormente, com intenção de estabelecer residência definitiva no nosso país.

9. O autor do mencionado artigo, ao que parece excelentemente informado, diz das providências tomadas pela nossa polícia, obrigando todo o turista de agora em diante a deixar o país dentro do prazo estipulado pela lei.

10. Estas informações, não as tenho oficialmente; mas, como já fiz referência, pelo aludido jornal e pelas inúmeras pessoas que procuram o departamento consular para pedir a nossa intervenção, visando facilitar a permanência dos seus íntimos ou parentes que para aí foram como turistas e que a polícia está, ao que parece, obrigando justamente a deixar nosso território.

11. É também pelos judeus aqui residentes que esta embaixada soube que a polícia aí está exigindo dos pseudoturistas – vindos, principalmente, da Alemanha – um certificado de conduta, no qual contenha a declaração de que o interessado não professa a doutrina comunista e, outrossim, que as chefaturas de polícia não expedem as denominadas “cartas de chamada” sem a apresentação prévia da aludida certidão.

12. Pelos formulários de passaporte visados no correr do mês de agosto último, verificou esta embaixada que todos os vistos de turistas – e, como tais, sujeitos à apresentação de passagem de ida e volta em 1ª classe – são todos para judeus de classe operária, exercendo profissões tais como aprendizes de mecânicos, padeiros, açougueiros, empalhadores, sapateiros, etc. Isso também pode ser verificado examinando idênticos vistos de meses anteriores, o que permite concluir que toda essa gente encontrou nas nossas disposições que regulam a matéria uma forma de ficar no Brasil, pois até a presente data não é do nosso conhecimento que a grande maioria desses “turistas” tenha sido obrigada a voltar ao país de onde saíram.

13. O mais doloroso ainda é, a meu ver, o fato do judeu eleger o Brasil, não por sua espontânea vontade para fixar a sua residência, mas obrigados [sic] pelas circunstâncias do momento neste país, que o obrigam por assim dizer a deixar a Alemanha. Eles não vão para o nosso país procurar o seu futuro e colaborar para o nosso progresso com o seu trabalho ou ali formar a sede de sua futura família, a pátria dos seus novos filhos, mas com a ideia preconcebida de fazer o estágio exigido

pela nossa lei de naturalização e, uma vez obtido seu fim, voltar à Europa com todos os direitos e regalias concedidas aos cidadãos brasileiros e aqui viver protegidos por nossas generosas leis.

14. Assim já vivem, na Alemanha e em outros países, milhares de indivíduos brasileiros naturalizados cuja carta de naturalização data, muitas vezes, da época do Brasil Império ou de pouco depois. Outros nem mesmo conhecem a nossa pátria e se naturalizaram em tempos passados de forma que ninguém poderá verificar. De qualquer forma, esses naturalizados só fazem uso de sua pátria de empréstimo no caso de força maior, como aconteceu logo depois de ser aqui instalado o governo nacional-socialista.

15. Segundo me consta, os Estados Unidos, pelas suas leis, sanou esse desinteresse dos seus naturalizados obrigando-os, de quatro em quatro anos, a uma permanência no território americano, perdendo automaticamente o direito de nacionalidade aqueles que não se tenham submetido a essa obrigação legal.

16. Achei necessário fazer a Vossa Excelência esta pequena exposição antes de formular uma consulta, que julgo urgente, porque – das medidas que Vossa Excelência achar por bem me ordenar - corrigirá de uma vez por todas as dificuldades ora criadas.

17. Feito[s] pelos interessados, à polícia de Berlim, pedidos para que lhes sejam fornecidos atestados com a declaração de que o requerente não é comunista ou criminoso para atender às exigências da nossa polícia no processo das “cartas de chamada”, a autoridade local declara invariavelmente que tal certidão não pode ser concedida senão a autoridade e, no caso vertente, a esta embaixada. Com efeito, diariamente recebemos da polícia secreta da Prússia (Preussische Geheime Staatspolizei) ofícios registrados informando, em caráter absolutamente confidencial, que desconhece qualquer culpa de A. ou B. sobre suas atividades políticas.

18. Ressalta imediatamente, pela redação do ofício, a maneira capciosa da informação em que não existe uma palavra pela qual se possa deduzir a ideia ou ação do indivíduo em face do problema comunista ou extremista.

19. Parece-me que duas fórmulas se apresentam para solucionar a dificuldade criada: informar Vossa Excelência, em cada caso e para cada indivíduo, sobre tudo o que nos transmite a polícia secreta berlinense, o que seria sobrecarregar o expediente desta missão, além do moroso processo burocrático que isso representa; ou conferenciar com o pre-

sidente da polícia local e combinar uma forma prática que concilie o interesse das duas polícias.

20. Muito agradecerei a Vossa Excelência instruções urgentes sobre o assunto, considerando que os interessados afluem ao departamento consular desta embaixada sempre em número maior e, assim, o caso requer uma providência imediata.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 05 OUT. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A visita do ministro barão von Neurath a Budapeste.

N. 301 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 5 de outubro de 1936.

Senhor Ministro,

Em relação à recente visita que o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich fez ao governo de Budapeste, julgo interessante enviar algumas informações que pude colher nos meios mais autorizados.

2. As conferências que o senhor Rocca del Caminate teve aqui em Berlim com elementos do governo, foram pouco comentadas pela imprensa alemã. De outro lado, as conversas que se efetuaram entre o senhor Mussolini e o senhor Guido Schmidt, como primeiro contato direto entre o chefe do governo italiano e o ministro austríaco dos Negócios Estrangeiros, podem ser consideradas como a conclusão do acordo de 11 de julho último.

3. O anúncio da convocação de uma próxima conferência em Viena dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos três Estados signatários do Protocolo de Roma foi aqui recebido com opiniões muito divididas.

4. Desde logo deve ser ressaltado o desejo do *duce* de afirmar, muito especialmente no momento atual, a força do protocolo; e, também, é

bem compreendido que a escolha de Viena como sede da reunião faz esquecer presentemente a política de independência e de soberania que segue o chanceler federal.

5. A Alemanha atual não se sente muito protegida. O III Reich, desde algum tempo, faz girar toda sua política, tanto interna como externa, em torno do perigo vermelho de Moscou e, infelizmente, não encontrou – nem em Roma, como em Viena – o apoio que era lícito esperar por parte daqueles governos.

6. No que se refere à Itália, o seu ponto de vista é bem conhecido e permanece inalterável. A imprensa italiana adotou uma atitude bastante reservada em face das grandes manifestações anticomunistas feitas pelo *führer* e seus principais colaboradores, por ocasião do congresso de Nuremberg, e isso causou aqui grande impressão.

7. Quanto à Áustria, parece existir, depois daquele congresso, uma tendência mais marcada para uma ação mais intensa contra o comunismo que, embora vantajosa para essa luta empreendida energicamente pelo governo nazista, comporta, contudo, a meu ver, três graves perigos. Primeiro: a luta contra o bolchevismo sendo uma palavra de ordem determinante do nacional-socialismo, toda propaganda estrangeira contra Moscou seria suscetível de encorajar a hitlerização automática do país. Segundo: a questão anticomunista tendo-se transformado em um problema de primeira ordem, antes de tudo do domínio da política externa, uma adesão da Áustria à luta preconizada pelo III Reich poderia arrastar o país em complicações que, a muitos, parecem contrárias aos interesses da Áustria e às ideias muitas vezes manifestadas pelo senhor Mussolini. Terceiro: a luta antibolchevista e antimarxista aumentaria ainda mais as dificuldades que existem desde fevereiro de 1934 (data da repressão do movimento socialista na Áustria) entre o governo federal e a população operária, dificuldades que o chanceler Schuschnigg, segundo alguns indícios, tem em vista afastar completamente.

8. Devo recordar que a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha à Hungria sucede à entrevista sensacional que o chanceler Hitler teve, em Berchtesgaden, há pouco tempo, com o regente almirante Horthy e da qual, em tempo, informei Vossa Excelência detalhadamente.

9. Deve ainda ser notado que o barão von Neurath, que esteve presente ao congresso do partido em Nuremberg, aproveitou a sua permanência na Alemanha do sul para fazer uma visita ao senhor Goemboes,

ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, que então fazia uma cura<sup>19</sup>, em um sanatório perto de Munique.

10. Pode, assim, ser assegurado que as negociações para um mais forte entendimento germano-húngaro foram preparadas cuidadosamente desde bastante tempo. O *führer*, escolhendo o momento atual para delegar seu ministro dos Negócios Estrangeiros em uma missão de tamanha importância na Hungria, julgou certamente de grande urgência tornar o governo de Budapeste conhecedor, mais uma vez, das suas ideias, sendo aquele país o que ele tinha escolhido para ser advogado do III Reich, durante o mencionado Congresso de Viena.

11. As notícias oficiosas que circulam sobre os resultados da Missão Neurath a Budapeste parecem justificar o sentimento otimista que reina nos círculos diplomáticos deste país, tudo indicando que existe uma perfeita identidade de vista sobre a futura direção da política internacional germano-húngara, o que virá fortalecer a situação da Alemanha em face dos seus hoje melhores amigos, a Itália e a Polônia, com conseqüente apoio da Áustria.

Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO · 12 O UT. 1936 · AH I 04/03/06

[Índice:] A Alemanha e a nova situação do mercado monetário.

N. 311 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de outubro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício número 286, de 30 de setembro último, devo informar que o assunto da desvalorização das moedas

19 Kur = cura. Habitualmente, período de descanso em estação de águas, ou “cura termal”.

continua a ter aqui uma grande repercussão e nenhuma outra nação acolheu a notícia da desvalorização monetária dos três países do bloco ouro com um interesse mais apaixonado do que o Reich.

2. A recente desvalorização da lira italiana, em seguida ao critério adotado por diversos países, produziu aqui uma viva impressão nos meios econômicos e financeiros, os quais acompanham a evolução da situação monetária da Itália com um interesse tanto maior quanto se trata de um país que mantinha, como o III Reich, uma rigorosa regulamentação sobre o movimento dos câmbios e moedas estrangeiras.

3. Deve ser ainda notado que as duas mais recentes desvalorizações, a da lira e da coroa tchecoslovaca, podem agravar a presente situação, como consequência do efeito produzido sobre o mercado monetário alemão, produzindo perturbações no comércio exterior deste país.

4. Nenhuma nação mais do que a Alemanha se esforça por intensificar – até o máximo das suas possibilidades – a sua exportação. O Reich é, por conseguinte, extremamente sensível a qualquer mudança, de natureza a influenciar [...] a situação monetária internacional. O efeito imediato que se deduz, em geral, da desvalorização das moedas francesa, suíça, holandesa, italiana e tcheca é que representa logicamente uma maior dificuldade de vender produtos alemães nesses países e uma mais séria concorrência a vencer em relação aos mesmos nos mercados exteriores.

5. Uma dúvida paira em todos os meios interessados: a Alemanha adotará também, por sua vez, em uma data mais ou menos afastada, o processo de desvalorização de sua moeda? Acredito que será bem difícil responder de imediato e mesmo depois das declarações tranquilizadoras do ministro Schacht, mas, sem pôr em dúvida a boa-fé e a sinceridade desse eminente financeiro [sic], creio que isso só poderá suceder quando a situação monetária internacional ficar mais tranquila e, principalmente, quando for conhecido o rumo exato da política financeira e cambial dos Estados Unidos, depois das eleições do futuro presidente da República daquele país.

6. O *Berliner Tagblatt*, há dias, publicou um interessante artigo no qual se lê, entre outras cousas, que se apenas algumas horas antes de ser executada a sentença de amputação do valor monetário os governos ainda asseguravam que um semelhante procedimento não seria adotado, existia certamente uma necessidade tática, pois tais medidas não podem ser adotadas e publicadas senão de surpresa para o público em geral. Os que as anunciassem com antecedência fariam correr ao seu

país graves prejuízos e poderiam mesmo fazer com que não pudessem chegar a ser adotadas. Essa justificação alemã precedeu em alguns dias o discurso do dr. Schacht e não tinham em vista senão as desvalorizações operadas em setembro de 1936, mas não deixam por isso de ter um valor de ordem geral e permanente como orientação do que é realmente o ponto de vista deste governo.

7. Existe ainda, a meu ver, outra razão além das indicadas pelo ministro Schacht: uma razão de ordem psicológica, que induz a crer ser improvável em futuro muito próximo ser operada a desvalorização da moeda alemã. É, contudo, bem perigoso se aventurar no terreno de tais previsões, pois já muitos competentes e autorizados técnicos se enganaram completamente, acreditando ter podido apreciar devidamente a lógica fugidia da mentalidade de tal ou qual povo.

8. Todos os que conhecem os alemães sabem que nenhuma experiência coletiva – nem a guerra, nem a derrota, nem a revolução, nem a contrarrevolução nazista – jamais deixou no povo alemão, na sua mentalidade, uma marca tão profunda e dolorosa do que a tragédia da inflação. Hoje ainda, a moderna geração, que não conheceu a guerra e a inflação senão indiretamente em todas as suas consequências, justifica muitas vezes certas atitudes em nome dessa terrível experiência nunca esquecida: a inflação.

9. A inflação é também um dos grandes crimes de que o nazismo acusa – com, ou sem razão – a República de Weimar. É bastante tocar na questão monetária para logo todos verem surgir o espectro da inflação, que todos conheceram e de que sofreram durante a época da ocupação da Ruhr. Uma profunda alteração monetária seria suscetível de atingir perigosamente o prestígio do III Reich que, no entanto, [se] beneficia – como Vossa Excelência sabe – de uma liberdade de ação sem limites.

10. As razões de ordem técnica mencionadas pelo dr. Schacht e confirmadas pelo próprio *fiihrer* – nas suas recentes declarações feitas no dia da colheita<sup>20</sup>, em Bueckeberg – e que condicionam o quadro bem conhecido do “novo plano”, aplicado desde dois anos à economia germânica, não possuem na minha franca opinião senão uma base bem frágil em face dessa profunda, fundamental razão de ordem psicológica e, por conseguinte, política, que acabo de indicar.

11. Devo acrescentar que a desvalorização francesa é geralmente aqui julgada como um efeito direto do mau regime político anterior e,

<sup>20</sup> Festivais folclóricos, organizados nessa década e a que Hitler costumava comparecer.



assim, seria talvez difícil – consequentemente – admitir uma idêntica experiência na Alemanha.

12. No que diz respeito à Suíça e à Holanda, esses países, os seus governos, foram por assim dizer obrigados a adotar o novo estado de cousas, em vista do que ocorreu na França em relação ao franco.

13. A Alemanha não poderá certamente impor presentemente ao seu povo, embriagado da política nazista, qualquer medida de tamanha importância que pudesse ser interpretada como sendo imposta pela iniciativa do governo social comunista do gabinete Blum, muito influenciado pelos elementos da III Internacional.

14. Isso permite precisar que uma eventual reforma do sistema monetário alemão só será possível e admissível no dia em que o governo de Berlim possa assim agir como uma iniciativa de caráter absolutamente livre, concebida e realizada por um ato de vontade soberana do Estado nazista e do seu *führer*. Nessas condições, as razões políticas – questão de prestígio etc. – seriam outras e o povo alemão poderia aceitá-las, mesmo como uma vitória, o que hoje seria para ele um ato decorrente de uma pressão humilhante.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 OUT. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A próxima viagem do conde Ciano a Berlim.

N. 312 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de outubro de 1936.

Senhor Ministro,

Os jornais de Roma, como os de Berlim, acentuam a importância da vinda do conde Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, a Berlim, que deve ser realizada nos últimos dias do mês corrente.

2. Conforme já tive ensejo de referir a Vossa Excelência em ofícios anteriores, essa viagem já esteve para se realizar quando aqui veio em visita a condessa Ciano, filha do *duce* Mussolini, há cerca de três meses, mas a nomeação então do conde Ciano para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros obrigou a ser adiada a sua vinda a este país.
3. De qualquer forma, o projeto não é recente e não parece ter relação com a desvalorização da lira, isto é, com a situação econômica e financeira germano-italiana.
4. Nesse terreno, é sabido que tanto a Alemanha como a Itália já têm a sua política econômica e monetária bem definida e, se o ministro Ciano vem a Berlim, é – evidentemente – por outros motivos.
5. Poderia recordar a recente atitude da Liga das Nações em relação à delegação da Etiópia, mas, também nesse ponto, a Itália já tem a segurança de que a questão da Abissínia não é mais de natureza a lhe causar sérias dificuldades.
6. Assim, se o conde Ciano realiza sua viagem a Berlim é provavelmente porque uma série de questões delicadas devem ser, assim, mais facilmente resolvidas.
7. Em primeiro lugar, temos a questão austríaca. É sabido que o acordo austro-alemão de 11 de julho último não teve em Roma e Berlim a mesma interpretação. De outro lado, a fidelidade dualista da Áustria ao acordo referido e aos Protocolos de Roma a tem colocado muitas vezes em uma situação delicada. As forças favoráveis e opostas da Áustria continuam a agir. A sensibilidade, no que diz respeito à manutenção da soberania da República Austríaca, se mantém muito viva. Roma está alerta e suas desconfianças em relação ao acordo austro-alemão não se dissiparam.
8. De outra parte, há a Conferência de Viena entre os três signatários dos Protocolos de Roma, que se reunirá proximamente, como tive ocasião de informar. É quase certo que esse acontecimento marcará uma aproximação com os países da Pequena Entente, principalmente com a Tchecoslováquia. A política italiana visa a efetivamente ligar, entre eles, todos os elementos da bacia danubiana pelo alargamento dos Protocolos de Roma. Nesse sentido, tratam de impedir a Alemanha de reconstruir uma Mitteleuropa e, assim, retomar a sua posição antes da guerra naquela região.
9. Finalmente, o problema da conferência locarniana pode ser assunto em Berlim de interessantes trocas de vistas ítalo-alemãs. A Itália pediu, de acordo com a Alemanha, uma preparação diplomática con-

veniente e integral de um novo Locarno. Ambas essas potências se pronunciaram em favor de uma cooperação entre as cinco potências locarnianas para uma reforma da Sociedade das Nações e pela volta da Alemanha a Genebra. É, pois, verossímil que aqui o conde Ciano possa, melhor e pessoalmente, continuar a agir em vista de evitar que os tratados fiquem prejudicados para melhor assegurar a paz.

10. Em resumo, a viagem do ministro Ciano à Alemanha tem todas as probabilidades de ser uma viagem que visará – no decurso das conferências que vai ter com o *führer* e seus ministros – a fazer desaparecer certas divergências e oposições, e realizar, enfim, uma entente que, de fato, ainda não foi selada.

11. Realmente, as relações entre a Itália e a Alemanha, conquanto cordiais, não são por vezes muito claras. Por múltiplos motivos, surgem em Roma e Berlim questões de competições e de diplomacia. É assim que o *führer* sempre se manifesta contra qualquer dependência do nacional-socialismo em relação ao fascismo e o *duce* contra qualquer ligação do fascismo com o nacional-socialismo. Não devemos esquecer que a ideologia nazista é negadora do espírito romano.

12. A viagem do ministro Ciano neste momento deve estar inspirada por novas concepções, ignoradas até agora. Não pode, senão, ser considerada como de extrema importância e isso tanto mais quanto a Questão Mediterrânea – como foi colocada perante a Inglaterra, a criação do Império Italiano da África Oriental – não foi ainda definitivamente resolvida. Uma resposta italiana já foi dada à política do rearmamento britânico, com a concessão de uma base aérea ao Reich nas ilhas do Dodecaneso. Isso significa que a Itália, enquanto espera maiores esclarecimentos, toma desde logo suas precauções de defesa.

13. De toda forma, devemos considerar que jamais a Itália participará de qualquer ação tendente a excluir a Alemanha da política dominante na Europa. O princípio animador da política de Mussolini se mantém baseado na hierarquia das grandes potências e a tendência geral permanece imutável.

14. A Itália se pronunciou contra o restabelecimento dos blocos políticos, pela não intervenção nos assuntos espanhóis, mas não se afastará de sempre buscar um entendimento com a Alemanha, de cujo apoio não pode prescindir para o desenvolvimento de sua política continental e melhor trabalhar para garantir eficazmente o complicado sistema da paz europeia.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 OUT. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A política soviética sobre intervenção na Espanha.

N. 316 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 13 de outubro de 1936.

Senhor Ministro,

Os acontecimentos na Espanha continuam a ocupar o primeiro lugar nas preocupações dos círculos internacionais. Eles apaixonam a opinião pública, não somente pelos aspectos trágicos de toda a guerra civil, mormente a presente, conduzida em forma tão violenta e sanguinária, onde tanto heroísmo é dispensado para salvação dos mais sagrados princípios da civilização contra os crimes e a barbárie dos rubros da III Internacional de Moscou, mas também porque, a cada momento, pode acarretar graves complicações na evolução da situação geral da Europa.

2. A iniciativa russa, em Londres, junto ao comitê de coordenação que tem o encargo de velar pela aplicação leal das medidas adotadas, em vista do acordo geral de não intervenção nos negócios da Espanha, provocou uma grande sensação em todos os meios internacionais.

3. Não devo esconder a Vossa Excelência que, realmente, essa iniciativa pode ter graves consequências e que poderá perturbar profundamente o plano de reconstrução da paz europeia.

4. O verdadeiro objetivo da comunicação de Moscou parece ser o de criar imediatamente um grande movimento de opinião nos países democráticos, em favor de uma urgente assistência ao governo comunista de Madri, cuja situação, segundo as últimas notícias publicadas, parece ser extremamente crítica.

5. Parece que assim seja, efetivamente, pois o gabinete de Moscou não hesitou – para precipitar os acontecimentos e desencadear sua ofensiva com um máximo de efeito sobre a opinião internacional – de trazer diretamente a questão a público, fazendo publicar o texto de seu protesto contra a Alemanha, Itália e Portugal, antes que a sua nota tivesse mesmo sido recebida pelo comitê de Londres.
6. A opinião alemã condena severamente tal procedimento do governo de Moscou e os principais jornais declaram que a nota soviética é a prova de que os negócios marxistas vão mal na península. Os planos bolchevistas fracassaram e já vemos o sinal do desastre mais completo.
7. Acrescentam os jornais de Berlim que a nota mencionada faz cair o disfarce pouco decente que busca proteger o governo soviético pela III Internacional. O Comintern, assim, não logrou os seus fins, pois o próprio governo russo teve que descobrir suas baterias.
8. Em geral, aqui consideram também que a nota soviética mostra qual a concepção dos soviéticos de Moscou sobre a paz coletiva e, assim, julga[m] que o protesto do governo russo abra os olhos aos demais povos sobre os perigos da ação revolucionária daquele país.
9. A *Correspondência Diplomática e Política*, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, diz que

é surpreendente e pouco sincero que seja precisamente a União Soviética que se apresenta como acusadora e ataque outros países pelas faltas graves que ela própria pratica em larga escala desde o início da Guerra Espanhola direta e indiretamente e em proporções que ultrapassam todas as possibilidades de verificação. A intervenção ativa de Moscou nos negócios espanhóis não teve a menor interrupção antes e depois da assinatura do acordo de neutralidade. Os motivos da nova ofensiva soviética são explicáveis pela decepção de ver que, apesar de todo o auxílio moscovita, a situação militar da Frente Popular não progride. Acreditam poder salvar o capital investido pelo Comintern na Espanha jogando na balança o peso da União Soviética como um fator de força ameaçadora. Os dirigentes de Moscou querem conservar por todos os meios a posição conquistada na política interna espanhola pelo Comintern e utilizá-la como uma base de operações futuras visando imediatamente a Portugal, às colônias francesas da África e, em tempo, as repúblicas ibero-americanas.

10. A nota soviética suscita uma viva irritação em todos os meios.

11. Parece que Moscou busca complicações na Europa, e os graves problemas decorrentes da Guerra Civil Espanhola constituem uma fermentação perigosa. Os seus efeitos, graves para a paz continental, devem ser combatidos com energia. Seria, a meu ver, de graves consequências se as atividades criminosas de Moscou fossem tomadas em consideração por países de responsabilidade.

12. O governo de Moscou, se conseguir pôr em prática as suas ousadas ameaças, poderá resultar uma situação extremamente grave, que dificilmente poderá ser resolvida – no que diz respeito à Alemanha, Itália e Portugal – pelas vias diplomáticas habituais.

13. Acredito que os espíritos ponderados dos responsáveis, principalmente na Inglaterra, não permitirão aos soviéticos e à III Internacional [...] lançar a Europa nos abismos.

14. As grandes potências ainda conservam a possibilidade de cortar a mecha inflamada da bomba com a qual Moscou deseja explodir toda a Europa.

15. Não deixarão de acompanhar a atitude do embaixador da Itália em Londres, condenando severamente a ação russa pela razão que ela é, sem dúvida, uma provocação e uma afronta aos povos civilizados. O espírito de destruição e de anarquia constitui uma parte tão íntima do credo comunista, que as suspeitas logo se manifestarão, se o governo soviético tente [sic] acentuar a sua ação, tendente a generalizar o atual conflito hispano-soviético.

16. A Alemanha, pela sua parte, não se alarmou com o gesto soviético, mas já fez saber, pelo seu embaixador em Londres, que está pronta a responder como convém, se o governo de Moscou sair – das ridículas tentativas de amedrontar o mundo – para agir, de modo a ameaçar a paz que tanto interessa ao governo do Reich manter, para o engrandecimento e prosperidade do seu povo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] A situação na Espanha.

N. 341 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 10 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

Devido aos recentes acontecimentos ocorridos na Espanha, decorrentes dos êxitos obtidos pelos nacionalistas, o governo de Moscou parece decidido a agir cada vez mais – em defesa dos comunistas detentores do poder naquele país – em forma mais enérgica; como, aliás, já se evidencia pelas notícias divulgadas de uma participação ostensiva nas operações militares que ali estão desenvolvendo e que constitui uma verdadeira luta hispânico-soviética.

2. O Comitê Executivo da Internacional Comunista de Moscou acaba de ser reorganizado e, presentemente, está composto dos seguintes membros: Dimitrov, Ercoli, Pieck, Kuusinen, Gottwalt, Moskvine, Florine, Van Min, Guyot, Kolarov, Okano, Bronkovski, Konsin, Losovski, Tuominen e de diversos suplentes, entre eles Bela Kuhn, para os assuntos ibéricos e sul-americanos, secretariado por Galán para os países de língua espanhola e Marques para o de idioma português.

3. A ação de Moscou parece que vai continuar a ser intensa e, de qualquer forma, uma situação absolutamente nova vai ser desenhada desde já, uma vez que a sorte de Madri está a ponto de ser decidida.

4. Essa situação será certamente bastante incerta e grave, devido às repercussões que poderá ter no terreno internacional.

5. Teremos de fato dois governos na Espanha, sendo um estabelecido na capital do país e cuja autoridade já está sendo exercida sobre mais de duas terças partes do território espanhol e outro que, apesar de suas frequentes transformações, continuaria a representar o que pretende ser a vontade nacional, decorrente das eleições de fevereiro e que, instalado em Valência ou em Barcelona, não governará mais, na realidade, senão sobre uma parte reduzida do país.

6. Sejam quais forem as sutilezas das fórmulas jurídicas e diplomáticas, teremos de fato uma situação extremamente delicada para o exercício das relações internacionais e a prática sincera da política de não intervenção tão mal praticada até agora, mas que deve ser mantida, sob

pena de vermos a crise espanhola degenerar em uma crise europeia, com ameaça direta para a paz.

7. Acredito que os governos de Berlim e de Roma, como já foi dito em outro ofício, tenham o propósito de reconhecer o governo do general Franco logo que ocupe de fato Madri; e é bastante significativo que o encarregado de negócios espanhol do governo vermelho, nesta capital, tenha ontem imprevistamente entregue as chaves da embaixada ao chofer do antigo embaixador que, em tempo, resignou suas funções.

8. O referido embaixador ocupou oficialmente, de novo, a sede da embaixada – fazendo içar a bandeira do governo dos nacionalistas – e este fato foi hoje divulgado pela imprensa, o que não teria sido feito se não estivesse concorde com o ponto de vista do governo alemão, atendendo a que a imprensa aqui nada publica sem ter a devida autorização deste governo.

9. Nessas condições, considero ser iminente o reconhecimento dos nacionalistas espanhóis como governo de fato pelo governo do Reich e, logo que saiba algo de positivo, informarei pelo telégrafo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO 16 N OV. 1936 AH I 04/03/06

[Índice:] O III Reich denuncia um novo capítulo do Tratado de Versalhes.

N. 353 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu telegrama número 201, devo informar que a tensão das relações entre Berlim e Moscou parece ter sido motivo principal da Alemanha ter, neste momento, decidido adotar medidas muito severas para melhor fiscalizar as passagens para o mar do Norte.



2. O pensamento profundo do Reich continua a ser o mesmo que inspira o governo nazista em todos os seus atos de política externa. Ele quer lutar com todas as suas forças contra o comunismo e Moscou.
3. Realizando uma nova etapa da política, que deve conduzir o Reich à plena igualdade de direitos e sua absoluta soberania, o *führer*, por decreto de ontem, denunciou publicamente as cláusulas relativas à navegação contidas no Tratado de Versalhes, na seção II da parte XII do pacto.
4. Um comunicado oficial, divulgado pela imprensa de Berlim, diz que o governo alemão foi obrigado a declarar que não reconhece mais – como obrigatório para a Alemanha – as cláusulas contidas no Tratado de Versalhes, referentes às vias navegáveis situadas em território alemão, assim como os atos internacionais baseados nessas estipulações. Em consequência, o mesmo governo resolveu denunciar, pela presente nota – cuja cópia será entregue, imediatamente, aos governos interessados – e com efeito imediato, conforme o artigo 3, parágrafo 2, da mesma convenção provisória, concluída em 4 de maio e que estabeleceu um *modus vivendi* para a navegação no Reno.
5. O governo alemão resolveu, igualmente, não mais assinar a convenção projetada para o Elba com o mesmo caráter. Nessa forma, cessou toda e qualquer colaboração da Alemanha nas comissões fluviais estabelecidas de acordo com o Tratado de Versalhes. Os poderes dos delegados alemães expiraram ontem mesmo e o governo de Berlim, na mesma ocasião, informa sobre o regulamento seguinte, que acaba de estabelecer:

A navegação nas vias fluviais situadas em território alemão fica aberta aos navios de todos os Estados em paz com o governo do Reich alemão. Não é feita nenhuma discriminação para o tratamento a ser aplicado aos navios alemães e estrangeiros. Isso também prevalece para a questão das taxas de navegação.

O governo alemão admite assim a adoção da reciprocidade que lhe deve ser concedida nas vias fluviais dos demais países interessados. O governo alemão dará instruções às Autoridades fluviais alemãs de se porem em contato com as Autoridades fluviais dos outros países ribeirinhos para esclarecer os casos duvidosos, discutir questões de caráter e interesse comuns e, se preciso, concluir acordos sobre a matéria.

6. Retomando assim sua liberdade e denunciando o artigo 380 do

Tratado de Versalhes, que prevê a livre utilização do canal de Kiel, o governo do Reich retoma o controle do tráfego marítimo deste setor.

7. Já em 1921, quando a Polônia lutava contra as forças bolchevistas, o navio *Wimbledon*, que utilizava a passagem de Kiel para o transporte de armas e munições destinadas às forças do governo de Varsóvia, foi detido pela Alemanha. O assunto foi levado à corte de Haia, a qual condenou platonicamente a Alemanha.

8. Hoje, Berlim considera que os tempos mudaram e que deve ser prevista qualquer complicação internacional decorrente da política revolucionária, na Europa, da União Soviética. Parece, pois, como já disse, ser esse o motivo determinante das decisões de ontem, que foram também em grande parte causadas pelas notícias recebidas de Moscou de 11 novas prisões de cidadãos alemães, o que eleva a 19 o total dos alemães presos na Rússia nesta última semana.

9. Os jornais alemães protestam violentamente contra tais prisões, que julgam injustas e provocadoras, o que está indignando de tal forma os centros militares e políticos deste país, que já me foi dado ouvir de pessoas autorizadas do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros que o governo alemão está firmemente decidido a tomar medidas enérgicas para obter a liberação imediata dos referidos alemães. Parece que a Wilhelmstrasse, depois de uma reunião militar realizada sob a presidência do *fiihrer*, estaria decidida a romper as relações diplomáticas com Moscou, se não obtiver completas e imediatas satisfações.

10. Devo salientar que a imprensa em geral procura aparentar pouca importância ao ato do governo que denunciou os compromissos de Versalhes acima citados, enquanto ressalta a gravidade das prisões efetuadas em Moscou.

11. Quanto à repercussão de tais medidas, parece ter sido mínima na Inglaterra, onde acreditam que os interesses britânicos não serão diretamente afetados. Na França, a reação foi maior e ali julgam severamente a atitude do governo de Berlim, repudiando unilateralmente uma parte do Tratado de Versalhes, o que representa uma falta de respeito sistemática ao que consideram o mais importante dos atos internacionais dos últimos tempos. Parece fora de dúvida que a Itália nada dirá sobre o assunto, limitando-se a tomar conhecimento da decisão do governo de Berlim.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Primeira Conferência Internacional Secreta Anticomunista.

N. 359 / SECRETO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

Conforme participou esta embaixada a Vossa Excelência, em telegrama n. 189, de 3 do corrente, o secretário Glauco Ferreira de Souza foi designado para, na qualidade de observador, assistir à 1ª Conferência Internacional Secreta Anticomunista, realizada em Feldafing, de 4 a 10 deste mês.

2. Dando desempenho a essa incumbência, acompanhou ele todas as discussões travadas naquela reunião, que se revestiu da maior importância, tanto pela natureza de seus trabalhos como pelas diretrizes assentadas para combater a ação comunista mundial.

3. De tudo que ali se passou dá conta detalhada o senhor Glauco Ferreira de Souza no relatório que tenho a honra de remeter, incluso<sup>21</sup>, a Vossa Excelência e para o qual peço a sua especial atenção.

4. Dada a importância do debate e das resoluções ali tomadas, seria de toda a oportunidade que essa Secretaria de Estado remetesse cópias do referido relatório aos Ministérios da Justiça, da Guerra, Marinha, polícia do Distrito Federal, bem como ao Conselho da Defesa Nacional, chamando, todavia, a atenção dos mesmos para o caráter rigorosamente secreto das deliberações tomadas na conferência de Feldafing.

5. Resta-me louvar o zelo com que o senhor Glauco Ferreira de Souza deu desempenho à missão de que foi encarregado, e reiterar o pedido já feito por esta embaixada, no citado telegrama n. 189, de ser o mesmo indenizado das despesas que teve de fazer com a longa viagem

21 Não transcrito.

a Munique e durante a estada em Feldafing, para o que bastariam £ 15-0-0.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 2*]

Relação dos delegados presentes na  
Primeira Conferência Internacional Secreta Anticomunista

Alemanha –	dr. Adolf Ehrt, diretor do Anticomintern; dr. Petmecky, dr. Kommoss, dr. Bockhoff, do Anticomintern; dr. Hoecke, Comissão alemã Pro-Deo.
Argentina –	adido Zamorain, representante da embaixada argentina, Berlim.
Áustria –	coronel barão von Prohaska, da Liga Áustria contra o Comunismo; Karl von Winckle, id. id.
Bolívia –	secretário de legação Nielsen-Reyes, representante da legação da Bolívia, Berlim.
Brasil –	secretário de legação G. F. de Souza, representante da embaixada em Berlim.
Bulgária –	coronel Mussewitsch-Borikoff, Comitê Nacional Anticomunista da Bulgária.
Cidade Livre de Dantzig –	assessor Abermeth, da União Anticomunista de Dantzig.
Espanha –	senhor de Armas y Gourié, representante do governo nacionalista.
EUA –	senhor Chandler, escritor.
Holanda –	dr. van Gybland-Oosterhoff, organização anticomunista “National Herstel”.

Hungria –	ministro Csillery, Liga Húngara contra o Bolchevismo; professor Franz Molner; e senhor Szigety.
Itália –	deputado barão Basile, representante do ministro Alfieri.
Iugoslávia –	dr. Drago de Zudenigo, do Ministério do Interior, Belgrado.
Japão –	dr. Nonoyama, dr. Kobayashi, do Ministério do Interior.
Noruega –	senhor Meidell, representante da Liga Anticomunista da Noruega; professor doutor Aall, Oslo.
Polônia –	reverendo Kwiatkowski, vice-presidente do Instituto de Pesquisas Científicas sobre o Comunismo, Varsóvia; senhor Gruzewski, id. id.; conselheiro ministerial Szymborski, representante do Ministério do Interior.
Portugal –	cônsul de Campos, representante do presidente do Conselho de Ministros, dr. Oliveira Salazar.
Suécia –	capitão von Bahr.
Suíça –	senhor Jacques Le Fort, representante da Entente contre la III Internationale, de Genebra, e [da] Comissão Pro-Deo; senhor Lodygensky sênior, Lodygensky Júnior; senhor René Hentsch, da Entente Internationale.



OFÍCIO • 23 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] O comunismo na Espanha.

N. 364 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

Conforme tive ensejo de me referir nos telegramas números 204 e 205, respectivamente de 19 e 20 do corrente, os governos alemão e italiano, sem esperar a tomada definitiva de Madri pelas tropas nacionalistas, resolveram desde já reconhecer o governo do general Franco como o único verdadeiro na Espanha.

2. O general Faupel, que até agora exercia as funções de presidente do Instituto Ibero-Americano, foi designado para desempenhar as funções de encarregado de negócios da Alemanha, tendo partido imediatamente por via aérea para Burgos a fim de logo estabelecer as ligações diplomáticas e políticas com o governo nacionalista espanhol. Essa nomeação se reveste de particular importância, considerando que o general Faupel é um grande especialista em guerras civis, tendo sido o dominador dos movimentos comunistas e spartakistas deste país em Munique, Dresden e Hamburgo; foi o conselheiro do general Uriburu, por ocasião da revolução argentina de 1929 e, na China, também comandou contra elementos comunistas.

3. O governo do Reich já chamou o seu representante acreditado junto ao governo comunista espanhol e que se achava em Alicante.

4. A pressa de tal decisão se explica principalmente por certas eventualidades que se podem prever do lado de Barcelona, como se deduz da recente declaração do general Franco e da qual se pode compreender a intenção dos nacionalistas de fazer o bloqueio daquele porto.

5. De outra parte, deve ser considerado que é sabido aqui que a Catalunha – conforme um acordo estabelecido entre a federação anarquista e a generalidade catalã – estaria disposta a proclamar a sua independência, formando definitivamente um Estado soviético.

6. De qualquer forma, o gesto de Berlim e Roma coloca, praticamente, em discussão certas questões de grande importância e cuja solução não pode ser adiada.

7. A Itália e a Alemanha, tendo agido de forma idêntica, prova praticamente a perfeita entente germano-italiana presentemente existente e como já tenho referido em ofícios anteriores.

8. No que diz respeito ao Reich, essa decisão foi tomada improvavelmente depois de uma reunião secreta na noite de 17 para 18 do corrente e na qual o marechal von Blomberg fez ver ao *führer* a urgência da Alemanha e Itália permitirem ao general Franco, por um reconhecimento imediato do governo nacionalista, tomar medidas urgentes defensivas contra os auxílios de armamentos, munições e até de tropa que os comunistas franceses e russos estão dando aos seus correligio-

nários espanhóis, com violação flagrante do acordo de não intervenção decorrente do acordo de Londres.

9. Podemos, assim, imparcialmente dizer que – presentemente – neste continente estão sucedendo fatos que, sob aspectos diversos, traduzem uma mesma decisão formal das grandes potências, principalmente da Alemanha e Itália: impedir Moscou de incendiar e ensanguentar a Europa pelos seus crimes na Espanha e, particularmente, na Catalunha.

10. Até a própria Inglaterra, por recentes declarações do ministro Eden, já deu um sério aviso aos soviets prevenindo que o governo britânico não admitirá que a paz do mundo possa ser ameaçada por iniciativas criminosas dos bolcheviques.

11. Na Itália reina o mesmo sentimento, que se traduz pelas declarações de hoje do *Giornale de Italia*, órgão officioso do governo fascista, e que assim se exprime:

Deve ser dito claramente que a Itália não pensa permitir que se estabeleça no Mediterrâneo, em território espanhol, um novo centro de revolução vermelha, uma nova base de operações políticas e militares para o comunismo no mundo. Se algumas grandes potências acreditaram em Montreux poder abrir as portas do Mediterrâneo aos navios de guerra e mercantes soviéticos carregados de armas e explosivos ao serviço da revolução mundial, a Itália, país mediterrâneo, e outras nações da Europa estão decididas a manter boa guarda e impedir que um erro grave possa ser transformado no começo da destruição irreparável da paz. A defesa anticomunista da Itália e da Alemanha na Europa, como do Japão na Ásia, não será somente passiva, mas tomará quando for necessário a forma de uma reação que a iniciativa agressiva do Governo moscovita e de seus comitês comunistas imporá.

12. Nessa forma a luta contra Moscou e suas criminosas atividades vai sendo prática e eficazmente organizada.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] O acordo anticomunista germano-japonês.

N. 365 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

O acordo anticomunista teuto-japonês, recentemente divulgado, decorre do próprio perigo bolchevique, incentivando a formação de uma frente única contra a propaganda e a ação da III Internacional.

2. Os serviços competentes do Reich, segundo informações seguras, teriam intenção de se manifestar no mais curto prazo sobre o acordo anticomunista germano-nipônico e ao qual aderirá a Itália eventualmente.

3. A *Correspondência Política e Diplomática*, folha oficiosa da Wilhelmstrasse, publicou ontem um comentário muito significativo a esse propósito.

4. Atacando uma vez mais o papel nefasto que desempenha a União Soviética na política internacional, o órgão da Wilhelmstrasse fala mais particularmente de uma ofensiva decidida durante o último congresso do Comintern russo e que visaria especialmente à Alemanha, à Itália e ao Japão.

5. O exemplo da Espanha, acrescenta a *Correspondência*, mostrou ao mundo que as instruções dadas no congresso do Comintern de Moscou não demoram em ser executadas.

6. Em face dessa evolução, prossegue o mesmo órgão, não é senão muito compreensível que os Estados defensores da civilização e conscientes de sua responsabilidade reconheçam como devem agir para organizar eficientemente a defesa contra o perigo comunista e contra as extensões agressivas do mesmo. Isso significa, em medida primordial, para os Estados que souberam extirpar no seu próprio território o veneno bolchevique, que contra eles se volta antes de tudo o ódio dos criminosos que obedecem ao mando de Stalin e de seus companheiros de crimes.

7. As notícias procedentes de Roma confirmam a aceitação por par-



te da Itália de um tal acordo que, estabelecido entre Berlim e Tóquio, faz parte de um princípio necessário de defesa coletiva tanto na Europa como na Ásia e, futuramente, na América, com adesão de países daquele continente que não tardarão a também compreender o perigo que os ameaça, alguns mesmo por experiência própria, pela ação que ali desenvolveram os emissários da política rubra de Moscou.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A defesa pelo submarino na Alemanha.

N. 366 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

A decisão da Alemanha de se libertar das cláusulas restritivas do Tratado de Versalhes, proibitivas de construir submarinos, acaba de determinar uma recrudescência nas construções dessa arma, chamando atenção dos demais países sobre o valor que isso representa em caso de guerra.

2. É sabido que a Inglaterra tinha obtido dos negociadores do Tratado de Versalhes essa proibição para a Alemanha de construir submarinos com a esperança que outras potências, principalmente os Estados Unidos, França e Itália, adotassem ulteriormente esse critério do Almirantado britânico, que pretendia condenar definitivamente essa traiçoeira arma.

3. Esse desejo, como é conhecido, foi de encontro a questões de fato que tornavam inoperante a proposta de supressão do submersível. Foi observado, de outro lado, que esse seria o método – para as nações marítimas de segunda ordem – de poder se defender contra o poder

ultrapotente dos *capital ships* e, também, que o submarino não deve ser condenado senão pelo mau emprego que pode ser feito em tempo de guerra e que a sua ação destruidora não é superior à do hidroavião, cuja eliminação não é prevista.

4. Assim, todas as potências, com exceção da Alemanha, tinham construído uma frota submarina, sendo fixada uma cota mínima para este país pelo Tratado de Londres, enquanto os Estados Unidos, Japão, França e Itália ficavam livres de construir qualquer tonelagem.

5. A resolução tomada pela Alemanha de ativar a construção de trinta submarinos teve uma imediata repercussão no Japão, que se dispõe a adotar idêntica medida.

6. A Grã-Bretanha tendo anunciado que tenciona aplicar a cláusula de proteção do Tratado de Londres mantendo em serviço 40.000 toneladas de *destroyers* que devia destruir antes de 31 de dezembro próximo, o Japão respondeu que o governo de Tóquio entendia, por sua parte, conservar não somente aquele tipo de unidades, mas também os seus submarinos. Essa notícia produziu viva impressão em Londres e Washington, devido às seguintes razões:

7. Quando o Tratado de Londres impunha ao Japão uma proporção de três por cinco para todos os navios de superfície, concedia, entretanto, a paridade no que se refere aos submarinos. Assim é que o Japão apresenta uma superioridade sobre todos os demais signatários daquele tratado. Possui presentemente 67 unidades, com obrigação de destruir 20, mas desejando conservar 16.000 toneladas. Isso fará com que fique possuidor de 59 submersíveis para uma tonelagem ultrapassando as 16.000 toneladas limitadas pelo Tratado de Londres.

8. A frota britânica em 1º de janeiro do corrente ano contava apenas 37 unidades eficientes, somando 45.000 toneladas, e a esquadra norte-americana 41 unidades, representando 44.800 toneladas. O avanço da frota japonesa, que totalizava 48 unidades para 63.100 toneladas ficará confirmado e estabilizado se esse país aplicar a aludida cláusula de proteção.

9. É compreensível, nessas condições, a emoção da Inglaterra e dos Estados Unidos e o desenvolvimento da construção de submarinos por outras marinhas.

10. Em 1º de janeiro, existiam nos estaleiros das cinco principais marinhas de guerra, 54 submarinos, com 60.000 toneladas, dos quais 16 italianos, 14 norte-americanos e apenas 9 ingleses.

11. O Almirantado britânico, para atender a um tal feito, está traba-

lhando ativamente e, assim, no correr do ano de 1937, poderá construir cerca de 30 novos submarinos.

12. Quanto à Rússia, é apenas sabido que ali está sendo feito um enorme esforço para a criação de uma frota submarina eficiente, considerando que o governo de Moscou espera dessa esquadra, conjugada com a sua aviação naval, maiores possibilidades estratégicas, especialmente no Báltico e em Vladivostock.

13. A reconstrução quase geral das esquadras submarinas, tanto pelas grandes potências como pelas marinhas de menor importância, principalmente pelos países escandinavos, é um índice característico da política de rearmamento atual, que faz pairar um perigo grave, em caso de guerra, para as frotas mercantes mundiais.

14. O livro do almirante conde Jellicoe veio, muito a propósito, lembrar a iminência e a extensão de um tal perigo.

15. O almirante inglês faz referência, nesse trabalho, ao fato de que os alemães dispunham, em novembro de 1917, de cerca de 180 submarinos e, para combatê-los, a marinha de guerra inglesa teve que construir 277 contratorpedeiros, 30 avisos rápidos, 44 unidades ultravelozes de pequena tonelagem, 338 lanchas, 65 submarinos, 849 embarcações a motor de diversos tipos, 867 torpedeiros, 50 dirigíveis, 194 aviões e 77 navios-fantasmas. Foram obrigados a colocar mais de 10.000 minas, no decurso do segundo semestre de 1917, no mar do Norte, somente para destruir alguns submarinos.

16. Apesar de todos esses meios incríveis não conseguiram, naquela época, inutilizar ou afundar mais de 63 submarinos. Os 77 navios-fantasmas apenas suprimiram cinco submarinos, o resto tendo sido destruído pelos outros meios acima apontados.

17. Podemos disso concluir que a guerra antissubmarina obriga a empregar grandes meios de ação, munidos de um aparelhamento numeroso e dispendioso.

18. Assim, a aviação – que percorreu 90.000 milhas sobre os mares, em dezembro de 1917 – não logrou encontrar senão 11 submarinos, localizando-os para o ataque.

19. Deve ainda ser acrescentado que a referida campanha exigia a formação de comboios protetores dos navios mercantes e toda uma série de precauções que tornava o uso dos mares pela navegação extremamente precário.

20. Mesmo se nos basearmos pela experiência decorrente da Grande Guerra de 1914, é bastante difícil prognosticar o que sucederá no caso

de um novo conflito, que permitiria a várias centenas de submarinos de operar atacando os meios de comunicação do comando internacional.

21. Devemos ter em vista as novas construções de submarinos na Alemanha, que estão fazendo uma verdadeira revolução na técnica dos submersíveis.

22. Assim, já obtive com êxito construir submersíveis com um motor único para a propulsão na superfície ou em imersão. É uma característica sem exemplo na construção naval.

23. Durante longos anos, os engenheiros tentaram estabelecer esse motor único para as forças submarinas. O dos novos submersíveis alemães é acionado pelo hidrogênio e oxigênio. Apesar de ter sido experimentado com êxito há algum tempo, sua existência foi mantida em absoluto segredo até agora e graças, em parte, a essa notável invenção é permitido presentemente construir submarinos muito pequenos e de uma grande eficiência militar.

24. Até então, os submarinos eram providos de motores a diesel para a superfície e de motores elétricos para a imersão. Esses últimos se tornavam necessários porque o funcionamento dos motores a diesel absorvia todo o ar disponível. O grande inconveniente desse duplo sistema de propulsão é o peso relativamente grande das baterias elétricas, que atinge às vezes uma sexta parte da massa total submergida. Além disso, as baterias são perigosas por si mesmas, pois – se suceder que se deteriorem pela água do mar – resulta uma emanção tóxica de cloro.

25. Um número apreciável – trinta e dois – desses submarinos, presentemente, está sendo construído pelos estaleiros alemães e equipado com esse novo motor. Foi encontrada a forma de evitar o grande calor que produz o seu funcionamento.

26. Entre essas novas unidades, muitas não excedem 250 toneladas, todas desenvolvendo uma boa velocidade na superfície e dispendo de um raio de ação considerável. São munidos de três tubos lançatorpedos de 20 polegadas e de uma metralhadora.

27. A construção desses submarinos não excederá de onze meses. Seis grandes submarinos de 750 toneladas e seis intermediários, de 500 toneladas, já estão concluídos, sendo então ativada a construção dos restantes de 250 toneladas, todos munidos do motor único.

28. Apesar da tonelagem moderada no primeiro caso e reduzida no último, são todos navios capazes de afrontar sem risco o oceano e possuindo um grande poder ofensivo.

29. Os trinta e dois submarinos já referidos, alguns construídos e ou-

tros em construção, obedecem ao programa naval alemão 1934/1935, mas é certo que outras unidades além dessas já foram iniciadas [deverão] ser construídas durante o corrente ano.

30. Agora que a Alemanha dispõe de um tão grande número de submarinos médios e pequenos, vai iniciar a construção de outros de dimensões mais consideráveis, iguais – em tonelagem e em poder de combate – a qualquer navio de superfície.

31. Desde a organização da Marinha alemã – isto é, no começo do corrente ano – da esquadra submarina, a primeira flotilha se compõe de doze unidades e é oficialmente denominada *Weddigen*, em honra do oficial que torpedeou durante a guerra o *Aboukir*, o *Creddy* e o *Hogue*; a segunda flotilha compreende, também, submersíveis e foi constituída em 1º de setembro último. Esta flotilha recebeu o nome de *Saltzvedel*, em honra do oficial que pereceu no afundamento do submarino alemão U.B. 81 durante a guerra.

32. Segundo a opinião dos numerosos técnicos navais britânicos, o novo motor vai aumentar consideravelmente o poder dos submarinos utilizados para a defensiva ou ofensiva. Mas menores unidades, que servem principalmente na escola de preparo do pessoal e defesa costeira, as câmaras são cheias nos cais com oxigênio e hidrogênio sob pressão. O equipamento e os motores elétricos tendo sido suprimidos, resta um grande espaço e uma grande margem de peso para o abastecimento de gás, de forma que o navio possui assim um enorme campo de ação.

33. Antes de ser adotado esse sistema a submarinos maiores, será necessário instalar eletrolisadores de alta pressão. É uma nova invenção alemã graças à qual os gases são fabricados nos próprios navios, em alta pressão de cerca de 200 atmosferas, fazendo passar diretamente a corrente em água destilada.

34. Levam uma certa quantidade a bordo e o reabastecimento é feito pelo processo de destilação da água de mar pela osmose. Um submarino marchando pelo oxigênio-hidrogênio, principalmente se for equipado com o eletrolisador em alta pressão, é sob todos os pontos de vista superior aos equipados com o duplo sistema de motores a diesel e motores elétricos.

35. Entre as vantagens, devo salientar a redução do peso, a maior agilidade e suavidade do motor, um maior rendimento, uma grande reserva de poder em caso de perigo e a simplificação de funcionamento

devido ao fato que o mesmo motor pode ser utilizado tanto na superfície como em imersão.

36. Devido ao novo sistema, o ângulo de imersão do submarino não apresenta mais nenhuma importância, pois não existe mais o perigo de que as baterias elétricas quando apagadas expilam o cloro, enchendo assim o navio de gases asfixiantes.

37. Além disso, se um submarino for atingido de forma a ter que ficar submergido, não se torna mais necessário recorrer a reservas de ar comprimido. As reservas de hidrogênio podem explodir sem que sejam atingidas as de oxigênio, que permitem à equipagem respirar. O submarino desse modelo pode ficar submerso muito mais tempo do que um de tipo ordinário, pois absorventes químicos desembaraçam o ar do bióxido de carbono e não é necessário senão um pouco de oxigênio das reservas para fornecer o ar respirável necessário.

38. Durante a navegação o novo motor não dá lugar praticamente a escapamento, principalmente se houver um eletrolisador de alta pressão. Deve ser considerado que o vapor de combustão, único escapamento, se dissolve imediatamente no mar, não deixando vestígios, suscetíveis de observar, a esteira do submarino.

39. Sem dúvida essa invenção alemã aumentará consideravelmente o raio de ação já grande dos submarinos e permitirá a navios, mesmo de tonelagem moderada, suportar o mar durante longos períodos, pois ficarão livres da obrigação de abastecimentos de combustível. Velocidades maiores poderão igualmente ser obtidas sem aumento do peso da maquinaria propulsora.

40. Desde a última guerra os técnicos profetizam que a descoberta do motor único para os submarinos revolucionará a técnica.

41. Isso é precisamente o que acaba de ser obtido pela engenharia naval alemã.

42. Novos problemas, no entretanto, surgem relativamente à defesa contra os submarinos.

43. Há razões para acreditar que as autoridades navais britânicas, japonesas e americanas conhecem perfeitamente esse novo progresso e que lhe dedicam o merecido cuidado. Deve ser esperado agora o que vai ser criado como meio defensivo.

44. Essas informações, que me foram prestadas por pessoa autorizada e pertencente aos meios navais alemães, julgo interessarão aos nossos ministérios militares, principalmente da Marinha, e assim peço

a Vossa Excelência levar o que precede ao conhecimento desses departamentos, o que antecipadamente agradeço.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 NOV. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Acordo anticomunista teuto-japonês.

---

N. 371

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de novembro de 1936.

Senhor Ministro,

Confirmando meu telegrama n. 206, tenho a honra de enviar-lhe o incluso recorte do Nachtausgabe de hoje, contendo o texto do tratado assinado nesta data, entre a Alemanha e o Japão, contra o perigo comunista.

2. Como Vossa Excelência verá pelo artigo 2º, serão convidados a aderir ao presente tratado todos os demais países ameaçados pela propaganda revolucionária da III Internacional de Moscou.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] O acordo germano-japonês.

N. 379 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Conforme tive ensejo de informar [a] Vossa Excelência pelo meu telegrama n. 206 e pelos ofícios números 365 e 371, respectivamente de 23 e 25 de novembro findo, o acordo germano-japonês foi finalmente assinado entre os representantes do governo do Reich e do Japão com o caráter de uma convenção contra a Internacional Comunista.

2. Em tempo já me tinha ocupado deste assunto, conforme Vossa Excelência verificará do meu ofício n. 28, de 22 de janeiro do corrente ano.

3. O governo do Reich emprestou uma grande solenidade a esse ato diplomático, sendo o tratado assinado pelo embaixador do Reich em Londres, o senhor von Ribbentrop, como representante do *führer*, e pelo embaixador do Japão em Berlim, o visconde Mushakoji.

4. O documento tinha sido comunicado anteriormente aos governos inglês, francês, polonês e turco.

5. Do texto do acordo se depreende o estabelecimento de uma mútua defesa contra as atividades revolucionárias da III Internacional e consultas sobre medidas a serem adotadas para evitar a “decomposição e a destruição pela violência dos Estados organizados” e impedir a interferência do Comintern nos assuntos internos de outros países.

6. O tratado, como tive o ensejo de referir, ficou aberto à adesão de todos os Estados cuja paz interna esteja ameaçada pela propaganda comunista.

7. Deve ser notado que é diretamente contra a Internacional Comunista e não propriamente contra a União Soviética que se refere o acordo germano-japonês.

8. As reações determinadas no mundo e, particularmente, na Europa pela publicação desse ato que considero de extrema importância são diversas, mas bem acentuadas.

9. A reserva manifestada por alguns governos provém da ignorância em que ainda estão das cláusulas de um acordo secreto, provavelmente verbal, celebrado concomitantemente entre Berlim e Tóquio e que deve acompanhar o pacto concluído contra a III Internacional. A exis-



tência de qualquer protocolo desse gênero foi desmentida pelo Japão, mas essa afirmação não basta para acalmar certas apreensões.

10. De uma forma geral, acreditam os meios autorizados que o acordo comporta na realidade tais cláusulas militares secretas, equivalentes a uma aliança entre os estados maiores de Berlim e de Tóquio e dirigidos contra os atos da União Soviética, se agisse em defesa da III Internacional. Também há quem assevere ter sido combinado entre os dois governos que o Reich renuncia a qualquer reivindicação sobre as ilhas do Pacífico que estavam sob seu domínio antes da guerra de 1914 e que hoje o Japão ocupa como mandatário. Haveria ainda uma divisão de influência econômica alemã e japonesa nas Índias Holandesas.

11. O tratado germano-japonês, na sua verdadeira letra, não é contrário a nenhum dos pactos existentes. Não afeta absolutamente as convenções da liga de Genebra e, assim, aqui não compreendem certas inquietações manifestadas em diversos países, principalmente na Inglaterra.

12. Vemos assim a luta contra o comunismo seriamente travada e os povos são chamados a cooperar neste trabalho de saneamento político mundial.

13. Os acordos mais recentes entre o Japão e a Itália completam essa política contra o bolchevismo.

14. Serão tomadas todas as precauções para que não haja nenhuma ameaça contra o governo de Moscou e, como disse antes, só foi visado o Comintern. Assim, não é impossível que isso possa favorecer a política desejada pelo ditador Stalin, que visa separar cada vez mais a União Soviética do Comitê Executivo da III Internacional.

15. Tratarei desse ponto mais detalhadamente em ofício separado.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



[Índice:] O governo russo, o Comintern e a revolução na Espanha.

N. 380 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O fato do governo de Moscou continuar a participar oficialmente dos trabalhos da Comissão de não Intervenção de Londres não diminui a intensidade dos seus auxílios à Espanha comunista.

2. Segundo as últimas decisões do Kremlin, essa disfarçada intervenção está tomando aspectos que dificilmente poderão ser qualificados, senão como de franco apoio e decidida colaboração ao governo extremista espanhol.

3. Armas, munições, carros de assalto e até destacamentos militares foram enviados e outros se preparam a ser embarcados na Rússia, apressadamente, em demanda dos portos espanhóis, aproveitando a passagem franca que a Turquia oferece pelo Dardanelos, depois do recente acordo de Montreux.

4. Os navios que transportarão e que já transportaram esse material e pessoal serão grupados em comboios, cuja proteção será confiada a unidade soviéticas armadas disfarçadas em navios mercantes.

5. O comandante da Esquadra do Mar Negro, o almirante Kojanov, já recebeu ordem de designar para essa comissão os navios mais apropriados e até já se fala na possibilidade da remessa de dois submarinos.

6. Conforme um acordo concluído com o governo de Largo Caballero, todas as bases navais espanholas que estão sob domínio dos comunistas serão postas à disposição da Marinha soviética.

7. Uma parte do ouro do Banco da Espanha já depositado em Moscou será utilizada para ocorrer aos gastos do governo soviético decorrentes de tais medidas.

8. O chefe da seção administrativa e de mobilização, o general Valpé, já seguiu para Odessa, Nicolaiev e Sebastopol para dirigir pessoalmente essas operações, que serão desenvolvidas permanentemente nos três portos referidos por três oficiais do estado-maior russo.

9. Além dos militares, o primeiro comboio protegido transportará duzentos técnicos, engenheiros e contramestres para os estaleiros navais espanhóis, material de reparação dos carros de assalto, de aviação e de artilharia.

10. Como dirigentes desse serviço de socorro técnico foram designados os engenheiros russos Nikodimov e Jonkov.
11. É fácil de compreender quanto é grave a situação para que Moscou considere com uma luta própria a que se desenvolve na Espanha a ponto de se privar de uma parte do seu pessoal especializado da sua indústria de guerra e de abundantes reservas de munições e material respectivo.
12. Foi nessas condições, a meu ver, o motivo primordial da recente atitude germano-italiana reconhecendo o governo do general Franco, o que permitirá uma ação mais decisiva dos nacionalistas para prover a sua defesa, apoiado assim mais facilmente nos governos de Berlim e de Roma. A situação ficou mais claramente definida, pois é evidente que, para evitar o contágio do comunismo a toda a Europa ocidental, que seria fatal com a vitória dos vermelhos na Espanha, os governos da Alemanha e da Itália não hesitarão a sustentar, mesmo com suas armas, a causa dos nacionalistas, se isso for necessário.
13. Como represália, Moscou completa apressadamente a organização, em Barcelona, de um centro do Partido Comunista, destinado a dar aos seus órgãos revolucionários a facilidade de agir com mais rapidez e liberdade, sem que o governo da URSS possa ser formalmente acusado pelo comitê de Londres.
14. Nicolas Yogov, acumulando as funções de grão-mestre da Gougobez com as de chefe da seção secreta do Comintern, assegura a unidade de ação e acaba de instalar na embocadura do rio Llobregat uma seção estrangeira de operações políticas da Gougobez.<sup>22</sup>
15. Os técnicos mais experimentados foram designados para esse serviço e ali irão desempenhar suas missões. Entre esses figuram, para a França, Duré e Valet; para Portugal, colônias e Brasil, Antão; para a Itália, Luigi Satto e Enrico Bonini; para a América do Sul espanhola, Galán. Todos os grupos secretos ambulantes e de residência fixa da Guepeou<sup>23</sup> na Europa dependerão, doravante, do Comintern de Barcelona; os das Américas do Norte, Central e do Sul dependerão do que já funciona no México com parte do pessoal que, em tempo, trabalhou em Montevidéu.
16. Para acelerar o funcionamento da nova organização, foi realiza-

22 Direção-Geral da Segurança do Estado, mais tarde conhecida como N.K.V.D.

23 Representação gráfica dos fonemas da sigla alemã G.P.U., acrônimo de Direção Política do Estado..

da em Barcelona, no dia 30 de novembro findo, uma conferência dos principais chefes desses grupos.

17. A fabricação de documentos falsos de identidade, que era feita até agora pelos serviços secretos de Praga, Viena e Zurique, passará a ser concentrada em Barcelona.

18. Em geral, em Moscou acreditam que a criação no ocidente de um centro da Gougobez, munido de uma ampla autonomia, permitirá a seus agentes [...] executar com mais facilidade e presteza os diversos golpes dirigidos até hoje pelos serviços que funcionavam na Praça Loubianskaia - Dzerjuiskara n. 6, em Moscou.

19. Todos os documentos obtidos pelos meios habituais: roubos, corrupções, ataques à mão armada, colaboração política etc. serão encaminhados imediatamente a essa filial mediterrânea, de onde seguirão, depois de tomadas as providências, para as centrais de Moscou.

20. Recentemente, foi preso em Tenerife o antigo chefe das expedições de prisões e execuções sumárias em Madri, que se dirigia para o Brasil e Argentina para nesses dois países ativar a propaganda extremista.

21. As presentes informações, que me merecem todo crédito, certamente serão interessantes de serem conhecidas por Vossa Excelência e pelos nossos serviços competentes, especialmente os encarregados da repressão ao comunismo no Brasil e, assim, peço a Vossa Excelência trazê-los informados do que precede.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] O recurso do governo de Valência à Liga das Nações.

N. 381 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O apelo do governo comunista de Valência à Liga das Nações está sendo comentado desfavoravelmente nos círculos políticos e diplomáticos de Berlim.

2. As opiniões autorizadas declaram que a atitude do governo do Reich em relação ao governo de Madri, não mais reconhecido pela Alemanha, já ficou claramente definida. Essa atitude dita o julgamento que é feito aqui sobre todos os atos que poderia praticar esse governo.

3. Quanto às afirmações, pretendendo que a Alemanha se prepara para uma intervenção naval, são oficialmente consideradas nos meios militares alemães como sem fundamento.

4. Tive, porém, informações reservadas [de] que o chanceler Hitler teve ontem uma conferência com o marechal Blomberg, ministro da Defesa Nacional, e diversos oficiais generais membros do Estado-Maior do Exército e da Marinha.

5. Essa conferência, segundo o meu informante, que reputo autorizado, versou sobre a possibilidade de uma intervenção da Alemanha na Espanha, com aprovação da Itália e do Japão e segurança deste império [de] que – no caso de represálias por parte da União Soviética e, possivelmente, da França – o Reich alemão, depois da conclusão do pacto germano-nipônico, não agiria isoladamente. Nesse sentido, parece foram tomadas diversas providências de caráter urgente.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Severas medidas do governo alemão.

N. 396 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

No decorrer do Conselho de Gabinete do dia 2 do corrente mês, o chanceler do Reich expôs em detalhe a atual situação internacional e suas consequências para a Alemanha.

2. Decorrente dessa atitude do chefe do governo, o conselho combinou a lei sobre a Juventude Hitleriana nos termos da qual toda a mocidade do país ficará englobada pela referida organização hitleriana.

3. O encargo de educar o conjunto da juventude alemã dentro do quadro dessa organização será confiado ao Chefe da Juventude do Reich do Partido Nacional-Socialista. Esse chefe ficará diretamente submetido às ordens do *führer*.

4. O conselho adotou ainda uma lei sobre a constituição e administração de Berlim, realizando uma unidade administrativa entre o burgomestre e o representante direto das autoridades superiores. O chefe desses dois serviços usará o nome de primeiro burgomestre e de presidente da cidade.

5. As leis apresentadas pelo Ministério das Finanças para a regulamentação unitária dos impostos territoriais foram também aprovadas. Essas leis substituirão as diversas da mesma natureza ainda existentes nos outros Estados do Reich.

6. Quanto à nova lei sobre o imposto sobre fábricas, usinas etc., deve ser notado que o imposto sobre profissão foi revogado, de sorte que as profissões liberais não estão mais sujeitas ao imposto sobre empresas.

7. O gabinete aprovou ainda uma lei sobre exploração dos recursos minerais, permitindo uma exploração acelerada onde o interessado não possua meios de iniciar esses trabalhos. Essa lei se liga à execução do plano de quatro anos.

8. Também foi adotada uma lei, modificando a atual regulamentação das divisas e criando novas possibilidades para reprimir eficazmente e severamente qualquer infração a essa ordem governamental.

9. A lei sobre o socorro invernal concede a essa instituição a personalidade jurídica de direito público. Essa obra é dirigida e fiscalizada pelo próprio ministro da Propaganda.

10. Uma outra lei modifica e completa a lei do Reich sobre a proteção dos sítios e riquezas naturais do país.

11. Finalmente, o gabinete aprovou uma lei proposta pelo ministro-

-presidente Goering, na sua qualidade de encarregado da execução do plano quadrienal, prevendo medidas contra a sabotagem econômica. Por essa lei, uma das mais severas até agora adotada, todo cidadão alemão que, contrariamente aos dispositivos legais em vigor, transportar bens de qualquer natureza para o estrangeiro ou os mantiver no estrangeiro e que acarretou – deliberadamente, “seja por espírito de lucro, egoísmo grosseiro ou qualquer outro objetivo de baixo sentimento” – prejuízo à economia nacional, será punido de pena de morte e os seus bens serão confiscados pelo Estado. No caso do delito ser praticado no estrangeiro, o interessado será igualmente considerado como culpado. Para o julgamento desses crimes, o Tribunal do Povo foi escolhido como competente.

12. Essa última medida produziu verdadeiro pânico, principalmente entre os israelitas que puderam, em tempo, exportar grande parte de suas fortunas e que ainda residem na Alemanha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Requisição de valores estrangeiros na Alemanha.

N. 397 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 360, de 21 de novembro findo, venho completar com mais detalhes as informações nele contidas.

2. Desde o dia 4 do corrente mês, todo cidadão alemão foi obrigado a depositar no Reichsbank os valores estrangeiros que porventura possuíse na referida data.

3. Assim ficou decidido, com força de lei, por uma ordem pública do Ministro da Economia Nacional.
4. Os títulos em questão continuarão a ser tratados nos mercados alemães, oficialmente ou fora das bolsas. Continuarão a pertencer a seus possuidores, mas ficarão centralizados no Instituto de Emissão, depois de registrados nos diversos “Devisen-Banken”, isto é, nos bancos investidos do direito de operar câmbio.
5. Já foram divulgadas as listas, não limitativas. A primeira comporta 57 espécies de valores, entre os quais a maioria dos empréstimos estrangeiros cotados na Alemanha e os valores internacionais, tais como Continental Linoleum, Montecatini, Banca Commerciale Italiana, Zinco da Silésia etc. Uma segunda lista contém a menção das ações e debêntures da companhia Otavi e de cinco outras sociedades exploradoras de produtos coloniais.
6. Os títulos depositados no estrangeiro e pertencentes a alemães deverão ser igualmente transferidos para as contas dos bancos alemães existentes nos países de residências desses referidos alemães.
7. Assim agindo, o ministro da Economia Nacional do Reich não fez nenhuma inovação. Os precedentes, porém, se referem na maioria dos casos a períodos de guerra, salvo, talvez, na Tchecoslováquia, onde o governo requisitou os valores estrangeiros em plena paz. Na França, na Inglaterra e na Itália as mesmas medidas tiveram em vista mobilizar todos os recursos do país para a defesa nacional.
8. A operação alemã obriga a refletir na falta de uma consideração, que o dr. Schacht seguramente está longe de julgar desprezível. Pode bem ser imaginado que o diretor do Reichsbank não pode ficar indiferente à reserva de câmbio que será assim constituída por títulos emitidos em dólares, em libras esterlinas, em belgas, em florins, em milréis, em pesos argentinos, em francos franceses ou suíços etc. que o Reichsbank conservará avaramente por necessidade do momento.
9. Não lhe será difícil nessa forma vender, sempre que lhe for conveniente, esses títulos nos mercados externos para ali fazer depósitos de moeda efetiva estrangeira. Os proprietários dos títulos serão indenizados em papel-moeda corrente na Alemanha, que o governo fará imprimir tanto quanto necessite.
10. Assim se desenvolve a política econômica e financeira ditatorial na qual o Reich cada vez mais se isola.
11. As repercussões externas não lhe importam e o governo alemão estima que os capitais não são destinados à liberdade.



12. Assim, valores estrangeiros de primeira ordem e de qualquer país, adquiridos livremente pela fortuna particular e por cidadãos alemães, serão revendidos, ou podem ser, contra a vontade de seus legítimos possuidores, por simples ordem do governo, sem qualquer possibilidade de impedimento. Assim agirá o governo, conforme as suas necessidades e quando, principalmente, lhe fizerem falta divisas estrangeiras de que tanto carece atualmente para a sua política de rearmamento.

13. Os mercados estrangeiros poderão vir a sofrer dessa medida e é por isso que me refiro à mesma.

14. Não se apresenta à venda em qualquer bolsa, impunemente, grande lotes de títulos de empréstimos externos estrangeiros ou outros, sem preparação prévia e ao bel-prazer de qualquer interessado. Esse ato pode, a meu ver, ter consequências graves, determinando perturbações nas bolsas de valores dos diferentes países interessados, afetando até mesmo o crédito dos países a que pertençam esses títulos.

15. A desculpa das necessidades de obter moedas estrangeiras pode, nesse caso, não ser inteiramente justificada, pois não esconde o que realmente representa – um simples interesse pessoal que, nesse caso, é unicamente do governo alemão, sem consideração para os interesses alheios, que parece deveriam em tal eventualidade ser melhor considerados.

16. Não devemos esquecer que a ação do governo alemão será tão severa quanto já se manifestou na sua recente legislação sobre câmbios, que acarreta penalidade de 6 a 15 anos de prisão para os infratores e, desde alguns dias, conforme o meu ofício n. 396, de 8 do corrente, pena de morte para todo alemão que tentar exportar seus capitais ou que, já tendo exportado, não se apressar em repatriá-los.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] Situação econômica e financeira da Alemanha.

N. 398 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do despacho reservado NP/82/650(81), de 1º do corrente mês, que me apresso em responder.

2. Nada induz a prever que – dentro de seis meses, ou mesmo em prazo mais longo – possa-se produzir neste país um *crack*, nas condições divulgadas por jornais, conforme a opinião de peritos ingleses e americanos, referida no citado despacho.

3. É certo que a Alemanha atravessa ainda uma grave crise econômica e financeira, e como tenho informado detalhadamente a esse ministério, pedindo especialmente a atenção de Vossa Excelência para os ofícios números 40, de 29 de janeiro; 59, de 12 de fevereiro; 68, de 18 de fevereiro; 75, de 26 de fevereiro; 80, de 29 de fevereiro; 132, de 6 de abril; 167, de 12 de maio e 177, de 20 de maio, todos do corrente ano.

4. Ainda pela presente mala seguem dois novos, números 396 e 397, ambos relativos a recentes medidas de defesa econômica e financeira adotadas pelo Reich.

5. Dentro da disciplina que preside a todos os atos neste país – quer emanem do governo, como do povo – será difícil, a meu ver, que se produzam acontecimentos tão graves e da importância a que se teriam referido os peritos ingleses e americanos mencionados no despacho n. 82, antes citado.

6. As medidas ditatoriais extremamente enérgicas atualmente em vigor e que vão sendo aplicadas, sem desfalecimento, para a execução do planejado plano quadrienal de reconstrução econômica, aliadas às providências de caráter de defesa financeira e cambial severíssimas, que expõem os infratores até a pena de morte, podem proteger suficientemente o país contra qualquer imprevisto decorrente da desorganização no seu sistema administrativo.

7. As restrições de diversas naturezas impostas à população, aceitas de boa ou má vontade, seguem também sendo aplicadas regularmente, para evitar desequilíbrios na balança comercial, mormente no que se refere à importação de matérias-primas alimentares e industriais. O sistema de compensação adotado para o intercâmbio comercial segue sendo normalmente executado em forma de veras favorável e propor-

ciona ao governo facilidades para a importação de tudo o que necessitar e que não pode produzir.

8. Nessas condições, o governo alemão não se vê obrigado a adquirir moedas valorizadas ou cambiais e, assim, pode manter o valor do marco alemão para as necessidades internas – sem expô-lo à inevitável desvalorização, se porventura fosse negociado nos mercados externos – considerando que essa moeda pode ser julgada como perfeitamente fictícia, quase como um vale, pela falta absoluta de cobertura em valor ouro.

9. Tudo o que fica dito, evidentemente estará anulado se surgir uma guerra em que a Alemanha tome parte, pois, nesse caso, todo o mecanismo sobre o qual repousa presentemente a sua economia e suas finanças não mais poderão [sic] funcionar, uma vez que o sistema de trocas ou compensações deixará de ser aceito pelos países produtores de matérias-primas que, sem garantias, exigirão inevitavelmente o pagamento à vista em moeda segura. A Alemanha, nessa eventualidade, sem dispor, como assevera, de reserva ouro e tendo que fazer face a uma tão grave situação, poderia ser nesse caso arrastada a uma falência, se fosse vencida, ou ficar em grandes dificuldades financeiras durante o desenvolvimento da luta armada.

10. Essa hipótese, naturalmente, não pode ser excluída, conforme Vossa Excelência poderá verificar pela correspondência desta embaixada, ao informar sobre a atual situação política da Europa, agravada pelos acontecimentos da Espanha.

11. Assim, pois, quer me parecer que somente na hipótese de uma tal catástrofe é que poderia ser possível ver confirmada a previsão dos peritos publicada pelos jornais a que Vossa Excelência faz referência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



[Índice:] A situação do marco.

N. 403 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 10 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Entre todas as perguntas que um estrangeiro pode fazer presentemente a um alemão ligado aos meios financeiros e governamentais, nenhuma é acolhida com uma suscetibilidade mais marcada do que a que se refere ao futuro da atual moeda alemã.

2. Todos os que aqui vivem sentem que, sob a questão da moeda nacional, existe um problema extremamente grave e complicado.

3. Observada superficialmente, a Alemanha oferece sinais de uma forte reação nas suas atividades comerciais.

4. Existe, geralmente, uma aparência de bem-estar pela grande afluência que se nota nos lugares públicos, tais como restaurantes, cinemas, teatros, lojas, de gente que se diverte e gasta dinheiro.

5. Uma nova classe, enriquecida pela política do rearmamento intensivo, aparece em toda a parte, mas as mercadorias açambarcadas para os fornecimentos militares escasseiam e os preços sobem, apesar das severas medidas do governo.

6. Berlim pode ser considerada como, talvez, a capital da Europa de vida mais cara, mesmo para os estrangeiros que se beneficiam do câmbio mais favorável do Registermark. O índice da vida é de 10% mais caro do que Londres; 22,5% mais dispendioso, comparado a Paris; 60% de preços mais altos em relação a Roma; 72% comparando com Bruxelas e 78,75% em relação a Lisboa.

7. Essa situação pode ser explicada considerando que a principal política do governo alemão foi resolver o problema dos sem-trabalho, intensificando os armamentos, que acarretou, em consequência das importações maciças de matérias-primas, a penúria de moedas e cambiais estrangeiras e impôs a regulamentação draconiana do sistema cambial e monetário alemão.

8. Paralelamente, tornou-se imprescindível defender a moeda nacional, o que foi feito com a criação dos marcos diferentes para o interior e exterior do Reich; elevar as barreiras alfandegárias e fazer face à vida corrente, a uma falta sensível de produtos diversos, tais como carburantes, metais e produtos de alimentação importados.

9. Essa penúria obrigou o chanceler Hitler a acentuar ainda mais a

sua política de isolamento, mais propriamente de autarquia, incentivando o desenvolvimento da produção dos sucedâneos e, por outra parte, orientando a sua política internacional no sentido de obter a devolução das antigas colônias anexadas pela França e Inglaterra, principalmente depois da guerra.

10. Sobre essa situação, porém, um elemento novo e imprevisto veio pesar, de uma forma que não é possível dissimular[-lhe] a gravidade. Refiro-me às recentes desvalorizações das moedas dos países que formavam o intitulado bloco ouro.

11. Essa desvalorização obrigará a uma diminuição da exportação alemã, principalmente para a França, Holanda, Suíça, Itália e Tchecoslováquia – países com os quais a balança do Reich era sensivelmente positiva. Acresce que as medidas de comum acordo, de ordem monetária, concertadas entre os Estados Unidos e Inglaterra não poderão deixar de influir sobre a posição delicada do marco, que não é sem dúvida facilitada pelo isolamento em que o colocaram – privado de qualquer valor externo.

12. O governo alemão insiste em asseverar que não tenciona desvalorizar o marco, mas não compreendo como poderá ser mantido tal ponto de vista e algumas últimas medidas governamentais parecem indicar que assim agirá, finalmente.

13. O desejo do ministro Schacht em manter o valor interno do marco – em relação às moedas internacionais – na sua posição atual, parece ser motivado pela dívida interna ter sido extinta pela grande inflação de 1921, porque não dispõe de uma reserva de ouro e por uma série de motivos que os peritos procuram demonstrar com entusiasmo.

14. Acredito, porém, que a razão principal é que a política nazista dos marcos múltiplos, das fronteiras fechadas, dos câmbios fiscalizados, da indústria de guerra dirigida e privilegiada não é facilmente separada da construção puramente política e social do Estado totalitário, da juventude educada diretamente pelo Estado, do trabalho militarizado e das forças armadas soberanas.

15. Se o marco devesse se nivelar com as moedas das nações que operam livremente; se o Reich devesse restituir a liberdade ao comércio de divisas e abaixar suas barreiras alfandegárias, correria talvez o risco de ver, pela força das circunstâncias, reaparecer o liberalismo entrando a ação do sistema nacional-socialista e derrubando o novo plano de quatro anos e todo o edifício de uma economia concebida, em última análise, como o meio de uma política.

16. Isso é o que tenho observado nas diferentes conversas que tenho tido nos centros autorizados da alta finança.

17. O próprio dr. Schacht já se tem manifestado nesse sentido e, nas conversas que sempre mantém com os representantes da finança anglo-saxônica, já sentiu que seus pedidos de crédito não serão examinados pela Inglaterra enquanto o *führer* não resolver cessar a campanha de reivindicação das antigas colônias alemãs.

18. Nessas condições parece-me que o Reich deverá, em curto prazo, talvez logo depois do regresso do ministro dr. Schacht, em viagem na Ásia, tomar uma decisão orientando definitivamente a sua política econômica, por motivo das desvalorizações adotadas pelos países acima citados. Acredito que – forçosamente, mas no prazo mais dilatado que for possível – alguma coisa também será feita pelo governo do Reich no que diz respeito à sua moeda, para permitir que a indústria alemã possa mais facilmente concorrer com as daqueles países.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] O discurso do presidente Roosevelt e sua repercussão na Alemanha.

N. 405

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Em comunicação anterior tive ensejo de transmitir a Vossa Excelência retalhos dos principais jornais deste país que se têm ocupado da recente viagem do presidente Roosevelt à América do Sul, por motivo da reunião da Conferência Pan-Americana de Paz em Buenos Aires.

2. O discurso do presidente Roosevelt, pronunciado no dia da

inauguração da referida conferência impressionou favoravelmente os meios políticos e comerciais europeus, mas a imprensa alemã apenas publicou rápidos resumos, sem a menor alusão aos tópicos dirigidos contra os regimes autoritários. Existe o visível propósito de não irritar a opinião pública nos Estados Unidos e, assim, julgaram mais prático ignorar os ataques.

3. Entretanto, os principais órgãos de publicidade de Berlim citam desde alguns dias os artigos publicados na imprensa italiana, principalmente do escritor italiano senhor Gayda, o qual, demonstrando mais franqueza e independência, não hesitou em discutir o mencionado discurso do presidente da América do Norte [*sic*]. A reprodução desses artigos pelos jornais alemães demonstra, a meu ver, que os centros políticos e diplomáticos desse país compartilham, no fundo, com a opinião manifestada pela imprensa italiana, mas não tiveram coragem de publicamente demonstrá-la.

4. O *Berliner Börsen Zeitung*, um dos mais autorizados matutinos de Berlim, no entanto, fez uma pequena exceção a essa atitude e consagrou ao discurso do presidente Roosevelt algumas referências, que me pareceu interessante informar a Vossa Excelência. Assim, diz o citado jornal que

o senhor Roosevelt declarou que a democracia continua a representar a esperança do mundo. Essa afirmação deve ser acolhida com o ceticismo que também deve ser aplicado ao resto de outras ideias também por ele emitidas em Buenos Aires. Nós também acreditamos possuir uma das melhores formas de democracia: a que o predecessor do senhor Roosevelt nos pregou e que os exércitos aliados nos obrigaram a aceitar. Nós a conhecemos suficientemente, mas não nos apercebemos de seus benefícios. Não nos trouxe nem uma melhor e mais justa distribuição de civilização e educação, nem uma maior segurança para a nossa existência, nem um aumento de bem-estar, nem uma redução de armamentos, nem finalmente a contribuição de uma justiça internacional honesta e razoável. Foi com democracias que a Alemanha concluiu as preliminares de paz em 5 de novembro de 1918. Depois de concluída a Grande Guerra, foi oferecida aos democratas uma ótima ocasião de criar uma nova situação, organizada com mais justiça. Todos eles, porém, se mostraram tão pouco aptos a uma tão grande obra que a América do Norte, ela própria, logo se desligou desses pseudopacifistas e ainda ontem, no seu discurso, o presidente Roosevelt não hesitou em pronunciar um ca-

tegórico não no que diz respeito à Sociedade das Nações, o que não é bem animador para aquela instituição que foi estabelecida como sendo a consagração dos ideais democráticos.

5. O autor desse artigo termina exprimindo a esperança de que o egoísmo americano não chegue até o ponto de recusar à Europa os recursos e as matérias-primas de que tanto carece, mas que, contrariamente, os países americanos demonstrem um sentimento de solidariedade e colaboração para com a Europa e emprestem todos os seus esforços para que a paz mundial não seja perturbada.

6. Tenho a impressão que, de qualquer forma, o testemunho moral que o discurso representa, se de fato não traz imediatamente um resultado concreto para os homens de boa vontade, presta, contudo, um incentivo deveras apreciável.

7. Infelizmente, não é a oferta de cooperação internacional do presidente americano que pode suavizar a agudez da crise atual, no que se refere às questões de ordem política especificamente europeias; mas, o movimento pan-americano pode impressionar, de forma a evitar uma agravação presente na evolução [*sic*], pelo menos para o futuro.

8. O que parece perigoso no estado atual de supersensibilidade do público é, principalmente, a divulgação de notícias tendenciosas, no meio do desencadeamento das propagandas, com as excitações inevitáveis, que perturbam a tranquilidade de todos, produzindo um estado de confusão e de nervosidade deplorável, que impede qualquer ação a ser tomada com calma.

9. Não resta, pois, dúvida de que uma palavra desapaixonada e autorizada como a do presidente Roosevelt, em tal momento, não podia deixar de repercutir na Europa em forma salutar.

10. Em anexo remeto a Vossa Excelência diversos retalhos de jornais, contendo comentários sobre a viagem do presidente Roosevelt ao Brasil e à Argentina e sobre a conferência.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores





OFÍCIO • 12 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A expansão russa e o acordo germano-italo-japonês.

N. 406 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O acordo recentemente realizado entre Alemanha, Japão e Itália, conforme informei em ofícios anteriores, tem também em vista fechar ao imperialismo russo a rota que busca sobre os mares, em direção ao norte da Europa, na região dos países bálticos e no Mediterrâneo, pelo Bósforo e Dardanelos.

2. Ao examinarmos a configuração geográfica da União Soviética, desde logo pode ser observado que esse imenso império territorial de mais de 100 milhões de habitantes está prisioneiro dentro de suas fronteiras e não vê o mar, senão de muito longe. Essa servidão pesa grandemente sobre a política russa.

3. A grande dificuldade estratégica de um tão sério problema reside nas imensas distâncias a serem percorridas para a concentração das forças navais russas na parte especialmente ameaçada. Essa desvantagem explica, em grande parte, as derrotas decisivas que a Rússia sofreu, tais como a de Tsushima, durante a guerra russo-japonesa.

4. Desde a última conflagração europeia, a situação da Rússia nesse particular tem piorado. Efetivamente, a constituição da Lituânia, Finlândia, Letônia e Estônia em países independentes privou a atual União Soviética dos únicos portos suscetíveis de serem utilizados durante o ano inteiro de que dispunha o antigo império russo, em 1914. Assim, o Báltico tornou-se um mar perigoso para as esquadras soviéticas, uma vez que ali não dispõem senão de uma única base, a de Cronstadt, a qual, apesar do auxílio dos navios quebra-gelo, não permite um acesso seguro, durante os meses de inverno, aos navios de grande tonelagem.

5. No mar Negro, a posição da Rússia não parece ser mais favorável, uma vez que as saídas, ainda depois do Tratado de Montreux, ficaram dependentes de licença da Turquia, obrigando o governo de Moscou a manter sempre uma política favorável ao governo de Ancara.

6. Vladivostok é um porto que não pode ser utilizado permanente-

mente por forças navais russas extremamente poderosas, e que, devido à vizinhança do Japão, não poderá jamais desempenhar um papel importante.

7. Assim pode ser descrita a presente posição da Rússia, e toda a política exterior, visando a sua defesa, não pode deixar de considerar tais fatos, assim se explicando os esforços que estão sendo feitos pelo governo de Moscou no desenvolvimento das forças aéreas, de preferência às navais.

8. Uma outra consequência dessa situação foi a de impelir a Rússia em direção a leste, e desde 1919 ela não cessa de se ocupar seriamente da Sibéria. Em 1924 conseguiu fundar uma república na Mongólia, bolchevizada e praticamente dirigida pelos soviéticos russos. O governo soviético também não cessa de trabalhar no sentido de criar uma república soviética na China, tudo com o único objetivo de obter uma saída no mar da China.

9. Os peritos alemães consideram que isso seria deveras perigoso para a paz mundial e, sendo contrário aos interesses japoneses, é difícil de ser obtido, acrescentando que o próprio nacionalismo chinês não permitirá a realização dessas esperanças moscovitas.

10. A orientação russa para o sul não foi mais feliz. Embora o governo russo tenha assinado com o Afeganistão o tratado de amizade e boa vizinhança de 28 de fevereiro de 1921, não deixou de fomentar uma grande propaganda comunista na Índia, a qual viria a ameaçar o próprio Afeganistão.

11. O chefe da missão russa foi então assassinado, em Cabul, e o governo do Afeganistão recusou, desde aquela época, se comprometer de qualquer forma com os russos, em grande parte por pressão inglesa. O povo indiano, por índole religiosa, repele o bolchevismo.

12. A expansão para o golfo Pérsico e oceano Índico fracassou, da mesma forma da que foi preparada em direção aos mares da China.

13. A Rússia parece ter sido mais feliz recentemente no que se refere ao mar Negro. Desde a guerra, as relações foram sempre mais cordiais com a Turquia e um tratado de amizade chegou a ser assinado em Moscou, em 13 de março de 1921, entre esses dois países.

14. A Rússia explorou com muita habilidade a animosidade existente na Turquia para com os países ex-aliados, decorrente da guerra em que foi vencida. Parece, segundo opinam os peritos alemães, que desde 1925 a Turquia deve se considerada como um prolongamento da Rús-

sia soviética para o sul e sua guarda avançada sobre a margem asiática dos estreitos.

15. Essa política de aproximação russo-turca acaba de ter uma confirmação no Tratado de Montreux, que dá à Rússia ribeirinha do mar Negro vantagens muito especiais, embora, como disse antes, sempre dependendo da Turquia e ficando, portanto, o ingresso da Rússia no Mediterrâneo sempre subordinado a uma aliança com a Turquia, que naturalmente não deixará de exigir um preço apreciável.

16. O mar Báltico é, pois, a única saída natural para a expansão naval soviética, mas ali os navios russos, em grande parte do ano, têm que ficar prisioneiros dos gelos polares e, mesmo nos meses menos frios, o único ponto de que dispõe[m] não pode ser considerado suficiente para todas as necessidades do país.

17. É por isso que o governo de Moscou procura, cada vez mais, captar as boas graças dos novos Estados do Báltico anteriormente citados e uma atividade diplomática imensa se desenvolve nesse sentido, enquanto conferências entre os estados-maiores buscam arrastar esses satélites na órbita da potência soviética.

18. Um grande impedimento surgiu a uma tal ação e refiro-me à criação da nova marinha de guerra alemã, que transformou o Báltico em um mar germânico e onde será deveras difícil à Rússia poder operar como desejaria.

19. Os esforços russos presentemente convergem para o oceano Ártico e isso é um dos característicos da nova política da URSS, mas isso mesmo já foi pressentido pela Alemanha, conforme se pode deduzir da misteriosa viagem, em outubro último, do marechal von Blomberg às costas norueguesas.

20. Esse cruzeiro pode ser explicado pelo desejo de inspecionar pessoalmente aquelas regiões, onde surgia para o Reich uma nova ameaça dirigida contra o mar do Norte.

21. Naquela parte do mundo, os soviéticos, sob o ponto de vista naval, dispõem do porto de Murmansk, que forma hoje, com as pequenas baías vizinhas, de Alexandrovsk e de Polfarnoe, uma aglomeração de cerca de cem mil habitantes e apresenta um interesse especial de ficar livre de gelos durante todo o ano, devido à presença de correntes marítimas da Gulf Stream.

22. O porto de Murmansk já foi utilizado como base de abastecimento durante a Grande Guerra. Poderia, segundo pensam os técnicos alemães, servir de ponto de apoio para a marinha de guerra; porém,

seu afastamento de cerca de 2.840 milhas de Leningrado, as dificuldades de acesso, sua posição estratégica excêntrica em relação aos seus objetivos – isto é, o canal de Kiel – fazem supor que os russos se iludem quando supõem que esse porto lhes poderá ser de grande utilidade para a futura expansão naval que projetam.

23. Isso não impede que a União Soviética esteja agindo de forma acertada ao preparar o porto de Murmansk para servir de base para navios de guerra de pequeno calado, para submarinos e principalmente para a aviação naval, de forma a, pelo menos, dificultar as comunicações alemãs no mar do Norte.

24. Em geral, aqui ligam uma grande importância aos objetivos russos no mar Branco e no oceano glacial. Parece que realmente os soviéticos visam ao canal de 674 milhas que liga Leningrado a Arkangel, mas esse canal permanece gelado muitos meses e suas dimensões não permitem o trânsito de navios de guerra de grande tonelagem. Pode, no entanto, favorecer ligações entre Cronstadt e Murmansk pelo mar Branco.

25. Também se fazem referências à organização da Rússia no oceano glacial Ártico, favorecida por certos deslocamentos da Gulf Stream. Talvez, no futuro, possam ser obtidos resultados interessantes sob o ponto de vista econômico; entretanto, as vantagens de ordem estratégica e naval que podem ser conseguidas na hipótese de uma conflagração europeia, ou mundial, pela simples comunicação pelo oceano glacial de Murmansk a Vladivostok, são extremamente reduzidas.

26. O acordo germano-italo-japonês vem seriamente se opor ao plano soviético nessas diferentes regiões ao oeste, como a leste, no sul e no norte.

27. Assim se compreende a reação violenta que a política ítalo-germano-japonesa de combate ao comunismo tem provocado tanto em Moscou como na França, hoje dominada por um governo da extrema esquerda.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] O VIII congresso de Moscou e a Alemanha.

N. 407 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência, segundo pude saber nos centros autorizados, que as últimas informações aqui recebidas sobre o recente Congresso Soviético, que se reuniu em Moscou, tem sido objeto de atentos estudos por parte do governo do Reich.

2. Na Alemanha, já começaram a fazer uma análise detalhada das teorias proclamadas por Stalin e outros chefes moscovitas por ocasião dos debates no referido congresso.

3. As investigações já feitas permitiram estabelecer que a teoria da “democratização” da nova Constituição Soviética serve para desorientar não somente o povo russo, mas igualmente a todo o universo.

4. As conclusões a que chegou a *Correspondência Política e Diplomática*, órgão oficioso da Wilhelmstrasse, podem ser consideradas como representando a opinião alemã sobre as teorias proclamadas em Moscou, principalmente ao declarar que os detentores do poder na Rússia não promoveram absolutamente qualquer transformação no regime político da União Soviética, sob o ponto de vista democrático, e que apenas buscam explorar a opinião pública com a finalidade de impressionar as massas e os proletários estrangeiros e facilitar a propaganda revolucionária sob a falsa aparência de que implantaram a democracia.

5. A referida *Correspondência* vê nos discursos proferidos recentemente em Moscou a prova de uma reorganização fundamental da tática revolucionária russa. Depois que, em Moscou, foi verificado ter sido descoberto por todos os observadores imparciais o intento feito em junho último de estabelecer mais solidamente o sistema dominante, disfarçado por uma máscara democrática, buscou agora uma nova interpretação para definir o que entendem por democracia.

6. O VIII Congresso Soviético recusou inteiramente adotar qualquer deliberação visando à volta a uma democracia como entendem ainda alguns povos europeus e americanos; e, em lugar disso, proclamaram

uma pseudonova social-democracia, cujos pontos essenciais consistem em que, ao mesmo tempo, Stalin completa a liquidação da burguesia e Ljubtschenko incita a uma “enérgica luta contra o inimigo externo que ameaça o comunismo até sua completa destruição e preconiza a vitória da revolução proletária em todos os países”. Um outro membro do congresso, Molotov, obteve para os judeus, dentro da república soviética, um lugar de destaque considerando que, em geral, “os judeus são organizadores dotados de talentos especiais e defensores sinceros do socialismo e da revolução social”.

7. A *Correspondência Política e Diplomática* acrescenta que tudo isso seria assunto interno da Rússia se essa “nova e única democracia” e a nova Constituição adotadas não apresentassem outro aspecto grave, isto é, a de impressionar as nacionalidades que julgam “escravizadas” quando não compartilham das teorias de Moscou. O próprio Stalin apontou a nova Constituição como sendo o “meio mais revolucionário para a implantação definitiva da revolução mundial” e Litvinov não hesitou em proferir ameaças provocadoras de possível intervenção armada em países vizinhos, tais como Finlândia, Estônia, Letônia e Lituânia. Devido a essas declarações agressivas, proclamadas com tanta repercussão, pode ser considerado claramente como não existente qualquer caráter democrático da nova Constituição.

8. Os centros políticos e diplomáticos alemães julgam que o Congresso Soviético em questão e a nova Constituição moscovita demonstram ostensivamente os fins de uma política que, com suas tendências expansivas e agressivas e com o propósito decidido de destruir os valores tradicionais, nega todos os elementos básicos dos povos civilizados sobre os quais repousa tanto a paz interna como a externa do mundo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] O VIII Congresso de Moscou e a Alemanha.

N. 409 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 14 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O senhor barão von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros, entregou, no dia 13 do corrente, aos embaixadores da França e da Grã-Bretanha um memorandum relativo às propostas franco-britânicas na questão da neutralidade espanhola.

2. Os governos alemão e italiano combinaram suas respostas, que foram redigidas em forma idêntica.

3. As propostas apresentadas em Londres pelo embaixador alemão e os comentários da imprensa alemã, que precederam a resposta oficial às referidas negociações franco-inglesas, fixaram desde logo o ponto de vista das potências que anteriormente reconheceram o governo do general Franco.

4. A Rússia soviética, declara o oficioso jornal *Börsen Zeitung*, trabalha para anexar a Espanha que já está transformada em uma colônia militar russa. Os combatentes espanhóis não desempenham mais senão um papel secundário, pois o que vemos é um exército russo que combate no solo espanhol contra a Espanha verdadeiramente nacional. Será interessante, pergunta o *Börsen Zeitung*, saber quais as conclusões que o Comitê de Não Intervenção pretende tirar dessa situação, que ele não soube ou pode evitar e que também não tem direito de simular que desconhece.

5. A diplomacia alemã, na resposta agora publicada e que acima informei ter sido entregue aos embaixadores inglês e francês, fez esforços de manifestar um acolhimento favorável às sugestões franco-britânicas.

6. No que se refere à não intervenção, a nota alemã exige uma aplicação mais rigorosa. Segundo o governo de Berlim, ela deveria englobar não somente a partida de “voluntários”, mas também as subscrições e a propaganda particular, oficial e oficiosa, feita em favor de uma ou outra parte. Recorda que inicialmente, em 27 de agosto, o governo do Reich insistiu de estender os acordos de Londres ao caso dos voluntários desejosos de participar da luta espanhola e de impedir que saíssem dos seus países. Naquela ocasião, o governo alemão lamentou que outros governos não tenham querido tomar tais medidas, que certamente teriam contribuído para não agravar a situação na Espanha, permitindo que chegasse ao ponto que todos vemos.

7. No que diz respeito à atitude da Alemanha em face da proposta mediação, visando cessar as hostilidades na Espanha, a resposta é quase negativa. Corresponde às declarações feitas nestes últimos dias nos meios políticos de Berlim, em geral contrárias a uma tal medida, por ser considerada de difícil, senão impossível, execução. Consideram os alemães que uma mediação não poderá ser tentada sem a certeza antecipada de êxito. Além dessa objeção, não mereceu acolhimento favorável a ideia de uma consulta popular antes de ter o general Franco assumido definitivamente o poder em toda a Espanha. No estado atual dos espíritos, os meios nacional-socialistas julgam ser materialmente impossível proceder a uma consulta popular, que poderá produzir uma nova explosão às paixões já muito exaltadas como é visível.

8. O conceito que prevalece aqui é [o] que o Reich quis manifestar ao reconhecer o general Franco como sendo o único governo legal na Espanha e, assim, deve ser excluída definitivamente qualquer influência comunista da península ibérica.

9. Estou informado que, além da resposta já entregue aos governos de Londres e Paris, a Alemanha, por via diplomática e em caráter reservado, fará diversas perguntas à França e à Inglaterra sobre o ponto de conhecer exatamente quais as garantias que pretendem dar à independência da Espanha antes de encetar qualquer nova tentativa de mediação.

10. A questão principal para a Alemanha, como para a Itália, é impedir que se possa instalar na Espanha ou na Catalunha um governo soviético dominado por Moscou e pelos extremistas franceses.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 15 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A política europeia.



N. 410 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 15 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Pela evolução dos acontecimentos políticos neste continente, pode ser considerado que o principal fim das conversações franco-britânicas não é propriamente concluir um novo tratado, um pseudo Locarno, mas sim estabelecer uma aliança geral entre a França e a Inglaterra.

2. Creio que é injustificado acreditar que uma franca e leal colaboração entre essas duas nações possa inquietar a Alemanha.
3. Não me parece haver a mínima necessidade de proteger as fronteiras da França ou da Grã-Bretanha, pois não duvido em aceitar como sinceras as reiteradas declarações do governo do Reich ao asseverar que não tenciona de qualquer forma invadir ou atacar o território francês, ou inglês.
4. A situação das fronteiras oeste da Alemanha é perfeitamente estável.
5. O desejo da Bélgica de ver reconhecida sua neutralidade e garantida sua independência teve sempre, por parte do *führer* e do governo nazista, a mais franca simpatia, e sei que isso já foi declarado oficialmente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro da Bélgica em Berlim.
6. Nessas condições é difícil compreender por que a França e Inglaterra necessitam de uma proteção mais decidida.
7. Em Paris e Londres não me consta que haja receio fundado sobre a possibilidade de um conflito entre a Alemanha e a Europa ocidental e no qual o Reich fosse o agressor.
8. A Inglaterra, ao se esforçar em obter uma garantia de caráter militar, é certo que buscou naturalmente um ato idêntico por parte da Alemanha, mas a França precipitou os acontecimentos adiantando-se em assumir isoladamente essa obrigação.
9. Não me parece clara essa situação, pois não resta dúvida que a antiga garantia decorrente do Tratado de Locarno, mesmo sob uma nova forma, não abrange somente a Europa, mas também os territórios coloniais. É certo igualmente que a tendência francesa não é somente garantir o território da metrópole, mas igualmente proteger os interesses comuns dos dois países.
10. Existe assim uma grande diferença e as consequências de um tal

acordo poderão ser consideráveis – por exemplo, no Mediterrâneo – no que diz respeito aos compromissos franceses na Europa oriental.

11. Em geral, a opinião pública alemã considera vantajosa uma boa aproximação franco-britânica, mas os meios autorizados não cessam de manifestar que não devem culpar o Reich de criar obstáculos para uma idêntica aproximação entre Berlim e Paris.

12. Naturalmente, os jornais alemães aproveitam a oportunidade para novamente declarar que é, sem dúvida, o pacto franco-soviético o maior impedimento para que finalmente possa ser estabelecida uma franca colaboração entre a França e a Alemanha, como tanto convém para a manutenção da paz mundial.

13. O bolchevismo, diz um dos mais autorizados jornais de Hamburgo, o *Fremdenblatt*, ficará infelizmente sendo o aliado da política externa francesa até o momento em que a França possa sentir que está sendo estrangulada pelos dirigentes da revolução mundial. Somente nessa ocasião, acrescenta o mesmo jornal, parece será possível negociar com a França, que então terá provavelmente, à frente dos seus destinos, elementos que realmente representem a opinião pública francesa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Situação econômica da Alemanha.

N. 412 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 398, de 9 do corrente, tenho a honra de informar que no dia 18 deste mês teve lugar na Preussenhaus uma grande reunião secreta dos grandes chefes responsáveis da econo-

mia alemã, sob a presidência do chanceler do Reich, e da qual também participou o general Goering que, como Vossa Excelência sabe, está especialmente encarregado pelo *führer* de executar o plano de quatro anos.

2. Esse plano foi aliás o que fez objeto das discussões da referida reunião e no decorrer da qual foram ouvidos o chanceler Hitler e o general Goering.

3. Embora, como disse, essa conferência tenha sido convocada secretamente, pude verificar que cerca de trezentas pessoas, vindas de diversos pontos do Reich, dela participaram para ouvir, durante quatro horas, as ordens do *führer*.

4. Parece certo que o dr. Schacht, ministro da Economia e presidente do Reichsbank, que por esse motivo deveria se interessar primordialmente pelos assuntos econômicos, que constituíram o principal tema das discussões, não assistiu a essa reunião.

5. Os altos funcionários administrativos do regime compareceram na sua totalidade, assim como o estado-maior superior do plano quadrienal e os representantes qualificados da seção econômica do Ministério da Guerra.

6. No correr dos debates o general Goering, autorizado pelo *führer*, proclamou a necessidade de ser feita imediatamente uma mobilização industrial da Alemanha e essa declaração produziu na assistência uma viva surpresa. O general Goering também censurou duramente os industriais presentes pela inércia que têm manifestado na colaboração para a realização da grande ideia do plano de quatro anos. Esse plano, acrescentou o referido general:

invoca a iniciativa de cada um em nome do dever patriótico que a todos incumbe. É a finalidade do plano que tudo domina pois se trata de colocar a Alemanha em estado de sustentar a grande prova. Os regulamentos, as ordens, não têm senão uma relativa importância. Se alguém, por exemplo, puder me fornecer borracha ou algodão por qualquer meio eu dispensarei de todos os regulamentos e leis, ficando isento de qualquer prescrição legal e, ainda mais, receberá uma grande recompensa.

7. O general Goering acentuou que, na ordem das principais necessidades deste país, colocava em primeiro plano as matérias-primas necessárias aos armamentos e, ao fazer referência aos acontecimentos da Espanha, declarou francamente ser desejo do Partido Nacional-

-Socialista alemão ver o triunfo das tropas do general Franco como defesa contra a invasão comunista.

8. Isso demonstra eloquentemente a grande crise econômica que está atravessando a Alemanha, que teme uma agravação por motivo do inverno que se aproxima e que todos receiam seja deveras rigoroso, determinando uma maior penúria dos artigos mais essenciais à alimentação da população.

9. Como prova evidente de tais necessidades, os habitantes de Berlim receberam, há alguns dias, formulários para neles ser mencionado o número de ocupantes de cada casa ou apartamento. Esse recenseamento é destinado à fiscalização dos fornecimentos de manteiga e de matérias gordurosas. Cada comerciante deverá, a partir de 1º de janeiro próximo, organizar uma lista dos seus fregueses e não poderá fornecer a cada um senão a dose fixada pela autoridade competente, tendo em consideração o número de consumidores de cada família. Essa medida também será aplicada ao fornecimento de carnes finas.

10. Também devido à falta de matérias-primas acima mencionada, principalmente de caráter alimentar, todos acreditam que as dificuldades monetárias decorrentes da falta de divisas são de tamanha importância, que poderão provocar uma agravação tão rápida que o ministro da Economia e presidente do Reichsbank seja forçado a manifestar proximamente a necessidade de suspender todos os pagamentos de dívidas comerciais. Essa decisão, porém, seria somente adotada em relação aos países com os quais a Alemanha não celebrou acordos ou entendimento para operar por compensação.

11. Essa situação é agravada pelo fato das exportações alemãs terem-se tornado muito mais difíceis devido ao alinhamento e desvalorização das moedas das nações que formavam o chamado bloco do ouro. As subvenções para o comércio alemão de exportação tiveram de ser fortemente aumentados e assim, em relação somente à Tchecoslováquia, o aumento atingiu cerca de 40%.

12. Isso aliás já tive ocasião de mencionar em ofício anterior.

13. Assim a falta de divisas estrangeiras se faz sentir cada vez mais e todos os recursos deverão ser reservados para o abastecimento do trigo, pois a última colheita foi péssima, devido a circunstâncias desfavoráveis, tais como seca e chuvas abundantes em épocas impróprias.

14. Os ovos, manteiga, carnes finas já escasseiam e por esse motivo o grupo de hoteleiros alemães decidiu simplificar os menus dos restaurantes a partir de 1º de janeiro.

15. Essa medida é uma consequência da penúria de muitos artigos alimentícios e por imposição dos dirigentes do plano de quatro anos.
16. Os restaurantes, desde o ano próximo, não poderão fornecer senão um número mínimo de pratos de cada qualidade, com exceção de peixe. Certos produtos, tais como as batatas, deverão ser consumidos com um mínimo de perda ao serem descascados. Os detritos deverão ser cuidadosamente guardados para o aproveitamento na criação de porcos.
17. Os restaurantes serão ainda obrigados a estabelecer menus com preços fixos, sendo evitado fornecer jantares ou almoços fora desses menus.
18. No quadro do plano de quatro anos, o grupo de hoteleiros examinou severamente todas as medidas de economia a serem adotadas.
19. Entre elas, figura também a que se refere à roupa de mesa, ficando decidido que – visando poupar sabão – todos os proprietários de restaurantes e botequins não deverão mais usar toalhas e guardanapos sobre as mesas de mármore ou de madeira polida. Os guardanapos deverão ser sempre de papel.
20. O plano de quatro anos sendo principalmente destinado a permitir ao governo seguir a política de rearmamento intensivo, tudo indica que, apesar das graves dificuldades materiais que já vem sentindo a população deste país, não desistem os dirigentes de prosseguir na execução do mesmo. No caso de não ser obtido [...] qualquer acordo econômico com a Inglaterra ou com os Estados Unidos, prevejo muito sérias dificuldades para o inverno que ora se inicia, sob o ponto de vista de alimentação e de falta de divisas, o que em certo momento poderá abalar o prestígio do próprio regime, principalmente se, em desespero de causa, o governo for obrigado a recorrer à desvalorização do marco ou à inflação, o que por enquanto não me parece provável.
21. Deve ser ainda considerado que a situação internacional continua difícil e delicada, o que ainda mais concorre para aumentar as mencionadas dificuldades do governo alemão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

---

[Índice:] As relações entre a Santa Sé e Berlim.

N. 419 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 28 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Estou informado de que no dia 23 do corrente o núncio apostólico teve uma demorada conferência com o barão von Neurath e nessa ocasião fez um exame de todas as questões interessando a Igreja Católica na Alemanha.

2. O núncio, monsenhor Orsenigo, especialmente chamou a atenção do governo alemão sobre o discurso pronunciado há algumas semanas, em Colônia, pelo chefe do distrito nacional-socialista de Nuremberg, o senhor Julius Streicher. Nesse discurso, o senhor Streicher atacou violentamente os meios católicos alemães e formulou acusações de ordem pessoal contra o episcopado germânico. Essas palavras produziram então uma viva emoção nos centros católicos alemães.

3. Os dirigentes nacional-socialistas se esforçam de atenuar esse incidente, mas o escândalo foi tamanho que o cardeal arcebispo de Colônia e os bispos da província de Colônia protestaram do púlpito contra as acusações do senhor Streicher.

4. Monsenhor Orsenigo, no correr da conferência acima referida, pediu também ao ministro dos Negócios Estrangeiros algumas garantias em relação à educação da juventude católica e sobre o regime escolar consequente à incorporação de toda a mocidade alemã nos quadros das associações nazistas Juventude Hitleriana, agora consideradas instituições oficiais.

5. Essa medida foi tomada em 1º de dezembro corrente e visa à instrução não somente física, mas também espiritual, o que evidentemente viola o artigo 31 da concordata existente entre a Alemanha e a Santa Sé desde o ano de 1933 e que tem sido, nestes últimos tempos, objeto de contínuos incidentes entre o governo de Berlim e o Vaticano.

6. A recente lei alemã, diz o núncio, busca extinguir as associações católicas, sem que a supressão seja oficialmente organizada.

7. Durante a mesma entrevista, o núncio teria também informado o

governo alemão sobre os termos exatos da mensagem pontifical que foi irradiada do Vaticano na noite de Natal.

8. O governo nacional-socialista sentiu-se diretamente visado pelas palavras do Papa ao condenar, sob o ponto de vista da moral religiosa, o nazismo como vem sendo aplicado pelo chanceler Hitler. Nessas condições, o governo alemão proibiu a transmissão da aludida mensagem de Sua Santidade no território do Reich, o que também é interpretado pelo Vaticano como uma nova violação da concordata de 1933.

9. O incidente poderá ter consequências, envenenando ainda mais as relações da Santa Sé e de Berlim, e impressionou profundamente os meios católicos alemães.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] A Alemanha e o problema colonial.

N. 420 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 29 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

O senhor Hjalmar Schacht, ministro da Economia, em uma revista americana, publicou recentemente um artigo, que certamente reflete a opinião do governo alemão e que parece ser uma resposta à propostas feitas, no ano passado, por *sir* Samuel Hoara visando a uma melhor distribuição das matérias-primas.

2. O senhor Schacht insistindo nos pedidos por ele formulados, em 1929, perante a Conferência Young, então reunida em Paris, declara:

- a) A Alemanha deve produzir matérias-primas em territórios colocados sob a sua administração;

b) Esse território colonial deve fazer parte do seu próprio sistema monetário.

3. As outras questões que poderiam ser suscitadas, tais como a soberania, exército, polícia, leis, religião, colaboração internacional etc. poderiam ser discutidas e regularizadas por meio de uma conferência internacional, mas desde logo nenhuma deliberação poderia ser tomada que viesse a afetar a honra do governo alemão.

4. O dr. Schacht acrescentou nesse artigo que o problema colonial não é nem uma questão de prestígio nem um problema imperialista, mas simplesmente uma questão de ordem econômica e vital, e de cuja solução depende, por assim dizer, a paz europeia.

5. A sugestão do dr. Schacht no sentido da Alemanha ter a administração de certas colônias, territórios presentemente sob mandatos da França, Inglaterra e Japão, ou mesmo talvez de colônias portuguesas ou holandesas, embora nesse ponto o artigo não faça nenhuma referência, sem necessariamente adquirir a soberania sobre as mesmas, parece verdadeiramente escrita para a abertura de negociações, na base das propostas de *sir* Samuel Hoare.

6. Devo ponderar a Vossa Excelência que esse artigo contém, pela primeira vez, as condições fundamentais das exigências mínimas para uma atividade colonial do povo alemão. Parece, assim, oferecer um programa para uma discussão de caráter objetivo.

7. O órgão oficioso da Wilhelmstrasse, *Correspondência Diplomática e Política*, comenta da seguinte forma um discurso do mesmo ministro da Economia, pronunciado no mês passado, em Frankfurt sobre o Meno, também sobre o problema colonial:

as declarações do dr. Schacht – diz a aludida *Correspondência Diplomática* – simplificam, em geral com facilidade, no estrangeiro o trabalho imaginando que as queixas alemãs não têm ligação com o problema colonial e que a questão das matérias-primas poderá ter uma solução se ficar reconhecido, internacionalmente, o princípio da porta aberta.

É com razão que o dr. Schacht fez sobressair a importância econômica de cada colônia, tanto no que diz respeito às fontes de matérias-primas como no que se refere a novos mercados para os produtos da indústria alemã. Essa importância é tanto maior quanto existem no domínio comercial e monetário condições que não permitem resolver o problema das matérias-primas como uma questão de compra e distribuição. De



qualquer forma, ninguém poderá contestar que a divisão das nações em duas categorias, pobres e ricas, não seja uma causa profunda das perturbações que existem atualmente, e da quais muito principalmente sofre a Alemanha.

8. A propaganda alemã se orienta assim, cada vez mais, como me foi permitido há tempos prever, no sentido das reivindicações das antigas colônias alemãs, perdidas depois da Guerra Mundial, e tudo que os jornais alemães encontram de favorável, ou que podem interpretar dessa forma, na imprensa internacional, não deixam logo de fazer grandes comentários.

9. Em geral, também se nota o interesse que se liga, desde algum tempo, ao movimento que vai tomando incremento da Polônia pelo problema colonial.

10. Tenho a impressão que não está excluída a hipótese de haver, pelo menos, tendência de ser apoiada a pretensão colonial alemã por uma frente única de países não coloniais, tais como a Polônia.

11. Berlim registrou com a maior satisfação, como se pode depreender da repercussão na imprensa alemã, o eco produzido no mundo político europeu pela recente publicação do ministro dr. Schacht, sobre a questão colonial.

12. O problema, como tive ensejo de há tempos referir a Vossa Excelência, está por assim dizer na ordem do dia das discussões sobre a política europeia, e creio que assim ficará até que possa ser encontrada solução satisfatória.

13. Da leitura dos principais jornais franceses e ingleses, pode ser deduzido que a opinião dominante naqueles países é que – nem sob o ponto de vista econômico, nem demográfico – é a posse de vários territórios de colonização indispensável para resolver o problema econômico alemão. Em geral, os governos inglês e francês parecem inclinados a considerar que a campanha atual em favor da restituição ao Reich de suas antigas colônias, ou pelo menos de algumas entre elas, apresenta principalmente um aspecto político.

14. O regime hitleriano deseja, sem dúvida, vencer essa nova etapa nos esforços que desenvolve incessantemente para transpor os últimos obstáculos que ainda encontra, decorrentes do Tratado de Versalhes, e apagar os últimos traços da derrota de 1918. A autoridade e o prestígio do poder nacional-socialista, à vista das populações do Reich, exigem que essa satisfação seja dada também ao amor próprio alemão. Parece tratar-se de uma ação política interna, tanto e talvez mais do que uma

tentativa para o reerguimento do prestígio internacional da Alemanha sob o ponto de vista internacional, tirando-a da posição de potência reclamante à qual se viu reduzida depois do armistício e do tratado de paz. Essa atitude é, até um certo ponto, influenciada pelos resultados obtidos pela Itália na Abissínia, pelo Japão na Manchúria, apesar da resistência de um grande número de fortes potências, e da própria Liga das Nações e assim a tendência para um possível golpe de força é ainda mais incentivada.

15. Fazendo um exame de conjunto sobre a questão colonial, que tanto apaixona a opinião pública mundial neste momento, parece resultar que a possibilidade de uma “explosão”, também anunciada pelo dr. Schacht no discurso a que antes me refiro, como possível de se verificar na Alemanha, no caso de não serem atendidas as reivindicações do governo do Reich, tem ganho terreno em toda a Alemanha. Existe também a impressão de que o próprio dr. Schacht e o estado-maior nazista ficariam – pelo menos, por enquanto – satisfeitos se fosse devolvida à Alemanha apenas uma pequena colônia, mesmo de mínima importância. O problema das matérias-primas ficaria reservado para ser resolvido ulteriormente em forma definitiva por meio de um acordo internacional em que os interesses de todos possam ser devidamente acautelados.

16. Tudo indica que se a Alemanha estiver disposta a pagar o preço representado por um tal arranjo, de ordem geral e final da Europa, em troca de colônias, ela acabará por obter uma relativa satisfação.

17. Também é fora de dúvida que, antes que o problema colonial alemão possa ter uma verdadeira significação política para os governos francês e inglês, é indispensável que o Reich, de acordo com a Itália, estabeleça claramente as bases de uma política construtiva, no que diz respeito à Espanha e ao problema mediterrâneo.

18. O momento parece indicado para o chanceler Hitler confirmar por atos as declarações que por várias vezes tem feito, que creio sinceras, de dar à Europa provas concretas do seu desejo de uma leal cooperação por parte da Alemanha com as nações que desejam igualmente uma política de ordem e de paz. Estou persuadido que da atitude do *Führer*, a ser adotada nos próximos dias do Ano Novo, poderá depender a sorte do continente, e a resolução a ser tomada é tão grave que o chanceler Hitler, contrariamente ao que se supunha, não passou o Natal em Berlim, retirando-se para a sua residência de Berchtesgaden, na Baviera, onde geralmente ele costuma calmamente refletir e confe-

renciar com os seus conselheiros mais íntimos, sempre que deve tomar uma grande deliberação.

19. Do que ficar resolvido oportunamente informarei Vossa Excelência, tão detalhadamente quanto me for possível.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Restrições para a saída de alemães do território do Reich.

N. 424

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 29 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Por uma decisão do dia 21 do corrente, do ministro do Interior do Reich, nenhum alemão sujeito a obrigações de caráter militar poderá obter passaporte para viajar para o estrangeiro sem uma autorização expressa das autoridades militares da região a que pertencer.

2. Para o tráfego diário de fronteira e excursões, as cartas de identidade serão recusadas no caso dos interessados serem suspeitos de querer desertar, ou tentar escapar do serviço de trabalho obrigatório, ou militar.

3. Os alemães que se destinam a países estrangeiros com fins desportivos poderão obter seus passaportes, sob condição de apresentarem atestados das organizações ou clube a que pertençam, que assumirão inteira responsabilidade pela volta à Alemanha dos seus membros, na data determinada pelas autoridades competentes e mencionada nos passaportes.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Novas restrições monetárias.

N. 425

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 29 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Uma lei datada do dia 24 do corrente mês permite ao governo do Reich confiscar lucros obtidos por alemães em operações bancárias decorrentes da desvalorização de moedas estrangeiras.

2. Assim, um industrial alemão que tenha um débito em francos franceses, ou suíços, e que beneficie da redução dessa divisa devido à recente desvalorização dessas moedas, deverá ceder ao governo alemão a diferença de que normalmente beneficiou pelo motivo apontado.

3. Uma outra lei, datada de 23 de dezembro corrente, estabelece que, a partir de 1º de janeiro próximo, fica absolutamente proibida a introdução na Alemanha de marcos em papel-moeda para todos os viajantes de nacionalidade estrangeira. Como Vossa Excelência sabe, eles podiam até agora entrar neste país com uma soma máxima de 30 marcos.

4. A mesma lei reduz de 60 marcos para 30 a quantia máxima que os estrangeiros podem trazer consigo em moeda divisionária, ao penetrar no território do Reich.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 DEZ. 1936 • AHI 04/03/06

[Índice:] Negociações entre Paris, Londres e Berlim sobre a não intervenção nos assuntos da Espanha.

N. 426 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 29 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro,

Estou informado [de] que foram iniciadas conversas e sondagens entre as chancelarias de Londres e Paris, por intermédio de seus embaixadores nas capitais inglesa e francesa, sobre os assuntos da Espanha, sobre as necessidades econômicas do Reich e sobre o armamento intensivo que está sendo realizado por diversas nações e, em geral, sobre um conjunto de problemas que se acham intimamente ligados e que interessam enormemente o presente e o futuro das relações franco-alemãs.

2. Falou-se de uma iniciativa francesa, no sentido de ser feita em Berlim uma comunicação visando chamar a atenção do governo alemão sobre o perigo que constitui para a paz europeia a remessa de tropas alemãs para a Espanha. Posso assegurar que essa notícia é destituída de fundamento.

3. No caso de ser confirmado o boato de que voluntários alemães, mais ou menos militarizados e em grande número, seguiram para ser incorporados ao exército do general Franco, isso não deverá ser censurado pois, anteriormente, soldados russos foram expedidos pelos soviets com armas e bagagens, e presentemente combatem aos milhares, ostensivamente, ao lado do exército vermelho do governo de Valência. Também é sabido que fazem parte da famosa brigada internacional voluntários e chefes de exército franceses, belgas, tchecos e alemães comunistas.

4. Sobre o particular, o que houve exatamente foi seguinte: os embaixadores da França, senhor François Poncet e da Grã-Bretanha, *sir* Eric Phipps, estiveram ontem no Ministério dos Negócios Estrangeiros e ali fizeram entrega de um memorando manifestando o desejo dos governos de Paris e de Londres de ser feita uma aplicação mais rigoro-

sa do princípio de não intervenção na Espanha. Idêntica providência foi tomada junto aos governos de Moscou, Roma e Lisboa.

5. A resposta do governo do Reich só será conhecida depois do regresso do *führer*, presentemente em repouso nas montanhas da Baviera, mas deve ser notado que, em agosto último, foi o próprio governo alemão quem ponderou, aos governos inglês e francês, que a questão dos voluntários constituía o problema mais importante da intervenção na Guerra Espanhola e que imediatamente devia ser evitado. Naquela ocasião, o governo francês, principalmente, julgou não dever ligar grande importância a essa sugestão alemã, interessado, como estava, em favorecer os comunistas de Madri.

6. Segundo estou informado, as resposta alemã e italiana serão idênticas, já tendo entrado em contato os gabinetes de Berlim e Roma.

7. O governo de Londres, bastante alarmado com a atual situação política europeia, obteve um acordo com o governo de Paris, no sentido de ser encontrada no terreno econômico a principal base para um vasto entendimento com o chanceler Hitler e, em conjunto, fixar a futura atitude dos países interessados em que a revolução espanhola não degenera em guerra europeia.

8. A Alemanha tem necessidade urgente de matérias-primas e isso lhe poderá ser facilitado, opinam os centros oficiais de Paris, se ela aceitar o princípio de uma limitação de armamentos e se o governo do Reich quiser orientar as suas relações com outras nações de forma menos irreduzível.

9. A intervenção alemã na Espanha, decorrente de idêntica atitude por parte da França e da Rússia, que presentemente tanto inquieta Paris, não forma – na opinião de Downing Street – senão um elemento de uma negociação muito mais vasta, pois afeta as relações recíprocas das grandes potências ocidentais.

10. Quanto à Itália, essa parece querer manter intacta a sua entente cordiale com a Alemanha e dela não se separará e com ela manterá uma perfeita identidade de vistas para o desenvolvimento de sua política externa, tanto mais que, talvez mais interessada do que o Reich, não poderá aceitar a instalação no Mediterrâneo de um governo comunista, ainda mesmo disfarçado em republicano ultrademocrático.

11. A Itália e a Alemanha concordarão com todas as medidas tomadas pelo Comitê de Londres de não intervenção, no sentido de uma limitação de riscos de guerra, mas sempre que suas decisões não re-

presentem medidas favoráveis ao governo de Moscou e a sua política na Espanha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores







1937



OFÍCIO • 05 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Facilidades para o emprego dos créditos congelados na Alemanha.

N. 5

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 5 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

A difícil situação criada pela crise econômica e monetária alemã tornou necessária a suspensão dos pagamentos normais de juros de certas dívidas e amortização de capitais estrangeiros em moeda-ouro, tendo os devedores alemães depositado o contravalor em marcos na Caixa de Conversão para as dívidas externas.

2. Deve ser notada a importância que representa, nesse assunto, a moratória de transferências dessas somas, que foi executada em junho de 1936. Por essa medida, os créditos existentes na Caixa de Conversão não podiam ser utilizados para pagamentos no estrangeiro. A caixa referida, desde então, entregava imediatamente a seus credores títulos internos desses valores, vencendo os juros legais.

3. O departamento do Reich de fiscalização e regulamentação de câmbios e moedas acaba de publicar uma nova disposição, que permite a utilização dos juros dessas obrigações em compras na Alemanha. Foi, porém, feita uma distinção entre credores particulares e credores de empréstimos alemães no estrangeiro.

4. O credor particular estrangeiro, que dispõe de um crédito, produto de juros, em seu nome na Caixa de Conversão, pode transferir esse crédito, mediante licença, para uma conta especial em um banco que opera em divisas, onde ficará à sua disposição, sem nenhuma restrição, e poderá utilizá-lo em pagamentos internos na Alemanha, tais como presentes, gastos de manutenção, pagamentos de impostos. Para viagens, poderá dispor até a quantia de dois mil marcos mensais.

5. Também é facultado aos devedores nacionais efetuar pagamentos diretamente por esta conta especial dos credores estrangeiros.

6. No caso do credor já ter recebido da Caixa de Conversão *scripts*, ou obrigações sem juros, pode, com uma licença que lhe será concedida, vender esses títulos em marcos no Deutsche Golddiskontbank e dispor do produto depositando-o em uma conta em banco.

7. O Departamento de Fiscalização concederá a licença sempre que

fique provado que as obrigações foram obtidas por operações que estabeleçam claramente tratar-se de velha posse.

8. Essas disposições não se aplicam aos credores dos empréstimos alemães externos. Os juros não estão inscritos na Alemanha no nome de cada possuidor desses títulos. Esses credores foram avisados que, devido a esse fato, devem trocar os cupons de juros, nos estabelecimentos onde são efetuados os pagamentos externos, por obrigações da Caixa de Conversão, vencendo juros internos. Essas obrigações podem também ser vendidas ao Deutsche Golddiskontbank em marcos, quando o Departamento de Contratos Bancários de Berlim permitir que o produto seja depositado em uma conta especial.

9. Essa licença é concedida quando o credor estrangeiro provar que em 1º de julho de 1933 já era possuidor de tais títulos. O credor estrangeiro apresentará uma certidão do cônsul competente do lugar de sua residência, na qual fique estabelecida a prova dessa posse.

10. Sob idênticas condições, podem também ser vendidos *scripts* ao Deutsche Golddiskontbank. Com essas novas regras, foram concedidas aos credores estrangeiros maiores facilidades para o emprego de seus créditos congelados na Alemanha.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A Alemanha e o acordo anglo-italiano.

N. 10 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

A imprensa alemã acompanhou com o mais vivo interesse as negociações anglo-italianas para regular a questão mediterrânea e mani-

festou a maior satisfação pela conclusão do *gentlemen's agreement* assinado em Roma há poucos dias.

2. Esse acordo foi aqui interpretado como uma feliz evolução da política de paz, destinada a diminuir a tensão da crise reinante e que tanto vem ameaçando a tranquilidade e o bem-estar dos povos. Foi ainda notado pela imprensa berlinense que o acordo italiano-britânico põe em destaque que o eixo Berlim-Roma não foi absolutamente afetado pelo acordo referido, que acaba de ser concluído.

3. A Alemanha não se sente de forma alguma isolada – como pretendia a princípio a imprensa francesa – e, bem ao contrário, tudo indica que foi precisamente a França que ficou afastada das negociações, embora sendo potência mediterrânea.

4. Não parece provável que se proceda à reconstituição da chamada frente de Stresa, e isso se depreende dos comentários que fazem ressaltar que é a atitude equívoca adotada pela França na questão espanhola que impede que se estabeleça uma política de sincera confiança entre os senhores Mussolini e Léon Blum.

5. A situação na Espanha fornece precisamente aos jornais alemães a ocasião de ser publicada uma informação deveras interessante. De uma forma geral, os principais órgãos de publicidade julgam que a conclusão do *gentlemen's agreement* libera a Inglaterra de uma grave preocupação e que o governo de Londres recupera em grande parte a sua liberdade de ação na questão da Espanha.

6. Foram essas as considerações políticas – declaram os meios diplomáticos os mais autorizados – que ditavam até agora à Grã-Bretanha uma atitude quase favorável aos soviets na Espanha. Agora que a Itália reconhece a integridade do território espanhol, nada mais impede que a Inglaterra colabore também para uma solução razoável do conflito espanhol e defenda o *status quo* do Mediterrâneo, impedindo que nas suas margens se instale uma base comunista sob as ordens de Moscou e suscetível de perturbar o equilíbrio político daquela zona, com ameaça para a manutenção da paz.

7. Em conclusão, a impressão geral aqui é que o acordo acima mencionado não isolou a Alemanha das deliberações políticas do momento, nem diminuiu a sua posição em face do acordo germano-italiano, mas enfraqueceu a França, afastando-a – ainda que momentaneamente – das deliberações anglo-italianas relativas ao Mediterrâneo, acentuando, assim, ainda mais, as divergências existentes entre Paris e Roma.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

---

[Índice:] O conflito espanhol e o problema da não intervenção.

N. 11 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o meu telegrama n. 1, de 4 do corrente, e informar Vossa Excelência que, no dia 7 do corrente, foram entregues aos embaixadores da França e da Grã-Bretanha nesta capital as respostas, ansiosamente esperadas, do governo alemão e, em Roma, as do governo italiano às notas franco-britânicas sobre a não intervenção na Espanha e, principalmente, sobre a partida de voluntários estrangeiros para as fileiras das duas facções em luta.

2. Como tive ensejo de referir naquele telegrama, os governos de Berlim e de Roma salientaram nas suas respostas que as comunicações agora recebidas de Paris e Londres não continham, por assim dizer, matéria nova, pois desde o mês de agosto do ano passado o problema dos voluntários, o do apoio financeiro, o da propaganda comunista, enfim, de uma intervenção disfarçada naquela época, da França e da Rússia, já tinham sido apontados como pertencendo ao domínio da mais flagrante participação na luta espanhola, com caráter parcial. Foram precisamente os governos francês e inglês que então não quiseram considerar esse ponto de tamanha importância neste assunto.

3. Tenho a impressão que, presentemente, tanto a Alemanha como a Itália e, certamente, Portugal julgam que a situação mudou completamente em relação ao que era no fim do verão passado, quando ainda era tempo de ser obtido acordo para evitar a remessa de soldados e de

material de guerra, nas proporções em que foi feito incessantemente desde aquela época.

4. Os comentários alemães à referida resposta buscam demonstrar ao público que sustar atualmente as contribuições privadas e benévolas ao conflito espanhol seria uma garantia absoluta e fazer jogo favorável ao comunismo. Seria precisamente ajudar a manobra desejada pelo Comintern, a qual foi preparada em Moscou com o maior cuidado, contando com que as potências favoráveis ao general Franco se deixariam iludir, proibindo o envio de novos contingentes de voluntários para a Espanha, uma vez que já ali existem fortes exércitos formados por franceses, ingleses, tchecos, russos e até mesmo alemães e italianos antifascistas.

5. Conforme também tive ensejo de referir, no meu telegrama número 1, Roma e Berlim, nas suas respostas ontem publicadas, reafirmaram uma posição intransigente ao estabelecimento de um regime comunista na península ibérica suscetível de prejudicar o equilíbrio político no Mediterrâneo e na Europa.

6. Tanto a Itália como a Alemanha repelem a possibilidade de ser constituído um Estado soviético na Espanha, porque um tal Estado seria um instrumento político da Rússia, que o anexaria à União das Repúblicas Soviéticas. O governo de Moscou, possuindo já uma posição muito forte no Mediterrâneo oriental, devido às suas relações com a Turquia, o governo italiano, muito principalmente, não pode permitir que a Rússia venha a estabelecer uma base em pleno Mediterrâneo ocidental, pondo em grave risco a península ibérica, a península itálica e até mesmo a navegação geral, indo até atingir interesses de outros países, tais como o Egito e a Inglaterra no seu caminho para as Índias.

7. A constituição de um Estado catalão soviético, aderindo à união de Moscou, significaria a ruptura da unidade espanhola, a completa alteração da integridade territorial espanhola e modificaria profundamente a situação da política mediterrânea, provocando imediatamente novos e graves problemas de urgente solução, o que é absolutamente necessário evitar.

8. Apesar disso, o governo alemão ainda julga possível estabelecer uma fiscalização eficaz na Espanha por todos os governos interessados, no sentido de afastar da península todos os combatentes não espanhóis, com a condição de também serem suprimidas todas as demais intervenções diretas ou indiretas, veladas ou ostensivas, inclusive os agitadores e propagandistas vermelhos, a fim de ser restabelecido o estado de cousas existente em agosto de 1936.

9. Conseqüentemente, tenho a impressão que a possibilidade de negociações subsiste, sempre, porém, que a Rússia e os franceses do Partido da Frente Popular vermelha renunciem, uma vez por todas, a fazer da Espanha um campo de propaganda e de miséria, um centro de expansão revolucionária e de desordem mundial.

10. As respostas são diferentes na forma, mas idênticas quanto ao fundo da questão e denotam um perfeito acordo entre os governos de Berlim e Roma. Ambas comportam uma aceitação de princípio da sugestão franco-britânica, sob reserva da aplicação sincera – por todas as potências interessadas – do acordo geral de não intervenção, dentro do espírito pelo qual foi concluído e das medidas destinadas a impedir qualquer auxílio ou apoio direto ou indireto a qualquer das partes que presentemente lutam na Espanha.

11. Consideradas em conjunto, as respostas da Itália e da Alemanha são mais favoráveis do que era lícito supor por certas informações oficiais divulgadas anteriormente pela imprensa internacional.

12. O documento italiano é mais longo do que o alemão e se estende talvez um pouco mais sobre as possibilidades de conciliação, mas não é menos severo quando preconiza a necessidade urgente de serem tomados novos rumos para a política internacional, especialmente no caso da Espanha, se houver realmente o desejo de ser mantida a paz europeia.

13. Os governos dos senhores Hitler e Mussolini declaram também, nas suas notas, que eles serão forçados de submeter novamente o assunto a exame, com a responsabilidade dos governos francês e inglês se não forem desde já tomadas medidas contra a ação política e ostensiva da União Soviética na Espanha. Em resumo, isso significa, como disse anteriormente, que Berlim e Roma não permitirão mais as intervenções russas na Espanha, considerando que as atividades do Comintern naquele país faz correr grave risco à paz mundial.

14. Assim, na opinião do governo alemão, seria possível colaborar para facilitar uma solução do problema espanhol; e o governo de Berlim estimaria que o comitê de Londres examinasse imediatamente em que forma as medidas acima apontadas poderão ser praticamente aplicadas, sem mais demora.

15. A resposta de Moscou à nota franco-britânica é geralmente considerada, aqui, como um documento de uma audácia sem precedente, pois ninguém se ilude que o bolchevismo, ao aceitar aparentemente os métodos elegantes e leais tradicionais da diplomacia, dissimula as suas verdadeiras tendências e fins, visando obter um cômodo passaporte



para a execução do seu vasto programa revolucionário, fazendo agir mais livremente a sua propaganda destruidora.

16. É suficiente ler a nota soviética para compreender que desapareceu toda distinção entre os atos da Rússia, como nação, e os praticados como doutrina. Assim, a resposta referida, sumária e intencionalmente ingênua, pode ser considerada como uma prova evidente, pois não é necessário nova documentação para nos convenceremos que a intervenção russa na Espanha continua a ser das mais ativas, constituindo atitude agressiva e de grande ousadia, em pleno coração da zona do Mediterrâneo.

17. Os principais órgãos da imprensa alemã perguntam como os países aliados da U.R.S.S. podem continuar a se deixar enganar perante a opinião pública. Acrescentam os mesmos jornais que, em geral, nesses países, principalmente os seus governos não compreenderam ainda, ou não quiseram compreender, por motivos de fácil percepção, que o único perigo trágico e iminente para a Europa e para o mundo civilizado se concentra na perfídia bolchevista, que encerra como premissa a guerra e, como consequência, a anarquia, o crime e a miséria. É sobre essa situação de erro intencional, ou não, daqueles países que opera o governo moscovita, com plena liberdade de ação.

18. Não há, assim, nada de estranhável em que a Rússia assine um ato concebido no espírito e nas normas das relações internacionais estabelecidas entre os povos cultos e não ligue nenhuma importância à responsabilidade dos compromissos assumidos. Os bolchevistas devem ser considerados, sob um certo aspecto, como fora dos limites do bem e do mal. Não podem ser exigidas dos dirigentes de Moscou garantias que impliquem no respeito de uma lei moral, ou social, e os que assim procedem ou não estão de boa-fé, ou são demasiadamente ingênuos.

19. Os meios autorizados franceses ainda guardam uma certa reserva sobre as notas recebidas de Berlim e Roma. Depois de uma primeira leitura, o documento não foi julgado como negativo, pois o Reich, apesar dos termos enérgicos de sua nota, se declara disposto a apoiar qualquer medida que vise impedir o afluxo de voluntários estrangeiros na Espanha. É certo que o governo alemão fez depender sua adesão de condições, algumas das quais aparecem, talvez, praticamente como de difícil realização.

20. Apesar disso, tudo indica que em França não querem, por enquanto, senão considerar que existem felizmente possibilidades de negociações, o que, sem dúvida, é julgado como um fator tendente a produzir uma atmosfera de mais confiança sobre a presente situação

internacional cheia de perigos que estamos atravessando e resultante, principalmente neste momento, da guerra da Espanha.

21. Em Londres, a publicação dos textos das notas alemã e italiana produziu uma impressão em geral favorável. Sob reserva de um estudo mais aprofundado, os meios britânicos autorizados consideram, à primeira vista, que se trata de documentos de uma extraordinária precisão e clareza, e que traduz[em] principalmente a opinião perfeita e quase brutal do *Führer*, o que empresta maior valor, acrescentando que existe uma perfeita identidade de vistas com o *duce* italiano, senhor Mussolini. Os serviços políticos de Downing Street julgam também que os textos referidos não encerra[m] a discussão do assunto e que permite[m] esperar a conclusão de um acordo sobre a interdição de remessa de voluntários estrangeiros para a Espanha.

22. De qualquer forma, se não sobrevier um novo incidente que de novo agite a política internacional, acredito que a situação geral melhorou depois da publicação das notas, que, ao contrário do que muitos supunham, não encerrou definitivamente a discussão e, ao contrário, abre a possibilidade de serem feitas novas negociações, conquanto o problema seja deveras delicado e de difícil solução, comportando, a cada momento, graves riscos de acarretar uma guerra, tais os interesses que estão em jogo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A importância dos navios coirçados nas marinhas de guerra.

N. 26 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

Segundo informações que pude colher, em fonte autorizada, no dia 12 de dezembro do ano findo, foi lançado ao mar, nos estaleiros franceses de Saint Nazaire, um navio de linha de 26.500 toneladas. Alguns momentos antes, tinha sido batida a quilha do novo coiraçado francês de 35 mil toneladas, nos estaleiros da Loire.

2. Esse acontecimento naval está ligado ao lançamento do *Gneisenau*, de 26.500 toneladas, efetuado quatro dias antes nos estaleiros de Kiel, na presença do *führer* e como tive ensejo de referir em ofício anterior. Essa unidade da marinha de guerra alemã sucedeu ao *Scharnhorst*, outro navio coiraçado deste país, lançado ao mar em outubro de 1936, em Wilhelmshaven, perfeitamente idêntico ao *Gneisenau*.

3. Esses três lançamentos sucessivos, de navios de guerra de grande importância naval, consagram, segundo a opinião dos técnicos, a reabilitação dos coiraçados.

4. Logo depois da assinatura do Tratado de Versalhes, todas as potências marítimas pareciam resolvidas a renunciar a qualquer projeto de construção, pelo menos por muito tempo, de coiraçados de grande tonelagem. Julgavam, então, que esses navios não tinham desempenhado, durante a Grande Guerra, um papel suficientemente importante para justificar novas construções, extremamente dispendiosas, de unidades desse gênero.

5. Pareciam, assim, desconhecer os interessados que os navios de linha, ao contrário, tinham permitido aos aliados de dominar os mares, apesar do bloqueio alemão realizado pelos submarinos. Eles tinham obrigado aos alemães a não fazer navegar unidades de superfície, sobre os mares, depois da grave derrota que lhes foi infligida pelos ingleses nas ilhas Falkland.

6. Essa volta ao navio coiraçado pode parecer aos profanos tanto mais extraordinário quanto, depois da guerra, a aviação fez progressos verdadeiramente surpreendentes e que correntemente se ouve dizer que a aviação por si só poderá tornar os mares impedidos para os navios que navegam na superfície.

7. Assim, por um singular paradoxo, a reabilitação do navio de linha provém, na opinião dos técnicos alemães, de duas causas que aparentemente deveriam condená-los. Foram os alemães que, impossibilitados pelo Tratado de Versalhes de construir navios de linha, obtiveram os primeiros sob a forma dos seus chamados coiraçados de bolso, do tipo *Deutschland*. Em segundo lugar, para responder aos perigos da aviação,

conceberam as potentes unidades de linha tais como os franceses acabam de também iniciar a construção.

8. No caso presente, a ameaça aérea não teve outro resultado senão modificar as características dos navios dos tipos *Dunkerque*, francês, e *Scharnhorst*, alemão, no sentido do desenvolvimento de suas faculdades defensivas contra os ataques aéreos e ofensivas contra a aviação.

9. O *Dunkerque* tinha sido planejado como um anti-*Deutschland* e, assim, teria uma tonelagem sensivelmente superior, isto é, de 26.500 toneladas, contra 10 mil para ultrapassar sensivelmente o coirado alemão chamado de bolso. Entretanto, a tonelagem de 26.500 era inferior à cifra máxima permitida pelo Acordo de Washington, que autorizou 35 mil toneladas, pois a França esperava, de acordo com a Inglaterra, fazer abaixar a tonelagem limite dos navios de linha.

10. Essas esperanças ficaram desvanecidas com a construção dos dois coirados italianos do tipo *Littorio*, o que obrigou a Conferência de Londres a restabelecer as 35 mil toneladas máximas, admitidas, em Washington, na conferência naval anterior.

11. Assim, pode ser assegurado que o *Dunkerque* e o *Scharnhorst* serão os últimos navios dessa série e, em seguida, todas as potências navais prosseguirão na construção de unidades de 35 mil toneladas e, possivelmente, de mais.

12. No entanto, um estudo ultimamente feito sobre o *Dunkerque* permitirá, talvez, uma ideia exata sobre o que será definitivamente decidido em matéria de navios de linha.

13. A primeira constatação é que o coirado, de 1936, não corresponde absolutamente ao seu congênere de antes da guerra. Esse último era uma unidade lenta, que não desenvolvia mais de 22 ou 23 nós horários. Os navios rápidos tinham o nome de cruzadores de batalha e alcançavam velocidades bastante consideráveis. No que se refere aos navios atuais, os coirados ingleses *Nelson* e *Rodney*, lançados em 1925, não desenvolviam senão 23,5 nós, enquanto que o *Hood*, cruzador de batalha, lançado em 1918, alcançava 31 nós.

14. O *Dunkerque* se aproxima mais dos cruzadores de batalha, pela velocidade, pois, prevista a sua marcha para 29,5 nós, efetivamente, ultrapassa 31 nós. Isso é devido ao poder considerável desse navio, que é de 125.000 CV, acionado por quatro turbinas e por quatro hélices, e isso graças às economias de peso consideráveis realizadas na construção dos aparelhos de propulsão e de evaporação.

15. Assim, os novos coirados são, antes de tudo, grandes corsá-

rios rápidos, mas isso não faz com que percam as suas extraordinárias qualidades defensivas. No *Strasburgo* e no *Dunkerque*, a proteção foi especialmente estudada contra o tríplice perigo que pode correr o navio, tanto por parte dos obuses, atirando com uma grande incidência, como dos torpedos submarinos e da aviação, cujas bombas produzem efeitos destruidores, cada vez mais parecidos aos das grandes peças de artilharia, atirando a longo alcance.

16. Com efeito, o sistema de coiraças foi organizado sobre novas bases. A blindagem, em vez de ser feita por meio de placas fracionadas, a coiraça no seu conjunto forma um todo do próprio casco. Ela já está, assim, incorporada ao navio no momento do seu lançamento. Essa coiraça de aço completo e especial tem uma espessura de 275mm e constitui uma espécie de cofre separado por duas pontes coiracadas. Também está dividida em uma espécie de colmeia, devido às partes celulares verticais e horizontais, que têm por objeto isolar nos compartimentos celulares os efeitos dos projéteis das bombas e dos torpedos. Esse conjunto de compartimentos blindados põe os órgãos essenciais do navio ao abrigo dos ataques marítimos e submarinos.

17. Ainda que o conjunto do coiracamento tenha exigido 11 mil toneladas de peso, compreendidas as torres, e que o casco integral, com as suas superestruturas, pese mais ou menos 19 mil toneladas, a artilharia e as demais instalações não foram negligenciadas. A principal artilharia, que constitui a peça mestra do navio de linha, se compõe de oito peças de 330mm, expelindo obuses de 530kg com um alcance de vinte e sete quilômetros e dispostas em duas torres quádruplas. Deve, porém, ser assinalado um fato, excepcional, que não se nota senão no *Nelson*: essas duas torres se acham concentradas na proa, onde formam uma espécie de castelo elevado, que lembra as fortalezas medievais.

18. Convém notar que os dois *Scharnhorst* terão um armamento de nove peças principais, divididas em três torres tríplexes, e o calibre dessas peças no navio alemão daquele tipo é de 280mm, em vez de 330mm do francês.

19. Uma outra particularidade do *Dunkerque* é a importância considerável prestada à artilharia secundária, a qual pode servir a dois fins: defesa contra os navios rápidos de superfície, ou contra os aviões, pois a maioria dessas peças pode atirar tanto horizontalmente como verticalmente. Essa artilharia secundária se compõe principalmente de 16 peças de 130mm, de tiro rápido, divididas em cinco torres axiais e laterais, três quádruplas e duas duplas. Além disso, a artilharia aérea, propriamente dita, foi especialmente cuidada para permitir uma ação

de 12 peças automáticas de 100mm e de 16 peças de 37mm, de tiro ultrarrápido, pois podem dar 140 tiros por minuto, isso sem contar as numerosas metralhadoras de 13mm, distribuídas pelo convés.

20. Tanto o *Dunkerque* como o *Strasburgo* possuem ainda seis tubos lança-torpedos de 150mm e podem transportar quatro aviões munidos de catapultas de lançamento.

21. Pelos dados acima mencionados, pode desde logo ser calculado o progresso realizado pela engenharia naval na construção dos coiraçados, tanto na parte defensiva como na eficácia do fogo antiaéreo, em um navio de 26.500 toneladas. Também deve ser notado o que pôde ser obtido pela Alemanha e pela França nas suas novas construções navais, em navios desta classe, no que diz respeito à velocidade quase de um cruzador, à resistência de um grande transatlântico, à proteção e ofensiva de um coiraçado e principalmente para poder ser dotado de uma artilharia secundária, que permitirá uma luta contra os pequenos navios de superfície, submarinos ou aparelhos de aviação e de opor, ainda, aos ataques aéreos, quatro aparelhos de grande poder.

22. Também pode ser imaginado o que representará, como poder ofensivo, o novo coiraçado alemão de 35 mil toneladas, cuja construção está em início e que formará uma série de três unidades geralmente já denominada a dos *Hindenburg*, pois assim se chamará o primeiro destes coiraçados. Essa construção está sendo feita sob o mais absoluto segredo, mas desde logo é sabido que obedece a um plano concertado com a Itália e que combinarão otimamente com os *Littorio*, o que está preocupando seriamente os meios navais franceses e britânicos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A situação europeia e as complicações da guerra na Espanha.

N. 27 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

A ofensiva política franco-soviética contra a Itália e a Alemanha – que sempre encontra novos pretextos nos acontecimentos da Espanha – vai se desenvolvendo com manifestações dignas da mais séria atenção.

2. Deve ser acrescentada à luta genérica de partidos e de regimes, que levaram à intervenção maciça da Rússia e da França da Frente Popular em favor dos comunistas espanhóis, uma manobra insidiosa que passou para o campo da política internacional e que visa provocar novas perturbações nas relações entre os povos da Europa.

3. Foi o líder comunista Litvinov que iniciou tal ação, declarando-se otimamente informado e buscando fazer acreditar a fábula, acolhida logo pelos jornais franceses como verdadeira, sobre uma pretendida ocupação, de caráter permanente, por parte da Itália, das ilhas Baleares. Intimado a fornecer as provas de uma tal acusação, ele se esquivou e deixou que o assunto fosse desmentido, sem nenhuma reação, satisfazendo-se com a grave agitação que se manifestou, durante alguns dias, nos centros diplomáticos e políticos de Londres, Paris, Berlim, Roma e até de Washington.

4. Um pouco mais tarde, a assinatura do *gentlemen's agreement* ítalo-britânico – que entre os seus capítulos essenciais prevê o reconhecimento voluntário, por parte da Inglaterra, de um *statu quo* mediterrâneo –, assim como a troca das duas notas explicativas de 31 de dezembro sobre a integridade territorial da Espanha, enterraram definitivamente o assunto.

5. A tentativa destinada a levar suspeitas ao espírito dos governantes londrinos para impedir esse acordo mediterrâneo ficou, assim, sem efeito.

6. Os agitadores mudaram, então, de direção e inesperadamente descobriram que se tinha operado um desembarque de tropas italianas em território espanhol e que teria tido início 11 dias antes da assinatura do acordo de Roma e da declaração ítalo-britânica antes mencionada. Quiseram os desejosos de perturbar a paz mundial insinuar que esse desembarque desmentia o acordo – o qual, aliás, não se refere, de nenhum modo, ao caso preciso de voluntários – e que violou o pacto internacional de não intervenção que, ao contrário, quis eliminar os compromissos de neutralidade, contra a sugestão alemã e italiana sobre o problema dos voluntários, feita por Berlim e Roma em agosto de 1936.

7. E, finalmente, chegamos à terceira fase da ofensiva comunista franco-russa dirigida esta, diretamente, contra a Alemanha, suspeitada ostensivamente e assim acreditado pelo Quay d'Orsay de preparar uma ocupação militar do Marrocos espanhol. A imprensa francesa, principalmente jornais vermelhos de extrema-esquerda desmascararam as suas baterias de assalto, apresentando o assunto com grandes detalhes sobre as pretendidas ações dos militares alemães em Ceuta.

8. Os rápidos desmentidos alemães e espanhóis não foram suficientes para calmar a opinião internacional, extremamente nervosa e intranquila em face de tão graves acontecimentos, que foram exibidos à opinião pública em forma muito violenta e agressiva pela imprensa francesa.

9. Foi assim que o *fihrer*, aconselhado pelos seus colaboradores mais autorizados, resolveu pessoalmente intervir no assunto, aproveitando para isso a recepção anual que oferece ao corpo diplomático, por motivo do Ano Novo.

10. Como resultado de tal iniciativa, a embaixada de França nesta capital fez publicar, no dia 12 do corrente, um comunicado oficial, no qual foi noticiado que – por ocasião da recepção que o chanceler do Reich deu ao corpo diplomático acreditado em Berlim para receber os cumprimentos usuais do Ano Novo – o chanceler Hitler aproveitou a ocasião para dar ao embaixador François Poncet a segurança de que a Alemanha não tem e jamais teve a intenção de perturbar, ou alterar, de qualquer forma, a integridade territorial da Espanha ou de suas possessões ou colônias.

11. Pelo seu lado, o embaixador de França também deu ao *fihrer*, nessa mesma ocasião, em seu nome e no do governo francês, a segurança de que a França estava decididamente resolvida a respeitar a integridade territorial da Espanha e o estatuto internacional do Marrocos espanhol, dentro do quadro dos acordos vigentes.

12. O texto desse comunicado foi redigido e combinado no decurso de uma longa entrevista que teve o barão von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, com o referido embaixador, na tarde daquele mesmo dia.

13. Assim, depois de uma agressiva polémica, por parte das imprensas francesa e alemã, numa atmosfera extremamente agitada e nervosa foi que o embaixador de França pôde partir para Paris, por alguns dias, para informar pessoalmente ao governo francês sobre a situação que, em certo momento encheu das mais sérias apreensões os círculos políticos e diplomáticos de Berlim e de Londres.



14. O embaixador de França aproveitará também essa oportunidade para informar ao seu governo sobre as conversas que tem tido ultimamente com o ministro dr. Schacht, o qual jamais perdeu a esperança de alcançar futuramente uma perfeita colaboração europeia, tendo por base os interesses comuns da economia mundial.
15. Parece, pois, que os esforços da diplomacia alemã se orientam cada vez mais no sentido de alcançar com as grandes potências ocidentais um acordo razoável, que possa tranquilizar os diversos governos e garantir a paz.
16. Deve ser também salientado que, logo depois da recepção acima mencionada, o *führer*, em conversa com o embaixador de França, também lhe declarou que “não deseja pessoalmente, nem o governo alemão também assim pensa, de procurar qualquer dificuldade que impeça um completo entendimento com a França”.
17. Deve, assim, ser visto nesse gesto do *führer* um ato de boa vontade, inspirado em um perfeito espírito político de natureza a facilitar as delicadas negociações, em curso, entre os principais países europeus e não pode ser negado que todo o mérito de uma tal ação pertence unicamente ao chanceler do Reich, que assim agiu espontaneamente e sem nenhuma preparação diplomática anterior.
18. Também na resposta que o chanceler Hitler deu ao discurso do embaixador francês, proferido em nome do corpo diplomático, acentuou, com veemência, que o governo alemão, buscando de todas as formas assegurar a ordem política, moral e econômica ao seu povo, não fazia uma política destinada a garantir somente o seu próprio futuro, mas também a servir ao resto do mundo. Esperava assim trazer uma colaboração ao progresso de todos os povos. Acrescentou, ainda, o *führer* acreditar que todos os demais governos tivessem uma compreensão sempre mais nítida das preocupações que na hora presente afligem a todas as nações, esperando que todos os dirigentes se excedam em prevenir os perigos que ameaçam a paz, buscando por todas as formas obter que, sem demora, possa ser empreendida a grande obra de reconstrução de uma verdadeira colaboração leal para uma sincera amizade entre todas as nações.
19. Os nervos dos povos devem ser deveras sólidos, pois nestes últimos tempos têm sido postos a provas bem severas. É possível que, com o correr dos tempos, eles se enfraqueçam, mas devemos recordar que, desde alguns meses, produziram-se incidentes internacionais, dos

quais, qualquer um deles, antes de 1914, teria sido suficiente para determinar uma guerra.

20. De qualquer forma, devemos salientar que os governos e os povos reagem menos energicamente do que no passado. Isso é uma verificação tranquilizadora, mas de caráter provisório e perigoso de se fundar sobre ela uma política.

21. As palavras proferidas pelo chanceler, na recepção da Wilhelmstrasse, no dia 11, parecem indicar uma evolução tendente a um trabalho sincero em favor da paz.

22. No estado atual das cousas, o único resultado verdadeiramente obtido é a real calma e maior confiança que se tem sobre o desenvolvimento da situação internacional, tal qual como se acha focalizada, pelo fato de que a Alemanha e a Itália admitiram o princípio da proposta que fez objeto da negociação conjunta, por iniciativa da Inglaterra, no que se refere à proibição do recrutamento e envio de voluntários estrangeiros para a Espanha, embora com as reservas indicadas no meu ofício número 11, de 9 do corrente.

23. Os gabinetes de Berlim e de Roma procedem neste momento a um exame minucioso da nova comunicação do governo inglês, comunicação sobre a qual os governos francês e português já deram a sua adesão, em princípio.

24. Uma nova manobra, porém, já se prepara – a do projeto que atribuem ao governo espanhol de Valência – de naturalizar todos os voluntários que combatem atualmente nas fileiras dos comunistas espanhóis. Esse projeto é atribuído ao embaixador russo na Espanha, senhor Rosenberg, e, sobre essa fraude, já estão tomando as necessárias providências os governos interessados em defender uma real não intervenção na guerra da Espanha.

25. No caso de ser efetivada essa fraude pelos que obedecem a Largo Caballero, veríamos com tristeza uma nova agravação da situação internacional e seriamente comprometida a política de não intervenção e as novas conversas com possibilidade de entendimento iniciadas pela Inglaterra.

26. Isso seria deveras deplorável, porquanto o que todos almejam sinceramente é ver purificada a atmosfera e finalmente possa ser encontrada a fórmula definitiva que impeça atos que venham perturbar a vida das nações – que desejam trabalhar para o progresso dos seus povos – e com ameaça para a paz no mundo.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A política europeia e o problema franco-alemão.

N. 36 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 27, de 18 de janeiro corrente, devo informar que o embaixador de França teve, nestes últimos dias, repetidas conferências com o ministro dos Negócios Estrangeiros.

2. Em geral, a impressão é que a grave crise pela qual passou, há dias, a política internacional entrou numa fase de relativa calma, com sintomas de possíveis melhoras.

3. A imprensa julga, depois dos últimos esclarecimentos feitos pelos chefes dos governos alemão, francês e inglês, que o problema germano-francês poderá ser discutido dentro do quadro das negociações econômicas que se desenvolvem entre Paris, Londres e Washington.

4. Predomina neste momento um certo otimismo em relação às possibilidades de uma aproximação de ordem econômica entre Berlim e Paris. Atribuem grande importância às conversas que teria tido o embaixador François Poncet com os meios autorizados franceses, por ocasião de sua recente viagem à França. Teria, ao que parece, contribuído para esclarecer os dirigentes franceses sobre a verdadeira posição da Alemanha e sobre as reais tendências da sua política, muitas vezes deformada por paixões incontidas e por uma violenta campanha de imprensa.

5. Os jornais de Berlim dos últimos dias deixam prever que existe uma certa tendência por parte do governo francês de serem resolvidas

primeiramente certas questões de ordem econômica que interessam à Alemanha e à França, para depois serem entabuladas negociações sobre os pontos essenciais da política geral europeia, isto é, depois de ser formado um ambiente favorável para as discussões entre os dois países.

6. Parece que o projeto é de ser discutido o problema alemão-francês conjuntamente com as negociações em curso entre Paris, Londres e Nova York. Existiria, assim, a possibilidade de fazer a Alemanha participar da cooperação econômica cada vez mais íntima e já existente entre a França, Inglaterra e Estados Unidos.

7. Nessas condições seriam encaminhados os estudos para uma futura grande conferência econômica e monetária mundial, que permitiria a vários países, inclusive a Alemanha, de resolver os seus problemas econômicos, comerciais e monetários.

8. Os próprios jornais franceses também refletem essa opinião e manifestam claramente as intenções do governo francês de ser obtida uma reação favorável da crise política e econômica existente, na base de uma vasta colaboração internacional, em que seria incluída a Alemanha.

9. A questão que parece interessar principalmente os meios oficiais do Reich é a de saber exatamente se a abertura de negociações econômicas ficaria subordinada a certas condições de ordem política, relativas, por exemplo, ao desarmamento e à limitação de armamentos, ou então – possibilidade que encontra aqui maiores simpatias –, se as negociações políticas e econômicas se desenvolverão paralelamente.

10. Devo observar que a repercussão que os meios oficiais alemães deram à celebração do 60º aniversário natalício do ministro dr. Schacht impressionou deveras, obrigando a considerar sobre o papel extremamente importante que o *führer* lhe reserva nas negociações e futuras decisões de ordem econômica.

11. Despertou aqui vivo interesse o discurso proferido em 23 do corrente, em Paris, pelo ministro-presidente Blum e, em geral, todos acreditam que o *führer*, no dia da reunião do Reichstag, em 30 do corrente, aproveitará a ocasião para responder ao discurso do chefe do governo francês, acima referido, e ao anteriormente proferido, em Londres, pelo ministro Eden.

12. Disso darei conta a Vossa Excelência oportunamente.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 JAN. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A política europeia e a guerra hispano-soviética.

N. 37 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de janeiro de 1937.

Senhor Ministro,

Desde vários dias estavam sendo esperadas as respostas da Alemanha e da Itália à nota do governo inglês, de 10 do corrente, sobre a política de não intervenção na Espanha e para impedir a remessa de voluntários estrangeiros.

2. As respostas mencionadas foram entregues simultaneamente no dia 24, em Berlim e Roma, aos embaixadores ingleses acreditados junto aos governos alemão e italiano.

3. Esses documentos são análogos e, uma vez mais, as chancelarias alemã e italiana manifestaram uma perfeita identidade de vistas e concordam ambas, em princípio, em impedir a seus nacionais de se alistarem nos exércitos espanhóis.

4. Deve ser notado, especialmente, que o Reich anuncia já ter pronto um projeto de lei nesse sentido, enquanto que a Itália se manifesta decidida a agir da mesma forma.

5. Entretanto, como era esperado, a aceitação da Alemanha e da Itália depende da participação sincera de todos os Estados representados no comitê de Londres, para a aplicação geral da política de não intervenção, principalmente na parte relativa aos voluntários, a qual, aliás, já tinha sido proposta, em agosto do ano findo, pela Alemanha e Itália, não tendo sido, naquela ocasião, considerado objeto de deliberação por parte dos governos francês e inglês.

6. Berlim e Roma julgam que, se o embargo for estabelecido para a partida de voluntários estrangeiros, é necessário também retirar da Espanha todos os agitadores e propagandistas comunistas que ali campeiam livremente.

7. O governo alemão liga uma grande importância a esse ponto da questão e o governo italiano, pelo seu lado, julga que não pode haver uma política de não intervenção real se não for impedida a fraude preparada pelos espanhóis, de Valência e Barcelona, pela qual uma das partes em luta se julga com direito de proceder à naturalização em massa dos estrangeiros que combatem nas suas linhas.
8. Predomina a impressão que os dois pontos mencionados e indicados pelos governos alemão e italiano são difíceis de serem resolvidos, mas ninguém ousa contestar a boa razão de uma tal argumentação e a verdade dos fatos apontados.
9. No que diz respeito à França, o voto da câmara, referente à partida de voluntários para a guerra espanhola, não agradou aos meios políticos alemães e aqui consideram que a solução prevista pelo governo francês não alcança o fundo do problema.
10. Todas essas respostas e atitudes confirmam cada vez mais que elas tendem a demonstrar que certas potências, principalmente a França e a Rússia, ao se declararem favoráveis à não intervenção, se imiscuem realmente nos negócios da Espanha, seja tolerando o fornecimento de material de guerra, seja permitindo o transporte e alistamento de voluntários, ou ajudando a propaganda comunista naquele país.
11. Essa forma de encarar o problema poderia ser útil se fosse inspirada por sentimentos de uma boa-fé absoluta e se manifestasse a vontade sincera de ser praticada uma verdadeira política de neutralidade.
12. No caso, porém, de se tratar de colocar certos governos em embaraço, sem aplicar, cada um, o princípio invocado, não resultará nada útil de uma discussão que só fará demonstrar ainda mais a atitude equívoca de quase todos os governos envolvidos na questão. É precisamente essa atitude equívoca – clara para os que encaram imparcialmente os acontecimentos – que na realidade torna a situação tão confusa e complexa.
13. Não resta dúvida que domina sobre todas as outras questões, no problema espanhol, a falta de honestidade política e de ação franca e leal dos países interessados.
14. Pela conduta dos governos até agora apreciada, pode ser logo verificado não ser possível alimentar esperanças de um acordo sincero naquele sentido se, uma vez por todas, os chefes dos governos responsáveis não se resolverem a agir de acordo com as suas palavras.
15. Uma extraordinária hipocrisia é o grande mal que tudo corrompe neste momento.

16. Em cada país, são denunciados os processos falsos e hipocrisias do vizinho, mas todos fingem ignorar os que põem em ação, idênticos na forma e no fundo.

17. É bem triste registrar tais atitudes e assistir a um tão deplorável espetáculo, bastando abrir os olhos para ver que, por toda parte, no que diz respeito à política espanhola, ninguém tem um jogo franco e cada um busca somente os seus próprios interesses.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A situação financeira da Alemanha.

N. 44 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 1º de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Durante o ano de 1936, as exportações da Alemanha alcançaram a cifra de 4.768 milhões de marcos e as importações atingiram 4.218 milhões de marcos. A diferença da exportação sobre a importação foi, pois, de 550 milhões de marcos, contra 111 milhões no decurso de 1935.

2. Não resta, assim, dúvida que o comércio exterior do Reich sofreu uma sensível melhora durante o ano findo.
3. Certamente, porém, se observam certos pontos fracos, que não abonam a política econômica de guerra, em curso neste país.
4. A penúria do ferro é um desses pontos fracos.
5. A coincidência do restabelecimento econômico e do rearmamento intensivo teve por efeito um tal aumento das necessidades de ordem geral que a produção não pôde acompanhar; mas, em conjunto, os progressos são sensíveis.

6. A execução do plano de quatro anos continua a ser o objetivo principal, conforme as recentes declarações do *führer* e do general Goering, as quais, em resumo, asseveram que a Alemanha não pretende se entregar a fantasias de ordem econômica. Achem que o Reich julga somente dever criar as condições econômicas elementares que lhe garantam, em todas as emergências, a sua liberdade e a vida do seu povo. Todas as medidas da economia alemã devem ser orientadas no sentido de um efeito de ordem decisiva para o progresso geral da nação. Uma Alemanha solidamente organizada vem ao encontro do interesse geral do mundo, que, verdadeiramente, aspira defender a paz, pois uma Alemanha forte representa um fator decisivo para um acordo europeu pacífico e benéfico.

7. Devo observar que a expansão econômica tem de forçosamente estar baseada em uma próspera situação financeira. Nada pode ser julgado em relação às finanças alemãs, pois, sobre esse particular, tudo é obscuro e faltam os menores dados oficiais.

8. Os balancetes e os relatórios da Reichsbank estão reduzidos à mais simples expressão e não fornecem nem mesmo os detalhes mais essenciais que os bancos de emissão usualmente julgam do seu dever publicar, para informação do público e do comércio. Em tais publicações, não se encontra presentemente nenhum vestígio de operações efetuadas sobre valores-ouro, ou moedas valorizadas, que o Banco do Reich dissimula cuidadosamente nas contas de sua filial, o Golddiskontbank, e onde é impossível achar qualquer indicação que permita julgar da real situação financeira do país. Tudo o que pode ser dito é que, de considerável que já era em fins de 1935, a inflação do crédito deve ter sido aumentada em grande proporção.

9. No entretanto, as raras indicações numéricas que subsistem nos relatórios periódicos do Reichsbank, fornecem aos atentos observadores algumas suposições significativas sobre a agravação da situação financeira.

10. A reserva metálica em fins de dezembro de 1936 era apenas de 72 milhões de Reichsmark e a percentagem de cobertura alcançava, naquela data, apenas 1,1%, enquanto, em igual data do ano anterior, ainda atingia a 1,6%.

11. No fim do exercício de 1933, o encaixe ouro era de 326 milhões de Reichsmark e a cobertura metálica alcançava 8,5%.

12. Ao mesmo tempo [em] que o encaixe-ouro diminuiu, a circulação fiduciária aumentou de 4.667 [par]a 6.366 milhões de marcos, de ma-



neira que, somente durante o ano de 1936, a percentagem de cobertura diminuiu de quase 20%.

13. Assim, pois, observamos uma perda extremamente grave para a riqueza do país, apesar de todas as dissimulações praticadas e da diminuição das importações, da concentração do comércio exterior, das combinações e expedientes diversos, que foram adotados para sanar uma tal situação.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] O discurso do *führer*.

N. 45 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

O discurso pronunciado pelo chanceler Hitler, na tarde do dia 30 do mês findo, é considerado como um dos mais importantes que tenha proferido desde a sua ascensão ao poder.

2. Essa importância decorre tanto do que contém propriamente o discurso, como do que ele não menciona.

3. Nos meios diplomáticos, o discurso do *führer* foi acolhido favoravelmente do lado alemão e com uma marcada reserva por parte dos estrangeiros, e assim comentado pela maioria da imprensa inglesa e francesa.

4. Em Paris e Londres, e mesmo em Washington, julgam que as declarações do chanceler não contêm os elementos positivos que todos esperavam. Faz apenas menção da França, não responde ao ministro presidente Blum, discursa em tom de polêmica contra o senhor Eden e, finalmente, os seus silêncios são tão significativos quanto as suas próprias afirmações.

5. Deixou, mesmo, de mencionar o pacto ocidental e, em duas passagens do seu longo discurso, de mais de duas horas, ele cita diversas nações e não alude, nem indiretamente, à Tchecoslováquia.

6. Em conjunto, esse discurso é sensivelmente diferente, no tom, dos anteriores feitos pelo *führer*, e a forma pela qual apresenta os seus argumentos e reivindicações de ordem política diferem igualmente da precedentemente adotada.

7. No fundo, o discurso apresenta alguns aspectos que podem ser interpretados como contraditórios, pelo menos aparentemente. Assim, o chanceler, respondendo ao ministro Eden sobre o ataque de querer isolar política e economicamente a Alemanha, diz que ele e o Reich não desejam praticar uma política de isolamento para a Alemanha, nem também isolar qualquer outro país. Acrescentou, mesmo, que não julgava a Alemanha isolada no desenvolvimento da sua ação política e econômica. Apesar disso, o *führer* manteve integralmente, no seu discurso, a deliberação absoluta de prosseguir na execução do seu plano econômico dos quatro anos, o qual visivelmente conduz o país em grande escala para uma completa autarquia econômica, o que, a meu ver, significa realmente uma política mais orientada para o isolamento do que para uma colaboração com os demais países.

8. Do lado alemão, como acima referi, a impressão é naturalmente otimista e, em geral, julgam que o senhor Hitler falou em forma moderada e cortês, deixando a porta aberta para ulteriores conversações, mantendo-se, porém, rigorosamente dentro do terreno das realidades. Acrescentam os meios autorizados alemães que, se o chanceler não se dirigiu diretamente ao senhor Blum, ele, contudo, respondeu a todos os pontos do discurso do chefe do governo francês. Não resta dúvida que a França foi sistematicamente ignorada no discurso do chanceler e, sobre as relações franco-alemãs, ele apenas se referiu de modo geral, embora satisfatoriamente, quando julgou dever fazer uma afirmação positiva de respeito à neutralidade belga e holandesa.

9. No que diz respeito às questões econômicas, o senhor Hitler manifestou-se desfavorável à obtenção de créditos estrangeiros, o que ele considera como um simples paliativo às dificuldades importantes do momento. O que o chanceler deseja são mercados externos para assegurar uma base mais extensa para o comércio alemão. Declarou que em nenhum caso o plano de quatro anos poderá ser abandonado pelo governo alemão atual. Manteve integralmente as reivindicações sobre as antigas colônias anexadas pelos aliados depois da guerra. O chanceler

Hitler, no seu discurso, considerou esta questão como simplesmente de ordem econômica e sem nenhuma tendência imperialista, ou militar.

10. Devo dizer a Vossa Excelência que o chanceler praticou quase um milagre, colocando aberta e claramente o grave problema das colônias na ordem do dia das discussões internacionais, sem agravar a presente crise política internacional. Isso é devido, sem dúvida, à forma hábil pela qual o chanceler encarou o assunto, pois é indiscutível que uma reconciliação durável entre os povos que lutaram de 1914 a 1918 não será possível antes que o problema colonial seja resolvido em forma equitativa. A incompreensão que demonstraram, a meu ver, os negociadores de Versalhes sobre as aspirações coloniais, em geral, de diversas nações produziu recentemente a guerra da Etiópia e a supressão integral das colônias alemãs deve ser considerada como o início da irritação que reina nos meios políticos e militares da Alemanha e que, desde 1918, tem sempre comprometido todas as possibilidades de acordo para defesa da paz. Em face das recusas categóricas da França e da Inglaterra de restituir ao Reich as referidas colônias, hoje sob mandato dessas nações, tem sido intensificado aqui um sentimento guerreiro, que já chega a ameaçar a paz.

11. Em diversas ocasiões, têm circulado boatos insistentes, segundo os quais as grandes potências negociavam secretamente um possível arranjo, à custa de pequenas nações, e periodicamente ouvimos citar os nomes de Portugal e dos Países Baixos e, mesmo, da Bélgica, como possíveis futuras vítimas, devendo sacrificar algumas das suas possessões coloniais em favor da Alemanha. Posso afirmar a Vossa Excelência que, de fato, existiu esse propósito por parte dos gabinetes de Londres e de Paris, como solução do delicado problema, tendo mesmo sido insinuado ao governo de Lisboa a possibilidade de um acordo de ordem econômica com a Alemanha, que permitiria a este país explorar em forma intensiva a colônia portuguesa da Angola. Esse projeto foi muito acariciado pelo governo francês.

12. O chanceler Hitler, porém, no seu discurso, acaba de anular completamente essa manobra insidiosa e, assim, declarou, em forma positiva, que o Reich não quer novas colônias e não quer em forma alguma prejudicar interesses de terceiros – neste caso, Portugal, Holanda e Bélgica –, mas que ele reclama com todo direito a restituição à Alemanha das antigas colônias.

13. Colocada nesse terreno a reivindicação alemã, ela se torna de mais difícil satisfação, por se dirigir abertamente a duas grandes po-

tências e, moralmente, mais fácil de ser atendida, por não consagrar de fato nenhuma injustiça.

14. Acredito que, cedo ou tarde, a Alemanha obterá algumas de suas antigas colônias e isso está na ordem natural das cousas. Enquanto existirem colônias, não me parece possível privar indefinidamente dessa vantagem a uma das maiores potências mundiais, como é o caso da Alemanha.

15. A operação cirúrgica que demandará esse fato será dolorosa, tanto para a Inglaterra como para a França, mas, a meu ver, ela será menos dolorosa se praticada a frio e sem que aqueles países se vejam obrigados, pela força das circunstâncias, a ceder em face de uma Alemanha agressiva e poderosa.

16. Quanto ao desarmamento, o *führer* lembrou as propostas anteriormente feitas por ele à França e à Inglaterra, propostas que, segundo ele, caducaram em face do acordo franco-soviético. O seu ponto de vista ficou exposto em dois pontos distintos do seu discurso. No primeiro, ele afirmou que os armamentos de cada país não podem ser determinados senão pelas ameaças externas de que é objeto e as quais ninguém, senão o interessado poderá julgar. No segundo ponto, o *führer* precisa que os problemas sobre os armamentos devem ser encarados em um quadro de conjunto, que cria suas condições e as determina exatamente.

17. Esta última fórmula, um pouco obscura, significa, a meu ver, que a questão dos armamentos está intimamente ligada à das alianças e aos acordos de assistência mútua. Sob o ponto de vista alemão, o acordo franco-soviético permanece como sendo o principal obstáculo a qualquer entendimento com a França, impedindo a elaboração de qualquer plano construtivo da Europa.

18. Em relação à Sociedade das Nações, o chanceler declarou que o organismo de Genebra só é útil para facilitar as demonstrações de eloquência dos grandes tribunos. Acrescentou, porém, que ela poderá, no futuro, vir a exercer uma ação benéfica e eficaz se for convenientemente reformada, de forma a reconhecer e defender os direitos vitais dos povos. A esse propósito, o *führer* declarou que o Reich, consciente de sua posição no concerto das nações, está disposto a colaborar lealmente para resolver os problemas que interessam à Europa e o mundo e que, de agora em diante, é necessário encarar todos os assuntos praticamente, tendo terminado a época das surpresas em matéria de política internacional.

19. O *Reichsführer* afirmou ainda, no seu discurso, que o comunismo é uma peste e uma doutrina de destruição mundial, e que nenhuma participação alemã será possível desde que, no acordo a ser celebrado, tome parte o governo de Moscou.

20. Especialmente em relação à França, o *führer* recorda que não existe nenhum conflito entre ele, o seu governo e o povo francês e os seus dirigentes, e que francamente não pode prever uma possibilidade de divergência séria, considerando, mesmo, isso como humanamente impossível. Em uma frase que foi muito comentada, ele rendeu uma justa homenagem à lealdade do embaixador francês em Berlim e do seu governo, em relação ao recente incidente sobre falsas notícias divulgadas por agentes soviéticos sobre um desembarque de tropas alemãs em Marrocos, assunto esse que tive ensejo de tratar em ofício anterior.

21. Para concluir, julgo que as divergências de ordem política permanecem consideráveis e necessitará, aos alemães e franceses, uma calma e paciência infinita para, aos poucos, harmonizarem os pontos de vista que permitam uma séria aproximação, como é, aliás, o desejo de todos que se interessam pela manutenção da paz. O essencial é que a discussão prossiga em forma leal e cortês. O senhor Hitler já declarou que não fará mais surpresas ao mundo, e isso indica que o caminho para um apaziguamento das paixões está francamente aberto, pois, evitando de [*sic*] agir violentamente sobre os nervos dos seus interlocutores, ele contribuirá, ao mesmo tempo, para que não seja fornecido o ensejo para respostas agressivas, que poderiam exasperar a opinião pública, tanto na Alemanha como na França.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[*Índice:*] Importação e exportação da Alemanha.

N. 48

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Junto, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência uma informação prestada pelo senhor Caio de Lima Cavalcanti, adido comercial a esta embaixada, sobre o comércio de importação e exportação da Alemanha em 1936.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

[*Anexo*]

DADOS SOBRE O COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO  
Alemanha – 1936

A importação da Alemanha em 1936 alcançou a cifra de 4.218 milhões de marcos e a exportação, a de 4.768 milhões, verificando-se, assim, um saldo favorável à sua balança comercial de 550 milhões de marcos.

Confrontando-se o saldo da balança comercial em 1935, que foi de 111 milhões de marcos, notamos uma diferença para mais, em 1936, de 449 milhões de marcos.

Na importação, em 1936 houve uma diferença de 60 milhões de marcos para mais, em relação ao ano de 1935 – ou seja, 1,4% – o que, entretanto, foi motivada apenas pelo aumento geral dos preços dos artigos importados e não pelo volume, que foi inferior ao de 1935.

Comparando-se as cifras entre a exportação de 1935, que foi de 4.270 milhões de marcos, e a de 1936, que importou em 4.768 milhões, notamos uma diferença para mais, em 1936, de 498 milhões de marcos – ou seja, 12% em valor – o que também não aconteceu quanto ao volume, devido à baixa dos preços dos produtos exportados.

O aumento desse saldo exportador foi motivado, em grande parte, pela liquidação de débitos contraídos anteriormente com a importação de produtos, especialmente com a França, cujo clearing importou 250 milhões de marcos.

A importação no mês de dezembro aumentou de 11 milhões de marcos, ou seja 3%, comparando com a do mês de novembro, que alcançou a cifra de 356 milhões.

Em relação ao mês de novembro não houve alteração na importação de gêneros alimentícios; porém, as matérias-primas aumentaram de 5 milhões de marcos e os produtos semimanufaturados, especialmente óleos combustíveis e lubrificantes, aumentaram de 5.700 mil marcos.

A exportação total de dezembro importou [em] 457 milhões de marcos, o que representa um aumento de 35 milhões de marcos – ou seja, 8% – em relação ao mês de novembro.

A exportação de carvão aumentou, no último mês, de 4 milhões de marcos; a de adubos, de 4.100 mil marcos; a de maquinismos, de 7.600 mil; e a de produtos químicos, de 3 milhões.

Caio de Lima Cavalcanti,  
adido comercial



OFÍCIO • 10 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Nova organização dos serviços dos alemães no estrangeiro.

N. 63

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 10 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Por uma recente decisão do governo alemão, foi criada no Ministério dos Negócios Estrangeiros uma chefia das organizações alemãs no exterior, a qual ficará dependente do ministro daquele departamento.

2. O titular desse novo posto será o senhor Bohle, que até agora dirigia as seções nacional-socialistas dos alemães no estrangeiro.

3. O partido conta atualmente com cerca de 600 agrupamentos fora

do Reich, que continuarão a ser dirigidos pelo *gauleiter*<sup>24</sup> Bohle, que assim conservará as suas antigas funções, passando, porém, a exercer as suas atividades dentro da Wilhelmstrasse.

4. Essa acumulação tem por fim, a meu ver, assinalar a identidade do Partido Nacional-Socialista com o próprio governo, visando, também, introduzir o partido no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

5. O governo do Reich, graças a essa nova organização, poderá melhor fiscalizar a ação dos alemães no estrangeiro.

6. As atribuições do senhor Bohle serão proximamente reguladas em forma precisa, mas, desde já, é sabido que ele tomará parte nas reuniões ministeriais, sempre que tiver de ser ventilado algum assunto do departamento que lhe está afetado.

7. O senhor Wilhelm Bohle ficará, como disse, na qualidade de funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, submetido à autoridade do ministro barão von Neurath, mas – como funcionário do partido – ele escapa a essa subordinação e não terá senão que prestar contas ao senhor Rudolf Hess, lugar-tenente do *Führer*, na direção do partido nazista.

8. De qualquer forma, o senhor Bohle disporá de importantes serviços, que centralizarão completamente a administração de todos os grupos nacional-socialistas no mundo.

9. Os chefes desses grupos, que dependiam diretamente do *gauleiter* Bohle, eram algumas vezes, de uma forma ativa, verdadeiros agentes extradiplomáticos alemães no estrangeiro.

10. É certamente para assegurar o paralelismo de sua ação com os agentes diplomáticos regulares que o senhor Bohle obteve agora um direito de fiscalização no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

11. O objetivo do trabalho das organizações nacional-socialistas no estrangeiro é de ordem política e educativa. Elas se esforçam em atrair para o partido todos os cidadãos alemães residentes fora do Reich.

12. Nos países onde existem correntes políticas simpatizantes com o nacional-socialismo, como por exemplo na Itália, na Holanda, na Romênia etc., os grupos locais da organização nazista no estrangeiro mantêm relações culturais e pessoais com esses movimentos.

13. Em muitos casos, essas simpatias políticas e intelectuais têm produzido atritos diplomáticos e têm ocasionado até ordens de expulsão, determinadas pelas polícias dos países interessados.

14. O fortalecimento de poderes, concedido ao *gauleiter*, permitirá,

24 Administrador distrital do partido.



graças a uma ligação mais íntima com os representantes oficiais do Reich, evitar esses incidentes e impor a todos os chefes nacional-socialistas no estrangeiro uma ação bem orientada, de forma a jamais poder ser interpretada como, mesmo indiretamente, tendente a qualquer intervenção na política, ou nos negócios internos de outros países.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO 10 F EV. 1937 AH 1 04/03/07

[Índice:] A Alemanha e a questão colonial.

N. 64 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 10 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

A questão colonial, conforme previ em ofícios anteriores, permanece no primeiro plano da atualidade política na Alemanha.

2. Nos meios oficiais de Berlim, tenho notado a maior reserva sobre o assunto; mas, deve ser considerado o que informa a agência oficiosa D.N.B.<sup>25</sup> em relação a uma próxima negociação, que seria iniciada em Londres pelo embaixador senhor von Ribbentrop, para a restituição ao Reich de suas antigas colônias.

3. Não é possível prever qual o método que será adotado pela diplomacia alemã para obter satisfação às reivindicações formais formuladas no discurso do chanceler Hitler do dia 30 de janeiro findo e de que dei notícia a Vossa Excelência em ofício anterior.

4. Parece, porém, ser certo que o embaixador germânico na corte de St. James tomará a iniciativa de encetar as negociações no caso em que as chancelarias estrangeiras – e principalmente o Foreign Office –

<sup>25</sup> Deutsches Nachrichtenbüro = Bureau Alemão de Notícias

persistam em ficar aparentemente indiferentes, sem mesmo responder às declarações do *führrer* proferidas no Reichstag na data acima indicada.

5. Em Berlim, na Wilhelmstrasse, julgam que o problema está maduro e que chegou o momento de finalizar, de qualquer forma, o regime de mandatos – que aqui consideram de caráter provisório – e que foi instituído pelo Tratado de Versalhes.

6. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento que for tendo este importante assunto.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Conferência internacional dos credores particulares da Alemanha.

N. 69 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 13 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

As negociações referentes aos créditos congelados na Alemanha prosseguem, nesta capital, entre os representantes dos bancos alemães e os dos credores estrangeiros do Reich.

2. Existem algumas dificuldades para a conferência alcançar um acordo, pois os credores estrangeiros julgam que o balanço do comércio exterior da Alemanha ultimamente publicado acusa, desde vários meses do ano findo, considerável excedente da exportação e isso deve permitir ao governo do Reich propor aos seus credores particulares melhores condições para saldar os seus débitos externos.

3. A conferência dos credores – que fazem parte do acordo geralmente denominado *stillhalte*, cuja sede é, como disse, em Berlim –

exige, em face da presente situação, que o mesmo seja reformado em forma mais favorável aos credores.

4. As dívidas alemãs, bancárias e industriais, se elevam presentemente a mais de 1 bilhão de marcos, ou seja, 423 milhões de marcos a menos do que em igual data do ano anterior.

5. A conferência atual designou três subcomissões para examinar o ponto de vista acima indicado dos credores e a réplica do governo do Reich, que busca obter uma simples renovação das cláusulas do acordo, sem qualquer modificação.

6. Em geral, os meios econômicos e financeiros acreditam que o acordo de 28 de fevereiro de 1936 será prolongado por mais um ano (isto é, até 28 fev. 1938), com algumas concessões da parte da Alemanha aos credores que assim obterão, em parte, satisfação às suas justas pretensões.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] O novo cruzador *Almirante Hipper*.

N. 74 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício reservado n. 68, de 11 do corrente, informo Vossa Excelência que o cruzador *Almirante Hipper*, que foi lançado ao mar em Hamburgo pelos estaleiros alemães Blohm & Voss, será do tipo recentemente adotado pelo almirantado germânico e que pode ser considerado como um cruzador pesado.

2. O *Almirante Hipper* terá um deslocamento de 10.000 toneladas e será armado de canhões de 203 m/m.

3. Esse navio difere dos cruzadores de 10.000 toneladas construídos depois da Conferência Naval de Washington pela importância da proteção blindada. Ele navegará menos rapidamente, mas será mais forte.
4. Os alemães, ao batizarem essa nova unidade de *von Hipper*, tiveram em vista relembrar a vantagem obtida na batalha da Jutlândia pelos cruzadores do almirante *von Hipper* sobre a divisão comandada pelo almirante inglês Beatty. Os cruzadores alemães eram menos rápidos e menos armados, mas superiores em proteção coirada aos navios dos seus adversários ingleses, dos quais três foram afundados pelos alemães.
5. Deve ser observado que os navios alemães estavam, naquela ocasião, superiormente equipados de aparelhos reguladores de tiro e, assim, esse fator deve ser considerado como quase decisivo para que os ingleses tenham sido dominados no começo da batalha referida.
6. A marinha alemã, como Vossa Excelência sabe, já possui três navios de combate de 10.000 toneladas, o *Deutschland*, o *Almirante Scheer* e o *Almirante Graf-Spee* e, embora do mesmo deslocamento do *Almirante Hipper*, eles pertencem a uma classe distinta, que pode ser considerada como de coirados, enquanto este último é um cruzador.
7. Os dois tipos de navios referidos não são opostos e cada um tem o seu destino.
8. Neste momento, existem em construção dois outros cruzadores do tipo do *Almirante Hipper*.
9. Os técnicos alemães parecem ligar uma grande importância à guerra naval em ordem dispersa. Os êxitos que obtiveram no início da Grande Guerra os incita a se preparar para uma luta de curso.
10. A leitura dos jornais germânicos demonstra que, no que se refere à guerra europeia, eles depositam suas esperanças nas operações terrestres, que entendem dever desenvolver em forma irresistível. O esforço no mar será, principalmente, sobre as vias de comunicações e, por isso, os alemães se dedicam a construir cruzadores bem armados e eficazmente blindados, de velocidade superior à dos transatlânticos e que não deverão temer os cruzadores estrangeiros mais rápidos, mas sem proteção coirada.
11. Por vezes, os ingleses têm feito referências irônicas aos denominados cruzadores alemães de bolso do tipo *Deutschland*; mas, na prática, esses navios têm provado bem e os alemães, por sua vez, denominam os cruzadores ligeiros ingleses sem coirada de "navios de lata" e, como

sabem que a guerra não é assunto de pilhéria, preparam ativamente a sua esquadra.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Novo embaixador alemão junto ao governo do general Franco.

N. 75

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

O *führer* nomeou, no dia 12 do corrente mês, o senhor general Faupel embaixador extraordinário e plenipotenciário do Reich junto ao governo espanhol nacionalista.

2. O embaixador Faupel, que tinha chegado a Berlim há uns dois ou três dias, foi recebido ontem em audiência especial pelo ministro dos Negócios Estrangeiros para prestar o juramento de estilo de fidelidade ao *führer*.

3. O novo embaixador regressou imediatamente para Salamanca, onde até agora representava o governo alemão na qualidade de encarregado de negócios e como já tive ensejo de anteriormente informar esse ministério.

4. A personalidade do general Faupel é bastante conhecida nos meios ibero-americanos, pois, como Vossa Excelência sabe, antes de lhe ser confiada a atual missão diplomática, ele dirigiu, durante vários anos, o Instituto Ibero-Americano de Berlim, procurando sempre incentivar o intercâmbio cultural entre a América do Sul, a Península Ibérica e a Alemanha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A economia alemã.

N. 79 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Os algarismos definitivos dos diversos departamentos econômicos do Reich relativos ao ano de 1936 acabam de ser publicados e, assim, suponho que será útil informar Vossa Excelência, embora resumidamente, sobre este assunto e de fazer algumas considerações sobre o esforço feito pelo governo do Reich e sobre as possibilidades que pode trazer à economia alemã o sistema que pode ser chamado de “circuito fechado”.

2. No domínio agrícola, a produção em 1936 apresentou uma melhora de conjunto e, mais especialmente, para o centeio, a aveia, os legumes finos, o açúcar e as culturas para forragens, sem que, no entanto, tenha sido resolvido completamente o problema da alimentação da população.

3. Na indústria carbonífera, o aumento da produção da hulha se traduz por um volume de 15 milhões de toneladas e a da linhita por uma quantidade igual. A produção do coque aumentou na proporção de 18% sobre o ano anterior.

4. Em siderurgia, a produção passou de 12.842.000 toneladas em 1935, a 15.303.000 em 1936; o aço, de 16.419.000 toneladas a 19.518.000; a produção siderúrgica mensal, que era de 480.000 toneladas em 1932, alcançou 1.596.000 toneladas em 1936.

5. A produção do automóvel progrediu de [sic] cerca de 20% durante o ano de 1936; a de eletricidade de 16%; e a indústria química bateu seus recordes precedentes e é sabido que constitui a base das principais

indústrias de guerra e que a fabricação dos sucedâneos ocupa um grande número de fábricas.

6. Ao examinarmos a parte relativa ao turismo, deve ser verificado que a campanha de publicidade feita pelo Reich tem produzido resultados excepcionalmente brilhantes. Os Jogos Olímpicos, durante o verão de 1936, contribuíram fortemente para esse resultado favorável e deve ser considerado que a afluência de estrangeiros na Alemanha naquela época, calculada em cerca de 2 milhões, acentua a eficácia do esforço de propaganda que então foi empreendido.

7. O comércio externo da Alemanha – tanto no que diz respeito à importação, como à exportação – marcou também uma melhora, tanto em valor, como em volume e a balança comercial acusa um saldo favorável de 550 milhões de Reichsmark em 1936, contra 111 milhões no ano precedente.

8. Quanto às finanças públicas, é bastante penoso fazer qualquer comentário, pois os elementos faltam na quase totalidade. O Reich, que presentemente gasta sem contar para prover urgentemente ao seu rearmamento, não fornece nenhuma indicação sobre a importância da dívida a curto prazo e as previsões orçamentárias não são publicadas; e o *führer* e chanceler, que pediu quatro novos anos de trégua, saca por assim dizer uma letra sobre o futuro.

9. Nessas condições, a prodigalidade – que é uma das características do regime autárquico alemão – tem, por consequência, produzido uma diminuição constante da cobertura ouro do marco que, presentemente e como já me tenho referido em ofícios anteriores, deve ser fixada na proporção de 1,1% ou talvez menos.

10. Não é, assim, possível tirar uma conclusão positiva para uma exposição de fatos comportando tão profundos mistérios e, se o Reichsmark continua a ser cotado numa base fixa, todos sabem que se trata de uma cotação fictícia. De outra parte, a atividade alemã, estando na sua quase totalidade orientada na direção dos objetivos de caráter militar, improdutivos, não é também permitido saber até onde a Alemanha pretende chegar, quando as suas dificuldades financeiras e econômicas a cercam de todos os lados.

11. As necessidades de alimentação dos seus 60 milhões de habitantes obrigam o governo nacional-socialista a adotar a economia agrícola dirigida.

12. Um grande plano de organização total da produção agrícola acaba de ser elaborado pelo Ministério da Agricultura do Reich. Essa

organização gigantesca fará da Alemanha, depois da Rússia, o maior país do mundo onde a agricultura está inteiramente organizada pelo Estado. A diferença essencial do regime dos *kolkhoses*<sup>26</sup> russos consiste em que o camponês conserva aqui inteiramente a propriedade da terra.

13. A Alemanha ficou dividida em distritos agrícolas, correspondendo aos distritos do partido dominante. Em cada distrito, funcionários especiais – dependentes da organização camponesa nacional-socialista – deverão elaborar um plano de produção.

14. Esse plano compreenderá todas as aldeias, todas as propriedades e estabelecimentos agrícolas grandes e pequenos.

15. Em cada administração camponesa do grupo será organizado um plano de trabalho, prevendo um objetivo para cada localidade.

16. O técnico agrícola poderá determinar se uma fazenda deve plantar linho, milho, trigo ou qualquer outro produto indispensável à economia alemã. Também serão ordenados aos criadores quais os que podem criar carneiros, porcos, aves domésticas ou gado para o leite e para o abastecimento de carne.

17. Vemos assim o Reich inteiramente na prática de uma economia francamente dirigida e cada vez mais decidido a prosseguir na realização do plano quadrienal, que, aliás – conforme declarações do próprio ministro, barão von Neurath – não representa, absolutamente, uma situação ideal para a economia alemã, que normalmente preferir[ia] um livre intercâmbio de mercadorias com os demais países. Segundo o referido ministro, o aludido plano foi imposto ao governo e povo alemão pela situação extremamente difícil em que se encontra a economia deste país, principalmente pelo motivo que não é jamais mencionado, isto é, as despesas descontroladas e fantásticas feitas sem medida para o armamento terrestre, marítimo e aéreo do exército, marinha e aviação da Alemanha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

26 Cooperativas agrícolas surgidas a partir da desapropriação da terra na Rússia soviética.





OFÍCIO • 25 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A guerra de Espanha e a não intervenção de países estrangeiros.

N. 80 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

A comissão de não intervenção de Londres recebeu um grande impulso com os valiosos auxílios para a paz na Espanha, que lhe foram prestados principalmente pela Alemanha e Itália.

2. Conforme declarou há poucos dias o ministro barão von Neurath a um representante do *Fremdenblatt*, de Hamburgo, o governo do Reich conferiu plenos poderes ao embaixador von Ribbentrop para apoiar, na referida comissão, qualquer iniciativa do plano que seja aceito pelos demais Estados participantes e que contenha medidas realmente práticas e eficazes para impedir que os elementos em luta na Espanha sejam auxiliados.

3. Assim, a comissão, que tratou das questões relacionadas com a remessa de voluntários e fiscalização do envio de armas e munições, adotou finalmente um modo prático para entrar imediatamente em vigor, impedindo novas remessas de combatentes estrangeiros.

4. Apenas falta, para que o acordo seja completo, que seja obtida a assinatura de Portugal, que ainda fez certas reservas sobre o modo de fiscalização em suas fronteiras terrestres, mas um compromisso é esperado a cada momento.

5. De qualquer forma, no que se refere à Alemanha, no dia 19 do corrente foram publicados os decretos pelos quais o governo do Reich proíbe, sob pena de prisão, a partida de voluntários para a Espanha, o trânsito dos mesmos pelo território alemão e, finalmente, que seja efetuado qualquer recrutamento direto, ou indireto, para qualquer dos dois partidos em luta naquele país.

6. O decreto-lei tem a assinatura do *führer* e está referendado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior.

7. Observam os meios competentes que, desde o início da Guerra Civil Espanhola, a Alemanha foi sempre favorável à aplicação de um severo princípio de não intervenção. O governo do Reich sempre

considerou que, mesmo a aplicação de um sistema de fiscalização, não resolve em forma definitiva e eficaz o problema de não intervenção, pois restam ainda importantes questões a discutir e, principalmente, a que se refere ao ouro do Banco de Espanha, transferido para o estrangeiro – França e Rússia –, à atividade dos agentes comunistas junto ao governo de Valência e, principalmente, à retirada de Espanha de todos os voluntários estrangeiros, assunto este aqui considerado de primordial importância e já suscitado pela Alemanha e Itália desde agosto do ano findo.

8. Os desejos pacifistas alemães na questão espanhola são evidentes e já tinham sido claramente expostos no discurso do chanceler Hitler do dia 30 de janeiro.

9. Seguidamente, vão sendo acumuladas as contribuições que a Alemanha, em união com a Itália, tem trazido para uma verdadeira pacificação da Espanha.

10. Acredito que esses dois países, tendo agora visto aceito, embora em parte, o que já tinham proposto em agosto de 1936 sobre os voluntários, não deixarão de insistir sobre os outros pontos capitais de não intervenção e de que antes fiz menção.

11. Aqui ligam extrema importância principalmente à propaganda política e, como já disse, ao destino do ouro espanhol.

12. Também não se oculta que, entre as tropas da Espanha nacionalista e os bandos comunistas e anarquistas do governo de Largo Caballero, existe uma grande diferença e que a Espanha representada pelo general Franco está em condições de alcançar a vitória e, por suas próprias forças, estabelecer definitivamente um governo que de fato represente a vontade e o sentimento do povo espanhol.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

---

[Índice:] Os créditos congelados na Alemanha.

N. 81 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 69, de 13 do corrente, e conforme previ, as negociações que se realizaram nesta capital entre os representantes dos bancos alemães e os credores estrangeiros do Reich tiveram fim no dia 20 do corrente. O acordo sobre créditos congelados a expirar, depois de algumas modificações, foi prorrogado por mais um ano.

2. Nessas condições, foi assinado um novo protocolo pelas partes interessadas e pelo representante do Reich alemão.
3. Esse novo acordo mantém, em geral, as estipulações existentes do que devia expirar no próximo dia 28 e somente o sistema até agora adotado para o marco turista foi modificado, sendo suprimida a comissão de RM 1,50 que era cobrada para cada pagamento de RM 100 turistas, efetuado na Alemanha às pessoas munidas de cheques de viagem. Em compensação, os viajantes que comprarem marcos turistas no estrangeiro deverão pagar um suplemento de 10 *shillings* ingleses, ou o contravalor dessa soma, para obter 100 marcos turistas.
4. Todas as quantias reunidas com o auxílio dessa comissão de 10 *shillings* serão repartidas, duas vezes por ano e proporcionalmente, entre os diversos países interessados.
5. Esse novo sistema foi proposto pelos banqueiros americanos [e], depois de alguma resistência, foi aceito pelos ingleses que, sem resultado, insistiam para que fosse concedido aos credores um pagamento mínimo de 10% em moeda valorizada sobre os atuais créditos congelados.
6. Esses créditos, aqui chamados de *stillhalte* (na Inglaterra, Estados Unidos da América e França: *standstill*), provêm da época de prosperidade mundial, compreendida entre 1927 e 1930, quando as grandes potências – e, principalmente, a Inglaterra – julgaram que era possível restabelecer o equilíbrio econômico da Alemanha, que tinha sido roto desde a guerra, e para tal fim resolveram abrir largos créditos ao seu comércio e à sua indústria.
7. Nesse momento, os bancos regurgitavam de capitais e não encontravam colocação para os mesmos. Acreditavam, assim, os banqueiros

britânicos e outros, que fariam uma operação financeira de primeira ordem, consolidando a paz europeia.

8. Os alemães recorreram, em grande escala, a esses créditos – e mesmo com avidez e imprudência – sem contar com o futuro modo de pagamento. Utilizaram esses capitais não somente para financiar as operações de ordem privada no comércio bancário interno alemão, mas também para a construção de edifícios públicos, casas de aluguel barato para empregados públicos, escolas; tudo, porém, em proporções colossais.

9. A crise econômica mundial e o retraimento de créditos, pela falta de dinheiro no mercado financeiro, exigiram que os credores cobrassem as dívidas dos alemães, os quais, devido à crise das finanças do Reich, não puderam satisfazer seus compromissos, diante da impossibilidade de obter moedas valorizadas e de transferi-las para os países de origem dos credores.

10. Foi, então, necessário celebrar acordos com os credores, que estabeleceram créditos bloqueados a curto prazo e fixaram os pagamentos para datas ulteriores e daí a denominação de *stillhalte* (*standstill*).

11. Naquela época, esses créditos foram orçados em cerca de 6 trilhões de marcos e atualmente eles representam 73 milhões de libras esterlinas, ou seja, mais ou menos 1 trilhão de marcos. Os principais credores são a Inglaterra e os Estados Unidos.

12. Muitos podem ficar surpreendidos como foi possível à Alemanha, durante os últimos anos, pagar uma tão grande parte desses créditos, quando sempre se debateu em terrível crise econômica, não cessando de apregoar ao mundo a sua miséria. Deve, porém, ser considerado que o devedor [se] beneficiou automaticamente da desvalorização da libra esterlina e do dólar, e que uma grande parte desse débito foi saldado por meio de *Register-Mark*, os quais permitiram aos credores adquirir mercadorias alemãs.

13. A presente conferência, a que acima me referi, discutiu a renovação do acordo que devia expirar em 28 de fevereiro corrente, e que, conforme disse, foi prorrogado até igual data de 1938.

14. Durante as negociações, os alemães demonstraram o desejo de romper a frente internacional e de discutir separadamente com cada nação. Isso é, aliás, uma política constante dos alemães e já circulam boatos de que, para as dívidas internacionais, inclusive os empréstimos Dawes e Young, o ministro dr. Schacht oferecerá arranjos separados aos diversos credores.

15. No caso presente, para os acordos *standstill*, os objetivos alemães serão, ao que parece, auxiliados por certos meios britânicos, que desejam um acordo particular e isolado.
16. A Alemanha, no sentido de não aumentar o volume do resgate, apresentou durante a conferência a alegação de sua incapacidade de transferir para o estrangeiro as somas decorrentes dos seus débitos em moedas valorizadas e das dificuldades com que luta, não obtendo de sua balança comercial um contingente suficiente de divisas estrangeiras.
17. Não deve ser esquecido que, realmente, todas as disponibilidades têm sido aplicadas no rearmamento do Reich e até mesmo o produto das exportações, que poderiam fornecer algumas divisas para os pagamentos externos.
18. Nessas condições, a conferência foi obrigada a se contentar com a renovação, por mais um ano, do acordo e os credores continuarão a ser reembolsados no ritmo e no modo pelo qual tem sido feito até agora, mas com o compromisso de sempre ficar aberta a possibilidade de um aumento das prestações de amortização.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A questão religiosa.

N. 82 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

A luta entre o nacional-socialismo e a Igreja protestante acaba de entrar em uma fase decisiva e que a meu ver terminará o conflito entre os meios hitleristas e os círculos religiosos ortodoxos na Alemanha.

2. Esse conflito, como tive ensejo de me referir na época oportuna,

teve origem na oposição sempre crescente dos pastores protestantes reunidos na igreja confessional contra o movimento dos cristãos alemães, ou, mais exatamente os protestantes nacional-socialistas. Estes buscam conciliar a doutrina de Martin Luther com as teses nacionais e racistas de Adolf Hitler.

3. Em outubro do ano de 1935 o ministro do Culto, senhor Kerrl, designou uma comissão eclesiástica protestante para restabelecer a paz no seio da igreja protestante.

4. Embora o mandato dessa comissão só deva expirar no mês de setembro próximo, ela capitulou há alguns dias, não se sentindo capaz de prosseguir os seus trabalhos em face da oposição.

5. Nessas condições, o *führer* recorreu a um meio extremo, dirigindo à população protestante um apelo e determinando que fossem feitas eleições na igreja protestante, sendo publicado um comunicado oficial pelo qual ficou estabelecido que a união dos grupos eclesiásticos deverá ser feita em plena liberdade, de acordo com o direito de livre disposição do povo cristão e assim deverá ser feita uma nova organização desses grupos.

6. O ministro dos Cultos recebeu plenos poderes do chanceler para preparar a eleição de um sínodo geral podendo tomar todas as medidas que julgar necessárias.

7. No que diz respeito à religião católica, todos continuam a considerar que a ruptura da concordata abalaria a confiança das nações que se esforçam em acreditar na palavra da Alemanha e esta é a opinião do arcebispo de Munique.

8. A concordata existente entre a Alemanha e a Igreja Católica foi assinada, como Vossa Excelência sabe, em 1933, e constitui um tratado concluído livremente e voluntariamente pelo governo do Reich e, por conseguinte, a sua violação atingirá a própria honra da nação e assim se exprimiu Sua Eminência, o cardeal Faulhaber.

9. O cardeal referido já tem protestado sobre diversos atos do governo nacional-socialista, que ele considera como violações, e assim cita a confiscação de cartas pastorais, fechamento de diversas escolas católicas, prisão de padres, sequestro de bens da igreja, expulsão de religiosos, de ambos os sexos, católicos, proibição de procissões e ataques violentos contra os mais altos dignitários da Igreja Católica movidos pela imprensa do Reich.

10. Essas palavras, diz o arcebispo de Munique, devem ser interpretadas como uma nova tentativa de conciliação com o Estado nacional-

-socialista; mas considera Sua Eminência que são graves os perigos de uma ruptura entre os católicos e o governo, se fosse levada a efeito a denúncia da concordata.

11. Essa é, resumidamente, a presente situação do conflito religioso na Alemanha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 FEV. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A Alemanha e o rearmamento britânico.

N. 83 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de fevereiro de 1937.

Senhor Ministro,

A recente declaração feita na Câmara dos Comuns em Londres, pelo ministro das Finanças britânico, sobre a política do rearmamento, produziu em Berlim a maior impressão.

2. Todos os jornais publicam longos artigos e insistem sobre o fato de – que é pela primeira vez – que uma decisão de tamanha importância é adotada pela Inglaterra em tempo de paz.

3. Nota-se um certo desagrado nos comentários que acompanham essa notícia e a maioria dos jornais tentam explicar o fato como consequência do acordo naval de Washington que, expirando proximamente, colocaria a política britânica em face de responsabilidades aumentadas, principalmente, no oceano Pacífico.

4. De um modo geral, a Alemanha não julga que os armamentos ingleses sejam dirigidos contra ela pois o acordo naval anglo-germânico impede qualquer política de rivalidade naval entre Berlim e Londres.

5. Acreditam os meios diplomáticos que os insucessos da Liga das

Nações e da política imperial britânica, na Manchúria e na questão etiópica, foram os principais fatores do rearmamento da Inglaterra.

6. Os adversários possíveis que a Inglaterra pode temer devem ser buscados fora da Alemanha e, em geral, causou boa impressão o fato do ministro Baldwin não mais insistir em considerar como fronteira da Inglaterra a margem do Reno.

7. Essas observações deixam de lado uma parte do problema, que a imprensa alemã não deixa de examinar, quando examina mais minuciosamente os discursos do senhor Baldwin.

8. Assim buscam aqui ver como ele concebe os compromissos ingleses. Faz uma homenagem, ainda que em forma platônica, à liga de Genebra, sublinhando a sua falência. De uma parte, sustenta que a Inglaterra não possui aliados para a defender e, de outro lado, está pronto a auxiliar a França, a Bélgica e também a Alemanha, se assinar um pacto ocidental. Insiste sobre os acordos regionais; mas, para a Grã-Bretanha, o pacto ocidental seria o único que deva merecer maior atenção.

9. O *Deutsche Allgemeine Zeitung*, órgão oficioso, conclui que a Alemanha, quanto a ela, não se julga responsável em ter provocado tais decisões do governo de Londres, ainda que um jornal de Nova York declare que, nos círculos oficiais britânicos, exista a opinião de que o acordo germano-japonês ameaça mais o império inglês e seus interesses, do que a Rússia soviética, contra a qual ostensivamente foi concluído.

10. O *Berliner Tageblatt* não julga que as enormes despesas, que acabam de ser decididas pelo governo inglês, sejam de caráter absolutamente indispensável e, se tivesse sido lealmente discutida a proposta do *fibrer*, essa grande responsabilidade poderia ter sido evitada ao povo inglês e a toda a Europa.

11. A *Correspondência Diplomática e Política* acusa, particularmente, o primeiro lorde do almirantado de ter declarado que o rearmamento alemão e desarmamento britânico eram os fatores mais importantes da atual situação política da Europa.

12. O órgão da Wilhelmstrasse pergunta por que *sir* Samuel Hoare omitiu de [sic] considerar no seu discurso a atitude da política e da atuação militar da União Soviética e por que ele não fez referência aos perigos da "pactomania" que exerce sua influência nefasta em toda a Europa.

13. Assim, vemos que o assunto produziu aqui uma certa tensão e suscitou um certo descontentamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.



Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Mobilização civil dos médicos.

N. 98

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de março de 1937.

Senhor Ministro,

No quadro da mobilização civil, os médicos alemães deverão doravante adquirir todos os conhecimentos que serão dos mesmos exigidos em caso de guerra.

2. Para esse fim, serão criados centros de instrução para os médicos das grandes cidades e, para Berlim, esses centros serão localizados em Rostock, Greifswald e Lübeck.
3. Os médicos de Hamburgo farão a sua prática em Stettin e os de Stettin em Hamburgo.
4. Durante esses cursos de aperfeiçoamento da medicina de guerra, os médicos serão alojados em casas especiais cujas construções já tiveram início e que se denominarão de "Casas de Médicos".
5. Estão em estudos medidas análogas para os médicos das pequenas cidades e do campo.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

---

[Índice:] Revisão do Código Penal Alemão.

N. 99 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de março de 1937.

Senhor Ministro,

A comissão, que foi encarregada há vários anos de rever o Código Penal Alemão, acaba de terminar os seus trabalhos.

2. Nessa ocasião o dr. Gürtner, ministro da Justiça, reuniu os representantes do ministério, do Partido Nacional Socialista e da imprensa para expor, em linhas gerais, o novo direito criminal do Reich.

3. O referido ministro declarou, nessa ocasião, que o novo Código Penal foi baseado no sentimento popular, no que se refere a tudo o que é justo ou injusto; o seu fim é a proteção do povo e a consolidação do sentimento do interesse da defesa da coletividade contra os maus elementos e o seu princípio essencial é que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse de ordem privada.

4. O novo direito distingue, como o antigo, o crime de morte do homicídio, mas essa distinção não é mais baseada na premeditação. Consideram como assassinato todo homicídio inspirado pela crueldade, pelo desejo de ganho pelo roubo etc. e pelos impulsos sexuais. Os assassinatos serão sempre punidos com a pena de morte.

5. Os outros casos de homicídio serão condenados com a pena de prisão mínima de cinco anos e perpétua para os casos máximos.

6. Os crimes passionais, tão benevolamente julgados em muitos países, estão compreendidos entre os casos graves de homicídio.

7. A tentativa de suicídio, ou ajuda ao suicídio, não serão passíveis de penas; mas o incitamento ao suicídio será considerado crime passível de pena.

8. O novo código não cogita do duelo, sob pretexto de que não é possível impedir a um indivíduo de se bater em defesa de sua honra, enquanto é obrigado a atender ao chamado do seu governo para defender pelas armas a honra de sua pátria.

9. Uma parte do novo código visa à proteção da mãe e dos filhos. Não será permitido ridicularizar o matrimônio e a maternidade, assim como fazer propaganda pública para a limitação do número de filhos.

10. O homem, que recusar socorros ou alimentos ao seu filho natural, será punido com pena de prisão.

11. O rapto de crianças, seja qual for a forma, será sumariamente punido com a sentença de morte.
12. No domínio social e econômico, a greve e o *lockout* são formalmente proibidos e ambas essas formas de protesto são passíveis de severas penalidades, assim como o açambarcamento de produtos de uma importância vital para o povo e será considerado como traição à pátria a divulgação no estrangeiro dos segredos industriais.
13. Uma outra parte do código se aplica à defesa da honra do povo alemão e do Partido Nacional Socialista. Qualquer difamação do *führer* é considerada como uma ofensa feita ao povo alemão, seja ela dirigida à sua vida privada ou pública, ao chefe de Estado, do partido ou ao chanceler. Também assim será considerado qualquer ataque contra o Partido Nacional-Socialista, contra o Reich ou contra o serviço do trabalho nacional. Estão protegidos por essa determinação penal um certo número de personagens atualmente considerados históricos, tais como Hindenburg, Schlageter e Horst Wessel.
14. Certas organizações políticas, tais como a III Internacional ou organizações de banditismo, não estão protegidas legalmente.
15. Os juízes, guardas do direito, não estão mais adstritos à letra de um parágrafo, pois o conceito é que o direito deve ser popular e aplicado segundo o espírito do povo.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

[*Índice:*] Um conselho de gabinete e a política internacional do Reich.

N. 103 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de março de 1937.

Senhor Ministro,

No dia 9 do corrente realizou-se um Conselho de Ministros sob a presidência do *führer*.

2. Pelo que me foi possível verificar, nessa reunião foi resolvido encarregar o ministro do Interior de tomar todas as medidas que forem por ele julgadas necessárias para assegurar a proteção das fronteiras do Reich e do território alemão.

3. Trata-se de medidas de caráter administrativo e policial.

4. O referido ministro também foi encarregado de aplicar as medidas de represália que encontrar oportuno contra as pessoas e as propriedades dos súditos ou cidadãos de nações estrangeiras, que porventura apliquem tais processos contra os alemães residentes no exterior, ou contra suas propriedades ou bens, e que constituam medidas que não sejam compatíveis com a legislação alemã.

5. Essa última decisão visa ostensivamente a Rússia dos soviets e se destina a assegurar a proteção devida aos alemães que ainda vivem na União Soviética.

6. Estou também informado de que o *führer* aproveitou do ensejo dessa reunião para fazer uma exposição minuciosa sobre a situação atual da política interna e externa do Reich e para tratar mais especialmente da parte referente às relações germano-britânicas.

7. Foi nessa ocasião que ficou decidida a partida imediata para Londres do senhor von Ribbentrop, embaixador alemão junto à corte de St. James e que se achava em Berlim desde algum tempo.

8. O referido embaixador, que partiu esta manhã para o seu posto, leva instruções para responder verbalmente ao governo inglês sobre o conteúdo da nota britânica de novembro do ano passado que, aliás, somente foi respondida até agora pela Bélgica, em forma completa, e parcialmente pela França. Essa nota se refere à possibilidade de serem iniciadas negociações para um acordo que regule a situação política da Europa visando assegurar a paz.

9. Nessas condições, tudo indica que as conversas nesse sentido vão ser iniciadas entre Londres e Berlim; e a Alemanha, de perfeito acordo com a Itália, estabelecerá as condições que julga indispensáveis para a conclusão de um novo Locarno.

10. Esse arranjo, segundo é opinião dominante nos círculos diplomáticos de Berlim, deverá ficar estritamente limitado às potências ocidentais. O pacto franco-soviético é considerado como uma fonte permanente de complicações.

11. Os esforços do Reich parecem concentrados no desejo de ser

assinado um novo pacto ocidental. Já foram assinaladas, nesse sentido, certas conversações preliminares entre Berlim e Roma, e Berlim e Londres, sendo que o ponto de vista alemão continua imutável: o Reich não aderirá a qualquer arranjo ocidental enquanto um tal acordo não fique limitado ao oeste da Europa.

12. Isso significa, como disse antes, que permanece a convicção de que o pacto franco-soviético, sob sua atual forma, ameaça constantemente de [*sic*] arrastar a França em conflitos que se podem produzir no leste e, assim, não é possível separar – propriamente e distintamente – esses dois problemas.

13. Durante a reunião do gabinete foi também muito criticada a falta de clareza da política britânica que, de um lado, se recusa a assumir qualquer compromisso em relação ao leste da Europa, mas que, de outra parte, persiste em considerar que as alianças militares entre a França, Tchecoslováquia e a União dos soviets são compatíveis com o estatuto da Liga das Nações.

14. Foi, porém, comentada pelo *fóhrer* – com muita simpatia – a atitude da Bélgica, que já tornou oficialmente público que somente concordará em figurar em um novo pacto ocidental como potência garantida, e não como garantidora, pois o governo belga não quer ser obrigado a intervir em um conflito que poderá resultar dos arranjos militares da França com outras nações, principalmente com a Rússia.

15. Os perigos que são temidos pela Bélgica são considerados ainda mais graves pelo Reich e, assim, o pacto franco-soviético na sua forma presente continua a ser o maior obstáculo para a participação do Reich em qualquer arranjo ocidental.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Entrevista do rei da Dinamarca com o chanceler Hitler.

N. 116 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de março de 1937.

Senhor Ministro,

Os reis da Dinamarca atravessaram Berlim no dia 15 do corrente, vindos de Cannes, em direção a Copenhague.

2. Sua Majestade aproveitou essa circunstância para avistar-se com o chanceler Hitler, com o qual conferenciou longo tempo naquele mesmo dia.

3. Nos meios da Wilhelmstrasse, é sabido que essa entrevista do rei Christiano com o *fihrer* constitui uma nova e importante etapa para a pacificação da Europa.

4. Em geral, aqui julgam que esse encontro proporcionou aos dois chefes de Estado conversar diretamente sobre a questão da neutralidade dinamarquesa. Nessa ocasião, o chanceler Hitler teria dado ao rei da Dinamarca seguranças idênticas às que deu ao senhor Schulthess (antigo presidente da Suíça), há algumas semanas, e referentes ao respeito e garantia das fronteiras suíças por parte da Alemanha.

5. *A Correspondência Política e Diplomática* fez alguns comentários amáveis sobre essa entrevista "destinada a fortalecer a política de paz e harmonia da Alemanha com os seus vizinhos"; e, tratando-se de um órgão oficioso da Wilhelmstrasse, tudo indica a perfeita veracidade das informações supra, que colhi em fontes devidamente autorizadas.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A política internacional europeia.

N. 118 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de março de 1937.

Senhor Ministro,

As primeiras informações fornecidas pela imprensa e colhidas nos meios autorizados, relativas às respostas da Alemanha e da Itália ao memorandum britânico de novembro de 1936 – que tinha previsto ao enviar a Vossa Excelência o meu ofício número 103, de 12 do corrente mês – já começam a ser mais precisas.

2. Os dois textos desses documentos não serão publicados, pois haveria o inconveniente de fixar publicamente as posições dos países interessados, o que tornaria mais difíceis as negociações, pela sua própria natureza, deveras delicadas.

3. As respostas de Berlim e de Roma, cujos termos foram combinados anteriormente, não contêm propostas firmes; mas, se limitam a insistir sobre as vantagens e aspectos novos de um pacto ocidental, decorrente das modificações ocorridas na situação internacional europeia desde a conclusão do tratado de 1925.

4. Na realidade, a Alemanha e a Itália formularam uma série de quesitos e levantaram certas questões, sem, porém, pretender resolvê-las; mas, sem fazer também dessa solução, em uma forma precisa, uma condição imprescindível para o acordo a ser realizado.

5. Acredito que serão necessários muitos meses de pacientes esforços para criar uma atmosfera favorável, diferente da que existe presentemente, que permita uma aproximação indispensável das teses que hoje se opõem.

6. Tenho a impressão que o ponto de vista, tanto do Reich como da Itália, é que as duas potências da Europa central estão agora dispostas a concluir um novo acordo, idêntico ao de Locarno, protegendo as fronteiras ocidentais nas condições em que as mesmas foram garantidas pelo tratado de 1925, mas sem referência, agora, à Liga das Nações e fazendo mesmo abstração das obrigações de ordem geral resultantes do pacto de Genebra. Assim, no caso de agressão, não deverá o assunto ser examinado pelo Conselho da Liga, o qual, assim, não terá mais a autoridade de designar o agressor, o que passaria a ser feito pelas duas potências garantidoras, que neste caso seriam a Inglaterra e a Itália.

7. Um outro aspecto delicado do problema, tal como é encarado por Berlim e Roma presentemente, é o de fixar a relação que deve existir entre um novo pacto ocidental e os acordos regionais em vigor. Parece que a Alemanha não chegaria a exigir a supressão do tratado de

assistência mútua franco-soviética, mas, de acordo com a Itália, julgaria necessário que fossem modificadas as estipulações desse pacto, na parte referente à ajuda automática que ficou assentada entre a França e a Rússia para quando uma dessas potências seja vítima de uma agressão estrangeira. Nesse caso, também a agressão deve ser oficialmente verificada e o agressor designado, não mais pela instituição de Genebra, mas por um organismo internacional independente e, no caso vertente, pelas duas partes garantidoras do pacto ocidental, isto é, Inglaterra e a Itália. Assim também seria feito em relação aos acordos regionais, tais como a aliança franco-polonesa, convenções da França com os países da Pequena Entente. Finalmente, devo mencionar uma terceira questão e da garantia agora exigida pela Inglaterra e contra a qual já a Itália se manifestou.

8. Sem exigir a denúncia formal do pacto franco-soviético, o Reich deseja que este seja submetido a um sistema de fiscalização que lhe ofereça as devidas garantias. O governo alemão não poderá aceitar, em nenhum caso, um novo pacto ocidental subordinado ou mesmo coordenado ao pacto soviético.

9. Parece, pois, pelo que já se conhece e pelos comentários da imprensa oficiosa, que as respostas germano-italianas, embora não sejam suficientes para esclarecer a situação, constituem porém um grande progresso, pois permitirão que haja uma discussão sobre os diversos aspectos – e os mais graves – do problema, o que até agora não tinha sido possível, devido à intransigência em que as potências interessadas se tinham mantido em face do assunto.

10. A posição da Alemanha não mudou em forma sensível e, de acordo com a Itália, continua a considerar que o pacto franco-soviético, concluído em oposição [a]o espírito e à letra do Tratado de Locarno, continua a constituir o obstáculo mais importante para a conclusão de um arranjo pacífico no oeste da Europa.

11. Devo ainda acrescentar que, conforme já tive ensejo de referir a Vossa Excelência, a recente atitude da Bélgica, querendo manter a sua independência, embora aceitando de [sic] ficar garantida, sem compromisso de ser parte garantidora, é plenamente aprovada pelo governo alemão, o que tem desagradado bastante em [sic] Paris e Londres, que veem nessa decisão do governo de Bruxelas uma forte tendência de aproximação política com a Alemanha.

12. Em conclusão, considero que os meios oficiais de Berlim julgam que a nova resposta do Reich traz, sem dúvida, uma contribuição im-



portante à colaboração internacional para garantir a paz e, em geral, todos aqui acentuam o desejo da Alemanha de chegar – tão rapidamente quanto for possível – a um acordo europeu, em forma clara e de caráter duradouro para permitir que as nações possam trabalhar sem preocupações de possíveis guerras.

13. Estou convencido que esse sentimento é sincero e que os governos de Berlim e de Roma aceitariam um acordo geral, principalmente a Alemanha em relação à França, desde que a Itália e a Grã-Bretanha fossem garantidoras, mas sob a condição de que o pacto franco-soviético deixe de ser, como atualmente, um impedimento para a cooperação de todos os povos em favor da paz mundial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 MAR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] Situação política da Alemanha.

N. 126 / SECRETO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de março de 1937.

Senhor Ministro,

Segundo informações colhidas em círculos autorizados, a polícia secreta alemã acaba de tomar medidas severas de ordem defensiva contra antigos membros da “Associação dos Capacetes de Aço”.

2. Essas providências, que não foram divulgadas, causaram grande surpresa e sensação nos meios militantes do Partido Nacional-Socialista.

3. A polícia prendeu o ex-chefe dos Capacetes de Aço, o dr. Paulo Stürme; sua secretária, a senhora Seibel; e o escritor e literato Will Kraft. Esses presos estão acusados de ter estabelecido uma ligação com diversos membros da família Hohenzollern, especialmente com o *ex-kronprinz* e a condessa Hermínia, atual esposa do ex-imperador

Guilherme, e com certos elementos da indústria, de origem israelita, de caráter hostil ao atual governo do Reich.

4. Parece ter sido averiguado que a intenção desses elementos seria organizar uma grande conspiração para iniciar uma forte ação contra o nacional-socialismo, visando à restauração da monarquia.

5. O assunto está sendo tratado dentro do mais absoluto segredo, mas, apesar disso, alguns jornais da Suíça e da Holanda já fizeram a respeito alguns comentários.

6. O afastamento do senhor Hanfstaengl do cargo de chefe do Serviço da Imprensa Estrangeira do partido parece também estar ligado a esses fatos.

7. Certos boatos divulgados por jornais de Paris e da Suíça a respeito de atentados que teriam sido levado a efeito contra a pessoa do chanceler Hitler já foram desmentidos e pessoalmente acredito que essas notícias não repousam sobre nenhuma base verdadeira.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 ABR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] O conflito entre o Reich e o Vaticano.

N. 134 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de abril de 1937.

Senhor Ministro,

A carta pastoral lida no dia 21 de março último em todas as igrejas da Alemanha não foi comentada pela imprensa e, assim, os jornais – tanto de Berlim como das outras cidades germânicas, inclusive da Baviera – não fizeram a menor alusão.

2. Posso, porém, assegurar que a mensagem do Santo Padre produziu uma enorme impressão entre os católicos alemães que a ouviram,

proferida do alto dos púlpitos, com a maior atenção e o mais profundo recolhimento.

3. Os fiéis foram principalmente surpreendidos pela energia do tom empregado para condenar "os erros" de certas doutrinas "do sangue e da raça". A alusão, feita pelo Papa aos que sofrem nas prisões e nos campos de concentração, não passou despercebida.

4. Diversas personalidades católicas de Berlim acrescentam que a voz do chefe da Igreja Católica veio no justo momento para impedir que os católicos alemães transigissem com a sua fé.

5. Os meios nacional-socialistas se recusam a tomar oficialmente uma posição em face da encíclica pontifical, que segundo eles, é dirigida aos fiéis e não constitui um documento diplomático. Sei, porém, que os ataques ao governo alemão por ter violado a concordata provocaram um vivo descontentamento nas esferas oficiais.

6. De qualquer forma, os meios mais ligados aos que encabeçam a propaganda do ensino do Estado consideram a encíclica "como uma provocação" e o embaixador alemão na Santa Sé teve ordem de fazer sentir ao secretário de Estado do Vaticano o profundo descontentamento do governo do Reich.

7. A *Correspondência Diplomática e Política*, somente no dia 29 do mês passado, isto é, uma semana depois da leitura da encíclica, procurou defender o ponto de vista do governo alemão; mas, tudo indica que a questão, colocada na forma pela qual foi agitada, ameaça ter repercussões profundas na vida interna do Reich. Os vinte e dois milhões de católicos alemães não podem ficar indiferentes às palavras do Papa e a atitude do Santo Padre certamente não deixará de impressionar as populações católicas do mundo inteiro, principalmente as da Áustria, Polônia e Itália.

8. Nessas condições, parece que uma luta política entre o Vaticano e o Reich não seria vantajosa neste momento para o governo alemão, que necessita cada vez mais de [sic] cimentar uma perfeita união de todos os alemães.

9. Infelizmente, porém, parece que – pelo menos, por enquanto – o chanceler Hitler não está inclinado a adotar uma política mais conciliante no que diz respeito a este assunto e a controvérsia entre o Reich e a Santa Sé ameaça de [sic] se agravar.

10. As diversas tentativas de negociações diplomáticas empreendidas depois da publicação da encíclica pontifical, assim como o protesto do embaixador do Reich junto à Santa Sé e a conferência realizada anteon-

tem entre o núncio apostólico em Berlim e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, não conseguiram melhorar as relações entre o Vaticano e a Alemanha hitleriana.

11. Acreditam todos que, infelizmente, o governo alemão prosseguirá na supressão dos estabelecimentos de ensino religioso.

12. Os meios católicos estão temerosos de que aqui em Berlim, depois das férias de Páscoa, certas escolas católicas sejam fechadas pelo governo. O arcebispo de Berlim, em uma carta pastoral que foi lida em todas as igrejas no dia 28 de março findo, protestou com veemência contra essa supressão contrária ao que ficou estipulado na concordata e pediu aos católicos de [sic] juntar o seu protesto ao do clero.

13. Esse novo protesto contra os atos do regime nazista aumentou o desagrado já existente, irritando ainda mais os meios dirigentes dos nacional-socialistas, que são hostis ao Santo Padre e aos padres, devido a que constantemente chamam a atenção do mundo inteiro contra as perseguições de que são vítimas os católicos da Alemanha.

14. Existe o receio de que o governo do Reich venha a tomar medidas repressivas contra os padres, no sentido de impedir que eles façam sermões nas igrejas criticando a atitude do governo ou atacando o ensino racista.

15. Parece-me ser inútil acrescentar quanto julgo grave uma tal medida, que poderia acarretar prisões de altos prelados refratários a tais ordens governativas.

16. O episcopado católico parece resolvido a organizar a resistência contra as violações da concordata e uma conferência extraordinária dos arcebispos e bispos alemães deverá se realizar proximamente – em Fulda, junto ao túmulo de São Bonifácio – a fim de serem tomadas as medidas adequadas para a defesa dos interesses dos católicos.

17. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento que for tendo este importante assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 ABR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A política europeia.

N. 135 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de abril de 1937.

Senhor Ministro,

Segundo estou informado, o governo britânico assegurou à Itália que a Inglaterra deseja desenvolver a sua política internacional com o mesmo espírito de amizade e cooperação que determinou a assinatura do acordo ítalo-britânico de 2 de janeiro último.

2. Além disso, foi salientado que a Grã-Bretanha liga a maior importância ao respeito, por parte de todos os Estados, dos compromissos assumidos de não mais permitir a remessa de voluntários como reforço estrangeiro aos combatentes, de uma ou outra facção, na Espanha.

3. A Inglaterra manifestou também o mais vivo interesse de examinar a possibilidade de um meio prático para a retirada dos estrangeiros, que atualmente combatem na Guerra Civil Espanhola; e o governo de Londres, agora, julga que essa parte do problema de não intervenção só deve ser abandonado pelo comitê de Londres em último caso para evitar possíveis complicações decorrentes de uma provável intervenção da Sociedade das Nações.

4. Considerando a atual situação da Itália e da Alemanha, seria verdadeiramente imprudente admitir a intervenção da liga.

5. É possível que os governos de Valência e de Moscou provoquem uma convocação do Conselho da S.D.N. para estudar as alegações segundo as quais a Itália e, provavelmente, a Alemanha, têm enviado tropas regulares em número tal, que isso possa ser considerado como uma invasão militar e corresponda a um ato de agressão.

6. Acredito, porém, que uma ação desse gênero não poderá ser tentada com êxito pelos dirigentes comunistas, enquanto o Comitê de Não Intervenção esteja estudando a questão de saber se tem competência ou não para discutir acusações desse gênero.

7. O ministro dos Negócios Estrangeiros da França, na quarta-feira passada, não consultou o embaixador francês em Londres antes de fazer a sua desastrosa declaração, pois, senão, ele teria sabido que o

governo de Londres já tinha recebido informações tranquilizadoras do governo italiano e das autoridades navais inglesas do Mediterrâneo.

8. A referida declaração do ministro Delbos, publicada pela Agência Havas, produziu a falsa impressão de que a Inglaterra aprovava a ameaça de uma ação naval franco-inglesa contra a Itália e possivelmente contra a Alemanha para impedir a propalada intervenção ítalo-germânica no conflito espanhol.

9. Ninguém em Londres estava ao corrente de que o ministro Delbos projetava uma qualquer declaração ao público e o governo inglês só teve conhecimento dessa resolução quando começaram a ser divulgadas as notícias de Paris referentes ao assunto, transmitidas aos jornais londrinos pelas agências telegráficas.

10. Essa atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, que foi aqui severamente julgada, determinou uma grande tensão diplomática e logo os centros navais e militares foram alertados. Sei que os estados-maiores italiano e alemão tiveram contatos prolongados, na previsão de uma qualquer ação naval defensiva no Mediterrâneo e militar na zona renana.

11. O comunicado inglês ulteriormente publicado convenceu a todos que se tratava de uma perigosa manobra feita pelo governo francês, ditada por interesses de aumento de prestígio no campo da política interna, influenciada pelos elementos extremistas do governo de Paris.

12. Por um conduto absolutamente certo tive conhecimento de que a sugestão, feita pelo ministro Delbos ao embaixador alemão em Paris, de que o governo do Reich deveria utilizar a sua influência para induzir a Itália a adotar uma política mais calma, não produziu o resultado desejado. O governo alemão respondeu, a essa iniciativa do governo francês, que o governo inglês poderia por sua parte utilizar a sua influência para que a França adote uma política mais calma e conciliante no sentido de assim ser melhor garantida a paz.

13. Os governos de Roma e de Berlim ficaram muito irritados com a proposta francesa, feita ao embaixador inglês em Paris, de que a Grã-Bretanha e a França enviassem um protesto enérgico a Roma contra a presença de soldados italianos na Espanha e que os dois países combinassem desde logo os planos para uma cooperação naval de vigilância mais intensa e eficaz nas águas espanholas.

14. Essas sugestões não foram acolhidas favoravelmente em Londres, pois a Inglaterra não deseja afastar-se da sua política de não in-

tervenção sob a base de uma ação coletiva e da qual deve[m] sempre participar – além da França – a Alemanha, a Itália e Portugal.

15. Presentemente, todos se esforçam, em Londres, para obter das partes contratantes uma reafirmação dos seus compromissos e, enquanto esses esforços são empreendidos, o comitê – tão rapidamente quanto possível – procura organizar, praticamente, o projeto de fiscalização das fronteiras de terra e de mar da Espanha.

16. Felizmente a trégua diplomática determinada pelas férias de Páscoa permitiu que todos refletissem sobre a grave situação que o gesto infeliz do ministro Delbos produziu, agravando fortemente a tensão nas relações diplomáticas, principalmente entre a Itália, a França e [a] Inglaterra.

17. Assim, embora a situação europeia apresente ainda um caráter grave, decorrente dos problemas oriundos da revolução espanhola, a tensão que, como disse, se tinha manifestado na semana passada nas relações entre a Itália e Inglaterra, de um lado, e entre a Itália e a França ficou bastante reduzida em face da atitude do governo inglês.

18. O *weekend* da Semana Santa, consagrado à meditação, parece ter produzido uma relativa calma e as trocas de impressões entre as chancelarias foram marcadas por conversas, durante as quais as provas de boa vontade recíproca foram devidamente salientadas.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 ABR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] O senhor van Zeeland e a economia mundial.

N. 151 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 10 de abril de 1937.

Senhor Ministro,

A notícia de que os governos francês e britânico sugeriram ao

ministro belga, senhor van Zeeland, tomar uma iniciativa em favor do desarmamento econômico despertou nos meios competentes do Reich o mais vivo interesse.

2. A *Gazeta de Frankfurt*, um dos mais considerados órgãos econômicos do país, considera a notícia extremamente importante.

3. Em geral, os alemães acreditam que, se fosse possível deduzir, desse acontecimento inesperado, que a França e a Inglaterra se encontram realmente dispostas a examinar as condições econômicas indispensáveis para a formação de uma comunhão internacional – e não mais a se limitarem a belas palavras –, essa iniciativa certamente encontrar[ia] na Alemanha a mais séria atenção.

4. Julgam todos aqui que o êxito de uma ação desse gênero ficará dependente do arranjo prévio das questões econômicas, especialmente anglo-saxônicas, atualmente paralisadas e que interessam tão profundamente à Inglaterra e aos Estados Unidos, como, por exemplo, a questão das dívidas de guerra e a da repartição das matérias-primas.

5. Alguns espíritos mais céticos veem na oferta feita ao senhor van Zeeland uma manobra política, oriunda da necessidade que Paris e Londres sentem de reforçar a posição do primeiro ministro belga, na véspera da sua luta eleitoral com os partidários dos rexistas, chefiados pelo senhor Degrelle. Devo, porém, dizer que essa tese, que procura reduzir a iniciativa franco-inglesa ao nível de uma simples manobra de política interna belga, não é tida como certa e nem menos como possível nos círculos da Wilhelmstrasse.

6. Efetivamente, nos meios oficiais, não se guarda a menor reserva que a Alemanha, país de exportação por excelência, tem o maior interesse em ver eliminados, ou pelo menos diminuídos, os numerosos obstáculos alfandegários e outros de ordem comercial e econômica, que se opõem a um desenvolvimento normal dos negócios.

7. Deve ser ponderado que o dr. Schacht nunca afirmou que a Alemanha considera o regime autárquico forçado que foi obrigado a adotar como uma situação definitiva e, ao contrário, sempre manifestou a sua preferência de voltar a uma situação econômica normal, logo que as circunstâncias internacionais o permitam.

8. Infelizmente, porém, declaram os dirigentes alemães, o restabelecimento da normalidade econômica e comercial não depende da Alemanha. O Reich, assim, acolhe com o maior prazer toda e qualquer iniciativa suscetível de facilitar o estabelecimento de relações internacionais econômicas e comerciais, sobre bases regulares e sadias.



9. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento que for tendo este assunto.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 ABR. 1937 • AHI 04/03/07

[Índice:] A entrevista austro-italiana de Veneza e a sua repercussão na Alemanha.

N. 168 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de abril de 1937.

Senhor Ministro,

O general Goering, que sob o pretexto de acompanhar sua esposa para uma cura de repouso na Itália, terá no próximo domingo uma entrevista com o senhor Mussolini, o qual lhe informará sobre os resultados das conversações de Veneza, que ali estão tendo o *duce* e o chanceler austríaco, senhor Schuschnigg.

2. Devo dizer que, presentemente, é em torno dessas conversas que está concentrado todo o interesse do III Reich, sendo a entrevista entre os chefes dos governos italiano e austríaco a primeira que se realiza depois da conclusão dos acordos germano-austríacos de 11 de julho de 1936.

3. De qualquer forma, os círculos políticos alemães se mostram reservados e, em geral, consideram que, sem dúvida, o senhor Mussolini tornará lembrada à Áustria a sua missão como país de raça alemã. A Áustria faz parte da comunhão espiritual da raça germânica que se estende desde o Reno até o Danúbio. A administração autônoma da Áustria, regulada pelos acordos de 11 de julho, não pode – na opinião do governo do Reich – constituir impedimentos para a solidificação dessa comunidade.

4. O senhor Mussolini buscará exercer uma certa influência sobre

as relações austro-alemãs para impedir que a existência dos Protocolos de Roma possa ficar comprometida. Isso obrigaria o *duce* a prevenir a Áustria contra uma possível maior aproximação política com Praga, que poderia colocar Viena na dependência do eixo Paris-Moscou e dependência que acarretaria logo uma tensão entre a Áustria e Iugoslávia.

5. O que acima exponho e o que se deduz dos diferentes comentários de imprensa, todos extremamente discretos, parece indicar que a Alemanha teme principalmente que a Áustria queira assumir uma atitude de maior independência em matéria de política internacional, o que a afastaria dos Protocolos de Roma, a oporia aos interesses alemães e a colocaria dentro do campo de ação mais favorável à política da França e da Rússia.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 MAI. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A visita do ministro barão von Neurath a Roma.

N. 187 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de maio de 1937.

Senhor Ministro,

A imprensa alemã em geral afirma que a viagem oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros a Roma apertou os laços de amizade entre a Alemanha e a Itália, sem modificar as linhas gerais da política fixada em outubro do ano findo, quando o conde Ciano esteve em Berlim.

2. As entrevistas Mussolini-von Neurath e Hitler-Ciano servem para confirmar uma vez mais a perfeita identidade de vistas entre Roma e Berlim e tudo leva a crer que um acordo de ordem militar de estados-

-maiores será combinado durante a próxima visita à Itália do marechal von Blomberg, generalíssimo do exército alemão.

3. A viagem do barão von Neurath pode ser considerada como um acontecimento perfeitamente normal, dentro do quadro das íntimas relações que se estabeleceram ultimamente entre os dois países e cujo desenvolvimento tenho sempre acompanhado com a maior atenção, informando Vossa Excelência com a possível antecedência.

4. Conforme informei no devido tempo, foi em outubro de 1936 que o conde Ciano fez a sua visita oficial ao governo de Berlim, tendo tido em Berchtesgaden conversações com o chanceler Hitler e com o ministro von Neurath.

5. Devemos recordar que os resultados dessas entrevistas foram de uma importância tal que, na ocasião, despertaram os mais vivos comentários da imprensa internacional.

6. Embora sem que fosse lograda a conclusão de um verdadeiro pacto, os governos italiano e alemão assinaram então uma série de protocolos estabelecendo a perfeita identidade de vistas em relação aos principais problemas da política europeia. Tratava-se, principalmente, como Vossa Excelência terá visto pela minha correspondência, de tomar uma posição comum e firme em face do perigo comunista, o que determinou a resolução dos governos de Berlim e Roma de se oporem à instauração de um regime comunista na Espanha e, conseqüentemente, reconhecer e sustentar o governo nacionalista do general Franco.

7. Ao mesmo tempo, os governos italiano e alemão decidiam de [*sic*] harmonizar os seus interesses na Europa Central e na bacia danubiana. Já a Áustria tinha deixado de representar um obstáculo para o desenvolvimento das relações entre os dois países. Pelo acordo de 11 de julho de 1936, o caráter alemão do Estado austríaco ficou reconhecido e a Alemanha se obrigou a respeitar a integridade e a independência do governo de Viena.

8. Desde então o terreno ficou preparado, fazendo desaparecer a ameaça da *anschluss*, que tinha, em outro momento, colocado a Itália e a Alemanha em campos opostos.

9. A situação já tinha evoluído bastante depois do fim trágico do chanceler Dollfuss.

10. Foi assim que, em 1º de novembro de 1936, o *duce* italiano, falando em Milão diante do seu povo, pôde proclamar a constituição do eixo Roma-Berlim.

11. É o funcionamento desse eixo – ou melhor, desse sistema po-

lítico – que formou o principal objetivo das conversas romanas do barão von Neurath, em ligação com a aplicação do acordo austro-alemão de 11 de julho e, por consequência, com a entrevista de Veneza que, como Vossa Excelência sabe, deu lugar recentemente a interessantes explicações entre os senhores Mussolini e Schuschnigg.

12. Parece-me desde logo que, de um modo geral, o quadro da situação europeia se apresenta neste momento tal como podia ser observado por ocasião da viagem do conde Ciano à Alemanha.

13. Assim os assuntos de Espanha evoluem, muito lentamente, mas as posições de Roma e de Berlim não se modificaram, embora ambos esses governos continuem decididos oficialmente a respeitar o acordo de não intervenção.

14. Quanto à questão de Locarno, ela fez objeto – há algum tempo – de duas notas análogas enviadas a Londres pelos gabinetes alemão e italiano, que se mantêm hostis a qualquer participação da Rússia soviética em um novo pacto que eventualmente possa ser ajustado.

15. O único fato novo que se produziu foi a declaração franco-britânica desobrigando a Bélgica de seus antigos compromissos em relação a França e Inglaterra. A situação resultante desse fato interessa muitíssimo à Itália e à Alemanha, que devem – evidentemente, em virtude do princípio da consulta – combinar uma ação comum e favorável aos seus interesses.

16. A Bélgica readquiriu, de fato, a sua posição de Estado neutro e ela se oporá a qualquer violação do seu território por tropas ou aviões militares estrangeiros em operações de guerra contra outros países. Resta saber até que ponto essa atitude é compatível com os compromissos belgas decorrentes do artigo 16 do pacto da Liga das Nações, ao qual o governo de Bruxelas não nega a sua fidelidade.

17. Roma e Berlim exigem que esse ponto fique bem esclarecido pelo governo de Bruxelas.

18. Finalmente, ainda como fato novo, deve ser citado o pacto ítalo-iugoslavo de 25 de março último, assinado em Belgrado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros italiano e iugoslavo. Os meios políticos e os jornais de Roma e Berlim apresentam este acontecimento como um primeiro passo para uma maior aproximação entre Belgrado e os Protocolos de Roma. Ao mesmo tempo, já estão sendo preparadas conversações entre Bucareste e Roma que terão, se chegarem a um resultado favorável, uma repercussão muito profunda na Europa Cen-

tral e danubiana, pois a posição da Hungria poderá ser modificada em relação à Pequena Entente.

19. Isso é, também, uma questão que interessa bastante à Tchecoslováquia. Existe, porém, a possibilidade de uma aproximação entre Praga e Viena na parte econômica, preconizada – aliás, com muito entusiasmo – pelo presidente do conselho tchecoslovaco.

20. Essas questões entram perfeitamente dentro do quadro das entrevistas de Roma do barão von Neurath.

21. O exame de todas elas deu lugar a diversas deliberações, que em geral satisfizeram aos meios políticos e diplomáticos de Berlim e Roma, e a opinião pública mundial teve grande prazer lendo o trecho do comunicado oficial no qual foi declarado que “a Alemanha e a Itália estão dispostas e prontas para colaborar de uma forma mais prática e extensa com as demais potências para a defesa da paz mundial”.

22. A *Correspondência Política e Diplomática*, órgão oficioso da Wilhelmstrasse, assevera também que as conversas de Roma não representam combinações hostis a outras nações, mas que, ao contrário, elas serviram para consolidar os meios de facilitar qualquer política tendente a garantir a paz europeia e que, de qualquer forma, logo ficou evidenciado que, no domínio da colaboração internacional, não existem dificuldades extremas.

23. Em conclusão, os governos italiano e alemão querem que todos considerem a política do eixo Roma - Berlim como destinado a fazer um trabalho – concreto, e que se baseia na compreensão das necessidades vitais dos outros povos – e que a interpretem como sendo executada de maneira a contribuir em forma decisiva para a consolidação de uma verdadeira paz continental.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



[Índice:] O comércio exterior da Alemanha no 1º trimestre de 1937.

N. 226

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de junho de 1937.

Senhor Ministro,

No primeiro trimestre do ano corrente, a importação alemã aumentou de 3,7% em comparação com o ano anterior, notando-se, porém, um acréscimo de exportação de 13,1% no mesmo período.

2. A classificação do comércio exterior da Alemanha, segundo Estados e continentes, faz reconhecer que esse desenvolvimento do comércio de exportação e importação da Alemanha é devido principalmente aos países do sudeste europeu e aos Estados da América Central e da América do Sul. Desenvolveu-se, também, o intercâmbio comercial com a Ásia e a África. Essa alteração corresponde ao progresso notado pela introdução do novo plano, desde 1934.

3. Do total do aumento de importação – como consequência dos preços elevadíssimos das matérias primas e artefatos semimanufaturados –, que corresponde a 38,7 milhões de marcos, a maior parte, isto é, 20,2 milhões de marcos, cabe ao comércio efetuado com os países não europeus, calculando-se para a Europa 17,3 milhões de marcos. De conformidade com a modificação mencionada, a participação dos Estados europeus diminuiu de modo pouco sensível, isto é, de 59,7 a 59,2%.

4. Dos Estados europeus, destacam-se os países do sudeste, que aumentaram consideravelmente a exportação dos seus produtos para a Alemanha. A importação alemã de mercadorias daqueles países subiu, comparando com o ano anterior, de 33% – ou seja, 31 milhões de marcos. Um aumento notável foi notado na importação alemã de produtos da Iugoslávia, Romênia e Turquia. Foi também verificado um considerável aumento da importação alemã de artigos franceses, que passou de 22 milhões de marcos a 33 milhões em 1936, [para] 33 milhões de marcos nos três primeiros meses do ano corrente. A importação alemã da Espanha, União Soviética, Hungria, Tchecoslováquia e Letônia diminuiu sensivelmente, sendo que a da Espanha diminuiu de mais de duas terças partes.

5. Dos países de além-mar, a Ásia ocupa um lugar de destaque, com um aumento considerável nas cifras dos seus fornecimentos à Europa e também foi notado um desenvolvimento intenso nos negócios com a África e a Austrália.

6. Na importação de produtos da América, nota-se uma diminuição de cerca de 7% com referência aos estados da América do Norte e à Argentina. As cifras da importação alemã dos estados norte-americanos caíram de 69,9 a 44,2; e, da Argentina, de 29,3 a 17,7 milhões de marcos. Esse fato faz com que ambos esses países ficassem colocados abaixo da classificação que tinham alcançado no intercâmbio de mercadorias com a Alemanha em épocas anteriores. Os motivos dessa diminuição devem ser encontrados no fato de não aceitarem os mesmos produtos alemães na base do sistema de compensação. O caso difere favoravelmente para os demais países americanos, principalmente os Estados da América do Sul e da América Central com os quais tem sido aplicado o sistema de compensação, facilitando desse modo o intercâmbio comercial. Quanto ao Brasil, aumentou, em primeiro lugar, a importação alemã de algodão.

7. Das cifras de exportação da Alemanha, que tiveram um aumento de 148,8 milhões de marcos no primeiro trimestre de 1937 em relação ao mesmo prazo do ano anterior, cabe a metade à Europa e o resto aos países de além-mar.

8. A participação da Europa na exportação total da Alemanha diminuiu de novo de 70,4 a 68,3%. Os países que aumentaram as suas encomendas na Alemanha são a Rússia e os Estados do norte e do sudeste. A exportação alemã para a Espanha caiu de 27,5 a 6,8 milhões de marcos. Os países de além-mar contribuíram todos para o aumento da exportação alemã, principalmente a Ásia e a América. Dos países asiáticos, o Irã triplicou as suas encomendas, calculadas em 16,2 milhões de marcos. Na América, destacam-se principalmente os Estados sul-americanos, que aumentaram consideravelmente as suas compras na Alemanha. O aumento da exportação alemã para os Estados norte-americanos foi mínimo, porém suficiente para garantir um excedente de exportação de 0,8 milhão de marcos, contra a diminuição notada nas cifras de importação alemã, referentes a produtos norte-americanos. Na África, a União Sul-Africana aumentou por 42% a importação de mercadorias alemãs.

9. Quanto à balança comercial, houve um excedente de exportação no comércio da Alemanha com a Europa. As cifras subiram de 169,3 a 230,9 milhões de marcos. Nas relações comerciais entre a Alemanha e os Estados de além-mar, diminuiu o excedente de importação de 86,8 a 36,8 milhões de marcos. O excedente de importação, resultante do comércio com a África, foi orçado 44,9 milhões de marcos. No intercâm-

bio de mercadoria com a Ásia foi obtido um excedente de exportação de 10,6 milhões e, com a América, de 2,0 milhões de marcos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 07 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] O incidente germânico-espanhol.

N. 234 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 7 de junho de 1937

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar os telegramas números 59, 60 e 63, respectivamente de 28 de maio, 1º e 2 do corrente, que expedi a Vossa Excelência, dando conta resumidamente dos graves incidentes ocorridos no Mediterrâneo, que provocaram em todos os meios políticos internacionais a mais viva emoção.

2. O maior risco ao qual a Europa tem estado exposta desde o mês de julho do ano findo é, certamente, o decorrente das intervenções estrangeiras na Espanha, intervenções que opõem – umas contra outras, atrás das trincheiras dos vermelhos e dos nacionalistas espanhóis – as grandes potências.

3. Desde o início das hostilidades, o governo britânico teve uma clara visão desse grave perigo e concentrou todos os seus esforços diplomáticos em tornar tão efetiva quanto possível a política da não intervenção.

4. O governo de Londres não pôde, infelizmente, impedir que a Brigada Internacional comunista entrasse em luta desde logo na frente de Madri; foi impotente para paralisar o alistamento de “voluntários”, metodicamente feito sob a direção do Partido Comunista de Moscou, em França, por conta do governo de Valência, o que naturalmente não per-



mitiu que pudesse ser impedida a ação da Itália e da Alemanha em favor do governo do general Franco, como meio de estabelecer um equilíbrio das tropas nacionalistas contra os vermelhos. A Grã-Bretanha pôde, porém, evitar uma intervenção oficial na Espanha, que tão claramente se desenhava no começo do governo Blum, em França. Isso era essencial, a meu ver, pois – se os canhões continuaram a sua obra destruidora – contudo, os acontecimentos não tiveram até agora maior repercussão no resto da Europa e, apenas, no domínio diplomático.

5. A situação internacional parecia, há poucos dias, que tendia francamente para uma fase de maior confiança e tranquilidade, pois, não somente a Grã-Bretanha tinha obtido que a Itália e a Alemanha continuassem a colaborar na aplicação de medidas internacionais, no comitê de Londres, visando principalmente à fiscalização das costas espanholas, mas ainda tinha entabulado negociações para a retirada dos voluntários estrangeiros que combatem na guerra de Espanha, medida essa que, infelizmente, não foi aceita, quando proposta pela Alemanha e pela Itália no ano passado.

6. Todo esse trabalho, pacientemente preparado, acaba infelizmente de ser aniquilado, pelo menos por algum tempo, em consequência do ataque dos aviadores comunistas espanhóis contra o coiraçado *Deutschland*.

7. A opinião pública não deve ser iludida pela versão do senhor del Vayo, em Genebra, pois é evidente que, se o *Deutschland* tivesse atirado contra os aviões antes de ser alvejado, a sua tripulação não estaria em repouso e, sim, nos seus postos de combate; e os aviadores, em perigo, não teriam tido tempo de colocar suas bombas na ponte do coiraçado e, ainda mais, uma dessas bombas não teria podido matar 23 tripulantes e ferir mais de 70 dos seus camaradas, se eles estivessem sob proteção das torres blindadas daquele navio alemão.

8. É um desses casos onde as palavras enganadoras são impotentes contra a evidência dos fatos e, assim, o número considerável das vítimas demonstra eloquentemente que a tripulação do *Deutschland* estava reunida e em repouso, na parte desprotegida da coberta, como assevera a informação oficial alemã.

9. As represálias foram quase imediatas, mas nem Valência, sede do governo comunista espanhol, nem Barcelona, capital da Catalunha, ambas cidades abertas, foram atacadas pelas unidades navais alemães; foi o porto fortificado de Almería, importante base militar e naval, que sofreu o bombardeio, o qual, a meu ver, não deveria ter sido executado,

considerando o grande número de vítimas, por assim dizer inocentes, que ele causou na população de Almería.

10. O gesto da Alemanha, da Itália e de Portugal, retirando a sua colaboração no comitê de Londres, é bastante lamentável, no sentido de que paralisa completamente qualquer articulação entre as grandes potências, uma vez que a ligação que existia por meio da Sociedade das Nações não mais funciona, devido à abstenção da Itália e à retirada da Alemanha daquele instituto.

11. Como era de supor, a Alemanha e a Itália estão agindo de perfeito acordo e isso, certamente, não facilita a solução do problema colocado diante daquele comitê internacional. Deve, porém, ser observado que nenhum daqueles dois países se retirou de Londres em forma definitiva e que a recusa que agora dão, de participar presentemente dos seus trabalhos, tem um caráter provisório e apenas porque não julgam existir suficientes garantias contra os seus bens e vidas, ao executarem as funções de membros do controle no Mediterrâneo. Essas garantias, conquanto difíceis de definir e de estabelecer, não impedem que a cooperação internacional, no espírito da não intervenção, possa ser mantida e assim obstar uma crise europeia.

12. Não existe certamente nenhum problema mais urgente de [*sic*] ser resolvido neste momento do que reatar completamente a colaboração das principais potências, para a manutenção e consolidação da paz tão ameaçada.

13. Posso assegurar a Vossa Excelência que, no tocante à Alemanha, ela considera que as represálias encerraram o lamentável incidente e deseja que o comitê de Londres lhe ofereça as garantias pedidas para retomar o seu posto na colaboração da política de defesa da paz, no desenvolvimento da não intervenção na guerra espanhola.

14. Tenho a impressão [*de*] que atualmente os alemães, tendo vingado os seus mortos, sentem sinceramente a necessidade de ver definitivamente liquidado o incidente de Ibiza, que por pouco teria acarretado um conflito cujas proporções não é lícito prever.

15. Ainda é cedo, a meu ver, para falar de uma situação política mais favorável, porém se nota, visivelmente, que o estado de tensão existente no começo da semana passada diminuiu bastante, pois, como disse, não existe o propósito do governo de Berlim de romper com a política de não intervenção.

16. De qualquer forma, e como já me tenho referido em comunicações anteriores, enquanto durar a guerra na Espanha e sejam quais

forem as precauções que tomarem para manter uma coesão na ação das potências para impedir que a crise espanhola degenerem em guerra geral, os riscos de graves complicações permanecem em forma alarmante. Mesmo depois do acordo de não intervenção e do estabelecimento da fiscalização das fronteiras terrestres e marítimas da Espanha, as repercussões da guerra civil sobre a evolução da política continental permaneceram profundas.

17. O trabalho secreto da III Internacional continuou e continuará a criar sempre confusões e a provocar incidentes para impedir uma perfeita harmonia, e a paz estará sempre ameaçada por esses elementos subversivos da ordem internacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 12 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] O conflito entre o Reich e o Vaticano.

N. 243 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 12 de junho de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 134, de 1º de abril último, devo informar que infelizmente as relações entre o Reich e o Vaticano estão, presentemente, atravessando uma fase de extrema tensão.

2. A causa inicial de um tal estado de cousas é, sem dúvida, motivada pela atitude combativa do governo hitleriano contra a Igreja.
3. Sua Santidade o Papa Pio XI publicou a sua encíclica sobre a situação dos católicos na Alemanha.
4. O governo do Reich protestou energicamente e, como represália, fechou algumas escolas confessionais, exigindo que as crianças que as frequentavam passassem a estudar nos colégios comunais.

5. Em seguida, teve início em toda a Alemanha uma campanha de difamação, feita em nome do racismo, contra o clero católico. Essa campanha, que ainda perdura, comporta, entre outras cousas, a publicação pela imprensa, de acordo com informações oficiais, de todos os processos e questões judiciárias envolvendo a reputação e os hábitos do clero e das freiras.

6. Por esse motivo, o clero estrangeiro reagiu indignado e o arcebispo de Chicago, o cardeal Mündelein, de origem alemã, mas cidadão americano, pronunciou um sermão extraordinariamente violento atacando fortemente o regime nazista, pessoalmente o *führer* e o ministro Goebbels, terminando por convidar todos os fiéis a rezarem pelas vítimas do regime imperante no III Reich e protestando veemente contra a perseguição de que é vítima, presentemente, a Igreja Católica na Alemanha.

7. A reação foi muito grande e o governo alemão manifestou-se profundamente irritado com a atitude do cardeal de Chicago.

8. Os embaixadores do Reich protestaram em Washington e junto ao Vaticano; nos Estados Unidos, contra a propaganda antinacional-socialista e, na Santa Sé, para exigir satisfações e uma censura pública ao cardeal Mündelein.

9. O governo americano declarou logo nada ter que ver com o caso e a Santa Sé limitou-se a uma resposta genérica, recusando-se a tomar em consideração as queixas do Reich.

10. Os círculos ligados ao Vaticano chegaram a prestar a maior solidariedade possível ao cardeal de Chicago.

11. Foi então que o dr. Goebbels, ministro da Propaganda, pronunciou, no dia 28 de maio último, em discurso de uma extrema violência contra a Igreja Católica, cheio de detalhes os mais imorais, sobre as acusações feitas perante os tribunais contra padres, frades e freiras por atos de homossexualismo e outros do mesmo gênero.

12. O dr. Goebbels chegou a falar de um fenômeno de decadência moral revoltante, sem igual na história da humanidade, e concluiu o seu discurso dizendo que as aberrações criminosas do clero católico ameaçam a saúde física e moral da mocidade.

13. Essas exagerações e generalizações – por si mesmas condenáveis – produziram um péssimo efeito nos círculos católicos do país e todos lamentam que o orador se tenha esquecido de referir que, [d]os criminosos que ele atacou tão severamente, muitos já foram absolvidos pelos próprios tribunais alemães e todos são alemães puros.

14. O governo do Reich voltou a reclamar em Roma, junto à Santa Sé, declarando que verificava que Sua Santidade não tinha condenado “as ofensas inqualificáveis pronunciadas publicamente contra o chefe de Estado alemão e, assim, se solidarizava com a atitude do cardeal de Chicago”. Essa reclamação, feita por nota, acrescenta que, enquanto essa situação perdurar, não poderão ser mantidas relações normais entre o Reich e a Cúria Romana.
15. Essa é de fato a situação. O embaixador alemão junto à Santa Sé, senhor von Bergen, já deixou Roma, sem ter assistido à cerimônia realizada em Castelgandolfo para comemorar o 80º aniversário do Santo Padre.
16. Quanto ao núncio, em Berlim, ele ainda aqui permanece, apesar dos boatos que ele fora chamado para prestar certas informações à Santa Sé.
17. Não se pode, pois, propriamente falar de ruptura consumada, mas devemos considerar que as relações diplomáticas, embora muito comprometidas, foram ainda mantidas, pois o Reich, apesar de sua atitude violenta, ainda mantém junto ao Papa um encarregado de negócios.
18. O Vaticano não deseja que a ruptura completa seja efetivada e fará todo o possível para evitar uma solução extrema.
19. Pio XI não quer tomar a responsabilidade da ruptura, enquanto a concordata de 1933 não for denunciada pelo governo de Berlim.
20. Acredito que, se o Vaticano tivesse manifestado o menor desagrado por motivo da partida do embaixador von Bergen, ele tomaria uma grande parte na responsabilidade da agravação da presente situação. A Santa Sé, segundo estou informado, julga manter a possibilidade de defender, até o limite do possível, a fé católica e os seus fiéis crentes. Não se trata de prestígio diplomático, mas de garantir a posição da situação do catolicismo na Alemanha, onde há cerca de vinte e três milhões de católicos, isto é, mais de uma terça parte da população total do país.
21. O Vaticano nada fará que possa comprometer essa situação e a ruptura entre Berlim e o Vaticano, se for consumada, deveria ser feita pelo governo do Reich. De qualquer forma, porém, a Santa Sé não transigirá sobre nenhum dos seus grandes princípios.
22. Nessas condições, como Vossa Excelência poderá bem julgar, estamos em face de uma nova *kulturkampf*,<sup>27</sup> bem mais grave do que a empreendida no tempo de Bismarck, quando – tendo, então, ao seu

---

27 Embate cultural.

lado os judeus e os protestantes, contra os católicos —, contudo, não logrou ser vencedor.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A próxima reunião do congresso da Câmara Internacional de Comércio de Berlim.

N. 254 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de junho de 1937.

Senhor Ministro,

O caráter parcial e fragmentado da intensificação comercial verificada nos últimos tempos, a incerteza que reina nos meios econômicos e comerciais, e a influência dos movimentos observados puramente de caráter especulativo têm sido objeto de atentos estudos por motivo da reunião do congresso da Câmara Internacional de Comércio, que deve se realizar nesta capital no próximo dia 28 do corrente mês.

2. As encomendas extremamente importantes feitas desde alguns anos por diversos governos, para aumento do respectivo material de guerra, determinaram uma atividade bem sensível das indústrias metalúrgicas, químicas, têxteis e, de uma maneira geral, de todos os departamentos de trabalho em ligação direta ou indireta com os armamentos terrestres, navais e aéreos. Outros setores de atividade, que não estão interessados nesse gênero de fabricação, não tiveram alteração e trabalham em forma reduzida, com tendência a uma menor produção, depois de terem apresentado uma ligeira melhoria parcial e momentânea.

2. Um outro sintoma geral das anomalias da situação atual é o volume reduzido das novas emissões de ações, obrigações ou debêntures por parte de indústrias particulares. Isso produz, na medida em que os

capitais não encontram colocação, altas especulativas dos valores móveis existentes e uma abundância de capitais flutuantes, extremamente prejudicial ao saneamento dos mercados monetários e à estabilização dos câmbios.

3. As economias nacionais persistem em se manter em alto grau de isolamento.

4. Apesar dos acordos monetários concluídos no ano passado, as restrições e dificuldades opostas aos intercâmbios internacionais foram mantidas, rigorosamente, e implicam em sérios perigos para o futuro.

5. As reações favoráveis de ordem comercial – verificadas em vários países, principalmente nos Estados Unidos e América do Sul – devido a essa situação, devem ser consideradas como ainda precárias e não poderão produzir uma prosperidade real enquanto se mantiverem limitadas ou mesmo retidas, como se apresentam neste momento.

6. Isso justifica as preocupações que diariamente manifestam certos jornais financeiros e econômicos, motivadas pelo temor de ver surgir uma nova crise, que seria forçosamente acompanhada de perturbações políticas e sociais deveras graves.

7. Não resta dúvida que o comércio internacional melhorou desde o começo deste ano, mas existe ainda uma grande distância entre a reação comercial e a intensificação da produção industrial.

8. Deve, porém, ser dito que, de qualquer forma, as condições gerais são mais favoráveis a uma tentativa de aproximação econômica, de caráter internacional. Qualquer iniciativa desse gênero deve [ser], porém, preparada com imenso cuidado, pois um novo insucesso análogo ao que ocorreu com a Conferência de Londres em 1933 seria, a meu ver, extremamente grave.

9. A esse respeito, o próximo congresso de Berlim da Câmara Internacional de Comércio oferecerá a ocasião para trocas de pontos de vista e discussões técnicas de imensa utilidade prática.

10. Numerosos problemas relacionados principalmente com os créditos internacionais, com a estabilização das moedas e com as tarifas alfandegárias serão examinados em Berlim, assim como os grandes problemas atuais, tais como o excesso e a falta de matérias-primas existentes em certos países, a economia dirigida e o nacionalismo econômico.

11. Pelo número de delegados inscritos, o congresso assumirá uma grande importância e está destinado a ter uma considerável repercussão.

12. O mundo deve escolher presentemente entre as duas políticas [que] opõem colaboração econômica [e] autarquia. No caso de ser

adotada a orientação, que parece preferível, de uma política de paz e de aproximação entre os povos, dever-se-á depois escolher entre dois métodos distintos: o sistema preferencial ou o princípio da igualdade de tratamento.

13. Enquanto a possibilidade de se proceder a uma redução geral das dificuldades opostas ao comércio, por acordos unilaterais, não for efetivada, o único método possível e prático parece que continuará a ser o dos acordos bilaterais. Nesse caso, porém, deve ser examinado qual o melhor processo, se o sistema preferencial, ou da cláusula de nação mais favorecida.

14. É evidente que um desses métodos deve ser escolhido.

15. Uma publicação do congresso referido salienta que foi notada uma melhoria no domínio das dívidas internacionais, cujos encargos foram aliviados devido a uma maior atividade comercial, e, principalmente, à alta do preço de certos produtos oriundos dos países devedores.

16. O espírito mais tolerante, que demonstram hoje certos países credores, manifestando uma tendência para uma política comercial menos restritiva, permite esperar a possibilidade de ajustes e acordos mais conformes aos interesses dos credores e devedores.

17. As semanas que se aproximam serão de uma grande importância, e não deve ser perdida nenhuma ocasião que possa ocorrer para aumentar os laços econômicos entre as nações e fazer renascer a possibilidade de uma ajuda recíproca.

18. A esse respeito, o congresso de Berlim traria uma importante contribuição ao trabalho já iniciado nesse sentido, em várias capitais.

19. Todos esperam, também, que o congresso mencionado completará utilmente as conversas e sondagens, que estão sendo feitas atualmente pelo senhor van Zeeland, junto aos governos de diversas potências econômicas.

20. Estou oficialmente convidado a assistir à inauguração desse congresso, e oportunamente informarei Vossa Excelência do que ocorrer de mais importante durante a sua próxima reunião.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores





OFÍCIO • 19 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

---

[Índice:] Os recentes massacres de generais russos.

N. 255 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de junho de 1937.

Senhor Ministro,

A execução do marechal Tukhatchevski e dos sete generais russos acusados de crime contra a segurança do Estado soviético teve aqui uma grande repercussão e os jornais têm comentado esses novos crimes do governo de Moscou com imensa indignação.

2. O ponto de vista alemão é claro e fácil de resumir: o Reich, dizem em substância os meios oficiais e a imprensa, não está surpreendido pelos fatos agora ocorridos e que parecem ter emocionado e alarmado outras capitais europeias. Acrescentam que o bolchevismo não fez senão mostrar, uma vez mais, a sua verdadeira face, que o nacional-socialismo tinha reconhecido desde o início. Toda a questão é saber quais serão as consequências dessa situação que determinem as democracias ocidentais a agir finalmente contra essa loucura rubra, pois até agora esses países se deixaram encantar pelas lindas palavras e pela ideologia desses mesmos homens que acabam de ser abatidos pelo pelotão de fuzilamento dos guardas vermelhos ou, melhor dito, carrascos vermelhos.

3. Essas democracias reconhecerão agora que é impossível seguir tratando com Moscou? Compreenderão finalmente que foram enganadas quando lhes falaram da democratização da União Soviética, que permitiria assim uma identificação desse país com as democracias francesa, britânica e mesmo norte-americana? Reconhecerão, enfim, o bom fundamento em que se assenta o ponto de vista alemão, que sempre se recusou a considerar os comunistas da U.R.S.S. como garantidores da paz europeia e que sempre se negou a aderir a um sistema de segurança coletiva do qual participasse o Estado que novamente acaba de demonstrar o seu verdadeiro caráter? A França, a Inglaterra e os Estados Unidos compreenderão ainda o crime que cometeram, permitindo a intervenção de Moscou nos assuntos políticos do mundo?

4. Todas essas considerações são discutidas pela imprensa e giram

essencialmente em torno de dois problemas: 1º – a presença da União dos soviets na Sociedade das Nações; 2º – o pacto concluído entre a França e Moscou, problema que assume uma importância especial considerando que ele se evidencia no momento em que a França tomou a iniciativa de articular ligações visando novas negociações para a conclusão de um novo pacto ocidental de segurança para substituir o antigo Locarno. Foi precisamente o acordo franco-soviético que motivou a reação por parte da Alemanha, que se concretizou na reocupação por suas tropas da zona desmilitarizada do Reno.

5. Seria grave, acrescenta a oficiosa *Correspondência Política e Diplomática*, que continuem a tolerar que elementos de desordem e de intranquilidade – como é, presentemente, a União Soviética – possam elevar sua voz no Conselho das Nações em Genebra como se fosse [*sic*] um estado gozando dos mesmos direitos morais que os das nações que, justamente, podem ser consideradas como civilizadas. Seria também grave, prossegue o mesmo órgão, que a União Soviética continue a ser considerada como uma nação capaz de concluir alianças e que seja autorizada a manter relações internacionais, exercendo assim uma influência cujo perigo é evidente, como consequência da propaganda dissolvente e criminosa que logo a III Internacional empreende para implantar a desordem e fomentar a revolução.

6. No que se refere ao pacto franco-soviético, os jornais são unânimes em lembrar que a sua conclusão tinha sido inspirada pelos sentimentos antigermânicos dos dirigentes franceses e que tinha encontrado uma oposição violenta no seio da opinião sensata e do povo francês.

7. Em relação a certas informações – contidas no ato de acusação dos generais russos que acabam de ser fuzilados e que se referem a uma íntima ligação que teria existido entre os oficiais acusados e oficiais alemães – essas são repelidas pela imprensa alemã como mentira e insultos infames.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

---

[Índice:] A agricultura alemã e o plano de quatro anos.

N. 258

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de junho de 1937.

Senhor Ministro,

O general Goering, comissário do Reich para o plano de quatro anos, dirigiu há dias, pelo rádio, um apelo aos camponeses, incitando-os a intensificar a “batalha da produção”.

2. O abastecimento da Alemanha de pão para o povo, declarou ele, é nosso dever principal.
3. O general recordou todas as medidas adotadas durante os últimos anos para liberar progressivamente a Alemanha da dependência do estrangeiro, sob o ponto de vista alimentar, e anunciou que tinha decidido reprimir severamente os culpados de má direção de suas propriedades agrícolas.
4. Esse decreto terá a duração de quatro anos e prevê que, se uma exploração agrícola não for suficientemente cultivada – para contribuir, como é mister, para garantir a alimentação do povo alemão –, as autoridades competentes terão o dever de intervir. Poderão, nesse caso, advertir principalmente o agricultor responsável e, depois, obrigá-lo a praticar uma cultura conforme as exigências do abastecimento nacional.
5. O governo poderá ainda fiscalizar a direção da fazenda por um comissário, obrigar o agricultor a alugar suas terras, ou confiar a exploração das mesmas a pessoa competente.
6. A decisão governamental visa, principalmente, [a] evitar que terras férteis fiquem sem ser devidamente aproveitadas para a agricultura e se aplica, essencialmente, à grande propriedade.
7. O general Goering anunciou também que adotará uma série de medidas destinadas a aliviar a situação dos camponeses alemães. Entre elas, o preço da cevada será elevado de 8 a 9 marcos por cada 100 quilos e, a partir de 1º de julho, o preço do azoto destinado às pastagens será rebaixado de 30% e o preço da potassa sofrerá uma redução de 25%, sobre o que existe presentemente.
8. Essas providências, declarou o general Goering, têm um caráter

nacional e, finalmente, assegurou que tudo fará para melhorar a vida material dos camponeses e assim poder exercer uma severa repressão contra o êxodo das populações rurais.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 28 JUN. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A guerra de Espanha e a sua repercussão na política europeia.

N. 272 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 28 de junho de 1937.

Senhor Ministro,

O novo incidente criado pelo ataque de submarinos do governo vermelho de Valência ao cruzador alemão *Leipzig* no Mediterrâneo trouxe consequências bastante desagradáveis e veio agravar a situação política internacional.

2. Não somente o ministro barão von Neurath adiou *sine die* a sua viagem a Londres, que deveria ter efetuado no dia 23 deste mês e da qual era lícito esperar efeitos favoráveis para a colaboração internacional, mas ainda a Alemanha e a Itália oficialmente declararam ao Comitê de Londres não mais participar da vigilância das costas espanholas de que estavam incumbidas de acordo com as resoluções do mesmo comitê, visando à aplicação do princípio de não intervenção no conflito espanhol. Esses fatos causaram em Londres a mais viva decepção.

3. O *Leipzig*, como Vossa Excelência sabe, sofreu dois ataques e os torpedos que contra ele foram lançados quase o atingiram. Os observadores alemães do navio puderam, graças aos aparelhos acústicos, registrar a aproximação daqueles engenhos que, aliás, foram vistos por diversos oficiais e marinheiros. Foi baseado nessa indicação que o governo do Reich fundou a sua ação diplomática. O governo de Valên-

cia desmentiu a afirmação alemã e pretendeu que todas as unidades submarinas da Espanha comunista estavam de repouso naquele dia. Certos jornais esquerdistas da Inglaterra chegaram a declarar absurdamente que os alemães se deixaram alvejar propositalmente pelos italianos, o que causou aqui a maior indignação.

4. Os centros autorizados do Reich responderam que a justificação de Valência não procede, pois, além dos submarinos espanhóis, é sabido da existência clandestina de navios dessa qualidade da marinha de guerra soviética no Mediterrâneo e, assim, o ato de agressão poderá ter sido praticado por uma dessas unidades, pois os aviadores que atacaram o *Deutschland* eram indiscutivelmente de nacionalidade russa.

5. De qualquer forma, o incidente foi bastante deplorável, resultando desse fato uma situação que em momento dado pôde ser considerada como muito grave.

6. Fiéis ao acordo de 12 de junho, os alemães submeteram a solução do incidente às quatro potências que exercem a fiscalização e exigiram das mesmas que fosse feita uma demonstração naval comum nas costas espanholas e a internação dos submarinos da marinha de guerra espanhola do governo de Valência. Os representantes da França e da Inglaterra objetaram que qualquer ação devia ser precedida de um inquérito, pois não se satisfaziam com as declarações do governo alemão, baseadas no referido relatório do comandante do *Leipzig*.

7. Não pode ser posto em dúvida o que declarou o comandante do *Leipzig* no seu relatório ao governo alemão, que julgou perfeita a sua conclusão quanto à materialidade dos fatos apontados, mas a opinião dominante é que a nacionalidade do navio agressor não ficou comprovada e, assim, era difícil obter um acordo entre as quatro potências para a aplicação de medidas de represália ou outras, como desejava o governo alemão e em forma imediata, contra o governo de Valência, antes de ficarem estabelecidas as responsabilidades deste.

8. Os alemães teriam aceito que esse inquérito fosse imediato e rápido, e feito por uma comissão de técnicos pertencentes às marinhas interessadas. Não admitiam a ação de uma comissão com um pesado e moroso processo e cujos trabalhos poderiam durar muitos meses. Cederiam em relação à questão da internação dos submarinos e renunciariam a possíveis represálias, mas se mantiveram firmes em relação à demonstração naval como prova de solidariedade internacional. Nem Paris nem Londres tendo querido ceder, também nesse ponto, o governo de Berlim, por ordem direta do *führer*, resolveu se retirar dos

serviços de fiscalização, no que foi acompanhado – como disse – pelo governo italiano.

9. As unidades navais que tomam parte nesse serviço têm certamente o direito de estar garantidas contra qualquer agressão e, no serviço internacional, é imprescindível a existência de uma colaboração perfeitamente solidária entre os governos, que tudo devem fazer para garantir os seus navios e os seus tripulantes. Muito discutem se esse dever justificaria a demonstração naval preconizada por Berlim, nesse caso especial, pois sem dúvida o inquérito exigido por Londres e Paris parece justificado, mas os alemães por sua parte não deixam de ter razão – em face dos procedimentos bem conhecidos, em outros casos – de exigir que esse inquérito fosse rapidamente executado, pois a segurança ficava seriamente comprometida durante esse processo.

10. A opinião pública também não poderia permitir que, por culpa do governo alemão, fosse facilitado – pela impunidade – um novo ataque e talvez mais grave do que o ocorrido com o *Deutschland*.

11. Acredito que, de qualquer maneira, o governo do Reich, no caso presente, agiu talvez com um pouco de precipitação e talvez a falta de garantias sobre a durabilidade do inquérito tenha sido o fator preponderante do desacordo de Londres.

12. Apesar de tudo e malgrado o tom exaltado da imprensa alemã – o fato [é] que as bombas bolchevistas não alcançaram o navio germânico e que, assim, não ocorreram mortes ou ferimentos –, julgo que o Reich não pensou em agir isoladamente, como anteriormente, contra o porto de Almería e que o governo do Reich continua a desejar um acordo na base de uma colaboração internacional e, assim, tudo fará para que lhe sejam dadas amplas garantias e satisfações.

13. Contudo, a retirada do Reich e da Itália do serviço de vigilância internacional torna agora muito difícil o exercício dessa fiscalização, limitada aos navios franceses e ingleses.

14. Não pode porém ser negado que a falta de um compromisso e de solidariedade que se manifestou em Londres no comitê perante o [qual] foi submetido o caso, pode de futuro trazer consequências extremamente graves, pois confirma a não eficácia [sic] do acordo realizado no dia 12 de junho entre as quatro potências encarregadas da fiscalização naval das costas de Espanha.

15. A situação não deixou de ser delicada e o mal-estar perdura nos meios políticos e militares de Berlim, onde claramente se percebe que o Reich e a Itália se mostram contrários ao plano francês de confiar

unicamente às marinhas da França e da Inglaterra a fiscalização das águas espanholas.

16. A Alemanha e a Itália, que perderam toda a confiança na objetividade e na imparcialidade das demais potências, exigirão certamente garantias sólidas antes de poder conceder um tal mandato.

17. As negociações que terão lugar amanhã em Londres se anunciam extremamente difíceis e a presença dos países que formam o eixo político Roma-Berlim nessas negociações constitui atualmente o trunfo diplomático mais importante e se acha nas mãos da Alemanha e da Itália.

18. Devemos, pois, esperar essas próximas conversações do comitê de Londres para ver o que poderá ser salvaguardado do princípio da cooperação internacional, cujo funcionamento normal todos devem tratar de restabelecer; mas não deve ser desprezado que a decisão dos governos alemão e italiano abre uma brecha na colaboração dessas potências e torna difícil a aplicação da não intervenção na Espanha, já por si mesma tão precária.

19. Assim, para concluir, considero que a situação deve ser julgada, como já disse, como grave e perigosa para a paz do mundo, enquanto, conforme tive ensejo de me referir em comunicações anteriores, não terminar a guerra espanhola. Conservo, porém, um certo otimismo, pois não existe a meu ver crise impossível de ser resolvida desde que haja uma vontade firme de todos os lados de se entender para defesa primordialmente da paz mundial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 JUL. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] Novas medidas antissemítas.

N. 283 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de julho de 1937.

Senhor Ministro,

Por uma recente resolução do comandante da polícia do Reich, devidamente autorizado pelo ministro do Interior, foram dadas ordens severas para limitar ao mínimo possível as relações entre os funcionários públicos alemães e indivíduos de raça judia, de qualquer nacionalidade.

2. Qualquer frequência pessoal entre um israelita e um funcionário do Reich será doravante considerada como um ato ilícito, quando não responder a necessidades imprescindíveis de serviço e mesmo nesse caso essas relações devem ser reduzidas ao mínimo. Qualquer infração a essa determinação pode acarretar a demissão e mesmo a prisão do funcionário.

3. As novas ordens determinam que essa proibição também se aplica às visitas, mesmo de caráter particular, aos convites, à locação de apartamentos e de habitações, à residência em pensões, ou em casas de famílias judias, às compras em lojas e armazéns israelitas, ao recurso a um advogado e mesmo a um médico não ariano. Sobre este último ponto, uma exceção é feita para os casos de perigo de morte, nos quais os enfermos arianos podem recorrer a médicos judeus.

4. Todas essas prescrições se estendem aos membros das famílias dos funcionários, aos criados, empregados e muito especialmente aos filhos.

5. No que diz respeito aos mestiços judeus, a nova ordem prescreve que o assunto será resolvido sob a responsabilidade dos funcionários.

6. O comandante da polícia, ao tornar públicas essas determinações, recomendou a todos os funcionários públicos de [*sic*] se absterem de frequentar os centros e meios “reacionários”, que até agora não conseguiram se libertar do espírito de casta monárquico, ou outro.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores





OFÍCIO • 19 JUL. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A guerra espanhola e a política europeia.

N. 311 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de julho de 1937.

Senhor Ministro,

A evolução da situação internacional determinada pelos últimos acontecimentos espanhóis está sendo acompanhada pela opinião pública alemã com um vivo interesse, mas sem a nervosidade verificada nos últimos tempos.

2. Os centros autorizados da política germânica consideram que, desde o início da guerra civil que impera na Espanha, o perigo de complicações extremas tendo-se apresentado algumas vezes em forma mesmo alarmante e, se não chegou então a provocar o choque fatal, isso denota que todos os governos interessados estão sinceramente animados do desejo de preservar a paz e faz com que subsista uma certa confiança, apesar da gravidade indiscutível da presente situação.

3. As recentes deliberações do Comitê de Não Intervenção contribuíram a manter a esperança de ser obtida uma solução favorável da controvérsia surgida, a propósito da crise verificada com a retirada da Alemanha e da Itália sobre a vigilância naval das costas espanholas, e da França e de Portugal, suspendendo o serviço internacional de fiscalização de suas fronteiras terrestres com a Espanha.

4. A Alemanha e a Itália achavam-se até o fim da semana passada em presença das propostas franco-britânicas, às quais os gabinetes de Paris e de Londres pareciam querer ficar ligados intransigentemente. As contrapropostas teuto-italianas foram recusadas pela França e pela Inglaterra, em forma decisiva e categórica, o que fez temer-se uma ruptura definitiva de todo o organismo da não intervenção. De outra parte, as nações menos interessadas, participantes do comitê londrino, pareciam – pelo menos na sua maioria – tendentes a tomar posição em favor da tese franco-britânica e, se isso se tivesse verificado, Roma e Berlim, sentindo-se isolados, teriam, sem demora, abandonado aquele comitê, provocando assim a ruptura a que acima fiz referência.

5. Felizmente, porém, a solução obtida afastou essa eventualidade e em condições que motivaram em Berlim reações muito favoráveis,

afastando mesmo certas apreensões, que já chegavam a impressionar o público em geral.

6. Os representantes daquelas nações, chamados a se pronunciar a respeito das teses franco-britânicas e teuto-italianas, recusaram-se a tomar posição contra uma ou outra e propuseram, por intermédio do representante dos Países Baixos, de [*sic*] ser elaborado um projeto de conciliação, ou melhor, de adaptação das duas propostas.

7. Assim, se a tese dos governos de Paris e de Londres não pôde ser adotada, também a dos governos alemão e italiano não foi recusada completamente. Ambas essas propostas ficaram colocadas no mesmo plano, devendo constituir a base da fórmula de compromisso que foi ulteriormente formulada por lorde Plymouth e a quem foi incumbida essa delicada missão.

8. Os jornais deste país consideram tal fato como êxito diplomático importante, pois na realidade não assistimos em Londres a uma adesão em massa das chamadas pequenas potências em favor da tese franco-britânica e como fazia prever o noticiário de certa imprensa parisiense e londrina.

9. A situação, a meu ver, não é hoje menos delicada que ontem, pois só teoricamente será fácil realizar um acordo que satisfaça a todas as partes interessadas na guerra espanhola.

10. Efetivamente, tanto a França e a Inglaterra como a Itália e a Alemanha se declararam prontas a examinar e aceitar eventualmente qualquer nova solução, tendo por base suas propostas e contrapropostas respectivas. Também tendo aderido ao convite do delegado holandês, as partes em conflito comprometeram-se implicitamente a subscrever um acordo transnacional; mas, na prática, vemos a polêmica se envenenar entre as capitais diretamente interessadas no assunto. Em Paris, principalmente, persistem a afirmar que não seria absolutamente questão de um reconhecimento do direito de beligerante para o governo do general Franco; e em Roma, como em Berlim, todos declaram que nenhum compromisso poderá ser obtido sem essa condição, ainda mesmo que deva sofrer certas atenuações quanto a sua extensão de ordem jurídica.

11. A imprensa de Berlim, e também a de Roma, contam com uma atitude mais conciliante por parte do governo inglês que na situação presente assumiu a posição de dirigente das negociações conciliatórias.

12. Parece ser evidente que, se a Inglaterra aproveita a oportunidade para considerar favoravelmente o mínimo das exigências ítalo-alemãs,

a França não quererá por seu lado romper a “entente” Paris-Londres, mantendo-se em posição de intransigência em face da questão. Resultaria assim que o acordo de não intervenção ficaria mantido e a colaboração entre as quatro grandes potências ocidentais poderia continuar prosseguindo no sentido de evitar que a guerra espanhola soviética degenerasse em um conflito europeu.

13. Nessas condições foram entabuladas as negociações previstas pelo comitê de Londres e as conversas seguem ativas entre o Foreign Office e o Palácio Chigi, como também entre Roma e a Wilhelmstrasse, pois não resta a menor dúvida que a Itália e a Alemanha ficarão, até o fim, solidárias num assunto em que está comprometido o prestígio de ambas e que consideram como a pedra de toque da solidez das relações estabelecidas entre as duas nações de regime autoritário.

14. Sobre a solução final todos manifestam uma compreensível ansiedade, pois ninguém pode dissimular que neste momento está sendo jogada uma partida decisiva para a causa da paz. Destarte, os círculos responsáveis berlinenses se mostram particularmente reservados e deixam [a] imprensa o cuidado de expor os argumentos que julgam de natureza a facilitar a realização de um entendimento favorável. No entretanto, deve ser dito, se não demonstram em geral um grande otimismo, não revelam também um pessimismo absoluto.

15. Em ofício ulterior examinarei o desenvolvimento que for tendo este assunto, principalmente depois da entrega do projeto de compromisso formulado pelo governo britânico de acordo com as deliberações do comitê de Londres e como tive ensejo de me referir no presente ofício.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 JUL. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A convenção internacional sobre a Alta Silésia.

N. 312 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de julho de 1937.

Senhor Ministro,

No dia 15 do corrente expirou o seu prazo de validade a Convenção Internacional da Alta Silésia concluída entre a Alemanha e a Polônia e desse fato decorre que essas nações são doravante soberanas nos territórios que lhe foram atribuídos pelo plebiscito de 1920.

2. Como Vossa Excelência sabe, esse acordo tinha sido assinado em Genebra em 1922 e devia durar quinze anos e por ele foi então instituída uma comissão mista presidida pelo senhor Calonder, antigo presidente da Confederação Suíça, para resolver todos os conflitos relativos às minorias germânicas e polonesas.

3. O governo de Varsóvia tendo-se recusado a prolongar esse acordo, já foram encetadas negociações entre os governos alemão e polonês para resolver as questões que ainda continuam pendentes. Essas questões estão sendo discutidas com muita dificuldade e aqui, em geral, não se mostram muito satisfeitos com os resultados até agora obtidos.

4. Apenas foi obtido o acordo sobre o tráfego da fronteira pelo qual em vez da simples apresentação de um cartão permanente, as pessoas habitando até dez quilômetros da fronteira, deverão agora exibir um salvo-conduto. Essa zona foi estendida do lado alemão a 15 quilômetros.

5. Para as mercadorias, não foi ainda concluído nenhum acordo e tampouco foi possível chegar a um entendimento sobre a delicada questão dos optantes por uma ou outra nacionalidade. O governo polonês se recusa a conservar em seu território as pessoas que escolheram a nacionalidade alemã e que são na maioria poloneses da Alta Silésia e cujo número é calculado em cerca de 1.500. Do lado alemão, declaram que se esses indivíduos forem expulsos da Polônia a mesma medida será adotada em relação a cerca de 700 optantes poloneses que ficaram residindo na Alta Silésia alemã.

6. A imprensa tem tratado do assunto, mas em forma discreta, e apenas noticiou que a partir do dia 15 do corrente foi suprimido o departamento encarregado das minorias alemãs da Alta Silésia e a comissão mista, criada em virtude da convenção de 1922, foi também na mesma data dissolvida.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 JUL. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] Os acordos navais anglo-alemão e anglo-soviético.

N. 318 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de julho de 1937.

Senhor Ministro,

Os acordos navais assinados em Londres, no dia 17 do corrente mês, entre o Reich e a Inglaterra, e este último país e a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas foram estabelecidos na base do Tratado Tripartido, concluído em abril de 1936, entre a Grande [sic] Bretanha, os Estados Unidos e a França.

2. A assinatura dos dois novos acordos bilaterais permitirá a ratificação do Tratado das Três Potências, a qual deve ser feita até o fim de julho corrente e, assim, todos esses acordos poderão entrar em execução antes da primeira quinzena de agosto próximo.

3. Em relação a esses acordos posso informar que, embora conformes nas suas estipulações relativas à limitação qualificativa ao tratado de 1936, os dois instrumentos divergem, contudo, sobre um certo número de pontos.

4. No que se refere à União Soviética, certas disposições foram tomadas para salvaguardar a sua situação no Pacífico. No que diz respeito aos seus navios construídos, os em estação no Extremo Oriente, foram os soviets excetuados das cláusulas chamadas de comunicação e de informação, previstas no tratado de 1936. O governo de Moscou não se obriga a respeitar as cláusulas de limitações qualitativas referentes às mesmas unidades a não ser que o Japão, que não é signatário do tratado de 1936, também declare adotá-las. Acresce que a União Soviética poderá construir, fora das regras estabelecidas pelo tratado, um certo número de navios. Assim, os estaleiros da Rússia, ou os estrangeiros

que receberem encomendas do governo de Moscou, ficarão autorizados a de fato reconstruir a esquadra soviética, não devendo, porém, a construção de cruzadores exceder o número de sete. Considerando que o almirantado russo prefere a classe de cruzadores de 8.000 toneladas, recebe assim a autorização de armá-los com canhões de sete polegadas, o que faz com que essas unidades sejam consideradas como pertencentes à categoria “A”, pois os cruzadores da categoria “B” possuem apenas canhões de seis polegadas.

5. Por uma troca de notas efetuada também em Londres, como acima fiz referência, entre o governo inglês e o embaixador da Alemanha, foi estabelecido que o Reich fica autorizado a construir cinco cruzadores da categoria “A”, sendo que três dessas unidades já estão em adiantada construção, como tive ensejo de informar a Vossa Excelência em ofícios anteriores. Para não comprometer a cláusula das “férias dos cruzadores”, o Reich promete não ultrapassar por enquanto esse número; não se trata, porém, de um compromisso formal, continuando a Alemanha com o direito de construir os cinco navios dessa classe, se julgar necessário para a sua defesa e mesmo se a Rússia não exceder os sete que o tratado estipulou a seu favor. No caso da Alemanha construir os cinco cruzadores do tipo acima mencionado, ela não será considerada como tendo ultrapassado os seus direitos.

6. Além disso, a troca de notas anglo-germânicas prevê certos ajustamentos das cláusulas do tratado anglo-alemão de 1935, mas todos asseguram que esses ajustamentos não modificam os princípios básicos daquele tratado.

7. Finalmente, tanto no que diz respeito à Rússia como à Alemanha, considerando que o Japão não aceitou o limite das 14 polegadas, previsto para os canhões montados a bordo dos navios de linha, essa cláusula do Tratado das Três Potências não foi reproduzida nos acordos agora concluídos com a Rússia e com o Reich.

8. Aqui consideram o recente acordo naval anglo-alemão como um ato complementar, destinado a preencher uma lacuna existente entre as mesmas potências, assinado em 1935, pelo qual não ficou definida claramente a relação, ou melhor, a proporção entre as esquadras alemã e inglesa (de 35 para 100) e bem assim foi omitida a especificação de tonelagem, categoria dos navios e o calibre dos seus canhões para uma e outra marinhas de guerra. Quando a Inglaterra, os Estados Unidos e a França concluíram, no ano passado, um acordo a esse respeito, a Alemanha propôs imediatamente aderir ao mesmo e isso teria sido feito,

se a União Soviética tivesse tomado outra atitude, pois tudo perturbou anunciando então a sua decisão de aumentar a sua esquadra do Báltico, o que forçou a Alemanha a considerar seriamente essa ameaça devido aos seus enormes interesses naquela região.

9. Não é possível de [sic] se conhecer em que forma foram removidas essas dificuldades, pois o texto desses acordos recentes de Londres ainda não foram integralmente publicados, mas todos supõem que o governo britânico fez o papel de intermediário para acomodar a situação entre Berlim e Moscou, e que os acordos assinados pelo governo de Londres com uma e outra potência constitui, indiretamente, um acordo naval russo-alemão.

10. A imprensa de Berlim e de todo o país, comentando o novo acordo germano-britânico, salienta a importância desse anexo do Tratado Naval de 1935 e acrescenta que a Alemanha acaba de fornecer ao mundo uma nova e eloquente prova do seu desejo de paz e concórdia universal.

11. Prosseguem os mesmos jornais – e, principalmente, o oficioso *Voelkische Beobachter* – que o Reich é atualmente a única potência cujos armamentos continuam limitados, tanto sob o ponto de vista qualitativo como quantitativo, e a aceitação, por parte do governo alemão, de tais restrições prova de modo suficiente que os seus armamentos são puramente de caráter defensivo. Assim, espera a opinião pública alemã que o novo acordo contribua para eliminar as desconfianças que certa imprensa extremista alimenta no mundo sobre os reais propósitos do governo nacional-socialista, que geralmente é apresentado como de tendência imperialista.

12. Em geral, em todos os círculos, tenho ouvido que, colocada a questão no ponto em que se acha atualmente, a Alemanha de futuro não pode ser mais considerada, como foi injustamente até agora, de contribuir para a corrida armamentista, que se nota no momento atual, principalmente em relação aos Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália e Japão.

13. Parece, porém, que a conclusão que se deve tirar dos fatos acima referidos é que o governo do Reich seguiu no presente caso uma política conciliante em relação à Inglaterra, procurando afastar qualquer suspeita sobre as suas intenções navais e assegurando por essa forma ao governo inglês não ser seu propósito competir com a esquadra inglesa, no que diz respeito às construções navais, o que na Inglaterra é considerado como uma questão vital.

14. Todos veem na atitude alemã mais uma prova da orientação política pregada pelo chanceler Hitler no seu livro *Mein Kampf*, o qual invariavelmente dela não se afasta, e, no caso vertente, continuou a seguir essa linha, apesar de todas as decepções que tem tido nas suas relações com a Inglaterra, principalmente na parte relativa às reivindicações coloniais.

15. Essa orientação da política alemã indicada no *Mein Kampf* e reafirmada no discurso do *führer* de maio de 1935, mostra os propósitos alemães de uma delimitação de zonas de interesses respectivos da Inglaterra e da Alemanha, sendo que a primeira ficaria sendo a potência marítima por excelência e o Reich na mesma forma, porém de caráter continental, e isso no propósito de evitar atritos entre Londres e Berlim e, por um acordo mútuo, sobre o exercício de suas políticas internacionais, afastariam a guerra ou, pelo menos, que as duas nações aparentadas fiquem em tal situação em campos opostos.

16. Essa fórmula, porém, não se aplica à limitação dos armamentos terrestres e aéreos e limita-se, como disse, a uma divisão entre a Alemanha e a Inglaterra para o exercício da sua política exterior.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 AGO. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] Congresso dos alemães residentes no estrangeiro.

N. 341 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de agosto de 1937.

Senhor Ministro,

Por motivo da celebração do vigésimo aniversário da fundação do instituto dos alemães no estrangeiro, está sendo realizado em Stuttgart



um grande congresso cujo fim principal é tratar da questão da desgermanização verificada nos alemães residentes fora do Reich.

2. O dr. Frick, ministro do Interior, em discurso pronunciado no referido congresso, declarou que o atual governo da Alemanha está reorganizando o esforço vital alemão e acentuou a importância do estudo do germanismo no estrangeiro para os indivíduos de nacionalidade alemã. Acrescentou que a geração que cresce deve considerar a sua ligação aos grupos étnicos no estrangeiro como perfeitamente nacional sob o ponto de vista alemão e elogiou a obra séria e profunda do instituto de Stuttgart que dá aos alemães do Reich a consciência de uma perfeita comunhão cultural, racial e linguística. O referido ministro terminou o seu discurso afirmando que a arma mais forte do povo alemão é o trabalho da nação e dos alemães dentro e fora das fronteiras do Reich, aliado à vontade honesta, e sempre reafirmada, de uma confiante aproximação entre os povos.

3. Durante os debates, o professor Kroh mencionou que os indivíduos, ou grupos de indivíduos, do mesmo povo vivendo no meio de estrangeiros ficam sempre superexcitados, devido a que não se consideram iguais em meios que deveriam ser iguais. Nessas condições, a desnacionalização se efetua sob múltiplas formas e, assim, é necessário reforçar os fatores próprios a conservar a nacionalidade alemã dos emigrados ou colonos alemães no estrangeiro.

4. O jornal ultranacional-socialista *Angriff*, que se destaca pela sua violência na campanha antisemita, aproveita a ocasião para publicar um interessante artigo no qual afirma que os judeus foram os principais agentes da desnacionalização dos alemães no exterior, porque eles divulgam o princípio da fusão das raças e das nacionalidades, principalmente pelo meio de casamentos mistos.

5. Acredita o referido jornal que foi sob o império dessas doutrinas que os alemães emigrados na América teriam cessado de ser alemães.

6. Esse é um novo ponto de vista, pois até agora as acusações feitas aos judeus pelos nacionais-socialistas eram precisamente de constituir um corpo estranho, forte e unido, dentro da nação.

Prevaleço-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 AGO. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] O próximo congresso de Nuremberg.

N. 346 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de agosto de 1937.

Senhor Ministro,

O próximo congresso do Partido Nacional-Socialista deverá ter lugar, como nos anos anteriores, em Nuremberg e os últimos preparativos para a celebração dessa grande assembleia estão terminados.

2. O congresso será realizado de 6 a 13 de setembro e, como anteriormente, com a presença do *Führer* e de todas as altas autoridades do partido e do governo, e bem assim dos chefes de missão acreditados em Berlim, para isso já especialmente convidados como hóspedes de honra do *Führer*.

3. Já foram traçadas as diretrizes do congresso deste ano, que todos supõem sejam tendentes a intensificar a ideia de uma sempre crescente união nacional.

4. Pelos vários discursos proferidos pelos mais eminentes chefes do partido e do governo, pode ser deduzido que o nacional-socialismo mantém integralmente as suas aspirações totalitárias em todos os ramos da política do Reich e da vida pública do povo alemão e que exige rigorosamente das igrejas de qualquer credo que elas se adaptem à disciplina nacional.

5. Acredito que o problema religioso, atualmente em fase aguda, ocupará um lugar especial durante as primeiras deliberações de Nuremberg, não sendo improvável que vejamos adotadas regras definitivas para fixar as relações entre o Estado e Igreja. Pelos últimos incidentes verificados no território do Sarre e na Baviera, e consequentes declarações oficiais, parece haver a tendência de ser estabelecido que a existência das igrejas não deverá, de futuro, ser molestada, mas serão adotadas medidas extremamente enérgicas para impedir o que consideram abusos políticos por parte das instituições religiosas, tanto católicas como protestantes.

6. Devido a essa orientação, já se anuncia que a reunião deste ano em Nuremberg será denominada, própria ou imprópriamente, de “Congresso da Paz”. A do ano passado, como Vossa Excelência estará lembrado, recebeu o nome de “Congresso da Honra”, para a recuperação integral das forças militares da nação.

7. Oportunamente informarei a Vossa Excelência sobre o que de mais importante ocorrer durante essa reunião.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 AGO. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] A Alemanha e o apelo do senhor Cordel Hull em favor da paz.

N. 347 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 23 de agosto de 1937.

Senhor Ministro,

Estou informado de que a Alemanha já respondeu à comunicação que lhe foi feita pelo Departamento de Estado americano e relativa aos esforços a serem feitos para garantir a paz.

2. Essa resposta foi satisfatória e nos centros diplomáticos alemães todos encarecem a importância da iniciativa do senhor Hull, decorrente das suas declarações feitas em Washington aos representantes das principais potências interessadas no assunto.

3. Aqui consideram que as respostas já transmitidas ao governo americano são em geral satisfatórias, e isso é um sintoma feliz para que se alimente a esperança de ver proximamente reunidas quarenta nações para examinar tão importante assunto, sobre a base estabelecida pelos princípios firmados pelo secretário de Estado americano.

4. Em geral julgam aqui que esses princípios em favor da paz, que dominam a política exterior dos Estados Unidos e que foram reafir-

mados na Conferência de Buenos Aires, não deixarão de ser adotados pelos países que sinceramente se empenham em evitar uma nova conflagração.

5. Os alemães consideram que foi feito um grande progresso e todos devem estar satisfeitos, devido a que o senhor Hull concedeu uma atenção e interesse especiais ao problema da revisão do Tratado de Versalhes.

6. Na Wilhelmstrasse consideram que a revisão dos tratados, que praticamente se tornaram inaplicáveis, é um fator indispensável para a garantia da paz mundial. Acrescentam – os que se manifestam assim – que muitas dificuldades surgidas depois da Grande Guerra teriam sido evitadas, se tivessem *[sic]* em tempo considerado francamente esses fatos, aliás sem possibilidade de discussão.

7. A atividade e a sinceridade manifestadas pelo senhor Hull para exercer o papel de coordenador dos meios tendentes a assegurar a paz foram bem recebidas pelos dirigentes da política alemã.

8. Existe, porém, um único ponto que a Wilhelmstrasse desejaria ver esclarecido e esse é o referente à atitude a ser assumida pela União Soviética e a pressão que exerceria sobre países, que presentemente desenvolvem com Moscou uma política uniforme, e esses são principalmente a França e a Tchecoslováquia.

9. Seria necessário, assim opinam os diplomatas alemães, que a Rússia não se limite a reconhecer teoricamente as teses do senhor Hull sobre a não intervenção na política de outros países e em relação à eliminação dos meios violentos de impor o comunismo aos demais países. Quanto ao modo de ser obtido um tal resultado, aqui em geral nada dizem, mas manifestam um certo ceticismo e mesmo receiam que finalmente Moscou, uma vez mais, venha anunciar tão benéficas tentativas em favor da paz.

Aproveito o ensejo para ter a honra de apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 AGO. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] Quinto congresso das organizações nazistas no estrangeiro.

N. 353 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de agosto de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 341, de 18 do corrente mês, tenho a honra de informar que, em seguida à reunião referida no ofício acima mencionado a organização do Partido Nacional-Socialista no estrangeiro vai realizar o seu quinto congresso, que durará de 28 de agosto corrente a 2 de setembro próximo, isto é, nas vésperas da celebração do congresso nacional do partido em Nuremberg.

2. Pela primeira vez, o congresso dos nacionais-socialistas no estrangeiro terá lugar em Stuttgart, considerada hoje a capital dos alemães residentes fora do Reich.

3. O governo alemão liga uma grande importância a essa manifestação de solidariedade racial e já estão feitos preparativos extraordinários para que a reunião do congresso se revista de excepcional solenidade.

4. Estão sendo esperadas delegações numerosas, que atingem a vários milhares de alemães residentes no estrangeiro e principalmente procedentes dos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, México, América Central, Canadá, África do Sul, Índia, China, Japão e de todos os países europeus.

5. A imprensa tem se ocupado com entusiasmo do assunto e o *Berliner Tageblatt* de há dois dias publicou um artigo no qual define os principais fins da organização do Partido Nacional-Socialista no estrangeiro e evidencia o papel que representa o seu chefe o *gauleiter* senhor Wilhelm Bohle.

6. Sobre esse assunto, já me ocupei em ofício anterior e o mesmo jornal acrescenta que o fim do trabalho dirigido pelo *gauleiter* Bohle é demonstrar ao mundo que presentemente o germanismo e o nacional-socialismo são idênticos, estão inteiramente fundidos. Prossegue o articulista declarando que o germanismo no estrangeiro é, sob o ponto de vista político, uma comunhão análoga à do Reich.

7. Um outro jornal não menos importante, *Lokal Anzeiger*, diz que o senhor Bohle é desde janeiro de 1937, como informei então a Vossa

Excelência, o chefe da organização dos alemães residentes no estrangeiro, dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

8. O senhor Bohle tem, assim, a possibilidade de tornar conhecidas todas as medidas que adotar, em relação aos alemães residentes nas diferentes partes do mundo, pela via diplomática e através das embaixadas e legações alemãs acreditadas nos países em que os mesmos residem.

9. O *Voelkische Beobachter*, outro jornal que se ocupa do assunto, acrescenta que esse fato é importante, pois demonstra que, na realidade, nenhum Estado poderá impedir o trabalho de defesa da raça alemã praticado pelos grupos do Partido Nacional-Socialista.

10. Essa colaboração da organização do partido referido, no estrangeiro, de acordo e simultaneamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, salienta, no exterior, a perfeita unidade do partido nos diversos países estrangeiros, agindo com o mesmo caráter da representação diplomática, pois constitui igualmente uma representação oficial.

11. A esse propósito, o *Berliner Tageblatt* anuncia que, para bem destacar esse fato, o senhor Bohle resolveu que em todas as cerimônias oficiais, fora do Reich, nas quais a Alemanha seja convidada, o representante diplomático alemão deverá ser sempre acompanhado pelo chefe do grupo nacional-socialista no país em questão.

12. Esse jornal menciona ainda, para concluir, que esses esforços visando uma mais perfeita organização do Partido Nacional-Socialista, no exterior, ainda não foram devidamente apreciados no estrangeiro, onde ainda não tiveram a merecida consideração. Espera, porém, o *Berliner Tageblatt*, e outros jornais alemães, que tais esforços poderão convencer os estrangeiros que esses grupos nacionais-socialistas não são agentes provocadores de ordem política ou com finalidade imperialista, mas que somente representam o Reich com o mesmo título que as representações diplomáticas e que se destinam, como estas, a intensificar as boas relações entre os diversos países e a Alemanha.

13. Caso ocorra algo de importante durante a reunião do próximo congresso a que se refere este ofício, informarei logo a esse ministério.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 AGO. 1937 • AHI 04/03/08

[Índice:] Mês político.

N. 356 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de agosto de 1937.

Senhor Ministro,

O fato mais sensacional ocorrido em relação ao desenvolvimento da política internacional da Alemanha foi, sem dúvida, a polêmica suscitada entre Berlim e Londres pelos incidentes relativos à atividade de certos jornalistas alemães na Inglaterra e de jornalistas britânicos na Alemanha.

2. Essa discussão tomou rapidamente um tom excessivamente violento, que não pode ser considerado como favorável a uma melhoria das relações entre os dois países e que, de outro lado, parece ser desejada por Londres e Berlim como condição indispensável para o desenvolvimento de uma política de colaboração internacional.

3. Os jornalistas alemães, expulsos de Londres, foram os senhores von Langen, Crome e Wrede e, segundo informações publicadas pela imprensa inglesa, eles realmente estariam dirigindo na capital britânica uma organização composta de quatrocentos agentes secretos com um quartel-general em Bayswater.

4. Assim, nos meios ingleses é afirmado que a expulsão desses três jornalistas alemães não se liga à forma pela qual eles informavam os jornais germânicos de que oficialmente eram representantes. Os motivos invocados pelo governo de Berlim para a expulsão do senhor Ebbutt, representante do *Times*, estão ligados unicamente à sua atividade jornalística hostil ao Partido Nacional-Socialista.

5. Esses fatos são lamentáveis, mas deve ser salientado que os interesses morais em causa são particularmente importantes para as nações que somente podem considerar possível a influência da imprensa internacional quando exercida com um verdadeiro espírito de objetividade e com a preocupação da informação exata, imparcial e com a cortesia que é indispensável nas relações entre povos civilizados, o que constitui

um fato poderoso para a aproximação entre nações e favorável a qualquer ação solidária visando a manutenção da paz.

6. Estamos, no presente caso, em presença de duas concepções muito diferentes sobre o que constitui a missão da imprensa, especialmente da missão dos jornalistas acreditados em um país estrangeiro, os quais têm o dever de informar os jornais que representam sobre os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, sobre o movimento das ideias e de uma forma geral sobre a vida do país onde exercem a sua profissão.

7. Os regimes autoritários consideram unicamente a imprensa como um instrumento de propaganda para os seus sistemas totalitários e não querem que a imprensa estrangeira tenha correspondentes senão para a transmissão de informações oficiais.

8. Os regimes democráticos, ao contrário, julgam que a liberdade de imprensa é uma das condições básicas para a vida normal da sociedade humana e que somente assim podem ser livremente julgadas as tendências políticas no mundo, o que constitui elemento de melhor compreensão entre os povos.

9. Está claro que, de qualquer forma, os jornalistas que exercem suas atividades em país estrangeiro têm o dever de se limitar a uma informação objetiva e agir com uma escrupulosa lealdade, na interpretação dos fatos. São as únicas condições que podem limitar a sua inteira liberdade de apreciação e fica entendido que a cortesia e respeito aos poderes públicos, às instituições e aos homens públicos dos países de que são hóspedes constitui a regra que deve orientar a ação dos referidos jornalistas em qualquer eventualidade. Devem ser observadores imparciais e não devem intervir, sejam quais forem os seus sentimentos pessoais, nos assuntos internos da nação onde estão residindo.

10. É principalmente no estado presente do mundo, cheio de perturbações e de dificuldades, que a influência internacional da imprensa assume uma imensa importância. A imprensa mundial pode exercer a sua ação para criar uma atmosfera favorável às aproximações e entendimentos que são exigidos para a garantia da sociedade de Estados civilizados.

11. Estão sendo esperadas nos próximos meses grandes negociações diplomáticas que devem girar em torno de Berlim, Londres, Roma e Paris e que deverão agir beneficentemente para uma estabilização da política europeia, livrando-a das crises ameaçadoras que tem atravessado nos últimos tempos.



12. Seria deveras deplorável que a reação nacional soviética contra medidas que o governo inglês julgou de legítima defesa, aplicadas aos jornalistas alemães, não por motivo de suas atividades profissionais, mas devido a atos pessoais considerados como contrários e perigosos para a ordem pública britânica, possa provocar uma nova crise anglo-alemã e assim comprometer os resultados importantes já atingidos pela diplomacia com o objetivo de uma melhor organização da paz.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice.] Quinto congresso das organizações nazistas no estrangeiro.

N. 371

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 353, de 25 de agosto último, tenho a honra de informar que esteve reunido em Stuttgart, como anteriormente indiquei, o 5º Congresso da Organização dos Alemães no estrangeiro sob a presidência do senhor Gustav [*sic*] Bohle, chefe dessa organização do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2. A essa assembleia de Stuttgart compareceram mais de dez mil alemães residentes no estrangeiro e vindos das Américas do Norte e do Sul e de todas as partes da Terra. A delegação mais numerosa foi a procedente da Itália, de onde viajaram em trem especial desde Milão, o qual transportou quinhentos e cinquenta nacionais-socialistas fixados naquele país vizinho.

3. O congresso foi inaugurado solenemente pelo senhor Bohle, assistido pelos senhores Rudolf Hess, representante permanente do *führer*, e do senhor von Ribbentrop, embaixador alemão em Londres.

4. Também compareceram ao congresso o senhor barão von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros, o senhor Wilhelm Murf, procurador do Reich em Württemberg e o dr. Stroelin, burgomestre de Stuttgart "a pátria intelectual dos trinta milhões de alemães residentes fora das fronteiras do Reich", como é aqui chamada essa cidade.
5. Durante a reunião do Congresso, que se encerrou com uma imensa manifestação de todos os participantes, foram registrados dois fatos importantes e que julgo do meu dever mencionar.
6. O primeiro foi a retificação feita por ordem do *führer*, relativa à informação oficiosa publicada pela imprensa alemã sobre recentes declarações do senhor Bohle, chefe da organização do Partido Nacional-Socialista no estrangeiro, e de que me ocupei no ofício n. 353, acima citado.
7. Por ordem superior, o *Berliner Tageblatt*, o *Lokal Anzeiger*, *Frankfurter Zeitung* e outros jornais oficiosos declaram inexata a forma pela qual tinham sido interpretadas essas declarações.
8. Acrescentam esses jornais que o senhor Bohle declarara "ser a sua organização a única competente para se ocupar dos alemães residentes no estrangeiro". Ele manifestou o desejo "que os chefes regionais da organização nacional-socialista, que ocupam uma posição de primeiro plano nas colônias alemãs no estrangeiro, sejam cada vez mais convidados a participar das manifestações oficiais e sociais fora mesmo das reuniões puramente alemãs".
9. A imprensa, obedecendo à ordem agora recebida, declara ter deduzido equivocadamente dessas palavras, proferidas pelo senhor Bohle, que os delegados dos grupos nacionais-socialistas no estrangeiro teriam doravante privilégios idênticos aos dos representantes diplomáticos. Esse era efetivamente o propósito do senhor Bohle, mas combatido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, o chanceler Hitler resolveu o caso na forma acima referida, dando ganho de causa à Wilhelmstrasse.
10. Essa solução, que virá afastar desagradáveis incidentes diplomáticos – que seriam inevitáveis – permitiu ao ministro von Neurath proferir ao congresso um grande discurso, cujos tópicos principais passo a mencionar e que constitui o segundo fato de importância a que antes me referi.
11. O ministro von Neurath, depois de ter exaltado os êxitos da política externa do regime nacional-socialista, que permitiram a destruição dos empecilhos decorrentes do Tratado de Versalhes, a recuperação da

liberdade militar, a restauração da soberania do Reich sobre todo o seu território, prosseguiu dizendo:

Nós podemos nos sentir orgulhosos de todos esses resultados e proclamar abertamente tais êxitos com a consciência tranquila, pois nada tomamos que não nos pertencesse e não ferimos nenhum direito estrangeiro. Nós estamos rompendo as correntes que homens de Estado, cegos pelo ódio, acreditaram poder impor eternamente a um país de sessenta e cinco milhões de habitantes.

Depois do resultado negativo de todas as tentativas para afastar esses obstáculos, pela via diplomática, tomamos corajosamente a iniciativa de reconquistar a nossa liberdade. A incompreensão e a intransigência em relação às nossas reivindicações de igualdade de direitos contribuíram para apressar o nosso despertar e a nossa reconstrução. Manifestaram esses estadistas a veleidade de que fôssemos tratados sem equidade e chegaram mesmo a atacar a nossa honra de país soberano, querendo restringir direitos que possuímos incontestavelmente.

Não temos mais a paciência nem a fraqueza de um período definitivamente encerrado, o de após-guerra, e essa atitude da nova Alemanha constitui, na realidade, a garantia mais poderosa para a salvaguarda da paz e acentua, cada vez mais, esse propósito em um mundo agitado por perturbações de diversas naturezas e conflitos vários e numerosos.

Nós reconhecemos o perigo dessa tendência destrutiva, e é por esse motivo que não buscamos o que divide, mas somente o que pode unir mais fortemente os Estados e os povos.

Recusamos admitir a ideia de um isolamento político e desejamos ardentemente uma colaboração, que para ser obtida, não pode ser baseada sobre teorias coletivistas, mas deve assentar sobre realidades vivas e ser orientada para produzir concretos e imediatos.

Nós podemos verificar com satisfação que marchamos na rota de uma política realista, de mãos dadas com a Itália amiga. Isso justifica uma esperança de assim conseguirmos realizar, com as outras nações, um entendimento amigável sobre todas as questões importantes que se relacionam com a política internacional.

12. Salientando o fato natural de que os movimentos históricos, que se desenrolaram na Alemanha, deviam necessariamente refletir seus efeitos sobre os alemães residentes no estrangeiro, o senhor von Neurath disse principalmente que:

É quase incompreensível que certos meios estrangeiros hajam julgado dever se indignar porque os alemães fixados fora da Alemanha tenha sentido o desejo de participar intimamente das reformas operadas pelo governo do III Reich e porque eles julgaram dever exprimir esse desejo e essa comunhão espiritual, reunindo compatriotas animados das mesmas ideias.

Nós sabemos perfeitamente que a hospitalidade que lhes é concedida no estrangeiro os obriga a se absterem estritamente de qualquer ingerência nos negócios internos dos seus países de residência e de respeitar escrupulosamente as leis gerais em vigor nesses países; mas se eles observam esses preceitos, não é lícito impedir que aqueles alemães se associem a uma profissão de fé nacional comum e de manter relações com as organizações metropolitanas.

A instalação de um chefe da organização nacional socialista dos alemães residentes no estrangeiro, no Departamento do Exterior do Reich, oferece, a meu ver, todas as garantias desejáveis para que os princípios e diretivas emanadas das repartições metropolitanas, responsáveis pelo desenvolvimento da comunidade alemã no estrangeiro se mantenham nos limites que eu acabo de expor e que esses limites sejam respeitados minuciosamente pelas organizações alemãs no exterior. É por isso que espero firmemente que as dificuldades que surgiram a esse respeito, em alguns países estrangeiros, se dissiparão rapidamente sem deixar vestígio nem produzir animosidades.

Não temos de forma alguma nenhuma intenção ostensiva ou dissimulada de violar as regras geralmente reconhecidas do direito de residência, mas não toleraremos que nossos compatriotas, residentes fora da Alemanha, sejam submetidos a um regime de exceção pela simples razão de professarem sua fé nacional-socialista.

13. O senhor Rudolf Hess, representante permanente do *führer*, em discurso que proferiu em uma das sessões do congresso, protestou com veemência contra as acusações de espionagem feitas em vários países às organizações do Partido Nacional-Socialista e acrescentou que as diretivas dadas pelas autoridades alemãs para a intensificação do sentimento nacional germânico no estrangeiro, não permitem ultrapassar os limites de um perfeito respeito às leis e às instituições dos países onde residem esses alemães.

14. A impressão aqui dominante, em relação a esse congresso, é que

a organização dos alemães no estrangeiro e a direção do Reich estão de perfeito acordo e que os alemães residentes fora da Alemanha, tal como estão representados nesse congresso, constituem uma coletividade que politicamente é análoga à do Reich e a sua organização forma um aparelho que, no campo de sua atividade, se articula com o próprio Estado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 06 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A próxima entrevista Hitler-Mussolini.

N. 381

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

O comunicado oficial que acaba de ser publicado confirma a próxima chegada à Alemanha do senhor Benito Mussolini, chefe do governo italiano.

2. A data fixada para essa visita foi de 25 a 27 do corrente mês e o fato de que o criador da Itália fascista e o fundador do nacional-socialismo se encontrem pessoalmente constitui um acontecimento de uma considerável importância política.

3. Esse encontro deverá servir para testemunhar, uma vez mais, a íntima solidariedade ideal dos poderosos movimentos revolucionários que se manifestaram tanto na Alemanha como na Itália e que chegaram a formar os regimes que governam esses dois países e que, se divergentes por vezes na forma, são idênticos no fundo.

4. Desde o verão de 1933 que o *führer* não mais se avistou com o *duce* e a entrevista de Veneza, como Vossa Excelência deve se recordar, não produziu os resultados que era lícito esperar.

5. Um ano mais tarde, os trágicos acontecimentos da Áustria abri-

ram um fosso profundo entre as duas nações totalitárias, formando um abismo entre ambas que parecia intransponível.

6. Entretanto, a evolução internacional conduziu uma a se aproximar da outra, e como principais causas que produziram tais efeitos citarei a guerra da Etiópia, a aventura espanhola.

7. Esses fatores criaram a atual amizade ítalo-germânica, que ainda mais se consolidou devido à ação dos soviets, com suas múltiplas intervenções políticas fora da Rússia, com o objetivo de fomentar a revolução mundial.

8. Os preparativos para a recepção do senhor Mussolini prosseguem ativamente e tudo permite afirmar que o III Reich saberá celebrar a entrevista dos dois grandes estadistas com toda a solenidade e pompas sem precedentes para dar aspecto de uma verdadeira consagração da amizade entre a Alemanha e a Itália.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A política financeira do Reich.

N. 390

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a anexa informação, extraída do *Observador do Reich*, sobre as medidas de ordem financeira tomadas pelo Reich nos últimos tempos.

2. Para o plano do financiamento dos seus enormes gastos, tem o Reich podido contar com uma renda de impostos sempre crescente, que passou de 7 bilhões de marcos em 1932, a 4.240 milhões nos quatro primeiros meses do exercício financeiro corrente.

1º As operações de crédito a prazo curto são transformadas periodicamente em emissões a prazo longo, como foi esse o caso da recente emissão de 700 milhões de marcos, à qual me referi em meu ofício n. 352, de 25 de agosto próximo findo. Desse modo pôde o governo do Reich consolidar nos últimos anos 6.700 milhões de marcos.

2º. Por outro lado operou-se na dívida externa alemã uma redução apreciável, pois de perto de 32 bilhões que se achavam em circulação, não existem atualmente senão 10 bilhões.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

A POLÍTICA FINANCEIRA DO REICH  
INFORMAÇÃO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM

O *Observador do Reich* acaba de divulgar, em seu boletim de 27 de agosto último, os seguintes comentários a respeito das medidas de caráter político-financeiro tomadas pelo Reich nos últimos tempos.

O êxito dessas medidas, diz esse periódico, é incontestável: a atividade industrial não só recomeçou com todo o vigor, mas a produção excedeu o seu mais alto nível, o de 1929. Entretanto, o mais interessante a ser registrado é o modo pelo qual se pensa chegar ao financiamento definitivo dos gastos do Estado, de acordo com o programa traçado.

Nesse particular há que ter em conta dois fatores principais: a arrecadação normal dos impostos e a consolidação das dívidas por meio de empréstimos internos. A reanimação da economia trouxe automaticamente consigo o aumento da renda. Em 1932 o Reich arrecadou uma renda total de impostos de apenas 7 bilhões de marcos. No entanto, sem que ocorressem grandes oscilações nas taxas, operou-se nesse particular uma mudança radical. Nos quatro primeiros meses do ano financeiro corrente entraram para as estações arrecadadoras do Reich

cerca de 4.240 milhões de marcos, correspondentes a um aumento de 714 milhões de marcos sobre o período igual no ano anterior. A maior parte desse aumento corresponde ao imposto sobre a renda.

Como os gastos normais do Reich se têm conservado no mesmo nível, esses algarismos demonstram que de ano para ano vai o país dispor de somas consideráveis para a consolidação das obrigações a prazo curto contraídas pela Alemanha.

O segundo caminho seguido nesse programa de financiamento é o de emissões a prazo longo. Recentemente foi aberta uma subscrição para uma nova emissão de 700 milhões de marcos. Com essa emissão, a soma consolidada atingirá 6.700 milhões de marcos.

Na opinião do *Observador*, a tendência da política financeira alemã se manifesta claramente no sentido de que os meios que a própria economia põe à disposição do Estado voltam de novo a essa economia. A circulação de letras do Tesouro é uma garantia de que não há necessidade de se recorrer à emissão do papel-moeda, evitando-se desse modo qualquer inflação.

A terceira possibilidade, a da emissão de empréstimos no estrangeiro, não foi utilizada pela Alemanha. Ao contrário, a dívida exterior do Reich, que era de 30 a 32 bilhões de marcos, já foi resgatada, com exceção de pouco mais de uns 10 bilhões. As entregas de marcos registrados, a possibilidade do emprego de depósitos estrangeiros na Alemanha para determinadas exportações e, outros meios ainda, permitem que se vá diminuindo a dívida externa fixada para reparações.

Berlim, setembro de 1937.  
Moniz de Aragão



OFÍCIO • 15 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O congresso de Nuremberg.

N. 396 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 15 de setembro de 1937.



Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 346, de 23 de agosto último, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que o congresso do Partido Nacional-Socialista, que anualmente se reúne em Nuremberg, foi realizado este ano com a pompa habitual, de 6 a 13 do corrente mês.

2. Os chefes de missão acreditados em Berlim foram, como nos anos anteriores, especialmente convidados pelo *führer* e compareceram como hóspedes de honra do chefe de Estado alemão. Assistiram às referidas solenidades 11 embaixadores, 30 enviados extraordinários e ministros plenipotenciários e 7 encarregados de negócios. O corpo diplomático viajou em trem especial, acompanhado pelo chefe do protocolo, e cada chefe de missão teve à sua disposição um ajudante de ordens, durante toda a viagem e permanência em Nuremberg.

3. Durante a reunião, o chanceler Hitler fez, constantemente, apelo aos alemães para suportarem novos sacrifícios, diante das dificuldades crescentes, e ligou o problema do pão às reivindicações coloniais, que, assim, voltam a formar o problema magno da política nazista.

4. Na proclamação do *führer*, lida no dia da inauguração do congresso e da qual junto remeto o texto completo, não vejo nenhuma indicação nova sobre o programa nacional-socialista, tanto sob o ponto de vista externo como interno.

5. O chanceler se limitou a recordar os trabalhos executados e a novamente acentuar as diretrizes do regime. Este, diz o *führer*, quis criar uma sociedade nova sobre as ruínas da sociedade burguesa, mas, em vez de tudo destruir, o partido nazista se esforça em manter as tradições da raça e da cultura germânica.

6. A nova sociedade, prossegue o *führer*, deverá ser baseada em uma perfeita seleção de valores morais e materiais, efetuada segundo os princípios do nacional-socialismo, sem tomar em consideração as origens sociais, ou as diferentes crenças religiosas. O regime reservará sempre o primeiro lugar aos indivíduos os mais enérgicos, os mais inteligentes, os mais fortes e os mais ousados.

7. Colocando esse ponto como parte principal da sua proclamação, o *führer* demonstra que ele aprecia toda a importância que merece o desenvolvimento sempre crescente do partido, que forma hoje o regime alemão. Na falta de um homem eminentemente popular como é o atual chanceler, o Terceiro Reich não poderá se manter senão se apoiando sobre os quadros adequados, mas isso é ainda um problema a ser resolvido e não um problema solucionado.

8. Uma outra questão que o *fiihrer* considera liquidada na Alemanha é o problema social e "praticamente", diz ele, "não existem mais desocupados e todo o resto da questão é de caráter secundário".

9. Em relação à crise econômica, ele considera que não comporta uma solução de caráter internacional, como era previsto há alguns anos, e acredita que o plano de quatro anos poderá ser realizado sem maiores dificuldades. Diz mais, que uma nação que soube criar a sua atual marinha de guerra e o seu exército poderá obter o que for necessário para prosseguir na sua obra, mas julga que o Estado deve sempre dirigir a sua economia na medida [em] que o exigir o interesse nacional.

10. Pondera, porém, que as dificuldades a encarar provêm da falta de matérias-primas para a alimentação da população, pois o solo já está explorado até o máximo das possibilidades, mas é insuficiente para ocorrer às necessidades vitais do povo alemão. Enquanto o território alemão não for completado pelas colônias que o Reich possuía antes da guerra, o abastecimento da Alemanha, segundo a opinião do *fiihrer*, não poderá ser assegurado.

11. "De qualquer forma, porém" – prossegue o *fiihrer* – "devemos fazer três observações sobre a realidade dos fatos. Primeiramente o Tratado de Versalhes está morto; segundo a Alemanha está hoje livre, e terceiro a sua liberdade está garantida pela sua marinha e pelo seu exército". Para finalizar, o chanceler declarou que se o nacional-socialismo nada mais tivesse feito senão destruir o Tratado de Versalhes, considerado erradamente como eterno, e de restituir à Alemanha a sua potência militar, o atual regime poderia se sentir orgulhoso de sua obra pois a Alemanha hoje é respeitada e não está mais isolada.

12. Os graves acontecimentos de ordem internacional ocorridos nas últimas semanas não devem impedir que se avalie no devido valor as manifestações como as que foram presenciadas em Nuremberg e que são características do estado de espírito atual de um grande povo, cuja ação nas atuais circunstâncias pode ser decisiva para a orientação da política geral, seja em favor da paz, ou contra ela, se assim for obrigado.

13. As majestosas solenidades anuais de Nuremberg e as suas apoteoses de luz e demonstração de força material e moral da nação não devem ser apreciadas como um simples espetáculo para efeitos de momento.

14. Mesmo se o congresso deste ano – colocado sob o emblema da glorificação do trabalho e não da paz, como a princípio foi intenção – não trouxe discursos de uma excepcional importância política, houve, porém, certas declarações dos dirigentes do nacional-socialismo que me-

recem severa meditação, porque permitem apreciar as ideias nas quais se inspira o movimento hitleriano, no período atual de sua evolução.

15. Na proclamação a que acima me refiro, o chanceler não escondeu as dificuldades que o país encontra para garantir o abastecimento de víveres para a população.

16. Esse efetivamente é o problema mais grave que existe para os dirigentes do III Reich, e não me parece que apesar das esperançosas declarações sobre o Plano Quadrienal possa ser rapidamente resolvido. A insistência que todos manifestam em demonstrar a realidade dessa situação não se explica, a meu ver, somente pelo desejo de justificar as reivindicações coloniais, mas parece traduzir principalmente a preocupação mais iminente de preparar o povo alemão para aceitar certas restrições, e mesmo privações, que provavelmente lhe serão impostas no decurso do inverno e que podem constituir uma prova bastante perigosa para o prestígio do regime.

17. O discurso do general Goering, enaltecendo a condição moral do operário alemão, não deixou a menor ilusão a esse respeito, pois chegou a aludir à possibilidade de ser instituída a carta para o consumo racionado do pão.

18. O senhor Goebbels atacou fortemente o comunismo e mais uma vez demonstrou o perigo judaico. O ministro da Propaganda, nos seus discursos, insistiu sobre a necessidade de reagir energeticamente contra a revolução mundial preconizada por Moscou em todos os pontos em que procura demolir os fundamentos da civilização e de vida nacional, e pretende o orador que o bolchevismo não é outra cousa senão a ditadura do terror sob o falso aspecto de democracia e que, na sua prática impiedosa e sanguinária, precipita uma evolução que já se desenha no liberalismo, enquanto que, segundo sua expressão, para uma massa sem chefe, o judeu internacional pode impor a sua ditadura, do terror e do dinheiro.

19. Entre as fases do congresso deve também ser citada a declaração feita pelo *führer* por ocasião de receber o corpo diplomático em Nuremberg. Assim, depois de agradecer a presença dos embaixadores, ministros e encarregados de negócios, declarou que a Alemanha cada vez mais deseja a colaboração de todos os povos e que o congresso nacional-socialista não deve ser encarado como uma demonstração de política interna do país, mas como uma grande solenidade e quase como uma festa nacional do povo alemão.

20. O embaixador de França, decano do corpo diplomático, na ausência do núncio apostólico, respondeu com um feliz discurso, asse-

gurando que a presença do corpo diplomático quase na sua totalidade testemunhava a sua boa vontade e o seu esforço em bem compreender a política alemã e exprimiu os votos de todos os chefes de missão acreditados na Alemanha de que a comunidade do povo alemão se alargue cada vez mais a fim de tomar parte ativa na colaboração de uma política internacional, que seja de fato uma verdadeira comunhão dos povos.

21. Para encerrar o congresso, o *fiihrer* proferiu um longo discurso, de que também junto uma cópia, que veio reforçar e completar o acima referido do ministro Goebbels.

22. O presente congresso nada trouxe de positivo. Serviu apenas para patentear uma vez mais a grande força militar, como pôde ser observada na grande demonstração em que cooperaram os mais importantes elementos da aviação e do exército. O desfile da marinha também impressionou agradavelmente e a parada aérea dos 450 aviões foi de uma real imponência, aliada aos exércitos terrestres de ataques e defesa antiaéreas.

23. O III Reich parece que já se vai voltando para o seu passado e contempla com satisfação a obra realizada que, deve ser dito, é prodigiosa, estando os principais problemas de política interna praticamente todos resolvidos, restando apenas os de política internacional, que aliás não dependem exclusivamente do governo alemão.

24. A grande preocupação do *fiihrer* e que a todos impressionou, parece ser neste momento a crise espanhola, os desenvolvimentos que ela pode ter e que ele julga perigosos para o regime. O nacional-socialismo não se interessa tão facilmente pela vida europeia quanto pela do próprio povo alemão. Esse é o conceito que o *fiihrer* exprimiu no seu discurso, cujas frases capitais são as duas seguintes: "Nós não toleraremos um deslocamento do equilíbrio europeu pelo triunfo do comunismo na Espanha" e "nós temos canhões para nos defender". Ambas decorrem diretamente dessa apreciação e parecem resumir o programa atual da política exterior da Alemanha.

25. A impressão geral que deixou o congresso referido, tanto aos alemães como aos estrangeiros, é que essa revista geral do movimento nacional-socialista na Alemanha serve para demonstrar que o regime está convertido em uma instituição firme, em uma verdadeira tradição nacional. As formas de que essa tradição já se reveste foram percebidas por todos na sucessão de festas, de desfiles militares e civis, e nas sessões das organizações do trabalho.

26. O legendário domo luminoso formado pelos possantes refletor-

res na noite da concentração dos funcionários públicos, a festa matinal do serviço do trabalho, a concentração da juventude hitleriana, as revistas e paradas dos exércitos políticos e militares, tudo isso não é senão a expressão de uma realidade alemã íntima, profunda, que fala ao espírito e aos sentidos.

27. A nação aparece como um bloco vivo, onde cada um deve estar em forma, e o que mais vale quer estar apaixonadamente preparado para atuar em defesa do regime e da pátria. Essa é a concepção presente dos congressos de Nuremberg e, por isso, cada ano vão sendo menos sensacionais os fatos que ali ocorrem, sem que por isso percam, no mínimo, a forma e a intensidade da força com que eles impressionam, tanto aos participantes como ao espectador.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A próxima entrevista Hitler-Mussolini.

N. 397 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 17 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 381, de 6 do corrente, tenho a honra de confirmar que dentro de poucos dias deve chegar à Alemanha o senhor Mussolini, especialmente convidado pelo chanceler do Reich.

2. O senhor Mussolini, desde o mês de janeiro, tinha aceito o convite para essa visita oficial e então apenas fizera a reserva de lhe ser permitido fixar a data e, assim, a escolha do presente momento parece indicar que o encontro dos dois chefes de governos totalitários se realiza, de fato, independentemente da evolução atual dos acontecimentos.

3. Existem entre a Alemanha e a Itália acordos sobre diferentes

questões europeias, que o conde Ciano assinou em Berlim, em 24 de outubro do ano findo. Foram desses acordos que propriamente se constituiu o eixo Berlim-Roma.

4. A colaboração ítalo-germânica revelou-se útil na Europa Central, pois impediu, ainda que por algum tempo, os perigos de conflitos decorrentes da questão austríaca.

5. Essa colaboração se manifestou em forma mais intensa na Espanha, porém estou convencido de que tanto em Berlim como em Roma existe o desejo de ser estabelecido um contato mais íntimo e direto com a França e a Inglaterra, sendo que mais com este último país, como aliás já tem sido tentado por várias vezes. A última vez que observamos tais propósitos foi por ocasião da visita do barão von Neurath a Roma e, desde então, o senhor Mussolini tem desenvolvido amplamente esse tema, tendo mesmo sido trocadas cartas muito expressivas de um tal desejo entre ele e o chefe do governo britânico.

6. Todos esperavam, por essa forma, que fossem entabuladas verdadeiras negociações entre Roma e Londres, as quais em seguida alcançariam Berlim; e todos supunham, como parece desejava o governo francês, que de uma vez – agora, em Genebra – ficasse definitivamente liquidado o caso da Abissínia, na forma que tinha sido sugerida pelo governo italiano (isto é de ser considerada a não existência presentemente de nenhum governo naquele país, e, assim, de fato só ser reconhecido como válido o que ali exerce a Itália).

7. Nessas condições, a entrevista Hitler-Mussolini não apresentaria nenhum aspecto alarmante; mas, a situação se modificou inesperadamente, devido à tensão mediterrânea que inspirou à França a reunião da Conferência de Nyon, da qual não participaram nem a Alemanha nem a Itália, sendo este último país diretamente interessado na questão. Também surgiu o grave conflito ítalo-russo, que por momentos foi motivo das mais justificadas apreensões sobre a manutenção da paz.

8. O problema etiópico parece ainda longe de ser resolvido, mormente depois da atitude da Assembleia da Sociedade das Nações atualmente reunida; e, se uma nova “mobilização” inglesa se produzir no Mediterrâneo, como parece já ter tido início contra a Itália, sob o pretexto de proteger a não intervenção na Espanha e evitar o ataque a navios neutros naquele mar, as conversas de Berchtesgaden e de Berlim poderão orientar-se de modo diverso.

9. Até agora todos dizem que essas conversações visarão, de um modo geral, todos os problemas que foram objeto dos protocolos de

1936 e os dois governos completariam esse atos e reafirmariam a sua política anticomunista, o que significaria, depois das declarações do fùhrer em Nuremberg e do *duce* por várias vezes feitas, que seriam mantidas inalteradas as posições de Berlim e de Roma em relação ao conflito espanhol: isto é, que nenhum desses dois países permitirá a implantação na Espanha de um governo comunista dependente de Moscou, direta ou indiretamente.

10. A imprensa fascista, a propósito da próxima viagem do *duce*, julgou oportuno recordar o acordo austro-alemão, de 11 de julho de 1936, pois ele representa um interesse real para o desenvolvimento do eixo Roma-Berlim, por ter sido o fator principal que permitiu a conclusão dos acordos Ciano-von Neurath. O acordo austro-alemão impediu que tanto a Itália como a Alemanha possam modificar a sua atitude política em relação à Áustria e à questão danubiana em geral.

11. Esse ponto é, a meu ver, o obstáculo principal a uma perfeita colaboração ítalo-alemã e essa poderia ficar comprometida, se a Alemanha for tentada a violar esse ajuste.

12. Desde alguns dias, de várias fontes, tenho ouvido que a revolução nacional-socialista e a fascista ficariam solidificadas em um bloco depois da visita do *duce*, embora, pelo que sei, esse projeto encontre aqui certas resistências, principalmente por parte da marinha e mesmo no exército.

13. Até agora, o governo de Roma tinha sempre manifestado a sua oposição a qualquer política de blocos e no mesmo sentido sempre se manifestou o Reich pela sua imprensa, que só interpreta o pensamento do governo.

14. Nessas condições, foi sempre dito que o eixo Roma-Berlim não era incompatível com uma política de aproximação com os outros países e não significava uma ação contrária aos franceses e aos ingleses.

15. Ouvindo agora falar de um bloco ítalo-alemão e possivelmente unido ao Japão, parece que, depois do discurso de Mussolini em Palermo, a situação política internacional se modificou sensivelmente e acredito que, se ela tender para uma agravação, será um programa máximo de defesa, que o *fùhrer* e o *duce* organizarão durante a próxima entrevista.

16. Tenho, porém, motivos para crer que até agora a opinião pública alemã e talvez também a italiana acreditem e tenham esperanças que a nova crise da Europa poderá ser resolvida e que uma concepção dos interesses razoáveis de todos poderá prevalecer finalmente, impedindo

assim que a ação destruidora do comunismo, guiado por Moscou, possa vir lançar o mundo em uma guerra, cujas consequências não podem ser previstas e que destruiria para sempre a nossa civilização.

17. Todos consideram transitória a atual fase e, se existem de fato graves perigos de complicações e de conflitos, há também possibilidades de entendimento, e essas últimas são as que todos desejamos ver cada vez mais fortalecidas e preparadas, graças a um esforço geral e supremo de compreensão e de bom senso, que se deverá manifestar em toda parte para garantia da paz mundial.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A próxima entrevista Hitler-Mussolini.

N. 400 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 397, de 17 do corrente, devo informar que segundo notícias que pude obter, em fontes geralmente bem informadas, a próxima entrevista Hitler-Mussolini terá verdadeiramente um objetivo mais amplo do que geralmente está sendo anunciado pela imprensa internacional.

2. A questão do Mediterrâneo, que está assumindo o aspecto de uma verdadeira crise, terá contribuído poderosamente para que – das conversas dos chefes responsáveis alemão e italiano – resultem acordos de extrema importância sob o ponto de vista da política europeia.

3. O receio de uma hegemonia franco-britânica no Mediterrâneo está preocupando seriamente os centros políticos de Berlim e de Roma, e a notícia da próxima reunião do Comitê de Não Intervenção,



em Londres, foi recebida aqui com um interesse tanto maior quanto deve ser recordado que a Alemanha tinha sugerido que a questão de regularização do problema mediterrâneo fosse afeta ao referido comitê.

4. Assim não será improvável que o representante do Reich naquele comitê aproveite esse ensejo para reivindicar as objeções alemãs anteriormente feitas em relação ao Acordo de Nyon.

5. Esse acordo é aqui considerado como constituindo um grave perigo para o sistema de não intervenção na Espanha, pois pode favorecer grandemente as manobras da U.R.S.S no Mediterrâneo.

6. Também deve ser considerado que as resoluções adotadas em Nyon, na ausência da Alemanha e da Itália, continuam a fornecer aos jornalistas oficiosos do Reich oportunidades para fazerem interessantes comentários a respeito da colaboração entre Paris e Londres, e assim, o *Frankfurter Zeitung* é de opinião que as resoluções de Nyon têm por único e exclusivo objetivo afirmar a hegemonia franco-britânica no Mediterrâneo, o que não poderá ser tolerado pela Itália e por Portugal, que têm grandes interesses naquele mar. Temos a impressão, prossegue o mesmo jornal oficioso, de uma extensão em direção ao Mediterrâneo da aliança franco-britânica, que até agora se limitava a proteger a fronteira oriental da França.

7. O mesmo jornal estabelece um interesse paralelo entre a luta do *führer* para obter a igualdade dos direitos na Europa, e a de Mussolini, no que se refere à paridade no Mediterrâneo, e conclui dizendo que essa luta o *duce* a saberá certamente conduzir com a mesma habilidade e energia que a Alemanha, a qual está igualmente decidida a seguir idêntica política.

8. Essa situação facilita os propósitos germano-italianos, que acredito já se estejam articulando, para a realização de uma conferência que reunirá a Alemanha, a Itália, a Iugoslávia, a Áustria e a Hungria, para sancionar essa política, cujas bases mais concretas serão discutidas durante a visita do *duce* e que já foram preparadas no decorrer da conversação que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria acaba de ter com a Wilhelmstrasse, durante a sua recente visita a Berlim.

9. Essa conferência, que visaria assegurar a defesa da igualdade de direitos a todas as nações europeias, deverá se reunir no começo do outono em uma cidade alemã ainda não escolhida, mas os convites seriam expedidos não somente pelo ministro von Neurath, mas também pelo conde Ciano. Existe o propósito de também ser convidada a Polônia, mas nada ainda foi resolvido em definitivo sobre esse ponto.

10. Os motivos dessa reunião internacional seriam oficialmente para fins econômicos e comerciais, mas está claro que a sua importância política teria uma enorme significação, principalmente no atual momento, podendo redundar na formação de um novo bloco ligado ao eixo Berlim-Roma para se opor à França, Inglaterra e Rússia.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A política internacional europeia.

N. 404 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

A evolução da situação internacional, nos últimos dias, principalmente os resultados da Conferência de Nyon, parecem dever transformar sensivelmente o ambiente no qual se deverá desenrolar em Munique e Berlim a entrevista Hitler-Mussolini.

2. A estreita colaboração anglo-francesa, que encontrou a sua expressão por ocasião da assinatura dos acordos de Nyon, e a atitude imprevista da Grã-Bretanha ameaçavam – como disse em ofício anterior, ainda há quarenta e oito horas – de [sic] dar à entrevista ítalo-germânica o caráter de uma conversa entre duas potências inteiramente isoladas, que buscavam apoio principalmente na Europa Central.

3. Acredito que essa política não seja de fato a que mais agrade ao *führer* e, assim, a imprensa alemã aproveita com solicitude todos os ensejos para facilitar a evolução dos meios que determinem uma melhor atmosfera para as questões internacionais, produzindo um descongestionamento, como vimos no último fim de semana.

4. A medida adotada em Roma pelos encarregados de negócios

britânico e francês fornece principalmente assunto aos jornais oficiais alemães, para demonstrar uma atitude mais conciliante do governo do Reich.

5. A respeito dessa dupla medida, acreditam aqui que ela foi inspirada pessoalmente pelo senhor Chamberlain, pois, com efeito, a política do senhor Eden, que desejaria demonstrar no Mediterrâneo o seu desagrado em face da entrevista Hitler-Mussolini, não facilitaria os fins políticos do primeiro-ministro britânico e apenas a formação de um bloco político-internacional, de que ocupei em meu ofício n. 397, de 17 do corrente mês.

6. De qualquer forma, é sugestivo o fato de que a imprensa germânica nos últimos dias procure exclusivamente demonstrar que a Alemanha, ao receber o senhor Mussolini, não agasalharia com honras excepcionais o “adversário da Inglaterra”, mas o chefe político italiano, amigo da Alemanha nacional-socialista.

7. A Alemanha não teme uma aproximação entre Londres e Roma e acredito que deseje que ela se realize, pois a sua própria política visa um entendimento com a Inglaterra, conforme foi preparado pelo acordo naval anglo-alemão e como tem sempre declarado o *führer*, em vários dos seus discursos.

8. Parece, pois, que a realidade de ação do eixo Berlim-Roma preocupa bastante os que defendem o princípio fundamental da política hitleriana, exposta no *Mein Kampf* e que preconiza, como Vossa Excelência sabe, uma colaboração da Alemanha com a Inglaterra, não sendo, pois, uma aproximação ítalo-britânica incompatível com um entendimento germânico-britânico.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice.] Novas medidas de exceção contra os israelitas.

N. 409 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Decorrente das deliberações tomadas durante o recente congresso de Nuremberg, acabam de ser adotadas diversas novas medidas de exceção contra os alemães de raça israelita residentes no território do Reich.

2. De acordo com essas determinações, qualquer alemão pode recusar-se a comerciar com os judeus, a lhes vender artigos alimentícios e objetos de uso corrente, assim como negar-se a lhes alugar locais de habitação ou de comércio.

3. Esse “direito” acaba de ser expressamente reconhecido pela *Correspondência do Partido Nacional-Socialista*, órgão oficial nazista, o qual determina mesmo quais as “medidas legais de exceção e exclusão” que as municipalidades podem ditar contra os semitas.

4. Nenhuma penalidade poderá, de ora em diante, ser aplicada aos negociantes que se recusarem a vender víveres aos judeus e podem mesmo anunciar esse propósito em cartazes colocados nas suas lojas ou armazéns.

5. Em cada cidade, comuna ou município, a polícia pode expulsar ou proibir a residência de judeus cuja atitude seja suscetível de incomodar a população.

6. Está formalmente proibida a entrada dos israelitas em todos os cassinos municipais e nas cidades de verão, de águas ou nas que se pratiquem os desportos de inverno. Os hoteleiros podem espontaneamente recusar hóspedes que não sejam arianos.

7. A *Correspondência* do partido também já declarou que é aconselhável proibir em todas as cidades climatéricas e balneárias a permanência de judeus, e isso “constitui um dever inspirado pelo instinto de conservação e pela preocupação que todos os alemães puros de raça devem ter de proteger o seu prestígio e os seus interesses econômicos”.

8. A municipalidade de Berlim e de várias outras cidades deliberaram reservar nos logradouros públicos, praças, parques etc., um certo número de bancos especiais que só deverão ser ocupados pelos judeus.

9. No distrito de Willmersdorf, situado na parte oeste de Berlim, onde habita o maior número de israelitas, já foram instalados tais bancos que ostentam uma inscrição indicando que são unicamente des-

tinados à população judia e estão pintados de amarelo. Nos demais bancos, pintados de branco, um ariano tem o direito de expulsar os judeus que neles tomem assento.

10. Essas medidas que parecem indicar uma recrudescência da campanha antissemita têm provocado uma grande emoção entre os israelitas que ainda residem na Alemanha.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O acordo chino-soviético e sua repercussão na Europa.

N. 410 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em ofício anterior, fiz referência à atitude de neutralidade adotada pelo Reich no começo do conflito entre a China e o Japão, mas desde alguns dias a posição da diplomacia alemã parece tender em favor do governo de Tóquio.

2. É compreensível que a conclusão de um acordo entre Nanquim e Moscou tenha sido causa dessa situação.

3. Devo mencionar que a imprensa alemã não ataca o governo chinês e se esforça em demonstrar uma certa benevolência, explicando a posição difícil em que se encontra aquele país. Nessas condições, o governo chinês não teria encontrado apoio junto às potências europeias, e acredita dever procurar uma espécie de proteção, recorrendo à União Soviética, ávida de exercer sua influência na China.

4. Os articulistas alemães todos fazem graves advertências ao governo de Nanquim, em face do imenso perigo que representa a aliança com os comunistas.

5. No que se refere às cláusulas secretas, que estariam incluídas no pacto Nanquim-Moscou, os jornais alemães sublinham que não importa se esse pacto seja ou não uma aliança militar, mas o essencial é que ele seja considerado como tal pelo Japão, e que, por conseguinte, a tensão entre Nanquim e Tóquio se agrava cada vez mais.

6. Nos círculos diplomáticos ligados à Wilhelmstrasse é considerado que a aliança entre Nanquim e Moscou aproximou o conflito do Extremo Oriente da Europa, com todas as suas imprevisíveis consequências, perigosas para a paz.

7. O mundo financeiro, em face da atual situação, está muito atento ao desenrolar desses acontecimentos, pois julga que o prestígio da Europa está comprometido no duelo diplomático anglo-japonês, ligado a esse grave caso internacional.

8. Em geral, todos acreditam que acaba de ser iniciado o grande drama preparado desde vários anos, e ninguém – talvez o Japão seja o último – poderá dizer como será representado e onde; mas, se as nações europeias desejam um mundo ao abrigo de agressões, podem ainda evitá-las, devendo, entretanto, desde logo agir com mais energia e eficácia, e com uma maior visão política.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] Exposição anticomunista de Nuremberg.

N. 414 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

Como no ano passado, foi este ano realizada em Nuremberg, durante o Congresso do Partido Nacional-Socialista, uma exposição

anticomunista, a maior até agora efetuada neste país, organizada pelo Ministério da Propaganda.

2. Esta nova exposição, que estará aberta até o dia 26 do corrente, ilustra o modo de ser e de atuar do bolchevismo e contém vasta cópia de material inédito.

3. Os quadros, diagramas, estatísticas e objetos expostos constituem uma prova flagrante do princípio exposto no VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou em 1928, segundo o qual a Internacional Comunista é um partido universal unitário que se compõe dos partidos comunistas dos diversos países. Um grande número de nações, e ultimamente a infeliz Espanha, conheceram as terríveis consequências desse princípio.

4. Foi ali exposto um globo terrestre de 10m de diâmetro, mostrando de que maneira o bolchevismo ameaça com a sua tirania as nações e os continentes. Uma série de diagramas expõe o progresso da ação comunista internacional. Outras seções ilustram o trabalho reconstrutivo realizado na Alemanha e na Itália, comparando-o com a sanha sanguinária bolchevista.

5. O ministro da Propaganda, senhor Goebbels, durante o almoço realizado por ocasião da inauguração, ofereceu ceder, a preço de custo, todo o material que o governo brasileiro viesse eventualmente necessitar para a confecção de uma exposição análoga.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 30 SET. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A entrevista Hitler-Mussolini.

N. 415 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 30 de setembro de 1937.

Senhor Ministro,

A impressão deixada pela visita do *duce* à Alemanha, anteriormente anunciada e de que me ocupei nos meus ofícios n. 381 e 397, de 6 e 17 do corrente, pode ser exatamente descrita como uma formidável demonstração de força.

2. Esta impressão é tão grande que pode mesmo inspirar temor, mas esse receio não me parece dever ser tomado como um perigo para a paz, pois estou firmemente convencido da sinceridade das declarações pacíficas dos dois grandes chefes de povos governados por sistemas totalitários.

3. Compreendo, porém, que certos governos manifestem uma certa intranquilidade ao assistir a essa colossal demonstração de força que hoje une dois países, formando um conjunto de cerca de 120 milhões de almas, organizadas otimamente para a sua defesa e mesmo para o ataque, como sucedeu com a Itália na guerra da Etiópia.

4. A força dos dois impérios associados é um fato; um fato extraordinário, [*de*] que os historiadores do futuro procurarão definir as causas e as origens, um fato com o qual se deve contar, um fato que se deve buscar compreender, um fato cujas consequências serão benéficas ou nocivas segundo o uso que farão de suas potências unidas os dois grandes homens políticos em cujas mãos est[*ão*] entregue[s] a sorte e o destino tanto da Alemanha como da Itália.

5. “A vontade é a força decisiva na vida dos povos”, disse Mussolini, no seu discurso do Campo de Maio, diante de mais de um milhão de pessoas. Nos primeiros anos de após-guerra, as duas nações sofriam do complexo de inferioridade. O *duce* e o *führer*, por processos diferentes, insuflaram em seus povos uma energia nova e despertaram neles forças latentes inutilizadas, exaltaram os seus sentimentos patrióticos e nacionais, e fizeram, pelas ideias fortes do nazismo e do fascismo, nações poderosas em todos os sentidos.

6. O risco dessa operação é o de substituir o complexo de inferioridade pelo complexo de superioridade, o qual pode também determinar graves erros políticos.

7. As declarações de Berlim são na sua generalidade conformes aos prognósticos.

8. A nota dominante é a ideia da paz europeia. Os senhores Hitler e Mussolini, nos seus grandes discursos, repetiram as suas afirmações políticas do dia do banquete realizado na noite da chegada do *duce* a Berlim.



9. “O sentido mais profundo dessa manifestação de dois povos”, disse o chanceler do Reich, “é o desejo sincero de garantir a nossos países uma era de paz”.
10. Isso foi respondido pelo senhor Mussolini na forma seguinte: “Nós queremos a paz e nós estaremos sempre prontos a trabalhar por essa paz, uma paz real e eficaz na vida moderna”.
11. Devo salientar que essa declaração de paz às demais potências não está acompanhada de qualquer condição e assim o caminho está completamente aberto para o início de negociações diplomáticas que poderão alcançar, na eventualidade mais favorável, um melhor entendimento entre Berlim-Roma de uma parte e Paris-Londres de outro lado.
12. O *führer*, entretanto, aproveitou a ocasião para novamente afirmar o direito do Reich a um *gleichberechtigung*<sup>28</sup> quando disse “a Itália fez prova de uma compreensão sincera das necessidades de uma grande nação que exige a igualdade dos seus direitos”. Essa igualdade de direitos, no que se refere à Alemanha, nós sabemos como foi obtida – depois de uma violenta ruptura do Tratado de Versalhes; e, falando da igualdade de direitos, o senhor Hitler tinha o seu pensamento dirigido para o problema colonial que, por prudência política, ele não citou *expressis verbis*.
13. A mesma ideia vemos expressada sob uma forma diversa no discurso do senhor Mussolini, quando disse que “se a Itália compreendeu a reivindicação alemã, a Alemanha por sua parte compreendeu os motivos italianos que determinaram a guerra da África. Apesar de todas as pressões, a Alemanha se recusou a aderir às sanções e nós não esqueceremos jamais essa atitude”.
14. É aí que, segundo creio, devemos buscar a causa profunda da aproximação entre os povos italiano e alemão, e principalmente dos dois chefes de governos, de raças diversas e de tradições diferentes, de temperamentos que, segundo as circunstâncias, poderiam ser antagonistas em vez de se compreenderem e de se ligarem para a execução de uma comum política internacional.
15. O outro *leitmotiv* dos discursos de Berlim é a ideia da defesa da civilização europeia. O senhor Hitler julga que “a força de nossos dois impérios constitui hoje uma garantia sólida para a salvaguarda de uma Europa que conserva ainda a noção de sua missão cultural e que não está disposta a ser vítima das forças de destruição” e o senhor Mussolini

---

28 N.E. - Igualdade de direito.

disse que “essa comunidade de ideias da Alemanha e da Itália encontra sua expressão na luta contra o comunismo, que é a forma moderna do despotismo de Bizâncio, onde exploram a ignorância das massas”.

16. Não julgo necessário recordar as reservas que tenho feito em ofícios anteriores a respeito dos métodos empregados sob o regime totalitário para impor ideias contrárias aos direitos de consciência individual e para divinizar o Estado em detrimento da missão espiritual da Igreja. Ouso crer que o senhor Mussolini, apesar do seu gênio político, comete um erro quando afirma que a Europa de amanhã será fascista.

17. Parece-me que o que convém a uns, não se adapta a outros; e os gênios nacionais não são idênticos. A cada povo pertence o direito de escolher livremente quais os métodos que ele deseja adotar para a proteção de suas tradições culturais e religiosas.

18. No terreno internacional, a resistência ao comunismo e aos processos revolucionários e criminosos de Moscou, “é preciso que a Europa se acorde” disse o senhor Mussolini e, nisso, julgo que ele afirma exatamente o que todos sentem a esse respeito.

19. Entre os assuntos tratados durante a viagem do senhor Mussolini, desempenharam também um papel importante as conversações sobre a situação de Espanha e os problemas da Europa Central, e isso como era já previsto e me referi em ofícios anteriores.

20. Todos sabem que nessas questões existe, entre a Itália e a Alemanha, uma perfeita unidade de vistas e tudo o mais se resume a combinações para uma melhor execução dessa política. A entrevista do chanceler Schuschnigg da Áustria e do presidente dos ministros da Tchecoslováquia não é considerada em Berlim como um fator novo, porque os planos apresentados pelo governo de Praga sobre o Danúbio não são considerados aqui como uma solução possível para as necessidades econômicas e comerciais daquela zona.

21. O governo de Berlim busca sempre aparentar que essa resistência não significa qualquer desejo de ser estabelecida qualquer união aduaneira germano-austríaca, que seria o prelúdio da *anschluss*.

22. A política preconizada pelo eixo Berlim-Roma é baseada em um perfeito entendimento entre vizinhos, atendendo aos direitos vitais de cada um, o que significa uma completa revisão dos Tratados de Versalhes e dos que dele decorreram.

23. Em relação com este ponto, devo acrescentar que não deve ser considerado como uma mera casualidade que o marechal Badoglio tenha seguido de Berlim para Budapeste depois da visita do *duce*, espe-

cialmente convidado pelo chefe de estado-maior húngaro, com quem se encontrou durante as manobras do exército alemão e, assim, como já apregoam certos jornais indiscretos na Europa Central, não tardará que os nove milhões de húngaros venham engrossar as filas dos 115 milhões de alemães e italianos que já lutam contra o comunismo.

24. A *Correspondência Diplomática e Política*, órgão oficioso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fazendo referência à visita dos dois chefes de governos autoritários, disse em um dos seus últimos números que:

A política seguida pela Alemanha e pela Itália não está limitada à solução dos problemas políticos cotidianos. A sua importância reside, em primeiro lugar, no fato de que é inspirada em princípios gerais que não excluem nenhuma colaboração com as demais potências e, ao contrário, preconizam e desejam facilitar logicamente e expressivamente uma tal colaboração.

25. O órgão da Wilhelmstrasse acrescenta que a Alemanha e a Itália têm um princípio comum: o da proteção dos seus nacionais contra os perigos e ataques de qualquer natureza.

26. A *Correspondência* declara, finalmente, que é aí que se encontra a garantia de que a política germânica e italiana não pode ser determinada por outras condições e que a intimidade e confiança que existem hoje entre os dois povos pode também ser realizada no quadro mais amplo da comunidade europeia, desde que todos queiram testemunhar boa vontade.

27. O acolhimento triunfal feito ao *duce* em Berlim e em toda a Alemanha, por onde ele passou, impressionou vivamente ao senhor Mussolini e muito lhe agradou.

28. As considerações que durante bastante tempo tinham determinado ao chefe do governo italiano adiar a sua viagem à Alemanha, pois essa visita tinha sido prevista desde o encontro de Veneza, em 1934, ficaram completamente dissipadas e agora pertencem à História.

29. Acredito que o grande esforço de sedução empregado pelo *führer* para agradecer ao seu grande hóspede tenha logrado completamente o seu objetivo e, se o eixo Berlim-Roma não se transformar em uma aliança escrita e formal, no sentido protocolar, sairá muito fortalecido pelos encontros pessoais dos dois chefes de governo e de seus ministros de Negócios Estrangeiros sob o ponto de vista diplomático, militar e anticomunista.

30. O convite ao senhor Mussolini, meditado durante a última primavera e que foi aceito em julho último, tinha por objeto o estabelecimento de uma forma de proteção contra o perigo que poderiam oferecer, para o eixo ítalo-alemão, as tentativas inglesas de aproximação com um dos dois governos – de Berlim ou de Roma – isoladamente. Foi, pois, entre o momento em que a viagem do *duce* ficou decidida e [aquele] em que começou a ser realizada, que foram trocadas as cartas entre o senhor Neville Chamberlain e o senhor Mussolini.

31. Somente depois da viagem do *duce* à Alemanha é que terão início as conversações ítalo-britânicas por via diplomática e a Itália falará não apenas em seu nome pessoal, mas também devidamente autorizada pela Alemanha.

32. Todos os meios políticos e diplomáticos alemães concordam em absoluto quando apresentam o eixo Berlim-Roma reforçado e como um instrumento pacífico destinado a garantir a paz.

33. As manifestações militares do Mecklemburgo e de Essen seriam unicamente destinadas a dar mais autoridade às afirmações pacíficas que constituíram o tema principal dos discursos proferidos pelos ditadores italiano e alemão.

34. Está, porém, bem entendido que a paz, como aqui a compreendem, tem por condição essencial a cruzada anticomunista sob todas as formas e em particular a vitória do governo nacionalista espanhol para que o comunismo não se implante na Espanha.

35. Estou informado de que o próximo desenvolvimento da política internacional mostrará que tanto a Alemanha como a Itália estão dispostas a tomar a iniciativa de uma vasta ação anticomunista da Europa aliada a todos os países que dela queiram participar e de acordo com as democracias ocidentais, possivelmente, e sem elas, se for necessário, para impedir que a III Internacional e os dirigentes de Moscou possam se apossar do mundo e destruir a nossa civilização.

36. Chegamos, assim, ao momento crítico em que a política europeia pode se orientar para o lado pacífico de entendimentos duráveis e fecundos para o progresso e trabalho dos povos ou para uma hostilidade entre dois blocos adversos.

37. Julgo que é o momento em que cada palavra inconsiderada e onde qualquer escrito inspirado por um espírito de rancor poderá causar um mal profundo e, talvez, irremediável.

38. Mais do que nunca, é dever de todos evitar a propagação de falsas notícias e de desconfiar de qualquer comentário alarmante so-

bre pretendidas intenções malévolas que cada um tenha sobre outros. Havendo uma calma e confiança real, os pescadores em águas turvas procurarão, por todos os meios, complicar a situação, e assim vimos como agiram nas vésperas da Conferência de Nyon, e os seus métodos não variam, pois são em primeira linha inspirados por Moscou.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 OUT. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O recente discurso do presidente Roosevelt sobre política internacional.

N. 419 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de outubro de 1937.

Senhor Ministro,

O discurso pronunciado há dias em Chicago pelo presidente dos Estados Unidos sobre política internacional não foi aqui publicado na íntegra, nem teve o comentário da imprensa – abundante e vivo – que lhe foi dispensado em Paris, Londres e mesmo Roma.

2. Apenas a *Correspondência Diplomática e Política*, órgão oficioso da Wilhelmstrasse, manifestou o vivo descontentamento suscitado nos meios políticos e diplomáticos alemães pelas palavras do presidente Roosevelt.

3. A principal acusação que fazem aqui a esse respeito ao presidente americano é de ter falado da santidade dos tratados em geral, sem fazer distinção entre pactos que respondem aos princípios da moral internacional e os que não são dessa natureza e que podem ser considerados como injustos e inexecutáveis; de ter feito diretas alusões a países que estariam sempre prontos para a agressão, sem ter igualmente querido

fazer uma diferença dos que trabalham para a sua defesa como meio de garantir a sua soberania.

4. Finalmente, aqui criticam o presidente Roosevelt por ter evitado de [sic] chamar a atenção mundial sobre a ação de Moscou, ameaçadora para todos os Estados e povos grandes e pequenos, inclusive para a própria América do Norte onde a infiltração e propaganda comunista é cada vez mais intensa, visando à destruição do governo democrático republicano e sua substituição pela ditadura vermelha.

5. Também essas críticas se estendem ao fato do presidente Roosevelt não ter feito qualquer referência aos esforços reiterados dos soviéticos de impedir, com manobras desleais, continuamente, no momento decisivo, qualquer possibilidade de entendimentos e esclarecimentos visando uma solução das questões políticas que ameaçam a paz e principalmente no que se refere à guerra de Espanha.

6. Devo dizer que causou também aqui uma surpresa desagradável a parte do discurso do presidente Roosevelt acentuada pela declaração do secretário de Estado norte-americano referente ao conflito chinês-japonês, tomando posição francamente hostil contra o Japão, pois como já me referi anteriormente, a opinião alemã tem evoluído continuamente em sentido favorável ao governo de Tóquio.

7. Nos círculos da Wilhelmstrasse, a opinião dominante é que a resolução do governo de Washington contra o Japão ultrapassa sensivelmente o que ficou resolvido recentemente em Genebra.

8. No entanto, julgam que será prematuro avaliar desde já as intenções americanas, pois tudo indica que o próprio presidente Roosevelt, assim como o povo americano, deseja manter uma posição de neutralidade perfeita no conflito do Extremo Oriente e a política americana estaria orientada, pelo contrário, a agir somente em favor da paz, pois mesmo no caso da guerra da Etiópia o governo americano não manifestou a menor simpatia pela política de sanções então adotada pela Liga das Nações contra a Itália.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 OUT. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O recente discurso do *führer* em Bueckeberg.

N. 424 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 13 de outubro de 1937.

Senhor Ministro,

O discurso que o senhor Adolf Hitler pronunciou há dias em Bueckeberg, por ocasião das festas da colheita, com a presença do corpo diplomático e celebrada com uma grande demonstração militar, pode ser considerado como um seguimento aos que proferiu durante o último congresso de Nuremberg para justificar e glorificar a obra realizada pelo seu governo.

2. Desta vez, o *führer* se dirigiu especialmente às massas populares, aos camponeses que ele deseja convencer, cada vez mais, [de] que o regime atual é o único capaz de defender convenientemente os interesses dos trabalhadores alemães.

3. A parte principal desse discurso é a relativa às reivindicações coloniais do Reich, que o *führer* ligou à atual situação militar da Alemanha.

4. Vemos sempre repetido que o Reich nacional-socialista quer somente trabalhar para a paz em colaboração com as demais nações, mas em cada caso em que julgue necessário formular reivindicações, sempre recorda que existe atualmente um exército e uma marinha de guerra alemães para proteger qualquer ação no sentido indicado.

5. O *führer*, em Bueckeberg, repetiu ainda uma vez que o espaço de que dispõe o povo alemão é muito pequeno e que a Alemanha necessita absolutamente de colônias. Assim, devemos concluir desse discurso que agora, quando a Alemanha readquiriu integralmente a sua potência militar, julga poder colocar as suas reivindicações coloniais no primeiro plano dos fins que ela tem em vista realizar de imediato.

6. O argumento de falta de espaço para a sua população é sem valor, pois na época em que o império alemão dispunha de um vasto domínio colonial nunca se preocupou de estabelecer centros de povoamento naquelas regiões africanas e asiáticas, devido ao clima pouco favorável para os alemães.

7. Da mesma forma, os recursos em matérias-primas que obtinha

das suas possessões não representam nem mesmo 5% das suas necessidades industriais.

8. Isso acaba de ficar bem evidenciado pelo relatório da comissão da Liga das Nações encarregada de estudar o problema da distribuição das matérias-primas.

9. Não obstante as vozes mais autorizadas, os dirigentes do Reich insistem constantemente sobre esse tema, por ordem superior, visando criar uma nova política de prestígio junto às massas populares, sendo por assim dizer o último capítulo do Tratado de Versalhes que ainda falta anular.

10. Acredito que o discurso do *führer*, de que me ocupo, seja um prefácio à grande e intensa campanha que se prepara atualmente em todo o Reich em favor da restituição à Alemanha – e incondicionalmente – de todas as suas antigas colônias; e essa campanha, tendo sido iniciada em forma violenta, logo depois da visita do *duce*, é justo concluir que o problema colonial alemão ocupa um lugar de importância entre os problemas examinados pelos chefes dos governos da Alemanha e da Itália, durante a recente e sensacional entrevista de Berlim.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 13 OUT. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] Organização de uma nova flotilha de submarinos alemães.

N. 425

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 13 de outubro de 1937.

Senhor Ministro,

Acaba de ser organizada a terceira flotilha de submarinos alemães que terá o nome do tenente Lohs, ex-comandante do submarino UB



57, afundado em 1918, durante a guerra, por navios ingleses nas costas da Grã-Bretanha, com toda a sua tripulação.

2. Esta nova flotilha se compõe de doze unidades que foram destacadas da primeira flotilha *Weddigen*.
3. Os submarinos da flotilha *Lobs* são da classe de 230 toneladas.
4. A organização dessa nova flotilha deu lugar a uma solene cerimônia em Kiel, tendo o seu comandante, capitão Eckermann, exaltado a coragem e os feitos do tenente Lohs, durante a Grande Guerra.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 OUT. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A atitude italiana em face da projetada conferência anglo-franco-italiana e sua repercussão na Alemanha.

N. 432 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 14 de outubro de 1937.

Senhor Ministro,

A nota italiana referente ao projeto franco-britânico de uma conferência tríplice, tendo sido elaborada de comum acordo com a Alemanha, está claro que os meios competentes do III Reich aprovam integralmente o seu texto, que foi comunicado às chancelarias de Paris e Londres.

2. Nos círculos mais ligados à Wilhelmstrasse, é considerado que a resposta italiana é inatacável no seu fundo e clássica na sua forma e – completada pelos documentos que foram publicados pelo *Giornale d'Italia*, sobre o material de guerra enviado pela França à Espanha – ela demonstra claramente e de modo indiscutível onde estão as verdadeiras responsabilidades e as reais competências.
3. O artigo do órgão oficioso italiano teve aqui uma grande divulgação e isso visa [a] prevenir a opinião pública sobre a possível reabertura

da fronteira dos Pirineus para o abastecimento de armas e munições à Espanha comunista.

4. É sabido que a tese sustentada em Berlim e Roma é que essa reabertura mudaria pouco a situação, pois na realidade “voluntários”, material de guerra etc., com destino a Valência, teriam sempre atravessado a fronteira franco-espanhola, e a França agitaria agora uma ameaça que, nas condições referidas, não impressiona em demasia nem à Alemanha nem à Itália.

5. A *Correspondência Política e Diplomática*, órgão oficioso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, observa em um dos seus últimos números que somente o comitê de Londres é competente para discutir problemas suscitados pela França e Grã-Bretanha relativos à não intervenção na Espanha.

6. Não seria possível agora iniciar conversações de tais potências para negociações que, ultimadas, colocariam os demais membros do comitê em face de um fato consumado.

7. No que se refere à questão dos voluntários, a folha da *Wilhelmstrasse* insiste sobre a complexidade do problema. A retirada dos voluntários não poderia ser realizada sem a colaboração das duas partes em luta, colaboração que deveria, em caso de necessidade, ser obtida mesmo pela força. Acrescenta a *Correspondência* que, na questão dos voluntários, não deve ser culpada a Itália ou a Alemanha, pois foi precisamente a França – juntamente com a Inglaterra – que, em agosto do ano findo, não quiseram se ocupar do assunto então proposto pelos governos de Roma e de Berlim, visando [a] impedir a ida de voluntários para a Espanha.

8. Naquela ocasião, os governos francês e inglês – e naturalmente o russo – reivindicaram para cada indivíduo o direito a participar da guerra civil espanhola.

9. A imprensa franco-britânica tem dedicado grandes comentários à declaração italiana, contida na referida nota, pela qual afirmou aos governos de Paris e de Londres que não participará de nenhuma conversa, reunião ou de conferência em que a Alemanha deixe de tomar parte por falta de convite.

10. Nos termos dessa declaração ficou indicado como está forte a ação conjunta de Berlim e Roma, e como esses dois países entendem fazer pesar a sua influência na balança das medidas que comandam presentemente a política europeia.

11. Desde logo os gabinetes de Paris e Londres vão examinar a situação em face da resposta negativa da Itália.

12. Em geral, domina a opinião que a porta não está fechada para possíveis entendimentos que venham esclarecer a crise presente e que envolvam perigos para a paz, mas a posição da França, favorável ao governo de Valência, naturalmente sob a influência dos elementos comunistas da Frente Popular, não facilita a solução do problema espanhol, cada vez mais delicado pelos perigos que oferece de suscitar conflitos que podem determinar as mais graves consequências.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 15 OUT. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O governo alemão reconhece a inviolabilidade do território belga.

N. 439 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 15 de outubro de 1937.

Senhor Ministro,

O governo alemão acaba de afirmar, por uma declaração solene feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich ao ministro da Bélgica nesta capital, a inviolabilidade do território belga.

2. Essa decisão, que era esperada desde algum tempo, acaba de ser efetivada em momento que pode ser julgado como favorável para melhorar a atual tensão existente nas relações políticas dos diversos países europeus.

3. O recente ato do governo de Berlim não acarreta nenhum compromisso por parte do governo belga em relação à Alemanha.

4. Para melhor compreender o alcance da declaração alemã em relação à Bélgica, ontem publicada, é necessário recordar a situação criada, em março de 1936, decorrente da ocupação pelos exércitos do

Reich da zona desmilitarizada do Reno e como em tempo informei a esse ministério.

5. A ocupação alemã, anulando o Acordo de Locarno, deixou a Bélgica em uma situação precária que obrigou ao [sic] Rei Leopoldo a pronunciar, em 14 de outubro do ano findo, o seu famoso discurso sobre a neutralidade belga.

6. O chanceler Hitler, posteriormente, em 30 de janeiro do ano corrente, declarou – como também informei Vossa Excelência – que entre a França e a Alemanha não existiam mais motivos de conflitos e que considerava a neutralidade belga como intangível.

7. Nesta situação foram iniciadas negociações entre Paris e Londres visando [a] reformar o referido Pacto de Locarno, mas devido às dificuldades que então surgiram, não foi isso possível e em 24 de abril último, a França e a Inglaterra, em declaração conjunta, garantiram sem reciprocidade a Bélgica.

8. Essas seguranças, uma vez obtidas de Paris e Londres, restava à Bélgica obtê-las do governo alemão, mas o Reich entendia dever garantir a neutralidade belga enquanto Bruxelas exigia o compromisso solene da inviolabilidade do seu território por parte da Alemanha.

9. Depois de longas e difíceis negociações isso foi agora obtido e, segundo parece, a Itália também tomará idêntico compromisso.

10. A negociação locarniana desde longo tempo paralisada causava apreensões, mas o governo alemão tranquiliza agora a Bélgica e sua declaração corresponde inteiramente – e completa – à que foi feita de comum acordo pela França e pela Inglaterra, no começo deste ano, conforme acima fiz referência.

11. Assim, tudo indica que mais do que nunca a Alemanha deseja ver realizado um entendimento político no oeste da Europa, naturalmente, sob a condição de que um tal arranjo fique limitado a essa região do continente e que não se continue a insistir, conforme os princípios da política coletiva, a querer ligar as questões ocidentais às questões orientais.

12. Esse arranjo, para o oeste europeu, é considerado, em Berlim, como suscetível de ser realizado unicamente por meio de uma negociação entre a França, Inglaterra, Itália e Alemanha.

13. A neutralidade da Bélgica uma vez reconhecida por todas as potências interessadas nada mais se opõe a que aquelas quatro nações possam discutir conjuntamente as soluções possíveis para os grandes problemas europeus e consigam substituir o antigo Pacto de Locarno por um novo tratado dessas quatro potências.

14. Julgo poder acrescentar que o recente entendimento entre a Alemanha, nação que rompeu suas relações com Genebra, e a Bélgica, membro do conselho da Liga das Nações, permitirá uma vez mais ao III Reich de [sic] proclamar a vitória política do eixo Berlim-Roma no assunto tão discutido da política coletiva de Genebra.

15. Examinando detidamente os comentários que acompanham a declaração alemã, desde logo é reconhecido o valor e o alcance da iniciativa agora tomada por Berlim.

16. A proclamação referida da Alemanha, comprometendo-se a respeitar integralmente a inviolabilidade do território belga, constitui sem dúvida sob o ponto de vista moral um ato extremamente importante para a consolidação da paz no ocidente, apesar do precedente criado pela violação da neutralidade belga em 1914. Julgo que pode ser admitido que no que diz respeito à Bélgica, a qual, por sua posição geográfica, é um fator essencial para o equilíbrio no ocidente, a situação cheia de perigos criada pela repudição unilateral da Alemanha do Tratado de Locarno, esse país se encontra agora em situação extremamente certa, cercado de todas as garantias em caso de futuros conflitos.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O conflito chino-japonês e a intervenção da Alemanha.

N. 457 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

Apesar dos desmentidos oficiais, os meios diplomáticos ligados à Wilhelmstrasse confirmam os boatos que vinham circulando desde vários dias de que o chanceler Hitler, de pleno acordo com o governo

italiano, teria decidido tentar uma mediação no conflito chino-japonês, a fim de restabelecer a paz no Extremo Oriente.

2. Tenho a impressão de que o governo do Reich está ao corrente das exigências dos japoneses para resolver o conflito e que usará de toda a sua influência para que sejam elas aceitas pelos chineses.

3. Não se sabe se a tentativa germânica é devido a uma iniciativa japonesa ou se, ao contrário, foram os chineses que solicitaram a intervenção da Alemanha, porém, acredito que o contato mais íntimo e direto está sendo feito com o Japão.

4. A diplomacia nacional-socialista, que se apresenta cada vez mais segura dos seus atos, não dissimula de nenhuma forma a sua confiança no futuro e assim, naturalmente, faz empenho em salientar que, enquanto em Bruxelas dezenove nações – entre as quais as três grandes democracias ocidentais – discursam inutilmente, a Alemanha hitleriana fornece praticamente uma nova contribuição à obra da paz em geral.

5. Estou informado que ontem teve lugar na chancelaria do Reich, sob a presidência do chanceler Hitler, uma importante conferência, na qual tomaram parte, além do chefe do Estado, o marechal von Blomberg, o ministro almirante Raeder, seis generais especialistas nas questões do Extremo Oriente, bem como o general chinês Pa Li Tsiang, atualmente em visita oficial nesta capital.

6. O embaixador von Ribbentrop – que deve regressar hoje de Roma, onde foi assinar o pacto antissoviético ali concluído entre a Itália, a Alemanha e o Japão, de que me ocupo em outro ofício – seria encarregado das negociações relativas à referida mediação que, se resultar satisfatória, evidentemente virá aumentar de maneira considerável o prestígio internacional da Alemanha, tendo em vista principalmente que países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, com tantos interesses na Ásia, não ousaram empreender qualquer ação tendente a resolver o atual conflito do Extremo Oriente.

7. De toda forma, e como também acentuam alguns jornais japoneses, a iniciativa do senhor Hitler não obedece a nenhuma sugestão estranha ao Japão e à China e não tem a menor ligação com a Conferência de Bruxelas, da qual, aliás, a Alemanha não participa.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A adesão da Itália ao acordo anticomunista germânico-nipônico.

N. 458 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

O ato celebrado no sábado passado, em Roma, da adesão da Itália ao acordo anticomunista, foi aqui comentado com grandes encômios e entusiasmo, tendo tido uma enorme repercussão na imprensa, não somente da Alemanha como de toda a Europa, dada a importante significação política do gesto do governo italiano.

2. Na realidade, a adesão da Itália não constituiu surpresa. Com a visita do senhor Mussolini ao *führer* e com os discursos então pronunciados, se teve a noção precisa da nova diretriz do governo italiano, que, pela primeira vez, esposará a doutrina alemã da necessidade imperiosa do combate decidido e às claras ao comunismo e, conseqüentemente, ao Comintern. É evidente que o novo rumo da Itália foi determinado pela guerra espanhola, que tantas preocupações deu ao senhor Mussolini, ao se encerrar a campanha etiópica.

3. A adesão da Itália ao acordo antibolchevista foi produto de exame e reflexão. Há precisamente um ano, como informei Vossa Excelência no meu ofício número 365, de 23 de novembro de 1936, foi aqui assinado o pacto inicial, entre a Alemanha e o Japão, e não é difícil descobrir a razão da demora com que o governo italiano dele veio participar. Determinou-a a conhecida tática do *duce* de não dispersar as forças da Itália em assuntos internacionais. Toda a atenção do senhor Mussolini estava voltada para a questão espanhola e as negociações intermináveis de Londres. Era matéria suficiente para exigir do chefe italiano uma concentração imensa de energias, dada a rara complexidade dos problemas criados pela contenda.

4. Para o *duce*, a questão está liquidada e a vitória do general Franco é ponto pacífico. Não é em vão que o próprio governo inglês, apesar

das suas declarações cautelosas sobre o alcance do seu ato, resolveu enviar representantes consulares junto ao governo de Salamanca. O senhor Mussolini está convencido do triunfo dos nacionalistas e, assim, já pode voltar as suas vistas para outras questões internacionais.

5. Ainda se está em conjecturas sobre os fins visados pelo governo italiano, com a adesão ao pacto anticomunista, porém não há dúvida que a coalizão das três grandes potências anticomunistas virá constituir uma frente fascista mais ampla e firme e estabelecer uma assistência mútua contra o inimigo comum.

6. Com o apoio dado pela Itália à Alemanha, no campo das reivindicações coloniais, o eixo Berlim-Roma estendeu-se até a África e com o novo pacto irá atingir a Ásia. A Itália, agindo dessa forma, defende os seus próprios interesses, pois, com a presumível entrega das colônias à Alemanha, ela poderá obter para si certas vantagens para a consolidação do seu novo império e, ainda para esse fim, tirará partido de um entendimento íntimo com o Japão.

7. Nos meios alemães se nota um grande interesse em fazer constar que a ampliação do acordo anticomunista em nada se relaciona com a Conferência do Extremo Oriente, de Bruxelas, e que não virá prejudicar a atitude neutra da Alemanha no conflito sino-japonês. Acentua-se, até, que o Reich se mostrou explicitamente disposto a tomar parte em toda ação pacificadora que tivesse uma séria perspectiva de êxito, que não se deixa, infelizmente, entrever na aludida conferência, devido à ausência do Japão. O acordo anticomunista, com o seu propósito de combater as tendências subversivas do bolchevismo mundial, constitui realmente, segundo a opinião alemã, o primeiro passo para o assentamento das bases da paz no Extremo Oriente.

8. Como informei Vossa Excelência no meu ofício número 365, de 23 de novembro de 1936, o acordo continua aberto à adesão de todos os países ameaçados pelo Comintern e devo dizer a Vossa Excelência que o chefe do protocolo, discretamente, me perguntou se o Brasil estaria disposto a participar do pacto. Respondi-lhe nada poder informar sobre o caso, mas que não deixaria de levar a consulta ao conhecimento de Vossa Excelência.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão



A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A próxima visita de lorde Halifax à Alemanha.

N. 478 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

Os meios competentes de Berlim receberam com satisfação as notícias de Londres confirmando a próxima viagem de lorde Halifax à Alemanha e que deve ser realizada dentro de poucos dias, sendo ele esperado nesta capital no dia 19 ou 20 do corrente mês.

2. O governo do Reich não estava muito seguro sobre os efeitos que produziria no Foreign Office o comentário oficioso publicado ontem pela *Correspondência Diplomática*, rebatendo com energia certas interpretações britânicas relativas à próxima entrevista Hitler-Halifax.

3. Esse comentário tem uma importância altamente política, pois parece ter sido inspirado pelo próprio *führer* e foi redigido pelo dr. Dietrich, chefe do serviço da imprensa nacional-socialista, que acompanha sempre o chefe do Estado.

4. Esse documento expõe não somente os princípios básicos da política hitleriana, mas também define fielmente a posição da Alemanha atual.

5. O III Reich, convencido de sua presente força militar, forte pelo apoio que encontrou por parte da Itália e do Japão, e da ajuda indireta que lhe prestam certas nações – tais como a Polônia e a Hungria – exige antes de tudo ser tratado como grande potência e em perfeito pé de igualdade por parte do governo inglês.

6. Não admitirá nenhum interrogatório e não se submeterá a nenhum pedido de explicações em relação à sua política internacional.

7. Devo recordar a Vossa Excelência que o governo alemão jamais respondeu ao questionário que lhe foi formulado pelo Foreign Office em 1936 e certamente não será em novembro de 1937 que dará essa resposta.

8. Estou informado de que reina uma certa desconfiança nos círculos da Wilhelmstrasse a respeito das intenções britânicas em relação à Itália. Os jornais alemães registram o fato de ter sido notada uma nova tensão das relações ítalo-britânicas e todos manifestam uma certa inquietação, supondo que esteja sendo feita uma nova tentativa por parte da Inglaterra destinada a separar os dois principais elementos do eixo Berlim-Roma, o que aqui consideram inadmissível.

9. Informarei a Vossa Excelência sobre o desenvolvimento que for tendo este assunto.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] Acordo sobre as minorias germano-polonesas.

N. 479 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

A Polônia e o Reich acabam de concluir um acordo sobre o tratamento de suas minorias respectivas habitando um e outro desses países.

2. Esse ato reveste uma grande importância, pois se trata de um problema que várias vezes ameaçou afetar as relações bastante cordiais estabelecidas entre Berlim e Varsóvia depois do convênio assinado em 1934.

3. A imprensa internacional acompanhou sempre com o maior interesse o problema minoritário germano-polonês, pois dele depende a posição definitiva da Polônia em política internacional.

4. As minorias polonesas na Alemanha e alemãs na Polônia são bastante importantes, pois nos dois casos excedem de [sic] um milhão. Os poloneses estão estabelecidos principalmente na Silésia e na Prússia Oriental, nas regiões próximas à fronteira polonesa. Os alemães estão

espalhados por toda a Polônia, em pequenos grupos, sendo que o mais importante está localizado na Alta Silésia polonesa. Existem também na Pomerânia e na Posnânia estes grupos, constituídos por abastados proprietários agrícolas, os quais várias vezes têm reclamado contra a lei agrária polonesa, que visa à divisão das grandes propriedades.

5. O ponto de vista polonês se justifica pelo crescimento rápido da população rural, e a Polônia, não dispondo de colônias, utiliza as terras que possui para colocar a sua superpopulação e, aliás, a Alemanha pratica uma política similar.

6. No decurso do verão de 1936, um processo movido contra os nacionais-socialistas de Kattowitz, na Alta Silésia, levou uma centena de pessoas à prisão e provocou vivas polêmicas na imprensa dos dois países. De outro lado, a repugnância natural dos poloneses do Reich em tomar uma parte ativa na política atual da Alemanha, também motivou um certo número de detenções.

7. Alguns jornais poloneses chegaram a falar de germanização forçada e a oposição usou esta arma para atacar a política hostil do governo de Varsóvia aos fatos orientais, a sua reserva em relação a Moscou e sua resistência à frente popular.

8. A questão minoritária resurgia até nos assuntos de caráter religioso e na Alemanha acusaram a Polônia de manter pastores poloneses nas paróquias protestantes onde existiam maiorias germânicas.

9. Era urgente encontrar uma solução, mas os negociadores se encontravam em face de várias dificuldades de caráter jurídico, pois nem a Polônia nem a Alemanha [...] reconheciam a terceiros o direito de se imiscuir nos seus negócios internos – as questões minoritárias são interiores –, e assim as negociações foram longas e delicadas.

10. Os dois governos combinaram publicar duas declarações idênticas, que são paralelas e sem estarem ligadas juridicamente uma a outra. Cada governo age nos limites de sua plena soberania. Isso é, sem dúvida, uma novidade na diplomacia e, no que se refere às minorias, serve de exemplo que poderá estabelecer precedente para outros casos, com a condição, porém, que exista entre as duas partes grupos de minorias equivalentes.

11. As duas declarações são muito liberais e – sob a condição de uma lealdade absoluta para o Estado, do qual depende a execução dos compromissos assumidos – as minorias não temem doravante os perigos de absorção por parte das maiorias. Poderão ter suas escolas, poderão empregar publicamente o seu idioma e terão inteira liberdade de associação e escolha de exercício de suas profissões. Nenhuma pressão

poderá ser exercida sobre a juventude para orientá-la nesta ou naquela direção política ou religiosa.

12. Tais medidas honram, sem dúvida, a quem as adota. É necessário recordar a violência das paixões que se desencadearam a leste da Europa, por motivo dos problemas interessando às minorias, para apreciar devidamente a moderação dos que sabem conter, dominar essas paixões e buscar uma solução verdadeiramente justa ou razoável.

13. No plano político, devo recordar que, tendo sido afastado um antigo motivo para atritos entre a Polônia e a Alemanha, foi possível obter a confirmação prática dos acordos de 1934.

14. O chanceler Hitler fez questão de manifestar pessoalmente ao embaixador polonês em Berlim e aos chefes políticos das minorias polonesas do Reich a sua viva satisfação pelos acordos realizados, que permitirão uma perfeita ligação entre a Polônia e a Alemanha.

15. Assim, tudo indica que Varsóvia e Berlim querem manter relações tão cordiais quanto possível e, aliás, os interesses dos dois países convergem claramente nesse sentido em muitos pontos. Se a Alemanha coloca atualmente em primeiro plano o problema de reivindicação de suas antigas colônias africanas, é sabido que a Polônia também tenciona proximamente agitar idêntico assunto no seu próprio interesse. Longe de se fazerem mútua oposição a essas reivindicações coloniais, poderão unir-se e assim teriam mais peso e talvez mais probabilidade de êxito.

16. Acredito que a medida adotada entre a Polônia e a Alemanha seja determinadora de calma e confiança nas relações entre esses países, e assim as declarações germano-polonesas devem ser consideradas como um excelente penhor de paz e de efeitos favoráveis na atual situação internacional, suscetível de se agravar a cada momento.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

---

[Índice:] Situação política interna do Brasil.

N. 482

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento das circulares telegráficas números 1.162, 1.163, 1.164, 1.165 e 1.166, e de confirmar os meus telegramas números 140 e 141, todos referentes à situação da nossa política interna e à estrutura do novo regime de governo.

2. Como logo informei [a] Vossa Excelência, a repercussão provocada neste país pela ação do governo foi das mais intensas e os recortes que anexo envio bem evidenciam o interesse com que a imprensa acompanhou o desenrolar dos acontecimentos. Os comentários, todos nitidamente simpáticos à transformação do nosso regime político, exaltam a atitude enérgica e serena do nosso governo, que, usando de medidas rigorosas, garantiu a paz e tranquilidade indispensáveis à vida da nação.

3. Cumprindo as instruções contidas na circular n. 1.163, avistei-me, imediatamente, com o secretário de Estado von Mackensen, a quem expus a decisão do governo brasileiro e as diretrizes adotadas para a manutenção da ordem no território nacional, tendo feito entrega de uma nota verbal, em que foram reproduzidos, em paráfrase, os termos da referida circular. Tive, dessa entrevista, a melhor impressão possível, pois o secretário de Estado me manifestou a satisfação com que o seu governo acolhia a transformação do nosso regime político, no qual depositava as máximas esperanças. Falando, ainda, em nome do seu governo, ausente que estava o ministro dos Negócios Estrangeiros, barão von Neurath, pediu-me insistentemente felicitar o senhor presidente da República pela maneira com que agiu, o que indica a perfeita solidariedade da nação brasileira com o seu chefe de Estado, em harmonia com os desejos de paz e trabalho do país. Sua Excelência mostrou-se contrariado com as notícias tendenciosas divulgadas pela imprensa francesa e norte-americana, que acusaram injustamente o governo alemão de se ter imiscuído nos negócios políticos brasileiros, e me afirmou que, dando satisfação ao meu pedido, daria ordens para que o serviço de imprensa publicasse a minha nota, com o critério, entretanto, de guardar reserva, comentando-a, porém, de maneira favorável.

4. Mostrei ao secretário de Estado não ter havido solução de conti-

nidade no governo não tendo Sua Excelência feito alusão a qualquer necessidade de reconhecimento.

5. Nos meios políticos e comerciais reina a mais completa confiança na nova estrutura governamental, fato que se vinha notando desde a decretação do estado de guerra. Partidários como são de regimes fortes e de caráter anticomunista, outra não poderia ser a atitude desses círculos diante das importantes decisões tomadas pelo nosso governo. Assim, também, se explica a reprovação unânime da imprensa alemã aos comentários franceses, impregnados de críticas de fonte vermelha, que querem ver no movimento brasileiro a adoção de um regime moldado no fascismo ou no hitlerismo, acusando ainda, estrategicamente, a Alemanha de se ter intrometido na nossa vida política.

6. São estes os comentários que lhe envio hoje, às pressas, para não perder a mala rápida do dia 24 do corrente. Não deixarei de lhe remeter outros informes, pela próxima, para manter Vossa Excelência ao corrente do que se registra neste país, sobre este importante assunto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 22 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] Problemas da economia alemã.

N. 486 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 22 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

Conforme já tive ensejo de me referir em ofícios anteriores, a penúria de matérias-primas, longe de melhorar, tem – ao contrário – se feito sentir vivamente em toda a Alemanha e as indústrias de transformação pediram ao chanceler Hitler de [*sic*] ser árbitro no conflito que

existia entre elas e o general Goering, que na sua qualidade de chefe do plano dos quatro anos é, de fato, ditador no assunto.

2. É sabido que o general Goering está entregue de corpo e alma às indústrias de guerra e, segundo ele, as indústrias particulares e que não se destinam à fabricação de armamentos devem se contentar das [sic] quantidades de matérias-primas que não forem absorvidas pelas necessidades de ordem militar.

3. Sucede que o Reich necessita de moedas valorizadas e cada vez é mais evidente que somente pelas exportações podem as mesmas ser obtidas.

4. Segundo estou informado, foi logrado um acordo entre as partes litigantes e, assim, tudo indica que a arbitragem do *führer*, proferida nesse sentido, terá uma grande repercussão e favorável sobre a atividade das indústrias pesadas de transformação.

5. Isso concorda com as novas informações que já anunciam a permanência do senhor Schacht no Ministério da Economia e cuja demissão parecia inevitável.

6. A atenção do *führer* não deixou porém de ser chamada, em relação às dificuldades que encontra o Reich, principalmente no que se refere aos carburantes. É sabido – como, aliás já informei em tempo a Vossa Excelência – que o governo de Berlim tem amplamente ajudado e incentivado por todos os modos as indústrias sintéticas e que estas estão se esforçando tanto quanto possível para produzir petróleo, mas as quantidades obtidas, embora em aumento progressivo, são ainda insuficientes para atender integralmente às necessidades do país.

7. Assim, o governo alemão está procurando assegurar fora de suas fronteiras o fornecimento de hidrocarburetos necessários ao exército, às marinhas de guerra e mercante e às suas indústrias. Desde logo os países da América do Sul produtores de petróleo foram objeto de cogitação e, assim, já foram feitos acordos com diversos e, principalmente, com a Colômbia, como também informei a Vossa Excelência na devida época.

8. O governo colombiano celebrou o acordo referido sobre fornecimento de petróleo à Alemanha na base da compensação, favorecendo bastante a colocação de capitais alemães na indústria petrolífera daquele país. Além disso, a Colômbia se comprometeu a fornecer o café que for necessário à Alemanha sem nenhuma cláusula restritiva de reexportação por parte deste país. Foi desde logo fixada uma quota de 500.000 sacas, de 60 quilos cada uma, desse produto, podendo se estender a

mais um milhão, se o Brasil e a Alemanha não chegarem a acordo em matéria comercial.

9. Um entendimento do mesmo gênero sobre petróleo e café está sendo negociado por este governo com a Venezuela e sobre petróleo, unicamente, com o México. Idênticas negociações ultimam-se com o Equador, sendo que [n]este país, graças à ação intermediária de uma firma suíça, conseguiu a Alemanha ficar de fato interessada na exploração do petróleo equatoriano.

10. Por essa forma e pelos trabalhos sintéticos de sua indústria, parece estar assegurado o fornecimento de petróleo à indústria alemã, que tão inquieta se mostrava a esse respeito.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 NOV. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A visita de lorde Halifax à Alemanha.

N. 498 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 25 de novembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao ofício número 478, de 16 do corrente, devo informar que os meios políticos alemães qualificam de meras conjecturas as hipóteses formuladas por vários jornais estrangeiros sobre as entrevistas de lorde Halifax, lorde-presidente do conselho da Grã-Bretanha, com o chanceler Hitler, recentemente realizadas em Berchtesgaden.

2. De uma forma geral, os alemães afirmam que no decurso dessas conversas, cheias de confiança e de franqueza – e em outras, que lorde Halifax teve com o general Goering, ministro-presidente do Reich; com o barão von Neurath, ministro dos Negócios Estrangeiros; e com o



dr. Goebbels, ministro da Propaganda e ficara certamente convencido da “vontade de paz que domina o III Reich”.

3. É provável, acrescentam esses meios autorizados, que tenham sido discutidos problemas da mais alta importância política, principalmente em relação à Europa Central, e examinada detidamente a causa essencial da tensão das relações entre os diversos países europeus, assim como o fundamento dos argumentos alemães em favor de ações bilaterais para alcançar, no limite do possível, a conclusão de projetados acordos garantidores de paz.

4. Por outro lado, há quem afirme que lorde Halifax pôde verificar a verdadeira força do eixo Berlim-Roma e do triângulo da política mundial, que constitui presentemente o pacto germano-italo-nipônico contra o comunismo, e que tanto tem preocupado os dirigentes dos países que se orientam por uma política esquerdista.

5. Também ficou certo, na opinião do visitante britânico, que nenhuma oposição existe ou possibilidade de conflito entre a Alemanha e seus amigos e o grupo ocidental formado pelos amigos da Inglaterra, sendo assim sinceras as reiteradas declarações do *führer* nesse sentido.

6. O lorde-presidente inglês disse aos jornalistas britânicos de Berlim que as entrevistas com o chanceler Hitler tinham sido realizadas em um ambiente de marcada cordialidade e perfeita confiança, mas devia pedir à imprensa a maior reserva em seus comentários até que lhe fosse permitido pôr o governo de Londres ao corrente de suas conversas com o *führer*.

7. Do lado alemão existe apenas uma atitude indireta em relação ao assunto, isto é o que se deduz do discurso proferido anteontem pelo chanceler Adolf Hitler no seio do Partido Nacional-Socialista, em Augsburg. Nesse discurso, o *führer* – referindo-se aos direitos vitais que outros povos possuem – assegurou que um dia o mundo inteiro terá a obrigação de reconhecer que tais direitos também pertencem ao povo alemão. Acrescentou o senhor Hitler, nessa ocasião, que “ele está convencido de que já foram iniciados os primeiros passos nesse sentido, os quais devem ser considerados como os mais difíceis”.

8. Esse discurso foi aqui interpretado como se referindo diretamente ao problema da política colonial e que, por suas palavras, o *führer* está absolutamente convencido de que serão obtidas, dentro de um prazo relativamente curto, as pretensões alemãs sobre a recuperação de suas antigas colônias africanas e que não se trata mais senão de defender

com tenacidade e energia esses direitos alemães perante o mundo e, principalmente, junto aos que mandatam essas colônias.

9. Sem risco de fazer prognóstico errado, é lícito assegurar que essas palavras do chanceler alemão foram pronunciadas como consequência das conversas de Berchtesgaden, pois não seria indicado que o governo alemão, pela boca do seu chefe, fizesse declarações que fossem contrariar as bases do entendimento com a Inglaterra agora iniciado com o lorde-presidente britânico.

10. Em relação à evolução desse importante assunto, está sendo observada uma grande reserva em toda a Alemanha e, nos jornais deste país, nota-se visivelmente a tendência de evitar qualquer comentário otimista de natureza infundada sem que, contudo, isso possa ser interpretado como uma negativa em relação aos resultados das conversas de lorde Halifax com o *Führer*.

11. Acredito que os meios políticos alemães estejam esperando qual a atitude que assumirá o gabinete de Londres, depois de tomar conhecimento do relatório de lorde Halifax sobre a sua viagem, antes de se aventurarem a uma declaração qualquer que possa comprometer as negociações em curso.

12. Não há dúvida de que existe uma porta entreaberta para a continuação dos contatos entre Londres e Berlim, mas todos esperam conhecer a atitude inglesa para prosseguirem as conversas em formas mais concretas.

13. Nos círculos berlinenses é considerado como possível e mesmo provável a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, barão von Neurath, a Londres, sem que, no entanto, tenha sido ainda fixada a data que alguns querem situar no começo do ano próximo.

14. Foi muito comentado nos meios políticos alemães que, durante a visita de lorde Halifax, tenha querido a imprensa francesa perturbar a atmosfera internacional, procurando criar uma certa desconfiança por parte da Itália, insinuando que os resultados de um acordo germano-britânico deverá *[sic]* ser feito à custa dos interesses italianos. O correspondente parisiense do jornal italiano *La Tribuna* foi quem mais claramente buscou dar publicidade a essa intriga, e em Berlim foi acolhido satisfatoriamente o ato do governo italiano mandando confiscar e proibir a publicação do número daquele jornal que tratava do assunto em forma pouco simpática para a Alemanha.

15. Essa decisão do governo de Roma foi aqui interpretada como uma prova de que, assim agindo, demonstrava publicamente não aceitar como

verdadeiras as insinuações do jornalista francês e que o *duce* tinha somente em vista prosseguir no desenvolvimento de uma política de franca solidariedade germano-italiana, com a mesma força e energia com que a Alemanha apoiara a Itália por ocasião do seu conflito diplomático com a Inglaterra, quando da guerra na África contra o império do Negus.

16. Assim, pois, é inegável que o problema das colônias alemãs está atualmente situado no primeiro plano das preocupações internacionais. Depois da extinção das reparações, das cláusulas militares, da conseqüente volta ao rearmamento, da solução da questão da Sarre, da reocupação do território renano, a Alemanha ostensivamente impõe à Inglaterra, principalmente, a restituição de suas antigas colônias.

17. Todos julgam que a melhor forma de resolver o caso é entrar francamente na discussão do assunto e, aliás, parece que isso acaba de ter início com as conversações de lorde Halifax. Essa política seria, talvez, a única capaz de preparar para a Europa um futuro mais tranquilo.

18. É *penível*, todos reconhecem, renunciar aos benefícios decorrentes dos esforços feitos desde 1920 para melhorar as condições sanitárias e de rendimento das antigas colônias germânicas, mas é um sacrifício mínimo, em comparação com as vantagens de toda natureza que resultariam de uma pacificação dos povos na Europa, ainda que por espaço de algumas dezenas de anos.

19. A fim de que o problema colonial seja resolvido em forma definitiva, para o bem da humanidade, é indispensável, como vemos, que ele seja colocado no quadro geral das relações internacionais. Implica uma revisão completa das relações entre as grandes potências, revisão, que a meu ver, deve finalizar com a indispensável colaboração de todos os demais países interessados no assunto. Isso significaria praticamente uma nova repartição dos mandatos coloniais pela S.D.N., ou, em conseqüência, de acordo direto entre as partes, sempre com a cooperação do Reich, possivelmente com a Liga das Nações, desde que fosse logo feita a separação do pacto do antigo – e já caduco – Tratado de Versalhes e isso implicaria a revisão total do referido pacto.

20. Dividir as questões, seria, na opinião dos mais competentes, cometer um grave erro, pois é necessário encará-las francamente no seu conjunto.

21. Continuarei a informar sobre o desenvolvimento que for tendo este importante assunto, que visa principalmente uma reorganização da política internacional europeia, sendo que desde logo, da parte alemã, nada será feito sem que tenha por base a luta sem tréguas contra

o comunismo e os seus processos criminosos para levar a miséria e a desordem a todos os países.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A visita do presidente do conselho e do ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria a Berlim.

N. 513 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

A visita, que os senhores Darányi e Kánya – respectivamente presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria – acabam de fazer oficialmente ao governo alemão, tem provocado muitos comentários da imprensa internacional.

2. A agência oficiosa do Reich informou, a propósito dessa visita, que as entrevistas realizadas em Berlim entre aqueles ministros húngaros e as personalidades mais eminentes e responsáveis da Alemanha não devem ter produzido nenhuma surpresa e permitiram apenas verificar, uma vez mais, o perfeito acordo existente entre os dois países no que se refere às principais questões internacionais que se apresentam na ordem do dia das discussões do problema político europeu.

3. Acrescenta a D.N.B. que, entretanto, é permitido supor que a viagem de dois altos membros do governo húngaro vise [a] obter um resultado mais importante e mais substancial do que o de fazer simplesmente a verificação acima referida.

4. Segundo informações colhidas em boas fontes, as conversas entre os homens de governo da Hungria e os seus colegas alemães tiveram

um caráter político e econômico e foram satisfatórias para os interesses de ambos os países.

5. Em matéria econômica, a Hungria está sofrendo um prejuízo devido às restrições impostas à exportação dos seus cereais para a Itália e assim buscaria na Alemanha, a título de compensação, um novo mercado para os seus produtos. Isso encontraria apoio por parte deste país, desejoso de desenvolver seu comércio com a Hungria.

6. Na parte política, várias questões mereceram a atenção dos políticos alemães e húngaros durante as recentes entrevistas aqui realizadas.

7. Parece certo que os ministros húngaros teriam tratado da forma pela qual o governo de Budapeste poderia fazer valer eficazmente os seus direitos a uma reivindicação de igualdade de tratamento em matéria territorial, assunto aliás que aqui tem sempre sido discutido com energia desde a implantação do III Reich.

8. Devo acrescentar que também não foi estranha a essas conversas a apreensão que parece reinar nas esferas governamentais húngaras em relação às agitações manifestadas pela extrema direita daquele país, cujas simpatias pelo nacional-socialismo alemão são bastante notórias. Assim é lícito supor que os senhores Darányi e Kánya se esforçaram para obter dos dirigentes alemães algumas seguranças tranquilizadoras e não deixaram de se referir ao fato de ter o governo húngaro demonstrado um grande espírito de conciliação ao proclamar recentemente a sua vontade de garantir à minoria alemã na Hungria um tratamento justo e generoso.

9. De qualquer forma, considero as relações entre Berlim e Budapeste excelentes, e uma maior aproximação, que agora se evidencia, obriga a crer que as recentes entrevistas de Berlim assinalam um novo fortalecimento da amizade germano-húngara existente desde muitos anos e que agora vem reforçar, sem dúvida, o eixo Berlim-Roma.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 04 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

---

[Índice:] As rendas públicas do Reich.

N. 522

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 4 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência a anexa informação resumida sobre o movimento das rendas do Reich nos últimos anos.

Como Vossa Excelência terá a bondade de ver, a renda total do Reich era apenas de 6.720 milhões de marcos em 1932 e chegou a alcançar a respeitável cifra de cerca de 14.000 milhões no exercício atual. Só o imposto sobre a renda teve um aumento de 1.400 milhões, em 1932, para 3.200 milhões no último ano fiscal.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo 1]

AS RENDAS PÚBLICAS DO REICH  
INFORMAÇÃO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM

Em 1935, quando foi iniciado o programa da colocação dos desempregados, o êxito dessas medidas no terreno econômico dependia em grande parte do nível da futura arrecadação dos impostos. Essas arrecadações deveriam financiar os grandes encargos com os quais o Estado teria que arcar, sem necessidade de recorrer ao aumento das taxações. Passou o Reich a ter o privilégio da arrecadação, em substituição ao sistema até então vigorante, de cada Estado coletar os impostos dentro do seu território.

Em virtude dessa reorganização e do surto econômico que sobreveio

ao mesmo tempo, o aumento verificado na arrecadação de impostos tem sido constante e progressivo.

Em 1932, as rendas do Reich foram num total de 6.720 milhões de marcos e nada caracteriza melhor o saneamento do aparelhamento econômico e do desenvolvimento do país do que o fato de ser calculada em cerca de 14.000 milhões de marcos a arrecadação do exercício atual. A maior parte dessa arrecadação provém do imposto sobre a renda, como um reflexo imediato das rendas individuais.

Se em 1932/33 esse imposto não produziu senão 1.400 milhões (inclusive as taxas cobradas sobre salários e vencimentos), no último ano econômico a arrecadação subiu a 3.200 milhões.

Berlim, dezembro de 1937.



OFÍCIO • 06 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A demissão do ministro dr. Schacht.

N. 532 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

Conforme é do conhecimento público, o dr. Schacht, ministro da Economia alemão e presidente do Reichsbank, acaba de demitir-se do seu posto ministerial.

2. Essa demissão tinha sido solicitada desde algum tempo, mas somente há poucos dias foi ela aceita pelo *führer*, o qual concedeu ao dr. Schacht, como recompensa aos seus inestimáveis serviços, o título de ministro de Estado sem pasta, o que é suficiente para lhe assegurar a sua presença no governo do Reich, embora sem participação direta.

3. O dr. Schacht, por enquanto, permanece como presidente do Reichsbank, mas todos acreditam que se retirará também definitivamente dessas funções e deixará de todo a vida política nos primeiros meses do próximo ano.

4. Como substituto do dr. Schacht no Ministério da Economia, foi

nomeado o dr. Walther Funk, que exercia o cargo de secretário de Estado e chefe do Serviço de Imprensa do Reich.

5. Apesar de esperada, a demissão do dr. Schacht constitui um grande acontecimento e a opinião pública a interpreta, em geral, como o abandono por parte da Alemanha da política de colaboração econômica limitada, que foi, em resumo, a adotada pelo ministro demissionário.

6. O Reich parece que vai se isolar cada vez mais em matéria econômica e talvez para intensificar o seu rearmamento.

7. Muitos pensarão que a partida do dr. Schacht é digna de causar inquietação, pois a Alemanha perde incontestavelmente o seu melhor economista, aquele que os anglo-saxões denominam "o grande mágico das finanças". Isso, precisamente no momento em que ela parece mais carecer dos seus conselhos.

8. Examinando melhor a situação, vemos que se o dr. Schacht deixou o Ministério da Economia não é exato que, imediatamente pelo menos, ele desapareça da cena política do país. Ele ficou, como digo acima, ministro de Estado e diretor do Reichsbank e esses dois postos são de importância enorme, sendo que o segundo é mais do que uma homenagem ao homem que realizou a revalorização do marco, mais mesmo do que uma concessão feita à opinião estrangeira, que vê no dr. Schacht a encarnação alemã da sabedoria financeira ou o seu último apoio do Reich nazista.

9. O senhor Schacht, como ministro sem pasta, ficará provavelmente o [sic] conselheiro do *führer*, que assim lhe conserva sua confiança, como já tem feito em relação a alguns outros homens políticos que se mantiveram afastados do partido dominante.

10. O chanceler Hitler aprecia a independência desses caracteres e, sem limitar a confiança que deposita em seus partidários e amigos dedicados, busca também assim opiniões independentes.

11. Isso somente é favorável ao seu crédito de homem público. E também uma prova do seu grande tino político e de sua sabedoria de estadista.

12. O exemplo mais frisante dessas amizades fora dos militantes do partido é a que o chefe do Estado dedica aos senhores Schacht e von Neurath, os quais, ambos, só ultimamente foram inscritos como membros do Partido Nacional-Socialista.

13. Em relação ao senhor von Neurath, é sabido que o *führer* lhe dedica uma profunda estima e sempre busca prestigiá-lo. Para defendê-lo das críticas dos partidários de um totalitarismo [de] cem por cento



do nacional-socialismo no seio do governo, ele acaba de ser nomeado chefe de grupo das formações da S.S. (tropas de choque) e isso veio ainda aumentar a sua posição política.

14. Quanto ao senhor Schacht, o chanceler lhe é muito grato, pois quando o nacional-socialismo subiu ao poder ele não abandonou as suas funções de conselheiro da economia do Reich. O dr. Schacht, naquela ocasião, não se prevaleceu da circunstância para obter o repouso a que tinha direito, desfrutando além disso de uma sólida fortuna pessoal.

15. O dr. Schacht ficou fiel ao seu país e serviu à sua pátria lealmente, em circunstâncias bastante difíceis, e a sua posição entre os governantes foi bastante delicada. Assim, é natural que o *führer* reconheça a dedicação desinteressada do seu colaborador, pois o III Reich deve muito ao ministro Schacht.

16. Resta saber agora se as funções que ficaram confiadas ao "mágico financeiro" são apenas honoríficas.

17. O chanceler desaprova sem dúvida o ponto de vista que sustentava o ministro Schacht, o qual preconizava que a Alemanha fizesse concessões no terreno das trocas internacionais. Ele queria particularmente o movimento autárquico no domínio do aço.

18. A Alemanha tem falta de ferro e o êxito das teses do dr. Schacht teria conduzido o governo a limitar o rearmamento, a abandonar certas reivindicações em política internacional, adotando uma atitude mais confiante.

19. O *führer*, e, principalmente, o general Goering, não quiseram transigir nesse ponto e isso é compreensível, tratando-se de matéria que envolve até um certo limite o prestígio do país. Não parece possível à Alemanha, qualquer que seja a sua tática, procurar dar aos seus antagonistas uma impressão de fraqueza ou de resignação em face das manobras estrangeiras, precisamente no momento em que a Inglaterra e os Estados Unidos se mostram inclinados a concluir entre eles um entendimento econômico, cujos verdadeiros propósitos não são muito claros.

20. Entretanto, a política autárquica oferece sérios inconvenientes e, no que se refere a este país, vem logo o magno problema – a falta de ferro. Asseguram algumas informações que acabam de ser descobertas novas jazidas no território da província de Saxe, na parte ocidental. Parece, porém, que se trata simplesmente de antigas minas, esquecidas desde muitos anos, por serem de exploração demasiadamente cara e, de qualquer forma, acredito que jamais, em relação a este produto, mesmo depois de imensos esforços, seria possível à Alemanha prescindir

dir da importação total desse minério. A diminuição é provável, mas será necessário ao Reich ter facilidades de acesso em outros pontos de abastecimento. Existe ferro em diversos países da Europa oriental, principalmente na parte da Boêmia onde o alemão é falado. É fácil deduzir-se a importância que terá um acordo com a Tchecoslováquia.

21. O Reich fica fiel aos princípios da autarquia e a saída do ministro Schacht do Ministério da Economia significa, a meu ver, que o Partido Nacional-Socialista, encarnado na pessoa do general Goering, impõe suas concepções dentro de um espírito absolutamente totalitário e manifesta vitoriosamente sua vontade de não tolerar ninguém que possa perturbar o desenvolvimento de sua política.

22. Essa atitude é ainda incentivada pelos resultados já obtidos com a aplicação do Plano Quadrienal que deve estar sempre presente na lembrança de todos, pois creio que algum dia ele deverá exercer uma influência que seria recomendável considerar sobre os mercados internacionais de matérias-primas.

23. É a grande experiência do general Goering que está em marcha e que o *Führer* deixa tentar, animando-a mesmo, mas sem compromisso para o seu prestígio pessoal e aparentemente conserva sua confiança no saber do dr. Schacht para o caso de um insucesso do referido plano, quando seria sempre tempo de recorrer novamente à técnica do seu ex-ministro.

24. Neste momento, no entanto, o partido consolidou sua posição no quadro do Estado, no qual ele detém presentemente todo o comando.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O mês político.

N. 534 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

A imprensa e os meios políticos receberam com grande estranheza a série de informações que consideram tendenciosas sobre supostos planos coloniais alemães.

2. A série dessas notícias foi iniciada pelo *Daily Telegraph*, que publicou um artigo assegurando que os ministros franceses tinham ficado surpreendidos – durante as conversas que recentemente tiveram em Londres – com as proporções das reivindicações e exigências germânicas em matéria colonial e, principalmente, com as pretensões da Alemanha em relação ao Congo belga e à Angola portuguesa.

3. O *Daily Telegraph* procurou fazer crer que essa surpresa dos governantes franceses era devida às revelações feitas por lorde Halifax no que se refere às suas entrevistas com o *führer*.

4. Diversos jornais franceses reproduziram essa notícia acrescentando que o general Goering tinha francamente exigido de lorde Halifax não somente as colônias de Togo e Cameroun, mas ainda o Congo belga e a colônia portuguesa da Angola, sendo que estes dois últimos territórios poderiam ser administrados por uma companhia internacional, da qual a Alemanha possuiria a maioria das ações. O *Daily Herald*, por sua vez, acrescentou que a Bélgica desde logo se havia dirigido à França e à Inglaterra para repudiar uma tal exigência sem nenhuma justificação de direito.

5. O governo alemão imediatamente procurou de forma clara e precisa calmar a opinião pública, assegurando que todas essas informações não contêm a menor base e são completamente falsas e que, ao contrário, podia afirmar que o general Hermann Goering ficou surpreso ao ter conhecimento das aludidas pretensões atribuídas à Alemanha.

6. O general Goering, em declaração oficial, disse que supor uma tal cousa como possível seria ofender os sentimentos da política de paz que a Alemanha procura desenvolver para a sua defesa e garantir a tranquilidade do mundo.

7. Nessa mesma ocasião, a imprensa oficiosa de Berlim recordou que o próprio *führer* – no Reichstag, no dia 30 de janeiro do corrente ano – declarou que "a Alemanha não pede colônias aos países que não se apossaram das que lhe pertenciam e apenas reivindica a restituição das que formavam parte do antigo império alemão".

8. Acrescentam os órgãos autorizados do governo que o Reich re-pele com indignação as citadas notícias, que no julgamento do gover-no alemão têm apenas um objetivo, o de semear a desconfiança para perturbar as excelentes relações de amizade que unem atualmente a Alemanha a Bélgica e Portugal.

9. Estes pontos são nítidos e esclarecem a situação que muitos que-riam complicar ainda mais.

10. Foi aqui notada com prazer a atitude do governo belga, fazendo sentir, pela imprensa de Bruxelas, que considerava desde logo como falsas as informações divulgadas pelos jornais ingleses e expondo que não tinha a menor dúvida de que as reivindicações coloniais alemãs somente tinham por objetivo a restituição de suas antigas colônias, de que foi a Alemanha privada pelo Tratado de Versalhes. Essa reserva belga em relação às informações tendenciosas anglo-francesas sobre a política colonial alemã tem sua importância, pois, como é sabido, o rei da Bélgica julgou necessário ir a Londres em viagem oficial e nessa ocasião tratou de aclarar o assunto em relação à Inglaterra, pois consi-derava que uma franca atitude do governo inglês era mais importante em relação ao Congo belga do que as pseudopretensões da Alemanha, mesmo porque é sabido que a Inglaterra busca solucionar o caso colo-nial alemão não restituindo as colônias entregues hoje aos seus domínios, mas com sacrifícios de terceiros que neste caso seriam a Bélgica, Portugal e, talvez, a Holanda.

11. O caso vai tomando dia a dia aspecto mais agudo, parecendo ser mesmo o assunto dominante do momento. Se a Alemanha obtiver o reconhecimento do direito que reivindica, anulará completamente o que resta do Tratado de Versalhes.

12. Devo acrescentar que as pretensões coloniais da Polônia, que al-meja uma parte das colônias alemãs correspondente aos territórios da Alemanha que passaram para o seu domínio, vão se afirmando cons-tantemente e serviram de ponto principal nas recentes conversações franco-polonesas de Varsóvia. É de crer que a França habilmente force a sua aliada Polônia a insistir no que pede para a sua expansão com o objetivo de complicar a solução do caso alemão que atualmente se acha em foco. Isto faz supor que é um dos motivos pelos quais o chan-celer do Reich já admite o adiamento do ajuste, mas exigindo que se lhe reconheça desde já o princípio jurídico das suas reivindicações em possuir colônias.

13. Aqui causou bom efeito a declaração do governo de Lisboa, por

intermédio da imprensa oficiosa portuguesa, refutando para Portugal a possibilidade de admitir qualquer imiscuição estrangeira no seu vasto império colonial. Para Portugal, segundo essa declaração, não pode existir o problema colonial e por isso o senhor Oliveira Salazar não tomará em consideração qualquer combinação que afete a soberania portuguesa. Estas declarações são tidas também como provocadas por um entendimento com a Alemanha para afastar a suspeita lançada pela Inglaterra de qualquer exigência alemã sobre colônias portuguesas. Se bem que Portugal esteja longe de firmar qualquer acordo político com a Alemanha, vê-se que há entre os dois países uma grande unidade de vistas em assuntos internacionais, provocados agora pela guerra de Espanha e pelo tenaz combate ao comunismo.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A política internacional europeia.

N. 535 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

As conversações do ministro dos Negócios Estrangeiros francês com o seu colega polonês, assim como o fato da viagem a Roma do presidente do conselho da Iugoslávia na véspera da chegada do ministro Delbos a Belgrado terão convencido ao chefe da diplomacia francesa de que os países amigos da França no leste e sudeste da Europa reclamam cada vez mais o direito de desenvolver uma política internacional independente.

2. A Alemanha, segundo se depreende das publicações oficiais e das conversas nos meios autorizados, não tem o menor interesse em

que nações como a Polônia, Romênia, Iugoslávia sejam conduzidas e dominadas por dois sistemas políticos rivais. Isso foi devidamente considerado pela Polônia, assim como também pela Inglaterra e mesmo pelo governo francês, por ocasião da rápida entrevista que o barão von Neurath teve com o ministro Delbos na sua passagem por Berlim em viagem para Varsóvia, há poucos dias.

3. A esse propósito todos acreditam, com justos motivos, que essa troca de gentilezas entre os chefes das chancelarias diplomáticas do Reich e da França possa ser completada por uma visita oficial do próprio presidente do conselho, senhor Chautemps, a Berlim. Parece certo que o senhor Delbos foi informado pelo senhor von Neurath de que o governo alemão teria satisfação em receber a visita dos ministros Chautemps ou Delbos em data a mais próxima possível.

4. Não resta dúvida que uma tal visita teria uma imensa repercussão e isso agora se apresenta com muitas possibilidades – pois o gesto amável do ministro von Neurath, indo saudar seu colega na estação, é uma prova de que a Alemanha não tem restrições em relação à viagem do senhor Delbos – e, assim, possibili[ta] um trabalho útil para o bem da Europa, mas, na opinião alemã, tal coisa não poderá ser obtida seguindo o caminho da segurança coletiva.

5. Uma entrevista franco-alemã, sucedendo as conversas germano-britânicas, seriam [sic] vantajosas e serviriam para salientar que não pode haver confiança e tranquilidade enquanto não for operado um ajuste geral, que deve começar isoladamente pelas partes mais intransigentes e de difícil solução.

6. Parece que o senhor Delbos não tem encontrado grande entusiasmo para prosseguir a política de apoio à Liga das Nações, mas ao contrário teria certamente observado a franca posição anticomunista, cada vez mais acentuada, da Polônia, Romênia e Iugoslávia. Na realidade, esse três países, da mesma forma que os situados entre o mar Negro e o Mediterrâneo, e o Báltico, não estão em condições de se deixar arrastar a uma política pseudodemocrática de frente popular com caráter mais ou menos comunista.

7. O que na Europa ocidental, com ou sem razão, se considera como "um luxo de liberdade", que alguns países julgam poder desfrutar na Europa central, meridional e do leste, foi logo tido – sem qualquer demora, depois da Grande Guerra – como uma perigosa questão de vida ou morte. Somente a um país entre esses, a Tchecoslováquia, pareceu desnecessário, até agora, buscar uma sólida orientação para garantir a

sua paz interna e externa, pendendo fracamente para o lado das nações que se submetem à influência de Moscou.

8. Por ocasião de recente discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros tcheco, a *Correspondência Diplomática*, órgão oficioso da Wilhelmstrasse, publicou um artigo no qual buscou averiguar se uma boa e sadia política interna consiste em tratar aos estrangeiros simplesmente como cidadãos de segunda classe e se uma política exterior consiste somente em celebrar alianças de defesa com grandes potências. "A Tchécoslováquia não possui quase nenhum vizinho", diz a referida publicação, "do qual se possa dizer que vive com ela em relações de amizade e de confiança".

9. Isso, aliás, é notório, já tendo mesmo sido objeto de reparos por parte da imprensa inglesa e belga.

10. Na Alemanha, o que se considera fundamental para o seu trabalho é garantir a paz e, assim, pelos escritos dos jornais e pelas declarações oficiais, tudo indica que existe um real desejo, que creio sincero, de que o ministro Delbos medite profundamente sobre o que deverá dizer ao governo de Praga, tanto mais que na sua opinião a Tchécoslováquia não é, como julgava o seu antecessor Barthou, um baluarte de defesa de Moscou na Europa central, mas um ponto de apoio comunista, aliás perigoso para os países vizinhos.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A esquadra alemã.

N. 536 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento a ofícios anteriores, devo informar [a] Vossa

Excelência que a esquadra alemã, depois de concluídas as unidades atualmente em construção, ficará constituída dos seguintes navios, sem contar com os antigos, cujos nomes e características são bastante conhecidos.

- 2 coiraçados de 35.000 toneladas armados de canhões de 381mm;
- 2 coiraçados de 26.000 toneladas armados de canhões de 280mm;
- 3 coiraçados denominados "de bolso", de 10.000 toneladas, armados com canhões de 280mm;
- 3 cruzadores protegidos de 10.000 toneladas armados com canhões de 203mm;
- 2 cruzadores de 10.000 toneladas armados de canhões de 152mm;
- 8 cruzadores de 6.000 a 7.000 toneladas armados com canhões de 152mm;
- 2 navios porta-aviões de 19.250 toneladas;
- 22 torpedeiros de 1.625 a 1.800 toneladas;
- 30 torpedeiros de 600 a 850 toneladas;
- 6 1 submarinos para grandes e pequenos cruzeiros.

2. Existe ainda em construção, embora muito atrasado, um terceiro coiraçado da classe *Hindenburg*, isto é, dos mais fortes desse tipo, os quais deslocam 35.000 toneladas. Oficialmente, reina o mais completo silêncio sobre a construção desse terceiro coiraçado.

3. O efetivo dessas forças se baseia na proporção de 35% da tonelagem alemã em relação à tonelagem britânica fixada pelo Tratado Naval de 1935.

4. O programa alemão que está sendo executado não considera se não a tonelagem total da Grã-Bretanha na data de 1º de janeiro de 1937 e não foi ainda ajustado para contrabalançar o importante aumento das construções britânicas, conseqüente ao novo programa naval inglês, decorrente do rearmamento intensivo daquele país.

5. Isso implica em [*sic*] que a Alemanha poderá eventualmente construir navios suplementares para a sua esquadra a fim de conservar a proporção acima indicada.

6. No que se refere à tonelagem dos submarinos, o tratado anglo-alemão autoriza a Alemanha a possuir 45% da tonelagem britânica e lhe reserva o direito de, em casos de necessidade, chegar a 100% –



sempre, porém, dependendo de entendimento prévio com o governo de Londres.

7. A nova frota de submarinos da Alemanha está assim composta:
  - 10 unidades para grandes cruzeiros de 712 a 740 toneladas;
  - 21 unidades para pequenos cruzeiros de 517 ton.;
  - 30 unidades para vigilância da costa e dos portos de 250 toneladas.
8. Os submarinos para os grandes e pequenos cruzeiros estão armados de seis tubos de lança-torpedos e as unidades de defesa costeira possuem apenas três.
9. Uma das características dos coiraçados de 35.000 toneladas é a sua enorme largura entre os dois bordos que alcança 35,87m, enquanto que nos *Nelson* e *Rodney*, unidades as mais largas da marinha inglesa, essa distância alcança 32,20m e o *Hood*, outro coiraçado inglês, tem apenas 32 metros.
10. É evidente que a proteção submarina dos navios alemães será excepcionalmente forte. Serão munidos de 8 peças de 381mm, de 12 peças de 152mm e de 12 peças de 105mm.
11. Os dois navios *Scharnhorst* e *Gneisenau*, de 26.000 toneladas cada um, possuem 9 peças de 280mm e esse calibre relativamente fraco foi expressamente escolhido para poder ser reservado um maior peso à sua proteção.
12. Existem, ainda em construção, um grande número de navios auxiliares, mineiros, petroleiros etc. cuja quantidade exata é mantida em segredo, figurando como unidades em construção para a marinha mercante.
13. Julgo que os dados acima mencionados podem interessar [a] Vossa Excelência e, se lhe parecer conveniente, peço fornecer uma cópia ao ministro da Marinha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

---

[Índice:] Pacto anticomunista entre a Alemanha, o Japão e a Itália.

N. 550 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 14 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 458, de 8 de novembro último, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, dois exemplares do número de novembro da revista *Völkerbund*, contendo várias apreciações sobre a adesão da Itália ao pacto anticomunista, celebrado, no ano passado, entre a Alemanha e o Japão.

2. O texto integral do protocolo firmado em Roma, em 6 de novembro último, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e pelos embaixadores von Ribbentrop e Hotta, está reproduzido na última página da aludida revista.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

---

[Índice:] Os créditos congelados alemães.

N. 561

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que em Londres acaba de ser assinado um acordo prorrogando por um ano, sem sensíveis modificações, o anteriormente existente, como em tempo infor-

mei, regulando as operações sobre créditos congelados na Alemanha e que devia expirar no dia 28 de fevereiro do ano vindouro.

2. O relatório da comissão dos bancos estrangeiros credores do Reich – da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Países Baixos, Suécia, Suíça e Estados Unidos – demonstra que durante os sete primeiros meses do último acordo de *standstill*, o total do crédito foi reduzido de 1.163.100.000 *rentenmark*, existente em 27 de fevereiro de 1937, na atual taxa de câmbio de 1.009.600.000, dos quais foram utilizados 941.300.000 desses marcos.

3. O prejuízo sofrido pelos credores, que converteram os marcos registrados em outras moedas, foi outra vez bastante importante.

4. As mudanças introduzidas no novo acordo comportam um plano de melhoria na qualidade dos créditos que não são atualmente utilizados para o financiamento de transações comerciais.

5. Os delegados dos credores estão convencidos de que disso resultará um benefício real para os seus mandatários e os representantes alemães declararam que este plano seria executado com a melhor boa vontade do governo do Reich.

6. No novo acordo foi também incluída uma cláusula que prevê a anulação da parte do crédito total, concedida a um devedor comercial ou industrial, o qual não for utilizado em forma contínua durante dois anos, pelo menos.

7. A prorrogação do acordo tem sido favoravelmente comentada pela imprensa estrangeira e foi bem acolhida pelos meios bancários e comerciais alemães.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] O novo empréstimo do Reich.

N. 565

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

O governo alemão acaba de ordenar o lançamento de um novo empréstimo interno no valor total de um bilhão de marcos.

2. Esse empréstimo será emitido sob a forma de obrigações do Tesouro, vencendo juros de 4½ % anuais e reembolsáveis em 18 anos.

3. A emissão será feita ao tipo de 98 ¼.

4. A primeira quota de 250 milhões de marcos foi subscrita imediatamente e o resto do empréstimo será lançado por intermédio de um consórcio de banqueiros, provavelmente entre 3 e 18 de janeiro próximo.

5. Esse empréstimo é o mais importante entre os emitidos nos últimos anos.

6. Depois de subscrito o presente empréstimo, a dívida consolidada do Reich ficará elevada a 8 bilhões de marcos. Essa dívida foi contraída na forma seguinte: 1.360.000.000 de marcos em 1935; 2.600.000.000 em 1936 e 2.800.000.000 em 1937.

7. Uma grande parte desses recursos foi aplicada no rearmamento e nas construções urbanas, principalmente de autoestradas.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A Alemanha e a Liga das Nações.

N. 569 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

O governo alemão, em face da recente atitude da Itália em relação

à Liga das Nações, acaba de fazer declarações oficiais definindo a sua política no que se refere ao instituto de Genebra.

2. Essas declarações precisam que a decisão do governo de Roma, proclamando a saída da Itália da S.D.N., e as importantes alegações apresentadas pelo *duce* encontraram na Alemanha a mais viva simpatia.

3. Acrescenta o referido comunicado que desde muito tempo a verdadeira atitude da política italiana, em relação à liga de Genebra, não oferecia dúvidas e as palavras sobre os "falsos deuses genebrinos" pronunciadas em fins de setembro em Berlim pelo senhor Mussolini ainda ecoam na Alemanha. É, porém, extremamente importante que o governo italiano, pela decisão agora tomada, tenha definido de modo positivo a situação da Itália em Genebra.

4. Prossegue o mesmo comunicado que a S.D.N. obtém agora a justa recompensa de sua atividade política, pois em nenhuma ocasião ela se mostrou capaz de contribuir utilmente para a solução dos grandes e graves problemas da política mundial. Ao contrário, continua a mesma informação, ela não exerceu sobre toda a evolução política de pós-guerra senão uma influência nociva e algumas vezes bastante perigosa.

5. Julgam aqui que a S.D.N., em nome de pretensos ideais, tornou-se sempre mais uma associação de certas potências que, pelo seu intermédio, julgavam dominar o mundo e, em vez de orientar a política internacional no sentido de obter um equilíbrio razoável das forças naturais e das necessidades vitais dos povos, somente trataram em Genebra, em primeiro lugar, da criação e da aplicação de métodos destinados a impedir esse desenvolvimento.

6. Os comentários alemães também mencionam que as esperanças depositadas pelas pequenas potências na liga se dissiparam, com grande decepção, diante da evidência dos fatos, os quais provaram ter a política de Genebra da segurança coletiva logrado somente uma falta de segurança geral.

7. Julgam ainda os meios políticos alemães que apenas Moscou testemunha atualmente uma confiança ilimitada nos ideais da liga.

8. Declaram também os comunicados oficiais que os motivos que impeliram o Japão, depois a Alemanha e, finalmente, a Itália a abandonar a liga demonstram claramente quais são os principais vícios e defeitos do instituto de Genebra e as tendências políticas que ali dominam.

9. Também se conclui das informações aludidas que a opinião dominante na Alemanha é que será um esforço inútil querer corrigir agora os erros fundamentais por meio de reformas parciais. Quanto a saber

se as grandes potências que permaneceram em Genebra ainda considerarão a S.D.N. como um fator sério de apoio às suas políticas isso será cousa de economia interna de cada uma dessas nações. Desde logo, porém, é observado que essas potências não terão mais o direito de falar da liga como sendo o porta-voz autorizado e representativo do concerto das nações e o órgão supremo da colaboração internacional.

10. O governo do Reich, de pleno acordo com o governo italiano, não pretende modificar a sua atitude em relação a Genebra e continuará firme na sua convicção de que o sistema político de Genebra é ineficaz e, não somente está desmoralizado, mas ainda pode acarretar graves consequências.

11. Assim, nada deixa prever uma possível volta da Alemanha à liga, nas atuais circunstâncias, a qual – com a ausência do Japão, dos Estados Unidos da América, do Brasil e de vários países da América Central – está de fato privada de prestígio e de força moral para impor as suas decisões.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 DEZ. 1937 • AHI 04/03/09

[Índice:] A questão religiosa na Alemanha.

N. 575 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 29 de dezembro de 1937.

Senhor Ministro,

O discurso pronunciado pelo Papa na noite de Natal, diante dos membros do Sacro Colégio, despertou novamente a atenção sobre o conflito religioso existente entre o nacional-socialismo alemão e a Santa Sé, e que criou uma situação deveras desagradável para os católicos alemães.

2. Esse conflito, que permaneceu durante muito tempo latente, se agravou depois da assinatura da concordata, devido a que a execução desse acordo revelou modos de interpretação inteiramente diferentes por parte dos contratantes, mormente no que se refere à independência absoluta do clero e à formação moral da juventude.
3. De fato, é com desconhecimento da letra e do espírito da concordata que as escolas confessionais foram sacrificadas no Reich e substituídas pelos estabelecimentos públicos de ensino onde a educação é inteiramente baseada na doutrina racista e nacional-socialista.
4. A encíclica pontifícia do mês de março, de que em tempo me ocupei, já tinha denunciado essa situação e logo teve início aqui uma violenta campanha contra o clero católico e contra os estabelecimentos religiosos, começando então uma série de processos de caráter escandaloso movidos contra padres e frades acusados de atentados contra a moral.
5. O caloroso protesto do cardeal de Chicago provocou uma polémica extremamente viva e naquela ocasião, tendo o Papa endossado as declarações do referido cardeal, as relações entre a Alemanha e a Santa Sé estiveram na iminência de sofrer uma ruptura.
6. A situação, desde então, conquanto mais calma na aparência, não se modificou realmente e, aos protestos dos bispos, o poder nacional-socialista respondeu, sob pretexto de impedir a intervenção de qualquer influência religiosa na atividade do Estado, com medidas de rigor que se aplicaram tanto contra o clero protestante como contra os padres católicos. Várias centenas de pastores protestantes foram então presos e tudo indica que essa nova *kulturkampf* é realmente destinada a destruir as bases morais da religião cristã.
7. Nessas circunstâncias, o Santo Padre em suas recentes palavras julgou dever acentuar o que ele chama "uma perseguição onde não foram descuidados nem os meios brutais, a violência e nem os processos da falsidade e da mentira".
8. Os termos empregados por Sua Santidade são, como Vossa Excelência poderá julgar, extremamente severos e, se até agora não se notou nenhuma reação, tendo mesmo a imprensa por ordem superior silenciado a respeito, isso não significa que dentro em breve não sejam tomadas medidas de represália.
9. A questão relativa à tensão das relações da Santa Sé com o Reich deve ser considerada como grave, pois não vejo como o regime atual da Alemanha possa conciliar-se com a doutrina cristã tanto sob o ponto de vista católico, como o protestante do nacional-socialismo.

10. Sem querer ligar uma demasiada importância às tentativas feitas em certos meios alemães no sentido de orientar o povo na direção do neopaganismo ou para um cristianismo chamado de positivo e que reclama sua origem no germanismo integral, pode ser perguntado se os esforços atuais do governo para enfraquecer o catolicismo e o protestantismo e submetê-los às exigências políticas do nacional-socialismo não se destinam realmente a impor uma nova religião de Estado, que seria obrigatória para todos os alemães, sem exceção.

11. Um jornal nacional-socialista oficioso, o *Schwarzkorps*, publicou há pouco tempo um artigo sobre a futura política religiosa do III Reich; e essa publicação fez sensação e foi reproduzida em um grande número de jornais do país, naturalmente autorizada pelo governo.

12. Isso demonstra que uma religião de Estado, tendo por base a revelação de Deus na natureza, no destino, na vida e na morte dos povos poderá ser tornada obrigatória e, ao lado dessa religião, as diferentes igrejas poderão subsistir a título privado, com a condição porém de que, no ensino, elas se submetam às doutrinas fundamentais da religião oficial.

13. A proteção do Estado será recusada aos diferentes cultos e os bens eclesiásticos poderão ser confiscados, sob pretexto de que essas propriedades são oriundas de um esforço comum de todos os cidadãos, em uma época em que a Igreja e o Estado constituíam ainda uma unidade. Os seminários, as escolas e os estabelecimentos religiosos seriam suprimidos. O ensino religioso nas escolas seria somente o da religião do Estado e ministrado por professores que tenham repudiado qualquer ligação com os cultos cristãos. Poderá, entretanto, subsistir um ensino religioso especial fornecido por mestres técnicos eclesiásticos não pagos pelo Estado, mas a título excepcional para as crianças ainda ligadas ao catolicismo, ou ao protestantismo.

14. Acredito que tudo isso seja uma campanha que se inspira no espírito de seita do partido dominante, mas que não envolve ainda a responsabilidade dos dirigentes do Reich. Essas, porém, existem e são discutidas nos meios nacionais-socialistas influentes. Esses meios que exercem ação preponderante no governo julgam que essas doutrinas podem fornecer uma base para a política religiosa do Estado nazista.

15. Esses fatos perturbam profundamente os centros católicos e protestantes da Alemanha que, na sua grande maioria, estão intimamente ligados à sua fé religiosa e se sentem apoiados na voz do Santo Padre, que se eleva em face do mundo para defender os direitos espirituais da Igreja Católica e do cristianismo.



16. Naturalmente são fatores para intensificação da luta cujas consequências não são previsíveis.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores





1938



OFÍCIO • 03 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

---

[Índice:] A Alemanha e o conflito chino-japonês.

N. 1 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu telegrama n. 150, de 20 de dezembro do ano findo, devo informar que os jornais alemães, em artigos de fim de ano consagrados à situação internacional, insistem em chamar a atenção do público para a gravidade do conflito no Extremo Oriente, que aqui julgam em condições de lançar uma sombra trágica sobre o ano que agora se iniciou.

2. Os meios políticos e diplomáticos do Reich consideram que a guerra chino-japonesa está longe de terminar e, também, tudo indica que as tentativas de mediação por parte da Alemanha, que – conforme em tempo comuniquei a Vossa Excelência – se têm desenvolvido prudentemente vão encontrando sempre oposição nos meios chineses, que se recusam em aceitar qualquer proposta favorável aos japoneses.

3. Estou informado de que a Alemanha acaba de transmitir ao governo de Nanquim um novo projeto de entendimento, elaborado em Tóquio; mas, acredito que também será recusado pelo marechal Chiang Kai-shek, apesar de manter este chefe militar chinês ótimas relações pessoais com o *führer*.

4. No entanto, em face da guerra chino-japonesa, permanece inalterável o ponto de vista alemão. O governo de Berlim nunca abandonou a sua atitude de neutralidade absoluta e não poupará qualquer esforço no sentido de restabelecer a paz no Extremo Oriente, tendo em vista principalmente que, do atual conflito, possam resultar complicações internacionais suscetíveis de determinar uma conflagração mundial.

5. A Alemanha, pelas declarações dos seus dirigentes, continua firme no princípio de defender – por todos os meios ao seu alcance – a paz e, em qualquer ponto onde a mesma esteja ameaçada, ela tenta intervir de forma favorável.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[*Índice:*] Novas medidas contra os judeus.

N. 13 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A União das Caixas de Seguros contra enfermidades dos empregados, que constitui uma organização particular fiscalizada pelo governo e da qual participam cerca de três milhões de segurados, resolveu excluir, a partir do dia 1º do corrente mês, todos os médicos israelitas que nela exerciam as suas funções.

2. Esses médicos atingiam o número de 3.000, dos quais 800 trabalhavam nas Caixas de Seguros de Berlim.

3. Os seguros do Estado que beneficiam a maioria dos empregados e trabalhadores ainda utilizam os serviços de um certo número de médicos israelitas, tais como os antigos combatentes que exerceram suas funções durante a Grande Guerra, que tenham sido feridos ou que tenham perdido um filho ou pai, mortos naquela época.

4. O número de médicos israelitas nessas condições é presentemente calculado em cerca de 4.000 ou seja aproximadamente 10% dos clínicos que exercem a medicina na Alemanha.

5. Além da medida de exclusão dos 3.000 médicos judeus acima citada, existe o propósito de ser feita uma mais intensa depuração entre o elemento israelita em todos os setores da economia alemã.

6. O *Schwarze Korps*, órgão das milícias do nacional-socialismo, chega a pedir a regulamentação rigorosa dos mercados de animais com a exclusão absoluta de todos os negociantes não arianos; e essa medida deverá depois ser estendida a todo o comércio alemão e a todos os seus mercados.

7. Esse critério já está sendo adotado em parte e, assim, os alemães não podem adquirir mercadorias em estabelecimentos comerciais que

sejam de propriedade de israelitas e estes, desde já, não podem adquirir estabelecimentos comerciais de qualquer natureza.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A defesa alemã no Reno.

N. 14 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 17 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O governo alemão, como consequência da ocupação militar da zona do Reno, tem ativado os seus serviços de defesa militar daquela região.

2. Assim, as elevações do Isteiner Klotz – que dominam o vale do Reno e que, situadas apenas a alguns quilômetros da Basileia, em território alemão, na província de Baden e que se acham em frente às regiões de Huningue – têm sido objeto de especial atenção das autoridades militares do Reich, devido às suas posições estratégicas, consideradas de grande importância.

3. Como Vossa Excelência sabe, a França não tem o direito de fortificar essa região, em obediência ao estabelecido pelo Tratado de Paris de 1815, sendo que essa obrigação em relação à Suíça e Alemanha não foi revogada pelo Tratado de Versalhes e isso agora foi verificado, quando o governo francês empreendeu a construção da Linha Maginot.

4. Não obstante, o estado-maior do exército alemão está reconstruindo e consolidando, no Isteiner Klotz, a posição fortificada que aparentemente tinha sido destruída por imposição do Tratado de Versalhes.

5. Acresce que, segundo uma notícia recentemente aqui publicada e que despertou grande interesse, a estação ferroviária de Isteiner vai

imediatamente ser alargada de três metros em uma extensão de duzentos metros, sob pretexto de melhor satisfazer às necessidades locais.

6. Sem entrar em detalhes, é fácil compreender que essa medida não escapou à vigilância dos estados-maiores francês e suíço; e, segundo estou informado, o governo francês já está providenciando para atender a essa necessidade, tal a de defender militar e eficientemente essa região, desejando porém respeitar tanto quanto possível os seus compromissos internacionais.

7. Como complemento, devo acrescentar que o Grande Estado-Maior de Berlim já construiu – na Floresta Negra, em regiões de mais de mil metros de altura, principalmente nas montanhas do *Hornisgrinde* – abrigos de cimento armado e plataformas extremamente fortes destinadas a receber, em caso de guerra, baterias de artilharia de grande distância e de defesa antiaérea.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A nova política da Rumânia e a Alemanha.

N. 17 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O governo alemão está acompanhando com o mais vivo interesse o desenvolvimento da nova política que deverá ser seguida pelo atual gabinete rumaico e as repercussões que os recentes acontecimentos de Bucareste tiveram em Paris e Londres.

2. As intervenções francesa e britânica, feitas junto ao governo rumaico, em relação ao tratamento das minorias, têm sido objeto de violentas críticas em Berlim, onde consideram que até o presente mo-



mento as duas democracias ocidentais sempre se mostraram indiferentes em face do problema minoritário.

3. Se a Inglaterra, dizem aqui, interveio em favor dos judeus rumai-cos, assim agiu para não descontentar os israelitas da Palestina e para evitar uma excessiva imigração dessa raça naquela região.

4. O ponto de vista dos meios políticos de Berlim, em relação à França, é que a ação do governo de Paris foi inspirada pelo receio de um afastamento da Rumânia das influências franco-britânicas, motiva-do pela independência política do atual governo rumaico para melhor se proteger contra o perigo comunista e isso está causando uma gran-de inquietação em Londres e Paris, onde já consideram que a recente viagem do ministro Delbos à Polônia e à *Petite Entente* não obteve os resultados esperados e, mesmo, poderá ter precipitado a formação do governo Goga na Rumânia, de tendência francamente autoritária.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelên-cia os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] Supressão da cláusula-ouro na liquidação das dívidas alemãs no estrangeiro.

N. 18

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O departamento alemão encarregado da fiscalização dos câmbios acaba de publicar um decreto estipulando que a cláusula-ouro, no que se refere aos pagamentos a credores estrangeiros, não é mais válida em caso algum.

2. As leis e os regulamentos estrangeiros que não se harmonizam

com a legislação alemã existente sobre matéria cambial não serão tomados em consideração.

3. As obrigações contraídas em moedas estrangeiras que foram desvalorizadas, deverão ser pagas aos credores estrangeiros nessas mesmas moedas desvalorizadas e a taxa de câmbio a ser aplicada será baseada na que for fixada em Berlim na véspera do dia em que se efetuar a liquidação.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[*Índice:*] Recepção do chefe de Estado alemão aos chefes de missões diplomáticas.

N. 20 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Com a tradicional recepção do chanceler Hitler aos chefes de missões diplomáticas, acreditados em Berlim, por motivo da passagem do ano, terminou oficialmente o período de férias de Natal da política alemã.

2. Uma troca de discursos, tal como é de estilo nessas recepções de Ano Novo, não deixa geralmente ver com clareza a situação internacional, principalmente no momento atual, quando ela se apresenta cheia de incertezas e perigos, dando lugar às mais vivas apreensões.

3. As felicitações trocadas, no dia 11 do corrente, entre o núncio apostólico, como decano do corpo diplomático, e o *führer*-chanceler constituem, em tal circunstância, uma agradável exceção.

4. As duas declarações contidas nos discursos acima referidos signi-

ficam, a meu ver, uma importante demonstração dos desejos de paz do mundo e em particular do Reich.

5. O núncio se referiu à necessidade da pacificação dos espíritos, como premissa indispensável para o êxito de qualquer política tendente a defender e assegurar a paz e isso concorda plenamente com as reiteradas declarações feitas no mesmo sentido pelo chanceler alemão.

6. O esclarecimento da atmosfera internacional, impedindo as propagandas intrigantes e desenvolvendo os entendimentos diretos dos povos, parece constituir hoje a base da política exterior do Reich, conforme se pode verificar dos numerosos acordos bilaterais concluídos nos últimos tempos, principalmente sobre assuntos culturais, comerciais e de imprensa.

7. As palavras do decano do corpo diplomático significam, pois, um reconhecimento importante e valioso de um princípio defendido desde muito tempo pela Alemanha.

8. O *führer*, na sua resposta, fez alusão a um importante elemento que deve servir de pedra fundamental para a paz, isto é, os ilimitados desejos de todos os povos de defender a paz para a garantia da ordem e possibilidade de um trabalho fecundo e de progresso para o engrandecimento de suas pátrias. Assim, pois, não há senão consolidar a harmonia entre esses desejos de paz e os atos dos respectivos governos.

9. Desta vez, a imprensa internacional – e isso deve ser considerado como um progresso – não pôs em dúvida a sinceridade dos propósitos pacifistas do chanceler, novamente reiterados no seu discurso do dia 11 do corrente. Não faltaram mesmo observações certas e finas que reconhecem que os desejos de paz da Alemanha e suas disposições pacifistas têm aumentado e não são mais postas em dúvida, à proporção que o Reich recupera sua força militar e que vai tendo o sentimento de sua própria segurança.

10. Não creio que seja útil ao melhoramento das relações internacionais a exigência manifestada por certos políticos de que a Alemanha deva provar a solidez dos seus desejos de paz com algum ato de excepcional importância e quando se busca intrigar, procurando encontrar uma contradição entre as declarações trocadas entre o *führer* e o novo embaixador japonês e a política de paz preconizada pela Alemanha, como acima me referi. É preciso compreender que a unanimidade de vistas germano-nipônica, tal como se deduz do pacto contra o comunismo – ou melhor, “anticomintern” – não podia deixar de se refletir nesses discursos, que marcam o início da missão diplomática do novo

embaixador do Japão em Berlim; mas, não me parece justificável que se possa interpretar o elogio do pacto germano-italo-nipônico como uma contradição às seguranças de paz alemãs, sendo que o referido pacto é principalmente destinado à defesa contra a invasão criminosa do comunismo, elemento de destruição e de anarquia.

11. O *führer*, no seu discurso ao corpo diplomático, indicou claramente a sua opinião, o que é necessário empreender sinceramente para o êxito de uma sadia política de paz internacional, de ordem e de tranquilidade interna em cada nação.

12. Contra esses argumentos não se podem opor que os atos da III Internacional Comunista sejam para fomentar a paz e que onde ela exerce a sua influência somente se observam a desordem e a guerra civil, com todas as suas tristes conseqüências; e, para confirmar, basta recordar o que se está desenrolando na Espanha e a situação difícil em que se debate a França dominada pelos elementos da Frente Popular, orientados por Moscou.

13. O sistema da política de paz que vem seguindo a Alemanha já provou as suas vantagens, com as negociações de Budapeste, com faculdades de êxito.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A defesa das fronteiras oeste do Reich.

N. 22 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 14, de 17 do corrente mês, tenho

a honra de informar [a] Vossa Excelência que a organização da defesa das fronteiras ocidentais do Reich está quase terminada.

2. As primeiras obras, cuja construção teve início em 1934, estendem-se entre o curso do Meno e a planície de Wetterau, limitada pelo Taunus e a região do Vogelsberg.

3. Essa zona defensiva, que abrange uma centena de quilômetros, passa por Aschaffenburg, Bieber, Gelnhausen, Wähtersbach, Büdinen, Stockheim e Reichelsheim. Uma outra linha fortificada, cuja construção teve igualmente início em 1934, parte do pé do Odenwald e alcança Mosbach para seguir em direção à região de Leonberg-Sindelfingen, a oeste de Stuttgart, atravessando Neckarelz, Gundelsheim, Jagdfeld, Neckarsulm, Heilbronn, Lauffen, Besigheim e Bietigheim.

4. Todas essas obras ficaram terminadas no fim do ano de 1935 e logo o estado-maior alemão projetou a fortificação da zona renana, naquela época ainda desmilitarizada, de maneira que, quando a mesma região foi reocupada, no mês de março de 1936, todos os planos estavam prontos para serem executados sem maior demora.

5. Nessa região foram estabelecidas duas linhas de defesa. A primeira, que – nas cristas dos maciços montanhosos da Floresta Negra – tem o seu início ao sul de Pforzheim, entre Ferbach-Bad e Schönmunzach, e alcança a fronteira suíça entre Säkingen e Waldshut.

6. A segunda linha de defesa, protegendo a região de Koblenz, que constitui uma importante cabeça de ponte, na confluência do Reno e do Mosela, é composta de obras dispostas paralelamente no Wetterau, cortando o Hunsrück, ao longo do Idar e ao sul do rio Nahe, até os confins do Palatinado. Está sendo prolongada para o norte até Mayen e Andernach.

7. Além desse conjunto de proteção militar, existem as fortificações do Eifel para cobrir Colônia e as fortalezas do Odenwald e do Spessart, destinadas a unir a linha do Neckar à do Meno; e, enfim, as fortificações que vão desde a região de Emmerich, próximo à fronteira holandesa, até cerca de Düsseldorf e cuja terminação está próxima.

8. O estado-maior alemão, dispondo ao longo das fronteiras dessa coiraça de cimento armado ultrapotente, julga que as reduzidas tropas, necessárias para ocupá-la, serão suficientes para reter os exércitos da França e da Bélgica durante muito tempo e, mormente, se algumas colunas motorizadas e blindadas extremamente rápidas e móveis atacarem ao mesmo tempo certos pontos, os mais vulneráveis da linha francesa Maginot, conhecidos do serviço secreto do exército alemão.

9. Nessa forma, os meios militares alemães consideram, por assim dizer, invulnerável, pelo menos nos primeiros tempos, as suas fronteiras da região oeste, mesmo no caso de uma guerra em que a Bélgica se una à França, probabilidade cada vez menor, vista a presente orientação do governo de Bruxelas, visivelmente tendente a uma aproximação com a Alemanha para melhor poder garantir a neutralidade belga em face de um conflito franco-germânico.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A conferência de Budapeste e a Alemanha.

N. 23 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A *Correspondência Diplomática e Política*, órgão officioso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em um recente comentário consagrado à Conferência dos Estados Danubianos, que se realizou em Budapeste no dia 10 do corrente mês, observa que a Alemanha deve ser considerada como parte interessada e integrante da zona danubiana.

2. Consequentemente, todas as tentativas – acrescenta a *Correspondência* – que visem a organizar essa zona sem participação da Alemanha (plano Tardieu, plano Hodza, etc.) estão de antemão destinadas a um fracasso.

3. A folha de Wilhelmstrasse recorda que a Itália, se inspirando de princípios realistas e leais, que caracterizam o eixo Berlim-Roma, já reconheceu, sem reservas, esse estado de cousas.

4. Participando da reunião de Budapeste – diz ainda a folha officiosa alemã – a política italiana, que se acha certamente colocada em face de

um grande trabalho, no seu verdadeiro campo de ação, que é o Mediterrâneo, prova que não se desinteressa absolutamente da evolução política da Europa Central, que está consciente de sua responsabilidade de grande potência e que deseja participar desse setor europeu.

5. Fazendo claramente alusão aos acordos que ligam a Tchecoslováquia à União Soviética, o mesmo boletim declara que o objetivo principal da política na Europa Central deve ser o de manter as amizades existentes, mas de se desligar de qualquer aliança que possa ocasionar graves perigos para a existência da cultura nessa parte do continente europeu.

6. Essas opiniões publicadas pela *Correspondência Diplomática* refletem o pensamento do governo do Reich.

7. As notícias sobre os resultados da conferência de Budapeste foram aqui bem recebidas, principalmente a deliberação ali adotada de ser imediatamente reconhecido, pela Áustria e Hungria, o governo nacionalista espanhol do general Franco.

8. Causou também ótima impressão o convite dirigido ao secretário de Estado Bohle, chefe da organização dos alemães no estrangeiro no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich, para visitar Budapeste e tomar ali conhecimento sobre as deliberações do referido congresso, no que se refere às minorias em geral na Hungria.

9. Essas ligações, cada vez mais íntimas, com a Alemanha, também foram indicadas nos discursos pronunciados durante a conferência e no comunicado final feito à imprensa, pelo qual se observa a perfeita identidade de vistas e acordo interno entre o eixo Berlim-Roma de um lado e os Estados do Protocolo de Roma do outro. Estas duas colunas da nova organização da Europa Central foram construídas graças aos esforços bilaterais dos dirigentes da Alemanha e da Itália.

10. As potências unidas por estes dois sistemas realizaram, por sua parte, acordos bilaterais com terceiras nações, tal como a Iugoslávia e Polônia.

11. Cada um desses tratados constitui, diretamente, uma ponte para a totalidade das potências que, de qualquer forma, estão ligadas por este sistema político.

12. A importância do acordo iugoslavo-italiano não necessita de maiores comentários e assim também não carece ser relevada a importância dos entendimentos polaco-germânicos.

13. As negociações de Budapeste demonstraram que, desde a trans-

formação da política rumaica, existem possibilidades de uma mais íntima ligação entre Bucarest e o governo húngaro.

14. Sobre as possibilidades de serem estabelecidas relações mais confiantes com Praga e como possam as mesmas se desenvolver nos próximos tempos, nada por enquanto deve ser prognosticado e é preferível aguardar as reações que se produzirão na Tchecoslováquia, bem como as manifestações de cordial amizade entre os países da *Petite Entente* da zona danubiana com a Itália e a Alemanha.

15. Desde logo, é necessário relevar que, enquanto persistir a influência soviética em Praga, será difícil obter qualquer resultado positivo em vista de uma aproximação política tchecoslovaco-germano-italiana.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 JAN. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] Intrigas políticas.

N. 26 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A agência telegráfica United Press tendo divulgado nos Estados Unidos e em diversos países uma notícia, segundo a qual a embaixada de França em Berlim informara ao governo francês de que a Alemanha estava em adiantados preparativos para exercer um golpe de força – que, no caso presente, seria a invasão da Alsácia-Lorena ou do corredor de Danzig –, os serviços oficiais da imprensa do Reich, por intermédio do *Deutsches Nachrichtenbüro*, fizeram publicar a seguinte nota, fornecida, aliás, pela própria embaixada da França:

Uma agência americana informou, como proveniente a notícia de Paris,



que a embaixada de França em Berlim comunicara confidencialmente ao seu governo que a Alemanha prepara atualmente um golpe de força no gênero da reocupação militar do Reno.

Os meios bem informados em Paris declararam, segundo a referida agência norte-americana, que o relatório da embaixada era muito grave e teria sido conhecido pouco tempo depois da formação do primeiro gabinete Chautemps e teria determinado, ainda recentemente, ao embaixador francês a ir a Paris a fim de urgentemente pôr o ministro dos Negócios Estrangeiros da França a par da gravidade do assunto.

Em face de tais notícias, absolutamente inverídicas e próprias para perturbar a presente situação internacional, a embaixada de França em Berlim faz saber ao público que está autorizada a declarar, oficialmente, que essa notícia sensacional foi inteiramente inventada e não repousa sobre nenhuma base de verdade.

2. Os jornais alemães em geral declaram que, para tais informações mentirosas, não pode haver desculpa possível e que jamais as reais intenções dos que buscam impedir a paz foram publicadas com tanta clareza; e consideram que se trata de um ataque conscientemente organizado contra a paz internacional e no qual terá certamente tido intervenção a política destruidora e intrigante de Moscou, que neste caso se utilizou das agências norte-americanas que fazem política contra o nacional-socialismo e são financiadas pelos banqueiros israelitas dos Estados Unidos.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O suprimento da Alemanha em matérias alimentícias.

N. 48

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

A situação alimentícia da Alemanha constitui, desde anos, o centro dos problemas do país. Acredita-se que essa circunstância, que tem ainda contra ela a escassez de disponibilidades em moeda estrangeira e foi também agravada durante o ano por uma má colheita, foi móvel principal da declaração do *führe*r, no último congresso do Partido Nacional-Socialista, na qual insistiu pela devolução à Alemanha das suas antigas colônias.

2. Conquanto problemas dessa natureza deveriam, segundo a opinião alemã, ser solucionados como sendo de interesse econômico mundial, desde 1933 a agricultura alemã se esforça por produzir o máximo possível.

3. O Instituto de Investigação da Conjuntura publicou recentemente um estudo sobre o suprimento da Alemanha em matérias alimentícias, do qual são extraídas as conclusões que se seguem. A necessidade de matérias alimentícias aumentou consideravelmente desde 1934, como consequência do constante incremento da população. A agricultura alemã conseguiu, nesse tempo, aumentar a produção dos seus campos em cerca de um quinto e esse aumento, malgrado o considerável incremento do consumo, veio substituir, por gêneros produzidos no país, uma parte das importações.

4. Em 1927, o agricultor alemão não contribuía senão com cerca de 65% para as necessidades de alimentos para a população do país e com 29% apenas das matérias-primas de origem agrícola; em 1936 essas porcentagens haviam aumentado para 81% e 47%, respectivamente. Significa isso que comparativamente aos 50% que se produziam, em 1927, de alimentos, forragens e matérias-primas agrícolas, o solo alemão está produzindo cerca de 75%. Só a colheita alemã de cereais e batatas aumentou, desde os primeiros anos de pós-guerra até 1927/29, de cerca de 20% e, daí para cá, de mais 10%.

5. Atualmente, todo novo incremento da produção agrícola encontra dificuldades cada vez maiores, porque, dado o alto grau de intensificação da agricultura no país, cada tentativa nova significa menor rendimento, de acordo com o decréscimo fatal do rendimento do solo. Isso quer dizer que o custo de produção vai em sentido crescente, a não ser que intervenham fatores de técnica mais aperfeiçoada.

6. Tendo-se em conta esses fatos, ninguém pode, sem dúvida, es-

tranhar que os alemães procurem ampliar cada vez mais as suas zonas de culturas. É aspiração deles depender sempre menos do estrangeiro em matérias de alimentação. Por isso consideram que o problema deve continuar a figurar como um dos capítulos decisivos de uma pacificação da economia mundial.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A política interna alemã.

N. 49 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Desde alguns dias, nos meios autorizados circulam insistentes boatos de que o marechal von Blomberg, chefe supremo das forças armadas, estaria a ponto de deixar seu alto cargo, sendo esse fato o início de uma grande transformação na política interna do país.

2. O silêncio do chanceler no domingo último, dia do aniversário de sua ascensão ao poder, deu origem a uma série de rumores contraditórios, nos termos dos quais um certo mal-estar reinaria presentemente nos círculos dirigentes do Reich.

3. Falou-se insistentemente do general Goering para substituir o marechal von Blomberg, mas parece que o ministro do Ar já desempenha funções muito pesadas para poder assumir, além disso, as de ministro da Guerra. Acredito que ele possa ser o futuro marechal para, com mais prestígio, desempenhar os seus atuais cargos na administração do Reich e da Prússia.

4. Segundo informações colhidas em boas fontes, acredito serem procedentes os boatos acima referidos e, dentro de poucos dias, será

divulgado um comunicado oficial, podendo mesmo ser convocado o Reichstag para o anúncio completo e detalhado das importantes mudanças que serão feitas no alto comando militar e no próprio governo, sendo mesmo possível que o atual ministro dos Negócios Estrangeiros, que há dias completou 65 anos de idade e 40 de serviço, seja substituído pelo senhor von Ribbentrop, atual embaixador alemão em Londres.

5. A demissão do marechal von Blomberg será, sem dúvida, o ponto de partida para uma importante reorganização e, assim, é compreensível a importância dessa medida em um país onde os militares são propriamente os que comandam a política interna e externa da nação e onde eles também dirigem a economia nacional. Assim, a mínima modificação nos quadros superiores pode ter repercussões importantíssimas nos setores os mais variados da atividade alemã.

6. O marechal von Blomberg constitui objeto principal de toda essa agitação política e a sua situação, que antes já era delicada entre os oficiais e chefes nazistas, ainda mais se complicou há cerca de quinze dias devido ao seu casamento com uma rapariga, empregada do seu ministério, de origem muito modesta e com metade de sua idade.

7. A sucessão do marechal von Blomberg levanta, pois, um grande interesse e suscita sérias divergências de opiniões entre os dois sustentáculos do Estado nacional-socialista: o partido e o exército.

8. A pasta da Guerra, ao contrário do que era lícito supor, não será oferecida ao general von Fritsch, que conta poucas simpatias no partido e, assim, esse comandante em chefe e ministro da Guerra também deixará o serviço por motivo da crise, da qual em grande parte foi ele o autor.

9. O gabinete do Reich tem estado permanentemente reunido sob a presidência do *führer* e todos esperam com ansiedade a declaração oficial, anunciando as decisões definitivas que serão tomadas pelo chefe de Estado.

10. Tudo leva a crer que, depois da demissão do marechal von Blomberg, o qual será acompanhado pelo general von Fritsch, o *führer* assumirá pessoalmente o comando supremo das forças armadas do país, ficando os três estados-maiores do exército, da marinha e da aviação subordinados a um Grande Estado-Maior Geral, aliás como existia na Alemanha antes de 1914.

11. Em conclusão, tenho a impressão de que, para terminar com certas divergências e mesmo rivalidades entre chefes do exército, da marinha e do partido, será feita uma grande concentração de todas as

forças do país, as quais ficarão encerradas nas mãos do *führer*, que assim assumirá o comando supremo da defesa do país.

12. Continuarei a informar sobre a evolução que for tendo este importante assunto.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 07 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A política interna alemã.

N. 57 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 7 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 49 de 3 de fevereiro e confirmando o meu telegrama n. 13, de 5 do corrente, tenho a honra de informar que a demissão do marechal von Blomberg se transformou rapidamente em uma reorganização geral de ordem militar, diplomática e econômica.

2. Durante vários dias, o chanceler Hitler negociou com os seus colaboradores mais íntimos, fazendo publicar, no dia 5 do corrente, um comunicado oficial pelo qual anunciou à nação que tomava pessoalmente a direção militar, política e econômica do Reich.

3. Decorrente dessa decisão, o *führer* anunciou oficialmente a demissão “por motivo de saúde” do marechal von Blomberg e do general barão von Fritsch, generalíssimo do exército alemão.

4. O tenente-general Keitel, chefe do departamento militar do Ministério da Guerra, foi colocado na direção do novo Grande Estado-Maior Geral alemão que, como tive ensejo de me referir no ofício n. 49, já existia antes da guerra.

5. A sucessão do general von Fritsch coube ao general von

Brauchitsch, que assim passa a exercer funções de generalíssimo do exército alemão e antes desempenhava o cargo de comandante do corpo militar estacionado na Prússia Oriental.

6. O general Goering foi elevado à dignidade de marechal e conserva a pasta de ministro do Ar.

7. O ministro dos Negócios Estrangeiros, barão von Neurath, foi substituído na Wilhelmstrasse pelo senhor von Ribbentrop, atual embaixador do Reich em Londres.

8. O *führer* decidiu a formação de um Conselho Secreto, encarregado de secundar todos os seus esforços em todas as questões interessando a política internacional e econômica do país. Para presidente deste conselho, ele nomeou o barão von Neurath e farão parte do mesmo os senhores Joachim von Ribbentrop, ministro dos Negócios Estrangeiros; ministro-presidente da Prússia, ministro do Ar e comandante supremo da aviação marechal Hermann Goering; Rudolf Hess, substituto do *führer* na direção do Partido Nacional-Socialista; dr. Joseph Goebbels, ministro da Propaganda; dr. Hans-Heinrich Lammers, ministro e chefe da chancelaria do Reich; general Walther von Brauchitsch, comandante em chefe do Exército; almirante Erich Raeder, ministro da Marinha e comandante em chefe das forças navais; general de artilharia Wilhelm Keitel, chefe do comando supremo do Exército.

9. Os embaixadores da Alemanha em Roma, Viena e Tóquio foram chamados e postos em disponibilidade provisória.

10. Finalmente, o Reichstag foi convocado para o dia 20 do corrente para ouvir a palavra do *führer* em sua declaração oficial.

11. Deve ser notado que a desgraça do general von Fritsch é completa e, segundo boatos que circulam nos meios autorizados, ele estaria detido em sua casa, tendo sido tomadas diversas medidas de vigilância em torno de sua pessoa. Essas medidas teriam sido ditadas pelo chefe geral dos serviços de polícia, o general Himmler, visando [a] evitar qualquer reação por parte dos amigos do general von Fritsch, tendo sido reformados administrativamente 14 generais que, segundo consta, estavam conspirando.

12. A partir de agora, a direção da política externa passou às mãos do senhor von Ribbentrop, nacional-socialista desde as primeiras épocas de lutas, tendo desempenhado um papel de marcada importância por ocasião da tomada do poder pelo chanceler Hitler. Em maio de 1935, ele apareceu pela primeira vez na cena política do Reich, quando foi nomeado pelo *führer* embaixador em Londres e, ao mesmo tempo, seu

“enviado extraordinário em missão especial”. Foi o senhor Ribbentrop quem, em junho de 1935, concluiu o acordo naval com a Grã-Bretanha e foi igualmente ele quem, em nome do governo do Reich, assinou em novembro de 1935 o pacto anticomunista com o Japão. Defendeu com ardor a tese da Alemanha no Comitê de Não Intervenção de Londres, na questão espanhola, e atualmente é um grande partidário de uma mais forte colaboração ítalo-germânica. Não deixou amizades nem simpatias em Londres, devido a ser um dos campeões da campanha alemã de reivindicação colonial.

13. No tocante aos demais embaixadores, era esperado que eles não continuariam por muito tempo à frente de suas atuais missões, sendo que, no que se refere ao senhor von Papen, aliás indicado para a embaixada de Salamanca, é possível que ele tenha deixado Viena em consequência dos últimos incidentes nazistas ali ocorridos.

14. O pretexto da crise foi, como disse em ofício anterior, o recente casamento do marechal von Blomberg. Ele casou-se com uma de suas secretárias, muito jovem e de família modesta. Presentemente, o casal está viajando em lua de mel no sul da Itália.

15. O general von Fritsch, generalíssimo dos exércitos alemães, tinha criticado publicamente essa união que, na sua opinião, como na de seus colegas, imbuídos dos princípios e privilégios da antiga nobreza e de classe, constituía uma verdadeira afronta ao exército e à sua tradição, que impede matrimônios nessas condições até a simples oficiais.

16. Isso não era precisamente a opinião dos chefes nacional-socialistas, para os quais o único privilégio é a raça com a qual eles buscam cimentar a unidade nacional pela abolição das classes de outrora consideradas privilegiadas.

17. Tanto o chanceler Hitler como o general Goering quiseram dar – naquela ocasião – a von Blomberg um testemunho público de solidariedade e de amizade, aceitando figurar ambos como testemunhas do ato do casamento.

18. Von Fritsch e os círculos militares não tinham usado contra von Blomberg senão de um pretexto. As suas queixas eram mais graves, pois o marechal procurava introduzir no exército, embora lentamente, as doutrinas nacional-socialistas, das quais ele era um ardente partidário. Essa acusação não era talvez muito justa, pois o partido e o exército ficaram sempre separados, conforme a tradição neste país. O exército terá de continuar a manter-se sempre isolado da política, ficando ve-

dado – durante o período do serviço militar, aos mobilizados – de [sic] participar de qualquer atividade estranha à Reichswehr.

19. No início do III Reich essa distinção ameaçava se tornar uma oposição declarada e o marechal von Blomberg obteve a junção e, assim, prestou ao chanceler um imenso serviço.

20. Não se trata somente, entre eles – como no caso do senhor Schacht – de gratidão e de estima, mas de amizade pessoal e todos sabem quanto o *führer* é fiel às suas amizades.

21. Assim, se ele foi obrigado a sacrificar o marechal von Blomberg, não hesitou em liquidar com o general von Fritsch e, tomando a direção completa do exército, ele também quis dar uma satisfação ao partido, mormente [por]que o novo generalíssimo general von Brauchitsch não é uma figura de grande realce, podendo ser interpretada a sua escolha como uma solução provisória.

22. Impunham-se as medidas adotadas, pois o exército tinha conservado, como disse, uma autonomia real e podia assim facilmente tornar-se o centro de união de todas as oposições ostensivas e ocultas, tal como a dos monarquistas, muito ativos nos últimos tempos. Sempre o exército se manifestou contra certas inovações de caráter político, principalmente no domínio econômico e internacional, chegando mesmo a criticar a atual política religiosa e antisemita do III Reich. O exército, assim, fatalmente teria que entrar em conflito com o plano econômico do general Goering e com as tendências totalitárias do movimento nacional-socialista que, refreadas em 1934, tinham novamente sido intensificadas nos últimos tempos.

23. A reorganização do exército, agora efetuada, fica assim como sendo um compromisso, pois o *führer*, na impossibilidade de impor imediatamente um ministro da Guerra e chefes devotados ao movimento nazista, resolveu assumir momentaneamente a direção suprema das forças armadas do país.

24. No que se refere à Wilhelmstrasse, vemos que, se o exército foi sempre favorável a uma certa moderação no terreno das lutas religiosas, entre outras, e manifestava sempre uma certa frieza no desenvolvimento de uma política submetida à Itália, a diplomacia alemã, influenciada pelos interesses da alta finança e da indústria, via sem entusiasmo o Japão penetrar na China, onde o Reich colocou mais de 400 milhões de marcos.

25. A nomeação do senhor von Ribbentrop é uma resposta evidente a essas críticas, pois ele é o signatário do pacto anticomunista germano-



-nipônico e em Roma assistiu, como convidado de honra, à assinatura do mesmo pacto entre a Itália de um lado e a Alemanha e o Japão do outro.

26. Quanto ao senhor von Neurath, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, ele passa a ser o presidente do Conselho Secreto, espécie de superministério do *Führer* nas questões internacionais e econômicas. Isso significa, a meu ver, que se a Wilhelmstrasse está agora submetida ao partido, com a presença dos senhores von Ribbentrop e Bohle, não deixará de continuar seguindo as tendências que ela sempre representou, as quais não ficarão de todo eliminadas. O chanceler Hitler reconhece com sabedoria a necessidade de um contrapeso às doutrinas do nazismo no domínio internacional, que ele considera – com justa razão – deveras delicado.

27. Um fato que desperta a atenção é a composição desse conselho, a que acima me referi, cuja direção foi confiada ao barão von Neurath, de tendências moderadas. É pela primeira vez que o generalíssimo dos exércitos de terra e o ministro da Marinha têm que deliberar com personalidades representativas do partido sobre questões de política internacional e econômica.

28. Devido a isso – com, ou sem razão – deve ser considerado que, doravante, a política externa do Reich ficará subordinada também às tendências particulares dos chefes militares, os quais até hoje sempre se manifestaram contrários a qualquer atitude mais ousada ou agressiva, devendo ficar a ação pessoal do senhor von Ribbentrop submetida à orientação do Conselho Secreto, presidido, como disse, pelo moderado senhor von Neurath.

29. A escolha do sr. von Ribbentrop para ministro dos Negócios Estrangeiros é um golpe contra a política inglesa, pois é sabido que o governo de Londres nunca teve particular simpatia pelo embaixador alemão durante a sua permanência na corte de St. James e, naturalmente, ficará menos satisfeito com a sua elevação a chefe da Wilhelmstrasse, acrescentando que tudo indica que a política do eixo Berlim-Roma será ainda mais intensificada.

30. A demissão italiana da S.D.N., seguindo a orientação alemã; o reforçamento do Plano Quadrienal, sob a direção do marechal Goering; a demissão do senhor Schacht; e, finalmente, agora a reorganização das forças militares e dirigentes em matéria de política internacional do Reich, podem constituir uma resposta às atitudes inglesas hostis ao eixo Berlim-Roma.

31. Não devemos dramatizar os acontecimentos e ver neles inten-

ções belicosas. Indicam que o Reich, e mormente o seu *führer*, julgam insuficiente a situação de prestígio de que presentemente goza junto a certos governos a atual Alemanha que, pelos seus esforços, pensa já ter readquirido sua antiga posição de grande potência econômica e militar, sem renunciar às reivindicações coloniais e ao direito de influir na política internacional de forma preponderante.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A reorganização do Ministério da Economia do Reich.

N. 63

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 10 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Coincidindo com os recentes acontecimentos políticos, acerca dos quais já tive ocasião de prestar a Vossa Excelência informações minuciosas, não é de estranhar que tivesse passado a um plano secundário a reforma do Ministério da Economia divulgada na mesma ocasião.

2. Trata-se, entretanto, de acontecimento de incontestável alcance, porque a reforma visa principalmente amoldar a nova organização aos fins para os quais foi criado o plano de quatro anos, isto é, a utilização de todos os recursos econômicos no aparelhamento militar do país. A mudança dos chefes dos principais departamentos indica claramente esse propósito.

3. Do ponto de vista técnico, a orientação não mudará, ao que parece. As normas em matéria de política comercial não serão alteradas, mas o comando interno terá que obedecer a regras mais rigorosas.

4. O marechal Goering, que foi o verdadeiro autor da reforma – já prevista, aliás, quando da retirada do senhor Hjalmar Schacht –, entre-

gou a direção do novo ministério ao senhor Funk, que é, sem dúvida, um profundo conhecedor dos interesses da economia alemã. Suas ligações íntimas com o Partido Nacional-Socialista, por um lado, e as suas conhecidas relações com os círculos econômicos, por outro, oferecem, segundo a opinião geral, a garantia de uma colaboração entre todos os interessados para a solução comum dos múltiplos problemas que terá que enfrentar.

5. O novo secretário de Estado, senhor Brinkmann, é uma das personalidades mais respeitadas do novo ministério. É um dos mais antigos colaboradores do sr. Schacht e à sua autoria se devem as medidas tomadas em matéria de comércio exterior. A sua nomeação indica que, em linhas gerais, será mantida a orientação atual quanto às exportações e às importações.

6. Muitas das novas funções criadas foram entregues a pessoas que faziam parte do corpo de administração do Plano Quadrienal. O general da aviação Loeb, que até agora dirigia, naquele plano, a distribuição das matérias-primas, passou a ser o chefe da primeira divisão do novo ministério, que tem a seu cargo os assuntos industriais. O general von Hannecken, que era o comissário geral para o ferro e o aço, passou a dirigir a segunda divisão (mineração, ferro e força motriz). Para a terceira divisão (ordem econômica, comércio interno e trabalho profissional) foi nomeado o conselheiro de Estado Schmeer, que era o diretor da seção central da Frente Operária junto ao plano já referido. A quarta divisão, que lida com os assuntos referentes às moedas e ao crédito, ficou ao cargo do senhor Lange, que era o chefe da seção de matérias-primas nacionais no plano de quatro anos. Ao major reformado von Jagwitz coube a direção da quinta divisão, que superintende o comércio exterior. O senhor von Jagwitz é um acatado especialista em comércio exterior e dirigia antes a seção de negócios com o estrangeiro no plano já mencionado. Uma das três seções dessa divisão, a de exportação, foi entregue ao conselheiro ministerial dr. Schlotterer, que conhece bem as relações comerciais teuto-brasileiras e fazia igualmente parte da seção de comércio exterior do plano de quatro anos.

7. A reforma realizada dá, tanto quanto se pode julgar, a impressão de que a fusão que se operou dos elementos ativos do plano de quatro anos com os técnicos do antigo Ministério da Economia trará eficiência bem maior aos serviços, porque praticamente toda a aparelhagem do referido plano foi incorporada no novo ministério, de modo que atualmente toda a economia alemã está sendo orientada e dirigida

por um único órgão e a vantagem de semelhante centralização parece evidente.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A próxima viagem do chanceler à Itália.

N. 69 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

O ritmo dos contatos ítalo-alemães torna-se cada vez mais frequente e forte.

2. Constantemente os jornais anunciam a chegada na Alemanha e na Itália dos principais chefes dos partidos Fascista e Nacional-Socialista.

3. Essas visitas sucessivas – até dos próprios ministros de um e outro país – têm feito com que o eixo Berlim-Roma, cada vez mais reforçado, possa mesmo transformar-se em uma perfeita unificação de programas, de tal forma que o caráter das relações entre a Itália e a Alemanha ultrapasse o aspecto de uma simples liga ou mesmo de uma aliança, podendo até em certos casos chegar a ser quase uma fusão política.

4. Presentemente, essa tendência a uma união sempre mais íntima vai ser confirmada pela viagem do chanceler Hitler à Itália, na próxima primavera.

5. Os comentários da imprensa de ambos os países são os mais entusiásticos e, assim, os governos germano-italianos chegam a afirmar que não se trata somente de retribuir a visita ao *duce*. Acrescentam que o significado dessa viagem excede a tudo o que puder ser fixado pelo protocolo em tais casos.

6. A viagem do *führer* confirmará solenemente, em face do mundo,

em uma hora de grave inquietação, a amizade e a solidariedade que hoje unem as duas potências autoritárias em uma ação permanente, destinada à proteção da paz e da civilização ameaçadas pelo comunismo.

7. Tudo indica que o *führer* irá a Roma não como simples chefe do Partido Nacional-Socialista, mas como chefe do Estado alemão.

8. Nesse caso, o chanceler alemão ficará talvez obrigado, de acordo com os precedentes protocolares, a visitar o Santo Padre, pois, se isso não for feito, as consequências poderão ser, para a Alemanha, o que foram para a França depois da abstenção de tal ato de cortesia por parte do presidente Loubet, em 1904, por ocasião de sua viagem oficial à Itália: isto é, poderá ocasionar a ruptura de relações diplomáticas entre o Reich e a Santa Sé, que presentemente atravessam um período de grave tensão.

9. Contrariamente, se o *führer* visitar S. S. o Papa, esse gesto poderá ter favoráveis resultados no sentido de uma pacificação entre o Vaticano e o Reich e, mais tarde, no de uma mais útil colaboração eventual entre a Alemanha, Itália e a Santa Sé, e isso, parece, muito agradaria ao *duce* e aos católicos alemães, cuja influência não pode ser negligenciada.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A entrevista Hitler-Schuschnigg.

N. 77 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 14 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

O chanceler Hitler acaba de receber na sua residência de Berchtesgaden a visita do chanceler da Áustria, o dr. Schuschnigg, o qual estava acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros austríaco.

2. O embaixador da Alemanha em Viena e o senhor von Ribbentrop assistiram igualmente às conversações, que então tiveram lugar e que estão causando grande sensação, devido ao imprevisto dessa entrevista extremamente importante no momento atual.
3. O senhor Schuschnigg tinha sido convidado pelo chanceler Hitler e esse convite foi transmitido no fim da semana passada pelo embaixador alemão em Viena.
4. O primeiro encontro entre o chanceler do Reich e o sucessor do chanceler Dollfuss foi preparado no mais absoluto segredo. Embora tenha sido noticiado várias vezes que essa visita do chanceler austríaco teria lugar em data indeterminada, julgo porém que a entrevista atual de Berchtesgaden somente ficou assentada depois dos acontecimentos políticos de 4 do corrente.
5. As conversas duraram cerca de dez horas e somente amanhã ou depois será oficialmente publicado, simultaneamente em Berlim e Viena, um comunicado para esclarecer a opinião pública sobre as deliberações que tenham sido tomadas no que se refere às relações germano-austríacas, as quais seguirão sendo discutidas por via diplomática.
6. É de presumir que durante a entrevista foram discutidos os problemas relativos à tensão das relações entre Berlim e Viena, resultante da recente descoberta de uma conspiração nazista na Áustria e a apreensão de uma importante quantidade de publicações de propaganda nacional-socialista de procedência bávara.
7. Também foi objeto de exame dos dois chanceleres o problema da propaganda legitimista dos Habsburgos, com o fim de ser verificado se essa questão está conforme com o princípio da germanidade austríaca, pois, como é sabido, a Alemanha se opõe firmemente à restauração monárquica na Áustria.
8. Notícias colhidas em fontes autorizadas indicam que, em geral, foi obtido um acordo entre as políticas alemã e austríaca, e visando [a] normalizar as relações do Reich com o “segundo Estado germânico”.
9. Deverá haver, para tal fim, uma modificação no gabinete de Viena, no qual deverá figurar um ministro de tendência pangermanista na pasta do Interior, o que sem dúvida constituirá um êxito para a Alemanha, que assim verá a influência do nacional-socialismo aumentada no seio do governo austríaco e permitirá ao *führer* – no próximo dia 20, no Reichstag – celebrar esse fato como uma nova vitória diplomática na Europa Central.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 14 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A política interna alemã.

N. 78 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 14 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 57, devo informar que o *führer*, depois das decisões do dia 4 do corrente, regressou a Berchtesgaden, onde tem tido várias conferências com os seus principais colaboradores e, principalmente, com o ministro von Ribbentrop.

2. Não foi tomada ainda nenhuma decisão definitiva, no que se refere ao movimento diplomático que deve ser feito paralelamente com a reorganização militar, econômica e política efetuada nas normas das resoluções adotadas no dia 4 do corrente mês.

3. Tudo indica que o senhor von Schulenburg, atual embaixador da Alemanha em Moscou, será chamado e não será substituído por enquanto. O Reich se limitará a ser representado em Moscou por um simples encarregado de negócios, nas mesmas condições em que presentemente a União Soviética está sendo representada em Berlim, pois – desde a partida, há vários meses, do embaixador russo – esse posto ficou vago e o governo soviético não forneceu nenhuma indicação no que se refere à duração da “licença” do embaixador Jurenev, licença sem dúvida eterna, pois, segundo informam os jornais os mais autorizados, ele já deve ter sido executado pela *Guepen*, em companhia de vários outros colegas.

4. A questão germano-austriaca, de que me ocuparei em ofício se-

parado, é também um ponto extremamente importante do problema político atual, tanto sob o ponto de vista interno como externo.

5. Não resta dúvida que, no presente momento, os meios políticos e diplomáticos de Berlim estão com a atenção presa em relação ao discurso que o *fiihrer* deverá pronunciar no dia 20 de fevereiro, diante do Reichstag. Segundo tenho ouvido, as declarações do senhor Hitler serão de grande importância, principalmente em matéria de política estrangeira. Os jornais oficiosos asseguram que a reorganização de 4 de fevereiro não acarretou nenhuma modificação dos princípios fundamentais dessa política. A imprensa estrangeira, dizem eles, deseja fazer crer que a referida medida deste governo visa desenvolver uma política mais ativa do Reich, mormente no que diz respeito ao eixo Berlim-Roma e à Espanha.

6. Ora, a política combinada germano-italiana se expressou em setembro último no Campo de Maio de Berlim, em uma forma sem precedente.

7. “É pois impossível acreditar” – diz principalmente o *Fremdenblatt*, de Hamburgo, um dos diários mais autorizados – “que a chegada do senhor von Ribbentrop no Ministério dos Negócios Estrangeiros possa provocar uma modificação desse estado de cousas, com todas as incertezas que comportaria tal mudança de orientação”.

8. “No que se refere à Espanha, o mundo parece ter esquecido as declarações do *fiihrer* feitas em Nuremberg e que constituíram uma acusação completa e implacável contra o bolchevismo e os seus esforços para lograr a ruína de todos os povos.”

9. O *fiihrer*, naquela ocasião, declarou que

para nós o general Franco representa a verdadeira Espanha. Os usurpadores de Valência, ao contrário, representam um bando revolucionário, a soldo de Moscou, bando que opera hoje na Espanha e que amanhã poderá exercer as suas atividades mercenárias em qualquer outro país europeu, ou americano. Nós consideramos pois que cada tentativa visando estender o comunismo na Europa significa um deslocamento do equilíbrio europeu.

10. Assim, pois, esse comentário oficioso tem uma especial significação, no momento em que a situação mediterrânea parece querer novamente se complicar.

11. De qualquer forma, parece certo que a declaração que o *fiihrer* deve



ler, no dia 20 do corrente, conterà uma exposição clara dos recentes acontecimentos que se consumaram de acordo com a lógica das cousas.

12. Como a base de toda a organização da coletividade alemã – diz o *Montag* – não pode ser senão o Partido Nacional-Socialista e todas as diretivas para a ação partem do mesmo partido, era forçoso que cada dia mais se concentrasse nas mãos do *führer* a possibilidade de uma ação governamental e de mando, a ser exercida diretamente e sem intermediários sobre o exército, o Estado, o partido, a economia e na defesa da ordem interna.

13. Essa justificação dos recentes fatos, feita por um jornal da responsabilidade do *Montag*, recorda uma idêntica, feita nas mesmas condições em 1934, depois da crise política ocorrida em fins de junho daquele ano.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] As relações gemanu-iugoslavas.

N. 83 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

A recente visita oficial do presidente do Conselho da Iugoslávia a Berlim alcançou seu ponto culminante com a recepção ao mesmo oferecida pelo *führer*.

2. Não foram fornecidos à imprensa comunicados oficiais sobre o curso das conversações entre o chanceler Hitler e o ministro Stojadinovitsch, porém todas as opiniões concordam que, no decorrer das entrevistas com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich

e com o marechal Goering, a cordialidade das relações germano-iugoslavas foi, uma vez mais reafirmada, em todos os sentidos.

3. Os discursos trocados entre os homens de Estado alemães e o chefe do governo de Belgrado deixam prever o fundo das conversas trocadas aqui e dão uma ideia exata do estado atual das relações germano-iugoslavas, cada vez mais íntimas.

4. Tanto o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha como o presidente do Conselho iugoslavo fizeram sempre questão, em todos os seus discursos, de deixar bem claro que a amizade crescente e orgânica entre os seus países de nenhuma forma se orienta com fins hostis contra qualquer outro Estado; e que, tanto o governo de Berlim como o de Belgrado, deixam a todos a liberdade de buscar ou de manter outras amizades, com outras nações.

5. A objeção de que o caráter íntimo da identidade de vistas germano-iugoslava impede ao governo de Belgrado ligar-se a outras potências, cujas relações com a Alemanha são menos cordiais ou mesmo hostis, com maior ou menor intimidade, tem sido objeto de longos comentários na imprensa dos dois países.

6. Essa objeção foi, porém, rebatida em Belgrado, onde foi declarado que não é possível organizar a paz europeia sem que o martelo, que deve bater os pregos dos alicerces dessa obra, seja transportado a Berlim. Na realidade, deve ser considerado como princípio importante da política externa iugoslava que todos os esforços em favor da paz devem sempre ter na devida conta o papel da nova e forte Alemanha.

7. Como é fácil de supor, a atitude iugoslava, nos círculos que consideram de outra forma a realidade da força atual da Alemanha, produziu fortes reações.

8. O espírito reinante, porém, é que, apesar disso, Berlim e Belgrado farão o possível para uma ampliação da amizade já existente e desde logo é patente que um dos trabalhos em que ambos esses países estão empenhados é a luta e defesa contra o comunismo, sendo que – como Vossa Excelência sabe – a Iugoslávia [é] um dos raros países da Europa que jamais reconheceram os soviets.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 18 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A crise rumaica e sua repercussão em Berlim.

N. 87 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 18 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

A demissão do gabinete rumaico, presidido pelo senhor Goga, despertou vivo interesse nos círculos políticos e governamentais da Alemanha.

2. Essa queda imprevista de um governo de tendência autoritária, antimarxista e antisemita que, na Alemanha, era julgado como fortemente apoiado pela simpatia do povo rumaico, tem despertado aqui longos comentários na imprensa.
3. Assim, os principais jornais alemães procuram explicar aos seus leitores que o senhor Goga, ao contrário do que se supunha, não contava com elementos políticos suficientes para se manter no poder e que o seu programa não foi elaborado na direção de uma linha ideológica claramente determinada.
4. Os referidos jornais alemães concluem que um gabinete que não se identifica com o povo, mesmo se quiser governar, pela força, contra o sentimento nacional, jamais poderá resistir.
5. Desde ontem, porém, a imprensa abandonou a sua posição de observadora dos acontecimentos e resolutamente passou à ofensiva, denunciando com vigor as pressões que julgam teriam sido exercidas pela Frente Popular francesa junto ao próprio rei Carol, de pleno acordo com as ordens de Moscou.
6. As folhas alemãs falam de um “escândalo sem precedente” e acusam ostensivamente o governo francês de se ter imiscuído nos assuntos internos da Rumânia, como sempre agiu em tudo que diz respeito à Espanha.
7. Acrescentam esses mesmos jornais que o caso rumaico constitui um péssimo precedente, que deve sempre ser considerado por todos os países fracos e, nessas condições, os defensores do sistema de alian-

ças, preconizado pela França, julgaram poder tratar a Rumânia como uma simples “colônia de negros” e a mesma sorte poderá caber a qualquer outro pequeno país europeu.

8. Dizem ainda os mesmos órgãos de publicidade que, se o *führer* não tivesse conseguido dotar a Alemanha de um forte exército e de uma poderosa marinha, o Reich já teria sido submetido à mesma humilhação, agora imposta ao governo de Bucareste.

9. Declaram também que, segundo informações que reputam dignas de fé, o rei Carol teria sido ameaçado de uma invasão comunista, no caso de não conceder a “demissão” do gabinete Goga.

10. O *Angriff*, órgão nacional-socialista por excelência, chega a noticiar que importantes concentrações de tropas soviéticas chegaram a ser feitas na fronteira rumaico-soviética, a fim de atemorizar o governo rumaico e apoiar a pressão diplomática franco-soviética com o beneplácito da Grã-Bretanha, que assim foi coroada de êxito com o afastamento do senhor Goga do poder.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 19 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A política austro-alemã e os acordos de Berchtesgaden.

N. 88 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

O problema austro-alemão, tal como está presentemente colocado, depois das recentes decisões tomadas em Berchtesgaden no dia 12 do corrente, continua a preocupar seriamente a opinião internacional.

2. O III Reich triunfou e isso deve ser reconhecido, e mais, que o chanceler Hitler tem o direito de estar muito satisfeito. A sua vitória é completa e nenhum subterfúgio poderá atenuar a sua importância

política e, embora ainda não se trate da *anschluss* propriamente dito, certamente não é mais o *status quo* anteriormente existente.

3. Em tudo isso a Alemanha exulta de alegria, a Itália se mantém confiante, a Inglaterra se desinteressa buscando obter vantagens e a França, apesar de desejosa de assumir uma atitude de protesto, é obrigada a se manter como simples observadora, embora vivamente contrariada.

4. De qualquer forma, deve ser considerado que um passo decisivo acaba de ser dado na direção de uma união total entre Áustria e Alemanha, e os resultados da entrevista Hitler-Schuschnigg não admitem o menor equívoco.

5. Impelida pela Itália, abandonada pelas grandes democracias ocidentais, que afogam a sua derrota diplomática em um oceano de palavras e de resoluções inócuas, a Áustria passou sob as forças caudinas. Estamos em presença de uma penetração germano-nacional-socialista, que, de futuro, se exercerá em todos os domínios da vida pública do país vizinho, na sua política, na sua cultura, na sua economia, no seu comércio e ainda na sua defesa militar. Trata-se, assim, de uma intensificação da influência alemã na Áustria, em todos os setores da administração do governo de Viena.

6. As coisas devem, porém, ser consideradas objetivamente e com calma e sangue frio, sem ceder à pressão do nervosismo que caracteriza todas as reações da opinião pública, em face das flutuações políticas atuais, no meio da perturbação em que vive presentemente a Europa.

7. A situação é já bastante grave por si mesma, sem que seja necessário agravar certos aspectos por controvérsias e polémicas inspiradas pelas duas ideologias que dividem atualmente, e tão profundamente, os povos.

8. As visitas dos representantes da Inglaterra e da França à Wilhelmstrasse, para obter informações do conteúdo e da importância dos acordos de Berchtesgaden, deram ao governo alemão a desejada ocasião de fazer uma precisa exposição do problema e, agora, Londres e Paris estarão ao corrente de que, como refere o comunicado oficial, as medidas adotadas devem ser interpretadas como o resultado da execução do acordo austro-alemão de julho de 1936. A resposta ao embaixador francês foi mais viva do que a dada ao representante britânico, pois o primeiro tentou insinuar uma possível reclamação francesa, logo repelida, enquanto o segundo apenas fez uma pergunta para obter dados informativos, a serem transmitidos para Londres.

9. É evidente que as últimas deliberações são, de fato, consequência do estabelecido no protocolo confidencial, anexo aos compromissos assumidos em virtude do acordo de julho, pelo qual a Áustria foi considerada como um “estado alemão” e na mesma ocasião ficou assentado o plano de uma perfeita identidade de vistas em política externa e interna, não sendo, assim, surpresa – para quem atentamente acompanhou a evolução deste importante assunto – as soluções adotadas recentemente e que vêm reforçar, como disse acima, a influência política da Alemanha na Áustria e, também como consequência disso, em toda a Europa Central.

10. O que acentuou a impressão de submissão da Áustria foi a urgência que motivou a viagem do senhor Seyss-Inquart a Berlim, empreendida no dia imediato ao da sua nomeação para o cargo de ministro do Interior e da Segurança Pública do gabinete Schuschnigg, nomeação essa feita por imposição do chanceler Hitler.

11. Não é conhecido exatamente o caráter da missão de que foi encarregado o novo ministro austríaco, mas é estranho que, tendo sido imposto em Viena pela influência nazista alemã, ele tenha julgado necessário vir a Berlim imediatamente, antes mesmo de ter tomado posse efetiva do seu novo cargo e quando a situação política em geral acabava de ser examinada pelo presidente do conselho, diretamente com o chanceler Hitler.

12. Para concluir, devo dizer que tudo isso concorre para que a situação política internacional permaneça confusa, principalmente nos países da Europa Central, onde os governos se interrogam, não sem certo temor, como o governo do Reich pretende explorar em proveito de sua política geral o êxito diplomático que acaba de obter na Áustria.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

---

[Índice:] A influência do Partido Nacional-Socialista na administração do Reich.

N. 92 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar [a] Vossa Excelência que acaba de ser resolvida a conservação do *bureau* de política estrangeira do Partido Nacional-Socialista, que estava sob a direção do senhor von Ribbentrop, que, como Vossa Excelência sabe, foi recentemente nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

2. Esse organismo, que se compõe de cerca de 150 funcionários, continuará a funcionar à margem do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
3. Essa dualidade, estranha à primeira vista, é explicável devido à posição especial dos organismos do Partido Nacional-Socialista junto ao Estado alemão e pela concepção, cara ao chanceler Hitler, em relação ao futuro método de uma diplomacia que deverá ser, cada vez mais, adaptada às massas.
4. Um certo número de funcionários do *bureau* Ribbentrop será incorporado à Wilhelmstrasse, onde tratará de desenvolver os seus métodos de trabalho, inspirados em um espírito novo, no que se relaciona com o problema externo da Alemanha, que se revela mais dinâmico e menos prudente.
5. Os serviços do senhor von Ribbentrop, onde [sic] foram elaborados os tratados anticomunistas germano-italiano e germano-nipônico, continuarão a existir como uma célula da qual partirão as diretrizes da diplomacia do futuro, a qual se dirigirá aos grupos organizados, tais como sindicatos, corporações etc., cuja influência aumenta continuamente em todos os países.
6. Exemplos dessa nova política exterior são perceptíveis cotidianamente nos métodos empregados pela aproximação germano-italiana.
7. O Ministério dos Negócios Estrangeiros continua a conduzir, em segundo plano, essa atividade tumultuosa, mantendo, porém – por aquele motivo – uma atitude mais reservada.
8. Devemos esperar que, sob a direção do senhor von Ribbentrop, a Wilhelmstrasse renovará os seus métodos de ação, mas a dualidade dos processos, ainda por algum tempo, provavelmente, será mantida

nas suas linhas essenciais, pois o *bureau* Ribbentrop não será anexado pela Wilhelmstrasse.

9. Todas as grandes administrações do Estado têm idênticos organismos dentro do partido dominante.

10. O mesmo método se estende a toda a administração do país. Assim, o senhor Darré é ministro da Agricultura e chefe dos camponeses alemães. O senhor Ley, chefe da Frente do Trabalho, acumulará as funções de ministro do Trabalho. À frente do exército, que permanece um organismo teoricamente independente do Partido Nacional-Socialista, o *führer*, no momento atual, exerce diretamente todos os poderes.

11. O marechal Goering é chefe do Plano Quadrienal, criação própria do partido, e dirige também o ministério da Aviação e da Economia, por intermédio do ministro Funk, seu homem de confiança.

12. Assim, diariamente se desenvolve um processo muito importante, que permite ao partido impor seus métodos a todas as administrações do Reich.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] Os objetivos da Organização nacional-socialista para o Estrangeiro. (*Auslands-Organisation*).

N. 100 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Em uma conferência recentemente pronunciada em Budapeste, o *gauleiter* Bohle, chefe da organização nacional-socialista para o estrangeiro, definiu os objetivos do órgão sob sua direção, o qual, em princípios de 1937, foi incorporado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros



do Reich, como informei pelo meu ofício n. 63, de 10 de fevereiro do ano findo.

2. As declarações então feitas pelo senhor Bohle foram aqui consideradas como uma explicação oficial, destinada a desmanchar a desconfiança da opinião pública mundial a respeito dos objetivos da aludida organização.

3. “A organização para o estrangeiro do Partido Nacional-Socialista”, disse o senhor Bohle, “constitui a reunião de todos os alemães membros do partido residentes no exterior. É óbvio que essa organização parte do princípio segundo o qual todos os cidadãos alemães devem pertencer ao partido, razão pela qual não queremos que renunciem à sua educação ideológica, como é feita na Alemanha. Essa propaganda, entretanto, é considerada coisa da vida interna alemã, pois é postulado fundamental da organização para o estrangeiro a não intervenção, em hipótese alguma, nos assuntos políticos dos Estados”.

4. Prossequindo na sua conferência, afirmou o *gauleiter* Bohle que a existência da *Ausland-Organisation* oferece aos Estados a maior garantia possível da lealdade dos alemães. “A Alemanha”, declarou, “não deseja renunciar ao direito de organizar os alemães no estrangeiro, pois os súditos de outras nações também se arregimentam”. Lembrou, a esse respeito, a *Alliance Française*, que mantém um instituto para atender eficazmente às relações com os franceses que vivem longe da pátria; a associação para proteger os suecos no estrangeiro; o secretariado suíço para o exterior, de Berna; a aliança mundial dos poloneses no estrangeiro e a organização para o estrangeiro do fascismo italiano. Por esses motivos, o senhor Bohle, na sua defesa em favor dos alemães residentes no exterior, deseja que isso seja compreendido no sentido de igualdade de direitos. Sobre este ponto, refutou todas as acusações de que a organização a seu cargo, além do papel oficial que desempenha, se incumba de missões secretas, dizendo que é de se esperar que essa asserção seja suficiente para desfazer quaisquer dúvidas.

5. “Em última análise”, prossegue o *gauleiter* Bohle, “o debate gira em torno de saber se os direitos democráticos outorgados pelos países são também garantidos aos cidadãos alemães neles residentes e se estes súditos estão protegidos contra outros alemães, ao se esforçar o partido em conquistar as colônias alemãs para o nacional-socialismo. O problema reside, pois, em se estabelecer quais os assuntos internos das colônias alemãs. Forçoso é admitir, sem dúvida, que as queixas do estrangeiro contra a organização do partido não têm fundamento, des-

de que o exterior renuncie a toda tutela e, em vez disso, tenha um alto grau de segurança quanto à lealdade das colônias alemãs. As minorias alemãs – que são, ao contrário, alvo do interesse da política exterior oficial do Reich – nada têm a ver com a *Ausland-Organisation*, para a qual a condição única é a nacionalidade alemã.

6. Tarefa difícil do *gauleiter* Bohle, pois, por mais que procure expor os fins visados pela sua organização, não conseguirá dissipar a desconfiança que a opinião pública alimenta a respeito das atividades da mesma e, talvez, o final da sua conferência tenha precisamente revelado os verdadeiros objetivos dessa organização, que dia a dia vai merecendo uma maior atenção dos países que lhe sentem os efeitos. Se é verdade que as minorias alemãs constituem uma parte importante das preocupações da política exterior do Reich, quem poderá negar que é precisamente essa *Ausland-Organisation* o órgão destinado a provocar questões minoritárias? Procurando, como aliás magistralmente o faz, prender o alemão colono e o filho dele, nascido no estrangeiro, à *vaterland*, com os artifícios e estratégias de que pode lançar mão, a organização do senhor Bohle vai paulatinamente preparando o terreno para a formação de minorias, as quais, em um momento dado, naturalmente sob o pretexto de tratamentos desumanos, invocarão o auxílio da mãe-pátria, certas de que poderão contar com o seu amparo incondicional.

7. Esse aspecto é interessante e merece a nossa atenção, pois não são poucos os núcleos alemães disseminados no nosso país. Embora, à primeira vista, possa parecer absurdo, não se pode saber se a Alemanha não venha, no futuro, lançar mão desse ardil para criar problemas no Brasil, visando tirar vantagens para a sua economia, virtualmente constituída por uma questão de matérias-primas.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 FEV. 1938 • AHI 04/03/10

---

[Índice:] O discurso do *führer*.

N. 104 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar o telegrama n. 18, que expedi a Vossa Excelência no dia 20 do corrente, poucas horas depois de ter ouvido o chanceler Hitler pronunciar o seu discurso no Reichstag e que durou três horas, sendo o maior que até hoje proferiu.

2. O discurso do *führer* constitui, a meu ver, um panegírico de sua própria política, o que não deve surpreender, pois o objetivo visado pelo senhor Hitler era evidentemente galvanizar as vontades do povo alemão.
3. Não pode ser contestada a gravidade de suas declarações, que tiveram uma extraordinária repercussão nos meios políticos internacionais da Alemanha e dos demais países.
4. O ponto mais grave do discurso é a afirmação pela qual o *führer* se arroga o direito de “proteger os alemães incorporados, contra a sua vontade, à população de outros Estados”.
5. É, sem dúvida, uma tentativa de justificação de sua recente ação na Áustria; mas é, ao mesmo tempo, uma ameaça para os sudetos da Tchecoslováquia, para os habitantes do Schleswig da Dinamarca e eventualmente até para a Polônia e, de futuro, mesmo para outros países.
6. O discurso, longo e denso, pode ser dividido em três partes.
7. A primeira se ocupou dos resultados obtidos pela Alemanha durante os anos do regime nacional-socialista no campo econômico e social. Na segunda, o *führer* confirma o caráter totalitário do regime. Na terceira parte ele define, uma vez mais, a posição da Alemanha em face dos principais problemas internacionais.
8. A primeira parte é, sem dúvida, a de maior precisão, embora mais árida pela profusão de cifras e estatísticas sobre receita, produção, comércio, indústrias etc. Nada foi omitido para a demonstração no exterior e no próprio país das vantagens trazidas ao povo alemão pelo regime instaurado em 1933.
9. Não resta dúvida de que a documentação nesse sentido exibida pelo *führer* é impressionante.
10. A segunda parte do discurso toma uma valor especial em face

dos acontecimentos de 4 de fevereiro. Foi notada a insistência com que o chanceler acentuou no seu discurso a incorporação ao nacional-socialismo de todas as instituições alemãs e especialmente do exército, e assim resolveu o senhor Hitler com o peso de sua autoridade. Deve ser notado que o *führer* se absteve de qualquer alusão à questão religiosa, o que pode ser interpretado como um desejo de afastar um assunto delicado e difícil de discussão, no momento em que a política do III Reich empreende a realização da *anschluss* moral da Áustria.

11. Bastante preciso na parte que trata das questões internas alemãs, o discurso de domingo último é menos claro quando aborda os problemas de política internacional.

12. Entre essas declarações do *führer*, destaco as que mantêm integralmente as reivindicações, que se farão cada ano mais fortes, das antigas colônias alemãs; do desejo de colaboração da Alemanha com todas as nações, exceto com o Estado soviético; dos ataques violentos contra o comunismo; dos votos favoráveis em relação à ação japonesa na China e à vitória final do general Franco; das homenagens à Itália; das demonstrações de amizade, embora mais discretas, em relação à Polônia; da afirmação solene de que entre a França e a Alemanha não existe nenhum assunto fundamental de conflito. Todas essas declarações não são, porém, novas; mas elas não perdem o interesse de serem novamente ouvidas quando proferidas pelo chefe do atual governo alemão.

13. Uma indicação nova e de real importância, foi certamente a que nos permite conhecer os propósitos do *führer* de reconhecer imediatamente o império do Manchukuo e a reafirmação enérgica de que a Alemanha “jamais” voltará à Sociedade das Nações.

14. No que se refere aos alemães residentes nos países vizinhos das fronteiras do Reich, devo ainda assinalar o trecho do discurso que diz: “nós saberemos defender os interesses alemães onde eles se achem”.

15. Recordando como o senhor Hitler, durante a entrevista de Berchtesgaden, agiu para assegurar essa defesa, não é possível deixar de haver inquietação sobre as interpretações que poderá ter de futuro essa frase do *führer*, no que se refere à diplomacia nacional-socialista.

16. O ponto nevrálgico, sobre o qual ansiosamente eram esperados esclarecimentos, foi antes de tudo a questão austríaca. O chanceler, no seu discurso, fez questão de salientar que ele tinha pedido (*bat*)<sup>29</sup> ao senhor Schuschnigg de [*siz*] vir a Berchtesgaden. “A intenção dessa visita”, declarou o *führer*, “era alcançar um entendimento e melhorar

29 Passado do verbo “bitten”, forma polida do verbo “pedir” = “pedir por favor”.

nossas relações mútuas de forma que a parte nacional-socialista do povo austríaco possa gozar dos mesmos direitos concedidos pelas leis austríacas aos demais cidadãos daquele país”.

17. Isso, sem dúvida, causou estranheza. É de admirar que o chanceler austríaco tivesse de discutir com o chanceler do Reich questões de política interna da Áustria, existindo um evidente desconhecimento das fronteiras entre os dois países pelo que outras nações muito se estão inquietando, pois o senhor Hitler assim se arvora, como campeão do *Deutschtum*<sup>30</sup>, de tudo que é alemão dentro e fora das fronteiras do Reich.

18. O *führer* se felicitou do “espírito de compreensão” demonstrado pelo senhor Schuschnigg e afirmou que em Berchtesgaden só tinha havido trabalhos em favor da paz.

19. O discurso continha ainda fortes ataques e palavras desagradáveis dirigidas à Grã-Bretanha e, pessoalmente, contra o ministro Eden que, por coincidência, na mesma ocasião deixava em Londres o seu cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

20. Não deve ser visto nesse fato uma relação de causa e efeito, mas, como digo, uma simples coincidência. E creio mesmo que se o discurso do *führer* tivesse sido proferido quarenta e oito horas antes, a demissão do senhor Eden teria sido retardada, pois, como Vossa Excelência sabe, a Inglaterra não tem por hábito dar a impressão, mesmo falsa, que sacrifica seus ministros de Estado sob pressão das antipatias pessoais dos chefes de outros governos.

21. Desde logo, a imprensa alemã celebrou essa demissão como um feliz resultado para uma rápida realização do programa político do *führer*, no que diz respeito a entendimentos anglo-germânicos e anglo-italianos.

22. O tom geral do discurso, como informei a Vossa Excelência pelo meu telegrama acima citado, foi muito severo e pode ser compreendido como sendo uma resposta às recentes ameaças de Stalin de que me ocupo em outro ofício.

23. O senhor Hitler teve razão em atacar rudemente as manobras e a campanha de falsas notícias tendenciosas e intrigantes de uma certa parte da imprensa estrangeira em relação à Alemanha.

24. A divulgação dessas informações tendenciosas, de que o Brasil já tem sido frequentemente vítima, pode muitas vezes constituir um

30 Termo que engloba a ideia de ser alemão = “germanidade”.

verdadeiro atentado contra a paz e perturbar as boas relações entre as nações.

25. A atitude negativa do Reich, em relação à liga de Genebra, se explica em face do desenvolvimento da política externa da Alemanha, principalmente nas suas íntimas relações com a Itália e o Japão.

26. Para concluir, o *führer* deixou bem claro que em face dos perigos que ele julga ameaçarem a Alemanha, ele decidiu aumentar ainda mais os armamentos terrestres, navais e aéreos do Reich.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O mês político.

N. 107 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de março de 1938.

Senhor Ministro,

A expressão muito usada nos últimos tempos – negociações anglo-italianas – parece que já não prevalece, pois a iniciativa do senhor Chamberlain orienta a política internacional para uma compensação, ou melhor, um equilíbrio político geral e, conseqüentemente, para a convocação eventual de uma verdadeira conferência para estabelecer a paz.

2. Essas são as últimas informações colhidas nos meios autorizados e será interessante verificar como os acontecimentos ocorridos na cena internacional nos últimos dias impeliram a diplomacia britânica a agir nessa forma.

3. No domingo, 20 de fevereiro, enquanto os dois grupos de potências se enfrentavam, o senhor Hitler formulava publicamente

diante do Reichstag as reivindicações da Alemanha e atacava violentamente a Inglaterra.

4. Nesse mesmo dia, o senhor Eden apresentava em Londres a sua demissão e sir Neville Chamberlain preparava logo o caminho para o início de negociações com o governo de Roma. Nos dias imediatos, assistimos ao duelo político Eden-Chamberlain, na Câmara dos Comuns, seguido do voto de confiança; à agitação política em Paris; ao discurso Schuschnigg sobre a independência austríaca, consequência das deliberações de Berchtesgaden; às atividades da diplomacia germânica em Londres; e ao grande debate sobre política estrangeira no parlamento francês.

5. Numa semana, por assim dizer, a última do mês findo, a Europa passou de uma fase à outra, pois ao período de inquieta expectativa sucedeu um período de febril discussão entre as principais chancelarias.

6. É sem dúvida preferível essa polêmica franca, pois a política do *wait and see*, que conduz aos mais infelizes resultados, já não é dos nossos tempos.

7. Não resta dúvida de que existem meios de colocar os antagonistas face a face, considerando que as teses que defendem são extremamente contrárias, mas esse perigo é menos temível para a paz do mundo do que o resultante de uma oposição surda, feita de mal-entendidos e de intrigas cuidadosamente preparadas para irritar a opinião pública com a divulgação de notícias falsas e alarmantes.

8. A responsabilidade da imprensa é muito grande na época de agitação que estamos atravessando e, mais do que nunca, a ela se impõe o dever da objetividade, pois é necessário e útil discutir e informar, mas isso deve ser feito sem espírito tendencioso e sem paixão.

9. Depois dessa evolução, operada no mês findo, vemos que presentemente a situação, embora ainda grave e cheia de incertezas, permite guardar um certo otimismo.

10. Assim, somente pelo gesto do senhor Chamberlain certos problemas internacionais, pesados de ameaças para a paz, podem ser considerados como tendentes a serem liquidados em prazo mais ou menos reduzido.

11. Desde logo a questão da Espanha é mais tranquilizadora, porque a política inglesa de não intervenção visando a impedir a generalização do conflito acaba de ser sancionada pela Itália e Alemanha, tendo esses dois países aceito em princípio a fórmula britânica relativa à retirada dos voluntários estrangeiros combatentes na Espanha e o reconhecimento de iguais direitos de beligerância aos dois governos espanhóis

em luta. Se recordarmos as discussões e os incidentes havidos em torno do assunto, poderemos melhor apreciar o valor desse primeiro resultado obtido.

12. A solução justa é de natureza a acalmar a efervescência internacional que agitava os espíritos em relação a essa parte da Europa.

13. A guerra “das ondas” ítalo-britânica terminou. A propaganda de Bari, contra a Grã-Bretanha, que agitava o mundo árabe e inquietava o governo inglês, foi suspensa e isso deve ser considerado como um fator deveras importante porque, nos riscos de guerra, o fator psicológico representa um papel tão importante – senão o mais importante – quanto as reivindicações de ordem econômica ou política. É um gesto de Roma em resposta à atitude amistosa de Londres.

14. Foi divulgado na capital britânica que o *duce* vai retirar provisoriamente alguns contingentes de tropas italianas da Líbia. É também um sinal de apaziguamento, que deve ser registrado com prazer.

15. O resto, evidentemente, é de mais difícil solução e devemos acolher com reservas a lista das reivindicações da Alemanha e da Itália, tal como Londres informa.

16. Parece certo que a maioria das exigências será formulada de uma forma qualquer, em futuro próximo, com as modalidades que agravarão ou atenuarão o seu objetivo.

17. O único fato de terem ficado fixadas essas exigências por algumas palavras – enquanto que mais tarde, por discussão, serão determinados todos os detalhes – dá-lhe, à primeira vista, uma aparência de rigor talvez exagerado.

18. Desde logo – e isso será a tarefa dos diplomatas franco-britânicos – será feita a discriminação sobre o que deverá ser considerado como exigências, pedidos e desejos; entre o que é condição essencial e o que servirá como base de negociação; entre o que é reclamado e o que deverá ser exigido a qualquer preço.

19. Não resta dúvida de que o maior acontecimento da última semana de fevereiro foi a entrada da Alemanha na luta diplomática, o que já transformou as conversas Londres-Roma em entendimentos Londres-Roma-Berlim e encaminha diretamente as discussões para conferências em que tomarão parte as quatro potências: Inglaterra, Itália, Alemanha e França.

20. Tanto quanto os problemas suscitados interessem somente às grandes potências europeias, bastarão quatro interlocutores para resolvê-los; mas, já os quadros do eventual pacto das quatro potências



se revelam muito reduzidos, pois o Egito, alcançado por uma das reivindicações italianas, reclama – com razão – participar dos debates; os domínios que estão interessados diretamente no problema colonial, tal como os coloca o Reich alemão, não podem ficar sem ser ouvidos; os pequenos Estados do centro e do oriente da Europa, afetados nos seus direitos de concluir alianças por uma das exigências alemãs, devem também ter voto nas deliberações.

21. Pela força dos fatos se depreende que as conversas iniciadas em Londres têm probabilidades de se transformar – aos poucos e mais rapidamente do que se supunha inicialmente – em conversações mais gerais, interessando não somente [a]o conjunto da Europa, mas também à África.

22. Devido a isso deve ser encarada, desde já, a possibilidade de convocação de uma espécie de novo Congresso de Paz, o qual não seja suscetível de ser acusado ulteriormente de preparar a imposição de um *diktat*, como é aqui feito em relação ao Tratado de Versalhes.

23. É um grande empreendimento, uma obra deveras arriscada, mas que realmente é menos perigosa do que o caos no qual se está debatendo o mundo, em matéria política e econômica.

24. Antes de tudo, para evitar um desequilíbrio entre os interlocutores, é imprescindível a participação da França nos debates, pois uma atitude reservada ou contrária por parte desta potência seria prejudicial às negociações em geral.

25. Já conhecemos a opinião da Inglaterra, da Itália e da Alemanha – manifestada com precisão e veemência – e agora resta à França definir-se claramente, o que não foi logrado pelo governo de Paris nas suas últimas declarações diante do parlamento francês.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



[Índice:] Colaboração das quatro potências.

N. 108 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Os jornais do Reich – unanimemente, nas suas mais recentes edições – concordam em sublinhar o caráter histórico do dia 20 de fevereiro, que, segundo eles, revestiu[-*se de*] uma extraordinária importância para a política europeia.

2. A opinião pública alemã considera que o discurso do *führer* suprimiu as incertezas que poderiam subsistir no que diz respeito à política alemã, mas a demissão do ministro Eden, naquela mesma ocasião, fez com que os alemães considerem como uma contribuição para esclarecer ainda mais a situação europeia tão perturbada nos últimos tempos.

3. A Alemanha se regozija, francamente e sem a menor reserva, da demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros britânico.

4. Na Wilhelmstrasse e em outros meios autorizados em geral, o senhor Eden era considerado como representando o espírito da Liga das Nações e o grande adepto dos sistemas de segurança coletiva também muito defendidos pela França e Rússia.

5. Todos consideram que a desapareção do senhor Eden e sua substituição por lorde Halifax, que há pouco tempo esteve em Berlim em missão confidencial, serão fatores que facilitarão uma leal colaboração entre as quatro grandes potências – Inglaterra, França, Alemanha e Itália –, com exclusão da Rússia, com o que, já é sabido, concorda plenamente o chefe do governo britânico, *sir* Neville Chamberlain.

6. Todos acreditam que a Alemanha iniciará conversas políticas com o governo de Londres muito proximamente e já se anuncia que o senhor von Ribbentrop, ministro dos Negócios Estrangeiros, viajará para aquela capital, com o fim aparente de se despedir da corte de St. James, mas realmente para entabular negociações com lorde Halifax, visando a um entendimento anglo-germânico.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 04 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A suspensão das relações consulares germano-russas.

N. 119 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 4 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Um novo e sério abalo acabam de sofrer as relações germano-russas, com a próxima retirada das representações consulares alemãs em Kiev e Novosibirsk. O governo alemão, conforme informa o *Boletim do Observador do Reich*, órgão oficioso do Ministério da Propaganda, não podendo por mais tempo suportar as intrigas continuamente tecidas pelos soviets acerca das atividades dos cônsules alemães naquelas cidades, sentiu-se forçado a tomar uma medida de caráter radical, pedindo ao governo russo retirar os seus cônsules na Alemanha e fechando, por sua vez, os consulados alemães existentes na União Soviética.

2. A embaixada alemã em Moscou ficará, doravante, encarregada do serviço consular e é bem possível que o governo russo adote igual medida com relação à sua representação diplomática em Berlim.
3. O fato tem sido vivamente comentado pela imprensa alemã, que atribui toda a culpa desse sério incidente ao governo russo, por não ter respeitado os direitos dos cônsules alemães, estorvando-lhes as atividades com intrigas de todo gênero, tendentes, sobretudo a apontá-los perante a opinião pública como espiões do governo alemão.
4. É certamente difícil apurar a procedência das alegações do governo do Reich. Por outro lado, entretanto, não pode o governo russo ver com bons olhos agentes de uma nação inimiga, os quais, em virtude das funções de que estão investidos, têm as melhores oportunidades de verificar *in loco* as deploráveis condições de vida do país onde se encontram.
5. A revelação da verdade sobre a situação interna da Rússia ainda é o maior receio do governo de Moscou e, a esse respeito, não passou despercebida a copiosa quantidade de informações precisas que

a imprensa alemã, nestes últimos tempos, tem publicado sobre o que se passa naquele país. Com as provocações sucessivas feitas aos representantes consulares alemães, conseguiu a Rússia, por meios indiretos, retirar do seu território agentes zelosos que esclareciam fatos de grande importância, destinados a intensa repercussão na imprensa alemã.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O discurso do marechal Goering sobre a aviação alemã.

N. 125 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de março de 1938.

Senhor Ministro,

A Alemanha celebrou no primeiro do corrente o aniversário do renascimento da sua força militar aérea.

2. No curso de uma solene reunião, realizada no Ministério do Ar, o marechal Goering tomou a palavra para exaltar a força da aviação alemã.

3. O marechal fez, nessa ocasião, o elogio da imensa obra realizada com a criação do exército do ar:

É a esse exército – disse o marechal Goering – que compete, nos tempos os mais duros, vencer as dificuldades as mais árduas. Agora é um exército de paz, mas se tornará terrível quando para isso receber ordens. Nós queremos jurar que a aviação do Reich deverá ser o temor dos nossos inimigos e nós saberemos dominar os maiores obstáculos. Eu só quero, no meu exército, homens de ferro animados de uma vontade infinita de ação.

4. O marechal prosseguiu o seu discurso fazendo um caloroso apelo à ciência e à indústria para que seja construído na Alemanha o melhor material e se dirigiu igualmente aos operários para pedir-lhes muito trabalho suplementar com o desejo e satisfação de assim mais merecerem a gratidão da pátria.

5. O ministro convidou todos os membros da aviação militar a fazer prova de um melhor espírito de camaradagem e a se manterem sempre ligados com as outras formações do exército, pois, disse ele, “nossa aviação não deve servir para demonstrações de paz, mas constituir o mais poderoso instrumento de guerra, e nós estamos animados pela certeza de vencer e de desafiar impunemente a todos os nossos adversários”.

6. Prosseguiu o marechal:

obedecendo à ordem do *führer*, todos vós deveis estar preparados a cada momento para defender a pátria, pois, mesmo se desejarmos a paz, nós queremos demonstrar que, desafiando todos os inimigos, esta aviação é invencível e assim, meus camaradas, nós contribuimos para a criação de uma potência que evitará à Alemanha ficar exposta a que seus direitos os mais legítimos sejam violados.

Considerando que no seu discurso do Reichstag, o *führer* teve ocasião de proferir palavras firmes, declarando que não toleraremos mais que dez milhões de alemães sejam oprimidos fora de nossas fronteiras, deveis saber, soldados da aviação, que se for necessário deveis combater até o último homem pela realização dessa ordem do nosso *führer*.

7. Essa passagem do discurso do marechal Goering produziu uma grande impressão nos meios diplomáticos de Berlim. Todos consideraram que se trata de um aviso dirigido à Tchecoslováquia – que aqui é considerada como um ponto avançado da aviação soviética –, assunto tão discutido, como já informei. É também permitido perguntar-se até que ponto constitui uma recomendação de prudência ao governo de Viena.

8. Além das declarações oficiais, contidas no discurso do marechal, acerca dos processos adotados pela Alemanha para burlar o Tratado de Versalhes, na parte relativa à reorganização do seu poder aéreo, o discurso produziu em geral, fora do Reich, uma má impressão.

9. Todos constatam que o orador considera uma glória ter iludido as outras potências, armando secretamente o seu país, apesar dos com-

promissos celebrados em tratados, colocando assim um dia o mundo em face de um fato consumado. Devo, porém, dizer que só foi iludido em tudo isso quem o quis ser, pois de há muito eram notórios os trabalhos clandestinos de rearmamento intensivo da Alemanha.

10. Os jornais ingleses e franceses mostram-se alarmados com as palavras do marechal Goering, pregando fora de propósito as ameaças belicosas com as quais o ministro do Ar do Reich finaliza o seu discurso no preciso momento em que se trata de entabular negociações diplomáticas internacionais, visando garantir a paz que na hora atual está seriamente perturbada por todas as graves ameaças de guerra existentes no mundo.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos de minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 15 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A questão austríaca.

N. 132 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 15 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de confirmar os meus telegramas números 27, 28, 29 e 30, respectivamente de 11, 12, 13 e 14 do corrente mês, pelos quais informei devidamente a Vossa Excelência sobre os graves acontecimentos políticos ocorridos nos últimos dias e que culminaram com a anexação de todo o território austríaco ao do Reich alemão, desaparecendo assim a Áustria, como nação independente, do mapa da Europa.

2. Desde que aqui cheguei, em dezembro de 1935, invariavelmente tenho informado a Vossa Excelência a respeito do desenvolvimento que ia tomando essa questão e sempre opinei, como se pode verificar

dos ofícios desta embaixada, que a *anschluss* da Alemanha com a Áustria seria o termo desse doloroso episódio para a nação austríaca, pois nunca me iludi sobre a atitude das grandes potências em tal emergência, mais preocupadas com os problemas políticos que mais diretamente lhes dizem respeito.

3. Quando, de uma primeira vez, o senhor Hitler ensaiou dominar Viena, a concentração de tropas italianas no Brennero impediu as suas veleidades anexionistas. Refiro-me ao movimento nacional-socialista de 1934, ocorrido na Áustria, que vitimou o antigo chanceler Dollfuss, o grande defensor da independência naquele país e naquela época muito ligado ao senhor Mussolini.

4. Hoje, a anexação da Áustria é um fato consumado e a Itália, não somente se desinteressou do assunto, mas ainda aprovou plenamente esse ato do governo do Reich. Acresce que, solicitado pelo encarregado de negócios de França de examinar as possibilidades de uma colaboração franco-italiana e mesmo de uma cooperação internacional em favor da Áustria, o governo italiano respondeu negativamente.

5. A diferença entre essas duas atitudes, a anterior e a atual, permite avaliar devidamente a transformação da política europeia decorrente do eixo Berlim-Roma, o que equivale a considerar que presentemente o Reich ficou com inteira liberdade de ação nas margens do Danúbio.

6. Se fizermos um estudo retrospectivo deste assunto em relação aos dois últimos anos, poderemos logo apreciar a continuidade e a firmeza dos objetivos expansionistas do *führer*, aproveitando em todas as emergências as debilidades da França e da Inglaterra.

7. As propostas do chanceler Hitler, formuladas em março de 1936, já indicavam que ele seria o futuro demolidor da Áustria, pois propunha a conclusão de pactos de não agressão a oeste e a leste, e omitia intencionalmente o sul, isto é, Viena.

8. Nessa forma, as intenções do *führer* não permitiam dúvidas e apenas se ignorava quando exatamente ele executaria o seu plano.

9. Uma vez mais conseguiu surpreender os governos que, entretanto, esperavam o golpe de força.

10. O dia e a hora foram escolhidos com rara habilidade.

11. A organização precipitada de um plebiscito pelo chanceler Schuschnigg foi considerada como uma manobra política defensiva extremamente hábil, se tivesse logrado êxito. Teria tido feliz resultado em face de um homem de Estado hesitante ou perante um país mais preocupado em formar governo, dificuldade com que se debate

continuamente a França e que lhe retira toda autoridade para uma ação forte e eficiente, necessária para o seu prestígio internacional.

12. Em relação ao *fiihrer*, isso foi evidentemente um erro de tática, e os acontecimentos não tardaram em assim provar. Era, com efeito, fornecer ao chefe do Reich o pretexto, ardentemente desejado, de intervir pela força nos assuntos internos da Áustria e de operar a sua tutela.

13. Na realidade, essa tutela – como tive ensejo de dizer em ofícios anteriores – já estava em grande parte realizada, pois o senhor Seyss-Inquart fazia parte do governo austríaco como representante direto do *fiihrer*.

14. Esse ministro teve uma grande parte na manobra, visando [a] impedir o plebiscito; e, imediatamente depois de investido pelo senhor Hitler das funções de chanceler da Áustria, o seu primeiro ato político foi de perfeita vassalagem, pedindo a Berlim o apoio de tropas do Reich para uma ação militar no país em que devia agir como chefe de governo.

15. No sábado, 12 do corrente, o exército alemão transpôs a fronteira e penetrou em território austríaco sem a mínima resistência. Os patriotas se esconderam ou fugiram e Viena tornou-se, de um dia para outro, uma simples sucursal de Berlim.

16. A repercussão desse ato, seguido da anexação integral da Áustria ao Reich, foi imensa e causou uma profunda indignação em toda a Europa, mas o *fiihrer* não se preocupa de [sic] qualquer movimento de protesto que não esteja apoiado pela força ou que não se traduza por atos reais e poderosos.

17. Os representantes diplomáticos de um governo demissionário e de um país que – de antemão, reconhecidamente – não agiria de maneira eficaz, não lhe merecem respeito.

18. No entanto, esse raciocínio pode ser errado em relação à França e, em certos casos, provoca grave perigo. É preciso não esquecer que a França está ligada à Tchecoslováquia por um pacto defensivo.

19. Ninguém ignora os propósitos do senhor Hitler de impor ulteriormente, a Praga, a mesma sorte de Viena; mas, desde já, a Tchecoslováquia toma precauções, pois se sente em perigo, senão imediato, ao menos próximo.

20. O socorro que o governo de Praga possa esperar da Rússia soviética, ocupada em fuzilar seus diplomatas e em prender os chefes do seu exército, deve ser considerado como nulo. A Grã-Bretanha não



deseja se envolver em um conflito relativo à Europa Central. Assim, toda a atenção está voltada para a França.

21. Em relação à Itália, essa não pôde agir devido à sua política do “eixo” que, nestas circunstâncias, ela pensa prestigiar cada vez mais e conforme se deduz do telegrama do senhor Mussolini ao chefe alemão.

22. De qualquer forma, a presença de tropas alemãs na Áustria, na fronteira tirolesa, desperta na Itália um sentimento de menor segurança – que não pode ser manifestado abertamente – mas, que não deixa de ser menos real.

23. O governo de Roma deu, como disse, a sua aprovação integral ao recente golpe de força militar do Reich. Não provocou grande entusiasmo em todos os meios italianos essa anexação da Áustria, devido, em parte, à reação produzida nos meios diplomáticos, mormente de Londres, onde tais acontecimentos são considerados graves e que talvez perturbem a política exterior italiana, com prejuízo para as negociações iniciadas com o governo britânico, cujo resultado favorável era lícito esperar e pelo qual estava vivamente interessado.

24. Parece, de todo modo, ser impossível predizer as últimas consequências desse novo passo da expansão pangermanista pelo qual o chanceler Hitler uniu todo o povo alemão, desde a longínqua Caríntia, que começa nas fronteiras da Iugoslávia, até às margens da Frísia, situadas nos confins da Holanda, na proximidade imediata do delta do Reno.

25. Criou, assim, diante do mundo perplexo, uma grande Alemanha de 75 milhões de habitantes, os quais exercerão doravante uma atração invencível sobre as poucas ilhotas germânicas ainda não recuperadas e formadas pelo Tratado de Versalhes, cujos últimos artigos a potência militar alemã se dispõe a rasgar. Refiro-me a Dantzig, ao território de Memel, aos Sudetos da Tchecoslováquia e à parte do Schleswig hoje dinamarquesa.

26. Instalando-se como dono em Viena, Hitler comanda os Bálcãs, o próximo Oriente. O caminho de Bagdá está livre e o chanceler alemão, homem do povo levado pela sua fé e pela sua ousadia invencível, ajudado pelo fanatismo das massas que soube subjugar, tornou-se momentaneamente, deve-se reconhecer, o chefe da mais forte potência europeia.

27. Uma tal situação induz a crer quanto é grave o presente momento e em face do mesmo não parece ser possível que os governos inglês e francês continuem a manter uma atitude de simples observadores,

contribuindo para que cada vez mais seja explorada a desunião da Europa, com grave perigo para a paz mundial.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O discurso do marechal Goering.

N. 137 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 17 de março de 1938.

Senhor Ministro,

No domingo, 13 do corrente, o marechal Goering pronunciou um grande discurso por ocasião da comemoração dos mortos da Grande Guerra, no qual, entre outras coisas, declarou que será impossível qualquer tentativa de intervenção em favor da Áustria, sustentando, uma vez mais, a tese [de] que os soldados alemães transpuseram as antigas fronteiras austro-bávaras não como “conquistadores” mas como “libertadores” e que a ninguém é lícito intervir quando, segundo suas expressões, “os alemães se juntam a outros alemães.”

2. O marechal também reafirmou que a Alemanha não se imiscuirá nos negócios internos de outros países, mas que todos devem saber que o governo alemão se considera como o protetor de todos os alemães, inclusive os que residem fora das fronteiras do Reich.

3. Sua tese é que a Alemanha deseja uma paz de honra e de justiça, e uma paz, acrescentou o marechal, na qual todas as nações tenham direitos proporcionais aos bens da terra e não à paz do *status quo*, da segurança coletiva e dos convênios de Genebra.

4. Disse ainda “quem quer que seja que ataque alemães será considerado como atacando a Alemanha e se exporá aos canhões germânicos, nessas condições sempre prontos para atirar”.

5. Essa linguagem demonstra o estado de espírito reinante em Berlim e a forma pela qual entende este governo realizar os objetivos que constituem a parte essencial da política de paz, tal como ele a concebe.
6. É, assim, feito tábula rasa de todos os princípios que orientaram até agora a cooperação internacional e também das ilusões que ainda poderiam existir em relação a certos fatos num futuro próximo.
7. Essas declarações esclarecem brutalmente a situação e servem para mostrar a todos os povos as medidas que devem adotar para salvar a sua própria segurança e a dignidade de sua existência, como nações soberanas e independentes, e que se achem ameaçadas pelo expansionismo teuto, o qual vai arrastando outros países com quem – seja por interesse econômico, ou por questões de ordem política – se harmonizam as aspirações da Alemanha e vão seguindo seus métodos. Refiro-me à recente atitude da Polônia em relação à Lituânia, logo após a conquista da Áustria. É esse fato aqui, nos meios diplomáticos, interpretado como o início da execução de acordos existentes entre a Polônia e a Alemanha para partilharem entre elas a Tchecoslováquia e a pequena Lituânia.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A questão austríaca.

N. 140 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 132, de 15 do corrente, devo informar que o Reich alemão conta, oficialmente, mais um estado

– ou “país”, como aqui é denominado – pois já é conhecido que a Áustria, logo em seguida ao plebiscito de 10 de abril próximo, ficará colocada no mesmo pé de igualdade, dentro da administração do Reich, que os demais grandes estados alemães, que conservaram um pseudogoverno próprio.

2. Assim, a Baviera tem um presidente do Conselho e um ministro de Finanças, secundado por um ministro do Interior, um ministro da Economia e um ministro da Instrução e Culto. Ao lado, porém, desse esqueleto de governo, o senhor von Epp exerce as funções de *statthalter*<sup>31</sup> em nome do Reich, com os privilégios e autoridade de um perfeito governador.

3. Na Saxônia, o *statthalter* em nome do Reich é simplesmente encarregado da direção dos negócios do “país”. No Württemberg o *statthalter* tolera, a seu lado, um presidente do Conselho e dois ministros.

4. No “país” de Baden a situação é idêntica, assim como na Turíngia, em Hamburgo, em Mecklemburgo, Oldemburgo, Bremen, Brunswick, em Lippe etc.

5. Para todos esses estados e “países”, salvo para a Baviera, o *statthalter* do Reich é simultaneamente o governador e o chefe do distrito nacional-socialista. No território do Sarre, ele tomou o nome de comissário do Reich e essas funções são exercidas pelo senhor Bürckel, que acaba de ser nomeado encarregado da organização do plebiscito e do Partido Nazi na Áustria.

6. Para o território da antiga Áustria, já foi nomeado em *statthalter*, o senhor Seyss-Inquart, que havia ocupado o posto de ministro do Interior e [*dé*] chanceler federal.

7. Ressalta dessa rápida análise que a Áustria, transformada em “país” alemão, não poderá pretender uma autonomia qualquer, nem nos assuntos militares – a fusão dos dois exércitos já tendo sido realizada –, nem nos negócios internos ou externos.

8. Poderá, como a Turíngia, manter em Berlim uma representação própria, mas que não se ocupará senão de questões culturais e de turismo, sem nenhum caráter político, pois não é questão de se dar à Áustria a ilusão de poder manter qualquer privilégio de país soberano.

9. Consideram, cada vez mais, em Berlim, que uma solução permitindo a um novo Estado alemão ter prerrogativas autônomas comprometeria a estrutura centralizadora do III Reich e arriscaria de [*sic*]

---

31 Cargo equivalente a governador.

suscitar em outros “países” alemães desejos mal contidos de autonomia, fundadas em velha tradição.

10. Seja qual for o respeito que possa despertar o grande passado da Áustria e de sua antiga capital, um tratamento muito favorável, nesse terreno, parece ser incompatível com a organização atual do Reich alemão.

11. Desta maneira, será a Áustria forçada a se integrar absolutamente nesse conjunto, que não deixa possibilidade a qualquer fantasia ou particularismo, e isso é exatamente o que já está sendo feito em matéria política e administrativa, decorrente do decreto de anexação.

12. Aqui contam, naturalmente, [com] a ação sustentada pelo partido dominante nos dois países e de suas múltiplas formações, que estão em plena atividade na Áustria, para vencer as resistências que essa assimilação não deixará de suscitar no caso especial da Áustria.

13. A introdução naquele país da legislação alemã será feita, segundo aqui se propala, sem maiores dificuldades e para isso não se torna necessário aguardar o plebiscito, pois o governo federal atual dispõe de todos os meios legais para assim proceder.

14. Todos julgam que a introdução de certas leis visando especialmente à segurança dos estados, facilitará o desenvolvimento de operações plebiscitárias.

15. A questão monetária acaba de ser resolvida com a assimilação do *shilling* austríaco ao marco alemão na base de um *shilling* e meio por marco, o que praticamente corresponde a uma desvalorização do marco para essa operação financeira, o qual até antes da união austro-alemã valia um pouco mais do dobro do *shilling*.

16. Uma das questões mais delicadas parece ser a referente aos israelitas, extremamente numerosos em Viena. Desde já os jornais que eles possuíam passaram – de um dia para outro – a ser nazistas, e uma grande emigração já começou para os países vizinhos, para a Tchecoslováquia principalmente.

17. O Reich pretende proceder a numerosas ações de açambarcamento da indústria austríaca, mormente na parte de pesquisas do petróleo e empresas mineiras, e isso será logo iniciado, depois de feita a regularização monetária, já tendo o Reichsbank tomado a direção do Banco Central austríaco.

18. As medidas de assimilação da antiga Áustria se sucederam com um ritmo alucinante e a *anschluss*, que acaba de ser feita, excede de muito a todos os projetos precedentes, que sempre não lograram êxito.

19. Mesmo os mais francamente partidários das recentes decisões relativas à “alemanização” da Áustria acompanham dificilmente o movimento intensivo da ação hitleriana e geralmente causa espanto essa absorção integral da Áustria pelo Reich, antes de conhecido o resultado do plebiscito, sendo isso um dos muitos meios empregados pelos nazistas para um êxito completo da próxima consulta popular.

20. Nessa forma, o plebiscito que será realizado no dia 10 de abril não reveste senão um valor simbólico, pois em nenhuma hipótese ele poderá revogar o atual ato de anexação e de ocupação da Áustria pelo Partido Nacional Socialista, apoiados no exército alemão e em grande parte da população austríaca simpática à incorporação da Áustria ao Reich, uns porque são nacional-socialistas e outros porque veem nessa medida a salvação econômica da Áustria.

21. Aliás, os jornais e publicações oficiais já estamparam cartas geográficas do novo Reich, nas quais a fronteira austro-alemã desapareceu e acentuam, numa alegria mal contida, que a Alemanha presentemente, nos seus novos limites, tornou-se também lindeira com a Iugoslávia, Itália e Hungria; que o Danúbio ficou sendo o maior rio da Alemanha e que o Grossglockner, com 3.798 metros de altitude, passou a ser a montanha mais alta do Reich.

22. Devo, para concluir, declarar que de nenhuma forma existe a menor dúvida sobre os resultados do plebiscito, pois o partido já está procedendo de acordo com a técnica plebiscitária aplicada anteriormente, com feliz resultado, no Sarre e que não poderá ser prejudicada por raras resistências que venham ainda se apresentar na Áustria contra a *anschluss* alemã. Já partiram para Viena e outros pontos do território austríaco os mesmos homens que procederam a esse plebiscito do Sarre, cujos métodos, pouco confessáveis, deram o resultado magnífico para a Alemanha, que se conhece.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] Território e população da Alemanha em 1918 e 1938.

N. 141

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de março de 1938.

Senhor Ministro,

O chanceler Hitler, em Viena, no discurso que proferiu na tarde de sua chegada àquela capital, falou pela primeira vez dos 75 milhões de habitantes que presentemente formam o Reich alemão.

2. Devido às separações territoriais operadas pelo Tratado de Versalhes, a população da Alemanha baixou naquela ocasião a menos de 65 milhões, cifra que até o presente pouco variou.

3. A anexação da Áustria aumentou o número de habitantes do Reich de cerca de sete milhões e meio, e assim a população deste país cresceu sensivelmente, tornando-se mais elevada do que antes da guerra.

4. Deve ser notado que a estrutura interna da população também se transformou, no sentido de que a velha Alemanha continha minorias nacionais que, devido ao Tratado de Paz, quase se separaram completamente.

5. A grande Alemanha de hoje, com os sete milhões e meio de austríacos, está constituída, ao contrário, quase que exclusivamente por uma população germânica.

6. Não mais se encontram raças estranhas dentro das fronteiras do Reich, enquanto que a maior parte dos dez milhões de alemães que até agora viviam fora do território alemão, na Europa Central – e dos quais falou o *führer*, no Reichstag – quase todos já voltaram à antiga pátria.

7. As perdas territoriais sofridas pela Alemanha devido à paz de Versalhes acabam de ser fartamente compensadas com o golpe de força alemão na Áustria e sua conseqüente anexação ao Reich.

8. Depois de Versalhes, como é sabido, além da Alsácia e Lorena, a Alemanha perdeu partes territoriais em quase todas as direções, em favor da Bélgica, Tchecoslováquia, Polônia, Lituânia e Dinamarca, formando uma extensão total de cerca de 70 mil quilômetros quadrados. Com a reunião da Áustria, a Alemanha adquire territórios em uma extensão de 85 mil quilômetros e, nessas circunstâncias, o Reich atual é maior do que a Alemanha em 1914.

9. Quanto às suas capitais, vemos que, depois de Berlim – que conta atualmente quase quatro milhões e meio de habitantes – vem Viena como cidade mais importante, com cerca de dois milhões de habitantes, sendo a terceira Hamburgo com um milhão e meio.

10. Convém salientar que, sendo a população austríaca de crença católica, quase na proporção de 95%, essa percentagem, em relação à classificação religiosa dos habitantes do Reich, na sua totalidade, ficará modificada; mas, sem embargo, a Alemanha continuará a ser um país de grande maioria protestante, mas o aumento do elemento católico poderá, doravante, pesar mais nas deliberações do governo quanto ao desenvolvimento de sua política antirreligiosa e, mormente, anticatólica.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 MAR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O mês político.

N. 143 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Ao fazer a resenha política do mês em curso, parece-me ser coisa necessária esclarecer a íntima ligação dos fatos que culminaram com os extraordinários acontecimentos do dia 12 do corrente, que a História considerará como sendo a fase decisiva da *anschluss* alemã-austríaca.

2. É necessário compreender como a Áustria foi sacrificada e, o primeiro momento de surpresa passado, a evolução aparece com toda sua trágica simplicidade.

3. Um parceiro audacioso ganhou a primeira parada e contempla os adversários, os quais anunciam abertamente que preparam a desforra,



demonstrando porém, pelo menos no momento, a mais completa paralisia de movimentos, senão impossibilidade de ação.

4. É, no entretanto, o instante que escolheu para precipitar a segunda parte do jogo que provoca reação do audacioso, o qual – numa ação decisiva – ganha novamente a partida, da mesma forma que a precedente, somente com uma violência e energia acrescidas e fortificadas pelos seus êxitos anteriores.

5. O primeiro episódio a mencionar é o manifesto do senhor Neville Chamberlain e sua linguagem franca e realista. O primeiro-ministro britânico anuncia primeiramente que vai levar a força armada inglesa ao máximo de potência para que a Grã-Bretanha possa representar eficazmente o papel de árbitro supremo da paz no continente.

6. Desde já resultados impressionantes têm sido obtidos pela indústria de guerra inglesa, mas a potencialidade britânica não estará concluída antes de 1941.

7. Para esperar, Londres busca reconstruir o bloco de resistência das potências ocidentais de Stresa. Já foram iniciadas negociações com a Itália, não para quebrar o eixo Berlim-Roma – pois também foram feitas propostas, no mesmo sentido, à Alemanha – mas estas estão momentaneamente prejudicadas, em virtude do recente golpe de força alemão na Áustria.

8. Apesar de tudo, o objetivo principal do governo de Londres é reformar o grupo das nações interessadas em impedir o prosseguimento da política revisionista na Europa e, especialmente, da bacia danubiana.

9. O segundo episódio é a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia a Roma, uma visita cuja verdadeira significação foi perfeitamente compreendida em Berlim.

10. Há quem diga que o chanceler Beck foi a Roma para acentuar o paralelismo das políticas de Varsóvia e da Itália, as quais acompanham a ação diplomática de Berlim; mas ambas, no fundo, não deixam de temer a intensificação da ofensiva pangermanista.

11. Também é voz corrente que a ida do referido ministro polonês à Itália visou, igualmente, fazer recordar que a Polônia deseja participar das grandes questões internacionais com a ressurreição do pacto das quatro potências.

12. Tudo isso é exato, mas uma coisa deve ser recordada. Refiro-me ao fato da visita ter coincidido com a abertura das negociações anglo-italianas e, como Vossa Excelência sabe, não existe nação mais interessada em uma aproximação entre Roma e Londres do que a Polônia,

porque somente uma organização muito forte das potências ocidentais permitirá às nações que seguem a órbita do Reich alemão de [sic] não se exporem ao grave risco de um duplo jogo.

13. O terceiro episódio reside no fato da Inglaterra entabular conversações paralelas com a Itália e com a Alemanha, mas o ambiente é muito diferente nesses dois casos.

14. Em Roma, o embaixador lorde Perth encontra os italianos dispostos a alargar o raio de ação do acordo sobre o Mediterrâneo. A própria questão espanhola não parece dever suscitar grandes dificuldades. Os nacionalistas afirmam ostensivamente a sua superioridade nos campos de batalha, enquanto a diplomacia moscovita se encarrega de complicar as negociações para o restabelecimento da fiscalização decorrente do Comitê de Não Intervenção.

15. Em Londres, os ingleses consideram a atitude do ministro von Ribbentrop muito arrogante, guardando uma desagradável impressão do tempo em que exerceu o cargo de embaixador do Reich na corte de St. James. Além disso, não consideram a Alemanha bem disposta a discutir, pois só deseja exigir e ordenar. O *Führer* insiste, primordialmente, pela restituição incondicional das antigas colônias alemãs e exige o reconhecimento do direito de exercer livremente sua tutela sobre todos os alemães da Europa Central e dos residentes em qualquer parte do mundo. Os acontecimentos recentes da Áustria demonstram que não se trata de um *bluff*, mas de uma vontade decidida e pronta a ser posta em prática a qualquer momento.

16. Dois outros episódios contribuíram para intensificar as pretensões germânicas: o primeiro é o descrédito total atirado à Rússia pelos escandalosos processos de Moscou e o segundo, a profunda crise política da França.

17. Sendo verdade – e ninguém pode contestar – que a condição *sine qua non* da paz, baseada no respeito da ordem estabelecida pelos tratados e no respeito dos direitos das pequenas nações, é a afirmação da superioridade indiscutível dos elementos de ordem, é fácil de imaginar o efeito produzido em Berlim pelas discórdias francesas e pelas hesitações britânicas.

18. Tenho a impressão que nenhum desses dois países poderia ter dado melhor o ensejo aos alemães sobre a propriedade do [mo]mento para a ação que foi empreendida contra a Áustria e, também, que a situação poder[ia] se tornar muito menos favorável para o Reich

se fosse permitido às outras potências desenvolver futuramente suas combinações políticas.

19. Foi precisamente o momento, que foi escolhido – como informei anteriormente – para tentar uma desforra contra os acordos de Berchtesgaden, arrastando o chanceler Schuschnigg a lançar aos hitlerianos o desafio de um plebiscito improvisado.

20. Os que imaginaram um tal projeto não contavam com a ação premeditada do *führer* e, ingenuamente, ainda acreditaram em uma possível intervenção italiana, ou poder perturbar a tentativa de aproximação anglo-italiana para comprometer a posição política do senhor Chamberlain.

21. Quando a tempestade desencadeou, a Áustria se encontrou uma vez mais isolada e pior foi que já nessa ocasião estavam instalados no governo de Viena os cúmplices das manobras de Berlim, o que permitiu que a anexação integral pudesse ser feita com a aparência de um socorro implorado pela vítima, ameaçada de imaginários perigos graves e iminentes.

22. O caso polono-lituano é mais uma prova da época que vamos atravessando e na qual o direito vai sendo esquecido e a força vai dominando cada vez mais.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O plebiscito austríaco-alemão.

N. 161 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de abril de 1938.

Senhor Ministro,  
Em aditamento a ofícios anteriores sobre a questão austríaca,

devo informar que os oradores do III Reich parecem empenhados em uma verdadeira competição e cada um em seus discursos procura exceder aos outros em violência de linguagem e no tempo que, quase sempre, excede a duas horas.

2. Assim a campanha alemã para o plebiscito prossegue ativamente e não deixa nenhuma ilusão sobre a sorte reservada à Áustria, reduzida desde já a um simples “país” do Reich unificado. Segundo a expressão do próprio *Führer*, no dia 13 de março, foi criada a “Grande Alemanha” e, a 10 de abril, será confirmada definitivamente essa criação.

3. Claramente se percebe o tema, que se presta a naturais desenvolvimentos, de forma a exaltar todas as forças do nacional-socialismo e a encher de orgulho a um povo que se crê eleito entre os demais para dominar o mundo e que jamais consentiu em reconhecer a derrota de 1918.

4. No que diz respeito à Áustria, como já tenho informado em officios anteriores, não há outro remédio para o fato consumado e, além disso, o próprio povo austríaco parece resignado à sua sorte, com uma desconcertante facilidade, e isso impressiona todos os que acreditavam na força moral do movimento patriótico que o antigo chanceler Dollfuss tinha conseguido criar no seu país e que o seu substituto, o ministro Schuschnigg, soube manter e desenvolver no meio das maiores dificuldades.

5. Toda essa armadura política da Áustria desabou de um só golpe sob o peso da força alemã e o que mais impressionou nessa derrubada foi a pressa que teve o episcopado austríaco em apoiar um tal estado de cousas, recomendando aos católicos da velha Áustria de [sic] cumprir o dever de bons alemães, votando a 10 de abril pela *anschluss* do seu país ao Reich nacional-socialista, cujas tendências são dificilmente conciliáveis com os mais respeitáveis princípios de uma sociedade ainda impregnada do espírito cristão. Isso, aliás, já motivou uma reação do Vaticano, que pode acarretar novas complicações nas relações entre a Santa Sé e Berlim.

6. Tudo, nessa campanha para o plebiscito de 10 de abril, fere o mais elementar sentimento de justiça e de equidade. A linguagem revela uma forma brutal de ordem e os atos decretam imposições imperiosas. Assim, o marechal Goering já disse que a Áustria receberá as diretivas para o trabalho do seu reerguimento econômico dentro do Plano Quadrienal do Reich e a nova Áustria será construída segundo o modelo da Alemanha nacional-socialista, com os mesmos métodos.

7. O senhor Goebbels, fazendo alusão a intrigas estrangeiras, disse

que nada impedirá que a Alemanha siga criando fatos consumados – necessários, segundo ele – a garantir a paz europeia. Acrescentou que, nessas condições, no dia 10 de abril, a Alemanha “dará uma bofetada na face do mundo para que sempre se recorde” e que o Reich ficará definitivamente dono da Áustria pela força do seu exército, da sua raça e do número dos seus habitantes, diante de uma Europa sem coragem de reagir, em face do bloco invencível dos germânicos.

8. “O mundo invejoso não quer convencer-se senão por cifras. O voto dirá em forma eloquente como a Áustria quer ser parte integrante do Reich”, assim também diz o senhor Goebbels, e aí está exatamente o ponto delicado, pois o estrangeiro, mormente na Europa Ocidental, acha-se convencido de que a Áustria não deixaria de apoiar o plebiscito projetado pelo senhor Schuschnigg votando em favor do mesmo, se tivesse tido liberdade de assim proceder, no intuito de poder manifestar a sua simpatia pelo regime instaurado pelo senhor Dollfuss.

9. Essa opinião parece ter sua confirmação no fato mesmo da *anschluss* e assim foi que o chanceler Hitler, não podendo suportar que a sua almejada presa lhe escapasse, precipitou os acontecimentos provocando a queda do governo Schuschnigg, a fim de impor à Áustria indefesa a inflexível vontade do Reich. Uma vez iniciado o movimento e sem a menor resistência dentro do território austríaco e fora dele, tudo foi consumado rapidamente, conforme anteriormente expus em ofício remetido à Secretaria de Estado.

10. A esse raciocínio, que muitos defendem, os alemães replicam que, na sua opinião, o plebiscito preparado pelo senhor Schuschnigg não era sincero e foi feito de forma desleal, pois tinham fixado em 25 anos o limite de idade para o exercício do voto, medida que excluía imediatamente parte da juventude austríaca onde o hitlerismo contava os seus mais fervorosos adeptos. Além disso, dizem mais os alemães, apenas três dias foram concedidos aos cidadãos para organizar uma consulta popular de tamanha importância e – isso deve ser reconhecido – foi um grave erro do senhor Schuschnigg. Ele, porém, tinha em vista evitar a agitação de uma longa campanha eleitoral.

11. A outra acusação alemã consiste em que as listas eleitorais não estavam em dia e tudo seria feito fraudulentamente nesse sentido, o que serve de pretexto ao novo poder para atacar o senhor Schuschnigg, que considera culpado de ter querido separar do tronco germânico uma de suas grandes partes.

12. O marechal Goering acaba de anunciar que o antigo chanceler

austriaco deverá comparecer perante um tribunal, devido à sua tentativa de realizar um plebiscito contra a Alemanha. Foi, segundo aqui consta, oferecido várias vezes ao referido ex-chanceler a faculdade de deixar a Áustria, pois, sem dúvida, as autoridades não têm interesse em transformá-lo em mártir, com um possível aumento do seu prestígio. Assim, não tendo logrado aquela tentativa, hoje se esforçam em desacreditá-lo, na medida do possível, antes da consulta popular fixada para o próximo dia 10; e essa consulta, procuram fazer crer que será inteiramente livre.

13. Escrutínio secreto, dizem eles, mas trata-se de convencer a uma opinião muito cética sobre a sinceridade de um voto popular neste país.

14. Explicam que o votante não terá nada a escrever e apenas deverá marcar com uma cruz sobre os espaços reservados para um sim ou para um não.

15. Os alemães votarão ao mesmo tempo [*em*] que os austríacos, mas, para bem marcar a diferença, as cédulas dos primeiros serão azuis, e brancas as dos segundos.

16. Não me é possível fazer um exato julgamento sobre uma operação política que ainda não foi efetuada, mas certos indícios permitem supor que é tão grande a certeza da vitória, que o Reich não esperou a data do plebiscito para o início da completa absorção do Estado austríaco.

17. A propaganda é feita para impressionar as massas, atraindo principalmente o proletariado austríaco.

18. Os sem-trabalho na Áustria atingem a 400.000 e medidas urgentes para remediar uma tal situação já estão sendo postas em prática; e, ao mesmo tempo, o povo vai sendo instigado contra os judeus. Nesse sentido, procuram mostrar a diferença da miséria dos desocupados com a riqueza e prosperidade dos círculos israelitas de Viena.

19. O senhor Himmler, chefe-geral da polícia do Reich, já está organizando – na capital austríaca – uma administração equivalente à Gestapo e, assim, melhor garantir a situação, conquanto não pareça oferecer o menor perigo.

20. Acredito que seja pelo lado da economia política que o Reich busque ganhar um maior número de partidários para a *anschluss*. A construção de autoestradas vai logo ocupar um considerável número de trabalhadores. A exportação de manteiga austríaca para os centros alemães também resolverá um sério problema deste país e favorecerá

aos camponeses austríacos, muito prejudicando os exportadores tchecos e dinamarqueses.

21. A Áustria comprará à Alemanha apenas o seu carvão, o que constitui mais um prejuízo para Praga. As forças motrizes vão ser desenvolvidas com a intensificação do turismo e o troco do *shilling* contra marcos vai coroar essa obra.

22. O câmbio de um marco contra um *shilling* e meio pode, conforme anteriormente informei, parecer generoso. A moeda austríaca vale, na taxa oficial, 0,82 de francos suíços e o marco oficial na mesma moeda um franco e setenta e seis cêntimos. No mercado livre externo, o marco vale setenta e oito cêntimos de franco suíço e o *shilling* apenas setenta. Assim, se na própria Áustria a operação parece favorável à população, na realidade é contrária aos interesses dos possuidores de *shillings* no estrangeiro.

23. O Reich obtém o desaparecimento do *shilling* em face do marco e a operação, aparentemente vantajosa para a Áustria, é na realidade muito mais proveitosa para a Alemanha, considerando o valor real do marco no presente momento.

24. Todos esses esforços buscam arrastar a massa do povo austríaco e no fato consumado existe, sem dúvida, um grande poder de atração. Isso continua a ser explorado a fundo e todos hoje compreendem que estamos diante do inevitável, uma vez que as potências aliadas e associadas, atualmente todas desunidas, não dispunham de meios de impedir a marcha, ou antes, a parada das tropas de ocupação alemãs através do território austríaco.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 04 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A questão austríaca.

N. 168 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 4 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

A título informativo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o embaixador da Inglaterra nesta capital entregou ontem ao ministro dos Negócios Estrangeiros duas notas do governo britânico.

2. A primeira dessas notas informou oficialmente ao governo do Reich que a legação da Grã-Bretanha em Viena será suprimida no dia 15 do corrente mês, sendo logo substituída por um consulado-geral. Na mesma ocasião, foi pedido exequatur para um cônsul-geral em Munique, com jurisdição na Baviera e Áustria.

3. Na segunda nota, o governo inglês declarou reservar o seu direito de ulteriormente discutir com o governo alemão sobre as questões “relativas a convênios, tratados e outros assuntos”, que possam ser suscitados como consequência da “anexação da Áustria ao Reich”.

4. A imprensa alemã, mencionando esse fato, exprime sua satisfação pela decisão tomada pelo gabinete de Londres e declara que ele “fez prova de um sentimento amistoso e realista reconhecendo tão rapidamente a *anschluss* com o caráter absolutamente natural de um tal acontecimento”.

5. Idêntica atitude foi adotada pelos governos de Paris e de Bruxelas, tudo indicando que esses três países agiram de comum acordo.

6. Os consulados-gerais da França e da Bélgica terão suas sedes em Viena.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 06 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A questão dos sudetos na Tchecoslováquia.



N. 174 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

A atenção mundial, desde a anexação da Áustria pela Alemanha, está voltada para a Tchecoslováquia, que todos julgam será a próxima vítima da política expansionista pangermanista.

2. No decurso dos últimos meses, apareceram numerosos artigos na imprensa alemã referentes às negociações que precederam a paz de 1919 e, em geral, insistiam sobre o fato que os sudetos não foram jamais consultados sobre a sua sorte, tendo sido autoritariamente incorporados à Tchecoslováquia, apesar de certas hesitações dos próprios autores do Tratado de Versalhes e de Saint Germain. Essa incorporação, continua a imprensa de Berlim, como a proibição da *anschluss* austro-alemã, implicava uma violação formal do direito dos povos proclamado pelo presidente Wilson.

3. Todos devem observar que, até a presente data, nem a opinião alemã nem os sudetos jamais pediram uma modificação do estatuto territorial de 1919. De ambos os lados da fronteira, sempre se limitaram à reivindicação de uma autonomia análoga à existente nos cantões suíços e nunca foi feita a menor referência a uma anexação à Alemanha.

4. O discurso recentemente proferido em Praga pelo presidente do Conselho, senhor Hodza, no qual declara que o governo tcheco está decidido a resolver a questão das minorias “dentro do quadro da Constituição”, foi acolhido nos meios políticos alemães com ceticismo.

5. Declaram esses mesmos meios que não é a primeira vez que o governo alemão se encontra em face de promessas formais da Tchecoslováquia de resolver a questão dos sudetos. Acrescentam que é necessário esperar, antes de fazer qualquer juízo sobre o projeto do senhor Hodza em relação ao mesmo assunto.

6. Insinuam, na mesma ocasião, que o problema dos sudetos não poderá ser resolvido independentemente dos outros, sobre minorias que existem na Tchecoslováquia e que interessam principalmente à Polônia e à Hungria.

7. A imprensa alemã se limita em fornecer resumos do referido discurso, abstendo-se de qualquer comentário, mas dedica uma grande publicidade às notícias relativas aos diversos problemas minoritários, que muito preocupam o governo de Praga.

8. A última reunião dos partidos alemães, sob a bandeira de Henlein, o chefe alemão dos Sudetos, forneceu aos jornais de Berlim a ocasião para declararem que “ficou provado não ser possível a existência de um Estado nacional tcheco”. Insistem sobre as reivindicações dos eslovacos e a imprensa cita igualmente, com simpatia, as reclamações húngaras e polonesas sobre os pseudodireitos das minorias desses dois países na Tchecoslováquia.

9. A tendência que se nota, nesse conjunto de informações, é que existe o propósito de acentuar que o problema dos sudetos não é uma questão isolada e buscam aqui estabelecer um paralelo ousado entre o movimento sudeto e o movimento autonomista de certos partidos eslovacos. A Alemanha, reivindicando para os seus compatriotas o direito dos povos de disporem livremente seu destino, procura simular que não alimenta desejos imperialistas e não empreendeu uma luta egoísta.

10. O *Lokal Anzeiger* não vê, no discurso do chanceler Hodza, senão o anúncio de uma lei única consolidando todas as disposições anteriormente adotadas em matéria minoritária. Julga o mesmo jornal que isso não pode, absolutamente, satisfazer as reivindicações, que considera justas, dos sudetos.

11. Sobre as intenções exatas do governo do Reich, ninguém pode fazer prognósticos; mas, tudo leva a crer que os seus propósitos de absorção da Tchecoslováquia obedecem a um programa mais prudente do que o executado em relação à Áustria. Talvez o Reich busque, momentaneamente, obter a conclusão de um acordo razoável com o governo de Praga, mas não deve ser desprezada a possibilidade de uma intervenção, mesmo militar, se forem apresentadas propostas julgadas inaceitáveis pelo governo de Berlim, que provoquem perturbações internas no país vizinho e sirvam de pretexto para uma ação de força, aparentemente destinada a proteger os três milhões de alemães residentes na Tchecoslováquia, tal como marcou o início da fulminante ocupação militar e imediata anexação da Áustria.

12. Isso seria grave e poderia determinar um conflito, cujas consequências são imprevisíveis, bastando as recentes e categóricas declarações sobre a defesa da independência tchecoslovaca feitas pelos governos de Paris e de Moscou.

13. De qualquer forma, uma tal situação, cheia de perigos, não impede que muitos alemães proclamem abertamente que o Reich, em futuro mais ou menos próximo, não somente incorporará à sua população os sudetos da Tchecoslováquia, mas, também, as minorias alemãs

de Danzig, da Alta Silésia, de Memel e de alguns outros territórios; e isso sem nenhum receio, devido ao respeito – e mesmo medo – que a Alemanha, dizem eles, impõe desde já ao mundo, com a sua poderosa esquadra e o seu “terrível” exército terrestre e aéreo.

14. Essas palavras, embora partindo, na maioria, de órgãos irresponsáveis, são frequentemente proferidas e – sem serem, de qualquer forma, desautorizadas – fazem supor, mormente neste país que, apesar de tudo, elas não são inteiramente sem valor. Isso ainda mais contribui para manter a intranquilidade geral, com graves riscos para a paz no mundo, mormente quando se sabe que o real desejo da Alemanha é liquidar o problema dos sudetos com a partilha da Tchecoslováquia entre o Reich, a Polônia e a Hungria, colocando ainda uma vez todos os países em face de um fato consumado.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 06 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] Medidas para restringir as migrações de operários.

N. 177

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

A penúria da mão de obra qualificada obrigou a Alemanha a tomar medidas muito severas para restringir as migrações de operários.

2. Recentemente, um grande número de trabalhadores que tinham sido engajados nas oficinas da nova fábrica construída em Fallersleben para a produção de automóveis populares foram forçados a regressar às empresas onde anteriormente trabalhavam e que tinham deixado visando obter maior salário.

3. Os escritórios de trabalho que funcionam na mesma região rece-

beram ordens do Ministério do Trabalho de não engajar senão operários e trabalhadores licenciados por falta de trabalho e de avisar às empresas quando operários ali se apresentem sem comprovar que foram “legalmente” despedidos.

4. O caderno de trabalho que cada operário ou trabalhador deve possuir permite fiscalizar as transferências, que podem ser julgadas “injustificadas” e que não são permitidas pelas leis do Reich.

5. Para corrigir em parte essa situação, foi permitido o ingresso na Alemanha de cerca de dez mil trabalhadores rurais italianos, por espaço de dois anos, com possibilidade de prolongamento desse prazo, os quais deverão chegar proximamente.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 23 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O plebiscito sobre a *anschluss* austro-alemã.

N. 211 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 23 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

O plebiscito realizado no dia 10 do corrente, conforme informei a Vossa Excelência pelo meu telegrama n. 43, não trouxe nenhuma surpresa, dadas as condições como foi organizado depois do golpe de força contra a Áustria independente e como tratei em ofício anterior.

2. O objetivo era aparentemente fazer aprovar, por uma consulta popular, na Áustria e na Alemanha, o ato de incorporação do território austríaco ao Reich tal como foi realizado e recrutar os membros do novo Reichstag, organismo sem valor político neste país, a serem designados, segundo a lista estabelecida anteriormente pelos dirigentes do Partido Nacional-Socialista.

3. Os resultados dessa consulta, como Vossa Excelência sabe, foram em tudo conformes às previsões e a participação eleitoral foi quase total e a quase unanimidade dos eleitores (99,03%) aprovou a anexação da Áustria ao Reich alemão.
4. Se admitirmos que, depois de uma campanha de uma extensão sem precedente, o[s] alemã[es] do Reich, desde 13 de março, tinha[m] praticamente sancionado a ocupação da Áustria, poderemos mais dificilmente compreender que uma maioria ainda mais compacta (99,75%) tenha sido obtida na Áustria em favor da *anschluss*, nesse país onde, ainda há pouco tempo, o sentimento nacional dominava e onde a oposição marxista, cada vez mais ligada ao governo, era francamente hostil ao Partido Nazista.
5. A presente consulta popular – sobre um fato consumado e contra o qual não há meio algum que permita à Áustria de [sic] recuperar a sua independência – mostra claramente ser uma simples formalidade das mais características do regime nacional-socialista e que permite, aos dirigentes deste país, afirmar que eles agem realmente em nome de todo o povo alemão, quando de fato não sobra a esse povo, ao qual toda a atividade política é proibida, fora da atividade nazista, senão aprovar docilmente o que foi realizado pelo partido e pelo governo.
6. Não foi pedido ao povo que se pronunciasse pró ou contra a *anschluss*, no ponto de vista dos princípios; mas, foi simplesmente reclamada a sua aprovação da união, ou melhor, absorção da Áustria pelo Reich, realizada a 13 de março findo.
7. Mesmo no caso em que o povo alemão tivesse sido consultado antes do golpe de força, não creio que a resposta fosse diferente da obtida pelo plebiscito, pois a *anschluss* estava consagrada como desejo ardente de todos os alemães, desde a terminação da guerra e a dessa luta que os chanceleres Dollfuss e Schuschnigg tiveram que manter para sustentar e defender a independência de sua pátria. Ficou assim provado que, na própria Áustria, certos elementos fortemente trabalhados pela propaganda nacional-socialista preconizavam essa solução.
8. Assim se processou toda essa ação política para consagrar definitivamente a morte do governo da Áustria e de sua soberania como nação independente.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 25 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] O mês de política interna do Reich.

N. 216 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 25 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

O fato mais sensacional em matéria de política interna foi a recente resolução do *führer*, determinando uma trégua da propaganda e de qualquer ação da política nacional-socialista, logo após a anexação da Áustria, a qual deve terminar no dia 30 do corrente.

2. O povo alemão, que permaneceu durante os últimos tempos em estado de alerta, foi agora por assim dizer autorizado a repousar e os seus dirigentes buscam demonstrar que dominam completamente as massas populares e que suas ordens são cumpridas integralmente, sem hesitação nem protesto.

3. Devo, porém, ponderar que uma incerteza paira no meu espírito ao contemplar esse quadro, pintado aqui em cores vivas, para demonstrar a absoluta obediência ou submissão de todo um povo. Refiro-me à indocilidade do clero católico alemão.

4. Foi registrado com satisfação, em Berlim, que as regiões católicas da Alemanha forneceram maiorias consideráveis de “sim” no plebiscito de 10 do corrente; mas, no entanto, a falta de entusiasmo dos bispos alemães, em relação a essa consulta nacional constitui um motivo de rancor.

5. A unanimidade dos distritos operários, por ocasião do plebiscito, satisfez o governo nazista; mas, apesar dessa manifestação, foram recentemente tomadas certas medidas para impedir abusos no que se refere à acumulação arbitrária das cotas e impostos, cobrados sobre os salários, pelas organizações do partido, cujos chefes gastam exageradamente e ostentam um luxo deveras impressionante.

6. Recentemente, diversos órgãos alemães reclamaram a publicação

dos orçamentos das instituições nacional-socialistas, que, até agora, não são divulgados e são empregados sem nenhuma fiscalização, não se lhes publicando as verbas.

7. O ministro dr. Goebbels, que dirige a propaganda na Alemanha, desde logo procedeu à reorganização das Câmaras de Cultura do Reich, as quais grupam cerca de 250.000 trabalhadores nas indústrias do livro, do cinematógrafo, do teatro etc., reduzindo sensivelmente a taxa das cotizações obrigatórias ao partido.

8. As organizações nazistas descontam, dos salários e vencimentos, impostos que atingem a quarta parte do total bruto daquelas somas, quando não a ultrapassam.

9. Estou informado de que ordens, extremamente severas, foram dadas para que, de futuro, não mais sejam descontados dos salários e vencimentos dos trabalhadores, operários e funcionários, as somas até agora exigidas para assinaturas de publicações oficiais do partido, mas essa medida já não satisfaz as reivindicações operárias e dos empregados do Estado; e as reclamações dos interessados alcançam presentemente as contribuições múltiplas, julgadas excessivas e exigidas pelos organismos corporativos, dos quais todos os trabalhadores ou operários fazem parte obrigatoriamente.

10. A questão da publicidade dos orçamentos, além dos referentes ao Estado e aos “países” ligados ao Reich, parece que deverá fornecer, depois da trégua da Páscoa, assunto a controvérsias interessantes nos meios da alta administração.

11. Certos elementos do partido julgam necessária essa publicação, não só para reforçar a confiança do povo no governo, mas também para pôr um termo a certos gastos exagerados dos dinheiros do Estado.

12. Os responsáveis pelo equilíbrio financeiro do Reich já se mostram inquietos em relação às enormes cifras atualmente gastas e cujo emprego não lhes parece fiscalizado de modo bastante claro.

13. Essa questão financeira parece encobrir uma luta secreta já existente entre diversos grupos, todos pretendendo obter sempre melhores posições na direção dos negócios públicos.

14. Naturalmente, tudo isso se passa dentro do mais absoluto sigilo, mesmo porque na forma do regime, qualquer protesto seria logo reprimido com sanções extremamente severas.

15. Algumas das presentes informações já circularam no estrangeiro e sei que causaram aqui um profundo desagrado, tendo determinado um rigoroso inquérito da Gestapo, do qual resultou a prisão de vários

indivíduos, na maioria estrangeiros, ligados a centros de publicidade ingleses e norte-americanos.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

[Índice:] A política europeia.

N. 221 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Em geral, a imprensa alemã comentou favoravelmente o recente acordo anglo-italiano, congratulando-se por essa nova confirmação da excelência da política, preconizada pelo *führer*, de garantir a paz por meio de acordos bilaterais.

2. Esse ato internacional trouxe, sem dúvida, uma certa confiança e produziu uma maior calma nos meios políticos, os quais proclamam ter havido uma visível melhoria nas relações entre os países europeus, pois o acordo referido permite a possibilidade de ser obtida finalmente a conclusão do pacto das quatro potências – Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha – que poderá receber a adesão da Polónia.

3. Os protocolos assinados em Roma suprimem de todo a ameaça que pesava, desde três anos, de uma guerra no Mediterrâneo e a ideia de paz acha-se consideravelmente reforçada.

4. O acordo a que chegaram os gabinetes de Roma e Londres vale principalmente pelo seu lado psicológico, pois no plano prático ele só vigorará quando a guerra de Espanha terminar e quando forem repatriados os voluntários italianos que atualmente se batem em território espanhol.

5. Considera-se a assinatura desse acordo não como uma conclusão, mas como um ponto de partida com um objetivo certo, visando à



distensão das relações europeias. Trata-se de um acordo bilateral, oferecendo, porém, a perspectiva de abranger outros países dado o atual desenvolvimento da política internacional. Atrás de Roma vemos Berlim e, atrás de Londres, está Paris.

6. Não resta dúvida que na capital italiana se operou a junção dos dois eixos, Paris-Londres e Berlim-Roma, que até agora eram antagônicos e que, doravante, poderão congregarem-se.

7. Sob o signo do acordo anglo-italiano serão baseadas, em maio próximo, na cidade de Roma, as conversações que terão lugar entre os senhores Mussolini e Hitler. E é, também, em harmonia com as bases desse acordo que se desenvolverão, em Londres, no fim do mês corrente, os entendimentos entre os senhores Chamberlain, Daladier, Halifax e Bonnet.

8. Tudo isso se prevê pelo início de conversas ítalo-francesas, em Roma, sendo que a França já se mostra disposta a liquidar com a Itália todas as questões litigiosas que dificultaram as relações franco-italianas.

9. Os espíritos críticos continuarão a dizer que o resultado obtido é insuficiente e insistirão por discutir os problemas que não foram ostensivamente abordados.

10. Como já tive ocasião de dizer, Londres está moralmente aproximada de Paris e Roma, de Berlim. Sem dúvida, subsistem motivos de apreensão, especialmente na Europa Central, onde não existem seguranças sobre a sorte da Tchecoslováquia, cujos esforços para liquidar o problema das minorias, cada vez mais em foco, ainda não produziram os resultados desejados e onde a agitação nazista, instigada abertamente pela Alemanha, torna-se dia a dia mais ameaçadora.

11. O perigo que perdura na Europa Central, de provocar um conflito internacional, decorre da ruptura do equilíbrio em favor do Reich e essa ruptura não se teria produzido se a aproximação anglo-italiana houvesse sido efetuada seis meses antes; e, também, se a França, em vez de se entregar a experiências marxistas, tivesse continuado a representar o papel normal de sua tradicional política externa.

12. O restabelecimento político, recentemente operado em Londres e há bem poucos dias em Paris, é – de maneira evidente – um pouco tardio, mas é de natureza a preparar a Europa nova para melhor defender a paz.

13. A situação é, entretanto, agora de aspecto diferente da que existia há uma semana apenas, pois a Itália – naquela ocasião inteiramente dominada pelo eixo Berlim-Roma – não podia, sem o apoio britânico,

conter nas fronteiras com a antiga Áustria a perigosa expansão germânica. O *führer* está, neste momento, menos dono da Europa. Depois que Roma e Londres se entenderam e que Paris marcha para uma composição diplomática com a Itália, sempre no sentido de se defenderem contra a Alemanha, cujas ambições são dificilmente domináveis, formou-se rapidamente um ambiente de expectativa em relação às medidas a serem tomadas no sentido de se coordenar uma ação de conjunto para deter a avalanche pangermanista e de evitar de qualquer forma que o senhor Hitler realize o seu sonho de dirigir pessoalmente os destinos da Europa.

14. O chanceler alemão, pelas suas próprias palavras, deve muito ao *duce* e este, talvez, poderá exercer uma influência benéfica no intuito de levar a Alemanha para um entendimento geral.

15. Pelo que vemos e podemos concluir dos recentes atos, a situação geral apresenta sintomas favoráveis à paz, porque a política britânica, de calma e ponderação, tende [a], em futuro mais ou menos próximo, chegar a um acordo com o Reich, o que seria apoiado pela Itália e também pela própria França.

16. Será certamente mais difícil entender-se com o senhor Hitler do que com o senhor Mussolini; mas, se previamente entre Londres, Paris e Roma melhorarem as relações, as conversações político-diplomáticas, a princípio paralelas e depois comuns, poderão elas preparar o terreno para um novo equilíbrio europeu, ardentemente desejado pelos adversários irredutíveis da guerra.

17. Sintomas de distensão, decorrentes da atual atmosfera internacional, já podem ser considerados como um grande progresso, permitindo mesmo um certo otimismo depois das graves crises que a política europeia atravessou nestes últimos três anos e que, por tantas vezes, pôs em perigo a paz mundial.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 29 ABR. 1938 • AHI 04/03/10

---

[Índice:] Novo empréstimo alemão.

N. 224 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 29 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Segundo notícias hoje divulgadas em caráter oficial, o governo do Reich resolveu a próxima emissão de um novo empréstimo interno de um trilhão de *Reichsmark*, vencendo juros de 4½ por cento, ao ano.

2. Desde logo, já foram subscritos cerca de 250 milhões de marcos, desse empréstimo, por parte dos principais estabelecimentos bancários que serão encarregados de lançar o empréstimo.

3. O tipo da emissão será de 98,75% e com prazo de vinte anos para amortização por sorteio, a partir do ano de 1953.

4. Esse empréstimo é destinado a ocorrer aos gastos imediatos, decorrentes da anexação da Áustria e, como compensação, o Reichsbank receberá os valores dos bens dos austríacos existentes no estrangeiro.

5. Não resta dúvida que, de qualquer forma, a dívida alemã ficou sensivelmente aumentada, pois houve um acréscimo da circulação do papel moeda. O Reichsbank já declara que a moeda alemã circulante no Reich, incluindo a Áustria, atingiu a 5 trilhões e 600 bilhões de marcos, enquanto que, há dois meses, apenas alcançava 4 trilhões e 800 bilhões de marcos, mas o encaixe-ouro permaneceu em 70.500.000 marcos, o que praticamente é insuficiente para garantir aquela massa considerável de papel moeda.

6. Tem causado estranheza o Reichsbank continuar a não mencionar, no seu encaixe-ouro, o depósito metálico do Banco do Estado austríaco em Viena, do qual a Alemanha se apoderou, e isso faz crer que o Reich tenha destinado essa quantia para reforçar o fundo secreto do Tesouro de guerra, que muitos afirmam existir, embora várias vezes isso tenha sido desmentido oficialmente.

7. O fato, porém, de não se saber onde se encontra e a que se destina a reserva-ouro austríaca, tem dado causa a comentários desfavoráveis, existindo mesmo o receio de que uma parte dessa soma haja sido extraviciada, por falta de fiscalização, ou tenha sido despendida com prêmios ou para outros fins inconfessáveis.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 02 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão das minorias alemãs na Tchecoslováquia.

N. 233 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 2 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

O congresso dos alemães dos Sudetos, que se realizou há dias em Carlsbad, tem despertado uma vez mais a atenção dos meios políticos e diplomáticos para o problema interno da Tchecoslováquia, o qual pela sua natureza pode ter as mais graves repercussões sobre a situação geral da política europeia e principalmente na Europa Central.

2. O Reich hitleriano pretende, como já tenho informado, desempenhar o papel de protetor natural da minoria alemã naquele país vizinho, assim como de todas as populações germânicas que residem fora das fronteiras da Alemanha.

3. É certo que o governo de Berlim não cessa de declarar que não intervirá jamais nos negócios internos dos outros Estados, mas não deixa de incentivar a atividade das organizações minoritárias pró-alemãs que se agitam dentro do quadro dos países vizinhos e é o que empresta à ação dessas minorias um caráter deveras perigoso para a manutenção da paz.

4. Nenhum governo consciente de suas responsabilidades e da dignidade da vida nacional pode tolerar uma ingerência estrangeira, sob qualquer forma, nos assuntos internos da nação que ele tem o dever de defender, assim como os seus interesses morais e políticos, e no caso presente, o movimento dos alemães dos Sudetos está visivelmente di-

rigido pelos organismos do Partido Nacional-Socialista, que constitui a formação política do III Reich.

5. O manifesto divulgado em Carlsbad pelos sudetos alemães, vindo depois das últimas iniciativas do governo de Praga, mostra claramente como se apresenta, no plano interno, a questão da Tchecoslováquia.

6. Os alemães exigem, para sua satisfação, uma mudança radical da Constituição do Estado e uma reforma completa da política exterior Tchecoslováquia.

7. Os oito pontos que constituem as reivindicações do *führer* dos sudetos, apresentados no seu discurso de Carlsbad e dirigidos ao governo de Praga, têm um aspecto nítido de um *ultimatum*.

8. Com efeito, em certos círculos políticos alemães não existe a menor dúvida sobre o fato de que o chefe dos sudetos, antes de tomar outras decisões, esperará uma quinzena de dias para dar tempo ao governo tchecoslovaco de tornar pública a sua posição. No caso de ser negativa a resposta, os sudetos então recorrerão a medidas particulares, que serão, em última análise, uma resistência passiva, e um tal estado de coisas encerra evidentemente uma ameaça que pode dar origem às maiores complicações.

9. Está claro, a imprensa germânica, interpretando o pensamento deste governo, aprova integralmente as reivindicações formuladas pelo *führer* sudeto. Ela as julga naturalmente muito moderadas e, contrariamente a certas interpretações otimistas da imprensa britânica, recusa em [sic] considerá-las como um programa máximo e afirma que, ao inverso do que se propala, trata-se de um programa mínimo em relação ao qual os sudetos estariam decididos a não admitir qualquer regateio.

10. A linguagem das gazetas é de uma clareza que não deixa lugar a qualquer equívoco, pois lembra o tom da linguagem empregada aqui, ainda há pouco tempo, em relação à questão austríaca.

11. O governo de Praga fica intimado e prevenido de que as reivindicações do chefe Henlein são "de todo um povo e que a Alemanha não poderá ficar indiferente em face da sorte dos seus irmãos de raça e que têm sido espoliados e tiranizados pelos tchecos durante vinte anos".

12. Várias vezes, como tive oportunamente ensejo de informar, os jornais têm recordado as declarações formuladas nesse sentido pelo *führer*, no dia 20 de fevereiro, no Reichstag, assim como as feitas pelo marechal Goering em duas outras ocasiões. Essas declarações, que estão presentes na memória de todos, significavam ao mundo que o Reich nacional-socialista está identificado inteira-

mente com os alemães da Tchecoslováquia. Agora ouvimos que o governo de Praga é o árbitro da paz na Europa.

13. Acrescentam os que assim falam que, se Praga reconhecer os direitos dos sudetos, isto é, se o governo tchecoslovaco conceder aos sudetos a autonomia integral que eles reclamam e que os tchecos denominam de separatismo, não somente a Tchecoslováquia teria contribuído para a paz europeia, mas o seu prestígio ficaria extraordinariamente aumentado.

14. Essa argumentação é bem curiosa, pois independentemente das oito reivindicações de política interna do senhor Henlein, os sudetos exigem do governo de Praga a denúncia dos tratados de defesa e amizade concluídos com a França e a Rússia, e isso fará obter uma boa amizade com a Alemanha.

15. Conforme o meu telegrama n. 51, de 29 de abril último, tenho a impressão de que desde poucos dias a situação nesse canto da Europa agravou-se de modo sensível.

16. As declarações sensacionais do senhor Henlein, que naturalmente foram inspiradas ou ordenadas pelo Partido Nacional-Socialista alemão, contribuíram poderosamente para alimentar os rumores pessimistas que circulam desde alguns dias nos meios diplomáticos estrangeiros de Berlim.

17. Faço alusão a uma pretendida existência de uma Legião Sudeta, composta de emigrados pertencentes à minoria alemã da Tchecoslováquia, acampada em vários pontos do Reich, próximos à fronteira desse país.

18. Até agora as autoridades alemãs não desmentiram esses boatos, cuja verificação de serem reais é deveras difícil.

19. No entanto, o que parece certo é que nos meios políticos alemães todos julgam poder acreditar que a solução do "problema tchecoslovaco" não tardará muito e que o discurso de Carlsbad inaugura uma ofensiva que aqui interpretam como decisiva e rápida.

20. Os tchecoslovacos devem festejar no mês de junho o vigésimo aniversário da criação da república e assim parece-me acertado ligar esse fato ao desejo dos alemães de resolver a pendência antes dessa data.

21. Não é fácil prever o que poderá suceder se ocorrerem desordens entre sudetos e os tchecos, e se a resposta do governo de Praga for, como se espera, negativa às exigências dos sudetos. Muitos pretendem que, em tal caso, os alemães da Tchecoslováquia, comandados pelo

senhor Henlein, poderiam proclamar a sua separação e incorporação ao Reich alemão. Daí as complicações graves que poderão surgir, se houver apoios militares de um e outro lado dados pela Alemanha e pela França e Rússia, respectivamente.

22. Não devemos perder de vista que os nacionalistas húngaros, minoritários na Tchecoslováquia, desde algum tempo também se agitam naquele país de forma a permitir as mais sérias apreensões.

23. Durante a visita do chanceler Hitler ao senhor Mussolini, que hoje teve início, poderá ficar esclarecido se, ainda desta vez, será evitada a guerra que todos tanto temem, mas que, infelizmente, até agora nada foi feito senão prepará-la e que já se teria declarado, com todas as suas horrorosas consequências, se não tivesse sempre oportunamente havido a ponderada e esclarecida intervenção do governo de Londres, o qual em certas ocasiões tem chegado, para um tal fim, a fazer incríveis concessões para garantir a paz.

24. Tudo indica que hoje, mais do que nunca, a Inglaterra – fiel a essa política – não medirá esforços para uma vez mais lograr um tal resultado.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] Nacionalização das escolas.

N. 242 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 11 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 226, de 30 de abril último, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência – em anexo, acompanhado de uma tradução em português – um recorte do *Berliner-Börsen-*

*Zeitung*, de 4 do corrente, no qual são feitas novas críticas acerca da nacionalização de escolas e das medidas tomadas pelo governo brasileiro contra as organizações de caráter político mantidas por estrangeiros no nosso território.

2. O *Berliner-Börsen-Zeitung* é um órgão intimamente ligado ao Ministério da Economia do Reich, de maneira que as opiniões nele exaradas não deixam de ser o pensamento da administração alemã. O artigo merece, pois, ser analisado, devendo-se notar que é a segunda vez que o aludido jornal se ocupa das questões acima mencionadas.

3. O introito do artigo é um desabafo contra a imprensa americana e o azedume com que é concebido bem deixa ver a mágoa dos jornais alemães, manifestação ciumenta de fundo político, econômico e racial. As relações políticas dos E.E.U.U. com o Brasil, o comércio entre os dois países, o ódio nazista a certa imprensa americana de origem judaica, são todos motivos para que, em casos como este, sejamos alvejados de maneira ainda mais intensa pelos jornais alemães, recebendo diretamente os ataques que não nos são destinados. O articulista não perdeu, mesmo, a ocasião para tornar a falar no arrendamento dos *destroyers*, ao criticar a política de solidariedade pan-americana dos Estados Unidos.

4. Digna de nota é a afirmação de que não há minorias alemãs no Brasil, no sentido do problema minoritário europeu. No fim do artigo, entretanto, há nova referência ao assunto, desta vez, para profetizar a formação delas, como consequência da "opressão forçada da cultura e da língua alemãs nos estados brasileiros do sul".

5. Há uma frase atribuída a um inspetor escolar brasileiro "que declarou preferir que as crianças de origem alemã desçam ao nível da instrução brasileira a dez por cento a que recebam nas escolas alemãs uma instrução a cem por cento". A forma desse pensamento é genuinamente alemã, de maneira que difícil se torna conciliá-la com o modo de pensar de um brasileiro, mormente de um inspetor escolar. O efeito dessas asserções, entretanto, é dos mais seguros e não haverá um alemão que tenha lido o artigo, que não creia piamente no pouco valor do ensino nacional. No fundo, o que mais desagradou foi o fechamento das organizações do partido, que virá obrigar o governo alemão a lançar mão de outro recurso para a continuação da obra da *Auslandsorganization* no nosso território.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.



Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo 1*]

Recorte do *Berliner-Börsen-Zeitung*, de 4 maio 1938.

[*Anexo 2*]

Tradução do artigo do *Berliner-Börsen-Zeitung*.

#### CAMINHOS ERRADOS

#### A "NACIONALIZAÇÃO" DOS BRASILEIROS DE SANGUE TEUTO

Quando há algum tempo a imprensa alemã chamou a atenção para certas medidas tomadas pelo governo brasileiro contra os alemães natos (Reichsdeutsche) e as suas organizações, isso provocou da parte da imprensa americana uma tempestade, desde o Alasca até a Terra do Fogo, com o fim de demonstrar ao Brasil a solidariedade pan-americana. A opinião pública americana arvorou-se de modo tão enérgico em protetor do Brasil que, em certos círculos brasileiros, se chegou a manifestar receio por tão demasiada proteção. Um jornal brasileiro preveniu contra a utilização dessa defesa oferecida, porque um país que aceitasse ser protegido desse modo cessaria de ser uma nação independente. A essa mesma conclusão chegaram também alguns jornais argentinos. Também na América do Sul se começa a quebrar a cabeça acerca dos verdadeiros fins dessa política de solidariedade pan-americana e sobre o sentido desses oferecimentos de proteção que tiveram início por ocasião da locação dos *destroyers*.

Em que consistiu verdadeiramente esse perigo alemão, para cujo combate as agências telegráficas americanas ofereceram o seu auxílio? Dificilmente se poderia ter arquitetado semelhante perigo se se tivesse considerado honestamente a posição tomada pela Alemanha em relação às medidas em foco. Pois da parte da Alemanha só se levantou a questão quanto à posição do Brasil em relação aos cidadãos alemães residentes naquele país. Entretanto, as agências telegráficas americanas "simplificaram" o problema declarando que a Alemanha havia suscitado uma questão de minorias alemãs no sul do Brasil. Nessa base foi

fácil, com alusões a *anschluss* austríaco, construir um perigo alemão, em se afirmando que a Alemanha manifestou pretensões sobre as minorias teutas do Brasil. A imprensa brasileira refutou a pretendida ameaça com o argumento muito acertado de que no sul do Brasil não existem minorias alemãs.

Contra semelhante afirmação nada há a alegar do ponto de vista alemão. Seria desconhecimento completo dos fatos se se taxasse de minorias, no sentido do problema minoritário europeu, a parte da população brasileira de sangue alemão. As minorias europeias são o resultado das decisões arbitrárias de Versalhes em matéria de fronteiras, que deixaram partes de uma população sob o domínio estrangeiro. Núcleos de uma população foram arrancados ou separados de um todo ao qual pertenciam ou queriam pertencer. A formação dos núcleos de sangue alemão no Brasil deu-se de modo muito diferente. É tão somente o resultado de uma emigração espontânea. Esses emigrantes encontram no Brasil uma segunda pátria. Os seus filhos e netos ainda hoje se acham unidos por um patrimônio comum alemão e por costumes alemães. Isso, entretanto, não os impede de ser os mais fiéis cidadãos brasileiros. Pois o cultivo desse patrimônio entre os brasileiros de sangue alemão não tem significação política. Oferece, quando muito, o perigo de conservar a essa parte da população as qualidades que os tornaram uma parte valiosa da nação brasileira. A Alemanha faria política utópica se desconhecesse as razões básicas da diferença entre a formação das minorias europeias e as partes da população brasileira de sangue alemão. Na Alemanha, nunca se pensou em imiscuir-se nas relações entre o governo brasileiro e as populações brasileiras de sangue alemão. Os brasileiros de origem alemã, pela sua colaboração na formação do Brasil e pela sua atitude em todas as situações políticas do Brasil, deram provas das suas qualidades de cidadãos brasileiros.

O que se estranhou na Alemanha foi o fato [de] que um país amigo como o Brasil, cedendo à pressão de uma campanha promovida por terceiros, tivesse iniciado um movimento destinado a reduzir o direito de hospitalidade concedido aos cidadãos lá residentes, a entregá-los ao arbítrio da polícia, a proibir as suas associações, principalmente as organizações do partido, a fechar essas casas dos alemães e a prender seus dirigentes, tratando-os em alguns casos indignamente e provocando desse modo, entre os cidadãos alemães residentes no Brasil, o sentimento de completa insegurança quanto aos seus direitos. A guarda dos direitos dos cidadãos que vivem no Brasil é um direito natural de cada

país. Que o exercício desse direito possa constituir uma ameaça para o Brasil, em virtude de pretensões alegadamente minoritárias alemãs, só pode ser obra de deturpação de uma imprensa cuja tarefa essencial é a de enve[ne]nar.

Além disso, a imprensa constatou com pesar que desde alguns meses foi iniciada uma opressão sistemática sobre as escolas alemãs e até sobre as igrejas. Se uma crítica objetiva desses fatos significa uma imiscuição na política interna brasileira, então o Brasil se tem tornado culpado desde alguns meses de intervir constante e fortemente na política interna alemã, pois em grande parte da imprensa brasileira as condições internas da Alemanha não só têm sido objeto de críticas positivas, mas ainda de instigações e calúnias contra Alemanha. A imprensa brasileira não tem, assim, o menor direito de mostrar-se suscetibilizada. Aos imigrantes alemães foi garantido, desde um século, tanto pelo Império como pelos Estados [*Unidos do Brasil*], o direito da livre prática de uma religião e da organização de escolas alemãs. Durante um século a administração brasileira manteve essa promessa e o país só ganhou com isso. Isso foi reconhecido pelos homens que estão atualmente no poder. Se o governo atual não quer manter mais essas promessas e deseja mudar essa política escolar, velha de cem anos, a consideração devida aos próprios cidadãos do país e a educação da mocidade teria exigido que não se procedesse do dia para a noite a proibição e ao fechamento das escolas alemãs. Ao menos seria de esperar que, se o governo brasileiro proíbe o ensino alemão, deveria ter cuidado de substituí-lo por outro ensino equivalente. Mas isso ele não o pode fazer por falta dos meios pecuniários, de escolas e professores necessários. Ninguém pode estranhar no Brasil que a imprensa alemã lamente que os filhos dos antigos emigrantes cresçam agora em parte como analfabetos. Tais considerações não pesam, entretanto, na administração brasileira atual. Um inspetor escolar brasileiro teve a frase admirável em que declarou preferir que as crianças de origem alemã desçam ao nível de instrução brasileira a dez por cento, a que recebam nas escolas alemãs uma instrução de cem por cento. É útil, nesse particular, acentuar quão cuidadosamente os governos de outros países americanos se guardam de intrometer-se na cultura das populações de origem diferente. No Canadá, toda a província de Quebec é puramente francesa. A autonomia cultural dessa província vai a ponto que em Quebec não vale o direito britânico, mas vigora o Código Napoleão. O francês é o idioma admitido oficialmente, também no foro.

A organização escolar é puramente francesa e, bem assim, as igrejas. E, no entanto, não há melhores canadenses do que os "franceses" de Quebec. A eles cabe a palavra de que são os mais fiéis súditos do rei da Inglaterra e isso porque veem asseguradas no Canadá a sua cultura francesa própria e a sua língua, enquanto nos Estados Unidos a cultura e a língua francesas desapareceram completamente, a não ser em algumas reminiscências arquitetônicas do tempo dos franceses.

O Brasil, com a sua opressão forçada da cultura e da língua alemãs nos estados brasileiros do sul, não prevenirá o perigo da formação de minorias, mas fará nascer nos alemães lá residentes a consciência de uma minoria oprimida e contribuirá, desse modo, justamente para a formação de minorias distintas e conscientes.

Confere:

Glauco Ferreira de Souza  
2º Secretário de Legação

Conforme:

T. Graça Aranha  
Conselheiro de Embaixada



OFÍCIO • 19 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão das minorias alemãs na Tchecoslováquia.

N. 256 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 233, de 2 do corrente mês, tenho a honra de informar que antes mesmo da Inglaterra e da França desenvolverem em Praga e em Berlim a ação conciliante que combinaram empreender durante as conversações dos ministros franceses e britânicos, em Londres, o verdadeiro perigo de conflitos na Europa Central já aparecia como o fator principal no momento atual, podendo ocasionar complicações internacionais extremamente graves.

2. Isso, aliás, tenho constantemente informado, e agora estou inteirado de que o embaixador inglês esteve, no dia 7 do corrente, na Wilhelmstrasse, para comunicar ao governo alemão que a Inglaterra se interessa particularmente pelo desenvolvimento da questão dos sudetos e que fez um apelo ao governo tcheco no sentido de que este apresentasse uma proposta ao Reich para a solução do conflito, mas que desde logo podia assegurar que tais propostas seriam baseadas no espírito de maior conciliação possível e que chegariam ao limite permitido pela Constituição da Tchecoslováquia, sem ferir, portanto, as suas prerrogativas de país independente.
3. Acrescentou o embaixador britânico que o governo inglês examinaria essas propostas antes de serem entregues em Berlim e, julgadas aceitáveis, a Inglaterra as endossará e deixará à Alemanha toda a responsabilidade, se não julgar dever recebê-las para liquidar um dos maiores perigos de guerra presentemente existentes na Europa.
4. O embaixador francês e o ministro da Tchecoslováquia, com os quais tenho conversado a respeito, são pessimistas e preveem os mais graves acontecimentos para muito curto tempo. Devo dizer que, embora de acordo com esses colegas, de um modo geral, prefiro conservar um certo otimismo, mormente depois da intervenção inglesa, cuja posição na política europeia é hoje mais forte, após o acordo anglo-italiano, o qual, sem dúvida, até certo ponto, debilita a Alemanha, pois este país já não conta, em forma ilimitada, com o apoio de Roma em questão que envolva o governo de Londres.
5. De qualquer forma, a situação é grave e cheia de perigos, principalmente em face da irredutibilidade do chefe das minorias alemãs dos sudetos, o qual já exige um plebiscito para a aplicação do direito dos povos disporem livremente dos seus destinos, mecanismo destinado a fazer saltar a Europa Central e a Europa Oriental, e que é tão temível quanto todas as perspectivas de agressão direta, ou de ações no gênero da que assistimos ultimamente em relação à Áustria.
6. Em verdade, o plebiscito – tal como foi sugerido pelo senhor Henlein – é aparentemente uma medida anódina. Todos os tchecoslovacos, sem distinção de raças ou de origem, deveriam dizer se desejam viver em luta com os alemães ou em paz com a adoção de uma política justa e sem ódios.
7. A resposta, em tal circunstância, não merece dúvida e seria tão cheia de equívocos e de reticências quanto foi ao questionário austríaco. Restaria sempre saber o que deveria ser concedido aos poloneses,

aos húngaros, aos rutenos para que eles considerem que a solução corresponde a essa equidade invocada no comunicado de Londres.

8. É nesse ponto que, a meu ver, o método do boletim de voto se apresenta muito escabroso. Da consulta sobre princípios gerais à consulta precisa sob fiscalização internacional há apenas um passo, pois mais da metade dos três milhões e meio de alemães dos Sudetos estão concentrados nas aglomerações homogêneas sobre a parte ocidental do planalto da Boêmia, separada somente do Reich por uma linha ideal. Os poloneses da Silésia de Teschen e os magiares dos Cárpatos se encontram em uma situação exatamente análoga, em relação às suas antigas pátrias e o contágio do exemplo poderia ir infinitamente mais longe.

9. Enquanto os rumaicos absorveram mais ou menos três milhões de húngaros, na Iugoslávia mais de 40% da população protesta contra o regime de centralização.

10. Em tais condições, essa política é destinada a manter as agitações e animar os propósitos dos que agora ostensivamente se propõem deliberadamente dilatar as suas fronteiras e, no caso do Reich, favorecendo o desenvolvimento da velha política do pangermanismo, somente paralisada durante alguns anos depois da Grande Guerra.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] As conversações franco-britânicas e suas repercussões na Alemanha.

N. 257/ RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Por motivo de viagem do *führer* à Itália, as conversações recentemente celebradas em Londres entre os chefes de governo francês e inglês despertaram aqui bastante interesse, mormente no que se refere à questão da Tchecoslováquia e dos acordos militares.

2. Foi geralmente considerado como um progresso o reconhecimento em Londres de que a questão dos sudetos alemães não é simplesmente um problema interno do Estado tchecoslovaco, mas de uma questão europeia de máxima importância, pois é suscetível de perturbar a paz do mundo.

3. No que se refere aos acordos militares entre Paris e Londres, a imprensa em geral declara que a Alemanha toma a devida nota, mas "não compreende perfeitamente o sentido, pois não existe nenhuma ameaça contra a França nem contra a Inglaterra".

4. O *Deutsche Allgemeine Zeitung* admite que o senhor Chamberlain possa fazer duas políticas: uma de conciliação, que acaba de alcançar êxito com a conclusão do acordo com a Itália; e outra de segurança e de armamento, que inspira a negociação com a França – mas tudo indica que as entrevistas Daladier-Chamberlain mais se ocuparam da segunda.

5. Acrescenta o mesmo jornal oficioso do Ministério da Guerra que, não alimentando a Alemanha intenções agressivas e já tendo garantido as fronteiras belga e francesa, os acordos franco-britânicos visam no fundo um caso particular que é – para os alemães, fora de toda a realidade e de qualquer possibilidade – encarar o perigo alemão como um fato incontestável. Esse perigo não seria, de acordo com a opinião alemã, senão o espantinho de que se serve o governo inglês para justificar o seu armamento intensivo e, assim, poder impor tal política à opinião pública britânica.

6. Essa interpretação é deveras estranha, pois todos sabem que o rearmamento inglês foi simplesmente inspirado pela política armamentista da Itália e da Alemanha, seguida depois pelos Estados Unidos e outros países.

7. Os jornais revelam, entretanto, satisfação pelo fato de que os encarregados dos negócios da Alemanha e da Itália em Londres tenham sido imediatamente postos ao corrente das decisões tomadas e relativas às conferências anglo-francesas.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A navegação alemã para Trieste.

N. 258 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Os alemães já iniciaram a execução do plano de expansão comercial em direção ao Mediterrâneo, que Bismarck, já em outros tempos, preparara através da Áustria há cerca de cinquenta anos e que então teria realizado, se o imperador Guilherme II não o tivesse obrigado a deixar o poder.

2. A ideia, porém, permaneceu bem viva e, em 1910, a Hamburg Amerika Linie retomou o projeto, pondo em dia a organização de um serviço de navegação partindo de Trieste para as Índias e Extremo Oriente.

3. O porto de Trieste era então austríaco, mas como os alemães, já naquela época, consideravam a Áustria uma província germânica, eles ali agiam como se estivessem em seu próprio país e não ocultavam a intenção de fazer de Trieste um porto franco.

4. O senhor Ballin, então presidente da Hamburg Amerika Linie, considerado o rei do tráfego marítimo e que havia tornado sua a presumida divisa da companhia "o mundo é o meu império", tinha, após uma operação financeira pacientemente preparada, colocado sob a sua fiscalização hamburguesa uma importante empresa de navegação austro-húngara.

5. Os navios dessa companhia continuavam a arvorar o pavilhão do império dos Habsburgos, mas ostentavam no grande mastro a bandeira de Hamburgo. Nessa época, a Hamburg Amerika Linie punha em serviço, na linha de Nova York, os três maiores paquetes do mundo, o *Imperator*, o *Vaterland* e o *Fürst Bismarck*.



6. Essa entrada sensacional na pista oceânica colocava em segundo plano os dois navios ingleses *Lusitania* e *Mauretania* e tornava disponíveis três grandes transatlânticos que a mesma companhia logo destinou à linha Trieste-Bombay-Colombo-Cingapura-Xangai-Yokoama, na qual ultrapassava em tonelagem e velocidade os maiores e mais rápidos navios da Companhia Peninsular Oriental.
  7. Por essa operação tática, feita com duplo objetivo, a Alemanha se estabelecia no Mediterrâneo e entrava em franca concorrência com o pavilhão inglês nas linhas além de Suez.
  8. A inauguração desse serviço estava previsto para o mês de outubro de 1914. A guerra anulou todos esses projetos, mas a anexação da Áustria, agora realizada, permite supor que tal empreendimento será sem demora levado a efeito.
  9. Isso se deduz de uma recente publicação do *Deutsche Verkehrsnachrichten* que anuncia a próxima inauguração de uma linha de navegação alemã, partindo de Trieste para Albânia, Grécia, Turquia, alcançando a Palestina e eventualmente a Síria.
  10. O serviço será inicialmente quinzenal e o tráfego se destina principalmente a atender ao transporte de mercadorias provenientes da Áustria e as que passam em trânsito por Trieste em direção ao Levante, procedentes dos países da bacia danubiana.
  11. A marcha alemã para o Adriático, antecâmara do Mediterrâneo, constitui ainda um assunto de real interesse para o Reich e já se apresenta como um problema em via de solução, a menos que não [sic] surjam ulteriores complicações com a Itália, quando esta entrar no desenvolvimento de sua política conjugada Roma-Berlim e Roma-Londres.
- Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 21 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice.] A aplicação progressiva da legislação alemã na Áustria.

N. 259 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlín, 21 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Segundo uma declaração do senhor Schlegelberger, secretário de Estado da Justiça, a legislação alemã será introduzida na Áustria progressivamente.

2. Assim, a lei do Reich sobre as sociedades anônimas e sobre as sociedades por ação não serão aplicáveis momentaneamente senão às sociedades ou empresas fundadas nos últimos tempos ou provenientes de fusões. As demais ficam provisoriamente submetidas à antiga lei austríaca.

3. Os regulamentos e leis sobre a moeda estrangeira em vigor no Reich foram estendidos à Áustria e as leis comerciais, a legislação sobre o seguro, sobre a assistência social, sobre os bens de família não confiscáveis e tudo o que se refere à proteção da raça serão aplicadas dentro de um prazo tão curto quanto possível.

4. O ponto de vista social da Áustria deverá ser convenientemente considerado e juristas austríacos serão consultados. Sobre certos pontos, a legislação austríaca será incorporada ao direito alemão.

5. A introdução dos impostos cobrados pelo Reich e que se estenderá também à Áustria, será feita em forma progressiva, mas o imposto alemão sobre os negócios comerciais entrará em vigor a partir de 1º de maio próximo [sic].

6. Parece, segundo alegam os competentes, que esse imposto alemão é mais vantajoso do que o antigo, exigido pelo fisco da Áustria, mormente para os cultivadores, e isso permitiria uma reprodução no custo da vida pelo barateamento dos preços das mercadorias que, assim, ficarão beneficiadas.

7. A *Amtliche Nachrichtenstelle*, agência da imprensa austríaca, foi fechada por ordem do Ministério da Propaganda, e a agência alemã D.N.B. assume, desde já, o encargo de divulgar, em caráter exclusivo, em todo o território austríaco, as notícias de fonte oficial e as demais destinadas à publicidade e aos jornais austríacos.

8. Esses recentes atos foram todos aprovados pelo governo do Reich e julguei dever, desde logo, levar ao conhecimento de Vossa Excelência para um perfeito conhecimento do modo como vem sendo processada a absorção da Áustria.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 24 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão das minorias alemãs na Tchecoslováquia.

N. 261 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 24 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Conforme já informei em ofícios anteriores, a questão dos sudetos alemães da Tchecoslováquia continua a preocupar seriamente a opinião pública internacional.

2. Uma viva efervescência reina na Europa Central. Incidentes já se produziram na fronteira, mas apesar dos boatos alarmantes que ainda circulam em Berlim e em certas capitais, e cuja origem é difícil averiguar, já se verifica, contudo, menos nervosismo nos espíritos e assim a situação internacional está agora sendo julgada com mais calma e sangue frio, como, aliás, exigem as circunstâncias.

3. Tratei de dar a Vossa Excelência uma impressão imediata pelo meu telegrama n. 69, expedido ontem, e posso acrescentar que todas as diligências efetuadas pela Inglaterra e pela França, em Berlim e Praga, tiveram por objetivo principal evitar um grave conflito e, se convém que os alemães pesem devidamente suas responsabilidades, é igualmente necessário que os tchecoslovacos demonstrem boa vontade.

4. O governo britânico chegou a se alarmar com o aspecto que ia tomando o conflito tcheco-germânico, decorrente agora do incidente fronteiriço, que provocou a morte de dois sudetos.

5. Estou informado de que a embaixada inglesa nesta capital chegou a ordenar que todo o seu pessoal e dos consulados tivessem os papéis

de suas mulheres e filhos em ordem para poderem deixar a Alemanha à primeira ordem.

6. Foi nessa ocasião que o governo de Londres se dirigiu a Wilhelmstrasse para se informar, pelo seu embaixador aqui, sobre o movimento de tropas alemãs que, segundo notícias divulgadas na capital londrina, se estava operando presentemente nas regiões da fronteira germano-tchecoslovaca.

7. Essa atitude do governo inglês demonstrou o interesse que a Inglaterra liga à atual situação criada na Europa Central pela questão dos sudetos e que nada do que se passa no continente poderá doravante deixar o governo britânico indiferente. Essa medida foi excelente, no momento presente, com a declaração renovada e insistente feita ao governo alemão pelo embaixador inglês em forma ostensiva e largamente divulgada. Esse embaixador teria também expressado ao senhor von Ribbentrop a inquietação que causa ao governo britânico a atual crise, agravada pela incerteza da atitude a ser eventualmente tomada pelo governo de Berlim em relação à Tchecoslováquia.

8. Assim, pode ser facilmente compreendido como a agitação da imprensa alemã e as notícias de Praga emocionaram os meios políticos internacionais, mas penso ser prudente nos defendermos contra o pessimismo exagerado que se observa em certos meios e que elementos irresponsáveis tentam explorar com fins inconfessáveis e interesseiros.

9. Por mais séria e grave que seja a situação internacional na hora presente, não é, contudo, desesperadora e nada autoriza a pensar que deva evoluir na pior forma, mormente porque vemos a Alemanha impressionada pela atitude britânica e o governo de Praga cada vez mais disposto a ir até o limite máximo das concessões compatíveis com a independência do Estado. Além disso, a diplomacia ainda não esgotou todos os meios de que dispõe para fornecer uma solução pacífica da questão do regime das minorias, tal como pretendem impor os alemães dos Sudetos.

10. Examinando objetivamente a situação atual, chegamos à conclusão que ela é menos boa do que seria lícito esperar, porém melhor do que seria de temer.

11. Tudo parece indicar que a Alemanha, depois da intervenção inglesa, e a menos que não [sic] surjam novos incidentes perigosos, deixará a iniciativa da ação ao partido alemão dos Sudetos, acompanhando-lhe a ação com uma forte campanha da imprensa.

12. Devo acrescentar que, por ocasião das conversações do embai-

xador inglês com o ministro dos Negócios Estrangeiros, não foi ocultado ao diplomata britânico que a vontade da Alemanha em resolver pacificamente o problema tchecoslovaco não poderia ser mantida, se conflitos sangrentos venham [sic] pôr em perigo a existência da minoria dos sudetos no país vizinho.

13. De qualquer forma, hoje a atmosfera parece mais calma, persistindo, no entanto, o sentimento de que se impõe uma grande vigilância para evitar complicações cujas consequências poderão ser irreparáveis.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 MAIO 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão das minorias alemãs na Tchecoslováquia.

N. 266 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Em princípio, a Alemanha não respeita senão a força. Ninguém pode afirmar que, em 1914, a Alemanha teria marchado se tivesse tido a certeza da intervenção inglesa na Grande Guerra e, tanto assim, que agora o Reich, sentindo que o ocidente mudava de forma de agir, imediatamente modificou, embora disfarçadamente, os seus propósitos de uma ação imprudente e agressiva.

2. Convém salientar principalmente que o *führer* é o senhor absoluto do III Reich e que, com o seu espírito calmo e ponderado, ele não age de improviso. O chanceler Hitler é um homem que busca sempre poder agir com um mínimo de risco. Até hoje, os seus dois grandes golpes – ocupação militar da Renânia e a anexação da Áustria – demonstram a sua tática prudente e, mormente no caso austríaco, ele esperou longamente depois da entrevista de Berchtesgaden.

3. A sua grande preocupação era saber exatamente se a França e a Inglaterra se limitariam a simples protestos e, principalmente, se o senhor Mussolini ficaria tranquilo. O senhor Hitler somente agiu quando ficou dono absoluto da situação e certo de nem mesmo encontrar resistência por parte dos austríacos.

4. Na questão tchecoslovaca, o perigo é infinitamente maior. Os tchecos estão dispostos a bater-se, estão bem armados, e um ataque direto contra esse país acarretará uma mobilização alemã quase geral. Essa mobilização obrigaria idêntica medida por parte da França, da Itália, da Polônia, da Rumânia, da Iugoslávia, da Rússia e talvez imediatamente da Inglaterra.

5. Os conselheiros militares fizeram observações ao *führer* que, no caso de não ficar limitado o conflito germano-tchecoslovaco e no caso de uma provável guerra europeia, da qual não é lícito prever as consequências, o domínio dos mares ficaria em mãos dos ingleses e franceses.

6. Embora a ideia de uma possível guerra ultrarrápida domine os espíritos de certos dirigentes alemães, os técnicos ponderam que a duração de um conflito não pode ser prevista e, assim, vemos como exemplo as guerras espanhola e chinesa.

7. Não resta dúvida que o Grande Estado-Maior de Berlim, que foi hostil à reocupação da Renânia, que foi contrário à intervenção na Espanha e que multiplicou os conselhos de prudência por ocasião da *anschluss*, também agora encarou seriamente a amplitude que poderá tomar uma guerra na Europa, com um desenvolvimento tão confuso que poderia torná-la extremamente lenta. Assim, consideram uma vez mais que a vitória ficaria assegurada aos donos do mar que são, ao mesmo tempo, as grandes potências industriais, o que seria funesto para a Alemanha.

8. Esses conselhos, aliados aos desejos do *führer* de não empreender uma ação ousada e insegura, determinaram a prudência do governo alemão em não precipitar os acontecimentos, mesmo porque as diligências do embaixador inglês em Berlim não deixaram a menor dúvida à Wilhelmstrasse sobre a atitude do governo britânico no caso de um conflito europeu, determinado por um ataque alemão à Tchecoslováquia.

9. Não resta dúvida que a Inglaterra, assim agindo, prestou à Europa e ao mundo um serviço imenso, pois salvou a paz. O peso dessa intervenção foi, por assim dizer, decisivo, no momento em

que, de 21 a 22 do corrente mês, as probabilidades de paz e de guerra pareciam equilibrar-se.

10. A impressão de relativa calma, que prevalece neste momento, não deve inspirar um otimismo exagerado. O estado agudo da crise foi, sem dúvida, atenuado, mas todas as dificuldades fundamentais subsistem e nenhuma solução definitiva do problema dos sudetos pode ainda ser examinada.

11. Não é possível prever a evolução da grande crise internacional que acabamos de atravessar, a maior desde 1914, e que deixou em todos um profundo sentimento de mal-estar.

12. A pequena clarificação da atmosfera internacional, que agora observamos, faz esperar, contudo, uma melhoria do desenrolar dos acontecimentos, devido principalmente ao papel que representa a Inglaterra que, em forma resoluta, abandonou a sua velha política de isolamento.

13. Como é evidente que, na hora atual, somente a força, posta ao serviço de algumas regras elementares do direito internacional, pode impedir atos que determinem a guerra, suscetível de produzir uma conflagração europeia, o valor da orientação da política inglesa, aliada à França, é inestimável. É de natureza a impedir a ação ousada e ambiciosa dos que supunham que tudo lhes é permitido, pois até agora a indiferença inglesa, ou melhor, a falta de intervenção do governo de Londres nos assuntos europeus, tinha facilitado principalmente a política expansionista da Alemanha.

14. Considerando o estado atual do mundo, não podemos deixar de sentir uma grande tristeza, causada por todos os perigos aos quais a Europa está tão tragicamente exposta e que poderiam ter sido evitados, se durante os últimos quinze anos os governos e as opiniões públicas dos diversos países não tivessem sempre demonstrado um desconhecimento total da situação, em face do desenvolvimento contínuo da Alemanha.

15. Felizmente, a experiência despertou, afinal, a atenção dos ingleses, que devem ainda recordar o que sucedeu em 1914. Agora, porém, como antes me referi, eles fizeram sentir ao governo de Berlim que não ficarão de braços cruzados diante de uma Europa precipitada numa guerra. É claro que, assim agindo, o governo de Londres fez obra útil em favor da paz.

16. Existem muitas probabilidades para que a paz possa ser mantida, mas é preciso acentuar que se, sob um qualquer pretexto, re-

caírem nos erros passados, o perigo se apresentará novamente em forma irremediável.

17. A ameaça é real, pois as ilusões estão sempre prontas para tomar de novo o posto avançado, mas é permitido supor que as angústias e convulsões da semana passada tenham sido tão fortes para [sic] que possam ser rapidamente esquecidas.

18. No momento atual, incumbe à Inglaterra agir em defesa da paz e sua posição particular – e a falsa ideia que se fazia de sua neutralidade provável em caso de conflito – emprestam a sua intervenção diplomática um valor inestimável.

19. A França, porém, deve completar essa operação, fazendo o necessário para adotar uma política franca e leal, estreitamente ligada à Inglaterra, nos assuntos de Espanha e para concluir com resultado satisfatório as negociações de Roma.

20. O funcionamento do eixo Berlim-Roma, conjugado a um eixo Roma-Londres-Paris, será talvez a única forma de assegurar a paz e de impedir o desenvolvimento perigoso da política expansionista da Alemanha.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 08 JUN. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão das minorias alemãs na Tchecoslováquia.

N. 293 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 8 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento a ofícios anteriores, devo informar que depois da grave crise que atravessamos, e conforme informei no devido tempo,



a questão tchecoslovaca parece se orientar para uma solução lenta e cheia de dificuldades.

2. Todos admitem a possibilidade de novos acessos de tensão e de períodos de distensão durante o próximo verão.

3. A opinião pública alemã está, porém, desconcertada, pois a linguagem dos jornais do Reich a tinham preparado para a realização de novos e imediatos atos consumados. Pela primeira vez parece que vão compreendendo a existência de uma política forte, que pode se contrapor à do eixo Berlim-Roma.

4. Em geral, todos aqui declaram que a união ao Reich de três milhões de alemães dos Sudetos não vale o risco de um conflito europeu.

5. Os meios dirigentes parecem familiarizados com a necessidade de uma ação demorada comportando soluções graduais para a liquidação da questão minoritária alemã na Tchecoslováquia.

6. As reivindicações fundamentais permanecem, sendo a concessão de poderes de polícia, nas regiões sudetas, ao partido de Conrad Henlein e a proclamação de uma autonomia administrativa. A realização dos fins do germanismo integral, a saber, a reunião dos sudetos ao Reich, depende sempre de circunstâncias e das ocasiões que se apresentarem, tanto no que se refere à situação interna da Tchecoslováquia, como na constelação internacional.

7. No espírito dos meios políticos de Berlim, a minoria sudeta reclamaria, desde logo, a adoção de um estatuto autônomo semelhante ao outorgado à cidade livre de Dantzig que, sem uma união formal com o Reich, constitui de fato um distrito nacional-socialista, onde os nazis governam sem nenhum obstáculo.

8. É bastante curiosa a explicação que aqui tentam dar aos acontecimentos dos últimos dias e que, por pouco, não determinou talvez a maior guerra do mundo.

9. Assim, procuram fazer crer que tudo o que ocorreu não foi senão uma manobra dirigida contra a Alemanha, uma "legenda", divulgada pelo senhor Beneš, associado ao senhor Chamberlain:

10. “Foram imaginados movimentos de tropas alemãs e foram deduzidos propósitos de agressão, o que permitiu ao governo britânico fazer diligências em Berlim, ao governo de Praga de [sic] mobilizar e a imprensa franco-inglesa de [sic] forjar um pretendido perigo de guerra, triunfando da Alemanha, que teria recuado sob a pressão de Londres, permitindo ao senhor Chamberlain de [sic] se adornar com a auréola de salvador da paz.”

11. Essa é, em resumo, a versão fornecida pela imprensa germânica, com algum atraso, pois a propaganda do Reich necessitou de mais de 48 horas para elaborar essa desculpa mal fundada.

12. Não me parece que seja convincente para o público alemão ou, ao menos, para os leitores de jornais que possuam um senso crítico e que leiam a imprensa estrangeira, onde o assunto ficou plenamente esclarecido.

13. Não me permito julgar, mas devo observar que, mesmo no caso de ser real que as concentrações de tropas alemãs não tenham sido tão importantes quanto se acreditou, isso não afetaria o fundo da questão. O essencial, a meu ver, é a ameaça da Alemanha contra a Tchecoslováquia, que não é uma invenção dos jornalistas ou dos homens de Estado ingleses e tchecos, que determinou – certamente com fundamento – a atitude firme e resoluta do governo de Londres, prevenindo a Alemanha sobre os graves perigos que acarretaria uma ação expansionista, sob qualquer pretexto, contra o país vizinho.

14. Esse aviso da Inglaterra foi, aliás, totalmente compreendido e não escapa a ninguém que o governo britânico foi plenamente aprovado por toda a opinião do seu país ao assim agir em defesa da paz.

15. Naturalmente, hoje aqui se mostram irritados por não terem logrado o intento, e envergonhados pela repercussão que o assunto teve no mundo inteiro mostrando, uma vez mais, este país como empenhado em intensificar a sua política ambiciosa de expansionismo.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 10 JUN. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] Novas medidas restritivas sobre a fortuna dos judeus.

N. 300/ RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Berlim, 10 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Um recente decreto do marechal Goering, comissário para o plano de quatro anos, obriga a todos os israelitas de nacionalidade alemã a declarar e avaliar, na base do câmbio do dia 26 de abril último, todos os bens que possuem na Alemanha e no estrangeiro e cujo valor seja superior a cinco mil marcos.

2. Os israelitas estrangeiros somente terão que declarar os bens que possuem na Alemanha. Além disso, os judeus alemães deverão declarar todos os contratos de venda ou de arrendamento de empresas industriais ou agrícolas que concluíram nos últimos três anos e nenhum indivíduo de raça semita poderá fundar novas empresas ou sucursais de nacionais ou estrangeiras sem autorização especial.

3. Um comentário do *Deutsches Nachrichtenbüro* precisa que essas medidas devem facilitar o recenseamento dos bens dos israelitas do Reich e que podem, também, ser consideradas como uma providência preparatória para reerguimento econômico da Áustria "em forma sadia".

4. É essencialmente em consideração da antiga Áustria e, principalmente, de Viena, declara a agência oficial, que o decreto foi publicado e deve assegurar uma regulamentação uniforme, por parte do governo de Berlim, de todas as questões interessando aos judeus.

5. Essa medida pode ainda ser considerada como reforçando a recente determinação do marechal Goering, que pune com penas severas todo o alemão que facilitar o disfarce de firmas judias em empresas arianas. As penas previstas em caso de não declaração de bens, nas condições referidas, são de prisão e multa e, em caso de premeditação, com grave perigo para o Estado, elas podem alcançar a dez anos de reclusão. Essas penalidades são também aplicáveis para as infrações cometidas no estrangeiro.

6. Essa recente decisão do governo alemão determinou uma gestão diplomática, tendo várias embaixadas e legações, entre elas a americana, a polonesa e a da Holanda, intervindo junto à Wilhelmstrasse no sentido de saber exatamente se os judeus estrangeiros que residem fora do Reich estão afetados pelo decreto acima mencionado.

7. Até agora esses diplomatas não tiveram nenhuma resposta oficial, mas sei que proximamente serão ditadas novas ordens, tomando, até certo ponto, em consideração o pedido daqueles embaixadores e ministros, mas de qualquer forma todo judeu com propriedade na Alemanha está incluído nas novas medidas e tudo indica que um judeu

americano residindo em Nova York está obrigado a declarar os bens que possui na Alemanha, pois, contrariamente ficará sujeito a severas penalidades no caso de algum dia visitar este país. Neste caso poderia, mesmo, se expor a ver sua fortuna confiscada. Qualquer favor mais acentuado poderá parecer que o governo de Reich faz distinção entre classes de estrangeiros em suas relações com a Alemanha.

8. Parece, porém, que o ponto que mais preocupa a Wilhelmstrasse, no assunto em questão, é a parte do aludido decreto que viola tratados de amizade e direitos consulares. O aspecto legal da questão ainda não foi estudado, mas poderia ser objeto de representações diplomáticas.

9. Em conclusão, o novo decreto aparenta ter quatro motivos. O primeiro visa definir qual a extensão da influência judia na economia alemã; o segundo tende a permitir uma maior vigilância e fiscalização do movimento do capital judeu, pois de futuro os israelitas não poderão mais participar da vida econômica alemã simplesmente porque possuem dinheiro e os que, disfarçadamente, buscam ainda influir nos negócios da Alemanha serão descobertos.

10. O judeu, mesmo que possua fortuna de caráter particular, o seu dinheiro será, doravante, reclamado para fazer parte do capital nacional.

11. O terceiro ponto determinativo do decreto é tendente a permitir que a fortuna dos judeus alemães possa ser empregada em benefício do povo alemão e, finalmente, o quarto ponto visa determinar – a forma clara e indiscutível – quem é judeu ou ariano, na Alemanha.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 11 JUN. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A questão dos quadros no exército alemão.

N. 303 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Berlim, 11 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

O estado-maior alemão acaba de fazer reverter à atividade três mil oficiais e, em geral, essa medida causou uma certa surpresa.

2. Isso se explica pelo fato das escolas militares terem sido fechadas na Alemanha durante os quinze anos da aplicação das cláusulas militares do Tratado de Versalhes.

3. Quando foram reabertas as referidas escolas, há cerca de três anos, elas funcionaram com grande atividade e puderam fornecer ao exército importantes contingentes de oficiais bem instruídos, mas não puderam os mesmos rapidamente adquirir os muitos anos de prática que hoje, mais do que nunca, é exigido pelo alto comando das unidades superiores às companhias, aos esquadrões e às baterias.

4. Assim, o exército alemão não se ressentiu da falta de oficiais inferiores, mas sofre de uma penúria de oficiais superiores, o que não pode ser rapidamente remediado, senão fazendo reverter ao serviço ativo os antigos oficiais dos quadros do exército imperial que fizeram a guerra e que, com prática e maiores conhecimentos técnicos, mais facilmente poderão se adaptar aos processos modernos do novo exército.

5. De outro lado, deve ser considerada a existência – no exército alemão, como em todos os demais exércitos, junto a corpos de tropa – de numerosos estabelecimentos militares, centros de mobilização, estados-maiores regionais, que necessitam de um numeroso pessoal de comando.

6. Retirar esses elementos das atuais unidades, seria ainda mais empobrecê-las, por isso foi deliberado o emprego de oficiais nesses cargos sedentários.

7. Assim a questão do enquadramento cria no comando alemão uma situação, a qual somente o tempo poderá remediar.

8. Em conclusão, se verifica que a fraqueza numérica desses quadros representa uma debilidade nessa força que é presentemente o exército alemão e que o governo do Reich busca remediar, aproveitando os antigos oficiais.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 22 JUN. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A campanha antissemita na Alemanha.

N. 328 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 22 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Uma nova onda de inquietação pesa sobre os israelitas residentes na Alemanha.

2. As suas possibilidades de atividades estão-se tornando cada vez mais limitadas e a faculdade de emigrar cada dia é mais difícil, não só por medidas postas em prática pelo governo alemão, como também pelas de caráter defensivo adotadas pelos demais países.

3. A agitação antissemita no interior do país é atualmente muito intensa e as buscas operadas pela polícia nos estabelecimentos frequentados de preferência pelos elementos israelitas são cada vez mais frequentes e escandalosas.

4. Pelas inscrições nas praças públicas contra os judeus e nas fachadas das lojas judaicas, toda a população ariana fica avisada sobre os comerciantes com quem não deve negociar.

5. As manifestações contra os estabelecimentos israelitas, que até agora estavam limitadas aos bairros populares de Berlim, estão se estendendo a toda a cidade. Assim, já alcançaram a Kurfürstendamm e a Tauentzienstrasse, as duas avenidas mais elegantes do oeste de Berlim e sede do grande comércio de luxo. Com grandes letras pintadas com tinta vermelha, cor de sangue, foram marcadas todas as casas de comércio israelitas, provocando esse fato grande impressão e a mais penosa entre os estrangeiros residentes em Berlim e mesmo entre os alemães mais sensatos, embora estes não ousem manifestar qualquer opinião.

6. Os proprietários das casas e lojas judaicas desde ontem estão obrigados, para evitar confusões, a colocar os seus nomes em letras brancas de grandes dimensões nas vitrines de suas lojas.

7. Por outro lado, o marechal Goering acaba de pôr em execução

uma medida que de futuro poderá exercer uma grande influência sobre a situação dos israelitas alemães. Refiro-me ao fato [de] que as pessoas não arianas estão desde agora obrigadas a declarar, antes de 1º de julho próximo, quais os bens de fortuna e valores que possuem. Essa medida se estende aos bens móveis, imóveis, às joias e demais objetos que de qualquer forma representem um valor real.

8. O decreto do marechal Goering foi adotado seguindo a orientação do Plano Quadrienal e tem por objeto, como foi declarado pelos meios oficiais, estabelecer o recenseamento da fortuna dos israelitas da Alemanha, a fim de, quando for necessário, esses valores serem incorporados de qualquer forma à economia nacional. Não se trataria de confisco, segundo declaram os meios competentes, e os israelitas, em tal caso, receberiam – em troca dos seus haveres, das suas empresas, das suas joias – títulos da dívida alemã vencendo juros; sujeitos, porém, aos perigos das inflações e da depreciação da moeda.

9. Essas seguranças que, no entretanto, ainda não foram confirmadas oficialmente, não conseguiram acalmar os sérios receios dos elementos israelitas na Alemanha, que se mostram pessimistas, tanto mais que a arianização sistemática das empresas semitas vai sendo feita com um ritmo acelerado e sem o menor respeito, em muitos casos, aos direitos dos interessados de origem israelita.

10. Em Berlim, a indústria de roupas feitas, que era em grande parte propriedade de judeus, já foi quase que completamente absorvida pelas organizações nacional-socialistas. Esses organismos exercem uma grande pressão sobre os negociantes a varejo para que cessem qualquer relação de ordem comercial com os fornecedores judeus ainda existentes.

11. Os produtos das empresas nacional-socialistas da indústria e da confecção estão, doravante, marcados, de forma que os pequenos comerciantes podem dificilmente deixar de participar do *boycottage* das casas judias.

12. O dr. Stuckart, secretário de Estado no Ministério do Interior, acaba de informar que a futura legislação racial do Reich prevê que os judeus residentes presentemente na Alemanha poderão conservar sua nacionalidade alemã, mas a necessidade de extirpar para sempre da comunidade germânica todos os elementos estrangeiros acarretará a perda da nacionalidade alemã para os filhos legítimos, naturais ou legitimados dos israelitas alemães. Da mesma forma, os judeus não poderão mais se tornar alemães pelo casamento.

13. Os tribunais alemães chegaram a admitir que o fato de uma mulher ter feito compras em um estabelecimento comercial judeu constitui justificativa para um marido requerer o divórcio.
14. Desde alguns dias a polícia secreta, seguindo a orientação para o desenvolvimento intensivo de uma tal campanha, procede em todo o Reich a prisões em massa de judeus. O número dessas detenções não é conhecido, pois as autoridades nem mesmo buscam justificar tais medidas, que estão produzindo grande emoção.
15. Esse silêncio naturalmente contribui para alimentar os boatos que circulam e segundo os quais já estarão presos vários milhares de judeus em Colônia, Frankfurt, Hamburgo, Breslau, Munique, Nuremberg, Leipzig, Dresden etc. e, em geral, em todas as grandes cidades. Em Berlim, o número de israelitas encarcerados, depois de buscas em suas residências ou negócios, parece atingir a mais de 2.000.
16. No entretanto, é necessário observar que essas indicações não estão baseadas em nenhum dado oficial e, assim, é possível que tais notícias estejam sendo ligeiramente exageradas e que as prisões de judeus operadas em todo o país não excedam de cinco a seis mil pessoas.
17. Não exagere dizendo que as diligências de depuração que estão sendo executadas contra os judeus na Alemanha despertam em todos os países comentários apaixonados, mormente na Inglaterra.
18. O antissemitismo renasce com todo o rigor e a importância das ações policiais aumenta cada vez mais.
19. Tudo indica que estamos em presença de duas operações paralelas, sendo uma executada pela polícia regular, que oferece certas garantias legais, e a outra constitui a obra de formações autônomas do Partido Nacional-Socialista, trazendo em evidência a marca da arbitrariedade e da violência.
20. Assim, há poucos dias nos arrabaldes leste de Berlim, nas vizinhanças de Alexander Platz, os judeus foram objetos por parte dos nazis de sevícias de incontestável gravidade. Lojas e apartamentos foram saqueados, principalmente, onde estavam estabelecidas casas de joias e de produtos alimentícios e de vestuário. As mulheres e crianças chegaram a ser maltratadas pela população, excitada pelos elementos nazistas, contra os judeus.
21. A ação antissemita que assim vai sendo metodicamente executada em todo o Reich recorda que se trata de um plano calmamente deliberado e que vai sendo posto em prática com precisão.
22. A terrível incerteza que paira sobre as famílias israelitas neste



país fez com que centenas de homens e mulheres não ousem mais voltar aos seus domicílios, com receio de serem levados presos pela polícia secreta e, assim, se ocultam nas florestas vizinhas de Berlim, de onde buscam se afastar.

23. As autoridades pretendem que tais operações antisemitas teriam por objeto pôr um termo às atividades dos intelectuais judeus, na maioria "criminosos", vindos da antiga Áustria, cuja "atitude provocadora" teria indignado a população ariana na Alemanha.

24. Essas alegações não têm, a meu ver, senão um valor relativo, pois ninguém até agora percebeu que a população alemã, que na sua grande maioria ignora o que se está passando, esteja indignada contra tais pretendidas atitudes dos judeus, havendo, porém, demonstrações evidentes de revoltas, em certos meios, contra as violências praticadas.

25. A impressão dominante é que as medidas acima citadas têm como objetivo principal obrigar aos judeus a se expatriarem, de qualquer forma, e a ceder aos alemães de raça ariana os negócios ou empresas comerciais e industriais que ainda dirigem e possuem.

26. Não resta dúvida que a população judia amedrontada atravessa, presentemente, horas extremamente penosas.

27. Existe também a versão que tais atos são praticados para orientar a opinião pública em outro sentido, fazendo esquecer os recentes golpes sofridos pela diplomacia alemã na questão tchecoslovaca e como represália contra os judeus que, naquele país, apoiam o governo de Praga contra as provocações dos sudetos.

Prevaleço-me desta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 JUN. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] As consequências da *anschluss* no terreno financeiro.

N. 330 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Fazendo seguimento a ofícios anteriores sobre a anexação da Áustria pelo Reich, julgo útil prestar agora algumas interessantes informações sobre as consequências que esse ato do governo de Berlim está tendo no terreno financeiro.

2. Em relação ao serviço de juros dos empréstimos austríacos, emitidos no estrangeiro, o governo alemão acaba de declarar que, decorrente do fato da *anschluss*, a transferência das somas para pagamento de juros desses empréstimos foi automaticamente suspensa, como consequência do desaparecimento da Áustria, que era o país devedor, juridicamente falando.

3. Isso é o que explica que os síndicos desses empréstimos não tenham recebido as remessas de fundos correspondentes a 1º de junho e relativos aos encargos dos empréstimos austríacos de 1938-53 e 1934-59.

4. Desde a anexação da Áustria, a imprensa alemã insiste sobre a impossibilidade do Reich continuar cumprindo os acordos que regiam os empréstimos austríacos.

5. Os jornais, em geral, dizem que a Alemanha não pode transferir os juros e amortizações dessas dívidas, senão obtendo com as suas exportações as moedas valorizadas necessárias.

6. As negociações econômicas anglo-alemãs, entabuladas em Berlim, foram suspensas, pois o Reich não quer endossar as dívidas do antigo Estado austríaco, mas parece que tais negociações serão brevemente retomadas em Londres.

7. As negociações germano-suíças estão também dificultadas por este mesmo empecilho.

8. Os diversos credores do Reich alegam que a antiga Áustria foi apresentada pela propaganda alemã como um Estado arruinado, mas, no entretanto, o antigo governo de Viena honrava regularmente, no vencimento, os seus compromissos contraídos com o estrangeiro, enquanto que a Áustria, como província alemã, e "liberada de sua crise econômica", suspendeu sumariamente os seus pagamentos.

9. A situação não apresenta solução momentânea e os ingleses ameaçam de [sic] confiscar em Londres os excedentes da balança comercial anglo-alemã.

10. Na semana passada, na *City*, supunham que os alemães pagariam integralmente os juros dos empréstimos da Liga das Nações,

que são de 4%, e que proporião pagamentos reduzidos para os demais empréstimos.

11. É sabido que o governo britânico é garantidor na proporção de 24 e meio por cento do pagamento dos juros dos aludidos empréstimos.

12. Os alemães confiscaram as reservas de ouro e de moedas valorizadas do antigo Banco de Áustria, que representavam cerca de 20 milhões de libras, das quais cinco milhões estavam depositadas no Banco de Inglaterra.

13. Há poucas semanas o dr. Schacht conseguiu convencer o senhor Montagu Norman de [sic] permitir a exportação para a Alemanha desses cinco milhões de libras.

14. Obtido isso, as autoridades do Reich, que pareciam prontas de [sic] assegurar os serviços dos empréstimos austríacos, tendo mesmo feito remessas antecipadas de fundos para cobrir juros a vencer, no momento atual, imprevisivelmente mudaram de atitude e se recusaram a efetuar tais pagamentos.

15. Os elementos nazis mais intransigentes fizeram sentir ao dr. Schacht e ao marechal Goering que a posição comercial da Grã-Bretanha se revelava fraca e que as exportações subvencionadas da Alemanha, combinadas com a falta de pagamento dos empréstimos austríacos, tornaria essa situação ainda mais crítica e daí a necessidade de agir na forma acima indicada, suspendendo os pagamentos aludidos.

16. Às reclamações inglesas, também respondem os alemães que a Grã-Bretanha, ao anexar os Estados Sul-Africanos, depois da Guerra dos Boers, teve idêntico proceder ao anular qualquer compromisso de sua parte, em relação aos débitos daquelas então repúblicas.

17. Eis, em resumo, como se apresenta a situação em relação a este assunto neste momento, mas tudo indica que, em vista da atitude enérgica da Inglaterra na defesa dos credores britânicos, a Alemanha aceitará finalmente um acordo, para solucionar esta questão, que tanto tem apaixonado os meios financeiros internacionais.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 JUL. 1938 • AHI 04/03/11

---

[Índice:] Novas medidas restritivas sobre a fortuna dos judeus.

N. 341 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 300, de 10 de junho último, tenho a honra de informar que o governo alemão respondeu ao protesto que lhe foi feito pelo governo americano contra o registro dos bens judeus, inclusive os de nacionalidade norte-americana.

2. Esse protesto, como em tempo informei e acima menciono, referia-se a obrigação imposta pelo governo alemão aos israelitas residentes na Alemanha, mesmo para os de nacionalidade estrangeira, de declarar os seus bens detalhadamente.

3. A resposta aludida não foi publicada, mas soube de fonte autorizada que ela menciona terem as autoridades administrativas alemãs recebido instruções de não exigir o registro das propriedades israelitas pertencentes a norte-americanos domiciliados em forma permanente no estrangeiro, salvo quando se tratar de antigos cidadãos alemães, emigrados para os Estados Unidos.

4. Sei também que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich precisou ao embaixador americano que essa restrição se aplicava aos antigos cidadãos alemães que emigraram por motivos políticos depois de 1933, isto é, após a implantação do nacional-socialismo na Alemanha.

5. Acredito que, depois de novos esclarecimentos que foram pedidos ao governo alemão, aliás, de somenos importância, o assunto ficará solucionado, desaparecendo assim um dos pontos determinantes da tensão que se verificava ultimamente nas relações germano-norte-americanas.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha

Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO 06 J UL. 1938 AH I 04/03/11

[Índice] As consequências da *anschluss* no terreno financeiro.

N. 347 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 6 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 330, de 27 do mês findo, devo informar que o Tratado assinado no 30 de junho, em Londres, entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, regulando a questão das dívidas austríacas, constitui um primeiro passo para uma regulamentação geral das dívidas.

2. É a primeira vez, desde a paz de Versalhes, que a Alemanha conclui um acordo desse gênero e isso permite esperar que as negociações, que devem ser iniciadas proximamente, com os demais países credores da antiga Áustria, lograrão também um feliz resultado.

3. A base do acordo entre Londres e Berlim, sobre as dívidas austríacas, é que o governo alemão indenizará ao governo inglês de todas as somas por ele fornecidas, para garantir os empréstimos externos austríacos e assegurará o serviço dos juros e dos bônus desses empréstimos, de propriedade de súditos britânicos.

4. As dívidas referidas alcançam uma soma global de 40 milhões de libras esterlinas e, dessa soma, 17 milhões representam o capital inglês investido nessas operações, que tão vivamente estavam sendo repudiadas pela Alemanha, depois da anexação da Áustria.

5. Como é notório, no dia 17 de junho, o ministro da Economia do Reich, em discurso pronunciado em Bremen, tinha publicamente declarado que o governo de Berlim não entendia dever reconhecer as dívidas da antiga Áustria e, assim, não se julgava na obrigação de atender ao pagamento dos respectivos juros.

6. O ministro Walther Funk procurou basear a sua argumentação considerando que se tratava de dívidas de caráter político e que todos os que favorecem a política de outros países, concedendo-lhe créditos, devem contar com os riscos que isso comporta e que a Alemanha não

devia ser responsável por dívidas que não tinha servido absolutamente aos reais interesses da Áustria.

7. Desde logo, pode ser apreciado, em face de uma tal argumentação, que o regime austríaco foi mais eficaz, em matéria econômica e financeira, de que o alemão, pois, a política de deflação do Reich, inicialmente, impôs aos austríacos uma redução maciça do valor do *schilling*, apesar de haver encontrado nos cofres do banco do Estado, em Viena, um encaixe metálico de 250 milhões de *schillings*-ouro, para atender a uma circulação fiduciária de 750 milhões.

8. Deve ser observado que, enquanto isso sucedeu na Áustria, a reserva do Reichsbank é inferior de metade daquela soma para garantir uma circulação de papel moeda dez vezes mais elevada.

9. Nesse ponto da discussão, as negociações foram interrompidas e, alguns dias depois, reiniciadas em Londres.

10. A Inglaterra mantém uma atitude serena, porém enérgica, e poderia evidentemente obter, por suas mãos, a indenização de um tão grande prejuízo. Por isso bastar-lhe-ia colocar sob sequestro uma parte dos créditos alemães existentes na Grã-Bretanha, mas semelhante medida teria certamente envenenado as relações entre os dois países, aumentando a tensão política existente neste continente.

11. O receio de ser adotada uma tal medida, ou de ser estabelecido um *clearing* forçado no comércio anglo-alemão, facilitou os resultados obtidos, pois como Vossa Excelência sabe, a balança comercial entre a Inglaterra e a Alemanha é francamente favorável a este país e o saldo a seu favor atinge cerca de dois milhões e meio de libras por ano.

12. O acordo concluído é, portanto, muito satisfatório, pois estabiliza as relações comerciais entre Londres e Berlim.

13. Por esse ato, o governo inglês tendo obtido as garantias acima indicadas, concordou em aceitar o ponto de vista alemão, segundo o qual as taxas dos juros dos empréstimos Dawes e Young não são mais justificados na época atual.

14. Essa taxas ficaram reduzidas de 7 a 5% para os empréstimos Dawes e de 5½ para 4½ % para os empréstimos Young.

15. A diferença entre as duas taxas de juros continuará a ser paga, mas será empregada para a criação de uma reserva destinada à amortização dessas operações de crédito.

16. O empréstimo austríaco de 7%, de 1930, passará a vencer juros reais de 5%, indo 1% para o fundo de amortização; e o empréstimo de

Saarbrucken ficará com os juros reduzidos a 4½ %, com mais 1% para a mesma reserva.

17. O serviço dos bônus consolidados de 4% do governo alemão e os cupons do Creditanstalt, do antigo governo austríaco, possuídos por portadores britânicos, não sofrerão alteração no seu pagamento.

18. No que se refere às demais dívidas, de médio e longo prazo, alemãs e austríacas, foi previsto um arranjo em virtude do qual, nos próximos dois anos, os cupons, dividendos etc., serão satisfeitos na base de 50% do valor nominal com um juro máximo de 4%.

19. O acordo sobre créditos congelados, denominados de *standstill*, de que em tempo me ocupei, relativo às dívidas bancárias, não sofrem modificação e continuarão a ser cumpridos sem qualquer restrição.

20. No que se refere às relações comerciais, a Alemanha prometeu prosseguir as conversações e desde logo garante que serão mantidas no mesmo nível as importações britânicas no novo território do Reich, incluindo a Áustria.

21. Os representantes do governo de Berlim aceitaram em [*sic*] reduzir a proporção de suas compras de matérias-primas, na Grã-Bretanha, para aumentar as aquisições de produtos britânicos manufaturados.

22. Os dois governos também se comprometeram a entabular negociações para obter um aumento do comércio anglo-alemão e melhorar as suas relações comerciais.

23. A impressão geral sobre os resultados desse acordo é bastante favorável, embora os meios financeiros norte-americanos mostrem uma certa reserva, mas todos, em geral, consideram esse acordo como uma nova prova da utilidade das negociações diretas entre os Estados, assim como um novo triunfo para a política realista do senhor Chamberlain, o qual, com a conclusão desse entendimento financeiro e comercial, obteve uma sensível melhora, com vantajosos resultados, para uma maior tranquilidade política na Europa.

24. Todos estão inclinados a crer que, pelo motivo acima aludido, serão facilitados acordos do mesmo gênero, a serem concluídos com as demais nações interessadas no problema das dívidas austríacas, tais como a França, a Suíça, os Estados Unidos e a Itália.

25. Os atos oficiais referentes a esses diversos entendimentos entre os governos de Londres e de Berlim entraram em vigor no dia primeiro do corrente mês.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 JUL. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A política alemã.

N. 365 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Desde alguns dias os meios políticos têm apresentado indícios visíveis de um certo nervosismo, determinado por boatos insistentes que fazem crer que o governo alemão teria resolvido, por supostos motivos de economia e para não perturbar as colheitas, deixar de efetuar, este ano, as habituais manobras militares de outono.

2. Essa decisão naturalmente deu lugar nos círculos diplomáticos estrangeiros a comentários que atribuem, não sem razão, à presente situação internacional o espírito de economia subitamente manifestado pelos dirigentes do Reich, assim como suas preocupações em favor das populações rurais.

3. Nos centros políticos alemães nada foi dito de preciso em relação a essa informação, da qual, segundo me foi afirmado, o adido militar britânico teria tido informação no Ministério da Guerra deste país.

4. Os alemães se contentariam em efetuar este ano algumas manobras de quadro, assim como a grande parada militar, que se realiza anualmente durante o Congresso de Nuremberg e que reúne uma força de dez a quinze mil homens em todas as armas.

5. Essa inesperada resolução, como disse, suscitou diversos comentários por parte dos observadores técnicos, residentes em Berlim. Parece, porém, que algumas dessas apreciações ultrapassam o fim [a] que elas visam, chegando alguns mesmo a estabelecer uma relação entre a suspensão das manobras e as recentes conversas tidas aqui pelo general



Pariani, chefe do estado-maior italiano, com o seus colegas do grande estado-maior alemão.

6. Entretanto, na falta de possibilidade de verificações exatas, julgo conveniente atribuir à decisão do governo do Reich, no caso de ser confirmada pelos fatos, uma grande importância.

7. Digo isso porque certas informações, colhidas em boa fonte, fazem temer que o governo alemão esteja preparando qualquer surpresa sensacional para se apresentar com maior prestígio no próximo Congresso de Nuremberg nos primeiros dias de setembro próximo.

8. É sabido que secretamente os trabalhos de fortificações na fronteira ocidental foram intensificados de tal forma que em futuro próximo formarão uma barreira inexpugnável. Novos planos, já em execução, permitirão dobrar os efetivos e o material da aviação militar, em menos de seis meses em lugar de dez, e desde já as fábricas podem produzir quatrocentos aparelhos por mês. Dentro de um trimestre esse número poderá ainda ser o dobro, mas a cifra de quatrocentos já equivale à calculada como produção em tempo de guerra.

9. Sobre a questão tchecoslovaca, a opinião pública acompanha com paixão os esforços desenvolvidos para obter um acordo razoável.

10. No caso possível, mas improvável, de um ataque contra a Tchecoslováquia os ingleses e franceses, como tudo faz crer, levantar-se-iam com energia e isso também se depreende do tom de firmeza do discurso proferido há dias pelo *speaker* da Câmara dos Comuns, referindo-se às pretensões alemãs em relação aos sudetos do país vizinho.

11. Essa atitude do parlamento britânico é tanto mais significativa, quanto pelas últimas informações parecem existir temores de uma agressão germânica contra a Tchecoslováquia, que muitos procuram colocar como provável na primeira semana de agosto.

12. Seria, pois, para prevenir claramente a Alemanha e a Itália, sobre a verdadeira atitude que assumiria o governo britânico, em tal circunstância que acredito foram feitas as referidas declarações, em Londres, proferidas em forma tão franca e enérgica.

13. A impressão que se tem no momento atual é de grande intranquilidade e oxalá o discurso proferido em Paris, há dias, pelo presidente Dalladier consiga, conforme o seu objetivo, acalmar o ambiente agitado em que atualmente vivemos.

14. Para isso muito concorre a campanha da imprensa movida contra o governo de Praga, a qual tem chegado a assumir um tom extraordinariamente violento e de ameaças em relação às graves consequências

que podem acarretar, para as relações entre os dois países, o atraso na adoção do estatuto nacionalista dos sudetos, na forma que exigem os mesmos, apoiados no nacional-socialismo alemão.

15. Os ataques da imprensa alemã acrescentam que os sudetos já denotam impaciência e poderão ir até a revolta, o que naturalmente seria ótimo pretexto para uma intervenção germânica na Tchecoslováquia no sentido de "proteger os interesses alemães ameaçados fora da fronteira do Reich".

16. Nos centros políticos alemães, a opinião dominante é que o estatuto em preparação pelo governo de Praga irá pouco além do que possa satisfazer as reivindicações dos sudetos e servirá unicamente para focalizar a questão no terreno diplomático, permitindo uma discussão política e creio que, neste momento, um arranjo razoável seria bem aceito pelo Reich.

17. Isso provoca uma certa irritação e mesmo nervosismo nos meios competentes, onde geralmente não se esconde a inquietação pelas consequências que poderiam determinar a publicação, pelo governo de Praga, de um estatuto que fosse considerado pela Alemanha como insuficiente.

18. Em uma recente entrevista, o secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros reafirmou ao embaixador inglês o desejo da Alemanha de chegar a um acordo pacífico com a Tchecoslováquia, mas não lhe escondeu as dificuldades que, segundo o ponto de vista alemão, estão sendo criados pelo governo de Praga.

19. Devo dizer que até agora ninguém pode precisar quais sejam os planos do *führer* a respeito dessa delicada questão, mas é possível que no momento ele não tenha outro propósito, senão manter a polêmica que segue em tom vivo, até que se apresente uma ocasião favorável para forçar, por um meio ou por outro, a conclusão de um ajuste que seja considerado como conforme aos pretendidos direitos dos sudetos e aos interesses que o Reich prega ter na questão.

20. Apesar da tensão política que existe no momento – aliás, claramente evidenciada pela imprensa de todos os países – não creio ser intenção do Reich procurar agora uma nova crise, permitindo que a questão assumira um aspecto de extrema gravidade, pois as atitudes britânica e francesa de maio último mostraram ao Reich a necessidade de – antes de qualquer ação militar – terminar a defesa da fronteira oeste, cujos trabalhos, como disse, estão sendo feitos com uma atividade fe-

bril e que visam impedir o auxílio militar que a França poderia prestar à Tchecoslováquia.

21. De outra parte, deve ser considerado que o Reich, neste assunto, pode jogar uma grande arma que guarda como reserva e refiro-me a uma ação econômica que, se fosse aplicada contra o governo de Praga, apressaria a ação dissolvente das forças já em ação dentro da Tchecoslováquia.

22. Notícias agora divulgadas pelos jornais alemães de uma nova mobilização tcheca vieram ainda mais alarmar a opinião, mas o desmentido oficial do governo de Praga parece confirmar a hipótese de dever ser mantida uma atmosfera de inquietude até que a resolução possa ser imposta pela Alemanha.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 20 JUL. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] O mês político.

N. 369 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 20 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Em obediência às instruções contidas na circular 1.124, de 3 de junho último, reiteradas pelo despacho n. NP/54/900.1 (00), de 12 de julho corrente, tenho a honra de prestar a Vossa Excelência algumas informações sobre o desenvolvimento da política internacional no decurso do presente mês.

2. Devido à falta de segurança da inviolabilidade da correspondência remetida pela via aérea serei forçado a dar apenas uma impressão geral dos principais fatos ocorridos, sem fazer comentários que serão destinados aos meus ofícios de caráter reservado.

3. O mês teve início sob auspícios favoráveis, mas infelizmente vai findar menos bem, principalmente sendo obrigado a considerar que uma série de outros fatores, além da guerra da Espanha, vieram a perturbar a atmosfera internacional.
4. Certas manobras obscuras que tantas vezes têm comprometido as tentativas de entendimento das potências ocidentais, ameaçam de [sic] estender a confusão até o Extremo Oriente. Buscam também levar o incêndio ao Levante sob a falsa aparência que a recrudescência das desordens na Palestina está sendo fomentada pela Itália, quando é evidente que esse fato é consequência da reação do mundo árabe contra a política de aproximação com a Turquia.
5. Era lícito esperar muito mais, depois de uma série de episódios favoráveis.
6. Em primeiro lugar, cito a atitude extremamente corajosa do senhor Chamberlain na questão espanhola. Nunca a necessidade de uma política de não intervenção e a urgência de um agrupamento das potências de interessados em manter a ordem internacional não [sic] se afirmou de uma forma tão imperiosa como foi indicado no discurso de Kelting, pelo primeiro-ministro britânico, na véspera do dia em que foi finalmente adotado em forma definitiva o plano inglês relativo à evacuação dos voluntários estrangeiros na guerra da Espanha.
7. O acontecimento coincide também com a decisão do governo italiano fazendo dissolver a "Divisão das Flechas", o que confirma o desejo do governo de Roma de se abster de novas intervenções no conflito em questão.
8. Faltava apenas, para reforçar um certo otimismo, ver a solidariedade franco-britânica reforçada na bacia oriental do Mediterrâneo e isso constituiu, ao meu ver, o verdadeiro interesse dos acordos franco-britânicos.
9. Liquidada a questão de Alexandretta, era lícito esperar desse entendimento uma solução favorável da questão espanhola; mas, contrariamente, surgiram novas complicações.
10. A menos inquietante não é a que, proveniente de Barcelona e de Burgos, indicam uma certa tensão nas relações entre Londres e o governo do general Franco.
11. As propostas feitas pelo chefe dos nacionalistas espanhóis, visando afastar os perigos para a navegação, neutralizando o porto de Almería e interditando rigorosamente o contrabando de guerra, foram acolhidas desfavoravelmente do lado britânico.

12. No mesmo momento, o senhor Neville Chamberlain deixa compreender que a ratificação do acordo anglo-italiano deverá esperar.
13. Isso causa surpresa e inquietação.
14. Primeiramente, os interesses envolvidos no tráfego com a Espanha se submeteram ante a perspectiva de perda de grandes lucros. Depois, os adversários do senhor Chamberlain julgaram descobrir o meio de poder atacá-lo com a acusação de não sustentar e defender suficientemente os interesses da agricultura, do comércio e da marinha mercante inglesa.
15. No seu discurso de Keltering, o primeiro-ministro britânico tem a franqueza de reconhecer que a Inglaterra não pode pretender produzir tudo o que lhe é necessário a sua alimentação e proteger os navios que levam a bandeira inglesa com fins criminosos visando lucros condenáveis.
16. Nesse mesmo dia o senhor Mussolini exaltava em Apúlia os êxitos obtidos com a batalha do trigo.
17. Esse ataque não foi senão uma curta tempestade e o chefe do governo britânico não teve dificuldade em demonstrar os proveitos que a sua política tem trazido para a paz do mundo e que não visa, de modo algum, sacrificar os interesses dos camponeses ingleses. A tormenta, porém, deixou vestígios e todo o bloco antifascista, dirigido pelo senhor Eden, continua na espreita de uma ocasião para torpedear o acordo anglo-italiano.
18. Péssima perspectiva a que temos, presentemente, não vendo a situação evoluir na Europa Central com a rapidez desejada. As grandes festas dos Sokols em Praga não aceleraram a liquidação da questão tchecoslovaca e serviram mesmo para formar um poderoso ajuntamento de todos os elementos eslavos.
19. O enigma da futura reforma permanece indecifrável e inquietado.
20. Os conselhos de moderação e os exemplos deveriam servir a todos os que buscam provocar no Extremo Oriente novas ocasiões de divisões políticas e de conflitos internacionais.
21. Chegamos ao aniversário da "guerra" chino-japonesa e parece que seria o momento de animar as possibilidades de um entendimento entre os adversários, pois, quanto mais os japoneses multiplicam as declarações de intransigência, mais aparece que eles não poderão obter uma vitória completa.
22. Nessas condições, é compreensível a posição das potências ocidentais, cujos interesses não poderão ser salvos no Extremo Oriente,

senão evitando uma vitória completa de um dos dois nacionalismos em luta.

23. Os alemães, em face de tal panorama, não podem desejar uma situação mais favorável para ganhar em todos os quadros.

24. Na espera da apresentação do projeto de reforma preparado pelo governo de Praga, o governo alemão intensifica os trabalhos de fortificação na Renânia e constrói uma via férrea estratégica na direção da fronteira da Boêmia. Ao mesmo tempo, o Reich prossegue com rapidez no fortalecimento do regime nazista em Dantzig.

25. Entretanto, como medida de prudência, o senhor Forster, chefe do Partido Nacional-Socialista em Dantzig, foi a Londres sondar o terreno e ali lhe foram dados conselhos de moderação em relação à Polônia.

26. O governo de Varsóvia, sem preocupar-se com essas iniciativas do senhor Forster, vive, no entretanto, movimentando a sua política no Báltico. Depois da Estônia, é a Letônia que acaba de receber a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia. Este, prossegue o seu trabalho paciente de reunir em um grupo os Estados que não desejam submeter-se, nem ao nazismo, nem à tutela do comunismo de Moscou.

27. Verdadeiramente, neste momento, os soviets parecem preocupados em adquirir um maior prestígio, seja conseguindo um golpe feliz em qualquer ponto da América do Sul, ou multiplicando as dificuldades para os japoneses, talvez mesmo com o propósito de provocar uma guerra russo-japonesa.

28. Um recente incidente de fronteira acaba de ser provocado pelos russos soviéticos na Manchúria e é lícito temer que tais provocações, com um objetivo visível, possam finalmente levar o elemento moderado de Tóquio a se unir aos mais exaltados, que há muito desejam invadir a Rússia numa guerra preventiva.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 05 AGO. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A política internacional da Alemanha.

N. 383 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 5 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

A atividade diplomática do Reich, tal como foi anunciada, devido à ação pessoal do capitão Wiedmann junto a lorde Halifax, em Londres, e desenvolvida depois na entrevista do embaixador do Reich, senhor von Dierksen, com o senhor Neville Chamberlain, continua a dar lugar aos boatos mais sensacionais.

2. Sem demora, os diplomatas põem à prova as novas disposições anunciadas.
3. A viagem acima referida do capitão Wiedmann terá como complemento a missão confiada a lorde Runciman na Tchecoslováquia, e isso demonstra que a Inglaterra está disposta a negociar um acordo entre os governos de Praga e de Berlim, que até agora se mostraram em posição intransigente.
4. Nessas condições, o primeiro-ministro britânico não hesitou em agir no sentido de defender a paz.
5. A imprensa internacional não concorda ao informar sobre o objetivo exato da missão de lorde Runciman, mas tudo indica que será sobretudo destinada a exercer uma ação moderadora e deverá praticamente pôr fim às conversações diretas entre Praga e os sudetos.
6. O silêncio observado sobre esse ponto pelas chancelarias e pelos seus diplomatas não foi ainda perturbado, mas a suposição mais plausível parece ser a que atribui ao chanceler Hitler ter recorrido à mediação inglesa, vendo Praga preparar um estatuto julgado inaceitável para os sudetos e pela Alemanha, temendo, pois, as consequências graves que daí poderiam resultar.
7. Trata-se de uma conjectura, mas que parece encontrar confirmação no fato de ter sido o aludido estatuto minorativo fortemente atacado antes de sua publicação, pelos partidários do senhor Henlein e pela imprensa alemã, o que demonstra claramente que o choque entre Praga e Berlim seria inevitável.
8. O conselheiro inglês estabelecerá, de acordo com os dois parti-

dos, um projeto de compromisso, destinado a ser submetido ao parlamento da Tchecoslováquia.

9. Jornais ingleses e franceses noticiaram que o capitão Wiedmann voltará a Londres para se avistar, desta vez, com o próprio senhor Chamberlain.

10. Essa notícia foi desmentida pela agência oficial alemã, a D.N.B., mas tudo leva a crer que o projeto de uma nova visita a Londres do capitão Wiedmann existe de fato e o erro dos jornais que a ela se referiram, se erro houve, foi de fixá-la em data precisa e próxima.

11. Por diversos informantes seguros, soube que o chanceler Hitler não abandonou o propósito de recorrer novamente ao processo de conversas diplomáticas confidenciais, à margem da diplomacia ordinária, como, aliás, em outras épocas, ele usou, utilizando-se então do senhor von Ribbentrop, atual ministro dos Negócios Estrangeiros.

12. Parece, porém, que no momento atual o capitão Wiedmann, o homem de confiança do *führer*, tem que adiar a sua viagem a Londres, devido a um desacordo que teria surgido entre o ministro von Ribbentrop e o chanceler. Esse desentendimento teria sido originado pela primeira visita do capitão a lorde Halifax, orientada diretamente pelo *führer*, com completo desconhecimento da Wilhelmstrasse.

13. Devo dizer, a propósito desse fato, que o ministro von Ribbentrop figura hoje no grupo nazista que ele de fato dirige, o qual é extensivamente antibritânico, opondo-se às tendências do marechal Goering, francamente favorável a uma aproximação teuto-inglesa. Do grupo anglofóbico fazem também parte os senhores Goebbels e Rudolf Hess, muito ligados ao senhor von Ribbentrop.

14. Resta saber se o adiamento verificado determinará o abandono do projeto, ou simplesmente um atraso na sua execução.

15. Sobre a vantagem, ou os inconvenientes, desses resultados de fazer diplomacia ultraconfidencial, fora das vias normais do ministério competente, as opiniões estão divididas. Alguns consideram que esse processo apresenta sérios inconvenientes, criando dissentimentos e rivalidades, mas outros julgam que, dadas as circunstâncias atuais, para melhor ser guardado o segredo de tão graves negociações, apresenta reais vantagens.

16. Em conclusão, devo dizer que no momento atual não existe nada de concreto, senão a conversa de caráter pessoal que o ajudante de ordens do chanceler Hitler teve com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, antes da visita dos soberanos ingle-



ses a Paris, e da entrevista do embaixador alemão, em Londres, com o chefe do governo inglês, computando ambas a declaração reiterada do desejo do *führer* alemão de ver resolvida amigavelmente a questão dos sudetos alemães.

17. Isso representa incontestavelmente muito, no momento atual, e contribui bastante para uma melhor atmosfera política, embora não constitua ainda base suficiente para uma verdadeira negociação destinada a garantir a paz.

18. A ação empreendida pelo capitão Wiedmann em Londres e as que ele, para o futuro, poderá desenvolver junto ao governo inglês, retem certamente a atenção dos meios competentes, pois são visíveis as disposições do chanceler alemão, favoráveis a um entendimento geral.

19. Nada, porém, se pode ainda afirmar como definitivo, pois tudo é singularmente prematuro para uma conclusão segura, como pretendem alguns jornais ingleses, apesar dos desmentidos e das ratificações oficiais alemãs, em relação à existência de uma negociação, que permitiria prever soluções que infelizmente ainda não fazem objeto de combinação para resultados concretos.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 09 AGO. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] A campanha antissemita.

N. 391 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Conforme informei pelo ofício n. 341, de 1º de julho último, a campanha antissemita na Alemanha, recomeçada com rara intensidade

em junho último, segue sendo executada neste país com um movimento acelerado.

2. As notícias aqui chegadas nos últimos dias, de que a Itália também se prepara para tomar idênticas medidas, encheram de satisfação os dirigentes do III Reich, como se deduz das notas publicadas nos órgãos officiosos do governo e do partido.

3. A luta tinha sido anunciada em termos violentos, em 22 de junho, pelo ministro dr. Goebbels, durante as festas populares habituais na entrada do verão. Nessa ocasião, o referido ministro da Propaganda do Reich protestou contra o grande número de judeus que ainda residem em Berlim, comprometendo-se a tomar medidas que obrigassem os mesmos a sair da Alemanha, voltando para os lugares de onde vieram, ou então se dirigirem para os países que os queiram receber.

4. Os meios nacionais-socialistas estão muitos descontentes, pois, apesar dos "conselhos" dados à população e mesmo em face da campanha contra os judeus, feita pela imprensa, os alemães arianos continuam a manter com os israelitas numerosas relações comerciais, não fazendo caso das características indicativas dos estabelecimentos judeus.

5. Assim, foi deliberado dificultar o mais possível a vida dos judeus na Alemanha propriamente dita e no território da antiga Áustria, sendo que em Viena todos os parques públicos lhes são interditos e em Berlim, conforme em tempo informei, existem bancos especiais, pintados de amarelo, exclusivamente destinados aos israelitas.

6. Na maioria das cidades de águas eles não podem entrar nos estabelecimentos balneários.

7. Muitos alemães continuam a recorrer a médicos judeus e por isso as autoridades nacionais-socialistas acabam de proibir o exercício da respectiva profissão aos mesmos israelitas.

8. No fim de junho, os judeus foram expulsos da Bolsa e em princípios de julho uma lei vedou-lhes de [sic] exercer atividade de corretores de imóveis ou de gerentes de casas comerciais ou privadas.

9. No que diz respeito aos médicos, a nova lei determina que os profissionais não arianos poderão somente tratar dos membros de sua família ou de enfermos judeus.

10. Além disso, a organização profissional dos médicos "se esforçará de [sic] facilitar aos antigos médicos judeus o exercício de uma outra profissão".

11. Os médicos israelitas, ex-combatentes, poderão receber subven-

ção da Câmara Nacional de Medicina se "forem considerados indigentes e não nocivos ao regime".

12. O número de médicos judeus na Alemanha, em 1933, eleva[va]-se a 6.480. Essa cifra atualmente é de 4.220, dos quais 3.748 estão oficialmente instalados.

13. Os médicos na Alemanha, que exercem efetivamente sua profissão, alcançam a cerca de 38.000 e os judeus formam ainda uma porcentagem de mais de 10% desse total.

14. A questão se apresenta em forma mais séria em Berlim, pois, nesta capital existem cerca de 1.600 médicos judeus para 6.900, ou seja, uma proporção de mais de 22%.

15. Também se intensifica a campanha para expulsá-los das suas residências atuais com alegação de que "é intolerável que os alemães habitem sob o mesmo teto que os judeus". Assim se exprimem os órgãos oficiais e já foi admitido legalmente que um proprietário pode expulsar um locatário judeu e rescindir qualquer contrato sumariamente pelo simples fato do inquilino ser israelita.

16. Nessa forma, os esforços convergem no sentido de levar os judeus a habitarem somente casas cujos proprietários locatários sejam dessa raça, o que fará, dentro em pouco, que a população israelita volte a ficar reduzida ao sistema do gueto.

17. Todas essas medidas são complementares às que foram adotadas recentemente para os judeus em geral e para limitação ou impedimento do exercício de certas profissões liberais.

18. Elas são representadas oficialmente com[o] um passo a mais de política de eliminação integral do elemento israelita da vida política na Alemanha.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



[Índice:] A situação internacional.

N. 395 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 15 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

As informações colhidas nos últimos dias, nos meios competentes, sobre a situação política internacional, pela sua importância, têm produzido grande inquietação e motivaram certo alarme em Londres e Paris.

2. Elas demonstram que os preparativos e os movimentos militares se multiplicam em todo o Reich, principalmente na parte oriental, meridional e nas regiões sudeste.

3. No decurso dos três últimos dias, uma dúzia de trens militares transitaram pela linha Nuremberg-Ulm.

4. Os trabalhos de fortificação empreendidos nas fronteiras francesa, holandesa e tchecoslovaca estão sendo febrilmente intensificados, tendo sido transportado de Berlim e de outros grandes centros para aquelas regiões cerca de 300.000 operários que ali trabalham dia e noite.

5. Também soube que, a partir de 20 de agosto corrente, as autoridades militares avisaram os agricultores de [sic] terem prontos – para uma eventual e imediata requisição – todos os seus cavalos e viaturas e, em certas regiões, já foram feitas mobilizações parciais.

6. Todos os homens aptos para o serviço militar deverão estar preparados para um "ensaio de mobilização geral" que se presume será realizado de 22 de agosto a 28 de outubro.

7. Os automóveis de particulares já foram recenseados para uma possível requisição para o mesmo fim.

8. Todos esses fatos induzem a crer que o Reich vai desenvolver uma ativa e violenta política de pressão diplomática em relação à Tchecoslováquia e, como já se pode observar pelo tom da imprensa alemã, extremamente forte e agressivo, que a todo modo reclama, senão a independência, pelo menos uma completa autonomia para os sudetos.

9. Acredito que o congresso nacional de Nuremberg, cuja reunião deste ano foi fixada para os primeiros dias de setembro, vai marcar o ponto culminante desse período de tensão que temos atravessado e que novamente se apresenta em forma a despertar certas apreensões.

10. As ordens dadas para a mobilização dos caminhões na região berlinense e a requisição dos auto-ônibus na Baviera estão ligadas à "mobilização" de treinamento dos reservistas e também existem

outras indicações, tais como a suspensão das férias na indústria metalúrgica e da construção civil, e a queda persistente dos valores e títulos na Bolsa de Berlim.

11. Na zona vizinha à fronteira da Tchecoslováquia, todos os escritórios de correios e telégrafos receberam ordens de pôr às ordens das autoridades militares todos os mecânicos e automóveis de que dispõem para o serviço postal.

12. As companhias particulares de auto-ônibus deverão fornecer veículos suficientes para assegurar, em caso de necessidade urgente, o transporte de militares e de tropa.

13. Pode assim ser imaginada a enorme quantidade de veículos e de material que foram enviados ultimamente para as fronteiras da França, Polônia e tcheca.

14. No momento atual, todas as estradas de rodagem e de caminhos de ferro que se dirigem para a Tchecoslováquia estão sendo melhorados e duplicados para assegurar um mais rápido e seguro transporte de tropas.

15. O prazo fixado para a terminação desses trabalhos termina na primeira semana de setembro.

16. As recentes colheitas foram praticamente confiscadas pelo governo e é sabido que o Reich está fazendo compras consideráveis de cereais e outros artigos de alimentação no estrangeiro, visando evidentemente à formação de reservas de guerra.

17. Isso determina uma grande inquietação sobre a evolução da situação da Europa Central, e é evidente que não são fatores destinados a auxiliar os esforços da pacificação e de mediação, que lord Runciman empreendeu em Praga.

18. Sobre a interpretação dessas medidas militares, as opiniões estão divididas.

19. Uns pregam que se trata simplesmente da preparação de exercícios, cuja importância serviria para impressionar a Europa em relação à força militar alemã, podendo exercer uma ação tendente a apressar uma solução do caso dos sudetos, como uma espécie de ameaça, e outros supõem que se trata simplesmente de pôr em marcha um aparelho que já se acha pronto para entrar em ação no caso em que uma solução "satisfatória" não seja dada "imediatamente" à questão dos sudetos, como assim exige a Alemanha.

20. Todos esses fatos, que tão fortemente vêm impressionando a opinião pública, causando mesmo alarme, sejam quais forem as con-

clusões a tirar, fazem todos concordar que a importância de tais preparativos militares exige uma constante vigilância.

21. Nessas condições, expedi a Vossa Excelência o telegrama número 87, uma vez que dado o caráter urgente e reservado desta comunicação não me era lícito confiá-la ao correio aéreo, invariavelmente sujeito à censura secreta alemã, mormente neste momento em que a espionagem política anda mais do que nunca em grande atividade.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 AGO. 1938 • AHI 04/03/11

[Índice:] O próximo congresso de Nuremberg.

N. 429 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 31 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

O tema principal do próximo congresso anual do Partido Nacional-Socialista, transformado praticamente, desde o ano passado, em assembleia nacional e que, de 5 a 12 de setembro próximo, se realizará em Nuremberg, deverá ser a consagração da "Grande Alemanha".

2. O regime poderá assim glorificar o que foi feito até agora no sentido da reunião dos alemães residentes na Europa, principalmente graças à anexação da Áustria, e determinar o que resta a fazer.

3. As reivindicações coloniais alemãs foram evocadas com insistência desde o congresso de 1936, denominado da "honra", e no seguinte, "do trabalho", em 1937, o chanceler Hitler precisou que a Alemanha exigia a restituição de suas antigas colônias.

4. Finalmente, o último apelo, nessa ordem de ideias, dirigido ao mundo foi feito pelo mesmo chanceler da tribuna do Reichstag, em 20 de fevereiro do corrente ano, conforme em tempo informei Vossa Excelência.

5. Essa reivindicação, como Vossa Excelência sabe, figura no artigo 3º do programa do Partido Nacional-Socialista.
6. Segundo toda a probabilidade, a questão colonial será ainda este ano, em Nuremberg, objeto de reclamações por parte do *führer*, o qual mais uma vez evocará em favor da Alemanha a tese da igualdade de direitos entre os povos soberanos.
7. A grande questão ficará, a meu ver, sendo a reunião em um Reich único dos alemães vivendo em massas compactas nas fronteiras da Alemanha.
8. Um êxito foi obtido, sem dúvida, nesse domínio, com a união da Áustria à Alemanha, enquanto que a questão colonial ficou ainda sendo um assunto de discussão, melhor dito, de caráter acadêmico.
9. O interesse que o Reich liga às questões coloniais, como revela a recente criação de um instituto para a administração colonial, destinado aos futuros funcionários, demonstra claramente que os dirigentes alemães querem este ano dar um novo impulso, em forma enérgica, a suas reivindicações coloniais.
10. No campo da política internacional, devido à grave tensão atualmente existente, deverão ser feitas declarações que fortemente poderão influir sobre os destinos da Europa, pois de modo claro, como todos esperam, o *führer* deverá indicar de que forma a Alemanha pretende orientar a sua política externa em relação ao problema tchecoslovaco e outros. Nessa ocasião, todos ficarão sabendo se realmente são sinceras as reiteradas declarações do *führer* quando ele assevera, e todos acreditam sejam verdadeiras, de só desejar poder participar de uma política tendente a defender a paz tão ameaçada nos momentos atuais.
11. Informarei Vossa Excelência minuciosamente do que ocorrer e, se algo de mais importante suceder, telegrafarei sem demora.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 SET. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] O Sexto Congresso dos Alemães do Estrangeiro de Stuttgart.

N. 441 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Com a pompa espetacular de sempre, reuniu-se este ano, em Stuttgart, denominada pelo Partido Nazista a "cidade dos alemães do estrangeiro", o sexto congresso anual da *Auslandsorganisation*, a repartição política encarregada de manter entre os alemães residentes fora do Reich a chama do germanismo e estimular cada vez mais o sentimento de fidelidade ao *führer* e ao nacional-socialismo.

2. Já em vários ofícios anteriores tive a ocasião de me referir a essa organização, cujos propósitos e meios de ação foram amplamente comentados, tendo eu salientado os perigos que poderiam advir das suas atividades no nosso país, hoje proibidas por lei, após os abusos que se verificaram nos últimos tempos.

3. O congresso foi aberto no dia 28 do mês passado, com o comparecimento de vinte mil alemães residentes no estrangeiro, de todos os chefes das missões diplomáticas do Reich especialmente convocados para essa reunião, bem como para o congresso de Nuremberg, tendo sido presidido pelo ministro Rudolf Hess, lugar-tenente do *führer*. Notavam-se, ainda, entre os presentes o dr. Frick, ministro do Interior; o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, barão von Neurath, atualmente presidente do Conselho Secreto; o *gauleiter* Wilhelm Bohle, chefe da organização; e vários chefes de grupos no estrangeiro, entre outros o senhor von Cossel, adido cultural à embaixada alemã aí.

4. São dignos de reparo os discursos pronunciados durante o congresso, sobretudo os dos senhores Hess e Bohle, os mais indicados, talvez, naquela reunião, para se externarem sobre a *Auslandsorganisation*. De maneira geral procuraram ambos inocentá-la das acusações que lhe são feitas de se ter imiscuído na política interna dos países em que funciona, ou de ter exercido espionagem em favor da Alemanha, no exterior.

5. O *gauleiter* Bohle, logo de início, definiu o que significa ser alemão. Ninguém – afirmou – tem o direito de se dizer alemão se não for cor-religionário de Adolf Hitler. Ser alemão significava ser fiel ao *führer*. É verdade que o alemão não é sempre querido no estrangeiro, porém



não há povo que não tenha um respeito infinito pela Alemanha. Os que não se consideram nacional-socialistas, se excluem por si mesmos do germanismo. Sobre as acusações de espionagem, o *gauleiter* Bohle se referiu a notícias publicadas, segundo disse, em jornais ingleses, que informaram os leitores de que umas alemãs faziam parte de uma central de espionagem em Berlim. Aludiu, ainda, a um diplomata estrangeiro que lhe havia dito que o seu país precisava de imigrantes alemães, com a condição de não serem nazistas. "Respondi", disse o *gauleiter* Bohle, "que não há, hoje em dia, alemães que não sejam nazistas. Os que não o são, não têm a nacionalidade alemã e nós os cedemos de bom grado".

6. O ministro Hess abordou a questão dos Sudetos. O povo alemão – disse – compartilha dos sofrimentos dos seus patrícios na Tchecoslováquia. Os nossos pensamentos estão voltados para os alemães dos Sudetos. Dizemos-lhes que vemos com profunda admiração a sua atitude de férrea disciplina, apesar das chicanas que lhes são feitas, apesar do terror e do crime. Estamos todos irmanados com eles e compreendemos o anseio desses 3½ milhões de patrícios de viver como povo civilizado.

7. Sobre os fins da organização para o estrangeiro, o ministro Hess voltou ao *leitmotiv* da não intervenção nas questões internas no estrangeiro:

Estais reunidos neste congresso – declarou – para cultivar o vosso germanismo, para ser bons nacional-socialistas. É assunto que vos é próprio, pois não pretendeis qualquer penetração pacífica. Não pensais, de maneira alguma, a introduzir pacificamente o nacional-socialismo nos países que vos agasalham. Se, em certos lugares, vos são atribuídos propósitos turvos, isso nada vem alterar, muito menos quando se pensa poder despojar-vos do vosso nacional-socialismo, proibindo arbitrariamente as vossas organizações, os vossos emblemas, pois ninguém pode roubar-vos o coração e o espírito nacional-socialista. Nós e os alemães no estrangeiro não nos imiscuímos nas questões dos demais países. Busquem eles a sua felicidade como bem o quiserem. Por outro lado, entretanto, devemos também esperar que eles não interfiram nas nossas questões e nos deixem ser felizes como o desejamos.

8. Esses discursos foram comentados com certa frieza pela imprensa estrangeira, um tanto atingida pelas declarações dos senhores Bohle e Hess. A impressão geral é que não se pode deixar de as re-

ceber com muita reserva, pois são bem conhecidos os propósitos da *Auslandsorganisation* e os seus efeitos já se fizeram sentir em todo o mundo.

9. Houve várias solenidades durante o congresso, destacando-se entre elas a entrega das bandeiras para os grupos no exterior, feita pelo ministro Hess. Foram destinadas às Índias Holandesas, África do Sul, Rumânia, Holanda, Suíça, Grã-Bretanha e à região dos Sudetos. Os grupos na América não foram contemplados, nem se lhes fez menção durante o congresso.

10. O ministro de Negócios Estrangeiros, senhor Ribbentrop, cujo comparecimento havia sido anunciado, não pôde tomar parte no congresso, por ter estado seriamente atarefado com a questão da Tchecoslováquia.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 03 SET. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] A crise europeia e a questão tchecoslovaca.

N. 443 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 3 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Pelos telegramas que ultimamente tenho enviado e por informações anteriores, Vossa Excelência terá podido acompanhar o desenvolvimento da grande crise política pela qual, neste momento, atravessa a Europa, decorrente das reivindicações dos alemães dos Sudetos, na Tchecoslováquia.

2. A discussão em torno do assunto alcançou o seu ponto crítico e, no povo, os espíritos se irritam, tanto do lado tcheco como do alemão.
3. No exterior, a opinião pública está inquieta.

4. Desde algumas semanas as negociações foram entabuladas, interrompidas, retomadas, paradas momentaneamente e não se vê o fim.
5. Nada está ainda combinado, mas felizmente as negociações diplomáticas ainda não foram rotas e outra vez prosseguem, animando os mais pessimistas.
6. Com uma rara objetividade, que exaspera os alemães, lorde Runciman procurou compreender os dois pontos de vista opostos para formar a sua opinião exata sobre a legitimidade, ou exageração das reclamações dos sudetos.
7. Chegou agora o momento de sua intervenção decisiva, pois a questão, como disse, alcançou a sua fase aguda e, chegando a esse ponto, certas tensões são dificilmente suportáveis durante muito tempo, sendo necessário, em certo momento, uma melhoria para evitar uma deflagração, com todas as suas funestas consequências.
8. A responsabilidade de quem provocar um conflito militar será tão pesada e tão grandes os riscos que fará correr ao seu país, que é lícito esperar não seja novamente praticado um tal crime.
9. A situação atual pode ser definida da seguinte forma: o que exigem os sudetos é exagerado e o que oferece o governo de Praga é insuficiente. O Reich deita óleo na fogueira e a Inglaterra busca extinguir o incêndio.
10. Sem a pressão do Reich, certamente já teria sido concluído um entendimento e é, provavelmente, para obter o máximo de concessões que, neste período crítico, tantos soldados alemães estão em pé de guerra e que tantas palavras inflamadas serão certamente pronunciadas no próximo congresso de Nuremberg.
11. O *führer* deseja exercer uma grande pressão sobre a Tchecoslováquia e procura intimidar a Europa. Todos os fatos assim o comprovam, mas isso felizmente não indica que ele deseje a guerra, conquanto um tal jogo seja dos mais perigosos nas horas graves que atravessamos.
12. O governo britânico continua a desenvolver toda a sua atividade para esclarecer a situação e já o embaixador inglês em Berlim fez sentir ao governo alemão a responsabilidade que assume em face do mundo, se intransigentemente se obstinar a não querer demonstrar um espírito de conciliação, para alcançar um compromisso com os tchecos, sendo que em caso de um conflito armado a Inglaterra não poderá ficar fora do mesmo, considerando suas relações com a França.
13. Creio que estamos chegando à hora decisiva e, apesar de estarmos passando os momentos mais graves e perigosos para a paz do

mundo desde a guerra de 1914, existe a esperança que a Grã-Bretanha, condutora das negociações, possa garantir a paz.

14. As responsabilidades foram definidas e agora já se sabe, claramente, que não existe apenas um problema a ser resolvido entre os sudetos e Praga, mas uma questão afetando a paz do mundo e que deve ser solucionada entre o *führer* e o governo tchecoslovaco.

15. A missão de lord Runciman já deu resultados importantes e seria inconcebível, nessas condições, que a Alemanha queira agir de maneira a fechar definitivamente a porta a qualquer compromisso razoável.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 16 SET. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] O mês político.

N. 448 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 16 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

A coincidência da grande reunião de Nuremberg com o período decisivo da questão tchecoslovaca foi prenúncio de uma temporada de grandes perigos, jamais visto desde 1914.

2. A realidade ultrapassou as melhores previsões e pôs todos em presença dos maiores riscos e dos meios que pareciam suscetíveis de conjurá-los.

3. Esses riscos foram a faísca sempre temível na atmosfera cada vez mais carregada de eletricidade, a qual poderá provocar uma explosão, apesar de todas as precauções que venham a ser tomadas e também em vista da dificuldade de encontrar-se uma solução por causa da diversidade de aspectos do problema em foco e da marcada evolução para o lado nazista das pretensões dos sudetos. Para tudo isso, existe somente

um remédio eficaz: a afirmação de uma vontade inflexível e de muito sangue frio das potências responsáveis, colaborando lealmente para a manutenção da paz.

4. A história dirá talvez um dia que, se os momentos críticos que temos atravessado neste começo de setembro passaram até agora sem maiores perigos, foram devido à ação vigilante do gabinete de Londres.

5. O estado de alerta em que vivemos tem sido intenso. Mas que desproporção entre os incidentes sudeto-tchecos e os efeitos que procuravam deles tirar os mais interessados! Medidas policiais um pouco severas; um deputado chicoteado. Nada justifica entretanto o desejo de uma ruptura no mesmo momento em que Praga acabava de dar uma prova de seu novo espírito conciliante.

6. O propósito deliberado de fomentar e de envenenar a discussão é tanto mais turvo que busca alcançar ostensivamente os fogos de artifício de Nuremberg. As primeiras manifestações do congresso foram mais equívocas do que provocadoras. Elas se aplicaram principalmente em exaltar a obra feita pelo nacional-socialismo e a estimular os sacrifícios realizados pelo mesmo partido. Com a apologia da autarquia, não pôde dissimular que, buscando tornar-se cada vez mais independente em todos os domínios e desenvolvendo a sua força, a Alemanha entende em primeira linha ter em mão o maior número possível de trunfos para uma volta eventual às cooperações internacionais, impossíveis de evitar.

7. O discurso de encerramento do congresso, do qual era lícito esperar declarações favoráveis à paz, não modificou a situação extremamente tensa, embora não haja fechado a porta. As ulteriores negociações entre os sudetos e os tchecos, as quais agora se apresentam mais difíceis, depois do apoio ostensivo e oficial que receberam do *führer*, conforme se depreende do referido discurso.

8. Como era previsível, as palavras veementes pronunciadas em Nuremberg pelo senhor Hitler tiveram imediata repercussão na região dos Sudetos. Uma série de incidentes graves ocorreram naquela parte da Tchecoslováquia desde então. Uma vontade de ruptura do senhor Henlein com Praga está claramente manifestada nos seus recentes atos.

9. Não pode existir ninguém de responsabilidade que consiga encerrar uma guerra geral, a qual, sejam quais forem os vencedores, terminaria por aprofundar numa torrente de sangue uma civilização já bastante afetada pelas conseqüências dos dolorosos quatro anos da última conflagração. Aliás, o resultado de uma guerra nessas condições

poderá acabar por destruir a grandeza da civilização latina, pois levaria o mundo ou à desordem comunista ou à hegemonia germânica.

10. Diante de tão sinistra perspectiva, o dever dos homens de Estado encontra-se indicado, como está marcado o de todos os cidadãos cujo conjunto constitui a opinião pública. Torna-se, cada vez mais, necessária a maior calma e procurar, por todos os meios, fazer face ao perigo, nada negligenciando – para impedir que a Europa se deixe arrastar numa psicose de guerra – e, assim, manter a paz. É nisso que está a última esperança do povo.

11. O drama da situação provém de dois princípios: o primeiro é o da soberania dos Estados, atacada pela Alemanha quando favorecia um separatismo na Tchecoslováquia; o segundo é o das nacionalidades sobre cujo princípio foi fundada a República Tchecoslovaca.

12. Fica, assim, ainda mais difícil aos estadistas de Praga resistir às pretensões, vizinhas da que eles formulavam outrora com energia, contra a velha monarquia austro-húngara.

13. A grave situação que atravessamos mostra, porém, que o governo tchecoslovaco se esforça em buscar um acordo, mesmo à custa de duros sacrifícios, como bem merece a paz do mundo. Esperamos que mantenha essa atitude mesmo em face da intransigência de seus contendores.

14. Toda essa situação confusa e delicada, em outros tempos, poderia significar a eminência de um estado de guerra, pois, até o *ultimatum* já foi empregado contra o governo de Praga.

15. Os tempos felizmente estão mudados e ontem ainda Berlim declarava insensatos os boatos circulantes (que muitos pregam bem fundados) de medidas já tomadas em relação à uma mobilização do seu exército e de sua marinha.

16. O Reich, ao meu ver, não necessita de conflito armado para colher o fruto que ele desde muito tempo está amadurecendo e que agora procura precipitar um tal procedimento. Basta invocar o princípio de Wilson, relativo ao direito dos povos disporem de seus destinos. O governo alemão joga com cartas marcadas e os que decretaram plebiscitos em diversos pontos da Europa estão mal colocados para negar um tal processo neste momento. Marchamos com grandes passos para essa solução.

17. Outras fórmulas podem ser imaginadas e, no entretanto, duas iniciativas seriam – se viessem a se efetivar – de natureza a prejudicar grandemente os esforços dos que trabalham pela paz. Uma seria a que já parece ter tido um começo de execução, uma intervenção armada

da Alemanha; e a outra, o emprego de medidas de opressão tomadas pelo governo de Praga nas regiões dissidentes e que também já estão sendo adotadas.

18. Tudo isso revela a gravidade do momento em que se debate a política europeia e agora só nos resta a esperança nos resultados felizes da entrevista Hitler-Chamberlain, que presentemente se realiza em Berchtesgaden.

19. O gesto do primeiro-ministro britânico, grande [e] generoso, tem imensa repercussão pelo inesperado com que foi executado e pelo que representa de digno e corajoso.

20. Essa intervenção, tendente a garantir a paz, alguns pregam que já foi tardia, pois os acontecimentos evoluíram demasiadamente; mas, o gesto único na história deve ter impressionado profundamente o *fiihrer* e o seu povo. Talvez ainda possamos vir a beneficiar [sic] um entendimento que se torna cada vez mais urgente e indispensável para livrar o mundo de uma desgraça imensa.

21. Com uma grande coragem política, com uma lealdade que abstraiu qualquer falso sentimento de amor próprio, o senhor Chamberlain, apoiado na confiança do povo britânico, não hesitou, apesar dos seus setenta anos de idade, de [sic] empreender por avião essa viagem com o fim de defender a paz.

22. Em Berchtesgaden, o chefe do governo inglês é o intérprete autorizado da firme vontade de paz da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, bem como das demais nações, que não esqueceram que as assinaturas dadas ao pacto Kellog-Briand impede a todos de recorrer à guerra como meio de política nacional.

23. Ele será o intérprete dessa nobre força moral que ainda guia a consciência universal.

24. Não devemos também olvidar que, apesar do tom de certos discursos proferidos em Nuremberg, o chanceler Hitler nunca deixou de afirmar – e creio que nisto seja sincero – a sua vontade de paz e de manifestar o seu desejo de alcançar um acordo amigável na questão tchecoslovaca.

25. Podemos julgar que, até agora, os métodos empregados para lograr um tal resultado favorável, foram deveras inquietadores. Mas não temos o direito de duvidar da honestidade das declarações, pelas quais o *fiihrer* se comprometeu solenemente, perante o povo, de tudo fazer para impedir a guerra.

26. Assim, parece-me difícil de supor que explicações francas e leais

entre o primeiro-ministro britânico e o chanceler alemão não possam chegar a um acordo de princípio, colocando o problema dos sudetos alemães no seu verdadeiro lugar e facilitar uma solução pacífica. A entrevista Chamberlain-Hitler poderá marcar o começo de uma nova era na política europeia de cooperação e confiança. Os resultados, porém, sendo outros, a Europa deverá desesperar do seu destino e o mundo ficará exposto às maiores desgraças que a história até hoje registrou.

27. Ao terminar este ofício, chega ao meu conhecimento confidencialmente que a palavra do senhor Daladier, chefe do governo francês, é ansiosamente esperada pelo *führer* e pelo senhor Chamberlain para se saber ao certo qual a posição da França no conflito teuto-tchecoslovaco, após os acontecimentos de ontem e hoje. Teme-se aqui que o senhor presidente Beneš atue junto ao senhor Daladier de maneira a resolvê-lo a fazer toda oposição ao plebiscito, que a Inglaterra está disposta a admitir como última solução no momento, adiando assim a guerra europeia.

28. Negada essa consulta popular, não será possível evitar-se mais o conflito armado.

29. Com o plebiscito, os sudetos serão automaticamente incorporados ao Reich, sem a menor dúvida. É o começo da nova expansão germânica. Daí advirão graves consequências para o resto do mundo, sobretudo pelo precedente aberto, que interessa às outras regiões com minorias alemãs. Militarmente forte, como nenhuma nação, enriquecida das minas dos Sudetos, nada reterá a Alemanha na sua ânsia dominadora.

30. Mas, a fim de sustar essa política de força, tratam os senhores Chamberlain e outros homens de Estado de conseguir do *führer*, no caso de se proceder ao plebiscito em questão, a firmar renúncia de não mais usar desse processo em relação às demais reivindicações territoriais alemãs.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores





OFÍCIO • 19 SET. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Situação política internacional.

N. 454 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 19 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

No período de tempestade, existem momentos em que essa parece diminuir a sua intensidade e nos quais a natureza angustiada espera que se afaste e teme que aumente o pavor.

2. É um desses momentos que atravessa a Europa.
3. De acordo com o que informei precedentemente estamos numa fase de expectativa, aguardando os resultados da conferência franco-britânica, conseqüente à entrevista Chamberlain-Hitler.
4. No entretanto, os preparativos militares prosseguem e, segundo uma proclamação lançada pelo senhor Henlein, é anunciada a formação de um corpo franco “que está disposto a defender pelas armas os alemães dos Sudetos contra os tchecos.”
5. O tom dessa proclamação é de uma violência extrema e ela pode ser considerada como um verdadeiro apelo à guerra civil.
6. A tradição dos “corpos francos” goza na Alemanha de uma grande popularidade e suas empresas nos países bálticos, na Alta Silésia e em todos os territórios plebiscitários depois da guerra mundial se celebrizaram.
7. Não é indicado oficialmente, mas é fácil de compreender em que forma e com quais recursos essas formações serão equipadas e armadas.
8. A opinião dominante é que a organização desse corpo na fronteira tcheca, constituído com elementos recrutados na Alemanha e na Tchecoslováquia, poderão suscitar proximamente problemas de uma extrema gravidade.
9. As últimas notícias recebidas de Paris e de Londres sobre as conversas franco-inglesas parecem justificar um certo otimismo que já se vinha aqui sentindo desde o encontro Hitler-Chamberlain.
10. Naturalmente subsistem os perigos e possibilidades de graves complicações, pois existe uma certeza que, sejam quais forem as alegações que se possam fazer à tese alemã, o *führer* está pronto a apoiar as reivindicações sudetas com toda a sua força militar – pois ele não

admite que a Tchecoslováquia possa conservar a sua atual integridade territorial – pois reivindica para a Alemanha os territórios dos Sudetos, habitados na maioria por alemães, e fomenta as pretensões minorativas [sic] polonesas e húngaras.

11. Essa tese se apoia no direito dos povos de dispor de si próprios, como preconizou o presidente Wilson no fim da guerra passada.

12. De qualquer forma, existe uma confiança nos esforços da Inglaterra para obter da Tchecoslováquia uma solução que evite derramamento de sangue.

13. A solução que parece ser mais digna de fé e que teria sido submetida a Praga, implicaria na imediata anexação ao Reich de todas as regiões sudetas, que nas últimas eleições municipais deram uma maioria de 76% aos alemães; uma autonomia no quadro do federalismo aos distritos que na mesma forma deram uma maioria de 50 a 75% aos sudetos e, finalmente, uma neutralização do novo Estado tchecoslovaco sob a garantia da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Polônia, da Rumânia e da Hungria.

14. No caso contrário, isto é, de não se chegar a um acordo desse gênero, estamos expostos a ver a Tchecoslováquia se transformar em uma nova Espanha, mormente agora, depois da formação dos citados corpos francos.

15. A questão passaria a tomar o aspecto oficial de uma revolução interna e os tratados e alianças militares não poderiam legalmente entrar em ação.

16. De fonte segura, sei que na Baviera, na Saxônia e na Silésia estão sendo febrilmente ativados os preparativos militares complementares da mobilização já existente.

17. Pessoas chegadas daquelas regiões puderam ver estradas, principalmente cerca de Dresden e de Leipzig, literalmente cheias de caminhões militares transportando tropas. Unidades motorizadas, de guardas de corpo do *fihrer*, elementos de tropa de choque, as mesmas que participaram da ocupação da Áustria, foram encontradas nesses caminhos em direção à fronteira da Tchecoslováquia.

18. No caso da conferência – que se anuncia para os próximos dias em Godesberg, na Renânia, entre o chanceler Hitler e o representante do governo inglês – dar os resultados que estão sendo ansiosamente esperados, então o mais grave e calamitoso poderá ser evitado: contanto, porém, que os tchecos se deixem convencer da irremediável posição em que a política pangermanista os envolveu e que agora devem tratar

de salvar o máximo possível de seu território e impedir o maior desastre que se pode imaginar e que seria, atualmente, uma guerra mundial.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 27 SET. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Situação política internacional.

N. 463 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 27 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Para compreendermos alguma coisa do que está ocorrendo em matéria de política internacional e, principalmente, no que se refere à recente entrevista Chamberlain-Hitler, de Godesberg, não devemos opor umas às outras as notícias que parecem contraditórias, mas fixá-las em ordem cronológica para melhor ser apreciada a evolução da atual crise europeia.

2. A discussão entre o *führer* e o primeiro-ministro britânico versou essencialmente sobre o seguinte ponto: o senhor Neville Chamberlain trazia ao chanceler do Reich o consentimento forçado da Tchecoslováquia de ceder os territórios sudetos e pediu-lhe, como compensação, de [sic] não penetrar com suas tropas nessa região, até que a nova delimitação seja efetuada, e de [sic] aceitar que a fronteira reformada seja fixada por uma comissão internacional de técnicos.

3. O fim que o ministro inglês tinha em vista era evitar que, durante esse período de transição, possa haver um choque entre os exércitos alemão e tchecoslovaco.

4. O senhor Hitler queria, no entretanto, ocupar imediatamente a região sudeta até a liquidação final do assunto.

5. A notícia [de] que os dois chefes de governo, em vez de conversa-

rem amigavelmente, trocaram cartas; e a informação [de] que o senhor Chamberlain voltaria a Londres na manhã de sábado, 24 do corrente, foram interpretadas, em geral, como uma ruptura, cujas consequências assumiriam uma gravidade excepcional.

6. O espectro da guerra aparecia em um horizonte muito próximo.

7. A declaração Daladier, afirmando a vontade da França de respeitar fielmente a sua aliança com Praga e a nota do governo russo, dirigida à Polônia, de não dever solucionar pela força a questão do território de Teschen, sob pena de ser denunciado o pacto de não agressão russo-polonês, foram também dois fatores de maior apreensão sobre a dificuldade de uma rápida melhoria da situação.

8. No momento em que todos consideravam como real a ruptura de Godesberg, a Tchecoslováquia decretou a mobilização geral de suas tropas. Daí a errada conclusão de que Praga desejava a conflagração, para salvar a posição em que se [en]contra.

9. Já o governo do general Syrový, constituído à última hora, explicou esse ato justificando-o com a notícia recebida sobre as dificuldades surgidas entre o *führer* e o senhor Chamberlain e afirmou solenemente que não teve nenhum propósito agressivo ao adotar essa medida defensiva.

10. De dedução em dedução, muitos afirmam que a França deveria chamar às armas os seus homens como resposta à mobilização alemã, que, embora disfarçada, existe de fato.

11. Assim, quando todos tiveram conhecimento [de] que, em vez de uma simples visita de despedida, o senhor Chamberlain acabava de conversar durante três horas com o *führer*, que os dois estadistas tinham concordado sobre um compromisso, na forma de um *memorandum*, que o primeiro-ministro britânico transmitiria a Praga e que o chanceler havia manifestado ao primeiro-ministro inglês “sua gratidão pessoal e a do povo alemão pelos seus esforços em favor de uma solução pacífica da questão tcheco-sudeta” todos sentiram uma grande alegria, esperando assim ver afastados os perigos de uma conflagração.

12. A divergência verificada em Godesberg, liquidada às 2 horas da manhã, não assentava sobre uma questão básica. A cessão do território sudeto ao Reich já tinha sido decidida, com o consentimento resignado de Praga, sob pressão de Paris e Londres. A discussão não era senão atinente às medidas provisórias a serem tomadas e relativas à fixação definitiva das novas fronteiras, bem como ao prazo para a ocupação, pela Alemanha, dos referidos territórios.

13. Os senhores Hitler e Chamberlain encontraram uma forma de entendimento, nos termos do qual toda a faixa de terreno na região – onde não existia dúvida sobre sua transferência definitiva ao Reich – será entregue imediatamente pelo governo tcheco e foi mesmo fixado o prazo de alguns dias, até 1º de outubro próximo.
14. Está entendido que esse acordo só será válido no caso de ser aceito pelo governo de Praga. Assim o projeto, em forma de *memorandum*, já foi endereçado ao gabinete tchecoslovaco por intermédio do governo inglês e agora todos esperam a resposta do presidente Beneš.
15. Esses são os fatos principais ocorridos nos últimos dias, representando os esforços feitos pela Inglaterra para salvar a paz.
16. Os resultados são evidentemente muito pequenos. Mas, se encarmos a situação como se apresentava algumas horas antes, considerada então como desesperada, e quando um conflito mundial parecia inevitável, devemos concluir que o pior foi evitado.
17. Persiste porém a crise, cheia de perigos, mesmo porque subsiste a ameaça de uma ação polonesa contra a Tchecoslováquia, instigada pela Alemanha e Itália.
18. De qualquer modo o chanceler Hitler continua, firmemente, desenvolvendo a sua política – indicada no *Mein Kampf* – de plena expansão pangermanista e, para o êxito de uma tal ação, invariavelmente se aproveita das melhores oportunidades e das dificuldades do momento. Agora, por exemplo, está explorando a fundo o pavor dos povos de se lançarem em uma guerra, mas esse manejo é extremamente perigoso, pois certos países já vão perdendo a calma e um ato de reação forte pode ser consumado, com todas as suas graves consequências.
19. Uma nova tentativa de paz, empreendida pela Inglaterra, feita pelo emissário especial chegado ontem de Londres, parece ter conseguido que o discurso do chanceler fosse suavizado e, mesmo, contivesse um compromisso da Alemanha em matéria de reivindicações territoriais.
20. A mensagem pessoal que o ministro Chamberlain enviou ao *führer*, algumas horas antes de seu grande discurso, com plena aprovação do governo francês, foi aqui considerada como uma prova [de] evidente que a política anglo-francesa continua envidando todos os esforços para uma solução pacífica da questão.
21. Neste momento, a situação depende da resposta que o presidente Beneš der ao *memorandum* alemão.
22. A Alemanha aguarda a data de 1º de outubro, quando espera

ocupar pacificamente os territórios sudetos, contando com a aquiescência da Tchecoslováquia, procedendo-se ulteriormente a um plebiscito, na forma combinada em Godesberg.

23. Ao contrário, a entrada de tropas alemãs naquelas regiões seria feita em forma de ocupação forçada e nesse caso a atitude que, em tão grave circunstância, adotariam a França e a Inglaterra – onde também procedem, ativamente, a preparativos militares – decidir[ia] da sorte do mundo.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 05 OUT. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] O acordo de Munique.

N. 472 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 5 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

A reunião, em Munique, dos chefes dos governos das quatro principais potências – Alemanha, Grã-Bretanha, França e Itália – logrou, na noite de 30 do mês findo, os resultados conhecidos, com a conclusão de um acordo completo sobre as modalidades de execução para solucionar a questão germano-tchecoslovaca, já aceito, em princípio, desde que o governo de Praga concordava com as propostas franco-britânicas.

2. Essas se referiam à cessão ao Reich dos distritos de maioria alemã da região dos Sudetos.

3. Foi suficiente o contato direto e pessoal entre os quatro chefes para que, em uma noite, ficasse resolvido o problema que na véspera parecia insolúvel, pois o desejo de conciliação e de solucionar a questão era precário em um dos campos interessados.

4. A conferência de Munique correspondeu inteiramente à esperança que os povos, no ardente desejo de salvar a paz, nela tinham depositado.
5. As condições técnicas do acordo estão determinadas no texto oficial que foi publicado e, se quisermos ler nas entrelinhas, teremos a impressão de que o entendimento foi conseguido, no ponto referente aos territórios para os quais o *führer* exigia uma ocupação imediata e que são exatamente os que figuravam no plano franco-inglês discutido em Berchtesgaden.
6. De fato, a questão existia apenas no modo de ocupação, pois o chanceler queria tomar os territórios pela força, quando, em princípio, Praga já tinha aceito restituir à Alemanha os distritos sudetos da Tchecoslováquia.
7. O acordo foi concluído sob a forma de uma evacuação, por etapas, por parte do exército tcheco e de uma ocupação correspondente pelas tropas alemãs.
8. Isso era o litígio das modalidades de aplicação do acordo de Berchtesgaden.
9. Existia, porém, um outro, pois o chanceler Hitler reivindicava outras terras, principalmente Brno, assim como uma parte de território a leste de Praga. Esses pedidos tinham suscitado a oposição do senhor Chamberlain em Godesberg. É a essas regiões que, possivelmente, se refere um parágrafo do acordo de Munique, quando diz que: “As outras regiões de caráter especificamente alemão serão fixadas pela comissão internacional e ocupadas até o dia 10 de outubro.”
10. A evacuação pela Tchecoslováquia das regiões cedidas à Alemanha tiveram início no dia 1º do corrente e deverá estar terminada no dia 10 deste mês, “sem que nenhuma das instalações existentes sejam destruídas”.
11. A comissão internacional – composta de representantes da Alemanha, Itália, Inglaterra, França e Tchecoslováquia – determinará os territórios nos quais se deverá realizar plebiscito. Esses territórios serão ocupados por contingentes internacionais até que, ao mais tardar em novembro, a consulta popular seja operada nas mesmas condições da realizada no território do Sarre. Incumbe também à referida comissão fixar as novas fronteiras.
12. Foi previsto, para as populações interessadas, um direito de opção de nacionalidade, o qual deve ser exercido dentro de seis meses.
149. O acordo computa também garantias internacionais, relativas

às novas fronteiras do Estado tchecoslovaco, contra qualquer agressão não provocada. A França e a Inglaterra concedem desde já essa garantia, e a Alemanha e a Itália somente assumirão idêntico compromisso depois de solucionadas as questões das minorias polonesa e húngara na Tchecoslováquia.

13. O fato capital é que a guerra europeia foi evitada no último momento.

14. Agora, porém, que todos entoam hinos pela ressurreição da paz, não se deverá esquecer os que estão tristes e que foram obrigados a ceder pela pressão dos mais fortes, para o bem da humanidade.

15. Em Praga, em vez de alegria existe abatimento, dentro de uma digna resignação.

16. Os sonhos de Versalhes desapareceram e a política das alianças é coisa que pertence ao passado.

17. De ora em diante será penoso para a Tchecoslováquia, tendo perdido seus recursos naturais, que lhe eram deveras necessários: perde também suas fronteiras militares naturais, que garantiam a sua defesa, e não faz mais parte do grande dispositivo estratégico francês de após-guerra.

18. Atualmente, os tchecoslovacos devem encarar um programa novo e encontrar na sua coragem patriótica as forças necessárias para suportar a humilhação que lhes foi imposta.

19. No plano europeu, a conferência de Munique tem uma importância moral e política de grande alcance. Esse primeiro contato direto do *führer* alemão, do primeiro-ministro britânico, do presidente do Conselho da França e do chefe do governo da Itália tem como efeito esclarecer a atmosfera política e poderá modificar favoravelmente a situação, criando um espírito novo nas relações entre os povos da Europa.

20. Em conclusão, pode ser dito que as decisões de Munique podem marcar o início de uma obra de reconstrução política e salvaram o mundo da maior calamidade a que foi até hoje exposto.

21. Não terminarei essa rápida exposição de fatos sem render uma vez mais uma homenagem ao homem que, sem temer todas as falsas interpretações sobre a sua atitude e sem buscar o aplauso do povo, não vacilou durante a tempestade, revelando-se o mais perfeito timoneiro da política internacional e o mais completo construtor e defensor da paz.

22. O senhor Neville Chamberlain, pela sua grande dignidade e pelo



seu patriótico esforço, angariou títulos de gratidão de todos os amigos da paz e de todos os homens de boa vontade.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Moniz de Aragão

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 26 OUT. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Congresso da Stuttgart.

N. 495 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 26 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

Tento a honra de remeter a Vossa Excelência a inclusa cópia de um trecho do relatório confidencial do côsul-geral dos Estados Unidos em Stuttgart ao embaixador americano em Berlim, que o emprestou a esta embaixada para o nosso conhecimento.

2. Trata-se da parte referente à América Latina, discutida secretamente pelo comitê diretor do congresso dos alemães no estrangeiro, que se realizou naquela cidade em princípios de setembro último, poucos dias antes da reunião nazista de Nuremberg.

3. Relata o mencionado funcionário consular americano que no referido comitê se tratou, entre outras coisas, sobre o nosso país, da debatida questão da nacionalização das escolas alemãs no Brasil, a qual despertou grande interesse. Discutiu-se, igualmente, a nova orientação política do governo brasileiro, que se esforça em assimilar o elemento estrangeiro residente no Brasil, ao meio brasileiro, o que provocou, segundo se disse nesse congresso, a saída do território nacional de vários elementos alemães, incompatibilizados com o novo meio de coisas [sic].

4. O relatório trata também longamente da propaganda alemã no Chile, país onde a cultura germânica ainda persiste nos meios dos imigrantes de raça germânica. Refere-se às dificuldades que os nacional-

-socialistas têm encontrado no meio desses alemães, sobretudo nos de religião católica.

5. Estende-se também a respeito das discussões relativas à Argentina. Cita, entre outras coisas, as atividades da Liga Alemã na Argentina, com 102 sucursais em todo o país – sociedade essa organizada em harmonia com as leis nacionais argentinas, mas que, encobertamente, serve de propaganda para fins do nazismo alemão. Reconheceu-se, nos debates, segundo o cônsul-geral americano, que as novas leis, as quais se opõem às ideologias estrangeiras, tornarão impossível aos argentinos descendentes de alemães de [sic] conservar por muito tempo ainda o caráter da raça.

6. Fala ainda o relatório em apreço das atividades germânicas nas outras nações latino-americanas, mormente no México, país em que residem 8.000 alemães, aproximadamente, divididos entre eles no que diz respeito aos seus sentimentos em relação ao nacional-socialismo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:]

*Auslandsdeutsche in Latin America*

The German Consular and Diplomatic Service was well represented at the Sixth Annual Congress of the Foreign Organization. Among this body were members of the Service stationed in various Latin America countries.

Practically all Latin America countries were represented at the Congress. Delegates from the following countries were specially noted: Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Colombia, Paraguay, Uruguay and Venezuela. The delegations from Argentina, Brazil and Chile were particularly numerous, probably on account of the fact that these States have the largest German population of any countries in Latin America.

Special care was taken to assign pleasant quarters [to] these delegations and to have them well located for both business and

pleasure. Parallel to the public demonstrations and mass meetings which were held on a large scale during the course of the Congress, there were many closed sessions in which the *Auslandsdeutsche* conferred with the various organs of the Party-State. Details respecting these private sessions could be obtained only with great difficulty.

#### Argentina

In a report concerning the situation in Argentina, it was stated that there were 236,000<sup>32</sup> persons of German descent living in that country. Of these, 43,626<sup>33</sup> were German citizens. In 1937, there were 203 German schools in Argentina, having a total of 13,000 pupils. In the City of Buenos Aires alone there were 22 elementary schools and 2 grammar schools under German management. Matters regarding German immigration into Argentina were apparently discussed in detail. An aspect of the situation which attracted much attention was that emigration from Germany now consisted chiefly of Jews, who were regarded as doubtful assets to German settlements and to the future welfare of the Reich. On the other hand, it was pointed out that there had lately been a constant stream of immigration of German settlers from Brazil to the province of Misiones, a fact which had not escaped the attention of the provincial authorities.

It was also reported that the Foreign Organization has branches in practically every place in Argentina in which German citizens are living; and that the Foreign Organization devotes itself strictly to this element. On the contrary, the *Landesleiter* of the Foreign Organization in Argentina declared that political sentiment had increased very considerably in favor of Germany among Germans residing in that country during the past year. It was also stated that National-Socialist propaganda had been accepted with particular favor by German settlers in the province of Entre-Rios, where 60,000 to 70,000 persons who left Russia for religious motives were now residing. These people were reported to be fascinated by the National-Socialist Party's campaign against Bolshevism. National-Socialist propaganda, according to observers from Argentina, was also proving successful in the province of Chaco, where there are approximately 1,800 families of German settlers, with 11,000 members. The *Landesleiter* also stated that the custom of sending young Germans to the Reich in order to have

32 Exclusive of Jews from Germany.

33 Idem.

them attend the training camps of the National-Socialist Party had become quite common; and that German teachers, who are employed in German schools in Argentina, will hereafter be required to undergo a supplementary training course in the Reich extending from one to two years.

According to reports at the closed meetings, there is now in Argentina a well-organized *Deutscher Volksbund für Argentinien* (German People's League for Argentina), which has 102 branch organizations distributed throughout the country. This organization was constituted under the federal laws as an Argentinean society; and the Foreign Organization hopes that its activities will not be suppressed, or even curtailed, under any legislation which may be instituted in regard to non-Argentinean societies. The Foreign Organization apparently fears that such legislation is imminent.

Recent tendencies, particularly the Argentinean law of May 10, 1938, which has reference in part to the suppression of foreign ideologies, have apparently caused grave concern to Argentinean-Germans of both nationalities. It is feared that the tendency to suppress national activities, other than Hispano-American, will take such forms in the future that it will be impossible for Germans to preserve their national character.

#### Brazil

An observer from Brazil reported that the total numbers of persons of German descent in that country exceeded 800,000 persons at the end of 1937. Of these, about 80,000 to 100,000 were believed to be German citizens.

It was also stated that a complete change in the treatment of the German element had taken place since the reorganization of the State under President Vargas. It actually appears from statements of visitors at the meetings that the Government is now employing all of its forces to effect a speedy assimilation to the Lusitano-Brazilian element.

A statement in which those attending one of the closed sessions were very much interested was to the effect that many leaders of the German element in Brazil had been imprisoned and that several prominent German citizens had received orders of expulsion. It was also stated that many highly efficient and prosperous German schools had been closed and that others had been "brazilianized". It was added that pupils are being forbidden to use the German language among

them. According to one report made at a closed session, German societies, so far as their members are Brazilian citizens, have been placed under military control. It was also reported that army officers had replaced the presidents and other officials of these societies.

All of these developments are attributed by the Germans to the newly inaugurated "Pan-Americanism" in South America. These developments are reported greatly to have stirred sentiment among German residents in Brazil. It was also said at one of the meetings that thousands of persons of German descent are now contemplating returning to the Fatherland. Apparently this movement is being inspired by German consular representatives.

### Chile

According to reports [of] closed meetings in which German interests in Chile were discussed, the Foreign Organization has many branches in that country and is very active. It was reported, however, that the Foreign Organization devotes itself solely to German citizens. On the other hand, this assertion is contrary to the action of the "Deutscher Jugendbund" and "Deutsche Freundschaft", which are said to extend their membership and activities to Chileans as well as to German citizens.

The total number of persons of German descent in Chile was estimated to be approximately 35,000. Among these, the number of German citizens is negligible. The German element, consisting of German citizens as well as persons of German descent born in Chile, possesses 51 schools and 8 Protestant congregations. The Catholics seem to a large extent to be opposed to the policies of the Third Reich and to be strongly influenced by the priests and German monks and nuns established in Chile.

It was estimated that approximately 80 per cent of the German element in Chile has conserved German culture and language. The "Deutsch-Chilenischer Bund", a central organization in which all the numerous German speaking societies are to be incorporated was described as not functioning as it should. It was stated that this organization had not penetrated the masses of the German speaking element.

According to reports of observers from Chile, friction has frequently arisen between German citizens and German speaking Chileans. The latter apparently have no sympathy for the brown

uniforms and are unwilling to accept the German greeting of “Heil Hitler”. The younger elements among the Reich citizens seem especially to have trouble with German-Chileans, and these observers are reported to have said that German residents of Chile would be well advised to instruct Germans of Reich citizenship to be more tactful in the future and to give greater heed to the sentiments of those who possess Chilean nationality.

Since the establishment of the National-Socialist régime in Germany, it seems that much ill-feeling toward Germany has been created and that this prejudicial influence toward the Reich is spreading. It is said that democratic and leftist circles are specially inclined to regard with hostility everything that is German.

It was also reported that many of the younger elements among the native Germans have joined the Chilean National-Socialist Party, the so-called “Nacistas”. Apparently the latter cherish the hope that, in case “Nacistas” should succeed in obtaining power, they would inaugurate a decidedly pro-German and anti-USA policy and would concede some sort of racial autonomy, at least in cultural respects, to the indigenous German population.

Observers from Chile reported that in the event Señor Ross, the liberal candidate for the Presidency, should be elected, the danger would become acute that the so-called Pan-American trend, as represented by President Vargas in Brazil, would also gain ground in Chile. Two guests from Chile emphasized the importance of the forthcoming presidential elections in Chile.

As regards the candidates, these observers were of the opinion that the Chilean-German vote will be split. Many of the substantial and influential families were reported to be in favor of Señor Gustavo Ross, who is reputed to be supported by capitalists and conservatives. Many of the younger elements were said to become partisans of the two opposition candidates.

#### Other Latin American Republics

Of the remaining countries in Latin America, the German population and interest in Mexico are more important than elsewhere. At the same time, the German residents of Mexico seem to be more engaged with their personal affairs and with the tendencies of the Mexican Government than with the propagation of National-Socialist ideas. It appears from sources foreign to the recent Congress held in

Stuttgart that there are approximately 8,000 Germans living in Mexico; and that these people are more or less evenly divided in their sentiments toward the National-Socialist cause.

It was reported at one of the closed session of the Sixth Annual Congress that legislation in Mexico is tending to absorb all foreigners and that it seems probable that a large number of German residents will be forced to adopt Mexican allegiance or to give up their occupations and leave the country. However, it was pointed out that nothing definite in this respect could be said at the present time and that only events will show in which direction developments will trend.

Practically all observers from the Latin American countries reported great difficulties in connection with business enterprises on account of Jewish propaganda. At the same time, the growth of anti-Jewish sentiment among the peoples of these countries was reported. It was recognized by the majority of observers, however, that the German position will certainly not gain in the near future by reason of this racial hostility and that racial hatred promises to develop in Mexico for everything that is of foreign character.

É cópia fiel:  
 Glauco Ferreira Souza  
 2º Secretário



OFÍCIO • 29 OUT. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Advogados judeus.

N. 502

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
 Berlim, 29 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

Continuando a execução do seu programa antisemita, o governo alemão decretou há dias – nos moldes do que já fizera em julho, a respeito dos médicos israelitas – medidas relativas aos advogados dessa raça.

2. Por ato emanado do ministro da Justiça, ficaram estabelecidas as

condições em que será permitido aos judeus, a partir de 30 de novembro próximo, o exercício da profissão de advogado.

3. Para assistir aos judeus e às firmas comerciais judaicas, serão, segundo a lei nova, admitidos esses advogados, mas somente em certas localidades do Reich. Apenas setenta e duas cidades estão autorizadas a deixar israelitas advogar. O número destes, por determinação do governo, está fixado, por enquanto, em 172, dos quais 46 para Berlim. A associação dos advogados se incumbirá de distribuir os advogados nos diversos tribunais das cidades em que atuarem.

4. Poderão eles guardar para si 90% dos seus honorários, tratando-se de somas que não vão além de 300 marcos; 70%, até 500 marcos; 50%, de 500 a 1.000 marcos e 30% quando essas quantias ultrapassarem 1.000 marcos. A parte assim retirada dos honorários será entregue à *Ausgleichsstelle* (repartição de compensação), a qual pagará, com esse dinheiro, os auxílios aos advogados de raça israelita impedidos, pela nova legislação, de exercer suas atividades se, todavia, forem eles considerados dignos de tal assistência e provarem, ao mesmo tempo, encontrar-se em estado de necessidade, para o que deverão dirigir-se à associação dos advogados de sua jurisdição. Tais auxílios podem ser de 200 marcos mensais para os solteiros e 250 quando se tratar de casados.

5. Todos os advogados de raça judaica são excluídos da Ordem dos Advogados, mesmo os que continuam excepcionalmente autorizados a exercer a profissão, na forma da lei.

6. Algumas tolerâncias são admitidas em relação àqueles que estiveram na guerra e sobretudo se dela saíram gravemente feridos.

7. Nenhum advogado judeu poderá ter auxiliares femininos arianos com menos de 45 anos de idade.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO 31 OUT . 1938 AH I 04/03/12

---



[Índice:] Relações Brasil-Alemanha.

N. 504 / CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 31 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

No intuito de tomar contato com o elemento oficial deste país, na minha nova qualidade de encarregado de negócios, estive sem demora no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2. Fui recebido pelo diretor dos Negócios Diplomáticos da América, dr. R. Freytag, com quem mantenho boas relações de caráter particular, desde há tempos, e que bastante conhece o Brasil por haver servido como secretário da legação alemã no Rio de Janeiro durante alguns anos.

3. Atendeu-me o senhor Freytag muito cordialmente e principiou logo por exprimir todo o pesar que se sente na Wilhelmstrasse com a partida do embaixador Moniz de Aragão, onde ele havia adquirido excelente situação, mostrando-se sempre amigo da Alemanha ao mesmo tempo que defendia com segurança o ponto de vista do governo brasileiro nas diferentes ocasiões que ali teve de ir para assuntos que nos dizem respeito. Acrescentou que os funcionários do ministério muito pesar tiveram de não se terem despedido pessoalmente do embaixador do Brasil e se tivessem conhecido a hora e o dia do embarque não teriam deixado de comparecer à estação, o que não lhes foi possível, pois o próprio embaixador, por motivos fáceis de adivinhar, havia ocultado quando partia, mesmo aos seus íntimos.

4. Entrou francamente o senhor Freytag a discutir a situação hoje reinante entre os dois países, a qual ele espera, como chefe dos serviços competentes no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se normalize em pouco tempo.

5. Afirmou-me que a retirada do senhor Moniz de Aragão era apenas para estabelecer um princípio de reciprocidade, pois o Reich, não concordando com a saída forçada do senhor Ritter, se achara na contingência de adotar essa medida, ao que retruquei, imediatamente, frisando que não se podia chamar isso de reciprocidade, como aqui já se dissera oficialmente, porque havia uma marcada diferença entre o modo de proceder dos dois embaixadores em questão. Ele próprio acabava de fazer o elogio da atuação do senhor Moniz de Aragão, ao passo que não me era possível exprimir-me da mesma forma em

relação ao senhor Ritter. Ademais, lembrei que o senhor Moniz de Aragão havia sido chamado antes das diligências alemãs efetuadas a seu respeito no Rio.

6. Comentando eu por alto a publicação da nota oficiosa, a que se refere o telegrama desta embaixada n. 118, não escondeu o senhor Freytag, se bem que pouco se manifestasse, que no fundo concordava comigo quando lhe declarei o erro em que ela implicava. Disse-lhe que me permitia falar-lhe a respeito com franqueza porque sabia que essa referida nota – na qual se declarava que o embaixador Moniz de Aragão havia sido convidado a deixar o seu posto porque o governo alemão não aquiescia com as razões invocadas pelo Itamaraty para a retirada do senhor Ritter – não havia sido distribuída à imprensa pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas sim por outro departamento, pouco qualificado para isso. É uma alusão à contínua imiscuição do Partido Nacional Socialista nos assuntos subordinados à Wilhelmstrasse.

7. Durante a conversa, tive ocasião de me referir às reiteradas comunicações do senhor Ritter a essa Secretaria de Estado, feitas em termos poucos corteses. Perguntando-lhe eu se em Berlim concordariam eles com a permanência de um representante diplomático estrangeiro que se dirigisse à Wilhelmstrasse dessa forma e que, abertamente, declarasse que só regressava ao seu posto porque assim o obrigavam, o senhor Freytag acabou por concordar comigo que tal diplomata não poderia ser bem visto em Berlim e que a sua continuação aqui se tornaria difícil.

8. Por alto, fez ele umas referências à diplomacia norte-americana nos países da América Latina. Aproveitei para lhe repetir – o que já lhe havia dito, a ele como a vários funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros – quanto a Alemanha se enganava e o prejuízo que causa às suas relações com o nosso continente em deixar correr aqui essas apreciações, as quais não estão em harmonia com a verdade, sobretudo no que diz respeito ao Brasil. A propósito de uma sua frase sobre a nacionalização das escolas no nosso país, aproveitei para afirmar, novamente, que tal medida – que visava unicamente a defesa do sentimento brasileiro – nada continha propriamente contra a Alemanha, país com o qual desejamos continuar em boas relações, tanto assim que havíamos pedido a retirada do senhor Ritter para que elas não fossem prejudicadas.

9. Respondeu-me que, por parte do governo alemão, existe o real desejo que tudo se harmonize entre o Brasil e a Alemanha e declarou-me que os interesses comerciais recíprocos, tão importantes, não de-

veriam ficar prejudicados pela atual situação, conforme tanto se deseja em Berlim – e no Rio, acrescentei eu.

9. Devo informar que essas palavras do senhor Freytag não são senão a repetição do que já dissera o secretário do Estado a vários diplomatas acreditados em Berlim, antes mesmo da partida do embaixador Moniz de Aragão.

10. É essa, em resumo, a minha primeira entrevista no Ministério dos Negócios Estrangeiros após a saída do senhor Moniz de Aragão. Se bem que dela não se possam tirar conclusões completas sobre a atmosfera existente atualmente a nosso respeito na Wilhelmstrasse, parece-me que as declarações do senhor Freytag – diretor que é dos Serviços Políticos da América – devem, em todo o caso, ser tomadas em apreço e poderão servir de ponto de referência.

11. Mas, não devemos esquecer, que a Wilhelmstrasse não age hoje, em casos como esses, sem ser inteiramente de conformidade com as normas ditadas pelo Partido Nacional-Socialista, o qual aprovou o modo de proceder do senhor Ritter como embaixador no Brasil.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 31 OUT. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Detenção de judeus poloneses.

N. 505 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 31 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

Milhares de cidadãos poloneses, na maioria judeus, foram recentemente detidos e levados sumariamente para a fronteira. Calcula-se que o número total deles seja de quatro mil, todos pequenos negociantes, muitos estabelecidos na Alemanha já há alguns anos.

2. Essa detenção em massa causou um certo nervosismo nesta capital, dadas as condições com que foi levada a efeito. A polícia secreta deu busca em todas as casas desses indivíduos, prendendo-os e levando-os para a polícia central, donde foram postos em trens especiais para seguirem até a fronteira. Somente em Viena foram detidos, para esse fim, cerca de 2.000 poloneses.

3. A razão dessa medida está no fato de não querer a Alemanha ser obrigada a hospedar indefinidamente esses poloneses. Há tempos, o governo da Polônia determinou que os seus súditos no estrangeiro deviam ter nos seus passaportes um visto especial, dado pelos consulados poloneses, sem o qual não poderiam voltar ao seu país. Essa disposição entraria em vigor no dia 30 deste mês, de maneira que o governo alemão não os poderia obrigar a tornar à Polônia.

4. Parece que o governo alemão, em tempo, fez propostas ao governo polonês, no sentido de modificar as disposições então tomadas sobre o visto a que aludo, sem contudo ter chegado a um resultado positivo. Na iminência de não poder mais tarde ver-se livre desses poloneses, resolveu o governo alemão expulsar os que lhe pareciam indesejáveis, antes da entrada em vigor da lei.

5. A Polônia protestou junto ao Reich sobre essa medida e parece que chegaram a um acordo sobre o caso, pois consta que a expulsão não foi levada a efeito, não tendo os presos, por ora, saído da Alemanha.

6. O governo alemão teria recebido a garantia da Polônia de que os judeus poloneses poderão a qualquer momento voltar ao seu país e se teria contentado com essa solução.

7. O caso merece reparo, pois calcula-se em 150.000 o número de poloneses residentes no Reich, dos quais 50.000 seriam israelitas.

8. Pareceu-me interessante relatar esse fato a Vossa Excelência, dado o grande número de poloneses hoje residentes no Brasil, muitos dos quais, talvez, tenham sido atingidos por esta lei, pela qual a Polônia procuraria evitar a volta de judeus poloneses ao país. Deve-se ter em mente que, devido às circunstâncias criadas pela referida medida, é muito provável que numerosos poloneses, aqui estabelecidos e que não mais encontram na Alemanha um ambiente favorável, procurem emigrar para países longínquos, entre os quais o Brasil.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 NOV. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Mês político.

N. 507

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Rapidamente, muito mais do que era possível prever, conseguiu o senhor Adolf Hitler o seu principal objetivo político na Tchecoslováquia. Em poucas semanas conquista ele politicamente aquela república, que, pela força das circunstâncias se viu obrigada a virar-se para a Alemanha, a fim de poder organizar-se dentro de seu novo quadro territorial e econômico, logo após ter sido enfraquecida pela própria Alemanha, que lhe arrancara, nas condições que tanto perturbaram o mundo, a parte mais rica do seu território e também a desarticulou, fazendo reviver naquele país o espírito de autonomia local, inspirado em perigosos princípios raciais.

2. Desaparece assim, pelo trabalho de penetração alemão, o espírito de coesão que ainda poderia ter persistido na Tchecoslováquia, o qual, talvez, mais tarde, servisse de obstáculo às aspirações do Reich. Deixou essa república de contar eficazmente, como fazia antes, na direção da política da Europa Central. Não existirá mais para a Rússia, e a *Petite Entente* se desmancha. Parece assim abrir-se para a Alemanha o almejado caminho na direção do Oriente Próximo, onde a atraem velhas ambições. Habilmente conseguiu a Alemanha levantar – contra a Polônia e contra a Hungria, que, para fechar-lhe essa rota, procuram unir suas fronteiras, dividindo entre si a Rússia subcarpática – tanto a Iugoslávia, por ela admiravelmente trabalhada desde há meses, como também a Rumânia, aliada da própria Polônia.

3. Contrária desta forma a Alemanha a sua amiga Itália, que, no fundo, via com interesse o projeto polono-húngaro, o qual afastaria, até

certo ponto, a influência do Reich nas beiras do mar Negro, zona que o senhor Mussolini igualmente reivindica para a sua expansão política, sem todavia querer alterar o prestígio do eixo Berlim-Roma, o qual, a todo o momento, é enaltecido na Itália, como aqui. Mas a inesperada viagem do senhor von Ribbentrop à capital italiana demonstra claramente que os dois países divergem, de maneira acentuada, por rivalidades políticas nessa questão, se bem que – em Berlim, como em Roma – se procure dar pouca importância a essa visita do ministro alemão. Sem que constasse das declarações oficiais, o senhor von Ribbentrop tratou com o conde Ciano de um novo plano de ação contra o bolchevismo, em harmonia com o Japão, bem como da debatida questão colonial, à qual a Itália não pode ficar indiferente. Assentou com o ministro italiano as bases da cooperação dos dois países na questão das fronteiras da Tchecoslováquia com a Hungria, tendo a Itália, pelo que consta, cedido de antemão à vontade dos alemães, que obrigaram os tchecos a aceitá-los para arbitrar a questão.

4. Compreende-se que o Reich não queira ver a existência de uma fronteira comum da Polônia com a Hungria, por tornar-se isso uma barreira à sua marcha para o Oriente; mas percebe-se também que à Alemanha não possa agradar a incorporação à Polónia de centenas de milhares de ucranianos, quando ela ainda não abandonou as suas velhas aspirações na Ucrânia. Mais vale-lhe a autonomia da Rússia subcarpática – que a sua intriga política procura conseguir definitivamente – do que ver essa região passar para países que poderão prejudicar a sua política expansionista, em vez de continuar ela fazendo parte integrante da Tchecoslováquia, sobre cuja capital tem o senhor Hitler a mão. Ficará a Rússia subcarpática como ponto de apoio para a futura e próxima política da Alemanha contra a Rússia Soviética e quiçá contra Polónia, se não se chegar a um acordo relativo ao corredor de Dantzig. Se bem que o senhor Hitler haja declarado ao mundo que a região dos Sudetos era a última reivindicação alemã na Europa, não se pode conceber que a Alemanha, que retomou sua força de outrora, política e militarmente, e cuja ambição de domínio cresce dia a dia, se contente de exercer apenas influência política e econômica nas partes dos países habitados há séculos por alemães, os quais conservam a cultura alemã, como aqui se pretende e declara-se abertamente a todo momento.

5. A cidade de Dantzig já está praticamente nas mãos dos nacionalistas e Memel é hoje dirigida por um grupo de homens adeptos ao regime dominante na Alemanha. Ali, como naquela cidade livre,

cruzam-se também os interesses alemães com os da Polônia. A ambos os países, a ocupação de um porto da importância de Memel no Báltico, apresenta-se como uma entrada favorável nessas regiões nórdicas, as quais oferecem excelentes perspectivas para suas expansões. A Lituânia, que já não pode contar com a Liga das Nações e com a Rússia, ambas ainda mais enfraquecidas depois do acordo de Munique, começa a agitar-se a fim de não perder o seu principal porto.

6. A viagem do ministro da Economia do Reich à Turquia e aos Bálcãs muitos comentários provocou, apesar de declarar ele que a sua missão visava simplesmente estudar os mercados desses Estados e firmar acordos de caráter puramente comercial. Teme-se que acordos assim realizados pela Alemanha, com tanta largueza de crédito, obedeçam no fundo ao seu velho plano de penetração pacífica. Aspira certamente a Alemanha obter vantagens para a sua indústria, que na Ásia Menor encontrará a matéria-prima que lhe falta. Depois, fará da Turquia um terreno propício a sua política, como já tenta na Iugoslávia.

7. Na Dinamarca, ninguém se faz mais ilusões a respeito do norte de Slesvig, que, segundo ali se diz, passará, mais cedo ou mais tarde, para o domínio alemão. Tenho esta informação do ministro da França em Copenhague, a qual me foi há dias confirmada pelo encarregado de negócios da Suécia em Berlim.

8. Tudo isso está conforme às ideias do senhor Hitler e do Partido Nacional-Socialista, harmonizando-se com os sentimentos de todos os alemães. É, aliás, a atmosfera hoje reinante na Alemanha que, pela boca do *führer*, se vangloria de ter acrescentado ao seu território, em poucos meses, cerca de 110 mil quilômetros quadrados e incorporado à sua população 10 milhões de homens, sem ferir tiro, sem derramar sangue, tudo pela força da vontade da raça alemã.

9. Há meses, num dos seus muitos discursos, declarou o senhor Adolf Hitler que em menos de seis anos a Alemanha recuperaria as suas antigas colônias. Hoje, há quem diga que esse prazo é demasiadamente grande, pois muito antes estará reconstituído o império colonial alemão, haja vista a agitação em torno da questão, que reina na Inglaterra e nos seus domínios, contrários a abandonar essas colônias que lhes foram confiadas em Versalhes. Acha-se presentemente na Europa um dos ministros da União da África do Sul, o senhor Pirow, que veio tratar pessoalmente do assunto. Estará dentro de poucos dias em Berlim, antes de regressar a Pretória e depois de passar por Paris, Bruxelas e Salamanca. Andou por Lisboa, onde foi sondar a atmosfera, mas não

chegou a tratar do caso da cessão de Angola com o senhor Salazar, que provavelmente não teria admitido discussão a respeito. Limitou-se a negociar preliminares de um acordo de comunicações aéreas entre as colônias portuguesas da África e a União Sul-Africana, e outro de ordem comercial.

10. Reconhece, no fundo, a Grã-Bretanha que terá um dia de ceder ao senhor Hitler, o qual de forma alguma renunciará às suas colônias.

11. Fala-se na imprensa, e nas rodas diplomáticas confirma-se, que o chanceler ao receber a visita de despedida do senhor François-Poncet, embaixador de França, transferido para a Itália, lhe fizera declaração de grande amizade à sua pátria e mostrara-se disposto a entrar com ela em acordo para ser firmado entre a França e a Alemanha um pacto de não agressão. Se isso é de todo exato, certamente nas negociações para esse ato se chegará inicialmente a um ajuste a respeito da questão colonial, bem como em relação à Rússia.

12. O discurso recentemente pronunciado em Marselha pelo presidente Daladier, rechaçando os comunistas de sua política, favorece agora esses comentários. Mas, diante de um pacto franco-germânico isolado, de tal ordem, não podem ficar indiferentes a Inglaterra e a Itália, e não parece que a França se desvie dos ingleses. E é difícil crer que a Alemanha perturbe assim o eixo Berlim-Roma, que ela tanto preza e de que tanto necessita.

13. Num entendimento dessa ordem entre a França e a Alemanha certamente colaborarão as quatro potências signatárias do acordo de Munique, a única maneira que hoje se encontra para manter a precária paz europeia.

14. Na política interna nada se passou no mês de outubro que provocasse qualquer mudança no país e que tivesse grande repercussão. Prosseguem os nazistas sua instalação na região dos Sudetos, metodicamente, dentro do programa de há muito estabelecido. O senhor Konrad Henlein, antigo líder do movimento alemão na Tchecoslováquia e hoje comissário do Reich nos Sudetos, continua por enquanto gozando da confiança do governo de Berlim e há dias foi distinguido com o título honorífico de coronel-comandante de um regimento de infantaria. Os outros seus companheiros de luta não foram ainda de todo afastados pelo governo alemão, como rapidamente acontecera na Áustria com os nazistas austríacos. Mas não tardará muito para que isso se dê nos Sudetos, pois a ação nacional-socialista ficará sempre



nas mãos de meia dúzia de nazistas do grupo mais achegado ao senhor Hitler, ou, excepcionalmente, nas de figuras da confiança pessoal deles.

15. A luta religiosa abrandou bastante nestes últimos tempos, apesar dos acontecimentos de Viena contra o cardeal Innitzer e dos discursos pronunciados na capital da antiga Áustria pelo senhor Bürckel, comissário do Reich naquela região, que investiu contra aquele prelado de maneira violenta, usando de um vocabulário pouco digno, que revoltou a consciência cristã.

16. A respeito dos judeus, algumas leis foram publicadas, mas que no todo não mudam a fisionomia da questão antisemita. Trato disso à parte, nos meus ofícios números 502 e 505, de 29 e 31 de outubro último, respectivamente.

17. Preparam-se as eleições para o Reichstag na região dos Sudetos, na proporção de um deputado por 60 mil eleitores. Essa consulta popular se efetuará em fins de novembro próximo. Logo em seguida se reunirá a assembleia. É a primeira vez que isso se dá depois da formação da *Gross-Deutschland*, isto é, após a incorporação da Áustria e dos Sudetos ao Reich. Por essa ocasião o senhor Hitler fará um discurso que marcará o seu novo programa de política internacional.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 01 NOV. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Ataques alemães aos Estados Unidos.

N. 508

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 1º de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

A propósito de declarações feitas nos meios governamentais

americanos sobre a atitude assumida pela Alemanha ultimamente, em relação a outros povos, a *Correspondência Política e Diplomática*, que é, como todos sabem, o boletim oficioso da Wilhelmstrasse, publicou a nota inclusa<sup>34</sup>, a qual, redigida em estilo agressivo, é aqui considerada, nas rodas autorizadas, como um desafio lançado pelos nacionalistas à democracia norte-americana.

2. Conversando ontem à noite comigo, o diretor dos Serviços de Imprensa para a América no Ministério dos Negócios Estrangeiros declarou-me que essa nota, que exprimiu realmente o pensamento oficial alemão, era bem um aviso lançado àquela república norte-americana e que o Reich estava disposto a ir até onde achava necessário para terminar, uma vez por todas, disse ele, essa maneira de proceder dos americanos, que nos seus jornais reproduzem constantemente informações contrárias às boas relações entre os dois países.

3. Naturalmente aproveitou esse funcionário para me dizer que essa campanha era, em parte, oriunda dos judeus dos Estados Unidos, que assim preparavam as eleições no seu país a fim de proteger seus interesses. E, como sempre, afirmou-me que as declarações americanas a respeito das intenções alemãs na América Latina não passavam de uma pura invenção. Temem os americanos do norte a concorrência comercial alemã, a qual se desenvolverá cada vez mais no mundo todo, acentuou o diretor do Serviço de Imprensa da América.

4. Por essas palavras de um funcionário superior da Wilhelmstrasse, que julgo dever reproduzir, pode-se perfeitamente avaliar o estado de espírito reinante atualmente nos meios oficiais da Alemanha, os quais vão tomando cada vez mais um aspecto de arrogância, mercê das últimas vitórias políticas do Reich na Europa.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



---

34 Não transcrita.

OFÍCIO • 09 NOV. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Arbitragem de Viena.

N. 520 / RESERVADO

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 9 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Apesar das declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros da Tchecoslováquia – feitas à imprensa há três dias a respeito da sua tendência pessoal no sentido de ver aproximar-se o seu país mais da Itália do que de qualquer outro, seguindo porém as diretivas do eixo Berlim-Roma –, o recente acordo de Viena, em que foram decididas pela arbitragem teuto-italiana as novas fronteiras tcheco-húngaras, constitui, sem a menor dúvida, uma nova vitória diplomática para a Alemanha diante do mundo, que assiste, dia a dia, desdobrar-se a influência política do Reich, modificando conforme os seus interesses a carta de Europa.

2. Essa vitória é, sobretudo, devida à orientação dada pelo *führer* ao assunto, obrigando tanto a Hungria como a Tchecoslováquia a recorrer a uma decisão da Alemanha e da Itália, havendo este último país desistido, quando da viagem do senhor Ribbentrop a Roma, que se fixasse o pleito em harmonia com certas tendências italianas, que levariam o novo território húngaro mais além do que permitia o interesse dos alemães. Foram excluídas dessa arbitragem, por obra da Alemanha, a França e a Grã-Bretanha.

3. Pelo que consta e chega-se a confirmar em certas rodas políticas de Berlim, o *führer*, já em agosto deste ano, quando da visita do almirante Horthy à Alemanha, procurou convencer o regente da Hungria de movimentar sem demora o seu país no sentido de impor as suas reivindicações territoriais à Tchecoslováquia, antes mesmo da Alemanha tomar a posição intransigente que assumiu logo após em relação à região dos Sudetos. Parece que relutou o chefe do Estado húngaro em aceder às sugestões do senhor Hitler, declarando que tal atitude do governo magiar, antes de uma ação alemã no mesmo sentido poderia provocar um grande conflito entre a Hungria e a *Petite Entente*, se bem que as promessas de recompensa por parte do *führer* fossem, naquele tempo, consideradas muito vantajosas. Mais tarde, deu-se a crise europeia motivada pela questão dos Sudetos, havendo nesse momento então a

Hungria, aproveitando-se da situação geral e instigada pela Alemanha, exigido da Tchecoslováquia a restituição dos territórios habitados por populações magiares, os quais haviam sido entregues à Tchecoslováquia no Trianon, tratado que a arbitragem de Viena acaba praticamente de pôr de lado. Com as pretensões polonesas de unir a sua fronteira à da Hungria, através dos Cárpatos – o que muito agradaria ao senhor Mussolini – a Alemanha, antevendo nisso dificuldades para a sua expansão a caminho do Oriente, alterou todos os planos daqueles dois países e convenceu a Itália a modificar de atitude a respeito. É, como não se pode mais negar, um sucesso para o prestígio político do Reich naquela parte da Europa.

4. Pela arbitragem de Viena, ficam incorporados ao território húngaro cerca de 12 mil quilômetros quadrados e quase um milhão de habitantes, menos do que ultimamente reclamava Budapeste. Por imposição na Alemanha, Pressburgo continuará fazendo parte da Tchecoslováquia. Trata-se de um porto sobre o Danúbio, de grande importância estratégica e econômica, em face do território alemão e que o Reich prefere ver em mão dos tchecoslovacos.

Aproveito a oportunidade para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores



OFÍCIO • 17 NOV. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Bens de emigrantes.

N. 531

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 17 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, em anexo, tradução da circular n. 38/38 D.St., de 13 de maio último, do Ministério da Economia do Reich, o qual dispõe sobre as declarações que os emi-

grantes deverão fazer à repartição de divisas acerca dos bens de sua propriedade que pretendem levar consigo para o estrangeiro.

2. Não foram, por essa circular, revogadas as disposições acerca da obrigatoriedade imposta aos emigrantes de fazer idênticas declarações à repartição aduaneira, à qual também cabe opinar sobre a concessão da licença de saída da Alemanha dos bens pertencentes aos interessados.

3. Essas determinações se aplicam sobretudo aos israelitas, aos quais se procura impedir que levem para fora do país os seus bens e haveres, representando por vezes valores apreciáveis, sobretudo os adquiridos depois da tomada do poder pelos nacionais-socialistas.

4. Julguei interessante remeter a Vossa Excelência este texto de lei, por ter sido o mesmo invariavelmente aplicado aos israelitas que, em grandes massas, ora procuram abandonar este país.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo:*]

Ministério da Economia do Reich  
13 de maio de 1938.

Circular N. 38/38 D. St.  
Tradução

Objetos de mudança que podem ser levados pelos emigrantes.

Durante os últimos tempos, os emigrantes passaram, em forma cada vez mais considerável, seus haveres, quando de mudança para o estrangeiro, transferindo, desta maneira, notáveis valores para fora do país. Determino, por isso, que aquele que pretende transportar consigo, para o estrangeiro, objetos a ele pertencentes, o comunique com 15 dias de antecedência, no mínimo, antes do encaixotamento e do embarque, à repartição de divisas competente. Esta comunicação deve ser acompanhada de uma relação exata de todos os objetos destinados à exportação, em três vias, mencionando:

1. Quais os objetos que provavelmente já eram de propriedade do emigrante, antes de 1.1.1933;
2. Quais os objetos que foram adquiridos depois dessa data;
3. Quais os objetos que foram adquiridos por motivo da emigração;
4. A época determinada para o acondicionamento e embarque.

Devem acompanhar a relação também os dados sobre o valor e a época da aquisição dos objetos destinados a serem levados. A necessidade da aquisição de novos objetos de instalação deve ser detalhadamente justificada. Além disso, são exigidas provas sobre as condições econômicas do emigrante que apresentou o requerimento.

De posse desses dados, a repartição de divisas resolverá definitivamente, em combinação com a repartição aduaneira competente, quais os objetos que podem ser exportados, a título de mudança para o exterior. Somente em casos excepcionais as repartições de divisas podem desistir da entrega da relação.

Tais disposições não revogam a obrigação da comunicação às repartições aduaneiras, prevista no § 24º das leis executivas do Código de Divisas.

Suspendem-se, com presente decreto, as decisões especialmente tomadas para o transporte de objetos de mudança destinados à Palestina, contidas nas circulares 45/36 D. St. – Ue. St. e 73/37 D. St. - Ue. St.

É tradução fiel:  
Glauco Ferreira de Souza



OFÍCIO • 21 NOV. 1938 • AHI 04/03/12

[Índice:] Campanha antissemita.

N. 534 / CONFIDENCIAL

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil  
Berlim, 21 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Sob o grosseiro pretexto de vingar a morte de um jovem secretário da embaixada alemã de Paris – o senhor von Rath, assassinado por um adolescente de nacionalidade polonesa e de raça judaica, cuja

responsabilidade é relativa em vista da idade do autor, que ainda não tem 18 anos – os nazistas, dando mais uma prova das violências a que são capazes, investiram em massa na madrugada de 10 do corrente contra todas as lojas pertencentes a judeus, os quais – como os demais israelitas – haviam sido por eles desarmados na véspera, conforme um maquiavélico decreto do Ministério do Interior proibindo a todas as pessoas de raça semita possuir quaisquer armas.

2. Esse ataque coletivo, realizado por formações oficiais do Reich – ao mesmo tempo, em todo o território da Alemanha – revelou a que ponto pode chegar a organização nacional-socialista quando procura sistematicamente destruir tudo aquilo que dificulta a expansão das suas ideologias.

3. Os atos praticados pelos nazistas, moralmente endossados pelo ministro dr. Goebbels, um dos proclamadores da fé nacional-socialista, tiveram a justa e unânime reprovação de todo o mundo civilizado e os próprios alemães, em grande parte, apesar da impossibilidade que aqui existe de qualquer manifestação de crítica, não escondem a sua vergonha de verem o seu país cair na desmoralização em que hoje se encontra, após esse covarde e planejado ataque.

4. Atos dos mais humilhantes para um povo foram praticados naquela ocasião e repetiram-se durante o dia todo. Quem passasse pelas ruas de Berlim podia assistir a esse vandalismo, efetuado por rapazolas a mando dos dirigentes do partido, alguns fardados, mas a maior parte em trajes paisanos, sem dúvida para disfarçarem o caráter do movimento.

5. Eu mesmo vi, na Kurfürstendamm, uma das principais ruas comerciais de Berlim, onde se encontra a maior parte das lojas de luxo que a cidade possui, assaltarem casas de negócios em plena luz do dia, na presença de policiais inertes, que assistiam ao espetáculo degradante com olhos benévolos e pareciam lastimar de não participarem do saque. O dr. Goebbels declarou que a inação da polícia era porque ela se encontrara na incapacidade de reter essa justa e espontânea manifestação do povo alemão, o qual, com toda a razão, disse o ministro do senhor Hitler, investira contra os judeus, porque eles eram os inimigos da raça germânica. Seria escusado e ridículo comentar essa afirmação do chefe de Departamento de Propaganda do Reich, na qual se encontra o impudor com que geralmente aqui se fazem declarações dessa ordem. Os jornais de todos os países que nos chegam contam em detalhes o que houve por cá nesse dia terrível para os destinos da Alemanha, país

grandioso pela sua cultura de alcance universal e pela superioridade de sua ciência. Mas, todos eles, não contam que milhares de pessoas gozavam bestialmente esse espetáculo único no século XX, numa das mais cultas capitais da Europa, que se ufana de ser um grande centro da inteligência do homem. Revelava essa gente – que, é certo, não representa a unanimidade dos sentimentos do povo alemão – todos os baixos instintos da fera humana, aplaudindo aqueles que assim agiam fria e cruelmente. Por toda a parte horrores se praticaram contra os judeus indefesos.

6. A proprietária do apartamento em que eu moro em Berlim, a senhora Paula Landsberg, de raça judaica, contou-me que a sua casa de campo havia sido devorada pelo fogo atizado pelos nazistas e, como ela, centenas de israelitas viram as suas propriedades destruídas da mesma forma. Cito o nome dessa senhora como documentação. Homens enfermos foram arrancados de seus leitos e transportados para as prisões, sem a menor formalidade.

7. As sinagogas foram devastadas e em seguida incendiadas. Das 12 existentes em Berlim, só escaparam três porque, se fossem elas incendiadas, correriam o risco de também pegarem fogo casas vizinhas onde residem nazistas. Os bombeiros pouco ou nada fizeram para proteger do incêndio as sinagogas e as propriedades dos judeus. Limitaram-se praticamente a impedir que o fogo se propagasse à vizinhança. Na rua, viam-se grupos de rapazes ostentando objetos roubados nos templos israelitas e distribuindo pedaços desses símbolos religiosos e folhas de bíblias hebraicas, que o populacho desenfreado se disputava para conservar como troféus heroicos. Enquanto isso se passava, a polícia continuava condescendente. Trata-se, entretanto, da polícia mais forte, mais bem organizada, mais aparelhada e mais violenta do mundo, a que está em melhores condições de repelir rapidamente qualquer movimento popular. É essa mesma polícia que o senhor Goebbels desculpou, declarando que ela era impotente diante de tal movimento “espontâneo”, como aqui se diz oficialmente.

8. Nem mesmo os diplomatas foram respeitados. O senhor van Houten, segundo secretário da legação da Holanda, e o cônsul-geral do mesmo país, que haviam ido em socorro de alguns judeus holandeses, na Tauentzienstrasse, só com muito custo escaparam à fúria da gente da rua, apesar de haverem exibido as suas carteiras de identidade. Foi-lhes preciso usar de energia junto a dois policiais para que estes compreendessem que se lhes impunha o dever de defender dois diplo-



matas estrangeiros em perigo. Nem o senhor van Houten e nem o seu colega haviam sido tomados por judeus. Os insultos de que foram vítimas eram motivados apenas pelo fato de terem sido naquela ocasião reconhecidos como estrangeiros. É mais uma prova da xenofobia que se vai generalizando por cá, à medida que a Alemanha ganha vitórias políticas sobre os outros povos.

9. Mas, com o encarregado de negócios da Colômbia, senhor Rocha-Schloss, e com o novo ministro colombiano, que ainda não apresentou as credenciais, deu-se coisa muito pior e de consequências graves para as relações entre aquele país e o Reich. Tinham ido esses dois diplomatas e mais suas esposas e uma arquivista da legação, esta de nacionalidade alemã, ao centro da cidade para ver o que se passava, no automóvel da missão. O senhor Rocha lembrou-se de tirar uma fotografia de uma casa comercial israelita completamente devastada pelos nazistas, com as montras partidas e os objetos destinados à venda espalhados pela calçada. Intimou-lhe imediatamente um polícia que lhe entregasse o aparelho fotográfico, pois aos nazistas muitas vezes não agrada que se documentem atos de que se glorificam. Naturalmente a isso se recusou o senhor Rocha e exibiu a sua carteira de identidade. O guarda não se conformou com a atitude do diplomata colombiano e procurou intimidá-lo, sendo apoiado pelo povo que ali se encontrava e que chamava o senhor Rocha de estrangeiro em tom de insulto. Logo em seguida, veio um oficial da polícia a repetir a intimação e o automóvel foi sem demora cercado por um destacamento policial, tendo vários policiais tentando entrar no veículo a fim de apreender a máquina fotográfica. Como não conseguissem, em vista da enérgica oposição dos ocupantes, o oficial de polícia propôs então conduzir o senhor Rocha à delegacia do bairro. O encarregado de negócios da Colômbia, recusando-se, mandou a arquivista da legação a um posto telefônico para dar queixa à seção do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pedir que providências fossem tomadas incontinenti. Do protocolo, responderam com deferência que esse pedido seria atendido sem demora e que um funcionário do ministério iria em pessoa ao lugar em que se encontravam os diplomatas colombianos para impô-los ao respeito e obrigar a polícia a agir como devia. Passaram-se uns vinte minutos quando chegou ao local um outro oficial de polícia, em vez do funcionário diplomático anunciado. Este oficial limitou-se a repetir o que o seu colega já havia dito, exigindo a entrega do aparelho fotográfico e fê-lo em termos grosseiros. Em vista da relutância do

senhor Rocha, resolveu o oficial que se fosse solucionar o caso no próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o que o diplomata concordou. Subiu então o oficial em questão no automóvel, o qual seguiu para a Wilhelmstrasse, acompanhado de um caminhão com uns quinze policiais. Foi nessas condições que o carro da legação da Colômbia atravessou a cidade de Berlim, no dia 10 de novembro de 1938, transportando o encarregado de negócios, o novo ministro, suas respectivas esposas, a arquivista e mais o oficial de polícia alemão! Ali foi o senhor Rocha recebido pelo subchefe do protocolo a quem contou detalhadamente o que se passara. Disse-lhe esse funcionário alemão que pessoalmente muito lastimava o fato, mas que nenhuma decisão poderia tomar, sem primeiramente ouvir o secretário de Estado, em vista de o senhor Rocha recusar-se a submeter-se à exigência da polícia de dar a máquina fotográfica em questão. Depois de conferenciar com o secretário de Estado, o subchefe do protocolo informou que o mesmo declarava que o governo não podia admitir que assim procedesse um diplomata estrangeiro, quando o povo alemão reagia indignado contra os assassinos de um ariano e que então renovava o pedido da entrega do aparelho. Saiu da Wilhelmstrasse o senhor Rocha sem dar satisfação, levando consigo essa máquina fotográfica que continha um precioso documento contra o modo de proceder dos nazistas. No dia seguinte, foi chamado pelo chefe do protocolo que lhe comunicou que o *fihrer*, inteirado do que se havia passado, declarava que a apresentação das credenciais do novo ministro colombiano, já fixada, ficava adiada *sine die* e que a legação da Colômbia seria avisada, oportunamente, caso ainda fosse questão da entrega dessas cartas.

10. Nessa ocasião, o senhor Rocha deixou sobre a mesa do chefe do protocolo uma nota sua, dirigida ao senhor von Ribbentrop, na qual protestava pelo que havia ocorrido na véspera com ele e com as demais pessoas que se achavam em sua companhia.

11. O ministro da Colômbia telegrafou imediatamente para Bogotá, pedindo para retirar-se de Berlim. De lá, responderam que o assunto seria resolvido pelo próprio presidente da República, o qual estava ausente da capital.

12. Essas informações me foram relatadas pessoalmente pelo senhor Rocha, encarregado de negócios da Colômbia, que é um homem extremamente calmo e muito medido nas suas palavras. A parte referente aos diplomatas holandeses, ouvi-a do barão van Boetzelaer van Oosterhout, atual encarregado de negócios dos Países Baixos. Procurei

esses dois chefes de missão a fim de melhor poder informar Vossa Excelência. Repito textualmente o que ambos disseram.

13. É essa, senhor Ministro, a atmosfera em que se vive neste momento em Berlim e ninguém sabe o que poderá acontecer dentro de pouco tempo. Existe uma real apreensão nos meios diplomáticos, onde o pessimismo cresce dia a dia.

14. Com o encarregado de negócios da América, senhor Gilbert, com quem acabo de estar, conversei sobre a situação entre a Alemanha e os Estados Unidos, criada em parte pela questão judaica. Só teve ele conhecimento da chamada do embaixador em Washington pelos correspondentes dos jornais americanos em Berlim. Nada lhe haviam comunicado na Wilhelmstrasse, onde estivera pouco antes. Ele me disse que provavelmente a sua encarregatura de negócios seria agora longa, mas acrescentou que, contrariamente ao que se havia propalado há dias, o senhor Wilson, embaixador dos Estados Unidos no Reich, não pensava quedar-se muito tempo em Washington quando fora chamado para conferenciar com o presidente Roosevelt e o secretário de Estado Cordell Hull.

15. Nada pode, com facilidade, justificar o crime cometido friamente contra a pessoa de um diplomata, simples secretário de legação em Paris, alheio a toda a luta antisemita no seu país. Mas nada tampouco dá razão a que milhares de homens, perfeitamente armados e organizados, atacassem inocentes que provavelmente reprovam o ato praticado por um indivíduo de sua religião, em tais condições, sobretudo tendo o assassino declarado haver agido num momento de excitação, no intuito único de vingar a desgraça que caíra sobre seus pais na Alemanha, por serem eles de raça judaica.

16. Prejudica assim o nazismo o valor moral que adquirira, mercê dos seus combates ao comunismo e do bem geral que fizera à nação alemã na aurora do governo do senhor Hitler, reorganizando-a e tornando-a novamente uma grande potência, se bem que muitas vezes tudo isso tenha sido obtido pela força e por métodos condenáveis. Mas, naqueles tempos, trouxera o nazismo o amor à pátria e ao trabalho que faltavam à Alemanha. Hoje, que o Reich não é mais o que era em 1918 – como disse o próprio *führer*, invocando o prestígio atual do seu país –, os nazistas, sentindo-se senhores absolutos, vão abusando do poder.

17. Como que querendo ratificar publicamente os atos praticados no dia 10 pelos nazistas, o governo, sem perda de tempo, emitiu, por

diferentes ministérios, uma série de decretos regulando a situação dos judeus alemães residentes no Reich. São atos que lembram as lutas religiosas efetuadas em tempos passados pelos governos de então e de que não se ufana a História.

18. Por esses decretos, ficam os israelitas praticamente algemados, completamente incapazes de seguir sua vida normal dentro da sociedade. Tudo é feito com detalhes, requintes de maldade, dentro do espírito arrivista dos novos donos do país. Basta dizer que aos judeus torna-se agora vedada a entrada em qualquer sala pública de espetáculo na Alemanha, nem mesmo nos cinemas, concertos, campos esportivos, etc. As suas fortunas estão dilapidadas, o direito de comerciar só lhes é concedido até 31 de dezembro de 1938. Uma multa de um bilhão de marcos – ou cerca de sete milhões e trezentos mil contos – foi-lhes impiedosamente imposta a título de reparação.

19. Não podem frequentar as mesmas escolas primárias, secundárias e superiores que os arianos. Os hotéis ficam com o direito de recusar hóspedes de raça israelita, assim como os restaurantes. Para um judeu, hoje, arranjar trabalho na Alemanha é-lhe necessário esperar longo tempo e as dificuldades crescem nesse sentido, dia a dia. Milhares e milhares ficarão, a partir do princípio de 1939, em plena miséria. As prisões e os campos de concentração têm recebido dezenas de milhares de judeus. Assim a Alemanha, com essa maneira de proceder, criou para si terríveis dificuldades internas, de caráter econômico e social, e aumentou as suas divergências com as nações com que parecia poder entender-se sobre um plano mais ou menos favorável, em virtude do acordo de Munique. E o judeu, que pelas suas duvidosas e perseverantes atitudes na política internacional e na vida econômica de vários países era, com certa razão, antipatizado no mundo todo, começou a inspirar a piedade dos povos civilizados, em detrimento da própria Alemanha, a qual – depois do que se pass[ou] no dia 10 – não poderá mais qualificar de calúnia as acusações que se lhe fizeram, em tempo, a respeito da maneira bárbara de proceder de seus soldados nas regiões invadidas pelos exércitos alemães durante a Grande Guerra.

20. Duas casas pertencentes a brasileiros na Alemanha, como centenas de outras cujos donos são israelitas estrangeiros, foram vítimas dos atentados do dia 10 do corrente. Uma delas é a casa Nica, de Berlim, de propriedade do senhor Nica Goldenberg, negociante em roupas de homens. Logo que tive conhecimento do ocorrido, pelo próprio interessado, dirigi-me verbalmente ao diretor político do Ministério dos

Negócios Estrangeiros, solicitando a proteção dessa loja, no que fui sem demora atendido.

21. No dia seguinte enviei uma carta a esse alto funcionário agradecendo a sua intervenção oficial no assunto, protegendo a propriedade privada de um cidadão brasileiro, matriculado como negociante em Berlim e em perfeita ordem com a legislação alemã, que lhe garante a liberdade do seu comércio.

22. Passei logo uma circular aos consulados no Reich pedindo que me informassem se tinham tido conhecimento de atentados análogos a brasileiros nos seus respectivos distritos.

23. Até agora só recebi resposta do nosso cônsul em Bremen, declarando que nada se havia dado na sua jurisdição contra negociantes brasileiros de raça semita. Os outros cônsules continuam investigando a fim de responder à minha consulta. Sei, entretanto, que em Colônia um comerciante brasileiro tinha sido atacado naquele dia e que o cônsul Barbosa Lima reclamou a sua proteção ao prefeito de polícia da cidade.

24. Espero ter todas as respostas desses nossos representantes consulares para introduzir o pedido de indenização, o qual necessita de formalidades. Devo declarar que fui, segundo consta, o primeiro chefe de missão a se dirigir a Wilhelmstrasse, solicitando proteção para os judeus seus compatriotas. Visto o perigo de novos ataques haver passado, os diplomatas que consultei a respeito acharam que se devia esperar alguns dias para se fazer qualquer reclamação, quando cessasse o estado de excitação que reinava. Não concordei com esse modo de pensar e por isso agi da forma que indico acima.

25. Na próxima mala tomarei a liberdade de voltar ao assunto mais detalhadamente e sobre as diligências que estou efetuando. Devo ir a Wilhelmstrasse logo que tiver recebido todas as respostas dos cônsules para introduzir o pedido de indenização e conhecer qual será a verdadeira situação dos israelitas brasileiros na Alemanha, em virtude da nova legislação.

Aproveito o ensejo para ter a honra de renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

T. Graça Aranha

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha  
Ministro de Estado das Relações Exteriores





# UM DOCUMENTO, UM COMENTÁRIO

---

Relatório da exposição brasileira  
em São Petersburgo





## APRESENTAÇÃO

---

Manoel Gomes Pereira<sup>1</sup>

O documento que agora se publica é o relatório do comissário do Pavilhão do Brasil na Exposição de São Petersburgo, José Maria da Silva Paranhos Jr., ao então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Afonso Pena, tal como saiu no *Diário Oficial* de 4 de agosto de 1884.

Durante as pesquisas sobre o assunto, encontrei 14 páginas manuscritas em francês. A respectiva tradução é de minha responsabilidade. Terá sido um documento subsidiário, versão de matéria publicada em jornal russo, possivelmente após entrevista concedida pelos representantes do Centro da Lavoura e do Comércio, responsáveis pela parte técnica da mostra. O documento é anônimo, mas diversos indícios apontam para a nacionalidade de seu autor: a utilização do onomástico russo Mavriki, para Maurício, ao designar um dos expositores (Maurício Haritoff, cidadão daquele país, radicado no Brasil e fazendeiro de café), e a abreviatura I. (Iosif) M. para José Maria (da Silva Paranhos) parecem comprovar a suposição. Pareceu oportuno agregá-lo ao docu-

<sup>1</sup> Diplomata de carreira, foi o coordenador-geral da Comissão para a Celebração do Primeiro Centenário de Morte do Barão do Rio Branco, em 2012. São da autoria do Embaixador Gomes Pereira todas as traduções do francês.

mento ora publicado, já que o futuro barão do Rio Branco o manteve anexado a seu exemplar do Catálogo da Exposição, hoje depositado na Biblioteca Histórica do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Em 2012, por ocasião da celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco, o catálogo da exposição do Brasil em São Petersburgo, originalmente escrito em francês, foi vertido para o português e publicado em número especial dos *Cadernos do CHDD* votado ao tema. Paranhos Júnior foi o autor da “Notícia sobre o Brasil”, primeira parte do catálogo, destinada a apresentar o país ao público russo, e contribuiu com estatísticas e comentários para a parte central da publicação, intitulada “O Café”. Elaborou ainda, para a mesma publicação, o “Catálogo Geral da Exposição Brasileira”, contendo a lista de expositores com a classificação das mil amostras de café apresentadas na exposição.

Nomeado pelo Governo Imperial, José Maria da Silva Paranhos Jr., então cônsul-geral em Liverpool, foi o comissário do pavilhão brasileiro, assessorado por membros do Centro da Lavoura e do Comércio do Rio de Janeiro, entidade que organizou a mostra brasileira.

O presente “Relatório” do comissário brasileiro é a prestação de contas ao ministro da Agricultura sobre a Exposição de Cafés do Brasil, realizada no quadro da Exposição Internacional de Horticultura (São Petersburgo, 17 de maio a 1º de junho de 1884).

•

A primeira das chamadas “exposições universais” aconteceu em Londres, em 1851, e a primeira participação brasileira numa exposição universal foi nessa mesma cidade, porém em 1862. Além de mostrar ao mundo seu potencial natural e industrial, de modo a atrair investidores e mercados externos, um objetivo não menos importante era atrair imigrantes para o país. Dom Pedro II apoiou e subvencionou a participação do Brasil, como forma de inserir o país no grupo das nações civilizadas, exibindo, para isso, os avanços e a estabilidade política.

A seleção dos produtos brasileiros a enviar para as feiras era obtida por um processo originado em mostras regionais e que se cristalizava em uma exposição nacional. Dentre as amostras selecionadas pelo setor agrícola, o café tinha posição de destaque em relação aos demais produtos – guaraná, açúcar, cacau, mandioca, fumo.

As grandes mostras internacionais, que se seguiram à exposição

de 1851 no Palácio de Cristal de Londres, foram “importante e frequente fórum da propaganda brasileira”, segundo Thomas Skidmore.<sup>2</sup> O Brasil compareceria a todas elas e a propaganda resultante foi, via de regra, favorável.

O “Catálogo Geral” para a exposição de São Petersburgo<sup>3</sup> relatou em detalhe o procedimento estabelecido, em 1881, para estimular o consumo externo do café, por cooperação entre o Governo Imperial, através do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e do Centro da Lavoura e do Comércio, entidade privada do Rio de Janeiro. O procedimento adotado era enviar “à Europa e à América do Norte, para serem exibidas sob a responsabilidade dos cônsules brasileiros”<sup>4</sup>, as amostras que houvessem sido exibidas na exposição anual na capital do Império.

O próprio catálogo informa que, no decorrer de 1882 e no início de 1883, o programa de exposições fora cumprido, aparentemente a contento, sendo a rubiácea apresentada nas principais cidades europeias, inclusive na Escandinávia e na Grécia, bem como norte-americanas (Estados Unidos e Canadá), além de Buenos Aires.

O trabalho dos cônsules foi louvado no “extrato anual do *Jornal do Commercio*”, em que se menciona que:

(...) limitadas à exibição do nosso principal produto, outras exposições efetuaram-se durante o ano em Londres, Trieste, Montreal e Nova York, por iniciativa do Centro da Lavoura e do Comércio, e sob a direção e por esforços dos representantes consulares do Império, que por este modo têm feito jus à gratidão do Brasil, respondendo por atos à injusta censura, tantas vezes lançada a esta classe, de não zelar os interesses da pátria.<sup>5</sup>

Certamente, o Governo Imperial apoiou a iniciativa, por intermédio do conselheiro Henrique Francisco d’Ávila, então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao receber os dirigentes do Centro, de quem escutou os reclamos a respeito dos “subsídios que

2 SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2. ed. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 144-145.

3 O BRASIL NA EXPOSIÇÃO DE SÃO PETERSBURGO (1884). *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro, ano 11, n. especial, p. 184-189, 2012.

4 Idem, p. 184-185.

5 CENTRO DA LAVOURA E DO COMÉRCIO. Segunda exposição de cafés do Brasil. Relatório 1883. Rio de Janeiro: Tip. e Lith. de Miranda e Maximino, 1883. p. XXIV.

nos pareciam indispensáveis e que a nossa Sociedade não poderia suprir por si mesma (...).<sup>6</sup>

O apoio do governo brasileiro incluiu, ainda, as gestões do barão de Alhandra, ministro na Rússia, no sentido de obter autorização para que o Brasil participasse, apenas com amostras de café e com alguns outros poucos produtos, de uma exposição internacional de horticultura, e para que a rubiácea e outros artigos que seriam expostos e consumidos ficassem isentos de direitos de importação e culminou na designação de José Maria da Silva Paranhos, cônsul-geral em Liverpool, como comissário do pavilhão brasileiro em São Petersburgo, à frente dos empresários do Centro da Lavoura e do Comércio. Releva notar que o Centro remeteu para Hamburgo, destinadas à propaganda na Rússia, 500 sacas (30 toneladas) de café. Destas, 200 sacas foram utilizadas na exposição. Em junho de 1882, segundo o “Catálogo Geral”<sup>7</sup>, o governo russo estabeleceu tarifa sobre o café em 10F por pud<sup>8</sup>, ou 61,10F por 100 quilos, donde se deduz que a concessão obtida por Alhandra terá representado substancial economia para o Centro. No entanto, a mesma elevação de tarifa provocaria alteração no consumo, que, de 8,3 toneladas em 1882, caiu para 6,3 toneladas em 1883.<sup>9</sup>

Como ensina o embaixador Rubens Gama Dias Filho, diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) do Ministério das Relações Exteriores, em valioso artigo<sup>10</sup> sobre o tema, a diplomacia comercial é “a utilização concomitante de ferramentas diplomáticas, de inteligência e de *marketing* com vistas à obtenção de ganhos na esfera comercial (...). Constitui um serviço prestado pelo governo de um país à comunidade empresarial, que visa à promoção comercial do próprio país”. Depois de discutir conceitos de macroelaboração da diplomacia comercial e da implementação de políticas de comércio exterior em nível micro, ou seja, atividades de promoção e apoio à realização de negócios, o artigo classifica as ações de diplomacia comercial em três tipos: (i) inteligência comercial; (ii) promoção externa de bens, serviços e oportunidades de investimento; e (iii) gestões oficiais (*advocacy*) empreendidas pelo agente do Estado junto a governos estrangeiros, autoridades e meio empresarial na defesa di-

6 Relatório..., op. cit., p. 48.

7 Idem, p. 195.

8 Antiga medida russa de peso, equivalente a 16,38 quilos.

9 Relatório..., op. cit., p. 195.

10 BARRAL, Welber; GAMA, Rubens. Diplomacia comercial no século XXI. *Política Externa*, São Paulo: HGM Editora, vol. 21, n. 2, p. 93-114, set./out./nov. 2012.

reta dos interesses comerciais de determinado setor, grupo ou mesmo companhias específicas.

Finalmente, no mesmo artigo, o conceito de “marca-país” (*nation brand*) é aplicado ao conjunto de conceitos e percepções geralmente aceitos como traços característicos de determinado país. Trata-se, ao mesmo tempo, da identidade, imagem e reputação dos lugares, ou melhor, da maneira como um lugar é percebido no mundo. Ainda que a “marca-país” não possa ser forjada, é perfeitamente razoável que governos e entidades privadas busquem otimizar suas ações no exterior a partir de visões que corroborem versões positivas sobre o país. Se esse instrumento pode ser particularmente interessante para países pequenos ou emergentes – na medida em que a realidade frequentemente cambiante de economias em consolidação pode não ser adequadamente percebida fora das fronteiras nacionais – imagem e reputação tornam-se parte essencial do patrimônio estratégico de um país. Cada vez mais, percebe-se a interação entre imagens políticas e comerciais no chamado “efeito do país de origem”, desempenhando papel importante nas decisões de compra dos consumidores.

Desconhecendo todos esses fundamentos, a política do Governo Imperial e do Centro da Lavoura e do Comércio, ao fazer a promoção externa do café e de associar o produto ao Brasil, estabeleceu uma legítima “marca-país”, como as páginas que se seguem nos dão a conhecer.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

---

*Exposição Brasileira em São Petersburgo*

RELATÓRIO

São Petersburgo, 2 de junho de 1884.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor  
Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena,  
Ministro e Secretário de Estado dos  
Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Ocupado com os trabalhos da nossa exposição, só hoje posso ter a honra de dirigir a Vossa Excelência este primeiro ofício, dando sucinta conta do que há ocorrido até o presente.

No dia 10 de maio cheguei a esta capital, assumindo a presidência da comissão brasileira, na qualidade de delegado do Governo Imperial e com autorização de Vossa Excelência, solicitada pelo Centro da Lavoura e do Comércio.

Em consequência da renúncia que, por doente, apresentou o digno delegado do Centro, senhor Eduardo de Lemos, que tão distintos serviços prestara em Amsterdã e cuja ausência profundamente lamentei, a comissão brasileira, incumbida de organizar e dirigir a exposição de São Petersburgo, ficou composta, além de seu presidente, dos se-

nhores Honório de Araújo Maia, doutor Francisco da Cunha e Souza, ambos representantes daquela benemérita sociedade; Augusto Eduardo Schwabe, cônsul-geral do Brasil na Rússia; Carlos Gericke, vice-cônsul do Brasil em São Petersburgo; e, como secretário, o major reformado de engenheiros do Exército Francês Nicolas Isidore Dumontier.

Os senhores Araújo Maia e doutor Cunha e Souza aqui chegaram a 27 de abril – o primeiro vindo do Brasil e o segundo de Viena, onde ainda reside – e, desde logo, começaram a ocupar-se com a escolha do local para a nossa exposição.

O digno ministro do Brasil junto a esta corte, senhor barão de Alhandra, havia obtido a 10 de abril, não sem dificuldade, que a exposição de cafés do Brasil pudesse ser instalada junto à Exposição Internacional de Horticultura, formando um anexo, ou dependência desta. Aceito pelo senhor Araújo Maia o local oferecido, depois de haver examinado outros e reconhecido ser esse o mais conveniente, mandou construir ali um vasto pavilhão de madeira com capacidade necessária para receber as amostras de café e os aparelhos destinados à preparação da bebida.

Além da grande sala da exposição com 80 metros de comprimento sobre 10 de largura, continha o pavilhão três compartimentos, dois dos quais destinados à preparação do café e, o terceiro, ao depósito.

O contrato entre o principal delegado do Centro e o arquiteto da Imperial Sociedade de Horticultura da Rússia foi assinado nos primeiros dias de maio e, desde então, começaram as obras com a maior atividade, trabalhando-se dia e noite, apesar do rigor excepcional da estação, pois estávamos em plena primavera e, ainda a 21 de maio, tínhamos neve, sendo de 3º a 4º da escala centígrada a temperatura mais elevada até então.

Todas as plantas remetidas pelo Centro da Lavoura pereceram durante a viagem de Hamburgo para esta capital ou, mais provavelmente, no porto de Cronstadt.

No dia 17, fixado para a abertura da exposição, os membros da comissão brasileira, auxiliados pelo senhor Frederico Palm, cônsul-geral dos Países Baixos no Brasil, dirigiram os trabalhos de instalação das nossas mil amostras de café, enquanto os operários terminavam apressadamente a decoração interna do pavilhão, colocando as cortinas e sanefas de cores nacionais, bandeiras brasileiras e russas, flores e arbustos, e suspendendo nas paredes quadros e vistas fotográficas de vários pontos do Brasil, assim como alguns exemplares da última carta geográfica do Império.



Em lugar de honra foi colocado um retrato a óleo de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

Às 2h da tarde achavam-se felizmente terminados todos os trabalhos e, às 3½, efetuava-se a cerimônia da abertura da exposição de horticultura e da exposição de cafés do Brasil.

Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz da Rússia, acompanhados de todos os membros da família imperial, do corpo diplomático, da corte e dos primeiros funcionários deste império, honraram com sua visita o pavilhão brasileiro, sendo recebidos à entrada pelo senhor barão de Alhandra e pelos membros da comissão brasileira.

Suas Majestades percorreram e examinaram atentamente toda a nossa exposição e dignaram-se a aceitar uma chávena de café, louvando muito a excelência da nossa bebida nacional e dirigindo palavras de extrema benevolência aos membros da comissão brasileira.

Às 4½ da tarde, depois da partida da família imperial, foi franqueada ao público a entrada do jardim coberto da Exposição Internacional de Horticultura, passagem obrigada para a visita do pavilhão brasileiro.

As duas exposições ficaram encerradas ontem à noite, tendo, portanto, durado 16 dias. O número de visitantes elevou-se a mais de 200.000, havendo dias de 18 e 20.000, sobretudo nos últimos dias, em que o preço da entrada foi reduzido. O café foi servido em xícaras a todos os visitantes, oferecendo-se às pessoas de mais distinção pequenas caixas contendo cada uma 200 gramas de café moído de fresco. O número de caixas distribuídas subiu a 20.000.

Todo este serviço foi feito sob a direção e ativa vigilância dos dois delegados do Centro da Lavoura, senhores Araújo Maia e doutor Cunha e Souza. Enquanto a exposição esteve aberta, conservaram-se eles sempre em seu posto, desde as 11 da manhã até as 5h da tarde, recebendo o público, tomando todas as providências necessárias e fornecendo as explicações que lhes eram pedidas pelos visitantes.

Uma pequena brochura em francês e russo, mostrando a importância da produção cafeeira do Brasil, o modo de preparar o café e a utilidade dessa infusão, começou a ser distribuída no dia 20 de maio e teve doze edições sucessivas. Foi escrita pelo senhor comandante N. I. Dumontier.

Além dessa explicação e em obediência às ordens de Vossa Excelência, preparei outra em francês com o título *Le Brésil à l'Exposition de Saint Pétersbourg*, contendo uma notícia sobre o Brasil, escrita rapidamente, à vista dos trabalhos anteriormente publicados e com elementos

que pude reunir; outra sobre o café, reprodução de um folheto do senhor Sant'Anna Nery; vários quadros estatísticos, que extraí de periódicos, livros e circulares comerciais; as opiniões de alguns homens competentes acerca da utilidade do café; finalmente, o catálogo da exposição brasileira e a reprodução da pequena brochura de que acabei de falar.

O folheto *Le Brésil à l'Exposition de Saint Pétersbourg* vai ser vertido para o russo pelo senhor Ivan Michaelovitch de Bulatzel, tenente reformado da Guarda Imperial, redator do *Russky Chudojstvenny-mir* e colaborador do *Novosti*. Esta tradução será publicada até princípios do mês próximo, suprimindo-se apenas o catálogo e acrescentando-se um extrato do que disseram os jornais russos sobre a nossa exposição e os nossos cafés.<sup>1</sup> Nessa nova edição farei as correções e os acréscimos necessários, se puder obter a tempo os relatórios apresentados este ano ao parlamento pelas nossas diferentes repartições ministeriais.

Foram igualmente distribuídos muitos exemplares de pequeno, mas substancial, trabalho do senhor doutor Francisco da Cunha e Souza, membro da comissão, e de uma outra não menos interessante brochura do doutor Carlos Teixeira. Ambos estes folhetos foram impressos em Viena d'Áustria, na língua alemã, o primeiro este ano (*Brazil-Kaffee*) e o segundo em 1883 (*Der-Kaffee*). Além dessas publicações, pudemos oferecer alguns exemplares da última Carta do Brasil, remetidos ao Centro da Lavoura pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e muitos exemplares de alguns livros, entre os quais cinquenta da Geografia do Brasil do ilustre finado doutor Joaquim Manoel de Macedo, edição alemã da Exposição de Viena, em 1873. Esses volumes foram entregues ao senhor doutor Cunha e Souza pelo digno ministro de Sua Majestade na Áustria-Hungria, senhor barão de Carvalho Borges.

No dia 22 de maio, de 1 às 3 horas da tarde, o pavilhão brasileiro esteve fechado para o público, sendo ali admitidos somente os jornalistas e grandes negociantes desta praça, especialmente os negociantes e corretores de café, convidados pela comissão brasileira.

O senhor comandante N. I. Dumontier, dirigindo-se às pessoas presentes, mostrou os fins que tinha à vista o Centro da Lavoura, as vantagens que traria para a Rússia o estabelecimento de relações diretas de comércio com o Brasil e dissertou com muita clareza e minuciosidade sobre o café, resumindo quanto lera sobre o assunto e servindo-se de

1 N.E. – É legítimo supor que as 14 páginas apenas ao exemplar do Barão do Rio Branco sejam parte deste extrato.

informações especiais que, como comerciante e conhecedor da praça do Rio de Janeiro, lhe fornecera o senhor Araújo Maia.

Todos os jornais deram notícia dessa conferência e, nos retalhos juntos, estão alguns artigos a ela relativos (anexos n. 4, 5, 15). Só pude assistir ao final da reunião, porque à 1½ da tarde tive de achar-me, com o senhor barão de Alhandra, no Palácio de Inverno, em serviço da exposição, tendo-nos sido designada essa hora pelo mordomo da casa de Sua Majestade o Imperador da Rússia para uma audiência.

No dia 30 de maio, em um dos salões do Almirantado e sob a presidência de sua excelência o senhor secretário de Estado Daniel Ostrowsky, ministro dos Domínios e da Agricultura, fez-se a distribuição dos prêmios concedidos pelo júri internacional, de que tive a honra de fazer parte na qualidade de delegado do Governo Imperial.

Antes da cerimônia, sua excelência o senhor ajudante de campo Samuel Greig, membro do Conselho do Império e presidente da Imperial Sociedade de Horticultura da Rússia, declarou ao Congresso Internacional que a comissão de peritos, nomeada pelo júri, resolvera propor um diploma de honra para o Centro da Lavoura e do Comércio, pela sua bela exposição de mil amostras de café. A exposição brasileira, disse sua excelência, tornou-se verdadeiramente notável pela variedade de tipos e excelente qualidade de cafés, em nada inferiores aos melhores conhecidos, segundo o parecer dos mesmos peritos, dos homens de comércio e de todos os visitantes da exposição. E acrescentou que, atenta a importância da exposição brasileira, uma recompensa extraordinária e especial devia ser concedida ao Centro da Lavoura e do Comércio.

O congresso aprovou a proposta por unanimidade de votos, no meio de aplausos entusiásticos e prolongados (retalhos apensos n. 10, 17, 18 e 19 – *Journal de Saint Pétersbourg, Novoye Wremya, Novosti e Petersbourgskie Vedomosti*). Ato contínuo, foi assinado o diploma pelos membros da mesa: presidente, o almirante Samuel Greig; o vice-presidente, conselheiro doutor Eduardo Regel; o secretário, conselheiro Pavel Egorevitch Tatarinof.

Quando, aberta a sessão da distribuição dos prêmios, foi chamado o senhor Araújo Maia para receber o diploma de honra conferido à sociedade de que é aqui representante, repetiram-se os aplausos, durando a manifestação alguns minutos.

A imprensa desta capital tem publicado numerosos editoriais, folhetins e notícias sobre a exposição brasileira. Não podendo remeter todos esses artigos, porque de muitos não tenho agora exemplares,

limito-me a pedir a atenção de Vossa Excelência para os retalhos apensos, marcados com os n. 1 a 21, sobretudo para os de n. 11 e 12. Os dois artigos a que especialmente me refiro são da *Petersburgskaya Gazeta*, de 31 de maio, e do *Journal de Saint Pétersbourg*, de ontem, 1º de junho.

Na imprensa das províncias foram-me assinalados vários artigos, um dos quais, do *Moskovskaya Vedomosti*, apresento entre os retalhos anexos, sob o n. 9, para que Vossa Excelência possa ver que foi, evidentemente, escrito à vista das publicações que aqui espalhamos.

Como sucede em todos os países, o que prende a atenção da imprensa e do público da capital encontra sempre eco nas folhas das províncias e a exposição brasileira foi aqui o principal acontecimento desta estação, tornando-se questão de moda e de bom tom ir à Exposição de Horticultura e ao pavilhão brasileiro, desde que se soube que este fora honrado com a visita da família imperial.

Disse o *Deutsche Petersburger Zeitung* de 24 de maio (anexo n. 7), redator P. von Kugelgen:

A EXPOSIÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS NO MANÈGE MICHEL

A exposição brasileira de cafés continua a interessar extraordinariamente os habitantes de São Petersburgo. Não obstante possuir o Manège tesouros vindos de todos os pontos do globo e que encantam a vista e o olfato, nenhuma outra parte da exposição obtém o sucesso verdadeiramente colossal do pavilhão brasileiro.

Do editorial da *Petersburgskaya Gazeta*, a que acima me referi (anexo n. 11), artigo escrito pelo doutor Axel Hermonius, peço licença para reproduzir aqui os seguintes trechos traduzidos:

Fecha-se amanhã a Exposição de Horticultura e, ao mesmo tempo, cerrar-se-ão as portas do hospitaleiro pavilhão do Brasil. Tudo quanto era possível fazer – como propaganda, para tornar conhecido o rico produto brasileiro – foi feito com admirável energia. Só resta agora aguardar os resultados da campanha...

Nós, que nenhuma aptidão temos para o comércio, devemos aprender com estes brasileiros. Descobrimo perspicazmente bom campo para explorar, eles entraram em operações com espírito e tato: não pouparam despesas, trabalhos, nem fadigas para chegar ao seu fim e alcançar a vitória; e tudo isso fizeram, não movidos de interesse pessoal, mas combatendo pelos grandes interesses de seu país; tudo isso foi feito por

uma sociedade que se consagrou especialmente à defesa dos interesses da agricultura e do comércio.

Pode-se por aí formar ideia de como se compreende no Brasil o bom público e como por lá se sabe servir dedicadamente a essa causa. Tão grande exemplo ser-nos-á mais útil ainda [*que*] todo o bom café do Brasil.

O *Journal de Saint Pétersbourg*, de ontem (anexo n. 12), referindo-se ao Centro da Lavoura, disse (redator-chefe senhor Antonio E. Hern):

Sans subvention d’aucune espèce, mue par le désir de faire chez nous ce qu’elle avait déjà fait dans d’autres capitales de l’Europe, elle a profité de l’Exposition Horticole pour imposer en quelque sorte à notre public la connaissance du produit brésilien par excellence: – le café.

Cette énergie, ce self-help lui ont tout d’abord valu les sympathies et l’estime de tous ceux qui croient que les relations commerciales et autres, entre les nations gagnent à être établies directement et sont notablement facilitées par le contact personnel entre les hommes appelés à y présider. Sous ce rapport, on peut bien dire que la Société Brésilienne d’Agriculture et de Commerce aura remporté un plein succès. Ses délégués à l’exposition ont réelement déployé une activité toute américaine.<sup>2</sup>

O *Petersburgski Listok*, de hoje, redator A. Sokoloff, diz o seguinte:

Os expositores brasileiros alcançaram aqui belíssimos resultados. Gastaram, oferecendo ao público gratuitamente 500 garrafas de licor de café e 8.000 libras de café, mas obrigaram os nossos negociantes e grande parte da população desta capital a reconhecer que os cafés do Brasil não são inferiores aos melhores da Arábia, e decidiram os importadores desta praça a entrar em relações diretas com os lavradores do Brasil, fazendo vir dali partidas consideráveis de café. A comissão brasileira conseguiu, portanto, brilhantemente o seu fim.

2 “Sem subvenção de qualquer espécie, movido pelo desejo de fazer aqui o que já havia feito em outras capitais da Europa, (o Centro da Lavoura) aproveitou-se da Exposição de Horticultura para impor ao nosso público, de certo modo, o conhecimento do produto brasileiro por excelência: o café. Essa energia, esse espírito de iniciativa lhe valeu antes de tudo a simpatia e a estima de todos aqueles que creem que as relações comerciais e de outra natureza entre as nações ganham em ser estabelecidas diretamente e são notavelmente facilitadas pelo contato pessoal entre os homens chamados a dirigi-las. Sob esse aspecto, pode-se bem dizer que a Sociedade Brasileira de Lavoura e Comércio [*o Centro*] terá conseguido um sucesso completo. Seus delegados na exposição desenvolveram uma atividade à americana.” [MGP]

O *Novosti*, de 28 de maio (J. Notovitch, redator principal), publicou as seguintes linhas (anexo n. 8):

Alguns dos mais importantes membros do comércio desta praça reuniram-se particularmente há dias para tratar da questão do café do Brasil. Acharam-se todos de acordo reconhecendo que os cafés brasileiros rivalizam com as melhores qualidades conhecidas, sem excetuar o da Arábia, e resolveram entrar em relações com os lavradores do Brasil, fazendo vir diretamente algumas partidas de café...

Essa foi, em relação à excelência do nosso café, a linguagem de todas as folhas, mesmo no interior da Rússia.

Assim, o jornal que citei, *Moskovskaya Vedomosti*, de Moscou (anexo n. 9), exprimiu-se deste modo, historiando a cultura do café no Brasil:

Começou então a cultura do café em grande escala e em diferentes províncias. Graças ao clima e ao terreno, a planta novamente introduzida aclimou-se depressa e produziu frutos iguais aos dos melhores cafeeiros da Arábia, os da vizinhança de Moka, que produzem o café conhecido no comércio sob a denominação de café do Levante.

Em alguns periódicos estrangeiros, como *Le Nord*, *La Gazette Diplomatique*, *L'Indépendance Belge*, *Der Cursalon*, *Oesterreiche Badeszeitung*, tenho visto mencionada com muito louvor a exposição brasileira. Da correspondência de São Petersburgo, publicada na *Indépendance Belge* de 30 de maio (anexo n. 20), transcreverei o seguinte trecho:

Le Brésil occupe une grande place à l'Exposition Internationale d'Horticulture. Le pavillon spécial mis à la disposition des exposants brésiliens est toute la journée encombré de visiteurs que s'étonnent de se trouver en face de plus de mille échantillons de café brésilien: les visiteurs trouvent l'occasion de les déguster sur place. On ne se trompe guère en prédisant au café brésilien un avenir brillant en Russie où jusqu'ici cette boisson n'a joué qu'un rôle insignifiant.<sup>3</sup>

3 “O Brasil ocupa um grande lugar na Exposição Internacional de Horticultura. O pavilhão especial posto à disposição dos expositores brasileiros fica, o dia todo, congestionado de visitantes, que se surpreendem por encontrar mais de mil amostras de café brasileiro. Os visitantes têm ocasião de degustá-lo ali mesmo. Não nos enganamos muito em prever um futuro brilhante para o café brasileiro na Rússia, onde essa bebida não representou, até agora, senão um papel insignificante.” [MGP]

O conselheiro doutor Eduardo Regel, vice-presidente da Imperial Sociedade de Horticultura, mostrou-nos uma carta que recebera de Utrecht, pedindo-lhe um catálogo da exposição brasileira, e na qual se lê o seguinte trecho:

Les journaux hollandais disent que les cafés de diverses plantations du Brésil sont formidablement présentés à l'Exposition de votre ville. Veuillez nos informer des noms des exposants du café de Maragogipe, une haute nouveauté des dernières années.<sup>4</sup>

Do Havre recebi também uma carta entusiástica, dos senhores Busch & Cia, corretores de café. De Libau, Odessa e outros pontos chegaram-nos cartas de negociantes, pedindo informações e mostrando-se todos desejosos de entrar em relações com os exportadores do Brasil.

Tivemos o cuidado de remeter as publicações aqui feitas em francês a todos os grandes jornais dos outros países da Europa, assim como às legações e consulados do Império e a alguns dos grandes corretores de café, câmaras de comércio e bibliotecas. A tradução do folheto *Le Brésil à l'Exposition de Saint Pétersbourg* foi feita por conta do senhor Ivan de Bulatzel, comprometendo-se apenas o delegado do Centro, senhor Araújo Maia, a comprar 700 exemplares, que deverão ser remetidos a todos os periódicos e câmaras de comércio da Rússia europeia e asiática, assim como aos principais negociantes de café deste país. Os outros exemplares serão expostos à venda pelo senhor de Bulatzel que assim espera, com aquele auxílio, cobrir todas as despesas que vai fazer e obter pequena compensação do seu trabalho.

Entre os retalhos anexos, incluo, sob n. 14, a prova de um artigo que deve aparecer no *Níva*, de 14 do corrente; e, sob n. 21, a de uma gravura (vista do pavilhão brasileiro), destinada ao n. 28, também deste mês.

O redator-chefe e proprietário, senhor A. F. Marks, remeteu-me obsequiosamente essas provas. O *Níva* é aqui, pelo preço módico, a *Ilustração* da burguesia e das classes populares, como a *Wasemirnaya Illustratziya* (redator Herman Hoppe), é o periódico ilustrado das classes aristocráticas e abastadas. O *Níva* é a folha de mais larga circulação na Rússia e um dos mais importantes periódicos europeus. Tem 111.000 assinantes e é tirada a 130.000 exemplares. Seu redator principal tem

4 “Os jornais holandeses relatam que os cafés de diversas origens do Brasil estão formidavelmente representados na exposição de sua cidade. Informem, por favor, os nomes dos expositores do café de Maragogipe, uma grande novidade dos últimos anos.” [MGP]

mostrado grande interesse pela nossa propaganda e promete continuar a escrever. Sei também que brevemente aparecerão alguns artigos na *Gazeta do Ministério das Finanças*, de São Petersburgo, e em outros jornais da Alemanha e Áustria. Destes últimos, é correspondente o doutor Max Constantin Herz.

Esta e a de Amsterdã – também organizada pelo Centro da Lavoura – foram, sem dúvida, as duas maiores e mais completas exposições de café realizadas até hoje no exterior pelo Brasil. Por isso e porque a atenção pública não foi desviada, como sucede nos grandes concursos internacionais, pelas exposições de outros países mais ricos e adiantados nas ciências, artes e indústrias, desta vez o nosso principal produto conseguiu interessar vivamente a imprensa e os habitantes de uma das mais populosas capitais; e a exposição do Centro da Lavoura e os exemplos de patriotismo, de enérgica atividade, de inteligente e fecunda iniciativa que oferecia essa associação, provocaram gerais aplausos, dando lugar a muitas e significativas manifestações de simpatia ao Brasil e aos brasileiros.

O grande êxito desta exposição foi devido às circunstâncias que acabo de apontar, à excelente ocasião escolhida pelo Centro da Lavoura, ao local que obtivemos – graças aos esforços do nobre barão de Alhandra, auxiliado nesse empenho pelo almirante Greig e pelo doutor Regel –, à incansável atividade do senhor Araújo Maia, que tudo preparou no curto espaço de tempo de que pôde dispor, tornando possível a abertura da exposição no mesmo dia em que foi inaugurada a de horticultura, e à coadjuvação muito espontânea, muito desinteressada e verdadeiramente inestimável que encontramos em toda a imprensa desta capital. Todos os anúncios e retificações foram publicados sem dispêndio algum para o Centro; todos os apontamentos e informações, quase sempre salientados pelos jornais, raras vezes oferecidos por nós, foram recebidos com prazer e utilizados com inteligência e manifesto interesse pelo bom êxito de nossa propaganda.

Para tornar conhecido o café e também o nosso país, penso que não era possível fazer mais do que fizeram aqui o Centro da Lavoura e a comissão brasileira.

É esse, como Vossa Excelência verá pelos retalhos apensos, o juízo da imprensa russa. “Os brasileiros” – disse a *Petersburgskaya Gazeta*, cujo redator principal, o coronel Peter Monteverde, apenas conhecemos pessoalmente hoje, depois da publicação desse artigo (anexo n. 11) – “os brasileiros compreendem belamente a sua missão aqui. Dão,



antes de tudo, informações mui interessantes sobre a sua pátria, tão pouco conhecida entre nós; começam por tornar simpático e popular o seu país, e depois tratam de popularizar os seus produtos”.

A reputação do nosso café parece firmada na Rússia. Os retalhadores [*sic*] já não anunciam o suposto café de Moka, ou da Martinica, mas o *café do Brasil*, nome que em todas as vitrines do pequeno comércio e nos anúncios dos jornais passou a ter repentinamente, todo o café superior importado da Alemanha ou da Inglaterra. Isto pode ser agradável ao nosso amor próprio nacional, mas, como já disse em relatório oficial, reputo de ordem secundária esta questão de nomes. O importante é que o nosso café encontre mercados e bons preços, posto que os retalhadores o vendam debaixo de outras denominações para satisfazer errôneas opiniões dos seus fregueses. *Moka*, *Martinica*, *Bourbon* etc. são, como Vossa Excelência sabe, nomes de comércio, que já não indicam o país de procedência, mas a qualidade do café.

No Brasil nós somos os primeiros a denominar *Moka Brasileiro* certa variedade de café. Chamamos os chapéus de Panamá e Colômbia *chapéus de Chile* por terem sido importados os primeiros por via do Chile, país que, segundo parece, não fabricou ainda um só desses chapéus. O ouro inferior, recebido da Alemanha, é entre nós *ouro francês*, e o francês, *ouro de lei*. Às vezes a questão de nome pode mesmo ser prejudicial. Se começam aqui a vender todo o café, bom e mau, brasileiro ou não, como café do Brasil, pode o nosso produto ficar desacreditado em pouco tempo.

Por isso, todos perguntam se não será criado nesta grande capital um depósito ou casa de venda do café genuíno do Brasil. Eu continuo a pensar, como também já tive a honra de dizer ao Governo Imperial, que para que estas exposições possam produzir todos os resultados desejáveis, é indispensável que com a propaganda coincida a oferta, e que procedamos como procederam, com o melhor êxito, os lavradores da América Central e da Venezuela, criando, nos principais centros de consumo, depósitos onde o seu café é vendido por miúdo. Os consumidores precisam encontrar à mão o artigo que procuram, ou que veem anunciado; e raros quererão dar-se ao incômodo de fazer pequenas encomendas a país longínquo, onde não têm relações. Em geral, todos compram o café para as necessidades diárias de algumas semanas, quando muito para as de um mês ou dois. Não está ao alcance de todas as bolsas, sobretudo nas classes operárias ou populares, que são as mais numerosas, comprar uma ou duas sacas de café.

Não julgo desnecessário observar que quando falo em casas de venda, não quero referir-me aos chamados *cafés* ou botequins. Não acredito na influência que possam ter sobre a opinião os frequentadores de botequins, mormente em países como este onde não existe, como em França, a *vida do café*. Acredito muito no poder da publicidade pela imprensa, pelos anúncios que convenientemente espalha, porque essa publicidade pode influir no consumo, principalmente quando, tratando-se de artigo de alimentação e uso doméstico, é no seio das famílias que deve penetrar a propaganda; mas é preciso que no mesmo tempo que aparece o anúncio ou a propaganda, se declare ao consumidor em que lugar próximo pode comprar o gênero anunciado. Ainda não vi anúncio de comércio sem indicação de lugar de venda.

Entre os grandes importadores de São Petersburgo, é hoje geral o desejo de entrar em transações diretas com a praça do Rio de Janeiro e creio poder afirmar que a propaganda feita nesse sentido pelo Centro da Lavoura encontra as maiores simpatias na alta administração deste Estado e em todas as rodas oficiais e comerciais. Os dois países teriam, com efeito, tudo que ganhar, dispensando inúteis intermediários estrangeiros.

A Rússia poderia assim receber, por preço menos elevado, melhor café, e, como bem ponderou em interessante editorial o *Novoye Wremya* (*Novo Tempo*, apenso n. 13, redator Fedarov), poderia também exportar para o Brasil muitos dos seus produtos, alguns dos quais compramos em segunda mão: pinho, cordame, trigo, manteiga, petróleo, velas de estearina, fósforos, cera, álcool etc. Mas os negociantes deste país, onde as classes dirigentes são tão notavelmente instruídas, ocupam ainda plano inferior e, segundo me disseram muitos russos ilustrados e alguns homens da mesma profissão comercial, não parecem ainda capazes de grandes iniciativas e cometimentos.

Um escritor da *Gazeta do Ministério das Finanças* disse-me que certa companhia de navegação russa desejava poder empregar alguns dos seus navios na carreira do Brasil. Creio que o Centro da Lavoura e do Comércio deve aproveitar as excelentes disposições do momento e a impressão causada pela sua exposição para entrar imediatamente em relações com algumas das principais casas comerciais desta praça, concedendo-lhes todas as facilidades a fim de que as encomendas de café comecem. Alguns negociantes perguntaram-me a quem deviam dirigir-se no Brasil. Limitei-me a mostrar-lhes a relação das casas exportadoras do Rio e Santos publicada no folheto *Le Brésil à l'Exposition de Saint Pétersbourg*, pp. 61 e 62, e a dizer que a diretoria do Centro da

Lavoura e seus representantes lhes dariam todas as explicações de que pudessem carecer.

Os delegados do Centro neste país precisam, sobre este assunto das relações diretas, receber instruções minuciosas, positivas e práticas da sociedade que representam.

Como estava assentado no plano de propaganda que o Centro submeteu a Vossa Excelência em ofício de 19 de fevereiro, plano com que Vossa Excelência concordou em aviso de 22 do mesmo mês, n. 23, começou o senhor Araújo Maia a distribuir pelas principais autoridades, pelos estabelecimentos de educação e de caridade, instituições militares e quartéis, as sacas de café que tinha aqui na alfândega, fazendo vir de Hamburgo o café que ainda ali se achava em depósito de trânsito. Agora vai preparar-se para a exposição de Nijni Novgorod – a que era contrário, mas que vai realizar – em meados de julho, por ocasião da grande feira anual, em consequência de instruções que ultimamente recebeu. Para isso, aguarda o senhor Araújo Maia a chegada do senhor Eduardo de Lemos.

Em todas as expedições de volumes de Hamburgo para os portos de Reval ou Cronstadt, ou por via terrestre, o senhor visconde de Paraguaçu, côsul-geral do Brasil naquela primeira cidade, houve-se com o seu reconhecido zelo e costumada exatidão no serviço do Estado.

O Centro da Lavoura, segundo notícia que em carta do 1º de março recebi do senhor Eduardo de Lemos, remeteu para a propaganda na Rússia 500 sacas de café ou 30.000 quilogramas. O senhor Araújo Maia destinou a esta exposição e para as distribuições na capital, 200 sacas (12.000 quilogramas). Restam em Hamburgo 300 sacas, ou 18.000 quilogramas, e muitas dessas sacas devem também ser distribuídas aqui.

Meu parecer, quando consultado, foi que o café de Hamburgo (salvo o que se destinava aos presentes de propaganda, segundo o plano concertado), entrasse neste porto pagando os direitos da lei para ser exposto à venda em duas ou três das grandes casas importadoras ou em algumas das mais conhecidas casas de venda por miúdo, em imediatas relações com os consumidores. O produto da venda cobriria as despesas feitas pelo Centro e deixaria talvez algum saldo, podendo servir para as futuras exposições. As casas incumbidas da venda fariam os anúncios necessários e dariam a cada comprador um exemplar do pequeno folheto que espalhamos e no qual se ensina o modo de preparar o café e mostra-se, quanto ao nosso produto, a opinião de homens ilustres, todos insuspeitos porque não são brasileiros.

Pensei assim porque entendo que o hábito do café, do mate, do chá, ou qualquer outra bebida não se contrai provando três ou quatro xícaras, mas tomando todos os dias e por algum tempo essa bebida. Agora, todos procuram e querem comprar o genuíno café do Brasil: despertamos no público esse desejo, que é geral. Era conveniente aproveitar a ocasião, pois temos muito perto e a caminho, boa quantidade de excelente café.

O Centro da Lavoura não vinha com isso fazer concorrência permanente aos importadores desta praça, mas tirar partido da impressão do momento para desenvolver, no interesse geral, no desses mesmos importadores, o gosto do café; e os delegados do Centro poderiam perfeitamente entender-se com eles.

Fui voto contrário às exposições em Moscou e Nijni Novgorod este ano porque o consumo de café no interior da Rússia é insignificante e não podemos pretender conseguir tudo de uma vez. Medalhas, diplomas de honra e louvores, o nosso café tem obtido por toda a parte, desde a Exposição Universal de 1867 em Paris: é de resultados mais positivos que precisamos e o que deseja o Centro da Lavoura não é, por certo, o aparato das exposições, mas que se estenda a área do consumo e que este aumente tão rapidamente quanto o estão exigindo os grandes interesses da riqueza pública entre nós. Os negociantes do interior dependem dos importadores do litoral e é, penso eu, neste porto de desembarque, empório de grande comércio de importação, que o Centro da Lavoura deve concentrar os seus patrióticos esforços. Enquanto os importadores de São Petersburgo e de Odessa, assim como os da Finlândia, não estiverem em relações com as praças do Rio e Santos, os de Moscou, Nijni e outros pontos do interior não poderão pensar em fazer encomendas ao Brasil.

Este foi, em resumo, o meu parecer, que julgo conveniente consignar aqui com toda franqueza e lealdade que devo ao Governo Imperial e ao Centro da Lavoura e do Comércio. Posso estar em erro, mas vi a minha opinião partilhada – ou, antes, prevenida – por muitos homens eminentes deste país na alta administração, na imprensa e no comércio.

Cabe aqui comunicar a Vossa Excelência que todo o café introduzido pelo Centro da Lavoura pôde entrar sem pagamento de direitos. A nota de sua excelência o senhor Nicolau de Giers, ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicando, em resposta à do senhor barão de Alhandra, essa graciosa decisão de Sua Majestade o Imperador da Rússia, está publicada à p. 13 do folheto *Le Brésil à l'Exposition de Saint Pétersbourg*.

Em comunicação especial, terei a honra de apresentar a Vossa Excelência os nomes de todos os distintos estrangeiros que, direta ou indiretamente, prestaram serviços à causa da nossa propaganda.

Os nomes dos membros da comissão brasileira, senhor Honório de Araújo Maia e doutor Francisco da Cunha e Souza, dignos representantes do Centro, ficam aqui citados mais de uma vez, bem como os do meu secretário e inteligente auxiliar, senhor comandante N. I. Dumontier, a quem devo muito reconhecimento por ter aceitado esta missão.

O senhor Carlos Gericke, vice-cônsul do Brasil, também membro da comissão, tornou-se recomendável pelo seu zelo e atividade, e com o doutor Cunha e Souza, auxiliou eficazmente o infatigável representante do Centro, senhor Araújo Maia.

O senhor Eduardo de Lemos, retido em Lisboa por doente, dali mesmo trabalhou, concorrendo com o seu prudente e esclarecido conselho e servindo de intermediário para as comunicações do Centro com o senhor Araújo Maia. Sua correspondência a respeito desta exposição – e só posso falar das cartas e telegramas dirigidos a esta cidade – poderia encher um regular volume.

O senhor barão de Alhandra, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade, facilitou-nos tudo, obtendo que os nossos cafés pudessem mostrar-se no mesmo local da Exposição Internacional de Horticultura, alcançando do Governo Imperial russo a isenção de direitos requerida para os artigos destinados à exposição, e apresentando-nos a todos os altos funcionários, de cujas relações e bons ofícios precisávamos para o desempenho da nossa missão. A solicitude e prontidão com que nos auxiliou sempre o digno e respeitado representante do Império penhorou-nos profundamente, porque todas essas penosas diligências foram praticadas sem escolha de hora, em dias de tempo inclemente e quando sua excelência passava por dolorosa provação, ferido em suas mais caras afeições de família.

No dia 10 do corrente tenciono deixar esta capital, regressando para a França, onde, ao partir para aqui, me achava no gozo de licença concedida por sua excelência o senhor ministro dos Negócios Estrangeiros. Como Vossa Excelência sabe, só me comprometi a estar na Rússia até o encerramento da exposição de São Petersburgo. As instruções que verbalmente recebi de Vossa Excelência e os compromissos que tomei para o Centro da Lavoura e do Comércio, que, bem como o Governo Imperial, me honrou com a sua confiança, foram todos fielmente executados e do melhor modo que pude.

Terminando este já longo ofício, peço licença para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

José Maria da Silva Paranhos



Texto anônimo, apenso ao catálogo<sup>1</sup>  
“Le Brésil à l’Exposition de St. Pétersbourg – 1884”

---

A EXPOSIÇÃO DE CAFÉ BRASILEIRO EM  
SÃO PETERSBURGO  
MAIO DE 1884

A exposição do café brasileiro em São Petersburgo, no mês de maio do corrente ano, foi organizada por iniciativa e com os meios da patriótica sociedade brasileira “Centro da Lavoura e Comércio”, do Rio de Janeiro. Antes de descrever a exposição, o fim a que sua organização se propôs e os resultados obtidos, estimamos necessário informar nosso público, resumidamente, sobre o Centro da Lavoura e do Comércio, à qual a exposição deve sua instalação.

O Centro da Lavoura e Comércio do Rio de Janeiro foi fundado, há alguns anos, por um certo número de pessoas privadas, possuindo uma posição independente e riquezas prodigiosas, e que, com uma finalidade altamente patriótica, se reuniram em um círculo íntimo e amigável, empregando todas suas forças e todos seus esforços, sem poupar nem fadigas nem meios materiais para desenvolver, estimular e sustentar a agricultura e o comércio de seu país e, em particular, a cultura, a produção e a venda, em todas as regiões do globo terrestre, do café, que é o principal produto do país.

Tendo obtido, desde sua origem, a proteção e o apoio do governo e a simpatia plena e integral de toda a nação, essa sociedade se dedicou, ardente e corajosamente, a sua obra. Colocando em segundo plano

---

1 Intervenção a lápis, de outra autoria, na folha de rosto do manuscrito: “Voilà comme on parle! Vous aurez la suite à déjeuner!”

qualquer interesse pessoal, ela obteve, em pouco tempo, por sua ação invariável e altamente honesta, uma imensa independência e uma grande força no Império, e conquistou, ao mesmo tempo, por si mesma e por suas ações, estima e simpatia gerais não somente no Brasil, mas também nos outros países do mundo.

Com essa finalidade, a sociedade, como primeiro expediente, organizou, no Rio de Janeiro, exposições anuais, nas quais foram expostas amostras de todos os tipos de café produzidos no País. Nessas mostras, a sociedade também apresentou, ademais, os cafés produzidos em outros países a fim de que, dessa maneira, pudesse tornar conhecido, a seus plantadores, ao vivo e em detalhe, tudo aquilo que pudesse redundar em benefício do desenvolvimento progressivo e do aperfeiçoamento do cultivo do café.

Além disso, não se contentando com uma exposição local, no próprio país, a sociedade decidiu organizar sucessiva e periodicamente exposições especiais de café nas principais cidades da Europa e da América, para que pudesse tornar conhecidos, pelos consumidores e amadores desse produto nos outros países, a produção, a qualidade e o mérito do café brasileiro, que corresponde a 55 % de todo o café produzido no globo terrestre.

Confirmando esse último cálculo, apresentamos os seguintes dados numéricos:

– produção anual de café no Brasil.....	22.500.000	puds
– de todos os demais produtores .....	18.000.000	puds
	TOTAL:	40.500.000 pud

Passando a abordar a primeira exposição de café brasileiro na Rússia, depois da realização de mostras semelhantes em Londres, Paris, Amsterdã, Nice, Atenas, Estocolmo, etc., o Centro da Lavoura e Comércio se propôs, em primeiro lugar, fazer conhecer, ao vivo, à sociedade russa e, em particular, ao mundo comercial russo, o produto do Brasil e, em segundo lugar, provar efetivamente que a qualidade do café brasileiro não é, em nada, inferior aos dos cafés produzidos em outros países. Enfim, em terceiro lugar e sobretudo com a finalidade de apoiar um maior consumo de café na Rússia, e por conseqüência provocar relações comerciais regulares constantes e imediatas entre os dois impérios, brasileiro e russo, que poderiam incontestavelmente



acarretar imensas vantagens para as relações comerciais e econômicas entre ambos países, que possuem muitas riquezas naturais para as trocas mútuas e as vendas.

Esse último objetivo do Centro merece toda atenção e toda simpatia da parte do povo russo, nisso que, até os últimos tempos, a Rússia, não tendo relações diretas com o Brasil, mas, estimando, não obstante, que o café é um dos produtos alimentícios quase indispensáveis a toda família, rica ou pobre, sem exceção, sempre comprou o café por intermediários, casas comerciais da Inglaterra e da Alemanha. E, enfim, devido às leis econômicas, sempre o comprou a preços mais elevados do que o que poderia obter em virtude de relações imediatas com o país que é o principal fornecedor desse produto para todo o mundo.

Além disso, o próprio café consumido na Rússia, qualquer que seja, na maioria dos casos, efetivamente café de proveniência brasileira, não se apresenta, no entanto, ao consumidor sob o verdadeiro aspecto que lhe é próprio, e se compõe, em grande parte de espécies inferiores e misturadas, o que, em definitivo, não pode deixar de influenciar sua qualidade e, com isso, necessariamente, seu gosto.

Com tudo isso, as relações diretas entre a Rússia e o Brasil, facilitando o acesso ao nosso mercado, por uma considerável redução dos preços do café e também de outros produtos do país, nos dá igualmente a possibilidade de ampliar a venda de nossos produtos nacionais russos nos mercados americanos, em que a demanda é muito considerável e é satisfeita, neste momento, por pessoas que se dirigem, por sua vez, às casas de comércio inglesas ou alemãs, tendo, em suas mãos poderosas, todos os nós e todas as formas de comércio com o Novo Mundo e que não veem, em razão da ausência de relações diretas tão desejáveis, nenhuma concorrência perigosa para elas.

Colocando inteiramente de lado os interesses do Brasil na questão de que tratamos aqui – as relações diretas, e levando em conta apenas nossos interesses pessoais russos, não podemos deixar de reconhecer que a realização dessa empresa que os brasileiros abordaram com tanta energia, por intermédio do Centro da Lavoura e Comércio seria incontestavelmente um grande bem, do ponto de vista econômico, para a Rússia. Abrindo-nos um novo mercado e, por isso, novas fontes de venda tanto para os produtos da nossa indústria russa quanto para nossas riquezas naturais, isso não beneficiaria menos os interesses e a prosperidade de nosso vasto país, dando-nos a possibilidade de rejeitar, num prazo mais ou menos longo, as cadeias comerciais com as quais a Inglaterra e a Alemanha nos atam as mãos e os pés.

Depois disso, passemos à exposição propriamente dita. A abertura solene da exposição ocorreu em 5 de maio, ao mesmo tempo que a abertura da Exposição Internacional de Horticultura, no Picadeiro Michel.

Se bem que, de fato, o café não se incluía na categoria de produtos da exposição de horticultura, no entanto, por um amável acordo sobre esse ponto, por parte da Sociedade de Horticultura, a sociedade brasileira foi admitida a participar da exposição e em um lugar especial, que lhe foi destinado no pátio do picadeiro, para a construção de um pavilhão separado. Como tudo isso se passou somente poucos dias antes da abertura da exposição, a Comissão brasileira se pôs, não obstante, a trabalhar imediatamente e, sem poupar despesas e com a ajuda de centenas de braços contratados, construiu em uma noite (*sic*), um pavilhão muito elegante e suficientemente espaçoso, sobre o qual foi hasteada sua bela bandeira nacional de cor verde com as armas imperiais em amarelo.

O interior do pavilhão era também muito elegante e ornado com gosto com tecidos nas cores nacionais, abundantemente suspensos das paredes e entremeados de bandeiras do Brasil em seda. No fundo, contra a parede, diretamente voltado para a entrada, foi colocado, enquadrado pelas mesmas bandeiras, um grande retrato a óleo e em cores do augusto protetor do Centro da Lavoura e Comércio, sua majestade o imperador dom Pedro II, que como se sabe, é um soberano ardente e sinceramente amado por seus súditos.

Diante desse retrato, em toda a largura do pavilhão, se estendia uma grande mesa-balcão, sobre a qual estavam dispostas simetricamente pequenas xícaras de porcelana para café e belas garrafas cheias de licor creme de café, igualmente produzido no Brasil, colocadas sobre pratinhos circulares e cercados de copinhos facetados.

Quanto às amostras propriamente ditas de café expostas, haviam-lhe sido reservadas quase dois terços do pavilhão. Estavam dispostas em quatro mesas compridas, duas nos lados longos do pavilhão e duas ao centro, igualmente em paralelo, o que permitia três passagens para a mesa onde se distribuía o café. Essas amostras, diferentes pela espécie, pela cor, pela espessura e pela qualidade, recolhidas em todas as plantações existentes no Brasil, foram colocadas dentro de sacos volumosos, de tecido azul, com etiquetas, nas quais se indicavam, em letra legível, o número, o nome da espécie, o nome da província e a família do pro-

dutor. Todas essas amostras, num total de 1009 tipos, estavam expostas para o exame dos conhecedores e do público.

Depois das paredes, sobre as grandes mesas, estavam penduradas, em quadros elegantes, as fotografias de diversas localidades pitorescas do Brasil, representando obras de arte, edifícios e mecanismos, vistas de fazendas e de plantações de café. A atenção geral era atraída especialmente por um grande quadro a óleo representando uma vista da fazenda e da plantação de um certo senhor Mavriki Haritow<sup>2</sup>, nosso compatriota russo, estabelecido há alguns anos no Brasil, e que apresenta na exposição, além de algumas espécies de café que produz, aguardente e charutos, igualmente de sua fabricação. Na entrada, à cabeceira das duas mesas encontravam-se duas vistas fotográficas da fazenda e da plantação de um dos amáveis organizadores da exposição, o senhor Araújo Maia, diretor e principal representante do Centro da Lavoura e Comércio na exposição. A impressão geral que a exposição produziu foi de um interesse absolutamente original tal como se produziria pela primeira vez para nós, na Rússia.

A cozinha para a preparação do café e o compartimento para torrá-lo e moê-lo foram estabelecidos em local separado, atrás do pavilhão, onde se fazia a transformação do café cru em café torrado e moído e, enfim, em bebida quente inteiramente pronta para o consumo, sob a direção de técnicos especializados, trazidos especialmente do Rio de Janeiro, que a preparavam com máquinas especiais para a torrefação e o cozimento, do mesmo tipo que se empregam comumente para esses fins no Brasil.

A abertura solene da exposição ocorreu em 5 de maio, às 14h. Suas majestades imperiais o Imperador e a Imperatriz, acompanhados de alguns membros da família imperial, dos ministros, do corpo diplomático e de altos dignitários da corte dignaram-se chegar às 15h30 ao Picadeiro Michel e, depois de terem visitado a Exposição de Horticultura, honraram com sua visita o pavilhão brasileiro. Foram recebidos à entrada pelo ministro do Brasil, o barão de Alhandra e pela Comissão, na pessoa de seu presidente, o gentil-homem da casa imperial, I. M. da

2 N.T. – Trata-se de Maurício Haritoff, nobre russo, que vivia em Paris, quando foi convidado, em 1864, por seu cunhado Luís de Lima e Silva, secretário da legação do Brasil, a se mudar para o Brasil. Casou-se em 1865 com Ana Clara de Moraes Costa, que herdou a fazenda Bela Aliança, situada em Pirai, RJ. Participou da exposição com amostras de sua produção: café, a aguardente “Laranjinha” e charutos. Cf. “Le Brésil à l'exposition de St.-Petersbourg” e <[http://ttalbot.com/belaalianca/historia/brev\\_harit\\_casan.htm](http://ttalbot.com/belaalianca/historia/brev_harit_casan.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2013.

Silva Paranhos, e por seus membros, os senhores Honório de Araújo Maia e Francisco da Cunha-Souza, representantes do Centro da Lavoura e Comércio.

Tendo examinado as amostras de café e os outros produtos do Brasil, suas majestades honraram os encarregados do pavilhão com questões pormenorizadas sobre os diferentes tipos de culturas de café e quiseram tomar uma xícara, que acharam excelente. Tendo examinado em seguida a cozinha e o local onde a rubiácea era torrada e moída, suas majestades dignaram-se expressar sua grande satisfação aos representantes do Centro, após o quê deixaram o picadeiro às 16h. A exposição foi então aberta ao público. A partir dessa tarde e até o encerramento, em 20 de maio, o pavilhão brasileiro não deixou de provocar no público o mesmo interesse muito vivo e inteiramente merecido.

Durante os 16 dias que a exposição durou, das 10h às 19h, o pavilhão foi literalmente assediado por milhares de pessoas que desejavam examinar as amostras de café expostas. A afabilidade dos organizadores hospitalieiros sustentava ainda mais esse interesse. Não contentes de oferecer uma xícara de café a todos que a queriam, os representantes do Centro distribuía, como lembrança, a todas as senhoras que visitavam o pavilhão, pequenos pacotes elegantes contendo meia libra de café perfeitamente torrado e moído. O número desses pacotinhos chegou a cerca de 16 mil. Para julgar do número de visitantes do pavilhão basta dizer que foram distribuídas ao público cerca de 50 mil xícaras de café e mais de 500 garrafas de dois vedros<sup>3</sup> de licor creme de café.

Além da distribuição gratuita de café, todos os visitantes podiam receber no pavilhão, também gratuitamente, desde que pedissem, uma brochura pequena, mas bem detalhada, redigida nas línguas francesa e russa, na qual se encontravam todas as noções e explicações necessárias sobre o café, sua produção e seu preparo. Essa brochura, que teve 12 edições de 2500 exemplares cada uma, no total de 30 mil exemplares, foi inteiramente distribuída, de tal maneira que não se teria podido ter feito mais para promover o fim ao qual os expositores se inclinaram.

Depois do encerramento da exposição, no dia da distribuição das recompensas atribuídas pelo júri aos expositores, o Centro teve a honra de obter uma recompensa excepcional atribuída unanimemente por indicação da totalidade do júri e obteve um diploma de honra que foi

3 N.E. – Vedro: antiga medida russa para líquidos, equivalente a 12,29941 litros.

entregue solenemente ao representante do Centro, o senhor Honório de Araújo Maia, no meio de aplausos barulhentos e entusiásticos pelo presidente da exposição, o general ajudante-de-campo Greig.

Ademais dessa recompensa honorífica, os membros da comissão brasileira tiveram a honra de receber igualmente recompensas soberanas que lhes foram atribuídas por sua majestade o imperador, a saber, o presidente da comissão, o senhor Silva Paranhos, recebeu a ordem de Santo Estanislau de 2º grau com placa, o senhor Honório de Araújo Maia, a ordem de Santo Estanislau de 2º grau, e o senhor Cunha-Sousa, a ordem de Santa Ana de 3º grau.

Dessa forma, terminou a Exposição de Cafés Brasileiros, tendo feito um grande ruído em São Petersburgo e interessado a sociedade da capital, e mais ainda mundo do comércio, que teve assim uma excelente oportunidade de tomar conhecimento, ao vivo e em detalhe, desse produto e de se informar, com absoluta clareza, sobre todas as vantagens da aquisição direta do café pela via tão desejável das relações diretas com o país produtor.

Concluindo, não cremos que seja inútil mencionar um fato que produziu também um grande ruído em São Petersburgo.

Alguns dias depois do encerramento da exposição, o representante do Centro da Lavoura e Comércio, o senhor Araújo Maia, reconhecendo a consideração que lhe havia sido testemunhada na Rússia tanto a ele, como representante, como ao Centro, enviou como presente a todos os estabelecimentos de beneficência da capital, 312 sacas de café, de 3,5 puds cada uma, totalizando 1.092 puds, oferta evidentemente muito séria e muito cara, sob o aspecto material e à qual os consumidores que se beneficiaram dela fizeram, podemos afirmar, um grande e cordial agradecimento.

Dentro de alguns dias, a Comissão, de acordo com o que ouvimos dizer, se reunirá em Nijni-Novgorod, para a próxima feira de Makarief, na qual se propõe organizar uma exposição semelhante de café brasileiro, e por esse meio, com essa mesma energia exemplar, com esse mesmo trabalho infatigável, de levar mais longe, já no centro da Rússia, a propaganda da obra a que se consagrou, com o fim patriótico e elevado e com essa maneira de fazer propriamente americana, de servir aos interesses de seu país, dos pontos de vista da produtividade e do comércio.



Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília - DF  
Telefones: (61) 2030-6033 / 6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@itamaraty.gov.br](mailto:funag@itamaraty.gov.br)

**Coordenação Editorial**

*Maria do Carmo Strozzi Continho*

**Revisão**

*Daniel Russell Ribas*

**Projeto Gráfico e Revisão**

*Natalia Costa das Neves*

**Capa e Editoração**

*Ingrid Erichsen Pusch*

Impresso no Brasil - 2013

---

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação  
Diplomática. – Ano XII, Número 22. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2013.  
651 p. ; 17 x 25 cm

Semestral  
ISSN: 1678-586X

1. Brasil – Relações exteriores – História – Periódicos. 2. Diplomacia – Brasil – História – Periódicos. I. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática.

CDU 341.7(81)(0.91:05)

---

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

*Esta publicação foi elaborada com as fontes Garamond,  
Georgia, Myriad Pro e Trajan Pro, versões open type.*



Neste número:

Carta do editor

---

Santa Sé:  
A primeira missão brasileira (1824-1826)

---

A Alemanha:  
Correspondência de Berlim (1936-1938)

---

Um documento, um Comentário:  
Relatório da exposição brasileira  
em São Petersburgo

---

Quando conveniente restabelecer na correspondência  
das de cortezia usadas no estylo de cartas  
publicas, declaro revogada a circular de  
que dirigir a funcionarios publicos  
hes reiterar, conforme o caso, os protestos  
Quando forem dadas ou transmittidas  
a sua execução: bastará, na generalidade  
devendo este entender que o pedido de